



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ana Maria Fontes dos Santos

UMA AVENTURA UNIVERSITÁRIA NO SERTÃO BAIANO: da Faculdade de
Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana

SALVADOR

2011

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Santos, Ana Maria Fontes dos.

Uma aventura universitária no Sertão Baiano [recurso eletrônico] : da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana / Ana Maria Fontes dos Santos. – 2011.

1 CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol.

Orientadora: Profa. Dra. Dora Leal Rosa.

Co-orientadora: Profa. Dra. Elizete da Silva.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

1. Universidade Estadual de Feira de Santana – História. 2. Ensino superior – Bahia – História. 3. Ensino superior e estado - Bahia. 4. Reforma universitária. I. Rosa, Dora Leal. II. Silva, Elizete da. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 378.8142 – 22. ed.

Ana Maria Fontes dos Santos

UMA AVENTURA UNIVERSITÁRIA NO SERTÃO BAIANO: da Faculdade de
Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, na área de concentração Políticas e Gestão da Educação, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Educação

Orientadora:
Profa. Dra. Dora Leal Rosa

Co-orientadora:
Profa. Dra. Elizete da Silva

Salvador – 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

ANA MARIA FONTES DOS SANTOS

UMA AVENTURA UNIVERSITÁRIA NO SERTÃO BAIANO: da Faculdade de
Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Educação

Salvador, 11 de fevereiro de 2011

Banca Examinadora:

Dora Leal Rosa _____

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Elizete da Silva _____

Doutora em História Social, Universidade de São Paulo
Universidade Estadual de Feira de Santana

Sara Marta Dick _____

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Maria Helena da Rocha Besnosik _____

Doutora em Educação, Universidade de São Paulo
Universidade Estadual de Feira de Santana

Gilmário Moreira Brito _____

Doutor em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade do Estado da Bahia

Salvador – 2011

Em memória de João e Zezé, meus pais

*Dedico esta tese ao meu filho Pedro, por
compreender minhas escolhas*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este mobiliza diversas pessoas do ponto de vista profissional, afetivo, que difícil seria enumerá-las, reconheço as imensas contribuições recebidas e as tenho em profunda consideração. Dentre os envolvidos destaco agradecimentos especiais:

Em primeiro lugar, a minha orientadora, Professora Dora Leal Rosa, pelo acolhimento sincero de nossa proposta, por conceder-me a oportunidade para desenvolver este trabalho e de modo solidário, apoiando-me no percurso, também por compreender os momentos delicados que passei, e pelo estímulo, sempre necessário.

A Professora Elizete da Silva que aceitou ajudar-me nos rumos da História e de um espaço privilegiado, em Feira de Santana, co-orientando esta tese, cuja proximidade facilitou que aproveitasse seu estímulo e apoio, a sua ajuda permitiu que o texto elaborado chegasse com menos erros e lacunas à versão final.

Aos entrevistados que me ajudaram a melhor compreender a dimensão humana das instituições de ensino superior do interior baiano. A Dr. Geraldo Leite, por sua dedicação à UEFS muito colaborou com nossa pesquisa. A imensa disponibilidade de Professor Edivaldo Boaventura. A Dr. Fernando Pinto Queiroz (in memoriam), exemplo maior de dignidade. A Professora Yara Cunha, que sempre esteve disponível, prestando os necessários esclarecimentos. A contribuição importante de José Jerônimo de Moraes. Aos demais Professores entrevistados, que de modo prestativo e atencioso deram os seus depoimentos, valiosos documentos a serem preservados.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação e colegas do doutorado, com quem dividi as angústias e os sabores da experiência estudantil em uma fase mais amadurecida de nossas vidas escolares, proporcionaram momentos importantes de reflexão, aprendizagem e muita alegria.

Aos colegas do Departamento de Educação da UEFS pelo estímulo e que sempre estiveram a favor das muitas batalhas pela qualidade da Instituição. A Irani, Malena, Leda, André, Denise, Lourdinha, Lucile, Solange, Antonia, Siomara, Cláudia, Nildon e muito mais...

A minha família, irmãs Maria Olívia, Rosangela, Mônica e o irmão Vicente Augusto, que souberam compreender as minhas ausências nos momentos mais difíceis e delicados de despedida da jornada terrestre de nossa querida mãe e irmão primogênito, durante o período dedicado ao doutorado, por saber que eles torciam por minhas conquistas.

Aos meus “assessores” para assuntos da juventude, que em nenhum momento participaram das inquietações desta tese, mas me ajudaram a compreender que a vida continua: Henrique, Alice, Louise, Amanda, Tiago, Guilherme, Maria. Ao Vitor pelo constante exercício teórico da dúvida. O apoio nos momentos de urgência das inestimáveis contribuições de Júlia. A Clara, que começa com garra no mundo da pesquisa. O diálogo com Mila abriram outras portas do instigante debate histórico.

Aos que estiveram mais próximos perante uma atividade que requeria muita, mas muita, muita solidão. A Beth e Fabinho pela acolhida carinhosa. Ao estímulo recebido de Yara e o apoio sempre constante e inestimável do amigo Prof. Roberto Seixas. A afeição de Verônica, Pati, nos momentos mais complicados e também nos mais doces. A Larissa, Valdete, Fátima, Ludmila, Bibinha, pelos e importantes apoios.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEFS que por intermédio do PICDT-CAPES forneceu as condições materiais para a concretização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo focaliza a criação da Universidade Estadual de Feira de Santana na trajetória da interiorização do ensino superior público na Bahia, que teve início com a implantação da primeira “Faculdade Estadual de Formação de Professores”, mas em Feira de Santana levaria o nome de Faculdade Estadual de Educação, criada em 1968. As lutas empreendidas na cidade de Feira de Santana pela interiorização da universidade da Bahia, iniciadas na segunda metade da década de cinquenta do século passado, que evoluíram para reivindicação de universidade que atendesse as características próprias do interior, constituem o vetor principal para a compreensão sobre a decisão governamental que, em 1969, implantou a Fundação Universidade de Feira de Santana, bem como dos agentes sociais que delas fariam parte. A abordagem sócio-histórica contemplou pesquisa historiográfica, que teve como suporte inicial acervo particular de um dos principais mentores do ensino superior em Feira de Santana, permitiu que fossem desenhados nesta tese os projetos de universidade debatidos na primeira metade da década de 1960 para o interior baiano e, especificamente, para a cidade de Feira de Santana. A concretização de tais projetos foi objetivada na criação da Fundação Simões Filho e da Associação Desembargador Filinto Bastos. A primeira como articulação dos movimentos pela interiorização da universidade, envolvendo principalmente professores da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia e da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, à frente da qual estavam: Jorge Calmon, Urcício Santiago e, sobretudo, Geraldo Leite, que liderava movimento na cidade de Feira de Santana. A segunda entidade, na esteira da primeira, propaga a implantação de Faculdade de Filosofia como passo para a universidade, porém articulada por agentes locais, Fernando Pinto e Wilson Falcão, bem como agrega liderança de Geraldo Leite. Enquanto projeto local, as intenções dos intelectuais são capitalizadas pelos agentes do campo político-partidário do município que, com estes, encorpam as lutas por universidade para Feira de Santana. Aspectos da dinâmica que envolveu a implantação da Faculdade de Educação, como parte das políticas públicas planejadas pela Secretaria Estadual de Educação no Plano Integral de Educação e Cultura para a Bahia, na gestão de Luiz Viana Filho, são elaborados. Bem como as ações desenvolvidas pelas lideranças intelectuais feirenses que passaram a compor o Conselho Diretor da Fundação que instituiria a Universidade de Feira de Santana, nos trabalhos pela autorização legal, obtida em 1976 quando a instituição passou funcionar, até a saída do primeiro Reitor, Geraldo Leite, em fevereiro de 1979. A metodologia da história oral foi utilizada enquanto instrumental na composição da memória e da história da instituição pesquisada, para o quê foi necessário incursão na abordagem histórica. A teoria elaborada por Boudieu iluminou a compreensão do tema abordado, o conceito de campo foi fundamental na delimitação da perspectiva do estudo, para a qual contribuíram outros conceitos auxiliares que envolvem a perspectiva histórica na elaboração bourdieusiana.

Palavras-chave: Ensino superior na Bahia; Política Educacional; Movimentos Sociais por Educação; Interiorização do Ensino Superior.

ABSTRACT

This thesis focuses on the creation of Feira de Santana State University within the course of decentralization of public higher education in Bahia, away from the state capital. This began with the implementation of the first “State Teacher Training School”, but in Feira de Santana it took the name of State School of Education, which was created in 1968. The campaigning undertaken in the city of Feira de Santana for decentralization of the University of Bahia started in the second half of the 1950s and evolved into demands for a university that would meet the specific needs of the interior of the state and the social players that would form part of them. This constitutes the main vector for understanding the government decision that, in 1969, established Feira de Santana University Foundation. The sociohistorical approach adopted included historiographic research, for which the initial support came from the private collection of one of the main mentors for higher education in Feira de Santana. This made it possible to depict in this thesis the university projects for the interior of Bahia and specifically for the city of Feira de Santana that were debated during the first half of the 1960s. Bringing these projects to fruition was the aim in creating the Simões Filho Foundation and the Appeals Judge Filinto Bastos Association. The first of these joined together movements for university decentralization that mainly involved professors of the School of Philosophy of the University of Bahia and the Bahia School of Medicine and Public Health, and was fronted by Jorge Calmon, Urcício Santiago and, especially, Geraldo Leite, who led a movement in the city of Feira de Santana. The second entity, following on behind the first, advocated establishing a School of Philosophy as a step towards a university, although this was brought together local agents (Fernando Pinto and Wilson Falcão), along with added leadership from Geraldo Leite. As a local project, the intellectuals’ intentions were capitalized by players within the field of party politics in the municipality, who swelled the numbers campaigning for a university for Feira de Santana. Aspects of the dynamics involved in establishing the School of Education, as part of the public policies planned by the State Education Department, within the Integrated Education and Culture Plan for Bahia, during the administration of Luiz Viana Filho, are described. The actions developed by intellectual leaders in Feira de Santana who became members of the Board of Directors of the Foundation that would institute Feira de Santana University in working towards legal authorization are also described. This authorization was obtained in 1976, when the institution started to function. The descriptions go as far as the time of the departure of the first Rector, Geraldo Leite, in February 1979. Oral history methodology was used as a tool for building up the memory and history of this institution, and an incursion into a historical approach was therefore needed. The theory drawn up by Bourdieu threw light on the topic, and the field concept was fundamental in delimiting the perspective of the study. Other auxiliary concepts involving historical perspectives within Bourdieu’s construct also made contributions.

Key-words: Higher education in Bahia; Educational Policy; Social Movements for Education; Decentralization of Higher Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Academia Brasileira de Ciências
ABE – Associação Brasileira de Educação
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABM – Associação Baiana de Medicina
ACM – Antônio Carlos Magalhães
ADUFS – Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana
AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil
AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informação
AFES – Associação Feirense dos Estudantes Secundários
AFA – Associação Feirense de Arte
AI-5 – Ato Institucional número 5
AID - Agency for International Development
ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANL – Aliança Nacional Libertadora
APLB – Associação dos Professores Licenciados do Brasil
ARATU – Centro Industrial de Aratu
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
AUB – Associação dos Universitários da Bahia
BANEB – Banco do Estado da Bahia
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEB – Casa do Estudante do Brasil
CEDIN – Centro de Desenvolvimento Industrial
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEP – Centro de Estudos e Planejamento
CEI – Comissões Especiais de Inquéritos
CENTEC – Centro de Educação Tecnológica da Bahia
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
SEPLANTEC - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia
CETEBÁ – Centro de Educação Técnica da Bahia
CFE - Conselho Federal de Educação
CPC – Centro Popular de Cultura
CPE – Comissão de Planejamento Econômico
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUCA – Centro Universitário de Cultura e Arte
DA – Diretório Acadêmico
DAU – Departamento de Assuntos Universitários
DESU – Diretoria de Ensino Superior
DESAP – Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal
DESC – Departamento de Ensino Superior de Cultura

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSVU – Departamento Social da Vida Universitária
EMC – Educação Moral e Cívica
EMEC – Emergência Médico-Cirúrgica do Serviço de Pronto Socorro Particular de Feira de Santana.
EP – Escola Politécnica
EUA – Estados Unidos da América
FACEI – Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna
FAMED – Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia
FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e a Extensão
FEEFS – Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana
FESPI – Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FLDB – Faculdade Livre de Direito da Bahia
FUFS – Fundação Universidade de Feira de Santana
FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento das Cidades
GOT – Ginásios Orientados para o Trabalho
GT – Grupo de Trabalho
GTAI – Grupo de Trabalho de Avaliação Institucional
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC – Instituto Baiano do Cacau
IIBA – Imperial Instituto Baiano de Agricultura
IPES – Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISP – Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
IES – Instituição de Ensino Superior
IPM – Inquérito Policial e Militar
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCP – Movimento de Cultura Popular
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
META – Movimento Experimental de Teatro Amador
NUFOP – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PC – Partido Comunista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIDL – Plano Integrado de Desenvolvimento Local
PIEC – Plano Integral de Educação e Cultura
PLANDEB – Plano de Desenvolvimento Econômico da Bahia
PETROBRAS – Petróleo do Brasil S/A
PR – Partido da República
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SCAFS – Sociedade Cultural e Artística de Feira de Santana
SNI – Serviço Nacional de Inteligência
STM – Superior Tribunal Militar
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SBHC – Sociedade Brasileira de História da Ciência
SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
TEF – Teatro Experimental de Feira
UB – Universidade do Brasil
UBA – Universidade da Bahia
UDF – Universidade do Distrito Federal
UDN – União Democrática Nacional
UEB – União dos Estudantes da Bahia
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB – Universidade do Sudoeste da Bahia
UESC – Universidade Santa Cruz
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
URJ – Universidade do Rio de Janeiro
USAID - United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo
UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
UIFS – Universidade Integrada de Feira de Santana

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 Problemática | 23 |
| 1.2 Pontos de chegada e de partida | 30 |
| 1.3 Roteiro da exposição | 40 |
| 2 A HISTÓRIA DA UEFS NO CAMPO | 42 |
| 2.1 Para entender a instituição da Universidade em estudo | 51 |
| 2.2 O lugar da produção da universidade no interior baiano..... | 65 |
| 2.3 Qual a proposta de ensino superior para Feira de Santana? | 83 |
| 3 A UNIVERSIDADE NO BRASIL E SUAS (RE)FORMAS | 92 |
| 3.1 Primeiras iniciativas e instauração de modelos..... | 93 |
| 3.2 Consolidação de concepções de universidade no e/do País | 101 |
| 3.3 Os (des)caminhos da reforma universitária..... | 114 |
| 3.4 O golpe de estado e o campo educacional | 125 |
| 4 CENÁRIOS DA OFERTA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO NA BAHIA..... | 137 |
| 4.1. Antecedentes à implantação da UBA..... | 137 |
| 4.2. A Universidade da Bahia e a ampliação do ensino superior | 150 |
| 4.3. O governo baiano no campo da educação e cultura..... | 162 |
| 5 MOVIMENTOS DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE | 189 |
| 5.1 Propostas iniciais: interiorizar a UBA | 192 |
| 5.2 Projeto da Fundação Simões Filho | 203 |
| 5.3 Festivo ocaso da Universidade do Interior (“Rural”)..... | 217 |
| 5.4 Reconfiguração da luta: Associação Filinto Bastos..... | 224 |
| 5.5 Semeando a instituição de universidade em solo feirense | 235 |
| 5.6 O lado fosco do espelho: “Faculdade de Educação” | 250 |
| 6 UMA AVENTURA UNIVERSITÁRIA NO SERTÃO BAIANO | 264 |
| 6.1 “Os idealistas de 63-68” e a FUFS | 264 |
| 6.2 FUFS: atores do primeiro cenário | 271 |
| 6.3 Articulando a concepção da UEFS | 282 |
| 6.4. Impertinências iniciais do carlismo | 288 |
| 6. 5 “Aparelhamento” do campo universitário feirense..... | 302 |

| | |
|---|------------|
| 6.6 Os professores ao campo: alguns fragmentos..... | 304 |
| 6.7 Razões e não razões de uma Universidade..... | 314 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 317 |
| FONTES E REFERÊNCIAS..... | 328 |
| ANEXOS | 341 |

1 INTRODUÇÃO

Desde o primeiro momento de contato a Universidade Estadual de Feira de Santana constituiu-se em problema para nós. Embora seja oriunda da região, e com fortes vínculos em relação à cidade, nos aproximamos da Instituição, no final de 1992, na condição de aspirante às funções de docência¹, após refazer o caminho de volta de São Paulo, onde residíamos desde o final de 1970. Naquela ocasião, após um intervalo de quatro anos de administração oposicionista, os setores ligados ao extinto governo militar retomavam a gestão estadual pela via democrática, no processo eleitoral de 1990 elegeu-se o então chefe político Antonio Carlos Magalhães. A eleição desse período não se reduzia a uma situação específica daquela conjuntura, mas significava a afirmação de uma hegemonia cultural do carlismo, conforme Dantas Neto (2003), tecida em várias frentes ao longo da carreira desse principal ator e agente político da Bahia, no século passado.

De acordo ainda com o autor acima referido, o carlismo não se restringia a um grupo político de ação regional, mas ao conjunto de uma obra política cuja consolidação foi assegurada após o fortalecimento de ACM (como ficaria conhecido) no plano nacional junto aos governos militares. E no nível local o acordo entre os integrantes de facções da ARENA baiana, que o permitiu reassumir o segundo mandato de governador, em 1978, foi o marco decisivo que passaria a garantir essa hegemonia. Afirma, portanto, ser o carlismo, forjado em contexto autoritário,

[...] uma POLÍTICA praticada sob comando centralizado, por um agrupamento que atua, regional e nacionalmente, na política institucional, na administração pública e em interfaces de ambas com o mundo do mercado para respaldar os movimentos de seu chefe, enquanto ator de 'grande política', no bloco de forças dominantes na política brasileira ligadas à afirmação da ordem social competitiva (DANTAS NETO, 2003, p. 229, grifo do autor).

O consenso que sustentava a hegemonia carlista foi construído sobre a eliminação política de lideranças adversárias do próprio partido da ordem e minando a oposição com métodos de cooptação e infiltração política, ao tempo em que mantinha a sociedade civil baiana sob forte constrição autoritária (p. 225). Outra posição sustentada por Dantas Neto é sobre a permanência de uma bipolarização na política baiana desde o final dos anos de 1970, no contexto de avanço da

¹ Ingressamos no ano seguinte, 1993, através de concurso público para disciplina Sociologia da Educação.

transição democrática, entre carlismo e anti-carlismo. Perante a avalanche de afirmação da hegemonia do primeiro, restava à oposição assumir postura reativa, pois se estreitavam as alternativas políticas no leito único de frentes eleitorais (DANTAS NETO, 2003).

Nosso ingresso na instituição ocorreria assim numa atmosfera política muito desfavorável para os setores oposicionistas, em especial para os mais combativos, pois se perceberia ao longo da gestão da “frente de oposições” (vencedora das eleições de 1986), que o carlismo não se encontrava enfraquecido, ao contrário, combateu duramente as ações do governo que lhe opunha e ao final conquistava pelo voto o retorno de ACM em 1990 – assegurando a hegemonia que será mantida por mais dezesseis anos.

Os quatro anos de governo oposicionista, que segundo Dantas Neto tinha como traço mais nítido o anti-carlismo, não empreenderia mudanças significativas no campo da educação. Na rede de universidades mantidas pelo governo estadual prevalecia a escassez de verbas visível, sobretudo, no arrocho salarial que sofria a camada docente dessas instituições e, por extensão, os demais servidores. A cultura política do carlismo se fazia presente na instituição em que aportávamos e os seus efeitos eram percebidos de imediato, sem rodeios. Emblemática experiência como se estivéssemos em “marcha à ré”, adentrando o passado recente que imaginávamos superado. Na ocasião, pareceu algo inusitado e impensável perante as vivências acumuladas, porque, além do exercício no ensino superior no Sul do País, havia experienciado mudanças significativas no âmbito do espaço escolar em outros níveis². Naquele período, por meio de estudantes da Universidade que exerciam a função de professoras do ensino básico, tomaria conhecimento das pressões que o professorado sofria em razão do controle político sobre o funcionamento das unidades escolares e, principalmente, aqueles com contratos de trabalho precários não se expunham abertamente, porque tinham medo. A alegação era de que, na teia de relações de sustentação do carlismo, os chefes político-partidários locais controlavam os diretores, cargos políticos, que por sua vez exerciam pressão sobre os professores, levados a tomar atitudes nem sempre educativas, subordinando-os a uma espécie de opressão pedagógica.

² No final dos anos de 1980, por exemplo, fizemos parte de um grupo pioneiro a lecionar a disciplina Sociologia na escola pública, que, ao lado de Filosofia, havia sido reintroduzida como conteúdo obrigatório no ensino médio no Estado de São Paulo.

Demonstração de força dos agentes do campo político, que percebida por muitos discentes também estes procuravam tirar vantagem das situações que lhes pareciam favoráveis. O clima vivido não se ocultava aos neófitos (como era o nosso caso) a sensação de opressão que emanava daquela versão de democracia, promovida pelos herdeiros da ditadura na Bahia. Compreendendo-se que a opressão social não é percebida apenas de modo unidimensional, mas, em ambiente político demasiadamente despótico, como era o caso, partia de várias direções e apontava para múltiplos alvos.

O fato de haver passado por outras experiências mais democráticas (ou bem menos autoritárias) na área de educação transformaria nosso ingresso na instituição em um verdadeiro “batismo de fogo”, ritualizado em várias frentes e de diferentes formas, que produziram uma espécie de “choque” psicológico e, ao mesmo tempo, uma imersão violenta na realidade educacional da Bahia. Isso, perante a vivência e a ideia de universidade que havia acumulado até aquela data, que tinha como referências as principais universidades de São Paulo, que frequentava com assiduidade³, e o fato de ter sido formada pela Universidade Federal da Bahia. Portanto, o nosso lugar de abordagem da Universidade de Feira de Santana não é o de vínculo umbilical. Quando dela nos aproximamos decorriam mais de quinze anos de funcionamento e verificava que as contradições e tensões no campo educacional como um todo ainda eram muito intensas.

Contudo, no interior da UEFS havia um ambiente acadêmico de resistência, de “vamos construir a universidade”, articulada à ideia de que deveríamos “vivê-la”, perspectivas que não poderiam ter sido diferentes considerando as necessidades de manutenção e fortalecimento da Instituição. Assim, enfaticamente, a expressão “construção da universidade” era sempre pronunciada como uma espécie de afirmação permanente de sua identidade institucional, tamanhas as carências e dificuldades. Mas, fazer parte de seus quadros ao longo desses anos implicou, por outro lado, em assumir compromisso político com a Instituição que consistiu em criar vínculos a partir de interesses e experiências comuns, que passaram a ser vividos como uma comunidade de destino na busca da execução dos objetivos também

³ Fizemos disciplinas como aluno especial na USP e UNICAMP e iniciamos o curso de Mestrado em Educação na PUC de São Paulo, mas na ocasião não tivemos condições de concluir e o fizemos posteriormente.

comuns, voltados à construção da instituição enquanto processo contínuo, postos desde o primeiro momento.

O envolvimento com o objeto de estudo sofreu implicações específicas, provavelmente, equivalentes a outras experiências vividas por outros professores, sobretudo em relação ao Departamento ao qual nos filiamos, o de Educação. Pois o este tinha/tem uma espécie de vínculo ontológico com a extinta Faculdade Estadual de Educação, a primeira implantada no interior pelo governo baiano, em 1968. A tensão, os conflitos latentes e/ou os visíveis e materializados da organização institucional em causa tinham no Departamento em questão a sua síntese mais acabada, que reuniria boa parte dos remanescentes da extinta Faculdade de Educação.

Os desdobramentos da experiência adquirida como professora do Departamento de Educação da UEFS e, participando das atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação do Professor (NUFOP), tornaram possível adquirir um requisito que segundo Thompson (1981), é indispensável ao historiador – a experiência. Segundo este autor, a experiência é um processo contínuo, válido, efetivo, que não surge espontaneamente,

[...] ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada, e essa experiência é determinante, no sentido de que exercem pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais⁴.

Neste sentido, acreditamos que nessas participações às quais nos referimos, proporcionaram-nos esse importante elemento para conduzir a pesquisa que resultou nesta tese. Essa experiência nos levou a questionar sobre as condições que possibilitaram a criação de uma universidade sob a chancela estadual na cidade de Feira de Santana. O fato de a UEFS pertencer a uma rede de instituições pôs-se a necessidade de compreendê-la de modo mais dinâmico no conjunto das políticas públicas de educação executadas durante o período militar, especificamente na Bahia, investigando as práticas dos sujeitos envolvidos na implantação do campo universitário no interior baiano.

Mesmo sendo de memória recente, a criação da rede de instituições universitárias estaduais baianas, em sintonia com o contexto socioeconômico e

⁴ E. P. Thompson. **A miséria da teoria**. Ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.16.

político predomina um senso comum de que “todas” teriam uma gênese única: O “Estado” baiano “planejou e executou” a implantação das mesmas ao seu “bel prazer”, alocadas em espaços geográficos convenientemente escolhidos, como se as aspirações dos setores sociais interessados das populações locais tivessem nenhuma, ou restrita, participação, e fossem apenas “atores” de um cenário previamente elaborado, desempenhando o papel passivo de receptores ou receptáculos das ideias dos vencedores daquele período da história que comandavam e, ao mesmo tempo, controlavam de modo imperativo a política e os negócios da administração estadual (e, no caso, estabelece-se uma imediata identificação com as práticas políticas do carlismo e o “Estado” em foco seria a personificação das mesmas).

Com base no trabalho de Dantas Neto, (op.cit) se pode inferir que a ação política dos prepostos da ditadura militar na Bahia divide-se em, pelo menos, duas fases distintas, uma pré-carlista e outra do carlismo propriamente dito – que ultrapassou o período ditatorial, conforme assinalado. Neste sentido, o primeiro aspecto a considerar na proposição comum é o de que a interiorização do ensino superior comandada pelo governo baiano ocorreu em pelo menos duas diferentes conjunturas políticas estaduais – uma conjuntura em que se manifestavam distintos grupos ligados ao partido da ordem (ARENA) e entre eles predominava o grupo ligado a Luis Viana Filho que teve influência na política baiana até a indicação de Roberto Santos para governador e durante essa gestão, e outra iniciada no final de 1978 a partir da quando Antonio Carlos Magalhães retorna ao governo do Estado e inicia a consolidação de sua hegemonia política. Por outro lado, mesmo supondo-se a forte inspiração autoritária das políticas educacionais na Bahia, por certo, não poderia evitar as diacronias, ventos mais intensos do que o esperado, provindo das aspirações de diferentes agentes sociais, na implantação dessas instituições, que teriam perturbado, mudado a direção das intenções “arrumadas”, premeditadas, sincrônicas, embora se pudesse considerar que estas últimas seriam somente possíveis diante da extensa margem de manobras que o poder político nessas condições conferia.

A concepção de planejamento, enquanto prática de gestão, já fazia parte da cultura administrativa do Estado baiano desde a segunda metade dos anos de 1950 com a criação da CPE, no esforço de incrementar o crescimento industrial

endógeno⁵. Somente na gestão iniciada em 1967, de Luis Viana Filho, resolve-se estendê-la para a educação pública, através a elaboração de um Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), articulado aos objetivos do desenvolvimento econômico do período militar. Nesse Plano estabeleceu-se como meta para o interior baiano oferecer cursos superiores de curta duração, portanto não valorizado enquanto curso universitário (e ser universitário tinha um valor muito forte nesse período), visando formar professores habilitados para o ensino de 1º ciclo (etapa escolar que precedia o ensino médio, ou secundário), em três importantes municípios – Feira de Santana, Alagoinhas e Vitória da Conquista. A exceção era a meta para a região cacauera, que naquela ocasião alimentava intenções separatistas, para onde o governo planejou implantar uma “Universidade Estadual da Bahia”, que resultaria da agregação de instituições particulares existentes em alguns municípios dessa região, e ao tempo afirmaria a identidade territorial baiana, minando, assim, um possível sonho de separatismo⁶.

À luz das evidências históricas, assim, “planejadamente” implantaram-se “faculdades de formação de professores”, conforme o PIEC, e, no bojo, outras instituições isoladas⁷ do mesmo perfil até a primeira metade dos anos 80, quando a UNEB foi instituída⁸. Ou seja, apenas as aludidas “faculdades de formação de professores” faziam parte do projeto governamental de inserção do ensino superior nas regiões interioranas. Portanto, a ideia de “universidade” para dois dos municípios que a implantaram antes da criação da UNEB (em Feira de Santana e Vitória da Conquista) não constava dos referidos planos, pois em nosso entendimento, considerava-se que a Bahia já possuía a “sua” Universidade – a UFBA – e até aquele momento de sua história não se pensava em expandi-la para o interior⁹. Este último, em razão da pobreza que caracterizava grande parte de sua

⁵ Cf. Teixeira, F. e Guerra, O. 50 Anos de Industrialização na Bahia: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In **Análise & Dados**, Salvador-Ba. SEI, v.10, nº1, julho, 2000.

⁶ Sobre a ideia de separatismo da região cacauera da Bahia ver Midlej, M. M. Badaró Cartibani. Universidade e Região: Territorialidade da Universidade Santa Cruz – UESC. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2004.

⁷ Aspecto levantado nesta tese apenas tangencialmente em vista de nossos objetivos, embora consideremos que ainda está a merecer estudos o percurso de criação de cada uma dessas instituições isoladas estaduais até a criação da UESB e, posteriormente, da UNEB. A Faculdade de Educação de Jequié implantada em 1970, não constava no PIEC, mas estava inscrita na mesma concepção.

⁸ Através da *Lei Delegada nº 66 de 1º de junho de 1983*, no governo de João Durval Carneiro.

⁹ Em 1962, a anexação da Escola de Agronomia, localizada no município de Cruz das Almas, administrada pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, seria o único passo mais efetivo, até aquela data, de interiorização da UFBA.

população, era considerado de modo preconceituoso pelas camadas médias urbanas como espaço que abrigaria imensas limitações cognitivas e se constituiria em terreno infértil para a cultura “superior” necessária à implantação de uma Universidade.

Assim, a primeira Universidade instituída pelo governo baiano, em 1969/70, na cidade de Feira de Santana, inscreve-se na mesma trajetória de interiorização da oferta de cursos superiores de curta duração, de formação de professores, mas como um “desvio”, que se tentará corrigir com a criação da UNEB, prevista como instituição *multi campi*, à qual, na concepção original, a UEFS deveria vincular-se como parte de uma única entidade institucional que articularia todo o ensino superior estadual da Bahia. Destino que levaria também à extinção a nascente Universidade do Sudoeste, criada em 1980, já em processo de implantação. Correspondência de José Maria Nunes Marques, na época Reitor da UEFS, ao então Secretário de Educação e Cultura, Edivaldo Boaventura, datada de 19 de maio de 1983, não deixa dúvidas sobre isso ao abordar a questão: “[...] Incluir a Universidade de Feira na UNEB teria repercussões negativas na comunidade e provocaria grandes clamores no corpo acadêmico¹⁰”. Na mesma correspondência também consta: “No caso da anterior [Universidade do Sudoeste], ter-se-ia de ponderar, no entanto, mesmo considerando a situação atípica que tem, o custo político da medida [de sua incorporação à UNEB] para a comunidade e a região de Vitória da Conquista¹¹”.

A Lei que instituiu a UNEB também não deixa dúvidas com relação a essa intenção de incorporar à mesma todas as instituições universitárias criadas até aquele período, presente tanto no Parágrafo único do Artigo 3º, que reza: “Integrarão a UNEB, mediante decreto, outras Unidades de Educação Superior implantadas ou que venham a ser instituídas pelo Poder Executivo”; quanto a composição do Conselho Administrativo, descrita no Artigo 8º, que demonstraria o seu caráter supra institucional – dele fariam parte, além do Secretário de Educação e Cultura e o Reitor da Universidade criada, o Reitor da UEFS, e o superintendente da Universidade do Sudoeste (UESB), e mais: o Procurador Geral do Estado, o Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia, o Secretário da Administração e mais “quatro (04) membros escolhidos pelo Governador do Estado, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência no campo educacional, oriundas das

¹⁰. In MARQUES, Zélia C. N. (org), 2007, p.247.

¹¹ Idem.

diversas regiões abrangidas pela UNEB”. Pois a finalidade desta instituição seria o de “desenvolver de forma, harmônica e planejada, da educação superior [...]”, subentendo-se que, de todo o Estado da Bahia. Como se sabe a proposta de integrar o conjunto do ensino superior baiano a uma única instituição de caráter abrangente, não vingou e as instituições universitárias apartadas permaneceriam como sempre foram: incômodas¹². Situação em que as limitadas intenções dos planos governamentais para o ensino superior baiano e os sujeitos reais estabeleceram uma relação de contrariedade, pois, as demandas sociais por educação no Estado e as pressões locais foram determinantes.

Assim, além das questões conjunturais inerentes ao papel que os agentes sociais locais desempenharam, a implantação da Universidade em Feira de Santana estaria revestida também de outras implicações sociológicas e históricas. A princípio, os intelectuais baianos que comandavam a gestão estadual (incluindo-se o governador Luis Viana Filho, o Secretário Estadual de Educação e Cultura, Luís Augusto Fraga Navarro de Britto e seus auxiliares) e tentaram planejar a educação do Estado, não vislumbravam expandir a ideia predominante de universidade, centrada na UFBA, para Feira de Santana. Ela emerge no cenário educacional interiorano como resultado das diacronias acima mencionadas, das “agitações”, conforme assinala Thompson (1981), do campo educacional na cidade de Feira de Santana, na condição de algo que, numa linguagem mais comum, “implodiu” o planejamento, brotou das impertinências do campo intelectual e político na/da cidade que bem souberam captar e transformar em projetos as aspirações educacionais das camadas sociais médias ascendentes locais e regionais, desde final dos anos de 1950.

Nesta tese procura-se evidenciar que, apesar das resistências impostas ao interior do Estado, a cidade de Feira de Santana reunia as condições socioeconômicas e culturais para implantação de uma universidade, cujo projeto de implantação articula-se a lógica de expansão educacional ocorrida no Brasil, a partir do final dos anos de 1960, efetivada na Bahia sob a batuta do governo estadual. A iniciativa de agentes sociais no plano local, com expressivo apoio do campo político-

¹² Todavia as instituições existentes naquela época, UEFS, UESB e UNEB, foram na ocasião agrupadas para formar o “sistema baiano de ensino superior”, conforme esclarecimento do ex-Secretário de Educação e Cultura, Edivaldo Boaventura, em entrevista que nos concedeu em janeiro de 2009, do que, deduzimos, possibilitou ao governo do Estado tratá-las como sendo um único *corpus*.

partidário municipal, viabilizando recursos, foi crucial para o imediato início da organização do campo universitário em Feira de Santana, com a implantação em 1970 do primeiro Conselho Diretor daquela que seria a primeira universidade estadual da Bahia concebida inicialmente como “Fundação Universidade de Feira de Santana”.

O enfoque da pesquisa centrou-se na constituição da UEFS nas diferentes conjunturas que envolveram os seus processos institucionais identitários, na perspectiva da memória construída pelos agentes nela envolvidos direta ou indiretamente, revelando os elementos sócio-históricos que circunscreveram as relações e tensões que resultaram na criação e implantação da primeira universidade pública no interior baiano.

1. 1 Problemática

O principal foco desta tese recai sobre a constituição do campo universitário na cidade de Feira de Santana no transcorrer de sua primeira década. Aqui considerado o ano de 1968, com a implantação da Faculdade de Educação, como o marco inicial desse processo, buscou-se focar as ações que perpassaram e foi parte constitutiva das políticas mais amplas voltadas para educação, em particular no início da expansão do ensino universitário para o interior da Bahia, sob a chancela da instância executiva estadual de poder.

A conjuntura política brasileira iniciada em 1968, após a edição do Ato Institucional nº 5, em que se vivia um cotidiano de vigilância policial-militar¹³, esteve subjacente à organização e implantação do campo universitário na cidade de Feira de Santana, o que a colocava como vulnerável às injunções externas ainda no nascedouro. As angústias de uma ditadura de estado, instalada no País desde 1964, pesavam por toda parte, em Feira de Santana, na Bahia, no restante do Brasil e como um grande espectro rondava a América Latina. Não se tratava apenas de um país, mas de quase todo um continente sob o signo do medo.

A universidade constituiu-se num dos espaços institucionais em que o regime ditatorial mais procurou intimidar e se possível manter o controle, ao promover o afastamento de professores e, em alguns casos, impondo a presença de

¹³ A vigilância policial-militar refere-se ao processo de repressão à “subversão” e ao comunismo perpetrado pelos militares a partir de 1964, que esteve presente durante todo o período da ditadura no Brasil.

colaboradores do regime em cargos administrativos – nesse sentido se pode dizer que, além das ações de silenciamento dos opositores, houve tentativas de controle da universidade pública por essa via, sendo o exemplo clássico dessas situações o que ocorreu na Universidade de Brasília, que sofreu invasão policial e militar, e teve um número considerável de seus professores afastados, além de outras medidas que alterariam o seu projeto original (OLIVEIRA et.al., 2006)¹⁴.

Pouco depois do golpe militar iniciou-se a “Operação Limpeza”, com o objetivo de empreender uma caça àqueles denominados de “subversivos” civis e militares em todos os níveis do aparato estatal, cuja evolução deu origem a outros organismos burocráticos de controle militar, com base na “doutrina da segurança nacional”, dirigidos pelo “serviço nacional de inteligência” – o SNI. Nas universidades, além da ação das “comissões especiais de inquérito” CEIs, iniciadas na referida “Operação”, seriam instituídas, a partir de 1970, as “assessorias especiais de segurança e informação”, as AESIs – vinculadas ao setor de “inteligência e segurança” do MEC, na qual participavam funcionários das próprias universidades (MOTTA, 2008)

A rigor a instituição universitária é por sua natureza também um espaço de poder, que tem vínculos com a produção do conhecimento, o saber como uma forma de poder político. Não foi sem razão que entre nós os movimentos de resistência contra a ditadura militar ganharam força a partir das universidades. Em particular, com base no conhecimento nelas produzido e divulgados nos fóruns acadêmicos e científicos, tendo á frente a SBPC cujas reuniões anuais se constituíram em imensos encontros que extrapolavam os seus objetivos imediatos, abarcando diversos setores sociais na crítica contra a ditadura. Esses encontros traduziam-se na própria força do argumento num período em que predominava o argumento da força, eram, portanto, a “nossa força e a nossa voz”, lembrando o jargão que seria adotado posteriormente na reconstrução da UNE¹⁵. Durante a ditadura militar o incremento da pós-graduação e das atividades de pesquisa no interior da instituição

¹⁴ Dias após o golpe de 1964, a UnB foi invadida por tropas do Exército e da Polícia Militar. O reitor, Anízio Teixeira, o vice-reitor e o conselho diretor foram demitidos, professores e estudantes foram presos. Entre os primeiros atos do reitor nomeado, à revelia dos órgãos Universitários, constou a expulsão de treze docentes e um estudante, sem acusação, sem processo, sem direito de defesa – isso ocasionou a demissão voluntária de uma centena de professores. Posteriormente, em 1968, essa instituição seria ocupada por tropas do exército. (RISTOFF, D. e SEVEGNANI, P. (orgs.), 2006, entre outros).

¹⁵ A União Nacional dos Estudantes foi reconstruída durante Congresso realizado em Salvador em maio de 1979.

universitária, em sua maioria pública, propiciaram um substancial reforço à autoridade do campo científico, permitindo-lhe uma fatia razoável nas relações de poder sob a hegemonia militar.

Nesta pesquisa parte-se do pressuposto de que já no nascedouro da Universidade Estadual de Feira de Santana conflitavam duas complexas dimensões: A primeira, que visava capacitá-la como campo universitário de ensino, pesquisa e extensão, para o que seria necessário um relativo clima de liberdade e autonomia, e uma segunda dimensão repressiva, que já imperava nas universidades públicas, cuja finalidade era imprimir uma face de aparelho à instituição, a partir de um sistema de controle das atividades com vistas ao combate à “subversão”, articulado à hierarquia dos serviços de inteligência e segurança do País, no âmbito de um projeto político-ideológico mais amplo. Associado a isso, na outra face dessa mesma moeda, interpunham-se as intenções imediatas dos interesses político-partidários locais e regionais dos agentes que se consideravam os exclusivos mentores e porta-vozes autorizados da instituição, reforçando a ideia de efetivá-la enquanto aparelho vinculado ao partido da ordem – que procurariam impor uma espécie de “privatização” partidária. Conforme veremos mais adiante, isso teve uma implicação na organização inicial do campo, com a criação do primeiro Conselho Diretor da FUFES, onde os intelectuais tiveram de conviver com familiares de representantes dos micro-poderes locais, que assumiram os postos de seus parentes, porque eles próprios estavam legalmente impedidos por exercerem mandatos legislativos e executivos.

A noção de “aparelho” é aqui entendida conforme Bourdieu (1998), como significando a eliminação das lutas inerentes ao funcionamento de um campo ou instituição e refere-se a situações em que o campo se torna rígido, a

[...] exemplo das suas formas extremas – quartel, prisão ou campo de concentração – [que] dispõe dos meios para aniquilar simbólica e praticamente o ‘velho homem’, tanto mais a instituição tende a consagrar agentes que tudo dão à instituição (ao ‘Partido’ ou à ‘Igreja’, por exemplo) e que realizam essa *oblação* de maneira tanto mais fácil quanto menos capital possuem fora da instituição, logo, quanto menos *liberdade* tiverem em relação a ela e em relação ao capital e aos ganhos específicos que ela oferece (p. 95, grifos do autor).

Contrariamente, os campos são considerados como sendo os âmbitos onde se desenrolam as práticas sociais, tratados como espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas, mais ou menos padronizadas, sobre formas específicas

de autoridade. O conceito de campo foi elaborado por Bourdieu para dar força à noção estática e reificada de estrutura social e dotá-la de dinamismo histórico¹⁶.

A pesquisa empreendida focalizou a primeira dimensão de campo universitário, cuja implantação foi essencial o esforço de intelectuais e políticos (nesta ordem) vinculados à cidade, que se empenharam desde o final dos anos cinquenta do século passado, na articulação de movimentos que lutavam pela interiorização do ensino superior na Bahia. Aponta-se ainda, o esforço de intelectuais convocados como professores para fazê-lo funcionar enquanto instituição universitária. Todavia, a primeira dimensão aqui é considerada como pano de fundo, algo que foi /está inscrito na instituição, sem o qual seria impossível compreender as relações e tensões inerentes a esse campo. Implicada na tentativa de imprimir ao mesmo uma “harmonia” imposta pelo medo, presente nas demais universidades públicas e, ao mesmo tempo, tensionada enquanto tentativa de torná-la um aparelho por parte dos agentes da facção (ou facções) partidária local.

No processo de investigação que resultou nesta tese buscou-se, portanto, **compreender a ação dos diferentes agentes sociais que se defrontaram na construção do campo universitário público em Feira de Santana, reconhecendo-a como instituição produtora de mudanças significativas na cidade.** Para isso, foi composta uma abordagem multidimensional, conforme sugere Justino Magalhães (1996), que consiste na utilização de um manancial de informações colhidas junto a fontes orais, arquivísticas, literárias (fontes originais e fontes secundárias), no sentido de efetivar a necessária mediação entre a memória e o arquivo. Trata-se de uma abordagem que visa estabelecer relações na perspectiva da cultura e procura conferir um sentido às experiências historicamente vivenciadas, buscando-se desvendar as motivações da ação dos agentes sociais envolvidos. Assim, a memória dos agentes implicados foi um dos fios condutores da pesquisa e ocupa importante espaço neste trabalho. O percurso consistiu em **investigar como as memórias dos principais sujeitos envolvidos retratam suas inserções na organização do campo universitário feirense no âmbito de suas trajetórias individuais, analisando as diferentes interpretações por eles construídas.** Os relatos orais foram divididos em três blocos, conforme o exposto abaixo.

¹⁶ Maior aprofundamento dos conceitos em Bourdieu será realizado no segundo capítulo desta tese.

O primeiro bloco de entrevistados engloba alguns dos sujeitos que atuaram na Secretaria de Educação e Cultura da Bahia: Luis Henrique Dias Tavares, professor aposentado da UFBA, exerceu a função de Diretor da Divisão de Ensino Superior, DESC; e Joaquim Coutinho, juiz aposentado e ex-professor, afastado da UFBA em 1969. Foi o coordenador do Centro de Estudos e Planejamento da Secretaria de Educação durante a gestão do Secretário Luis Antonio Fraga Navarro de Brito (1967 a 1969); Edivaldo Boaventura que terminou o mandato de Secretário de Educação e Cultura (1970-1971) na gestão de Luis Viana Filho.

O segundo bloco envolve o grupo precursor do ensino superior na cidade de Feira de Santana, os intelectuais: Geraldo Leite e Fernando Pinto de Queiroz. Deste último foi utilizado o seu depoimento proferido sob a forma de palestra, intitulada “História do Ensino Superior em Feira de Santana”, no Departamento de Educação da UEFS, em 27 de maio de 1996. Nesta ocasião foi acompanhado de Wilson Falcão, também membro do grupo precursor, que prestou o seu depoimento, aqui utilizado, já que o mesmo é falecido. Aquela palestra de Fernando Pinto, foi parte das comemorações dos vinte anos da instituição, encontra-se gravada em VHS e em 2007 fizemos uma cópia em CD-R, e logo depois tivemos a oportunidade de assistir ao lado deste a sua reprodução. O efeito disso foi que Fernando Pinto, do alto dos seus oitenta e três anos, demonstrou que aquelas lembranças mais de dez anos depois (trinta de existência dos seus sonhos de universidade) muito o perturbavam ainda, sobretudo os silêncios, o que não foi dito. Sempre muito atencioso e polido, neste dia, após diversos adiamentos da entrevista que iria nos conceder, pontificou que aquele seria o seu depoimento, a sua versão da história, pois tudo que poderia dizer estava ali, mais, que eu buscasse nos documentos. No entanto concordou em relatar sua história de vida referente ao período anterior à UEFS e dois meses depois gravamos uma hora e quinze minutos, já em 2009. A transcrição lhe foi devolvida assim que se concluíram as transcrições, pois havia manifestado interesse em escrever suas memórias como o fizera Geraldo Leite e gostaria de aproveitar aquele material. Assim, consideramos aquele depoimento de 1996, conforme sua solicitação, como sendo suas informações a esta pesquisa – a transcrição feita pela professora Leda Maria Barros foi nos passado por ele com a correção á mão de pequenos lapsos da transcrição (depois conferi com o original e nada havia acrescentado ou retirado). Sabendo das intenções de escrever suas memórias e um livro especial para ele sobre a Faculdade de Filosofia de Feira de

Santana, não solicitamos para pesquisar este último arquivo (se não me engano, eram duas ou três caixas de documentação), respeitando seus interesses e sua privacidade, mesmo assim muito material colocou-me à disposição para esta pesquisa. Das “fontes orais” consultadas Fernando Pinto foi a pessoa com quem mais tivemos contato, sempre ligava para saber do trabalho, leu um dos artigos que escrevemos sobre o assunto, fez comentários e gostaria de mudar algumas coisas que ele não concordava. Voltamos à sua residência outras vezes para consultar seu acervo e nos informou que trabalhava no sentido de aprimorar aquele material que havíamos gravado, acrescentando outras coisas, mas pouco tempo depois passou a não andar bem de saúde, adoeceu e veio falecer no início de 2010.

No terceiro bloco estão outros sujeitos envolvidos: a) com o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Feira de Santana, na sua fase inicial, o prefeito João Durval Carneiro e seu Secretário de Educação, Raimundo Pinto, mais os professores Raimundo Gama e Maria Cristina Oliveira Menezes; b) professores vinculados à Faculdade de Educação: Joselice Macedo¹⁷, professora aposentada da UFBA, e ex-professora da Faculdade de Educação de Feira de Santana, nome importante na concepção da referida Faculdade, juntamente com Zahidée Machado Neto (falecida); c) professores vinculados tanto à Faculdade quanto à Universidade: José Jerônimo Moraes, primeiro Professor Emérito da UEFS, aposentado da área de Letras; Yara Cunha Pires, que participou dos primeiros momentos de implantação da Faculdade de Educação, aposentada da área de Educação, foi reitora da UEFS; Zélia Caribé Marques, professora da área de Geografia e esposa de José Maria Nunes Marques, diretor da referida Faculdade, que, também ocupou os cargos de Pró-reitor e Reitor da UEFS; d) professores vinculados à implantação da

¹⁷ Após concordar por telefone, que nos concederia essa entrevista, no momento marcado, Joselice Macedo ficou muito reticente para falar daquela época e manifestou até receios de não ser “bem interpretada” na cidade (entendemos que se referia aos políticos, ao carlismo, etc.), remetendo-se nesse momento à memória, que não era exclusiva dela, mas coletiva, de sofrimento relativo aos cerceamentos e limitações das liberdades democráticas e de expressão daquela conjuntura de terror e, para tranquilizá-la, mostramos que o equipamento de gravação estava desligado e só ligaria com sua permissão. Argumentamos que os “poderosos” da cidade e do Estado não se interessariam por nosso trabalho naquele ano de 2009, pois tratava de assuntos de quarenta anos atrás e tudo mais para demonstrar o distanciamento em relação a uma Faculdade que também não mais existia. Só demonstrou alívio depois que reafirmamos que devolveria sob a forma escrita o que foi gravado para sua aprovação, o que foi feito poucos dias depois. Também dissemos que a intenção não era pedir que ela falasse coisas que fosse constrangê-la e diante do roteiro apresentado poderia responder o que achasse conveniente e se não quisesse responder nada ficaríamos satisfeitas da mesma forma, com todos os pedidos de desculpas pertinentes à ocasião. Por fim, chegamos a dizer que poderíamos voltar outro dia, mas ela disse que não, que conversaria conosco naquela hora. Pouco tempo depois soube de seu falecimento, ainda em 2009.

Universidade e criação da entidade de professores: Eloi Barreto, Naidison Quintela, Erivaldo Fagundes Neves; funcionária e estudante, respectivamente: Mariinha Belo e Luciano Ribeiro, da FEEFS.

Ressalte-se, no entanto, que, diante da amplitude do período estudado que envolveu uma abordagem retrospectiva aos movimentos do início dos anos de 1960, muitos dos relatos orais foram considerados apenas tangencialmente e/ou de modo parcial, e outros não são aqui expostos na sua plenitude, mas serviram para corroborar algumas hipóteses e levantar outras para futuras pesquisas. Afora isto, um professor e um ex-estudante esquivaram-se e/ou se recusaram a participar da pesquisa, alegando que não tiveram participação, sinais de fissuras entre os agentes de um mesmo segmento na instituição, a partir dos movimentos políticos de organização, sobretudo, dos professores, estudantes e funcionários nos início dos anos oitenta – período que não se constituiu objeto deste trabalho, embora seja algo muito presente e foco de tensão exposto nos relatos dos professores, a merecer aprofundamento específico.

Ainda para compor as memórias dos sujeitos envolvidos no processo estudado, dentre os escritos deixados pelo Secretário de Educação e Cultura, Luiz Navarro Fraga de Brito, foi utilizado o livro póstumo “Educação na Bahia: propostas realizações e reflexões” (Salvador: T. A. Queiroz Editor/UFBA/INEP/OEA, 1991), onde comenta em dois diferentes artigos sua experiência à frente da referida Secretaria, livro prefaciado por Luis Viana Filho; de José Maria Nunes Marques (impossibilitado na época de conceder entrevista¹⁸) é utilizado o livro organizado por Zélia Marques, “Educar: seu trabalho, sua vida”, mais do que uma “autobiografia inconclusa”, como diz a organizadora, esse livro contém documentos valiosos: artigos, correspondências, discursos proferidos, no qual boa parte do conteúdo diz respeito ao objeto em estudo e escritos no calor dos acontecimentos. Outro livro de memórias, utilizado foi o elaborado por Geraldo Leite, primeiro Reitor da UEFS, intitulado “Reminiscências”. As Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretor da FUFES, correspondendo ao período estudado, completam as fontes memorialistas. Em todos os casos, fontes orais e memorialistas, são aqui tratadas como interpretações e representações dos sujeitos envolvidos sobre a história do objeto em estudo – por intermédio dessas narrativas é que teremos

¹⁸ Acometido de doença terminal – “Mal de Alzheimer” – vindo a falecer em 2009.

acesso às “verdades” dos grupos que empreenderam a implantação do campo universitário estudado.

A pesquisa arquivística realizada desenvolveu-se: primeiro no acervo particular do bacharel e professor Fernando Pinto Queiroz, que guarda um importante arquivo contendo recortes de jornais, cópias de documentos oficiais, correspondências e outros documentos pertinentes. A partir desse primeiro levantamento, buscamos o arquivo do jornal **A Tarde** uma que vez que este jornal (na pessoa do seu redator chefe Jorge Calmon) esteve envolvido no movimento pela “interiorização da universidade”, no início dos anos de 1960. Também foram consultados os acervos de periódicos do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e da Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador. Nesses acervos optamos por pesquisar apenas os jornais **A Tarde** e o **Jornal da Bahia** (este último em razão de pertencer à família do deputado federal feirense Wilson Falcão, um dos importantes mentores, que atuava no campo político). O jornal **Folha do Norte**, de Feira de Santana foi de muita valia na reconstituição dos movimentos por ensino superior na cidade que antecederam à criação da Universidade. De modo tangencial recorreremos aos jornais de Feira de Santana que surgiram depois de 1964: **Tribuna Popular, Situação, Jornal da Feira e Feira Hoje**¹⁹.

Na Biblioteca Central Julieta Carteadado da UEFS, recorreu-se aos documentos oficiais pertinentes à Instituição. A localização e cópia de documentos da FUFES foram facilitas pela disponibilização dos Acervos Particulares de Geraldo Leite e Raimundo Gonçalves Gama, o primeiro relativo às Atas da Fundação e o segundo pertinente ao acesso de documentos legais iniciais, cujas cópias eram distribuídas aos participantes do Conselho Diretor da FUFES. No arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana foram consultadas as Atas referentes ao período em estudo.

O recorte temporal, que envolve os primeiros dez anos de criação da instituição universitária em Feira de Santana. Justifica-se na medida em que o enfoque da tese situa-se nos processos que circunscreveram a implantação do referido campo, que foram assinalados com a implantação da Faculdade de Educação em 1968 e a posterior criação da Fundação Universidade de Feira de Santana, em dezembro de 1969. Cujo funcionamento do Conselho Diretor, que

¹⁹ Outro jornal de cunho estadual, o Diário de Notícias, também foi utilizado apenas tangencialmente. O jornal Feira Hoje, criado no início da década de 1970, merece estudo específico, pois ao longo de todo o processo esteve envolvido com a implantação e consolidação da Universidade.

articulária a implantação da mesma, ocorreu logo no ano seguinte, em 1970, sendo esse Conselho a forma inicial de inserção da Universidade na sociedade feirense. Quando entraram em jogo as diferentes e conflitantes intenções dos intelectuais da cidade, que traziam um conhecimento prévio por haver elaborado projetos acerca das necessidades do ensino universitário em Feira de Santana, e as intenções dos agentes político-partidários que se colocavam também como organizadores – isto num cenário de pouco mais de um ano de vigência do AI-5. Considerou-se, então, o ano de 1969 como o início de uma década desse processo, que envolveu o reitorado de um dos principais sujeitos do núcleo fundador, Geraldo Leite, substituído em 1979 por José Maria Nunes Marques.

O envolvimento dos intelectuais com a questão da implantação do ensino superior para a cidade foi discutida neste trabalho, enquanto vetor essencial na organização do campo estudado, realizando-se um movimento retrospectivo a tentativa foi a de situar as trajetórias e memórias desses sujeitos envolvidos.

Após seis anos dos processos que visavam a autorização e o reconhecimento formal da instituição, a Universidade de Feira de Santana entrou em atividade em 1976. Com o funcionamento propriamente dito, no âmbito das relações de poder inerentes à instituição universitária em foco, dois outros sujeitos entraram em cena os professores, estudantes e o corpo administrativo de funcionários – lembremos que nessa ocasião ainda prevaleciam os estatutos “revolucionários” que asseguravam as práticas de dominação política, mas já com promessas de abertura democrática²⁰. Como intelectuais, as trajetórias dos primeiros professores entrecruzam-se com as histórias e trajetórias do grupo precursor, com o qual dividiriam os papéis de “fundadores” da Universidade em Feira de Santana – passariam a produzir a instituição e a fazê-la funcionar como um *campo* universitário, com suas relações de força e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações. Isso em um momento da história da educação no Brasil em que no ambiente das universidades cresciam os movimentos de resistência à ditadura militar – com destaque para o surgimento das associações de professores, tanto as de cunho científico quanto as de perfil sindical que ingressariam fortalecidas nos anos de 1980.

²⁰ A partir do governo Geisel (1974-1979), quando o “milagre econômico” já estava em crise, inicia-se o processo de abertura democrática, anunciada como “lenta, gradual e segura”.

Na ausência de trabalhos sobre a história da instituição estudada ²¹, acreditamos que a abordagem aqui desenvolvida, enfocando a diversa documentação acima assinalada e mais a bibliografia, pode nos ter levado a compor um quadro valioso das relações entre a história e a memória da Universidade Estadual de Feira de Santana.

1.2 Pontos de Partida e de Chegada

Nesta tese trabalha-se com horizontes epistemológicos presentes no campo da sociologia e da história para apreender as condições e tensões da trajetória em que foi sendo constituída, tecida, uma instituição universitária pública no interior do Estado baiano, investigando as suas memória e história.

No campo da sociologia da educação, a recorrência aos procedimentos da ciência histórica no estudo das instituições educativas vem sendo consagrada com mais intensidade desde as últimas décadas do século passado, a exemplo do trabalho de André Petitat de 1982²², já considerado clássico na literatura sociológica, que contempla, no dizer do autor, uma “análise sócio-histórica”. Esse volver da sociologia não é recente, mas resulta do enfrentamento das discussões sobre as suas bases epistemológicas instauradas e inspiradas, historicamente, no positivismo, do qual derivaram diversas tendências teóricas que englobam o funcionalismo, cujas bases foram delineadas em linhas gerais na obra clássica de Durkheim. De acordo com Petitat (1982), as tentativas de superação das concepções funcionalistas, embora avançassem no reconhecimento do papel ativo e criador dos indivíduos na produção das situações sociais, esbarravam em limitações explicativas. Essas teorias situavam-se no âmbito de uma corrente que o autor denomina de “conflitualista”, cujas tendências nela abrigadas iriam desde os autores que se declaram marxistas até os inspirados por Max Weber e mesmo pelo pensamento marxista (p.21). Contudo – concorda – a compreensão de um

²¹ Existem dois trabalhos que tangenciam a discussão aqui empreendida: o de FERREIRA (1997). *A emergência da Universidade Estadual de Feira de Santana e o seu estudante, no contexto da historicidade da região*; e o de MORAES (2003), *Analizando a Universidade Brasileira: um estudo de caso do Departamento de Educação da UEMS*. (Ambos dissertações de mestrado).

²² O trabalho de Petitat foi publicado originalmente na língua francesa em 1982. Na edição brasileira: ***Produção da Escola/Produção da Sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução da escola no ocidente***. Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas 1994.

fenômeno com a complexidade da questão educacional, que muda de forma e de substância conforme a época e o local, comporta uma multiplicidade de enfoques que se completam através do mútuo exercício crítico, o que não as inviabilizavam do ponto de vista teórico, na compreensão de aspectos do real. A preocupação com a amplitude que tais teorias sociológicas da educação encerravam, levaram o autor a perceber que independente do nível de generalidade todas as construções teóricas por ele estudadas, fossem adeptas do que fossem, definiam a educação “fundamentalmente por suas funções reprodutivas, a integração social ou a dominação de classe”. Pondo-se como necessário, assim, o recurso à história, vez que “nenhuma das tendências da sociologia da educação poderiam prescindir de uma abordagem histórica, pois todas elas implicam julgamentos implícitos ou explícitos sobre a história da educação” das instituições escolares e de suas formas (p. 35). Na opinião de Petitat (1982), para melhor fundamentação deve-se recorrer “no mínimo a uma História encarada como um inventário provisório [...] de estruturas, funcionamentos, conteúdos simbólicos e práticos” (p. 36).

Os resultados do trabalho do autor em foco, apoiado na História, representaram um avanço nos estudos sobre a atividade educativa, analisada na relação com outras atividades sociais, que passaria a ser compreendida como sendo ao mesmo tempo produtora de instituições pedagógicas, de uma cultura e de esquemas de comportamento, bem como de reprodução de relações sociais externas; numa perspectiva em que a história da educação também deva ser uma história social.

Embora distante no tempo, importa aqui ressaltar que a abordagem de Petitat foi um dos marcos na expansão dos caminhos e possibilidades da investigação sociológica da educação. Onde a aproximação com a história ocorre no sentido de contribuir para a teoria da educação, que contemple os recursos da epistemologia da história, isto é, numa interação que permite não só alargar os estudos, mas a definição de novos ou redefinição de velhos objetos no âmbito da história da educação. Isto é, sem eliminar os procedimentos de construção do objeto na sua “sociologicidade” procura-se nesta tese “dar conta” do mesmo no âmbito da história, na perspectiva de compreender os nexos das relações estabelecidas pelos agentes, que são sujeitos históricos, na dinamicidade e complexidade de suas práticas sociais, referenciadas, portanto, não apenas no espaço, mas, sobretudo, no tempo. Neste mesmo sentido, emerge como significativo o trabalho de E.P. Thompson

(1981), ao assinalar que a preocupação do historiador é com “as múltiplas evidências cuja inter-relação” se constitui no objeto da investigação histórica. Isto é, as dinâmicas, as “agitações”, no movimento da história resultam de uma interação que a seu ver redefine constantemente o objeto do conhecimento. Para o autor, essa interação depende das *experiências vividas* dos agentes históricos. Assim, a

[...] *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (grifo do autor, p. 15).

A experiência é válida e efetiva – afirma – contudo dentro de determinados limites, embora esta não seja uma questão imediata, “mas a maneira de alcançá-la ou produzi-la” e mais:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. [...] Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se um único dia sem pensamento (THOMPSON, 1981, p.16).

Nesse sentido, na abordagem que se tentou empreender nesta tese entram em cena não apenas os aspectos da “experiência modificada” da pesquisadora como também as relativas aos sujeitos pesquisados, que as vivenciaram nos confrontos com suas subjetividades e a cultura na qual se encontravam inseridos²³.

A afirmação do fazer historiográfico elaborado por Thompson (1981) vem a propósito da crítica radical à perspectiva do constructo idealista althusseriano, que dominava o conhecimento das ciências sociais até os anos oitenta do século passado e tanto influenciou a área de educação. Tratava-se de uma espécie de sociologia das ideias que, em linhas gerais, incorre na falha teórica de conceber o real como sendo epistemologicamente nulo e inerte, descartando, assim, a possibilidade de investigação empírica. Para o autor em foco, as elaborações do estruturalismo idealista de Althusser seriam uma afronta política e teórica ao marxismo, pois dentre outras incoerências confunde empiria com “empirismo” e ignora o *diálogo* entre o ser social e a consciência social, levando-o a desqualificar a importância científica da história e da historiografia. Razões pelas quais E. P. Thompson empreendeu uma refinada refutação ao referido idealismo na afirmação

²³ Da qual também fazemos parte enquanto pesquisadora.

da pesquisa e do trabalho histórico à luz da teoria marxista, tão deturpada pelo seu oponente. No trabalho aqui citado, Thompson repõe a questão da práxis, eliminada na obra de Althusser, e retoma a centralidade da história e do agir humano, para compreensão dos diálogos pelos quais o conhecimento histórico emerge (MÜLLER, 2007).

Em oposição ao modelo teórico que conferia mais importância aos procedimentos de análise do que ao conteúdo das práticas sociais analisadas. Thompson assinala que a história opera com uma lógica própria de abordagem e escrita “adequada aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares”. Em razão dessa dinamicidade “o objeto de investigação se modifica, [ao tempo em que] também se modificam as questões adequadas (p. 48)”. Nesse sentido faz-se necessário o “diálogo disciplinado” com as evidências, estas tomadas não como um plasma que adere aos fatos, uma vez que os conceitos são também determinados historicamente e não podem ser tomados como “modelos”, mas antes como “expectativas”, uma vez que os conceitos: “Não impõem uma regra, mas apressam e facilitam a indagação das evidências, embora se verifique com frequência que cada caso se afasta da regra, sob este ou aquele aspecto” (p. 56). Os conceitos são, portanto, elásticos, provisórios e não categorias absolutizadas, reificadas, posto que, são modificáveis à medida que são postos à prova e problematizados. O objetivo da história – afirma – “é reconstruir, ‘explicar e ‘compreender’ seu objeto: a história real (p. 50)”. Compreendendo-se por real as atividades, instituições e ideias humanas, o que contempla a “experiência humana”, pois nesta,

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida, (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON , 1981, p.182, grifos do autor).

O autor ressalta que através da experiência histórica lhe foi possível entrar nos silêncios reais da obra de Marx e nesse exercício explorou “tanto na teoria como na prática os conceitos de junção (“necessidade”, “classe” e “determinação”), pelos

quais através do termo ausente, “experiência”, a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história” (p.188). E relativo ao conceito de “experiência” assinala que foi levado a

Reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados, pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão [...]: parentesco costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulso milenarista, maneiras, leis instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de *classe* peculiares) sua pressão sobre o conjunto (p. 189, grifo do autor).

Na dimensão complexa da experiência social, que é histórica, o autor citado alia o conceito de cultura, também como um conceito de mediação, mas num ponto de junção de outro tipo (MULLER, 2007), pois as pessoas

Também experimentam [sua própria experiência] como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (p. 189).

Sublinhadas as questões essenciais que constituem a matéria prima da história numa perspectiva em que permite uma abordagem em diversos ângulos nos quais as questões da moral, dos valores, e das relações afetivas, estão presentes, argumenta o autor em foco, que

[...] Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais surgem em nossas ideias. São as normas, regras expectativas etc., necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “*habitus*” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata (p. 194, grifos do autor).

Ainda assinala o autor em foco que “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesses; que em cada “necessidade” há um afeto, ou “vontade”, caminho se transforma num “dever” (e vice-versa) que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” (p. 194). Realiza desse modo, uma incursão num campo de conhecimento da antropologia ao tempo em que aproxima de questões postas por Pierre Bourdieu para quem, concordando com Thompson, o agir humano comporta dimensões que não podem ser encerradas,

lacradas, em nenhuma “grande teoria”. A teoria, portanto, não é algo superior e anterior que subordine a “experiência humana”, em concordância com Brandão (2002, p. 71): “Longe de significar, no caso, uma desvalorização da prática científica, o reconhecimento de suas limitações é tão mais agudo e partilhado em determinada comunidade científica, quanto mais rigorosa, competente e reconhecida socialmente for essa área de conhecimento” e, para essa autora, “a *teoria* é, nessa ótica, *sempre* uma *hipótese*” (grifos seus).

A incursão feita no trabalho de Thompson (1981) tem objetivo de demonstrar não só os embates da história com um campo que foi em determinado período bastante assimilado/apropriado pela sociologia da educação. Particularmente aqui no Brasil, onde a teoria que designava a educação como “aparelho ideológico de estado” cabia como uma luva na observação e análise de nossa realidade educacional durante a ditadura militar, e muito influenciou as concepções e práticas pedagógicas. Sobretudo, em razão do inventário rigoroso elaborado pelo autor acerca da investigação da história a partir do campo do materialismo histórico, não o assumindo como um dogma, como faz o seu contendor. Todavia, enquanto um terreno historiográfico determinado, tanto do ponto de vista do campo científico (trata-se de uma teoria com intenções totalizadoras e enfoca a Economia Política), pondo a necessidade de reconhecer e aprofundar os silêncios em Marx. Ao tempo em que elaborou um libelo político que se contrapunha aos defensores do stalinismo²⁴ (antes da queda do muro de Berlin), na perspectiva de um socialismo humanista – como vimos – ao repor o sujeito (homens e mulheres reais) humanizado, no diálogo com suas culturas, hábitos e sentimentos. Ou seja, de Thompson assumimos, além dos conceitos enunciados que envolvem a experiência humana e suas dimensões, a utopia política marxista (no sentido filosófico da expressão), e as preocupações com os procedimentos e análise da história, com os referenciais assinalados.

Do autor referido ressaltamos acima questões simples, certamente resolvidas para a maioria dos estudiosos, contudo vez por outra esbarramos em trabalhos na área de educação ainda, operando com viés funcionalista (por longo tempo fez/faz

²⁴ Trata-se aqui de um posicionamento político do autor, cf. Müller (2007), no qual estavam em jogo as discussões da esquerda inglesa naquele período da história (segunda metade da década de 1960), frente à hegemonia teórica das leituras althusserianas, cujos resultados do conhecimento produzido nesse confronto teriam influenciado não apenas uma reflexão e amadurecimentos no campo da história, mas, provavelmente, em outras áreas de conhecimento como a corrente inglesa da “nova sociologia da educação”.

parte do senso comum científico das ciências sociais e da educação²⁵). A intenção aqui foi a de tentar não incorrer nesses mesmos tropeços, que englobam os cuidados que o pesquisador deve observar evitando as armadilhas. O que Bourdieu (1998) chama de “filosofia teleológica da história” ou “filosofia espontânea da história” – esta consistiria tanto na mistificação de conceitos que designam instituições ou entidades coletivas tomados como sujeitos históricos capazes de originar e realizar seus próprios fins (p. 75), bem como outras posturas influenciadas pelo viés funcionalismo, que produziriam uma “história reificada” (p.76) A mesma matriz transformada em senso comum, que assegura que o “Estado” baiano “planejou” “todas” as suas universidades, quando a intenção “planejada” estaria apenas em uma delas prevista para desempenhar funções disciplinadoras do campo.

Quando a direção do campo político majoritário na Bahia resolve implantar “universidade” em Feira de Santana à revelia dos diagnósticos e prognósticos de seus intelectuais orgânicos no campo da educação pública, que previam para o interior do Estado. Conforme já salientado, a difusão de licenciaturas reduzidas ao atendimento da demanda de professores de primeiro ciclo (antigo ginásio), o faz em razão das tensões e demandas que a manifestação desse mesmo campo sinalizava desde Feira de Santana e englobaria as perspectivas tanto do campo cultural, quanto dos campos econômico e político, locais. A contradição do sistema político vigente naquele período, que impunha governantes “biônicos” nas administrações estaduais e municipais das capitais e, por outro lado, eleições diretas para os poderes legislativos em todos os níveis e para prefeitos dos municípios do interior, alteraram, em algum sentido, a correlação de forças, que conferia aos agentes eleitos o respaldo popular, enquanto os primeiros deveriam “conquistá-lo” nas suas ações. Entre outras manifestações dessa contradição, a gestão municipal feirense imprimia também um cunho “científico” às suas ações de governo e empreende sua própria iniciativa de planejamento da qual resulta a elaboração do PIDL (Plano Integrado de Desenvolvimento Local), que, segundo os técnicos locais seria uma iniciativa pioneira na América Latina no âmbito de uma cidade do porte de Feira de

²⁵ Temos presente a discussão sobre a crise dos paradigmas, assim como a problemática da interdisciplinaridade que muito ocupou e tem ocupado a área de educação. E no âmbito da história foi um tema que passou a ser discutido como um dos desdobramentos da nova história.

Santana²⁶. Por outro lado, o governo local manteria uma postura agressiva na tomada de decisões “rumo ao desenvolvimento”: elabora projeto de zoneamento industrial e cria o Centro Industrial de Subaé – antecipando-se às iniciativas estaduais. Isso sinalizava, para o governo estadual, que a municipalidade bem poderia manter na agenda a temática do ensino superior e também fugir da órbita do planejamento da SEC. Além das ações dos grupos sociais de pressões, onde se incluíam políticos, intelectuais e estudantes, naquele contexto, seria inevitável que o governo estadual viesse a tomar decisão no sentido de ampliar o leque de oferta de ensino superior para o município: “e por que não uma universidade?” – Expressão atribuída ao governador Luis Viana Filho por ocasião de “audiência” dele com o deputado Wilson Falcão e o médico Geraldo Leite, quando estes reivindicavam uma Faculdade de Medicina para Feira de Santana, em novembro de 1969 (Cf. palestra proferida por Fernando Pinto e Wilson Falcão, em 27 de maio de 1996, no Departamento de Educação da UEFS, transcrita pela Professora Maria Leda Barros).

Conforme afirma Bourdieu (1998), as ‘vontades’, as ‘premeditações’ dos agentes, só podem ser analisadas nas suas próprias práticas, que, por sua vez, estão permeadas pela lógica do campo em que eles se situam e interagem, podendo as mesmas ser “contornadas, deformadas e viradas pelo avesso” no âmbito dessa lógica. Fundamento que procuramos levar em conta nesta tese para análise sobre como a Universidade em Feira de Santana foi produzida e em que condições, no processo de sua constituição enquanto *campo* no âmbito das tensões e relações de força, diferentemente distribuída entre os principais agentes que o constituíram.

Em nosso estudo percebemos quão importante foi à participação da sociedade feirense nas lutas por educação para o município, onde os seus intelectuais despontaram como elementos decisivos para a criação da primeira universidade estadual no interior da Bahia, que não seria implantada, pelo menos naquela época, se dependesse apenas e exclusivamente das “vontades” dos

²⁶ Para melhor significar o contexto sócio-espacial de Feira de Santana, consultar FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização (1970-1996)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Salvador, 1998.

intelectuais que exerciam os papéis políticos de dirigentes do Estado baiano e/ou planejadores da, então, Secretaria de Educação e Cultura da Bahia.

1.3 Roteiro da exposição

O Capítulo dois, **A História da UEFS no Campo** tem como objetivo apresentar as condições e contradições iniciais que permitiram a implantação da primeira universidade do interior do Estado da Bahia. Inicialmente traz um debate sobre a história e as memórias, e a importância do conceito de memória aliado ao de representações para o nosso estudo. A noção de campo, central na definição de nossa problemática, é aqui apresentada no contexto da obra de Bourdieu, que contemplam outros liames que reforçam a compreensão da abordagem histórica.

No Capítulo terceiro, **A Universidade no Brasil e suas (Re)formas**, tratamos do percurso das experiências de ensino superior no Brasil, procurando focar sobre a concepção de universidade no País ao longo da história da educação superior até a reforma implantada com a Lei 5540, no espírito da qual a UEFS foi implantada. Com o objetivo de compreender as ideias sobre universidade que circulavam entre nós, nesse período, o tempo de maturação desses pensamentos, os elementos de aproximação e as divergências, considerando relevante compreender o que eles trazem de novidade e o que é recorrente em relação às concepções de universidades que vingaram ao longo da história da educação e do ensino superior no Brasil.

O Capítulo quarto – **Cenários da Oferta de Ensino Universitário na Bahia** – trata da organização do ensino superior baiano desde os primórdios até a criação da Universidade da Bahia; A sua expansão e expectativas de interiorização do ensino superior no Estado. O papel do governo estadual na oferta desse nível de ensino a partir da década de 1970, com instauração do modelo de educação superior, que passaria a caracterizar o Estado baiano, a partir do PIEC.

No Capítulo cinco, **Movimentos de Interiorização da Universidade**, discute-se os processos reivindicativos por ensino superior no município desde o final dos anos de 1950 e as iniciativas empreendidas pelos intelectuais através da Fundação Simões Filho e da Associação Cultural Desembargador Filinto Bastos e seus respectivos projetos. A Faculdade Estadual de Educação e a posterior criação da Universidade de Feira de Santana.

Capítulo sexto – **Uma Aventura Universitária no Sertão Baiano**. Neste capítulo são expostos os desfechos da aventura universitária empreendida no sertão baiano que resultou na criação da FUFES em 1969; os percursos para autorização de funcionamento, bem como a trama das relações e tensões que resultaram na saída do campo universitário feirense de cada um dos seus principais mentores. Aqui são trazidos à cena os trabalhos de memória de uma pequena amostra de professores também empenhados na constituição do campo universitário na cidade de Feira de Santana, de onde é possível extrair alguns significados que foram tecidos acerca do desenvolvimento do projeto de universidade na cidade até o final da gestão de Geraldo Leite.

Em suma, os capítulos **quinto e sexto**, consistiram num balanço sobre a instituição/implantação do ensino universitário na cidade de Feira de Santana veiculado nas fontes documentais pesquisadas, mas, sobretudo, mostrando as memórias que teceram significados sobre o campo institucional. E, por último são apresentadas as **Considerações Finais**.

2 A HISTÓRIA DA UEFS NO CAMPO

Os avanços no conhecimento histórico demonstraram a inexistência de uma única verdade sobre um fato, e na medida em que houve ampliação e deslocamentos no enfoque dos objetos as preocupações se voltaram mais para as relações do que para os fatos. E nesse sentido admite-se que para muitas formas de se contar a história haverá versões e interpretações – não existe uma verdade, mas facetas da verdade.

Duby (1993) destaca a importância da lucidez e da paixão que resulta da mediação que o historiador estabelece de: “comunicar pelo texto escrito o ‘calor’, restituir a ‘própria vida’. Mas não devemos nos iludir: esta vida que ele tem por missão instilar é sua própria vida. E nisto tem tanto mais êxito quanto mais sensível se mostra” (p. 61). Ao lado da imaginação esse autor enfatiza a necessidade das fontes e do seu tratamento para a produção do conhecimento:

[...] Não tenho a pretensão de comunicar-lhe a verdade, colocando-o diante da imagem que eu mesmo tenho, honestamente, do real. Dessa imagem participa em boa dose aquilo que eu imagino. Cuidei, entretanto, para que as elasticidades do imaginário permanecessem solidamente presas a esses ganchos que em caso algum, em nome de uma moral, a do cientista, ousei manipular ou negligenciar, e que testei em todos os casos minuciosamente, para confirmar-lhes a solidez. Estou falando dos documentos, minhas “provas”.

A narrativa histórica lança mão dos recursos imaginativos para ler uma realidade dada, mas o faz sob a vigilância das condições que envolvem os processos metodológicos: construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, crítica e verificação dos resultados. Michel de Certeau (1995) refere-se a uma operação de transformar objetos diversos distribuídos de outra forma em “documento”, consistindo numa primeira operação que ele denomina de uma “nova repartição cultural” desses objetos. Isto é,

Na realidade ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física. Forma a “coleção”. Faz com que as coisas sejam constituídas em “sistema marginal”, como diz Jean Baudrillard, faz com que sejam exilados da prática para estabelecê-los como um objeto “abstrato” de um saber. Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas que recortam o universo do uso, que também vão procurá-lo fora das fronteiras do uso e que fazem com que sejam destinados a um reemprego coerente. É a marca dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social. Instauradora de signos oferecidos e tratamentos

específicos, essa ruptura não é, portanto, nem apenas, nem à primeira vista, o efeito de um “olhar”. É necessário aí o efeito de uma operação técnica (CERTEAU, 1995, p.30).

Na produção do conhecimento histórico cabe ao historiador a tarefa de elaborar uma narrativa na qual está implicada sua imaginação, mas procurando explicar e trazer soluções que permitam decifrar e oferecer uma versão o mais próximo e verossímil do real acontecido.

Nessas operações que movem o pesquisador também emerge a abordagem qualitativa de Ginzburg (1989a), enquanto uma forma de fazer pesquisa que parte da opacidade do real, lendo-o às avessas: “se a realidade é opaca existem zonas privilegiadas - sinais, indícios – que permitem decifrá-las” (p. 177). O autor propõe uma análise minuciosa das pistas consistentes sobre a trama, mas sem perder de vista as preocupações com as relações de força presentes no âmago da pesquisa.

Ainda Ginzburg (2002), no livro *Relações de Força: História, retórica, prova*, retoma a discussão metodológica, no sentido de recuperar e demonstrar as implicações do próprio “modelo” de análise por ele focalizado. Modelo este, que em última instância salienta a importância da prova (do conjunto das fontes), articulada à História e à Retórica, enquanto elementos implicados na pesquisa e elaboração do conhecimento histórico, e enquanto parte de um procedimento mais abrangente que envolve o trabalho do historiador na atualidade. Segundo ele “as fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes” (p. 44). Antes, porém, evidencia um alerta:

Mas, ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para “escovar a história ao contrário” [...] como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas (p. 43).

As fontes, elas mesmas, sendo submetidas à prova, no decorrer do processo de elaboração do conhecimento, levando-se em conta as tensões existentes entre retórica e história, e prova. Assim pensado, a problematização das fontes buscamos estabelecer liames mais profundos com suas fases preparatórias, na perspectiva de se buscar uma leitura das “coerções, desafios e escolhas” que resultaram no produto final. Em última instância esta vinculada à variedade de aspectos que

inscrevem as relações de força no processo de produção do próprio conhecimento histórico. O que nos remete a Bourdieu, que deu partida a essa discussão com os conceitos de *campo* e de *habitus* (que serão discutidos na seção seguinte deste trabalho). Bem como, há que se levar em conta de que também somos colocados como parte da teia de relações na qual se inclui o desafio de investigar a UEFS no bojo de nossas (minhas) próprias experiências.

Para dar conta da dimensão da memória, buscamos apoio nos procedimentos próprios à História Oral²⁷. Sobre o uso dos testemunhos do tempo presente ou história oral, Michelle Perrot (1998, p. 359) assinala que ela “não é suficiente para tudo”, por limitações próprias ao uso da memória, referindo-se aos limites relativos ao tempo (impossibilidade de voltar muito no tempo), argumenta que a pesquisa pode e deve cotejar vários tipos de fontes. Mas observando, por outro lado, a importância da história oral, pois “permite fazer a história do nosso tempo”. E esclarece que “ela (a memória) é (particularmente) eficaz quando se trata de estudar o cotidiano”. Pois, “nele existem coisas que não estão contadas em nenhum lugar”. Na perspectiva da autora: “A maior parte da história deve, necessariamente, recorrer a fontes escritas, aos objetos e à arqueologia do cotidiano” (idem). Elementos que corroboram as questões postas pelos autores anteriormente citados referentes aos cuidados com o tratamento das fontes perante as relações de força nelas implicadas.

Assim, neste trabalho focalizamos um conjunto mais vasto de fontes documentais produzidos na instituição e sobre ela, bem como das fontes orais que trazem elementos que não constam “em nenhum lugar”, na perspectiva de uma abordagem multidimensional, conforme Justino de Magalhães (1996). A proposta de recorrer à memória dos sujeitos que participaram da constituição da UEFS, tem a finalidade de não apenas combiná-las e confrontá-las com outras fontes, mas, ao mesmo tempo, compreender a “arqueologia do cotidiano”²⁸ que envolveu as lutas e tensões que forjaram a sua implantação, cujos conceitos básicos serão discutidos no tópico seguinte. Os liames com a memória e história da instituição foram construídos

²⁷ Importante contribuição sobre o uso da metodologia da história oral encontra-se em Brito (1999), no livro **Pau de Colher: na letra e na voz**, São Paulo: EDUC, 1999; ver também GANDON, Tânia Risério d’Almeida. “Etnotexto e Identidade Cultural na Construção da Memória”. **Educação e Contemporaneidade**, vol.14, p.227-233, nº 23, jan/jun, 2005; entre outros.

²⁸ O termo “arqueologia”, aqui utilizado, corresponde ao significado trabalhado por Michel Foucault no livro **Arqueologia do Saber**, Rio de Janeiro: Forense, 2000.

na tessitura desse cotidiano vivido, nos processos narrativos elaborados pelos sujeitos investigados, e na construção de suas histórias de vida.

A contribuição de Michelle Perrot (op.cit.) sobre a importância do uso de fontes diversificadas, ainda chama atenção para a questão da memória como limite do exclusivo uso da metodologia da história oral: “Esta [a memória] não é forçosamente a verdade; ela também não é necessariamente a espontaneidade. A memória é sempre algo construído. E reconstruído em função das experiências da pessoa que fala”. Evidente que essa preocupação epistemológica perpassa as análises dos autores da História Oral e se constitui num dos principais focos do acúmulo de reflexões. Aos críticos Alister Thompson (1997) argumenta, porém, que os documentos textuais também são tão seletivos e tendenciosos. Para dar sustentação à pesquisa, sugere, todavia, uma espécie de “modelo” de referência de análise para o trato “com as histórias que as pessoas contam” que o trabalho da história oral transforma em “histórias públicas”. Assim ele o expõe:

[...] quando examinamos as entrevistas, ouvimos e lemos as entrevistas com as quais estávamos trabalhando. Uma das coisas que temos de fazer é ver **quais são as relações entre o modo como esse indivíduo se lembrou de suas experiências e os tipos de histórias públicas dessas experiências;** e pública para mim não se restringe apenas às histórias da televisão, dos livros e assim por diante. “Pública” pode ser um conceito muito menos abrangente, o público pode ser uma família, pode ser o público do local de trabalho, ou de um clube. [...] Se você olhar álbuns de família, eles lhe contam uma história muito particular e específica sobre a história daquela família. Então quando uma pessoa olha esse álbum, tem de fazer ligações entre o sentido do seu passado e a forma como é representada e, nesse processo, talvez aspectos de suas experiências pessoais sejam deixadas de lado ou venham à tona, e ela tem que os enfrentar. Acho que estou dizendo que, **em nossas lembranças, em quaisquer lembranças, sempre existirá algum tipo de luta ou tensão entre nossas experiências pessoais e essas lembranças, e as histórias coletivas ou públicas dessa experiência ou evento** (THOMPSON, 1997, p. 79).

Nesta passagem percebemos alguns recursos possíveis na aplicação da coleta dos arquivos orais, tais como o uso de fotografias, entre outros documentos auditivos e visuais, que procuramos enriquecer nossa pesquisa. Acerca do inventário produzido pelas memórias dos sujeitos envolvidos em nossa pesquisa procuramos levar em conta os aspectos de luta e tensão entre as lembranças das experiências e as histórias coletivas sobre as mesmas. Complementando essa perspectiva, Portelli (1996) nos fornece contribuições essenciais para melhor compreender a utilização da fonte oral em nosso trabalho, quando assume que a

distinção entre fatos e representações, na abordagem dos “trabalhos da memória”²⁹, só pode ser percebida na medida em que esses conceitos recebem um tratamento conjunto. Ou seja, embora constituam conceitos distintos, são interligados enquanto abordagem³⁰. Diz-nos:

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. [...] tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos construídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (p. 111).

Essas distinções vêm ao encontro da análise posta pelo referido autor sobre o aspecto da memória construída e reconstruída ao longo do tempo por um determinado grupo social que viveu situações limites (como foi o caso do massacre de Civitella). Ou seja, versões modificadas, elaboradas pelo grupo que viveu o acontecimento, são adequadas, ou melhor, possíveis nos contextos também modificados ao longo do tempo (“focada quase que exclusivamente no seu luto e nas suas perdas pessoais e coletivas”, no caso citado), contrapondo-se a uma versão primeira dada como “oficial” embasada nos mesmos testemunhos. Esse aspecto “foi muito bem descrita por Giovanni Contini como uma ‘memória dividida’ [...]”, concorda Portelli³¹. Este último, todavia amplia a utilização do conceito para além de uma simples dicotomia, mediante o seguinte argumento:

[...] nossa tarefa [de historiador] é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas [...]. Quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma **multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas** (p. 106, grifos nossos).

A compreensão do autor na perspectiva acima exposta é a de que nas sociedades modernas os indivíduos fazem parte de diversos grupos, dos quais extraem as diversas memórias e as organiza de forma idiossincrática. Cujo entendimento leva em conta aspecto essencial da memória: o esquecimento (p.127).

²⁹ Expressão utilizada a partir da abordagem de Ecléa Bosi (1983, p. 17)

³⁰ Portelli (1996: 107-111) apóia-se na análise de Pietro Clemente sobre a memória do massacre ocorrido na IIª Guerra em Civitella Val Di Chiana, na Toscana, Itália.

³¹ Ver A. Thomson, 1996, p. 105 e seguintes. Em nota (p. 105) ressalta a importância de participar de debates com historiadores e antropólogos.

A noção de “memória dividida” nos auxilia na análise dos depoimentos orais dos envolvidos na concepção e implantação da UEFS. Pois a vivência dos agentes sociais em palco, nos atos que instituíram a referida universidade, ocorreu num período da história do país em que os mesmos estiveram envolvidos de modo indireto ou direto (seja como membro de confiança em comissões, seja ocupando cargos etc.), com tensões implicadas na afirmação e fortalecimento da ditadura militar. Levando em conta o pressuposto de que a repressão desencadeada durante esse período tenha suscitado um cotidiano complexo de tensões, obrigando a busca de acomodações por parte de alguns dos sujeitos que assumiram a liderança do projeto de implantação da instituição, aliados à nova ordem. O mal estar que isso provocou para alguns e adaptação ao abuso do poder, característico do regime de exceção, por parte de outros, estende-se até o período identificado como de “abertura democrática”, que propiciaria, até certo ponto, o alívio das tensões, outrora avassaladoras em determinados momentos. Abrindo-se espaço para as lutas e tensões subjetivas que, para além do esquecimento, engendram a chamada “memória dividida”, entre o que foi e o que é possível rememorar do que se foi (no duplo sentido) nos contextos subsequentes³². Essa percepção conduz à noção de representação posta pelo autor citado, como parte dos trabalhos da memória individual e coletiva.

Na análise sobre como os sujeitos envolvidos se apropriavam dos modelos e discussões existentes sobre o ensino superior, no contexto de mudanças conservadoras no país, nos aproximamos da noção de representação. Uma vez que buscamos compreender as “práticas discursivas” dos agentes envolvidos na constituição do campo educacional de Feira de Santana na implantação da universidade, e assim analisar a representação ou representações que o grupo que a concebeu e os demais grupos de apoio ou de oposição a ele, tencionam construir sobre os seus papéis nesse processo. Com o intento de evidenciar o que eles tomam por significativo na organização do campo educacional e científico da cidade, na implantação da universidade. Sobre o aprofundamento do conceito de

³² Observe-se que o município de Feira de Santana ingressa nas relações e tensões instituídas pela e na ditadura militar, com a destituição e prisão do prefeito eleito em 1963 (Francisco Pinto), assumindo um substituto (Vereador Joselito Falcão Amorim) conforme os arranjos legais da época, plenamente identificado com a nova “ordem”, ou desordem institucional (cf. SANTOS, 2001). Sobre os ordenamentos partidários na cidade Feira de Santana consultar: Santos, Igor (2007).

representação o fizemos, inicialmente, com base no contributo de Roger Chartier³³, que aborda esse conceito enquanto elemento de tensão na relação com as demais práticas. Esse autor parte de bases epistemológicas que leva em conta as determinações históricas que circunscrevem as diversas práticas políticas, sociais e discursivas, compondo um conjunto articulado que constitui as estruturas do mundo social. Práticas essas que “pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” donde, “a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação, de distâncias, de divisões” (CHARTIER: 2002a, p. 27). Este autor aproxima-se das proposições singulares de Nobert Elias e de Bourdieu, na elaboração de sua abordagem histórica sobre a leitura. As representações resultam de processos históricos de apropriação, complexos em suas singularidades, em que os leitores dão sentido às figurações textuais, cujo resultado depende das condições em que estão inscritas. Ou seja, as representações são determinadas pelos grupos que as constroem em um dado contexto social.

* * *

Buscando uma melhor aproximação com a História Oral descobrimos, todavia, que ela abriga muitas correntes divergentes, o que favorece o debate rico de ideias e aplicações e, ao mesmo tempo, fortalecendo a discussão teórica. Assim, de acordo com a concepção de Janaína Amado (1996) a História Oral deve ser entendida como uma metodologia que “remete a uma dimensão teórica. Esta última evidentemente a transcende, e concerne à disciplina histórica como um todo”.

Para além da dimensão científica Alessandro Portelli (1997. p. 15) acrescenta que a História Oral também é “arte do indivíduo”, em virtude das implicações presentes nas relações humanas que essa perspectiva impõe. Daí ser imprescindível a sensibilidade do pesquisador na acuidade ética sobre o significado dos contatos humanos. Esse autor oferece algumas reflexões sobre o comportamento ético do entrevistador com base em suas próprias experiências.

³³CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002a.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittni Ramos. Porto Alegre Ed.Universidade/UFRGS, 2002b.

Como primeira lição, nos traz: “o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo”, donde:

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. [...]. A memória é um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, com as vozes – exatamente iguais (p. 16).

A discussão que segue procura elucidar sobre o conhecimento do passado enquanto memória individual e coletiva, com base no trabalho do historiador oral Lowenthal (1998). Este, reportando-se a Piaget, concorda que a memória individual reorganiza as lembranças ao longo do tempo bem como os acontecimentos, como resultado de processos mentais contínuos. Ou seja, os processos mentais atuais reorganizam a memória, - ou por perdas de memória provocadas pelo tempo, ou porque o fato de lembrar provoca alterações na lembrança, ou as próprias lembranças e as dos outros mudam com a idade - num movimento em que “a experiência e a memória despertam diferentes expectativas temporais” (p. 102). Nesse sentido esclarece que,

A função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado, mas sim adapta-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se às experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexos do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo a nossa volta (Idem, p. 103).

O autor estabelece os contornos da distinção entre a memória e a história e destaca o caráter coletivo da história. Argumenta que ela se distingue da memória “não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido e corroborado, mas também no modo como é transmitido, preservado e alterado”. Por outro lado esclarece que: “Ao contrário da memória a história não é dada, mas sim contingente: é baseada em fontes empíricas que podemos decidir rejeitar por outras versões do passado” (p. 108). Nesse sentido, completa: “Assim como a memória corrobora a identidade pessoal, a história perpetua a consciência coletiva” (p. 109).

Os depoimentos orais foram tomados nas suas subjetividades, portanto, problematizadores e problematizáveis, buscando perceber a teia de significados que permeiam as memórias, lembranças, esquecimentos e silêncios sobre a instituição em estudo.

Da documentação escrita, existente nos arquivos da instituição e fora dela, fizemos a seleção dos materiais pertinentes ao período e aos objetivos estabelecidos. A análise desses documentos leva em conta as discussões postas pela ciência histórica, que introduz a noção de “documento/monumento”, destacando o papel do historiador no exercício crítico do documento “qualquer que ele seja, enquanto monumento”. (Le GOFF, 1994, p. 545). Neste sentido, o autor esclarece:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Este enfoque valoriza não só os referenciais teóricos utilizados em uma investigação, como também o contato com o documento deixa de ser considerado passivo, em si mesmo. Isto é, o documento enquanto uma “montagem, consciente ou inconsciente das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – uma determinada imagem de si próprias” (p. 548), o que implica que no limite inexistente de um “documento-verdade”, ele contém ao mesmo tempo aspectos falsos e verdadeiros, resulta de uma construção social, uma “montagem”, cabe ao investigador desmistificar os seus significados aparentes: “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos monumentos” (idem).

Distanciando-se de uma história positivista, esta noção amplia o sentido da palavra documento, que inclui “documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou qualquer outra maneira” (Ibidem). Os documentos/monumentos são materiais da memória coletiva e da história, conforme o autor.

Le Goff destaca a importância do trabalho com documento na perspectiva de recuperação da memória coletiva, posto que a mesma não seja somente uma conquista, é também um instrumento e objeto de poder. Postula a democratização da memória social como um dos imperativos dos profissionais científicos da memória (p. 476-477).

Diante do exposto, a nossa pretensão foi utilizar a fonte oral como possuindo o mesmo estatuto que a fonte escrita ou iconográfica, isto é considerando-a tão subjetiva quanto um artigo, um jornal ou uma ata escrita por uma secretária.

Neste sentido, é que buscamos conduzir nossas investigações, entendendo neste trabalho a educação como sendo um fenômeno histórico e, enquanto tal, devendo ser investigado à luz da própria História.

2.1 Para Entender a Instituição da Universidade em Estudo

De início procuramos identificar algumas questões relevantes que perpassam a obra de Bourdieu no auxílio ao nosso estudo. No prefácio do seu livro, *Razões Práticas* (1996), esse autor adverte que sua perspectiva de abordagem insere-se no âmbito da filosofia da ciência compreendida como, sendo aquela que privilegia as relações, ao tempo em que elabora uma filosofia da ação, “às vezes chamada de *disposicional*, que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação” (p. 10). Argumenta que se trata de algo diferente de proposições teóricas que poderiam constituir-se em obstáculos frente ao projeto metodológico do pesquisador, insistindo que as mesmas só ganham dinamicidade na investigação empírica.

Neste mesmo foco demonstra a importância do enfoque relacional do objeto, este enquanto parte de um conjunto de relações de que “retira o essencial das suas propriedades”, sendo, portanto, necessário “pensar relacionalmente”, pois esse autor concebe o universo social em sua dinâmica. E nos liames que arquiteta sua obra, o autor referido constrói as argumentações como uma teia com diversas ramificações, daí os seus conceitos-chaves serem relacionais: “*habitus*, campo e capital são todos constituídos de ‘feixes’ de laços sociais em diferentes estados – personificados, objetivados, institucionalizados – e funcionam muito mais eficazmente uns em relação aos outros” (WACQUANT, 2002, p. 102). Assim, os conceitos acima enunciados, no argumento de Bourdieu, “tem como ponto central a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*)” (idem, *ibidem*).

Se a postura do estruturalismo althusseriano foi o embate central do trabalho de Thompson, em *A Miséria da Teoria* (op. cit), Bourdieu critica não somente aquela

postura (classificando-a de “misticismo sociológico”), como desenvolve outras frentes de embates e discussões. A exemplo do estruturalismo fundado nos pressupostos antropológicos da linguagem³⁴ e no rompimento com noções, segundo o mesmo, “patenteados” pelo discurso acadêmico, sempre ancorado nas experiências sociais reais, descritas e analisadas em suas pesquisas empíricas. Por outro lado, o referido autor faz importantes apropriações de Marx, quando chama atenção para o lado ativo da filosofia da práxis, ao incorporar o paradigma da dominação e das relações de força e ressaltar os conflitos daí gerados. E, ao mesmo tempo, conforme Gonçalves (2008), em relação ao pensamento marxista, Bourdieu provoca rupturas e questionamentos necessários ao avanço do conhecimento. Assim sumariza a autora referida, vejamos: Bourdieu “privilegia as relações, ou seja, não reconhece a classe teórica como real e efetivamente mobilizada” (p. 1); critica o economicismo adotado por analistas marxistas (as leis de funcionamento de um campo, por exemplo, o econômico não vale para todos os campos, afirma); “se propõe a romper com o objetivismo por ignorar as lutas simbólicas ocorridas nos diferentes campos; adota a noção de capital que amplia para outros âmbitos além do econômico, como o social, o cultural e o simbólico” (GONÇALVES, 2008, p. 1)³⁵.

Contudo, mais que romper com o objetivismo em si, Bourdieu propõe a “superação” da dicotomia objetivismo e subjetivismo (“oposição artificial entre estruturas e representações”), que a seu ver implica em uma “relação dialética” passível de ser demonstrado no próprio exercício científico (Bourdieu, 1990, p, 150). Também nesse sentido, Bourdieu considera como indissociáveis as elaborações teóricas das práticas sociais que lhes são correspondentes, conforme assinalamos acima. E um possível enquadramento de sua perspectiva teórica levaria em consideração esses diferentes aspectos, que tem implicações profundas na abordagem relacional que imprimiu às suas investigações, das quais brotaram conceitos que visavam superar a referida dicotomia, que, em certa medida, identificavam e identificam posturas teóricas antagônicas. Assim, o autor explica que

³⁴ Trata-se da linguística estruturalista fundada por Saussure, que foi por algum tempo adotado pela antropologia e pela sociologia, que, em linhas gerais, reduzia a ação a um ato de comunicação que só poderia ser traduzida teoricamente pelos procedimentos linguísticos.

³⁵ Aqui é importante ressaltar que são variadas as interlocuções e as apropriações de Bourdieu, além dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim), isso ocorre tanto no campo da filosofia (em razão da sua formação inicial de filósofo), da sociologia (à qual se filiou), e em outros campos do conhecimento como a história (Cf. NOGUEIRA; CATANI, 2002; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006, entre outros).

se tivesse que “aplicar um rótulo” para caracterizar seu trabalho o chamaria de estruturalismo-construtivista, para o que elabora a explicação seguinte:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campo e grupo, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 1990, p. 149).

* * *

A articulação dos princípios definidos na obra de Bourdieu e a apropriação de seus conceitos na operacionalização de nossa pesquisa são aqui apresentadas de um modo mais discursivo à revelia das posições do mesmo, contrárias as apreciações teóricas prévias. A exposição prévia dos fundamentos necessários ao nosso estudo justifica-se em razão do método escolhido de apresentação de trabalhos científicos, que esperamos funcionar como uma espécie de vigilância epistemológica ao longo da articulação dos capítulos subsequentes.

Assim, quando focalizamos a organização do primeiro campo universitário do interior da Bahia, como o mesmo se foi objetivando enquanto tal, nos remetemos de imediato a outras dimensões da organização social no Brasil e em particular na Bahia, no que tange ao movimento dos diferentes espaços em que se moveram os agentes sociais envolvidos no processo de composição do mesmo. A ideia sobre “campo de poder” é a primeira que emerge no contexto daquelas relações sociais, empregada por Bourdieu (1996, p. 52). Ele a “utiliza no lugar de classe dominante, como sendo “o espaço das relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantun* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder”. Isso, inerente aos diversos campos e no nosso caso com maior peso os agentes derivados ou articulados ao campo político. Essa noção posta inicialmente tem a intenção de contrapor aos possíveis equívocos que poderiam levar a conceber o campo universitário em estudo, criado em 1969, no formato de um “aparelho ideológico de estado”, conforme Althusser. No tópico 1.1 da Introdução esclarecemos sobre a noção de aparelho enquanto eliminação das lutas inerentes ao campo ou instituição, embora no caso em apreço houvesse tentativa de impor essa condição, que se insinuava com maior ou menor êxito, mas sem eliminar o

essencial de instituição universitária enquanto campo: as suas lutas internas constitutivas – ou seja, a ideia de aparelho nela nunca alcançou êxito. Por outro lado, é de se supor que o Estado detivesse as condições legítimas ou legitimadas de regulá-la, como o fez³⁶. Mesmo se tratando de um regime ditatorial ilegítimo, os seus agentes procuravam agir em conformidade com as regras jurídicas existentes e/ou outras “criadas” (impostas) pelo mesmo. A regulação da instituição em estudo pela gestão estadual não ocorreria totalmente sem as resistências internas – algo bem diferente do que amordaçar, impedir a dinâmica das tensões inerentes ao campo. Portanto, o Estado baiano teve o papel de regulador e não de instituidor do campo universitário interiorano (embora assim o desejasse por longo tempo), isso, todavia, coube aos seus próprios agentes – embora a perspectiva de controle vinculada aos mecanismos de dominação pelo campo de poder, estivesse sempre presente ao longo do seu processo de implantação, em conformidade com o já enunciado.

Em sua obra Bourdieu contempla uma multiplicidade de objetos e as noções e conceitos que desenvolve encontram-se diluídos ao longo de seus trabalhos e, em vários deles, evidencia as articulações e interrelações entre estes, retomando sempre suas definições, muitas vezes as relaciona aos objetos estudados e a elaborações ou reelaborações conceituais. Dentre elas, a ideia de instituir, de constituição de uma entidade, ou um *corpo* social, encontra-se elaborada na obra do autor em foco. Ele toma a família como uma referência para o estudo de todos os *corpos sociais*, enquanto uma construção social arbitrária que, no caso, parece como sendo a categoria social mais natural e universal, mas, no entanto, a mesma é:

[...] produto de um verdadeiro *trabalho de instituição*, ritual e técnico ao mesmo tempo, que visa instituir de maneira duradoura, em cada um dos membros da unidade instituída, sentimentos adequados a assegurar a *integração* que é a condição de existência e de persistência dessa unidade. Os ritos de instituição (palavra que vem de *stare*, manter-se, ser estável) visam instituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente às flutuações dos sentimentos individuais (BOURDIEU, 1996, p. 129, grifos do autor).

³⁶ Na abordagem clássica da sociologia o Estado é compreendido como sendo o detentor do monopólio da violência legítima, que Bourdieu acrescenta: violência física e *simbólica*. Segundo esse autor está na gênese do Estado um processo de unificação dos diferentes campos sociais (econômico, cultural – ou escolar –, político, etc.), enquanto parte do referido monopólio e sua capacidade reguladora ocorre em razão do mesmo reunir um conjunto de recursos materiais e simbólicos dos quais pode lançar mão em maior ou menor proporção (idem, p. 51).

Tratava-se, pois, de acordo com Bourdieu, de instituir um “princípio de construção” que seria “socialmente construído”³⁷ nas suas relações e tensões, perante um conjunto social mais amplo em relação ao qual se deveria definir o grupo universitário instituído³⁸.

De acordo a perspectiva de Bourdieu, a dinâmica da análise do espaço social global é concebida enquanto *campo*

Isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50).

O funcionamento de um campo só é possível se houver indivíduos socialmente predispostos a nele investir, “nos mais diferentes sentidos do termo investimento”, e que estejam voltados para consecução de objetivos comuns, comportando-se como agentes responsáveis, no bojo de suas contradições internas buscam ou conservar ou transformar-lhe a estrutura. Todos os campos possuem especificidades próprias que os caracterizam e são definidos de acordo com seus valores internos, em suas dinâmicas, regras e capitais específicos. Isto é, segundo Bourdieu, os diversos campos “têm seus dominantes e seus dominados, seus conservadores sua vanguarda, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução”, todavia no interior de cada um deles revestem-se de formas inteiramente específicas que os fazem diferentes. A essas “semelhanças na diferença”, o autor chama de homologias estruturais e funcionais entre os campos cujo sentido pretende “afirmar a existência de traços estruturalmente equivalentes – o que não quer dizer idênticos – em conjuntos diferentes (BOURDIEU, 1990, p.170).

³⁷Essa reiteração de Bourdieu é tanto mais necessária em relação à instituição *família*, dado que pareça natural tratar-se de um *corpo* social produzido por atos de construção, que tende sempre a funcionar como um *campo* com suas relações de força física, econômica e, sobretudo, simbólica – “para que essa realidade que chamamos de família seja possível, é preciso que se encontrem reunidas condições sociais que nada tem de universal e que, em todo o caso, não são distribuídas de maneira uniforme” (BOURDIEU, **Razões Práticas**, 1996, p. 130).

³⁸ O conceito “ritos de instituição” também é aplicado por Bourdieu em contraposição e em substituição ao conceito antropológico “ritos de passagem”, que visa questionar o lado contraditório dessa “passagem”, o seu aspecto de transgressão. Enquanto “atos de magia social [...] que] logram êxito no caso de a instituição (no sentido ativo de um ato que tende a instituir alguém ou alguma coisa, dotados deste ou daquele estatuto, desta ou daquela propriedade) constituir um ato de instituição num outro sentido, qual seja um ato garantido por todo o grupo ou por uma instituição reconhecida” (BOURDIEU, 2008, p. 104-5).

Em Bourdieu os conceitos de espaço social e campo figuram algumas vezes como sinônimos, embora o primeiro possa abranger campos distintos que se interrelacionam. Na visão desse autor, compreende-se o espaço como um sistema de posições sociais em que umas se definem em relação às outras, que se realizam em determinados espaços e tempos físicos, e tende a se reproduzir pela conformação consensual, em geral inconsciente, de seus agentes (Garcia, 1976).

Considerava o autor que o campo escolar, mais que qualquer outro está orientado pela sua própria reprodução, pelo fato de que, entre outras razões, os agentes (intelectuais) têm o domínio de sua própria reprodução. E no caso estudado havia também consciência dos necessários processos de sua produção, com base nos modelos conhecidos de universidade que estariam sendo renovados e mais as determinações de uma novíssima Lei, a nº 5540/68, que em contexto autoritário tinha um significado singular. Tratava-se, pois, de constituir um determinado haver, uma maneira de ser da instituição universitária no Brasil, naquele contexto da história, e construir nos seus embates um hábito específico que a instituisse no interior da Bahia.

O enfoque de Bourdieu trata os indivíduos como agentes em sua história, nas suas lutas cotidianas, individuais ou coletivas, munidos de capacidade para sustentar, ou não, determinado campo, com suas regras e valores. Neste sentido trata dos jogos sociais desenvolvidos no interior dos diversos campos, sobre o que argumenta:

É na relação entre o jogo e o sentido do jogo que se engendram os objetivos e se constituem valores que, mesmo que não existam fora dessa relação, impõem-se no interior da mesma, com uma necessidade e uma evidência absolutas [...] O motor – que as vezes se chama de motivação – não está nem no fim material ou simbólico da ação, como pretende o finalismo ingênuo, nem nas limitações do campo, como quer a visão mecanicista. Está na relação entre o hábito e o campo, que faz com que o hábito contribua para determinar aquilo que o determina (BOURDIEU, 2003, p. 52-53)

Não era sem propósito que os intelectuais professores (secundados pelos demais segmentos da instituição), que participaram dos ritos de instituição da Universidade em Feira de Santana, por força dos embates no sentido de contrapor a perspectiva de “aparelho” que o campo político da cidade almejava, sustentaram por mais de três décadas a ideia clara de que se fazia/faz necessário “construí-la”, como um trabalho teórico e prático, tendo em vista a preservação de objetivos imanentes a

esse tipo de espaço social e conferir ao mesmo um caráter de instituição científica e educacional (aspectos que transcendem a questão local). Por outro lado, dada a dificuldade dos grupos fundamentais dela constitutivos (o Conselho Diretor e os Professores) de se reconhecerem mutuamente nos processos iniciais de implantação da universidade, em virtude da forte tensão com o campo de poder, que mediava a relação entre os diferentes agentes, a luta em torno da *construção* prática e teórica do campo referido se faria prolongada.

No contexto de dominação política no Estado da Bahia, que perduraria por longo período, mediante o já assinalado, no interior da UEFS, portanto, se afirmaria nesse tempo como forma de resistência uma espécie de “idéia força”, que por seu poder de mobilização e uso constante seria abraçada por todos, a de “construção” dessa Universidade. Assessoramo-nos em Bourdieu para entender que:

É, sem dúvida, no trabalho de mobilização e, mais precisamente, no trabalho de unificação e universalização que se gera uma grande parte das *representações* (no sentido da psicologia, do direito e do teatro) que os grupos [...] dão de si próprios e da sua unidade as quais eles condensam, para as exigências da luta (completamente diferentes das da análise) em “idéias-força” ou em sinais de reagrupamento [...] (1998, p. 75-76).

Na implantação da UEFS a primeira demonstração de força, resultado das lutas no campo de poder na qual se evidenciava o controle dos agentes políticos externos sobre os processos internos, foi o afastamento do campo universitário feirense de um dos seus principais precursores e líder dos seus primeiros *trabalhos de instituição*, Geraldo Leite. No início de 1979, Leite se demitiria ou teria sido demitido, em um contexto cujas implicações eram indicativas também de um exercício violento da força política, ocorrido dentro dos padrões mínimos aceitáveis a uma instituição universitária, resultando numa espécie de “crime” ou “suicídio” simbólico que lhe rendeu a morte institucional. No ano anterior, em 1978, teriam sido realizadas as operações políticas que entronizaram a hegemonia do carlismo no Estado da Bahia, que resultou na indicação de ACM para governador – apesar dos “acordos” entre as facções dominantes do partido de sustentação da ditadura na Bahia, a prática do carlismo foi de eliminação política desses “adversários”. Mesmo não sendo Leite exatamente um oponente ligado a alguma das facções existentes³⁹, tratava-se de um intelectual assumindo a direção da Universidade e se tornaria no plano municipal um contraponto dessa gestão no campo de poder. Segundo os

³⁹ Após sair da UEFS Geraldo Leite assumiria o cargo de confiança (de indicação política) de Superintendente, na Bahia, do antigo Instituto Nacional de Previdência Social – INAPS.

rumores da época, a gota d'água havia sido um discurso proferido pelo então Reitor, Geraldo Leite, em que historiava a participação decisiva (entendida como “exclusiva”) dos intelectuais na implantação da universidade, entre os quais não situaria o prefeito João Durval Carneiro, nem como o “inaugurador” nem como o “criador” da instituição no município – o que o teria desagradado e, por ter sido um dos ouvintes, sentiu-se “constrangido”⁴⁰. Nesse caso percebe-se que a situação política do País em que predominava o arbítrio de uma ditadura de Estado, a autonomia, mesmo que relativa, de determinados campos, em particular do universitário, e de uma recente instituição no interior baiano era quase inexistente. Nos conflitos registrados nos rituais de instituição, a questão da autonomia universitária emergirá como sendo um dos divisores de águas nas ações dos segmentos fundamentais da UEFS.

De outro lado, as credenciais de Geraldo Leite não impediram sua queda, agente portador de significativo capital simbólico, resultado de uma “herança”, de um haver, de um *habitus*, que o credenciava – teria sido professor assistente da Faculdade de Medicina da UFBA; era professor da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (instituição criada por grandes nomes da medicina na Bahia, tendo à frente o catedrático Jorge Valente); foi importante condutor das pressões dos intelectuais junto ao governador do Estado e teria ouvido em primeira mão, junto com o deputado Wilson Falcão, que Feira de Santana “ganharia” uma Universidade⁴¹. Leite também era conhecido nos meios intelectuais da capital como um dos condutores dos primeiros movimentos pela “interiorização da universidade” (da Bahia), juntamente com Jorge Calmon, jornalista e historiador, e outros expressivos nomes da medicina baiana; além de requisitos aliados à sua origem de classe alta, que facilitavam o seu trânsito junto aos dirigentes da UFBA e da classe política dirigente. O afastamento intempestivo de Leite deixaria evidente “de entrada” que na condução daquele processo, o capital cultural e simbólico teriam pouco significado, reduzidíssima importância, numa arena onde a moeda que falava mais alto era o capital político e, sobretudo, o partidário. Neste sentido, Geraldo Leite exerceu a única liberdade que o jogo lhe permitiu: sair do jogo. Embora a sua trajetória de reitor, como liderança do Conselho Administrativo, fosse iniciada em

⁴⁰ Cf. Entrevista de Yara Cunha, concedida à autora em Feira de Santana, em 27/02/2009.

⁴¹ Isto teria acontecido no dia 26 de novembro de 1969. Cf. Leite, Geraldo. **Reminiscências**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2007.

1970, aparentemente poderia lhe ter garantido uma posse maior de capital simbólico e permitido a “impertinência” do seu discurso. Todavia teve peso político, agregado ao capital simbólico que possuía, para afastar-se da universidade.

A explicitação da noção de campo, enquanto “meio de apreender a particularidade na generalidade, e a generalidade na particularidade”, constitui-se no recurso através do qual Bourdieu (1990) procura informar sobre a especificidade do capital simbólico. No seu argumento reforça a ideia que qualquer campo, seja o campo literário, ou campo cultural, ou o campo universitário, é o lugar de relações de força e de lutas (para preservá-las ou modificá-las). Contudo, “permanece o fato de que essas relações de força que se impõe a todos os agentes que entram no campo – e que pesam com especial brutalidade sobre os novatos – revestem-se de uma forma especial”: o capital simbólico. Este é ao mesmo tempo o instrumento e o alvo das lutas concorrenciais no interior do campo e assume uma forma específica, pois também é o “capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas” (p. 170).

No caso do campo universitário as lutas nele envolvidas também possuem alvos específicos, portanto, o poder e o prestígio que se perseguem numa instituição universitária também são de um tipo particular em relação a outros campos. Por outro lado, no desenrolar das lutas, “cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias⁴² que dependem quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico” (Idem, p. 172).

Todavia existem condições para que o poder simbólico torne-se um poder de instituição, tanto no sentido filosófico quanto no sentido político, conforme afirma Bourdieu (1990, p. 166). Além de possuir o capital simbólico, (que só pode ser obtido ao término de um longo processo de mobilização e institucionalização, quando “o mandatário é instituído, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo”), se faz necessário, em segundo lugar, que a proposta esteja alicerçada na realidade. Não se trata, pois, de uma construção no vazio, mas depende do grau em que estiver

⁴² A estratégia é considerada pelo autor como o produto do senso prático, como sentido do jogo e historicamente definido. Para o mesmo, “jogo” seria a palavra menos ruim para evocar as coisas sociais (BOURDIEU, 1990, p. 81-83).

alicerçada na realidade e das afinidades entre as pessoas que se quer reunir (idem, idem).

Tais conceitos relacionais serviram para compreender os aspectos de tensão entre os membros intelectuais do Conselho Administrativo (no qual se incluía Geraldo Leite). Estes se consideravam vanguarda do movimento por ensino superior na cidade, o que lhes permitiriam uma participação legítima nas lutas e a posse de maior volume de capitais para exercerem o poder de instituição, contudo foram eliminados do campo. Além de Leite, Fernando Pinto Queiroz (participou dos movimentos de interiorização da universidade e trazia no currículo o planejamento de uma Faculdade de Filosofia para Feira de Santana, entre outras credenciais) seria também engolfado na mesma tensão que sobrepunha o político ao acadêmico.

Ao definir um campo, Bourdieu indica que os agentes que o constituem são portadores de um determinado *habitus* adaptados às exigências e necessidades do campo em questão, vejamos:

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetivos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias de dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar nesse campo [...]. Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, apud GARCIA, 1996, p. 98, traduzido pela autora).

No cenário em foco de instituição da UEFS, a Bahia já teria uma “história incorporada” relativa à cultura universitária, um *habitus* inscrito na sua universidade “modelar”, a UFBA. De outro lado, a implantação de um novo campo “de nível universitário” em Feira de Santana – que significaria introduzir a dimensão acadêmica e científica da educação para uma “região” interiorana e “inculta”, portadora de baixo nível cognitivo – já colocaria na origem da instituição estudada um contraponto em relação ao modelo da UFBA. Esta fora construída sobre um lastro cultural que se creditava secular (a instituição mais relevante que a compôs na formação inicial foi a Faculdade de Medicina, criada em 1808). Os agentes intelectuais oriundos dos seus quadros, que ocupavam cargos administrativos e políticos no aparato estadual, provavelmente, “pensaram” o modelo de ensino superior que seria ofertado às camadas sociais baixas e médias interioranas, tendo-

a como referência, mas diferenciado e diferenciando-a nas e das suas “funções superiores” de produtora/difusora do conhecimento livre e desinteressado, de “catedral do saber”⁴³, que geralmente atendia um seletivo grupo da sociedade – conforme já assinalamos, o ensino superior “planejado” teria finalidades muito específicas e reduzidas em relação à UFBA. Isso, numa conjuntura de mudanças que muito afetaria a universidade, em um momento em que as pressões sociais exigiam a ampliação da oferta desse nível de educação, restrita, ao longo da curta história do ensino superior no Brasil, às camadas dominantes.

Na visão de Pierre Bourdieu, uma das dimensões que determinam o caráter histórico das práticas sociais inscreve-se na noção de *habitus*, o qual se incorpora aos modos de ser e de fazer um determinado campo. Ou, conforme esclarece o autor sobre a gênese desse conceito:

o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um *capital* [...], o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural, retomando ao idealismo o ‘lado ativo’ do conhecimento prático que a tradição materialista tinha abandonado (BOURDIEU, 1996, p. 61).

O seu interesse com o uso dessa noção era o de “insistir nas *capacidades geradoras* das disposições, ficando claro que se trata de disposições adquiridas, socialmente constituídas” (CD, 2004, p. 25). Com isso visava “reintroduzir a prática do agente, sua capacidade de invenção, de improvisação”. E completa: “Mas eu queria lembrar que essa capacidade ‘criadora, ativa, inventiva’, não é a de um sujeito transcendental como na tradição idealista, mas a de um agente ativo” (Idem). O *habitus* contribui para a reprodução da ordem social, uma vez que esta não pode se dar sem a adesão, o reconhecimento e mesmo a ação dos agentes e instituições envolvidas. Trata-se de processo que ocorre de forma sutil e comporta indeterminações.

Embora o conceito de *habitus* tenha um peso menor na análise aqui desenvolvida, uma vez que a ênfase recai na constituição do campo, importa aqui o reconhecimento do mesmo enquanto um dos componentes relacionais na análise do objeto estudado, sobretudo enquanto objeto histórico.

⁴³ Alguns dos trabalhos que focalizam a história da UFBA enfatizam uma percepção reificada da história, pois apresentam o Reitor Edgard Santos como a personificação exclusiva dos “atos de instituição” dessa Universidade como se não houvesse outras forças no campo que o ajudou, enquanto direção, a constituir (MARQUES, 2005; RIZÉRIO, 1995, entre outros).

Para afirmar o caráter histórico dos campos e os hábitos que lhes são peculiares, Bourdieu articula uma discussão sobre o “princípio da ação histórica”, inscrito nas rupturas com filosofia espontânea da história e com a visão comum do mundo social. Tal “princípio”, consiste na relação entre dois estados da história, ou do social, a saber:

a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. Aquele que tira o chapéu para cumprimentar *reativa*, sem saber, um sinal convencional herdado da Idade Média, no qual [...] os homens de armas costumavam tirar o seu elmo para manifestarem suas intenções pacíficas. Esta atualização da história é consequência do *habitus* produto de uma aquisição histórica que permite uma apropriação do adquirido histórico (BOURDIEU, 1998, p. 82, grifo do autor).

O *habitus* tomado como a dimensão que atualiza a herança história nas práticas sociais cotidianas, condição em que a mesma adquire o “sentido de *res gestae* [e] constitui a história feita coisa a qual é levada, “atuada” *reativada* pela história feita corpo e que não só atua como traz de volta aquilo que a leva” (idem p. 83). Nesse enfoque, o autor apresenta como referência exemplar o trabalho de Nobert Elias, que estuda a complexidade dinâmica da corte de Luis XIV⁴⁴, demonstrando-a como um *campo* dotado de complexo *habitus* e relações e não um “aparelho” sob total controle do rei, como sugere a filosofia espontânea⁴⁵. Assinala que,

O princípio do movimento perpétuo que agita o campo não reside num qualquer primeiro motor imóvel – o Rei Sol neste caso – mas sim na própria luta que, sendo produzida pelas estruturas constitutivas do campo, reproduz as estruturas e hierarquias deste. Ele reside nas ações e nas reações dos agentes que, a menos que se excluam e caiam no nada, não tem outra escolha a não ser lutar para manterem ou melhorarem sua posição no campo, quer dizer, para conservar ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera, contribuindo assim para fazer pesar sobre todos os outros os constrangimentos, frequentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência. (BOURDIEU, 1998, p. 85).

O viés funcionalista que concebe os efeitos da dominação como atribuídos a uma vontade única e central, impossibilita que se apreendam as contribuições dos diferentes agentes (incluindo-se os dominados) para o exercício da dominação, “quer queiram ou não, quer saibam ou não”. Numa condição em que

⁴⁴ No livro **La société de Cour**, Paris, Calmann-Levy, 1974. Em português a **Sociedade de Corte**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

⁴⁵ No campo de gravitação no qual o rei é o sol “não haveria condições de determinar, entre todas as ações que se desenrolam no campo, quais as que são produto de sua vontade, [pois, seria] como discernir numa sinfonia aquilo que é produzido pelo maestro daquilo que é produzido pelos músicos” (op.cit, p.84)

[...] ninguém pode lucrar com o jogo nem mesmo os que o dominam, sem se envolver no jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exatamente, do seu poder sobre os títulos objetivados do capital específico – precisamente aquilo que o rei controla e manipula jogando com a margem que o jogo lhe deixa (idem, p. 85-86).

O “rei” na implantação dos jogos de instituição da UEFS, responderia pelo nome de José Maria Nunes Marques⁴⁶, embora com menor volume de capitais simbólicos, em relação aos indivíduos anteriormente citados, ao ingressar no campo, em 1968, lutou com as forças que estavam ao seu alcance para manter-se no jogo,. Isso enquanto intelectual – dispondo já de respeitada “folha corrida” como dirigente educacional no âmbito do município: ocupou o cargo de diretor do Ginásio Municipal de Feira de Santana.⁴⁷ A partir de 1964; em seguida, teria sido indicado pelo Secretário da Educação e Cultura, Navarro de Brito, para ser o diretor da Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana; foi Secretário de Educação do Município (1971-1972); depois pró-Reitor Acadêmico na gestão de Geraldo Leite e; daí emergiu como virtual vencedor das lutas internas de poder para ocupar a reitoria da UEFS no lugar de Geraldo Leite. Com capital simbólico forjado na articulação com o poder político e no próprio campo, Marques utilizou as margens de manobra que possuía para nele permanecer como reitor, já sob a égide do carlismo.

Na constituição daquele campo, não só as pessoas traziam uma herança histórica, um *habitus*, que comporta uma dimensão individual e coletiva, bem como comportava nos atos de instituição da UEFS. A objetivação de um “instituir-se” específico que a identificasse e ao mesmo tempo a singularizasse em relação ao modelo do que se acreditava ser uma universidade nos seus diferentes aspectos de ensino, pesquisa e extensão. Isto é, caberia colocar em prática o Estatuto, por longos seis anos, debatido e aprovado pelo Conselho Diretor da FUFES. Para o que requereria a participação de outros atores intelectuais na condição de docentes e envolvendo maior complexidade com o funcionamento da instituição e o ingresso de

⁴⁶ Reitorado que não abordamos nesta tese, considerando que o mesmo instaura-se em outra conjuntura a partir da qual o carlismo estabelece-se como uma “cultura política” (cf. DANTAS JUNIOR, op. cit).

⁴⁷ Espaço educacional de muita visibilidade na época, que passou a atender, a partir do governo de Francisco Pinto, a demanda escolar reprimida dos níveis intermediários da educação no município, e também foi objeto de disputas com os políticos conservadores locais. José Maria Nunes substituiu o diretor, Coronel Coelho, indicado na gestão municipal de Francisco Pinto, os quais foram afastados em razão do golpe militar (In. SANTOS, 2000; 2001).

estudantes – além da necessidade de constituir uma burocracia organizacional, requerendo a contratação de funcionários.

A identificação de interferência externa, emanada dos prepostos das administrações estaduais, colocava internamente em pólos antagônicos e muitas vezes irreconciliáveis, os professores (que angariavam o apoio de grande parte dos estudantes e de funcionários) e a hierarquia de comando peculiar a esse tipo de instituição (ambos identificados habitualmente e, em todos os casos, enquanto intelectuais). A imagem dessa situação pode ser depreendida do que escreveu o professor Eloi Barreto (2004), que organizou o ativo grupo de Metodologia do Trabalho Científico e um dos fundadores da Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana, a ADUFS, a propósito da avaliação institucional na UEFS, na condição de participante do Grupo de Trabalho de Avaliação Institucional, transcrita abaixo:

[...] havia um caminho já percorrido - 17 anos – coisas tinham sido feitas ao longo desse tempo, sem dúvida, mas o que foi feito, por que, por quem, para que e para quem? [...] Tais indagações demonstravam e ainda demonstram o quanto, os que fazem a UEFS – quer docentes, discentes, funcionários, quer administradores e auxiliares -, padecíamos/padecemos de uma consciência institucional. Dentro de nossa instituição [...] nos movíamos/movemos como objetos determinados por outrem; nossas responsabilidades – de sujeitos – eram/são relegadas para os que estão acima. Ora, também estes dependem... **há uma cultura da dependência**. Aos que se põem, legítima ou ilegitimamente, em postos de comando são outorgados os poderes de julgamento – avaliação, decisão, responsabilidades finais. É curioso constatar a insistência com que aparece, nos depoimentos da comunidade acadêmica, contidos no I Relatório – Síntese da Avaliação Institucional da UEFS [datado de 1994] a idéia de dependência, ao lado de explícitas demonstrações de desejo de superação (grifos nossos, p. 92).

Donde se depreende que foram altos os custos sociais dessa “cultura da dependência”, pois, tendo passado quase duas décadas constatava-se a existência de uma cisão no interior da Universidade. De um lado os professores, aliados aos estudantes e funcionários e de outro lado os administrados e seus colaboradores (que não seriam poucos nos segmentos anteriores), que o autor atribui a ausência “de uma consciência institucional”. Situação que punha em dúvida a legitimidade daqueles agentes “em postos de comando”, conforme sugere a escrita em razão do alinhamento externo.

2.2 O lugar da Produção da Universidade no Interior Baiano

Atentemos para o enunciado abaixo:

[...] Quero neste momento assinalar que não é um centro qualquer é um Centro que está carreando recursos das Nações Unidas, de caráter internacional, e que, segundo me afirmaram técnicos daquele organismo, **será o maior existente em todo mundo**. Ainda, como por uma feliz coincidência, como se nessas nossas relações, ou nossas aspirações, pudesse intervir a Providencia, recebi hoje pela manhã em telegrama do Ministro das relações exteriores Dr. Mario Gibson, comunicando-me que o Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aprovou, ontem, 663.000 dólares no projeto de **Centro Industrial de Feira de Santana**. Isso significa que somados os recursos internacionais, aos recursos que deverão ser aplicados aos recursos estaduais, iremos investir aqui cerca de cinco milhões de cruzeiros novos na constituição e implantação desse Centro, que será, realmente, alguma nova, alguma coisa de importância, não somente para Feira de Santana, mas para toda a indústria da Bahia. **Isso significará que todas as indústrias da Bahia terão de vir a Feira de Santana** para resolver os seus problemas técnicos, os seus problemas de orientação, os seus problemas de desenvolvimento.

Isso vale dizer que a **Feira [de Santana] tornar-se-á, automaticamente, uma das capitais da indústria do Estado**. [...]. (Jornal **A Tarde**, segunda-feira, de 26 de janeiro de 1970. Trecho de discurso do governador Luis Viana Filho, cf. original; grifos nossos).

Este pronunciamento do governador Viana Filho ocorreu no dia 24 de janeiro de 1970, por ocasião de ato político realizado em Feira de Santana, promovido pela gestão estadual, a fim de anunciar medidas de impacto político para a cidade. Principalmente, para a referida gestão, ao tempo em que buscava angariar sustentação e afirmação pública no início de ano eleitoral – o reconhecimento da população local, melhor dizendo, de suas lideranças políticas e, por extensão, as do interior baiano.

Até aquele período a Bahia concentrava a sua área industrial em Salvador e na Região Metropolitana. O desenvolvimento industrial tardio do Estado, em relação aos principais pólos econômicos do País, que ficou conhecido pelos estudiosos como o “enigma baiano”, ganharia impulso com o projeto de desenvolvimento econômico do regime militar e com a implantação do Centro Industrial de Aratu. Além da sustentação econômica gerada com a produção industrial e região administrativa do entorno, a economia baiana sustentava-se na agricultura de exportação do cacau, desenvolvida em municípios da região sul. Continuemos acompanhando o discurso do governador sobre o assunto:

[...] Mas, era justamente uma demonstração que eu desejava dar, de que embora interessado no desenvolvimento do Centro Industrial de Aratu não esquecíamos o Interior. Considerávamos tão importante quanto o desenvolvimento daquela área próxima de Salvador a implantação de

indústrias no interior do Estado. E dado o apoio que encontraram aqui as indústrias e **dado o Plano Industrial ou centros industriais que já cercam esta Cidade, graças ao Plano integrado para aqui projetado, aprovado e adotado pela Prefeitura Municipal**, pareceu-me que nenhum lugar mais próprio do que Feira de Santana (Idem).

Diante desse furor econômico, “dado o Plano Industrial ou **centros industriais** (sic) que já cercam esta cidade”, Feira de Santana ingressava em grande estilo no cenário industrial de sustentação da economia baiana. De certa forma os investimentos previstos “revolucionavam” o campo econômico baiano tradicionalmente localizado, tencionando-o e produziam inevitáveis reverberações políticas. Donde, na representação do discurso de seu governador, a cidade teria “**o maior centro industrial do mundo**” [sic] e isso invocava algumas inversões e deslocamentos de poder do centro para a periferia e alterações na correlação de forças no partido da ordem na Bahia e incomodaria os agrupamentos políticos já instituídos no cenário baiano.

Doravante, “automaticamente”, a cidade interiorana em foco “tornar-se-ia” – na previsão do governador – “**uma das capitais da indústria do Estado**”, o que poderia significar que “**todas** as indústrias da Bahia” teriam de recorrer a ela a fim de “resolver seus problemas técnicos, seus problemas de orientação, os problemas de desenvolvimento”, argumentava a ficção de Viana Filho. Essa descomunal inversão econômica descrita na retórica do chefe do executivo baiano, além dos exageros próprios das falas politiquêiras, não ocultava as preocupações desse governo com as gestões eleitas nas periferias. Este era o caso de Feira de Santana, que em certa medida atuava de modo descentralizado – por exemplo, ignorando o já consagrado sistema de planejamento estadual, elaborou por conta própria o seu “Plano diretor” e criava o seu Centro Industrial, o CIS⁴⁸ – e, especificamente, o município passaria a assumir papel relevante na economia baiana.

De fato, a cidade interiorana que ingressava no surto industrial do desenvolvimentismo que teria produzido o “milagre econômico”, já vinha se transformando na maior e mais próspera cidade do interior do Estado da Bahia desde o século XIX, todavia sustentada numa intensa atividade rural e no comércio de negócios dela derivados. Do ponto de vista econômico, num certo sentido, segundo opinião de pesquisadores, a trajetória histórica de Feira de Santana pode ser considerada como a história da pecuária na Bahia.

⁴⁸ O Centro Industrial do Subaé foi criado através da Lei Municipal n° 690 de 14 de dezembro de 1969 e depois transformado em Autarquia pelo governo estadual, em 1974, na gestão de ACM.

Em virtude da sua localização privilegiada despontou na segunda metade do século passado como o município que registrou maior crescimento demográfico depois da capital, constituindo-se na cidade mais populosa do interior do Estado. Os dados estatísticos assinalam a rápida expansão populacional da cidade, com taxa de crescimento superior a 9%, muito superior ao do município. O decênio de 1960-1970 apresenta-se como o de mais rápida expansão populacional do município, quando a zona urbana alcançou 70,6% da população total⁴⁹. Para esse incremento populacional concorrem as migrações no sentido rural-urbano, migrações de outros municípios e estados do Nordeste.

Em suas origens o espaço da cidade se constituiu como um dos “vilarejos estradeiros”, que segundo Darcy Ribeiro “serviam de pouso nas longas viagens entre os núcleos ocupados no interior ou apareciam onde se impusesse a necessidade de baldear cargas [...]”. E continua o mesmo autor: “É o caso, também, das feiras de gado de todo mediterrâneo interior, alguma das quais alcançariam grande expressão, como a de Campina Grande, Sorocaba, **Feira de Santana** e outras”. (In MOREIRA: 2002, p.1-2). Essa feição original de localidade “estradeira” se perpetuará na configuração posterior da cidade enquanto espaço urbano de maior projeção no Estado depois da capital. As evidências apontam que a concorrida feira de gado e os negócios que giravam em torno dela ajudaram sustentar o crescimento sócio-econômico da cidade por muitas décadas. “A movimentação de gado para corte, engorda e venda tornava a feira um evento digno de destaque no cenário nacional”, confirma Rossine Cerqueira Cruz (1999, p. 204), referindo-se ao setor mais próspero da economia feirense na década de 1960, cujos negócios se estendiam por toda a semana.

O mercado de gado não era o único, ali também se negociava a troca e a venda de animais de montaria, produtos agrícolas, artesanato e produtos industrializados. Esta origem comercial sustentou até o final da década de 1970, uma grande feira repleta de singularidades que perdurava por mais de três dias, cujo auge acontecia no dia de segunda-feira. Comerciantes de diversos municípios circunvizinhos e de outros Estados eram atraídos pelos seus negócios e a mesma conferia uma singularidade à cidade conhecida como “princesa do sertão”. A existência da feira em sua tamanha diversidade, aos olhos de quem por ela passava nos anos de 1960, parecia nutrir-se da expansão da cidade, desafiando-a como se a

⁴⁹ A fonte dos dados censitários aqui apresentados é o IBGE (Apud CRUZ, 1999).

quisesse engolir. Antes da sua transferência para o Centro de Abastecimento, a grande feira alastrava-se por diversas ruas do centro da *urbis* e nos dias de maior movimento estendia-se ao largo do canteiro central de grande parte da principal avenida da cidade, a Getúlio Vargas. O logradouro nessa época em expansão e endereço das mansões mais luxuosas da cidade tinha na feira e nas contradições que ela expunha o seu oposto, que insistia em “crescer” junto, como se a senzala tivesse mudado de posição e se postasse, permanentemente, na frente da casa grande. Todavia, a dinâmica de desenvolvimento econômico projetada para o Brasil e para o Estado da Bahia⁵⁰, na época de implantação do “milagre econômico”, não comportou o “expansionismo” da feira e da conseqüente ocupação dos espaços “nobres” pela diversificada gente que a compunha.

A importância e o significado cultural da feira de Feira de Santana são abordados por Moreira (2002), que identifica os conflitos e tensões vivenciados por parte de muitos feirantes diante da urbanização intensa que teria provocado a “transferência” da feira para um local “mais organizado” do ponto de vista da economia de mercado. O referido autor anuncia que não houve transferência orgânica da tradicional feira para o Centro de Abastecimento, de fato houve sua “eliminação” pura e simples, em 10 de janeiro de 1977, posto que, as relações sociais peculiares aí existentes foram, abruptamente, interrompidas e eliminadas, em face da retirada dos elementos humanos de espaço social e histórico tradicionais da cultura local⁵¹. De fato, a “transferência” de uma feira do porte e da complexidade cultural da existente na cidade em foco era algo impossível, pelas implicações do próprio espaço territorial e social que ela constituía, conforme assinala o autor. As mudanças intensas advindas com a industrialização sinalizavam, ao mesmo tempo, os processos seletivos de inclusão dos feirantes “mais competitivos” no mercado capitalista que se reorganizava no País e de exclusão de grandes contingentes humanos que sobreviviam em suas sombras e de suas sobras. Pois, o que sustentava a feira do ponto de vista da economia de mercado era a pecuária e os negócios hortifrutigranjeiros. A primeira já havia sido deslocada do centro desde a primeira metade do século XX e os segundos foram projetados para a central de

⁵⁰ Conforme depreendemos da discussão elaborada por Cruz (1999) sobre a inserção econômica do município, cujo suporte de análise assessora este trabalho.

⁵¹ Contribuição importante do trabalho de Moreira (2002) pode ser inferida a partir das falas dos diferentes segmentos sociais sobre os “destinos” e trajetórias dos diversos e contraditórios grupamentos sociais que direta ou indiretamente compunham a grande feira. Pesquisa mais atual sobre o tema da feira de Feira de Santana foi desenvolvida por Pacheco (2009).

abastecimento no final da década de 1960, pelo órgão local de planejamento, tal como já havia nos grandes centros do país. Afinal a “cidade” (entenda-se os grupos sociais interessados), diante da consumação da referida “transferência” regozijava-se com a sua definitiva inserção no “progresso” e “modernização” anunciados, em face da retirada do monumento de “atraso” (que seria a grande feira) do principal cartão postal da cidade, a Avenida Getúlio Vargas. Neste sentido, emblemática foto da cidade em capa de revista do centro das indústrias de Feira de Santana, exhibe este cartão postal sem a feira de rua – início dos anos 1980, reiterando que venceu a modernidade. Entre as facetas advindas com o processo de modernização estava a implantação de uma Faculdade Estadual de Educação, em setembro de 1968.

Todavia, o signo da grande feira se perpetuaria, e ainda se perpetua, nas contradições dessa cidade interiorana. Não é por acaso que um dos intelectuais que ajudou a constituir o campo do ensino superior na cidade, o advogado Fernando Pinto Queiroz, insistia em afirmar que a feira livre “foi a primeira universidade de Feira de Santana” (Cf. depoimento à autora em 12/11/2007, em Feira de Santana), em face da importância cultural que ainda representa para Feira de Santana, cuja diversidade acentuou uma feição peculiar que a caracteriza.

O lado “moderno” que impulsionou a retirada da feira do centro da cidade foi se constituindo, portanto, ao longo da crescente urbanização verificada nas décadas de 1960-1970, para o qual contribuíram a posição geográfica, de ligação entre a capital e o interior, e de entroncamento rodoviário entre o Centro-Sul e o Norte-Nordeste. Tal aspecto, facilitaria a constante mobilidade espacial de grupos populacionais e a fixação de correntes migratórias. De acordo com Rossine Cruz (Op.cit.), em razão das facilidades de acesso rodoviário para a capital e região Sudeste do País, Feira de Santana funcionava como uma espécie de ‘colchão amortecedor’ de fluxos migratórios que para estes locais se destinavam. Analisando dados censitários, o autor referido esclarece:

Em 1970 havia 35.209 habitantes não naturais e residentes há menos de dez anos no município. Isto significa 72% do acréscimo populacional ocorrido entre 1960 e 1970. Desse percentual 2/3 chegaram nos quatro últimos anos da década. Nos anos de 1970, chegariam mais 52.745 novos imigrantes (52% do acréscimo populacional entre 1970 e 1980)” (p. 278-279).

O surgimento de um parque industrial no final da década de 1960, além das perspectivas oferecidas pelo majoritário setor terciário, oferecia atrativos reais para fixação de mão-de-obra na cidade. Portanto, é unânime entre os estudiosos que a

localização privilegiada da cidade próxima à capital e como eixo de conexões rodoviárias contribuiu em muito para a expansão demográfica e econômica de Feira de Santana. Até a década de setenta a movimentação populacional seria facilitada pela condição que a cidade assume de principal anel rodoviário, interligando a capital com a maioria dos municípios do Estado e diversas regiões do País, o que propiciou a expansão dos diversos setores da economia local. Sobre o que isso representa em termos da área econômica, Cruz argumenta:

[...] o próprio crescimento urbano e industrial de Salvador, poderia ser apontado como fator contribuinte [para a expansão econômica do município], na medida em que as demandas ali localizadas impulsionavam as atividades produtivas e terciárias *feirenses*. Mas para além desses fatores, muito contribuíram - ainda que em escala muitíssimo menor que a observada em Salvador - seu próprio crescimento populacional e o progresso nos transportes (p. 206).

Esse progresso nos transportes está associado à construção de rodovias estaduais e federais entre os anos de 1960 e 1970, que ampliarão as conexões rodoviárias da cidade com o Estado e o restante do Brasil. O autor argumenta que: “A construção e inauguração da BR-116 cujo traçado contempla o município e a cidade, facilitaria ainda mais os fluxos de passageiros (consumidores, mão-de-obra e investidores) e de mercadorias”, entre outras tantas rodovias que aproximam a cidade de diversas regiões. Ele completa o argumento expondo sobre as diversas conexões rodoviárias de Feira de Santana, descritas por Mello e Silva (1985), vejamos:

A rodovia BA-ES integrou o município à região do cacau, enquanto a estrada para Goiás foi aberta até Seabra. A estrada BA-PI foi concluída até Jacobina, com ramais que se estendiam até Xique-Xique, Sento Sé e Juazeiro. Através de São Sebastião do Passe, Feira de Santana se integrou ao nordeste do Estado e a Sergipe e Alagoas. Em 1949 a BR-116 (em cascalho) foi concluída e Salvador, através de Feira de Santana, ligou-se ao Sudoeste do Estado e aos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Paralelamente, construiu-se grande parte da estrada Transnordestina, ligando a Bahia a Pernambuco, via Feira de Santana. Com esta rodovia, todos os municípios da microrregião de Serrinha e do Sertão de Canudos aproximaram-se de Feira de Santana [...] Pelos fins da década de 50, o Estado iniciou a fase de rodovias asfaltadas, com conclusão da BR-324 [que liga a cidade a Salvador]. Entre 1960 e 1980, Feira de Santana tornou-se um centro de irradiação de vias asfaltadas para todos os maiores centros urbanos do Estado e do País’ (CRUZ, 1999, p. 206).

Assim a industrialização nesse município adveio também a partir de processos intrínsecos ao próprio município. Portanto, desde o período anterior à implantação do centro industrial, sustentado, contudo, no âmbito do processo que o autor denomina de “desconcentração econômica” – refere-se a investimentos

efetuados por grandes grupos econômicos em novas regiões, que manteriam suas sedes nos espaços de origem, principalmente na região Sudeste, em especial, São Paulo. A “desconcentração econômica” é descrito pelo autor como parte “das políticas setoriais e aos incentivos fiscais e financeiros das políticas de desenvolvimento industrial e regional implementadas nos anos 70”. Além da desaceleração econômica na região mais industrializada no país, “[...] o Estado nacional se encarregaria de prover a infra-estrutura de transportes e comunicações em novas áreas, proporcionando vantagens locacionais e possibilidades de exploração de recursos naturais, até então não incorporado ao sistema produtivo” (CRUZ, op.cit. p.102-103). Na perspectiva deste autor, o projeto de desenvolvimento industrial proposto para cidade tinha a função de complementar a produção industrial da Região Metropolitana de Salvador, na lógica de expansão do capitalismo internacional no Brasil combinado com os tradicionais centros produtores existentes (basicamente do centro-sul), em conformidade com o modelo político-econômico⁵² instituído no regime militar. Assim esclarece sobre a “articulação econômica” de Feira de Santana com a capital do Estado:

Os grandes projetos de infra-estrutura industrial e de instalação da Petrobrás, que provocaram o grande surto industrializante na região metropolitana de Salvador (RMS), passariam a exercer influência decisiva no desempenho econômico de Feira de Santana, modificando o perfil de suas atividades e de sua organização urbana – num processo de modernização que, contudo, não prescindia dos antigos estabelecimentos comerciais ou industriais, nem tampouco das relações de produção no campo. Enfim, nos anos 60, quando a grande indústria baiana, concentrada na RMS, se integrava à lógica de acumulação da indústria nacional, Feira de Santana não só exercia papel fundamental na articulação comercial do mercado nacional, como também aproveitava suas vantagens locacionais para imprimir um ritmo crescente ao seu próprio processo de industrialização (CRUZ, 1999, p. 207).

A política de modernização de cunho conservador inseriu Feira de Santana nas políticas de “desconcentração econômica”, trazendo para a cidade grandes investimentos para o setor produtivo industrial, oriundos de outras regiões e permitiu a inserção do município no processo de “integração produtiva” da economia nacional, mas de modo periférico e subordinado. Como se sabe a perspectiva conservadora de desenvolvimento, que envolveu muitos outros investimentos na agropecuária e de infra-estrutura, foi de alcance limitado e manteve intactos

⁵² Consultar Cruz (1999) para mais detalhes sobre as condições e processos do desenvolvimento econômico no NE e no município de Feira de Santana (particularmente, o Capítulo IV).

determinados aspectos das relações de produção tradicionais e de subsistência da economia. O que, por seu turno, não alteraria de modo significativo as arraigadas estruturas de poder político e econômico, presentes no meio rural e nas pequenas cidades do interior do País. Ou seja, o surto de industrialização ensejado não significou para o conjunto da população avanços nem na distribuição de renda nem no acesso à terra, que teria implicado na generalização das relações capitalistas de produção. As condições da opção de modelo econômico excluíram, assim, grandes segmentos sociais e manteve as históricas diferenças sociais e regionais no País.

As intensas mudanças no campo político-econômico a partir da segunda metade da década de 1960 reverberam no cotidiano da cidade, na vida e nas relações sociais das pessoas dos diferentes grupos e classes sociais em palco, as demandas também se ampliam. Na mesma década, ou até mesmo antes, intelectuais que exerciam atividades liberais na cidade de Feira de Santana a vislumbravam como espaço apropriado, do ponto de vista sócio-econômico e cultural, e em condições para se projetar e implantar uma instituição de ensino superior (Cf. documento elaborado por membros da Fundação Simões Filho: “Interiorização do Ensino Superior na Bahia” s/d – data provável: abril de 1962 – referente a projeto de implantação de ensino superior na cidade⁵³).

Retornemos ao discurso, que abriu essa seção, de Luis Viana Filho, no anúncio daquele **maior centro industrial do mundo**, descoberto nas suas auscultações de governador baiano, durante o evento em Feira de Santana, em que o mesmo se encontraria acompanhado de “numerosa comitiva” (**A Tarde**, op.cit.) – além do anfitrião, o prefeito João Durval Carneiro, também participaram do evento “o prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães, Secretários de Estado, vereadores e representantes da região nas Câmaras Estadual e Federal, além de figuras expressivas da sociedade local”. A intenção desse evento, ocorrido nas instalações do, recém inaugurado, Forum Filinto Bastos, segundo a publicação referida, seria o de pretender “mais progresso para o interior”. Nessa ocasião o governador afirmaria o seu empenho em, “**juntamente com a Grande Bahia, criar a Grande Feira de Santana** e, com ela, **acabar com o trágico desnível entre os que habitam a cidade de Salvador e os que trabalham no interior**”, e tais arroubos justificava-se, pois assinara

⁵³ Cf. Documento original, In Acervo particular de Fernando Pinto.

[...] quatro **importantes atos** que, conforme acentuou [o governador], marcarão época na vida daquela cidade: a sanção das leis que criam a **Universidade de Feira de Santana** e o **Centro de Desenvolvimento Industrial – CEDIN** –, autorização para publicação dos editais de concorrência pública para construção da “Estrada do Feijão” e o contrato para ampliação, em 1027 unidades, para o Conjunto Habitacional do Trabalhador (**A Tarde**, 26/01/1970).

A criação do CEDIN, conforme a Lei 2785 de 24 de janeiro de 1970, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia (edição nº 8498 de 28/01/1970), significava um avanço das ações de planejamento para o “progresso” da Bahia rumo ao interior. Os sustos do governador podem ser compreensíveis diante do paradoxo que este enfrentava: sem mexer as estruturas tradicionais de dominação deveria promover a expansão industrial que o projeto econômico exigia. Para tanto, foi necessário instituir uma “autarquia”, (órgão descentralizado vinculado á hierarquia da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio) sediada em Feira de Santana – que deveria funcionar como um órgão estratégico de assessoramento e de elaboração de políticas para implantação de indústrias de pequeno e médio porte no interior, entre outras atribuições de fomento à industrialização (de fato um assombro para as mentes acostumadas a controlar todo o aparato estatal muito de perto). No mesmo “pacote” que teria mobilizado todo o *staff* da administração dos negócios do Estado baiano para a cidade interiorana em pleno sábado (24 de janeiro de 1970), em que se festejava a expansão industrial fora dos limites da Região Metropolitana, atenção especial voltava-se à criação de Universidade em Feira de Santana (Lei 2784 de 24 de janeiro de 1970, publicado no mesmo D.O. acima citado). Na ocasião, assim expressou-se o governador:

Em primeiro lugar devo referir-me à Universidade que acredito ser um passo definitivo **para que a fisionomia de Feira de Santana adquira um novo tom, uma nova altura, um novo gabarito**. Decorre ela de **uma decisão do governo** de considerar que já era tempo de darmos ao Interior, aqueles que aqui nascem, aqueles que aqui vivem e que aqui estudam a oportunidade de freqüentarem os cursos superiores. Muitas vezes, sabemos, nós, tão difíceis para aqueles que estão limitados apenas à possibilidade da capital do Estado. Daí a decisão que tomamos de **criar a Faculdade⁵⁴ do Sul do Estado**, naturalmente a zona **talvez** mais rica, a zona cacaueteira. Mas não podíamos jamais esquecer igual oportunidade a Feira de Santana que é, realmente, uma dessas comunidades junto às quais me sinto estimulado para novos investimentos (Luis Viana Filho, **A Tarde**, 26 de janeiro de 1970, grifo nosso).

No final do governo Viana Filho as mudanças na base produtiva do Estado baiano eram visíveis quando o setor secundário da economia passaria a superar o

⁵⁴ Na verdade tratava-se da Universidade do Sul do Estado ou “Universidade Estadual da Bahia” prevista no PIEC.

setor primário, ou pelo menos se implantaria com vigor as bases dessa superação, na esteira do “milagre econômico” gerido pelo regime militar e, neste sentido, a região cacauera “talvez” já não fosse a região mais rica num futuro não muito remoto (a atividade cacauera entraria em crise posteriormente), em face dos investimentos pesados em indústrias de ponta no Centro Industrial de Aratu, cujos resultados, naquele momento, espriavam-se para a criação de médias e pequenas empresas em Feira de Santana (estrategicamente cidade mais próxima da capital, localizada no centro da malha viária que corta o Estado e o põe em contato com as regiões Nordeste e Sudeste do País).

Nessa época o governo baiano passava por outros apuros, além de ver-se obrigado a soltar as rédeas dos políticos em Feira de Santana perante a criação da suposta (cf. o governador) “poderosa” autarquia que estava sendo implantada na cidade, enfrentava problemas relativos ao seu outro eixo econômico tradicional e agro-exportador interiorano (naquele momento tido como o mais significativo), a região cacauera, que fomentado por lideranças locais conduzia um movimento separatista que visava a criação de um “Estado de Santa Cruz”⁵⁵. O peso econômico dessa região pode ser medido pelo orgulho de parte da população local que a considerava como “a São Paulo”⁵⁶ baiana. Portanto, em condições de constituir-se como Estado autônomo e, assim, apartando-se do restante da pobreza gritante que caracterizava a maioria dos municípios do interior que, imaginavam, sugava suas riquezas – num período em que a palavra “cacau” no vocabulário baiano era sinônima de dinheiro e fortuna⁵⁷. Para essa rica região se previa implantar a “Faculdade do Sul do Estado”, por “lapso” do governador, pois se tratava de “Universidade Estadual da Bahia”, cuja denominação tinha sido rechaçada pelos locais que a preferiam nominá-la de “Santa Cruz”, certamente focados no “futuro” Estado (MIDLEJ, 2004, p. 153).

⁵⁵ De acordo Midlej (2004), a ideia de criação do referido Estado foi materializada através do Projeto de Lei Complementar, nº 194 de agosto de 1978, que depois foi arquivado (pp. 153-154)

⁵⁶ Em trecho de “Relatório” sobre a Faculdade de Direito de Ilhéus, datado de 1959, para destacar a força e importância da “Sociedade Sul-Bahiana de Cultura”, entidade mantenedora, lê-se: [...] *basta acentuar que Ilhéus é, em relação a Bahia, o que é São Paulo em relação ao Brasil. É a grande fonte de renda do Estado. Destaca-se como cidade de gente abastada e orgulhosa de sua região.* In Midlej (2004, p. 144)

⁵⁷ Ainda de acordo com a mesma autora, contrariando as abordagens dos estudos econômicos sobre a Bahia e mesmo aspectos do discurso do governador acima citado, a economia cacauera pela sua importância teria “financiado” o parque industrial da Bahia (p.122). No entanto, segundo estudos, os excedentes da economia cacauera eram investidos em bens de consumo de luxo adquiridos no Sudeste ou fora do País e/ou reinvestidos na própria produção (Teixeira e Guerra, 2000, entre outros).

Ou seja, no Governo Viana Filho, não seria pequena a demonstração de força econômica e política da região cacauzeira, pois nessa administração planejou-se para essa região a implantação da única universidade prevista no PIEC, que não vingaria naquele período apesar dos esforços governamentais. Na busca da identificação desses esforços, verificamos que o discurso mencionado acima diz o ponto de partida: lá estaria a região mais rica do Estado e, portanto, em condições de acatar uma universidade. As palavras do então Secretário de Educação e Cultura, Edivaldo Boaventura⁵⁸, escritas no Jornal A Tarde, de 9 de janeiro de 1970, não deixava dúvidas sobre isso. Vejamos:

A criação da Universidade do Sul do Estado da Bahia é uma lúdima necessidade da Região [liderada pelo eixo Ilhéus-Itabuna]. Região homogênea, que concentra 95% da produção brasileira do cacau, precisa de um núcleo formador de mão de obra de nível superior, tanto para o ensino, como, sobretudo, para a investigação “sur place” dos problemas. **É a mais importante das regiões do Estado depois do pólo de desenvolvimento do Recôncavo, quer demográfica e economicamente** quer do ponto de vista da infraestrutura (Edivaldo Boaventura, “Uma Universidade para o Sul do Estado”. A Tarde, 9/01/1970, grifos nossos).

Outras iniciativas seriam tomadas para viabilizá-la: o governo baiano cuidaria de promover a aquisição de uma propriedade na rodovia entre Ilhéus e Itabuna – “no km 15” e “os recursos que serão despendidos para a aquisição da fazenda serão provenientes da venda do Campo de Experimentação de Uruçuca [local originalmente pensado para instalar a Universidade, cf. PIEC] pertencente ao Estado e que será comprado pela CEPLAC”, informa matéria do jornal A Tarde (16 de janeiro de 1970), cuja fonte seria o “Sr Renan Baleeiro, Diretor do Banco do Estado da Bahia”, que esteve em Ilhéus “tratando de assuntos do BANEBA e aproveitou a oportunidade para desenvolver entendimentos com vistas à implantação da Universidade do Sul do Estado”. Por outro lado, o Secretário de Educação, Edivaldo Boaventura, no artigo acima citado previa a necessidade “**do emprego da força política**” para disciplinar a oferta de ensino superior no Estado em reação á grande demanda, enquanto “estratégia governamental”. Vejamos;

A demanda inflacionada e a rigidez na oferta de educação superior não são, tão somente, um desequilíbrio entre agregados globais de ensino, mas, sobretudo, um problema espacial. É o desencontro entre **os centros** de formação e os núcleos consumidores ou empregadores de graduados. Se há relativa oferta nos maiores centros urbanos, há, por outro lado, escassez nas comunidades do interior. **Só outra estratégia governamental – como o emprego da força política para resolver o conflito** – poderá alterar a espontaneidade das regras do jogo. [...] **A solução** parece ser **localizar em**

⁵⁸ Prof Edivaldo Boaventura assumiu como titular da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia no final de 1969, após a saída do prof. Luiz Navarro de Brito.

centros de expressão e de polarização núcleos universitários (Edivaldo Boaventura. A Tarde, de 9/01/1970).

Esta “explicação” justificaria em parte a “decisão do governo”, anunciada por Luis Viana, de implantar um “núcleo universitário” em Feira de Santana e, ao mesmo tempo justificava também a importância e a primazia da “Universidade do Sul do Estado”. Primeiro, enquanto “centro formador”, uma vez que naquela região já existiam duas instituições isoladas de ensino superior e mais duas em andamento (a Faculdade de Economia de Itabuna e a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus). Por outro lado, além da existência de um centro de pesquisas do cacau, na visão do Secretário, lá também concentraria um “núcleo consumidor ou empregador de graduados”, por ser **a mais importante das regiões do Estado depois do pólo de desenvolvimento do Recôncavo, quer demográfica e economicamente**⁵⁹. De fato havia uma preocupação com a forte demanda concentrada “**nos centros**” de formação superior, cujo foco central, em realidade, voltava-se apenas para as pressões sobre **um** deles, conforme podemos inferir, em parágrafo anterior ao acima citado, na escrita do Secretário. Vejamos:

O crescimento fluente da demanda de Ensino Superior e a escassez de sua oferta determinam a criação de outros centros de formação universitária. Primeiramente e mui humanamente, para possibilitar a educação a maior contingente de cidadãos. Em segundo lugar, **para aliviar a forte pressão sobre a Universidade Federal da Bahia**. Para termos apenas uma idéia considere-se que em 1969, 7.440 alunos candidataram-se a 2.515 vagas e em 1970 há 12.247 inscritos para cerca de 3.000 vagas. Isto é, de cada quatro alunos que tentam o vestibular apenas um consegue o ingresso no nível superior.

Do nosso ponto de vista estaria em primeiro lugar, no âmbito dessas prioridades, o de **aliviar a forte pressão sobre a Universidade Federal da Bahia**. Pois além das demandas e escassez da oferta de educação superior, o projeto econômico da “Grande Bahia” requeria mão-de-obra, em que, para absorção da maioria desta pelos projetos industriais previstos, se necessitava do requisito de possuir alguma escolaridade. Ou seja, num Estado com índice elevado de analfabetismo (na década de 1960 registravam-se índices superiores a 50%) fazia-se urgente ampliar a oferta da escola básica e, nesse sentido, carecia de formar professores de ensino médio (licenciados) que seriam os formadores dos professores primários para nela atuar. Poderia a sede principal do saber na Bahia

⁵⁹ Os dados demográficos anteriores a 1970 mostravam que a população total da Região Sul era superior à região de Feira de Santana, todavia, a população urbana desse último município superava os das sedes dos municípios principais da citada Região (Ilhéus e Itabuna), cf. assinalamos anteriormente.

tomar nas mãos tarefa tão “diferente” e insólita, perante a “sua altura”, “o seu tom”, e seu tradicional “gabarito” de formação das elites políticas, culturais e mesmo técnicas do Estado baiano? Não se pode negar que houve tentativa no interior da Universidade Federal da Bahia para desenvolver ações nesse sentido, não só com a ampliação das vagas das licenciaturas, bem como procurando ofertar poucos cursos de licenciatura de curta duração, que liberaria o licenciado mais rapidamente para atuar, mas, esses últimos, fortemente rechaçados por diversos setores da instituição⁶⁰. Aspectos do conteúdo do artigo citado, escrito pelo Secretário de Educação, revelam parte das preocupações internas da UFBA sobre a questão da necessidade de formação de professores licenciados, enquanto demanda urgente, cuja solução deveria estar fora de suas dimensões acadêmicas e, portanto, do seu espaço “universitário”, sem cogitar a expansão dessa instituição para além dos muros da capital. Vejamos o que nos diz o referido articulista, após escrever sobre a necessidade da “força política para alterar a espontaneidade das regras do jogo”:

[...] Quanto á formação de professores para o ensino médio, por exemplo, se é insatisfeita a demanda na Capital do Estado, mais grave ainda é a sua penúria no Interior. A solução parece ser localizar em centros de expressão e de polarização, núcleos universitários. **Se possuíssemos o “College” teríamos a fórmula. Na sua ausência poderíamos pensar em um tipo de Universidade com menor número de unidades** (Idem; ibidem).

Eis, portanto, o problema e a solução (**pensar um tipo de Universidade com menor número de unidades**) pela intervenção da “força política”, quando a Universidade de Feira de Santana tinha sido criada à revelia das regulações previstas. Em função da “espontaneidade das regras do jogo” (entenda-se, a forte demanda educacional reprimida no Estado), resultado de “um forte apelo” e “insistente convite” ao governo estadual para também imiscuir-se na “frente do ensino universitário”, mediante o descrito pelo Secretário:

As condições regionais de um lado **e o aumento da procura de ensino superior** por outro, **constituíra um forte apelo**, quando não **um insistente convite à administração estadual para atacar também a frente do ensino universitário**. Aliás, o Plano Integral de Educação e Cultura já previa e dotava recursos para a Universidade do Sul do Estado (Ibidem).

⁶⁰ Esta informação procede de nossa própria experiência: em 1970 era estudante de Ciências Sociais da UFBA e tivemos colegas que haviam ingressado nos cursos de curta duração de Ciências e de Letras, que estariam sendo oferecidos (o vestibular por eles realizado parece que já seria a garantia para o ingresso). Era algo meio “à boca pequena”, que nós estudantes achávamos “um absurdo”, opinião retirada das entrelinhas das falas de nossos professores (pois, na época, era forte a repressão e vigilância política no interior da Universidade) e tínhamos colegas que conviviam ou eram parentes de professores, que nos reforçavam sobre o “mal estar” com essa oferta. Embora mereça investigação, parece que com a oferta imediata no interior baiano de licenciaturas de curta duração como **política de governo estadual** permitiu a UFBA livrar-se daquele fardo.

Cumpre-nos elucidar a conclusão do raciocínio do referido articulista que buscava ressaltar a importância da criação da aludida Universidade do Sul do Estado;

A decisão do governo estadual de criar uma Corporação de Ensino Superior, expressa e amplia, universitariamente, o embrião: Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna e Centro de Pesquisas do Cacau. A organização universitária é a regra nos termos da lei n. 5.540 e é superior ao dos estabelecimentos isolados. A Universidade como forma comunitária do Ensino Superior é mais aceita, porque permite desenvolvimento mais harmônico e mais produtivo das suas funções: unidade e racionalidade da administração, economia de escala na produção de graduados, utilização ampla do capital investido em instalações e equipamentos, convívio disciplinar, integração e complementação docente-discente (A Tarde, 9 de janeiro de 1970).

Quem relutava em compreender esse raciocínio tão claro e a quem o Secretário queria convencer, ainda no calor da hora das investidas modernizadoras em Feira de Santana? Além desta questão, é possível observar nas entrelinhas do artigo acima citado, que naquele momento existiam duas frentes: uma delas praticamente atirada nas mãos da gestão estadual, para onde se deveria pensar um modelo aproximado dos “Colleges” americanos (que se pode comparar com os atuais “Centros Universitários”); e a outra frente, objeto explícito do texto: a criação da Universidade do Sul do Estado, que a complexidade das forças em jogo no âmbito local motivava suas lideranças a insistirem em criar “Universidade Santa Cruz” – aliás, procurariam instituí-la, ao seu modo, ainda na década de 1970, conforme veremos abaixo.

Começamos pela “Universidade do Sul do Estado”, que deduzimos das palavras escritas pelo Secretário de Educação os visíveis esforços governamentais para torná-la realidade diante de alguma relutância dos agentes locais, sugerindo que as lideranças educacionais da região cacaueira buscavam outro caminho para a reunião de suas faculdades, que não seria exatamente o proposto pelo governo do Estado. O trabalho de Midlej (2004) aponta que havia divergência entre os interesses locais e os objetivos do governo baiano, pois além da autonomia econômica, do ponto de vista político, sustentados pelo sentimento de autonomia – apoiado do desejo de ver a região compondo um novo Estado da federação, rico e poderoso, desmembrado da Bahia – reforçaria nos agentes locais vislumbrar projetos próprios de universidade. Parece provável que a insistência do governo baiano na criação de uma instituição de cunho estadual, implicitamente, seria o de reafirmar a sua soberania naquela região. Além de rechaçar a denominação

proposta para a universidade (uma vez que o governo insistia em vê-la “estadual” e/ou da “Bahia”) e a mudança da localização da futura instituição (previstas no PIEC para Uruçuca), as lideranças regionais, ligadas às unidades particulares de ensino superior implantadas em Ilhéus e Itabuna, tinham na administração da CEPLAC. Enquanto instituição voltada para a pesquisa e fomento da atividade agrícola cacaueteira, uma aliada poderosa, que, em certa medida, ajudaria a orientar a dinâmica das decisões locais. De acordo com a autora citada, a existência de quatro instituições de ensino superior que já funcionavam na região antes da década de setenta, agregada à presença da CEPLAC

[...] com o seu Centro de Pesquisas do Cacau, à época excelência mundial em Agricultura Tropical, propiciou no eixo dinâmico da economia regional Ilhéus/Itabuna, estudos, debates, efervescência cultural e o sonho de implantação de uma universidade, latente nos anseios da intelectualidade local desde a criação da Faculdade de Direito, conforme registrado no relatório sobre a mesma, para efeito de autorização e funcionamento: “[...] entidade especialmente criada para ‘instruir’, ‘manter’, dirigir ou congregar os Institutos que hão de integrar a futura Universidade Católica do Sul da Bahia (RELATÓRIO... 1959, p. 1)” (MIDDLEJ, 2004, p. 151).

Aspectos de um roteiro sobre a implantação da “Faculdade Católica de Direito de Ilhéus”, apresentado no trabalho supracitado, mostram que a criação desta deveu-se a esse conjunto de esforços de intelectuais e lideranças políticas e econômicas regionais. Eles estariam inscritos, ou circunscritos à existência de uma entidade mantenedora forte, a “Sociedade Sul-Bahiana de Cultura”, presidida pela Diocese de Ilhéus (que certamente teria condições políticas e ideológicas de arregimentar alguns recursos junto aos poderosos da região). Todavia, como a história da educação da Bahia (no seu aspecto objetivado e incorporado) demonstrava àquela época, jamais haver registrado qualquer interesse dos poderosos (no sentido econômico e político) para fomentar de modo articulado a educação e a cultura nesse Estado, as evidências apontariam exatamente o contrário (sempre prevaleceu a tendência de se negar escolaridade para a maioria população), não é de estranhar que no mesmo “Relatório [...]1959”, acima indicado como fonte, lê-se o seguinte:

Tão poderosa é a influência desses órgãos sulistas [a Diocese, a CEPLAC, a Sociedade mantenedora] que já tramita na Assembléia Legislativa do Estado, um **Projeto de Lei**, pronta e unanimemente aprovado pela Comissão de Justiça, **autorizando o Executivo Estadual a subvencionar a sociedade** [Sul-Bahiana de Cultura] com o auxílio de cinco milhões de cruzeiros (“RELATÓRIO...1959”; MIDDLEJ, 2004, p. 144)

Isto é, quando se tratava da questão educacional a “simbiose” público-privado era sempre acionada, tema inscrito nas discussões nacionais daquele período,

conforme também assinala a autora, em torno do projeto de LDB que tramitava no Congresso Nacional, do qual resultou a Lei 4024/1961. Portanto, os “poderosos” órgãos sulistas teriam mais eficiente capacidade retórica do que prática⁶¹, uma vez que, logo depois, em outro contexto buscou-se concretizar, em 1964, a estadualização da aludida Faculdade de Direito (de acordo com dados fornecidos pela autora citada), enquanto iniciativa junto à Assembleia Legislativa, que teria sido

[...] transformada, em 1965, em outro projeto de autoria do Deputado Agostinho Pinheiro, em conjunto com as demais faculdades da região (de Sociologia de Ilhéus e a de Filosofia de Itabuna) para as quais pleiteava-se a estadualização. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, em 1967, opinou que o processo fosse encaminhado ao Conselho de Educação e Cultura, em observância à LDB (MIDDLEJ, 2004,p. 150).

Embora os municípios baianos localizados no Sul fossem ricos, e com supostas instituições “poderosas” de fomento, a maioria de suas populações era pobre e, portanto, as subvenções seriam mais do que necessárias e, considerando-se que naquela época imperava no ambiente administrativo público muitos desmandos no uso dos recursos, onde se operava com um já tradicional clientelismo político. Além disso, o passo da “estadualização” garantiria atingir as metas previstas no início de se criar uma “Universidade”, que poderia ser a “Católica do Sul da Bahia” – o envolvimento inicial da Diocese de Ilhéus seria sugestivo nessa direção. Por outro lado, as mudanças pós-1964 encaminharia essa demanda para uma apropriação do pólo estadual. Como informa a Introdução do primeiro volume do PIEC, este foi gestado durante todo o ano de 1967⁶² e talvez a existência do referido pedido de estadualização já se constituísse na inspiração para o governo de Luis Viana, “planejar” a Universidade para o Sul do Estado, respaldando-se em parte nesse Processo enviado ao Conselho Estadual de Educação e Cultura.

Em entrevista no início de 2009, o Secretário Boaventura manifestou a opinião de que a Universidade do Sul do Estado não se concretizou naquela ocasião por falta de empenho das lideranças locais em sustentar o referido projeto, como teria ocorrido em Feira de Santana. Todavia as evidências parecem demonstrar o

⁶¹ Não levantamos dúvida sobre a capacidade financeira dos órgãos citados, principalmente a CEPLAC, que até 1980 recebia diretamente do Banco Central do Brasil um percentual de recursos procedentes das transações cambiais do cacau, que, segundo Midlej (op.cit.), fomentou investimentos e progressos na região; inclusive no ensino superior, ajudando a manter o tipo organização privada que sustentou a FESPI (pp.155-156)

⁶² Tal afirmação encontra-se também em Navarro de Brito (1991, p.9), Secretário da Educação e Cultura no governo Luis Viana até o ano de 1969: “Durante oito meses em 1967 executou-se um “Plano de emergência” [...] enquanto se trabalhava no Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC)”. E à p.11: “Como o mandato de governador terminava no início de 1971, era necessário absolutamente implantar o PIEC em 1968”.

contrário, pois além da mesma se constituir em aspiração antiga da comunidade e gestões terem sido feitas pelo governo no sentido de implementá-la, outros indicativos emergem. Ainda no trabalho de Midlej (op.cit.) está explicitado que essas gestões teriam ocorrido

com a participação das quatro unidades de ensino superior existentes [além das acima mencionadas, haveria a Faculdade Ciências Econômicas de Itabuna, FACEI], prefeituras municipais de Ilhéus e Itabuna, órgãos do governo federal (CEPLAC) e do governo estadual (Secretaria de Educação e Cultura e Instituto de Cacau da Bahia – ICB), chegando-se a definir em ofício da CEPLAC 71/735, datado de 25/10/1971: a) a localização da Universidade – entre Ilhéus e Itabuna; b) elaboração de projeto arquitetônico; c) construção de salas de acordo com recursos financeiros; d) transferência das faculdades ; e) alienação dos bens existentes e aplicação dos recursos financeiros; transferência das faculdades; f) integração dos corpos docente e discente; g) sugestão de personalidade jurídica – fundação de direito privado (p. 152).

Observa-se que no Sul do Estado o processo de implantação não sofreu solução de continuidade, pois em 1972 foi criada como entidade de direito privado a “Fundação Universidade Santa Cruz⁶³”. Esta veio para viabilizar os investimentos efetuados e atender os trâmites da legislação existente, buscou-se a criação da Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI (reconhecida através do Parecer CFE nº 1637/1974). Trava-se de um “arranjo institucional que permitiria a ocupação imediata do *campus* em construção, com sua estrutura física já determinada”, que deveria viabilizar a transição para a futura Universidade (MIDLEJ, op.cit., p. 154). Ou seja, parece que haveria alguma outra proposta para a formatação da Universidade no Sul que o trabalho de Midlej não esclarece, mas aponta alguns indícios. Primeiro: a rigor parece que não existiria debate ou disputa entre o setor educacional privado e o público na região Sul da Bahia – a Diocese não participava do “Conselho Superior” da Fundação Universidade Santa Cruz, cf. nota 62, assim o interesse de “Universidade Católica” não estava inserido ou conflitava nesta “Fundação”. Como vimos, buscou-se a estadualização das unidades existentes, e a Federação de Escolas, criada em 1975, além das “anuidades e taxas” era mantida por “dotações da CEPLAC e **alguns recursos do Estado**,

⁶³ Ainda de acordo com Midlej (op.cit) a Fundação Universidade Santa Cruz foi registrada em cartório como entidade de direito privado em 1972 e “posteriormente passou a ser denominada Fundação Santa Cruz”. No Conselho Superior da entidade figuravam: como “presidente nato”, o Secretário Geral da CEPLAC; o “governo do Estado da Bahia; prefeitos da região que efetivamente contribuíssem com recursos para ampliação e funcionamento da Universidade; presidente do ICB; presidente CNPC”; e outras entidades locais que “oferecessem contribuições efetivas” (p. 153). O fato, no entanto, é que na Lei Delegada do Estado da Bahia, 30 de dezembro de 1980, que eliminaria a FUFES, também transformaria a “Fundação Santa Cruz” em Autarquia. Seria mesmo de “direito privado” e qual o papel da gestão estadual? Cabe investigar como o governo ACM tentou articular o funcionamento dessas fundações universitárias (assunto que ultrapassa o limite desta tese).

através de verbas do Instituto do Cacau da Bahia” (UESC, 1999, apud MIDDLEJ, op.cit. p. 155). Em segundo lugar, era evidente o poder econômico e, por consequência, político da CEPLAC, autarquia federal que, ainda no governo de Luis Viana, poderia contribuir para alimentar outros ideais, por exemplo, o de criação de universidade federal naquela região. Afinal, no período era intensa a implantação de universidades pela instância federal e, na ocasião, as evidências apontam que o governo baiano teria condições políticas de pleiteá-la como ocorria no vizinho Estado de Minas Gerais, em particular no caso do Sul da Bahia, onde já existiria a “pesquisa *sur place*”, como atesta o Secretário, e unidades de ensino superior. No âmbito do maior processo de federalização verificado na história da universidade no Brasil, durante o período militar, no Estado mineiro, em 1969, foram criadas três Universidades Federais: as de Ouro Preto e Viçosa, que resultaram da incorporação de escolas que já possuíam vínculo público ou privado, e a de Uberlândia instituída sem nenhum vínculo prévio (BRETAS, 2008).

Por outro lado, as discussões no final dos anos 1950 e primeira metade dos de 1960, até aquela época, início dos setenta, no interior da Bahia, giravam em torno de uma reivindicação pela interiorização da Universidade da Bahia, a federal, feita por intelectuais de diversas regiões, cujo ponto alto teria sido a proposição de uma “Universidade Rural”, pensada como universidade *multicampi*, que, imaginava-se, teria instituições espalhadas por todo o Estado. O ponto alto dessas ideias foi articulado pela “Fundação Ministro Simões Filho”, coordenada por Jorge Calmon, em 1962, a partir de onde se elaborou a proposta de Universidade Rural (discussão que aprofundaremos no capítulo quinto, mais adiante, especificando as fontes pesquisadas) e o PIEC do governo estadual, divulgado entre 1968 e 1969, veio de encontro a essas intenções.

Por enquanto, apenas demarcamos nossa posição divergente à suposição do Secretário de Educação, de que a universidade não vingou no Sul da Bahia. Naquela época, por falta de iniciativa das lideranças locais, bem como em relação à abordagem da autora acima citada, que concorda com a hipótese de que a não aceitação, por parte das lideranças educacionais locais, da proposta governamental baiana se deve à autonomia econômica (tendo à frente a CEPLAC) e política da região, condições que teriam facilitado uma “opção” privatista. Como vimos, investimentos públicos foram efetuados, bem como gestões com e entre os agentes envolvidos, mas houve mudanças de rumo nos acordos com o governo do Estado,

conforme trecho de discurso de Soane Nazaré Andrade (professor e fundador da Faculdade de Direito de Ilhéus), proferido no ato de implantação da Universidade Santa Cruz, em agosto de 1972: **“esta mudança de rumos foi determinada por dificuldades de entendimento, de definição**, retardando e fazendo o governo do Estado retirar-se do empreendimento, não sem antes fazer outras tentativas junto a CEPLAC” (NASCIMENTO, 1995, p. 18, Apud MIDDLEJ, p.153-154). Caberia indagar quais os aspectos que dificultaram o “entendimento e a definição” do projeto de Universidade para o Sul da Bahia⁶⁴? Último parágrafo do artigo de Edivaldo Boaventura, à época Secretário Estadual da Educação (A Tarde, 9/01/1970) pode ajudar a inferir uma resposta plausível a essa indagação:

A política de educação superior estadual entrosa-se, perfeitamente, com a federal. Primeiramente, ao integrar e expandir os estabelecimentos isolados de ensino superior, e, em segundo lugar, criando universidade onde há mercado de trabalho para os formandos e campo de investigação para os pesquisadores.

Não havendo, portanto, razão para acionar o poder federal onde o estadual adiantava-se na busca de soluções e compatibilizando políticas. Somente no final dos anos de 1980, quando cessa a participação financeira da CEPLAC⁶⁵ para Fundação Santa Cruz e se inicia a luta pela publicização da CESPI, a bandeira de criação de universidade federal no Sul do Estado foi acionada pelos agentes envolvidos. Isso num período de crise econômica profunda em que o governo federal havia fechado quase por completo a possibilidade dessa instância de assumir a criação de universidade⁶⁶.

2.3 Qual a Proposta de Ensino Superior para Feira de Santana?

O descrito no artigo de Edivaldo Boaventura (op.cit.), sobre a necessidade de universidade para a região Sul, não ocultava ser a mesma um espaço social dotado de condições econômicas privilegiadas, mas, sobretudo a sociedade lá inscrita apresentava um estado cognitivo que justificaria implantar “universidade” (vide as faculdades de Direito e Filosofia, preexistentes), enquanto “a forma mais aceita” de

⁶⁴ Investigação que foge ao âmbito da pesquisa aqui efetuada, mas merece aprofundamentos posteriores.

⁶⁵ Sobre a participação da CEPLAC na manutenção da FESPI e as lutas pela criação de universidade no Sul do Estado, que resultou criação da UESC, consultar MIDDLEJ (2004), especialmente o tópico iniciado à página 151.

⁶⁶ Na década de 1980 foram criadas apenas duas universidades federais, uma em Roraima, em 1985, e outra no Amapá, em 1986.

ensino superior, além da presença do “Centro de Pesquisas do Cacau”, completaria a garantia do estatuto epistemológico e científico⁶⁷ da região. Esforço de entendimento que os intelectuais que planejavam a educação no Estado baiano empreenderam com vistas às propostas modernizadoras da economia, conduzidas pelos militares. Pois, pensar a constituição da Universidade Federal da Bahia, que consistiu na aglutinação de tradicionais instituições do Estado e de reconhecido estatuto científico e epistemológico, como modelo para se criar outra instituição universitária na Bahia no alvorecer dos anos de 1970, seria algo impossível, como se pode depreender da escrita do Secretário de Educação na época – segundo o este faltava-nos o “College” para resolver o problema da demanda por ensino superior no Estado.

Em outro artigo, intitulado *A Universidade e a tradição pedagógica de Feira de Santana*, publicado dias depois, Edivaldo Boaventura, o então Secretário da Educação e Cultura, anunciava a proposta de “Universidade” para a cidade com base na descrição que desenvolve do estágio cognitivo em que ela se encontrava, evidenciando-se a ausência de lastros científicos mais profundos, como existiria na região Sul do Estado. Mas haveria em Feira de Santana uma “tradição de instituições pedagógicas”, que teve na Escola Normal, criada na cidade na década de vinte do século passado, um marco. Aliado a esse dado central, completa o articulista sobre a situação: “no decênio seguinte” (anos trinta) a cidade teria angariado “um ginásio”; “Nos anos quarenta já contava com um curso de colégio. Para somente no fim da década de sessenta vir a possuir uma Faculdade”. Em suma, o estado cognitivo da população residente na cidade poderia ser compreendido melhor no seguinte argumento:

Tal circunstância de ordem qualitativa é importante a considerar porque permitiu a presença de **numerosas pessoas com formação média**, quer de **professores primários**, quer de **ginasianos**, quer de **concluintes do curso secundário**. Assinala-se a quantidade de colégios, nas cidades e nas comunidades vizinhas.

A Faculdade de Educação de Feira de Santana, verdadeira escola de magistério, contém o embrião de uma Universidade, desde quando tem os departamentos básicos: letras, ciências, estudos sociais e educação. **Ao se fundar a Universidade ela se abrirá dentro desta** possibilitando-lhe:

⁶⁷ Os conceitos de estado cognitivo e de estatuto epistemológico e científico são tratados de acordo com Bretas (2008, p.3): “O primeiro diz respeito não só ao grau de escolaridade de uma população, mas da sua capacidade de absorver e compreender os processos de racionalização e intelectualização com o qual a contribuição da ciência é decisiva. Já o segundo diz respeito à capacidade dos cientistas em criarem a ciência “normal” como define Kuhn (1970), ou seja, saber tratar os fenômenos que parecem cair sob o âmbito de sua disciplina segundo o ‘paradigma’, o modelo prático e teórico a um só tempo que se impõe a ele pela força da evidência, em relação ao qual sua força de recuo é mínima”.

experiência de funcionamento; base de instalações; pessoal docente superior, etc. (BOAVENTURA, A Tarde, 29/01/1970)

Da mesma forma que o artigo referente à defesa de uma universidade para o eixo Ilhéus-Itabuna procurava situar os argumentos de defesa do posicionamento da representação estadual como único meio para implantá-la, aqui os liames locais são também postos “no lugar”. Haveria naquela época, entre os intelectuais feirenses, uma reação negativa à aludida “Faculdade de Educação”, em que se questionava a dimensão “universitária” da mesma. Melhor dizendo, ela não estaria à altura de um projeto universitário para a cidade, preconizado pelos intelectuais que ambicionavam a criação de uma Faculdade de Filosofia (projeto sepultado pela aludida Faculdade de Educação) e, na impossibilidade desta, de uma Faculdade de Medicina (sobre este e outros projetos universitários para Feira de Santana falaremos no quinto capítulo e no início do sexto). No momento importa considerar que além das contradições enfrentadas pelo comando governamental na região Sul, contrariedades foram também registradas em Feira de Santana, que teriam levado o governador a “decidir” por implantar uma Universidade, solenemente anunciada e “decretada” naquele dia 24 de janeiro de 1970.

As afirmações acima, de autoria do Secretário de Educação, reinscrevem e redimensionam as hipérboles do discurso do governador Viana. Entre as quais se destacam: do ponto de vista econômico a região cacaueteira seria sim a região econômica mais significativa do Estado depois da região Metropolitana e do Recôncavo, ao passo que Feira de Santana caracterizava-se como uma região “comercial e **pré-industrial**” (In: *A Universidade e a tradição pedagógica de Feira de Santana*, A Tarde, 29/01/1970), diagnóstico que sustentaria as bases teóricas do PIEC. De fato, a ideia de Universidade para Feira de Santana teria sido resultado de “um forte apelo á administração estadual” e diante do fato consumado restava ao poder público estabelecer-lhe as diretrizes com base em evidências empíricas do próprio contexto regional⁶⁸. A primeira era a de que o status epistemológico mais elevado de “tradição” na cidade era o “pedagógico” (traduzido nos cursos médios de formação de professores) e do ponto de vista científico a “Faculdade de Educação de Feira de Santana” representaria a afirmação “em nível superior” dessa tradição e, nesse sentido, completa: “É dentro dessa tradição que surge, agora, a Universidade”

⁶⁸ Bourdieu ao discutir o conceito geográfico de “região” numa perspectiva sociológica, salienta que o mesmo alimenta formas de segregação, pois define espaços políticos e sociais contínuos como sendo descontínuos (in **O Poder Simbólico**, op.cit.).

(Edivaldo Boaventura, art. Cit.). Mais nos esclarece o articulista, sobre “o lugar” epistemológico previsto para a futura instituição:

[...] **À sua vocação comercial**, de entreposto, **soma-se a de núcleo de formação média**. Estradas, casas comerciais e escolas são os ingredientes de sua vida dinâmica. Há os que vão para negociar, mas existem, e quantos, os que se mudam “para Feira” para estudar, para dar escola aos seus filhos. Vida um pouco mais simples do que a capital, cidade portão entre o Recôncavo e o Sertão, esta bem mais adaptada para receber os habitantes do Interior.

Considerando tais habilitações, quais seriam os cursos da nova Universidade? Em que nível seriam ministrados os cursos universitários?

Precisamos colocar no interior as pré-graduações, isto é, os estudos básicos de primeiro ciclo, que permita formar professores para o ginásio, **que possibilitem os créditos iniciais da formação superior** e, por fim, que ensejem as carreiras novas de curta duração. **O status universitário é útil na valorização das profissões nascentes** (BOAVENTURA, A Tarde, 29/01/1970).

A proposta centrava-se, portanto, na implantação de cursos que possibilitassem **os créditos iniciais de formação superior**, algo, enfim, parecido com o “College” americano. Se não falava em nome da comunidade científica a que pertencia, o Secretário de Educação encontrava-se, provavelmente, respaldado por ela, pois tal proposição delimitava de forma suficiente e, quem sabe, necessária, os limites entre a Universidade existente, a UFBA, e o atendimento aos “fortes apelos” da demanda que esta Universidade (sem aspas), da forma como era concebida, não poderia suportar. Para bem justificar sobre a “Universidade” proposta para o interior, no âmbito do pensamento dos intelectuais *ufbianos* que pensavam cientificamente a educação baiana desde a Secretaria de Educação e Cultura, o articulista assim explicita:

Por último, um elemento de ordem quantitativa: o aumento populacional. Aumentados os investimentos nos setores primário e médio da educação criou-se uma demanda derivada para a Universidade. **Uma Universidade em Feira de Santana permitirá desafogar a forte demanda sobre o ensino superior federal da Capital.** (Idem)

Na cidade do interior, enquanto “núcleo de formação média”, “precisava-se”, portanto, colocar “as pré-graduações” e o “status universitário” (por força das pressões sociais originárias de Feira de Santana), serviria para valorizar as **profissões nascentes**, que o desenvolvimento econômico exigia. A argumentação do artigo referido “prova”/comprova que a proposta do PIEC estava no caminho certo (coerência semelhante firmada com relação ao artigo anteriormente citado, sobre a Universidade do Sul do Estado), fazia-se necessário, como passo inicial, formar professores perante uma realidade educacional assustadora – constatada no

artigo: “**ainda temos mais de 60% de professores leigos**” e “e no ensino médio mais de **64% dos professores não têm preparo algum** para exercer as funções docentes”, isso no alvorecer da década de 1970. O PIEC viria ao encontro dessas necessidades:

O Plano Integral de Educação e Cultura projetou os investimentos em razão da área de polarização ou pólos de crescimento. Feira de Santana é, sem sombra de dúvida, um núcleo que polariza um grande número de cidades. São em cidades como Ilhéus, Itabuna, Feira [de Santana], Conquista, Alagoinhas que se há de colocar os centros de formação de professores para a educação fundamental e média **chegando alguns à maior complexidade da educação de terceiro grau** (Idem, A Tarde, 29/01/1970).

Até aqui nenhuma contradição no discurso, o PIEC estava sendo executado tal como havia sido planejado, todavia com pequenas mudanças no percurso, como foi o caso de Feira de Santana, que passou a integrar o “nível universitário”. Mas sem alterar sua concepção básica, a de, no âmbito do ensino superior, oferecer **cursos pré-universitários** de formação de professores para a “educação fundamental e média” (entendidas na época como os cursos primário e ginásial, e hoje englobam o ensino fundamental). “Complexidade maior da educação de terceiro grau” previa-se, conforme visto no tópico anterior deste trabalho, para a universidade do eixo Ilhéus-Itabuna, que apresentava melhor estado cognitivo (perante as faculdades lá existentes), bem como estatuto epistemológico e científico garantido pelo centro de pesquisas da CEPLAC.

A contrariedade entre a retórica do discurso do governador, proferido em 24 de janeiro de 1970, que anunciava que seria implantada “**não apenas uma Universidade, mas uma Universidade modelo**, uma Universidade que honre a Bahia e que honre a Feira de Santana”, e o artigo do Secretário, na crua realidade do texto no seu devido contexto, do qual se deduz com facilidade que, com a qual (“universidade” prevista para Feira de Santana) e sem a qual, se pretendia que tudo permanecesse tal e qual o planejado no PIEC (fazendo aqui uma adaptação da expressão conhecida de Paes Leme, ao se referir à ausência de propósitos inovadores na LDB de 1961). Assim, oposição entre a planejada proposta governamental, de formar professores de primeiro ciclo através de cursos superiores de curta duração, e as intenções dos agentes locais seria a contradição básica que norteou as disputas na implantação do campo universitário em Feira de Santana.

No artigo citado, *A Universidade e a tradição pedagógica de Feira de Santana*, o Secretário da Educação baiana apenas demarcava mais uma vez a diferença gritante que existia entre a capital, Salvador, e o interior baiano. A

primeira, enquanto o ambiente tradicional e cosmopolita, que se modernizava, de concentração da hegemonia econômica e cultural do Estado, e do ponto de vista educacional mantinha uma espécie de cordão invisível de isolamento em relação ao segundo. Isso num contexto em que a tradição histórica (o *habitus*) prevalecente era de oposição acentuada entre a capital e o interior. A história objetivada, inscrita nas práticas dos intelectuais orgânicos baianos, apontava que estes insistiam em dar tratamentos diferentes à educação superior no interior do Estado, em especial no caso de Feira de Santana (tão próxima da capital). Essa forma incorporada, historicamente, de postura segregacionista parecia presente no Plano elaborado pelos arautos do “Brasil grande”, que concebia a educação como “agente de mudança” e pretendiam “contribuir para uma grande transformação na estrutura sócio-econômica da Bahia” (PIEC, v.I, p.9, “Apresentação”). Assim sendo, o pensamento hegemônico respaldado na tradicional academia baiana, que tinha no governador Luis Viana Filho um dos nomes mais respeitados, debitava à Feira de Santana limitações intelectuais para o desenvolvimento de funções superiores da educação. Implícita também numa concepção de universidade – esta enquanto nascendo de uma “tradição”, que, no caso baiano, sempre concentrada na capital. Ou seja, a tradição educacional, ou qualquer outra é algo que se constrói historicamente por pessoas implicadas, não nasce naturalmente e não se pode negar que em Feira de Santana não se tenha lutado para construí-la, conforme veremos no capítulo quinto desta tese.

Por outro lado, a ideologia⁶⁹ que permeava o projeto inicial de universidade para Feira de Santana, parece, resultava não apenas daquela conjuntura baiana específica, mas da própria configuração histórica tensa (do *habitus*) que permeou a implantação do conjunto do campo educacional público no País, quando pensado para a maioria da população. No Brasil, tradicionalmente, predominou como prática das elites econômicas dominantes a negação de escolaridade e, por extensão, do “saber superior” para as camadas sociais subalternas, trabalhadoras. Uma das possíveis explicações para isso estaria na organização sócio-econômica, no modo de produção escravista colonial, como assinala Gorender (1986), que permeou a atividade produtiva no país até o alvorecer da república. Numa situação histórica em que a educação encontrou-se por longo tempo à margem das exigências produtivas

⁶⁹ Aqui entendida conforme Gramsci, como sendo a visão de mundo que permeia as práticas sociais dos diferentes agrupamentos sociais. Cf. descrito em **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Ver também Zizek, Slavoj, O espectro da ideologia, in Zizek, Slavoj (org.) **Um Mapa da Ideologia**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

da economia agro-exportadora que estruturou a sociedade de origem escravocrata e transbordou muitas décadas do século vinte. E nessa condição, no âmbito das relações sociais de produção de base agrícola, o saber escolarizado funcionava mais como um “ornamento”, fortalecendo assim, desde os primórdios, as intenções de se manter os trabalhadores em estado de ignorância, pois a educação seria considerada como uma forma de poder, por essa razão era vista como representando perigo aos métodos de subordinação e, em consequência, à ordem estabelecida (Conforme discute Florestan Fernandes em trabalho clássico, de 1965, Educação e Mudança Social no Brasil). Ou seja, naquele período da história em que se projetava ensino superior para o interior baiano, ao lado do crescimento dos centros urbanos ainda existia uma grande concentração populacional nas áreas rurais, muito pobres e empobrecidas, em particular na Região Nordeste, reconhecida como de imenso atraso econômico, onde se atestava o subdesenvolvimento do País, como seria o caso da maior parte do interior da Bahia⁷⁰. A aludida herança cultural ainda se fazia presente em nosso Estado, cuja industrialização tardia reforçava os aspectos tradicionais da sociedade baiana e de suas elites econômicas e intelectuais.

Em trabalho publicado em 1972, o então ex-Secretário de Educação Navarro de Brito, corrobora as limitações, ou limites, da ação estadual no âmbito do ensino superior, ao fazer uma avaliação do PIEC, que fora por ele coordenado entre 1967 e 1969 (ocupou a Secretaria de Educação por três anos do governo de Luis Viana Filho). Nesse trabalho assegura que os objetivos do referido Plano foram embasados “em forte dose de realismo” e para o ensino superior argumenta, que

[...] devido ao caráter supletivo da responsabilidade do estado-membro, somente comportou dois objetivos: 1) formação de professores para o primeiro ciclo secundário e extensão do ensino superior ao interior do estado; 2) incentivos financeiros tendo em vista o aumento das inscrições [nas universidades pública e privada, localizadas em Salvador]. Sete programas e subprogramas foram previstos, inclusive a criação de faculdades no interior (BRITO, 1991; v.I).

Conforme veremos abaixo a meta seria a de garantir o ensino Médio através da ação supletiva do estado na interiorização do ensino superior – ou seja, enquanto

⁷⁰ Durante minha formação escolar primária e ginasial, os estudantes tinham dificuldades para entender a localização geográfica da Bahia, pois alguns livros didáticos a situava numa presumível “Região Leste”, na qual se incluíam os litorâneos Estados do Rio de Janeiro/Guanabara e Espírito Santo. Depois fomos informados, a contragosto de alguns professores, que nosso estado fazia parte da Região Nordeste. Certamente, do ponto de vista político e de classe social isso teve repercussões, sendo provável que as elites econômicas, políticas e intelectuais continuariam por muito tempo a identificar-se com a estranha, para a maioria da população interiorana, região “Leste”.

atividade meio. Portanto, nada semelhante ao que ocorria ou viria ocorrer, no vizinho estado de Minas Gerais (ou mesmo na nordestina Paraíba que na época compunha um “sistema” de instituições federais em seu interior e foram agregadas na constituição da Universidade federal desse Estado). Deste modo, desde a origem estaria definida a ação limitada, complementar do governo estadual, já que não se cogitava acionar a responsabilidade da união para assumir a expansão ou interiorização da universidade, mas um determinado tipo de ensino superior, diferente do existente. No texto de apresentação do PIEC, elaborado pelo Secretário Luis Navarro de Brito, melhor sumariza o tópico referente à programação para o ensino superior, a partir de onde também pretendia estender a benevolente ação “supletiva” do “estado-membro” baiano (certamente, baiano com h) para o Nordeste. Leiamos:

[...] a programação do ensino superior visa ao atendimento prioritário das áreas vinculadas ao aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social em curso no Estado, **através do fortalecimento de algumas instituições existentes** – subvenções e medidas indiretas – e concessão de bolsa de estudos. De outra parte **para responder ao incremento previsto no ensino médio**, o Plano [...] determina a **instalação**, no Interior do Estado, **de 4 Faculdades de Educação** para a formação de professores de 1º ciclo e a **implantação de uma Escola Superior de Educação Física**, de âmbito regional, **visando o provimento de professores de Educação física para todo o Nordeste do Brasil**. Completando a intenção programática típica desse nível de ensino, a interiorização da ação governamental inclui a **implantação da Universidade do Sul do Estado**, bem como a **revitalização da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco**, aí incluídos ampliação e reequipamento das instalações existentes para a reorientação que se pretende dar àquela unidade de ensino do Estado (PIEC, v.I, p. 11).

A referida “Escola Superior de Educação Física” deveria localizar-se em Salvador e, em nossa suposição, como a centenária Faculdade de Medicina e outras unidades nobres da instituição universitária local, que recebiam estudantes de quase todo o Nordeste, a aludida Escola de Educação Física deveria ter a mesma função de cobrir um universo maior de expectativas. Essa ação supletiva parece indicar que o “estado-membro” visava não somente liberar a UFBA do exercício dessa tarefa “prioritária” para o regime militar, cujos agentes, da área da educação, naqueles idos de 1968, “urgenciavam” as reformas em todos os níveis e, pelas evidências, a Bahia, tão prontamente, antecipava-se e acompanhava. Mesmo diagnosticado, conforme mostrado acima, que mais de 50% dos professores em exercício no Estado baiano ou eram “leigos” ou “despreparados” para as suas funções, havia uma visão mais ampla voltada para o Nordeste. Todavia, as demandas reprimidas por ensino superior, deparadas pelo Estado no interior baiano (além de Feira de Santana, do

eixo Ilhéus-Itabuna, outro polo de pressões emergia de Vitória da Conquista com ideias “universitárias” e de outros municípios que passariam a vislumbrar a possibilidade de terem suas faculdades), levariam a gestão baiana a ampliar sua histórica ação supletiva no nível superior de ensino, que se estenderia pelas gestões subsequentes e assumiria forma “peculiar”: de criação de um sistema universitário estadual, que viria a constituir-se na forma dominante de oferta no Estado da Bahia.

De posse desses elementos gerais e iniciais do contexto, entre as principais questões que emergem destacamos a seguinte: quais **as ideias/bases** que sustentavam a ação supletiva do governo baiano no campo do ensino superior, como as mesmas se efetivaram ao longo da história do ensino superior baiano e com base nisso quais perspectivas pareciam (ou estavam) postas com relação à ideia de interiorização? Antes de aprofundar essa questão reputamos como necessário compreender sobre a constituição do campo universitário no País e, especificamente, na Bahia, as **ideias/condições** que nortearam a formação do referido campo. Assim, no próximo capítulo traçamos um percurso sobre as experiências e como se construiu a ideia de universidade no Brasil, os elementos que compuseram/compõem essa tradição universitária a fim de que possamos melhor situar a proposta para interiorização do ensino superior na Bahia e a postura da gestão estadual naquele contexto da história da educação nesse Estado.

3 A UNIVERSIDADE NO BRASIL E SUAS (RE)FORMAS

O contato com as principais fontes orais que participaram desde os primeiros instantes dos movimentos de concepção e implantação do ensino superior em Feira de Santana (entre eles, Fernando Pinto e Geraldo Leite), antes de 1964, nos levou a considerar que as concepções desses protagonistas tinham implicações históricas de raízes mais profundas, que não se restringiam às querelas locais. Naquele ambiente estava em jogo algo mais enraizado em relação ao que se concebia como formação universitária no Brasil e à organização desse nível de ensino. Então, para equacionar sobre quais eram as ideias que circulavam sobre universidade nesse período, o tempo de maturação desses pensamentos, os elementos de aproximação e as divergências, consideramos relevante compreender o que eles traziam de novidade e o que é recorrente em relação às concepções de universidades que vingaram ao longo da história da educação e do ensino superior no Brasil. Por outro lado, a UEFS nasce sob o signo de rupturas num contexto de reforma do ensino superior com profundas implicações políticas. A compreensão desses liames históricos se impõe, portanto, como algo necessário para situar num cenário mais amplo a concepção de universidade inaugurada com a reforma de 1968, os seus fundamentos sociais, políticos e as contradições que encerrava.

Para realizar tal empreitada elaboramos neste tópico uma espécie de “triagem” procurando focalizar as formulações existentes na legislação nos diferentes contextos da história do ensino superior no país, com ênfase no formato de universidade, até a legislação de 1968 (ano em que se implantou a primeira faculdade estadual da Bahia, de formação de professores, em Feira de Santana), com a finalidade de verificar em quais “fôrmas” as instituições universitárias eram projetadas e as “formas” que de fato assumiram nos momentos específicos. Partimos do reconhecimento de que a organização universitária não se constituiu como formato inicial na implantação dos primeiros cursos superiores no Brasil, sempre cursos profissionalizantes criados numa perspectiva utilitária, todavia ela serve de referência para compreensão da universidade no passado ou até mesmo na atualidade. A intenção é elaborar um “mapeamento” possível para situar o nosso objeto de estudo no conjunto do legado universitário brasileiro e das contradições aí

implicadas, sem, necessariamente, a pretensão de estabelecer um “estado da arte” histórico desse legado.

Este tópico será dividido em **duas partes**: preliminarmente se fará um apanhado geral das reformas ocorridas na primeira república até os anos que encerram o Estado Novo, enfocando alguns elementos do contexto e alguns sinais, que, em certa medida, qualificam as propostas e/ou suas práticas. Após a elaboração desse patamar inicial de afirmação da universidade no país, trazer à tona o conjunto de discussões em torno da necessidade de uma “reforma universitária”, os diferentes sujeitos sociais em palco e suas propostas, no período de 1945 até 1968, consistirá na segunda parte.

3.1 Primeiras Iniciativas e a Instauração de Modelo(s)

A constituição do cenário universitário no Brasil atravessou diferentes momentos desde a criação dos primeiros cursos profissionalizantes de cunho superior, passando pelas tentativas de se instituir universidades sem a participação do governo⁷¹ na república oligárquica e a implantação das primeiras universidades oficiais (isto é, organizadas sob padrões oficialmente institucionalizados) iniciada nos anos de 1920. No Estado Novo a oferta escolar em nível superior é ampliada, a partir de quando são definidos os principais padrões para o funcionamento e organização universitária que serão seguidos, com pequenas alterações mesmo após a sua queda, em 1945. Também no âmbito do Estado Novo, as discussões sobre reforma universitária são aí projetadas (preocupação formulada de início pela União Nacional dos Estudantes, nos seus Estatutos de criação, de 1938, cf. CUNHA, 1983). Nas duas décadas posteriores à queda do Estado Novo, no seio dos movimentos e entidades da sociedade civil implicados com a questão do ensino superior, são plasmados projetos e concepções de universidade para o país, imbricadas a uma discussão de fundo sobre a necessidade de reforma. Para o nosso estudo o coroamento desse período será o ano de 1968, com a lei 5.540 de Reforma Universitária.

Ao tomar como foco de análise a política educacional, Cunha (1986) esclarece que a implantação do formato de universidade para aglutinar cursos de formação em nível superior sofreu até o final do Império a resistência de um ator

⁷¹ Para desenvolver a primeira parte deste tópico nos apoiamos principalmente nos trabalhos de Luis Antonio Cunha (1983 e 1986).

social identificado com as ideias positivistas preponderantes nos meios intelectuais e políticos, receosos da “oficialização” desses cursos, sob alegação de defesa da liberdade de ensino e de preservação de uma ciência independente da tutela do Estado e dos seus privilégios. Acrescida do interesse maior de preservar a atuação da iniciativa privada no campo educacional, cuja expansão no campo do ensino superior foi intensificada após 1870. O autor assinala que se havia consenso sobre essa expansão do setor privado “havia, também, sobre a necessidade de controlá-lo” e destaca, nesse sentido, dentre as propostas existentes uma que previa a implantação de universidade como meio de controle de “todo o sistema de ensino, tanto o setor público quanto o privado, conforme o paradigma da Universidade de Paris, no governo de Napoleão” (p. 89). Apesar das resistências dos grupos citados, nada menos do que 42 projetos, sugerindo a criação de universidade no País são apresentados ao longo do primeiro e do segundo Impérios, conforme assinala Teixeira citado por Mendonça (2000, p. 135).

Embora a ideia de controle sobre a educação estivesse subjacente em projetos do período anterior à República, estende-se, contudo, aos primórdios deste regime as concepções de organização do ensino superior com base na propalada “liberdade de ensino” que mantinha e facilitava a sobrevivência do setor privado. Em razão disso, o acesso aos cursos superiores ocorria de formas diferenciadas ou por cursos e exames preparatórios de admissão ou matrículas livres (sob dispositivos que permitiam a livre-diplomação e liberdade profissional). O primado legal e operacional desse pensamento manifesta-se na Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República (Decreto 8.659 de 5 de abril de 1911) de autoria do ministro do interior Rivadávia da Cunha Correia. Entre outros princípios, além do de facilitar o acesso (sem exigências de diploma de ensino médio reconhecidos oficialmente) via exames de admissão, as escolas superiores passaram a não sofrer qualquer espécie de fiscalização por parte do governo federal, e para dirigir o ensino superior até sua completa independência deste último, a lei estabelece a criação do Conselho Superior de Ensino. Durante a vigência dessa legislação verificou-se, também, o aumento da oferta privada desse nível de ensino (essa lei vigorou até 1915⁷²).

As mudanças políticas, com a posse de Venceslau Braz na presidência da república, trouxeram ao cenário Carlos Maximiliano como Ministro da Justiça e do

⁷² O teor da Lei Orgânica de 1911 sobre o ensino superior encontra-se em Cunha (1986, p. 181-183).

Interior, para restabelecer a ordem tumultuada no campo educacional invocada pela Lei Orgânica de 1911. A legislação instituída em 1915, pelo Decreto nº11.530 conhecida como Reforma Carlos Maximiliano, impõe substanciais mudanças ao ensino superior, com destaque para a obrigatoriedade do certificado de ensino médio, estabelecendo um maior controle sobre o acesso, o que provocou a contensão de matrículas no ano de sua implantação. Os exames de admissão são substituídos com a nova lei pelos “exames vestibulares”, exigindo-se destes um maior rigor. O Conselho Superior de Ensino, por seu turno, assume nova atribuição e passa a exercer o papel de fiscalizador das escolas não mantidas pelo governo. Para isto, critérios são estabelecidos para organização e funcionamento das escolas particulares impondo barreiras ao grande número delas que postulavam equiparação às federais. Novas exigências também são feitas aos postulantes da livre-docência (instituída na lei anterior), tais como provas orais e nomeação temporária. Nessa legislação nasce o cargo de “professor catedrático” (escolhidos por concurso com apresentação de tese escrita, mas mantendo-se a vitaliciedade dos cargos mais elevados do ensino superior, prevista desde 1808), diferente do professor ordinário e outras denominações existentes na legislação anterior. O instituto do professor catedrático somente será abolido com a Reforma Universitária de 1968.

Nesse período houve espaço para o surgimento de experiências que pretendiam agregar cursos sob a forma de universidades, facilitadas pelo regime de “desoficialização” instituído na primeira legislação republicana e não totalmente superado nessa de 1915, foram as “universidades passageiras” fruto de iniciativas localizadas em alguns Estados como instituições livres: primeiro da Universidade de Manaus (funcionou entre 1909-1926); seguida pela Universidade de São Paulo (de 1912-1917); e a terceira foi a Universidade do Paraná de 1913-1915⁷³. (cf. Cunha, op. cit., pp. 198-210).

Todavia a Lei implantada por Carlos Maxiliano irá propiciar as condições para o surgimento da universidade com feição mais definitiva no sentido de o governo da União assumir o controle do processo. Neste contexto, instaura-se, assim, a primeira instituição legalmente constituída, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, por meio do Decreto nº14.343. Em conformidade com o previsto na legislação organizou-se a partir da aglutinação da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e

⁷³ Posteriormente, os cursos que permaneceram ligados a essas iniciativas, foram reagrupados para formar universidades federais, com exceção da de São Paulo da qual não restou nenhuma escola (op.cit.).

uma escola de Direito (na falta deste tipo de escola mantida pelo governo são incorporadas as duas escolas livres existentes que se fundiram para formar a terceira unidade da instituição). Apesar da fragilidade organizacional (as unidades componentes funcionavam de modo isolado e sem nenhuma alteração em suas características) e de se constituir em objeto de críticas à época de sua implantação. Fávero (2006) destaca a importância dessa instituição por se tratar da primeira universidade com autonomia didática e administrativa criada legalmente pelo governo federal, utilizando-se do seguinte argumento:

Não obstante todos os problemas e incongruências existentes em torno de sua criação, um aspecto não poderá ser subestimado: sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Esse debate, nos anos 20 do século passado, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil (p. 22).

A criação da primeira universidade na capital federal a colocará em evidência e serviria como parâmetro para futuros questionamentos e proposições, bem como se constituiria também em objeto de experiência resultante das mudanças sociais expressas na legislação com as políticas impulsionadas após 1930. O papel desempenhado pelas entidades referidas e as questões mencionadas pela autora acima citada serão desenvolvidas no decorrer de nossa exposição. Antes, porém, cumpre lembrar que ainda no período de vigência da Primeira República foi organizada a Universidade de Minas Gerais, no ano de 1927, com apoio e subsídios do governo estadual, cujo formato assemelhava-se à do Rio de Janeiro, por aglutinação de faculdades já existentes em Belo Horizonte.

A implantação dessa segunda instituição ocorreu sob a vigência da última reforma educacional da Primeira República, conhecida como Reforma Rocha Vaz, instituída pelo Decreto 16.782-A de 13 de janeiro de 1925. Este Decreto traz em seu bojo medidas que reforçam o controle do Estado sobre a educação e bem espelham a “tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais que vieram desembocar na revolução que pôs fim ao regime, em 1930”, argumenta Cunha (op. cit. p.190). As principais decisões no sentido acima apontado foram: criação do Departamento Nacional de Ensino como órgão decisório, cujo diretor era nomeado pela presidência da República e ao mesmo tempo suprime o Conselho Nacional de Ensino; aumento das exigências e controle dos processos de

equiparação das faculdades livres às oficiais; aperfeiçoamento do caráter seletivo e discriminatório dos exames vestibulares ao exigir que os diretores das faculdades estabeleçam o número de vagas (os alunos aprovados passam a ser selecionados por ordem de classificação, até completar as vagas).

Outros dispositivos de controle no âmbito do aparelho escolar são evidenciados na Lei de 1925, que impediam os agentes do ensino superior de ter acesso à política e ideologia não oficiais. Estendidas também ao ensino secundário, primeiro na forma de contenção do fluxo de ingressos, com a instituição dos “exames de admissão”, assim como na forma de controle político-ideológico através da criação da “polícia escolar” – instituto que já vigorava no ensino superior desde as normalizações de 1915, com a “polícia acadêmica”. Ambas tinham o objetivo “de manter na corporação acadêmica a ordem e a moral”. Assim como, a proibição explícita aos professores de “pregação subversiva” sob pena de “suspensão” de suas atividades por até um ano. Com relação aos estudantes previa-se sua organização, sob forma de “associações de estudantes”, todavia com fins e reconhecimento delimitados por lei, prevendo-se inclusive o aporte de verbas públicas (idem, ibidem).

Ainda sob a vigência da Reforma Rocha Vaz, foi promulgado o Decreto 5.616, de 28 de dezembro de 1928, que estabelece critérios para criação de universidades nas unidades da federação e vem intensificar o controle do poder central sobre a implantação de novas, o que, em certa medida, trazia alguns empecilhos para a criação de universidades particulares. Saliente-se que, o enfoque delineado nesses instrumentos legais de centralização pelo Estado das questões educacionais, faz parte de um debate mais amplo, que incorpora, sobretudo, interesses políticos específicos de afirmação de certo tipo de nacionalidade, diante dos novos cenários internacionais do após primeira guerra mundial, incluindo-se aí as questões ideológicas postas com as repercussões da Revolução Russa de 1917. As contradições advindas com a crise do tradicional sistema oligárquico, associada às mudanças sociais e econômicas que acompanharam os processos iniciais de industrialização e urbanização no País, colocam em cena as massas trabalhadoras e camadas médias urbanas. Assim, os movimentos e nuances do tecido social propiciam as condições para a ampliação do debate sobre a questão da educação como um todo e, em particular, da universidade.

A última reforma da República Velha expressa parte das discussões presentes na década de 1920, pois esta década testemunha a intensificação dos debates e a fermentação de propostas para universidade por parte dos grupos que lideravam essa discussão, ao lhe atribuíam diferentes objetivos, sem abandonar a perspectiva de controle ligada a um projeto de nação. Da instituição universitária alimentavam-se expectativas diversas, desde a formação das elites dirigentes, engendrando um projeto de formação da nacionalidade, que contribuísse para colocar ordem nos ensino primário e secundário com a formação de seus professores, bem como, que formasse quadros para o ensino superior com a pesquisa e os altos estudos. Relevante nesse período o surgimento na burocracia do Estado e da sociedade civil, dos agentes profissionais conhecidos posteriormente como “renovadores da educação”, que empreenderam uma atuação mais ampla e dirigida a todo o sistema educacional, chegando ao ensino superior. Assim, além de conduzirem a implantação de reformas liberais no ensino básico em diversos estados da federação (no caso da Bahia, em 1924, conduzida por Anísio Teixeira)⁷⁴, os citados atores sociais exerceriam um papel dinâmico no âmbito da sociedade civil atuando na ABE de modo significativo, principalmente a partir da década de 1930.

Nesse cenário, a criação da URJ no início da década, serviu de paradigma para alimentar os debates sobre a instituição universitária e de surgimento de prováveis projetos educacionais para o País, conforme já assinalamos. Assim, a primeira crítica elaborada de modo sistematizado resulta de “Inquérito” sobre a instrução pública no Estado de São Paulo elaborado por Fernando de Azevedo⁷⁵, também identificado como um dos mais atuantes renovadores da educação. Esse levantamento argumentava que o ensino superior resumia-se a escolas profissionais, com carência de instituições que realizassem “pesquisa livre e desinteressada” e, dedicadas à “alta cultura”, apontando elementos para uma concepção de universidade, que ele próprio encabeçou, singularizada na criação da Universidade de São Paulo em 1934. Antes disto, em 1928, Azevedo comanda a implantação de reformas nos ensinos primário e secundário da capital federal, na

⁷⁴ Entre as reformas estão: a de São Paulo (1920), dirigida por Sampaio Dória; a do Ceará (1922) por Lourenço Filho, a do Distrito Federal (1922) por Carneiro Leão; a do Rio Grande do Norte (1925) por Bezerra de Menezes; a do Paraná (1927) por Lisímaco da Costa; a de Minas Gerais (1927) por Francisco Campos e Mário Casassanta.

⁷⁵ O trabalho de Azevedo foi realizado sob os auspícios do jornal o Estado de São Paulo, cujos resultados foram divulgados em diversas reportagens publicadas no referido jornal, durante o ano de 1926, e, posteriormente, reunidos no livro Educação na Encruzilhada. (Cf. Cunha, 1986, p.222).

condição de dirigente do Departamento da Instrução Pública do Distrito Federal, na esteira das reformas liberais ocorridas em muitos Estados.

Outra linha de crítica e de proposições para o ensino superior será desenvolvida por meio da Associação Brasileira de Educação⁷⁶, fundada em 1924, que funcionaria, conforme já salientamos, como importante espaço de atuação política de intelectuais de diferentes áreas e de divulgação das ideias concernentes à “causa educacional” no Brasil. Também outro “Inquérito” sobre o ensino universitário foi produzido no interior dessa entidade através de sua seção de Ensino Técnico e Superior. Na perspectiva de Mendonça (2000, p.137), esse documento diferencia-se do anterior, conduzido por Azevedo, por ser “mais representativo das diferentes concepções que atravessavam o debate em torno dessa questão e que se confrontavam no interior da própria associação”. A pesquisa desenvolvida por Carvalho (1998), informa que a formação da nacionalidade se constituirá no eixo a partir do qual foram elaboradas as principais perspectivas dos grupos em disputa, representados nas Seções do Ensino Secundário e na de Ensino Técnico e Superior da ABE, com ênfase sobre as questões da universidade e o seu papel de “usinas mentais [...] que deverão preparar as classes condutoras e orientadoras dos destinos da nacionalidade” (Cf. Carvalho, op.cit. p. 260). As distinções entre as ideias dos grupos representativos das Seções acima indicadas resumem-se no seguinte: Os agrupados na Seção de Ensino Secundário tinham como inspiração os valores da igreja católica e, nesse sentido, vislumbravam a necessidade de formar a alma nacional onde a escola secundária seria o espaço em condições de concretizar esse objetivo de forma homogênea para todo o país. Para isto seria necessária a criação de uma Escola Normal Superior, que além de garantir a formação especializada teria o papel de também uniformizar a formação dos professores do ensino secundário e normal. Enquanto que a Seção de Ensino Técnico e Superior apresentava um outro perfil na sua composição, a maioria era de professores egressos da Escola Politécnica, e almejavam a criação de universidades. Conforme descreve Mendonça (op.cit. Idem): “Para esse grupo não era a tradição o cimento da unidade nacional, mas todo um conjunto de medidas de integração nacional,

⁷⁶ Inicialmente restrita ao Departamento do Rio de Janeiro, essa entidade reúne intelectuais de várias procedências (engenheiros, jornalistas, etc.), transformando-se em entidade nacional a partir de 1931, quando passa a agregar a maioria dos reformadores da educação. Mais detalhes sobre a atuação da ABE, consultar o minucioso estudo desenvolvido por Carvalho, Marta Chagas de. **Molde Nacional e Forma Cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 1998.

decorrentes da expansão do progresso”. Almejavam, assim, a criação de verdadeiras universidades onde se pudesse desenvolver a pesquisa científica e os altos estudos desinteressados.

De acordo com Carvalho (op.cit.), a ABE dos anos vinte não era exatamente uma entidade composta por uma maioria de educadores, no sentido restrito do termo, mas sim por um grupo de intelectuais cuja maioria era ligada ao catolicismo (tido o “cimento” da unidade nacional), que se auto-representou como “elite” e tomou para si a incumbência de organizar um projeto de sociedade⁷⁷. Com a hegemonia dos reformadores da educação no interior da entidade, que têm nos católicos os seus principais opositores, outro documento significativo e mais famoso seria produzido. Tratava-se do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932. Dentre as ambiguidades deste documento no tocante à articulação de suas propostas “inovadoras” com projetos de dominação, a autora destaca em especial a proposta destinada ao ensino superior, cuja passagem transcrevemos abaixo:

A organização das universidades é, pois, tanto mais necessária e urgente quanto mais pensarmos que só com estas instituições, a que cabe difundir ideias políticas, sociais, morais e estéticas, é que podemos obter esse intenso espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas, esse “estado de ânimo nacional”, capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens, sejam quais forem as divergências que possa estabelecer entre eles, a diversidade de pontos de vista na solução dos problemas brasileiros (Manifesto dos Pioneiros de 1932, p.15. Apud CARVALHO, op.cit., p. 400-401).

Como parte das medidas para viabilizar a “unidade nacional” o Manifesto propõe que “os professores de todos os níveis deveriam ter formação universitária de modo a assegurar a unidade do espírito sobre a base da unidade de formação. Deveriam receber a educação que uma elite pode e deve receber (p.15, Apud Carvalho, op.cit.)”. Reafirmando, assim o papel das elites tidas como intelectuais e como condutoras do processo de “organização” da “ordem” e do “progresso” sociais, a partir de diferentes perspectivas ideológicas, por meio da educação escolar. Portanto, tal como expresso na legislação a sociedade civil expunha os seus projetos na linha do controle social, que também será a tônica do período getulista.

No final da primeira república, no entanto, contabilizam-se no País apenas três organizações universitárias e diversas instituições isoladas distribuídas nos demais Estados da federação, de cunho oficial (ou federal ou estadual ou municipal)

⁷⁷ In CARVALHO, op. cit., Capítulo Primeiro.

e particular. As propostas e a legislação elaborada nesse período demonstram um posicionamento de que

[...] não se poderia resolver o ‘enigma’ do caráter nacional sem a presença do Estado. É através da educação que o Estado se torna o demiurgo da nação e sem ele o país se cinde pelo regionalismo (das oligarquias, em oposição ao federalismo) ou acolhe a perigosa idéia de uma revolução internacional (CURY, 1996, p. 104).

Tais referências seriam os contrapontos das frentes de luta empunhadas pelo governo em 1930 e no golpe de 1937. Na perspectiva de Luiz Antonio Cunha (op.cit.), nesse período se constituíram as críticas que repercutirão sob a forma de defesa de diferentes projetos de universidade, que a partir de 1930 se aglutinarão em torno das duas “correntes” de políticas educacionais, acima vislumbradas: a dos católicos (que se identificava com o autoritarismo de Estado que se instituiria no Estado Novo) e a outra liberal⁷⁸. Vale dizer que os sujeitos sociais dessa última corrente tiveram um papel histórico singular, contribuindo no processo de busca de uma identidade político-profissional no conjunto dos educadores. Ou seja, nesse período, liberal significava ser avançado, “pois este liberalismo, que então combatia o arcaico, permitia que ideias e organizações, inclusive as de orientação marxista, surgissem e se defrontassem” (BUFFA; NOSELLA, 1997, p. 65).

3.2 Consolidação de Concepções de Universidade no/do País

Na sequência apresentamos aspectos relevantes sobre a educação superior no âmbito das políticas traçadas no período Vargas, com ênfase na repressão iniciada em 1935, os desdobramentos do golpe em 1937 (com o acirramento do anti-comunismo), encerrando-se com a constituinte 1945 (redemocratização e criação de novos partidos). Durante o período Vargas foram articuladas e postas em prática as concepções de universidade para e no Brasil e praticamente toda legislação para o ensino superior que vigoraria até 1968.

Mediante o exposto anteriormente, os princípios que sustentarão as bases do viés autoritário que permeou a legislação elaborada durante o período Vargas

⁷⁸ O autor se refere ao “ideário” de sujeitos que atuavam no aparelho de Estado e/ou participantes de organizações da sociedade civil analisados com essas denominações. A análise rigorosa das situações em que essas correntes se manifestaram na elaboração das políticas educacionais demonstra o terreno movediço em que elas transitavam, perceptível no trabalho aqui tomado como referência (p.259). O autor evidencia, por exemplo, que a corrente liberal manifestava-se sob duas vertentes, uma “elitista” e outra “igualitária”, enquanto a corrente autoritária incorpora elementos “liberais”. Trata-se de uma identificação recorrente na historiografia da educação até os anos de 1980, aqui mantida para enfatizar uma construção teórica que se fazia num determinado período, apenas com o intento de sinalizar os principais antagonismos.

tinham sido já delineados na primeira república. No âmbito do ensino superior, o período que se inicia tem como marco a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras e implantação de importantes projetos de universidades – a Universidade de São Paulo, a Universidade do Distrito Federal e a Universidade do Brasil. Cujas proposições serão objeto (para alguns paradigmas) de reflexão e crítica sobre as linhas mestras de um provável projeto universitário para o Brasil, que se estenderia pelas décadas seguintes.

A criação do Ministério de Educação e Saúde, em 1930, atendia reivindicação da sociedade civil, pois desde a Primeira Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1927, defendeu-se a tese de criação de um Ministério da Educação (também reivindicada por Fernando de Azevedo, em 1924, em suas recomendações para o ensino superior, publicadas no O Estado de São Paulo). A direção desse novo ministério coube a Francisco Campos, que empreendeu uma reforma no ensino secundário articulada à reforma do ensino superior, bem como implanta o Conselho Federal de Educação e introduz o ensino religioso facultativo nas escolas públicas (esta última medida em razão, entre outras, da ampliação do espaço político da Igreja Católica no combate às “doutrinas estranhas”)⁷⁹.

O Decreto nº 19.581, de 11 de abril de 1931, institui, o que nos interessa mais de perto, o Estatuto das Universidades Brasileiras, como um “modelo único de organização didático-administrativa do ensino superior, embora admitisse certas variações regionais, sempre a juízo do ministério” (CUNHA, 1986, p. 294). No entanto esse estatuto admitia duas formas de organização do ensino superior: a primeira reconhecida como a forma própria desse ensino, que é a universitária, que poderia ser oficial (federal ou estadual) ou livre (esta mantida por associações particulares ou fundações); e a outra forma admitida na legislação seria a do instituto isolado. Para a organização de uma universidade previa-se a existência de, pelo menos, três institutos de ensino, um dos quais de “educação, ciências e letras”.

As implicações resultantes da aplicação do Estatuto, criado para organizar as universidades brasileiras, podem ser analisadas a partir das mudanças decretadas para reforma da Universidade do Rio de Janeiro, que deveria servir, conforme a exposição de motivos, de modelo para as universidades e institutos equiparados. Pelo decreto 19.852 de 11 de abril de 1931, aquela instituição, antes composta pelas

⁷⁹ Sobre o ensino religioso instituído e a hegemonia católica, houve reação protestante, cf. ALMEIDA, Vasni de. A educação, a ordem e a civilidade: práticas educativas do metodismo em Ribeirão Preto, Birigui e Lins (1899-1959), Tese de Doutorado em História; Assis/SP: UNESP, 2003.

faculdades de medicina, direito e engenharia, passaria a agregar outros cursos isolados⁸⁰ mantidos pelo governo federal, bem como a incorporação de faculdades novas a serem criadas: a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Escola de Higiene e Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Políticas. Entre as mudanças instituiu a proposta de regime de tempo integral para todo o corpo docente, tão logo haja recursos para tanto, bem como a transferência das unidades que compunham a instituição para um “campus”, denominado “cidade universitária”. Este rol de novidades, em certa medida procura conciliar com as discussões e propostas que se desenrolavam na sociedade civil, quanto aos objetivos e concepção de universidade e de modernização das concepções de educação (que tem sua melhor síntese no Manifesto dos Pioneiros).

O emblemático ministro da educação, Francisco Campos, envolvido com a questão educacional – mentor de uma das reformas estaduais na década de 1920, reconhecido como um dos “renovadores da educação” –, destaca a importância da Faculdade de Educação, Ciências e Letras⁸¹, conforme exposição de motivos do decreto supracitado:

[...] pela alta função que exerce na vida cultural, é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam (CUNHA, 1986, p. 302).

A intenção explícita era a de imprimir àquela faculdade não só funções “superiores” voltados “para os autênticos valores da cultura”, mas, ao mesmo tempo, funções utilitárias e pragmáticas de preparar para o magistério, consoante o descrito nos objetivos específicos: “ampliar a cultura no domínio das ciências puras, promover e facilitar a prática de investigações originais, desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério” (Idem, ibidem). Ao passo que no modelo da Universidade de São Paulo, criada através de decreto estadual de 25 de janeiro de 1934, essas funções serão exercidas por unidades diferentes, mas com ações articuladas: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de

⁸⁰ Escola de Minas (em Ouro Preto), Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Nacional de Música.

⁸¹ Esta faculdade ofereceria cursos de ‘licenciatura’ e seria dividida em três seções: a de ‘educação’ (formando professores para o ensino normal); a de ‘ciências’, composta dos cursos de matemática, física, química e ciências naturais e; a de ‘letras’, com os cursos de letras, filosofia, história e geografia, e línguas vivas (as duas últimas, formando professores para o ensino secundário).

Educação. Os mentores da primeira partiam da oposição entre a Faculdade de Filosofia, de um lado, como uma unidade de altos estudos, não-prática e não utilitária, e, de outro, os cursos profissionalizantes.

A ação desenvolvida pelos renovadores paulistas na esfera pública estadual, consoante análise de Limongi (1989), foi decisiva na implantação da USP. Na compreensão desse autor, a criação dessa universidade seria mesmo “impensável sem o concurso destes educadores e da lógica subjacente à sua atuação⁸²” (p.129). O papel orgânico dos renovadores no cenário público foi tecido ao longo dos anos: desde as reformas no ensino iniciadas em 1920, com Sampaio Dória (que nessa época já projeta uma Faculdade de Educação⁸³), seguido por Lourenço Filho, em 1931, passando pela criação do Instituto de Educação em 1933, durante a reforma Fernando de Azevedo (retomando pontos da reforma de 1920). Isso, até atingir seu ponto mais alto na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934, a célula *mater* da Universidade de São Paulo. Os renovadores paulistas tinham como um dos pontos em comum a passagem de professores da Escola Normal da Praça a professores da Universidade de São Paulo. Assim, a ligação dos principais mentores do projeto universitário paulista com o aludido Instituto de Educação reserva para o mesmo um papel fundamental na estrutura criada, constituindo-se na via de passagem obrigatória para a maioria dos diplomados da Faculdade de Filosofia. A esse respeito, vale transcrever a elucidação de Antunha (1971):

A circunstância de já se achar organizado e em funcionamento o Instituto de Educação, como escola independente, de nível superior e de caráter profissionalizante, de certa forma facilitou os planos dos reformadores paulistas tendentes a eliminar completamente da Faculdade de Filosofia todos os componentes utilitários e práticos. As duas escolas poderiam, solidária, porém independentemente, colaborar para a formação de professores de nível secundário ou superior: a Faculdade de Filosofia proporcionaria a cultura e o conteúdo especializado e o Instituto de Educação a formação propriamente pedagógica (op. cit, p.105, Apud LIMONGI, 1989).

⁸² Limonge, Fernando. *Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo*. In MICELI, Sergio (org) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais e IDESP, 1989 (Vol. I).

⁸³ Esta faculdade foi preconizada mais ou menos nos moldes elitistas e preocupada com criação dos ideais de nacionalidade, vigentes na primeira república, mas não chegou a ser implantada. “Dez anos mais tarde, sob o modesto nome de curso de aperfeiçoamento, entrou ela a fazer parte do aparelhamento escolar paulista. E em 1933, retocada e engrandecida, reaparece, em todo o esplendor, o plano primitivo, com o nome que hoje tem de Instituto de Educação (ANTUNHA, 1971:94, In LIMONGI, op. cit.)”. Não foi por acaso que durante a administração Sampaio Dória se desencadeou a campanha em defesa da criação da Universidade de São Paulo (ocasião em que se inicia a formação do grupo dos “renovadores educacionais” e a criação da ABE.)

Embora as reformas para os outros níveis de ensino, empreendidas pelo grupo dos renovadores sejam alardeadas, comparativamente, na prática contribuíram mais para a expansão do ensino superior no estado em detrimento dos demais níveis. Consoante o estudo acima citado, tais práticas refletem uma concepção disseminada entre os mentores, a de que a obra de regeneração nacional (de um país mergulhado no analfabetismo) passava prioritariamente pela formação de elites intelectuais, cabendo à universidade formar as mentalidades capazes de desempenhar tão delicada missão.

O processo de organização da USP desenrolou-se em um contexto de afirmação cultural e política das elites paulistas, dada a singularidade do cenário em que esses atores sociais se organizavam e atuavam⁸⁴, pretendiam devolver ao Estado de São Paulo o papel de liderança nacional perdida com a derrota da revolta constitucionalista de 1932. A primeira resposta deste grupo foi empenhada no campo cultural com a ampliação da campanha a favor de uma universidade e a imediata criação da Escola de Sociologia e Política, já em maio de 1933⁸⁵. O próximo passo seria a implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como a porta principal de entrada na universidade, no ano seguinte, como “um centro de estudos e pesquisas organizado nos moldes dos institutos universitários europeus e norte-americanos”. Para o funcionamento desta Escola, além de professores recrutados das escolas de medicina e engenharia, vieram professores do exterior.

De fato o contato com professores estrangeiros já vinha ocorrendo na cidade de São Paulo desde a década anterior através da Escola Normal da Praça e na concepção mesma da Faculdade de Educação idealizada também naquela década, sendo os laços mais estreitos estabelecidos com os franceses. Para a historiografia é evidente a influencia francesa na concepção da Faculdade de Filosofia como “centro de estudos e pesquisas desinteressadas”, finalidade acrescida aos interesses locais de renovar e formar as elites intelectuais e dirigentes⁸⁶. Limongi (op.cit.) destaca ainda que os intelectuais franceses “fornecerão não apenas o

⁸⁴ Sobre as formas de inserção política e cultural desse grupo consultar Limongi (op. cit.).

⁸⁵ Cunha (1986) identifica no documento de criação da Escola de Sociologia e Política essa relação, onde é mencionada “a luta para refazer-se dos efeitos da guerra e das aflições que a antecederam” (p. 265).

⁸⁶ Rezam ainda nos objetivos: “1) Proporcionar conhecimento objetivo sobre a origem, funções e necessidades do meio” e; 2) formar assim uma elite numerosa, que possa não só colaborar eficaz e conscientemente na solução dos magnos problemas da administração pública e particular, como também orientar o povo e a nação no reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social” (In CUNHA, idem, ibidem, grifos nossos)

modelo e a concepção da universidade criada, como também conferirão maior legitimidade e força às reivindicações dos educadores” (p.129). Os contatos e/ou influências de professores estrangeiros também se estenderão às universidades da capital federal, entretanto de modo não tão intenso e persistente como ocorreu na de São Paulo.

As universidades organizadas na sequência implantam núcleos centrais com objetivos voltados para a pesquisa dita desinteressada, como foram os casos: primeiro da Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira, instalada em 1935, que teve como foco principal uma “Faculdade de Ciências”, e, segundo, da Universidade do Brasil, criada em 1939, onde vigorará o modelo paulista, com a implantação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, implantada, todavia, no âmbito de uma concepção diversa, o que veremos mais adiante. Para Azevedo (1996, p. 754), essas instituições se constituíam nas “verdadeiras universidades” brasileiras (com a primazia da Universidade de São Paulo, seguida da Universidade do Brasil) criadas sob o manto indispensável da legislação de 1931, e nesse sentido, portanto, ele as considerou como sendo as “primeiras” universidades criadas no país, posto que até então “nenhum instituto de alta especialização intelectual e científica se incorporou nos organismos universitários” outrora existentes⁸⁷. O diferencial de implantação de uma unidade voltada para a pesquisa desinteressada e para os altos estudos, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, não isenta a USP da mesma marca que originaram as outras universidades, de agregação de escolas e faculdades isoladas.

O caso da Universidade do Distrito Federal, UDF, apontava para uma proposta singular de universidade, num contexto de reformas, no ensino primário e secundário, empreendidas por Anísio Teixeira quando ocupava a Diretoria de Educação do Distrito Federal (de 1932 até 1935)⁸⁸. Enquanto os renovadores paulistas viam a necessidade em primeiro lugar de formar “elites capazes” para orientar o povo “incivilizado”, Anísio Teixeira preocupa-se no sentido de que essa elite não fosse única: “o que importava era criar elites parciais em todas as atividades e classes, o que incluía os trabalhadores intelectuais”, argumenta Clarice

⁸⁷ A rigor, a primeira universidade efetivamente implantada no País foi a do Rio de Janeiro em 1920, mas organizada por agregação de unidades isoladas, sem um perfil definido, voltadas para preparação profissional. Diferente das principais instituições implantadas na década de 30, concebidas em torno de uma unidade aglutinadora, voltadas para a pesquisa.

⁸⁸ Sobre a passagem de Anísio Teixeira pelo órgão público do Distrito Federal, consultar: NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 2000 (p.292 e ss.)

Nunes (2000, p.294). A posição de Anísio é expressa numa crítica que formula acerca dos princípios da reforma do ensino médio do ministro Francisco Campos (que mantinha a separação entre ensino médio propedêutico à Universidade e o ensino profissionalizante, exigindo deste último uma preparação especial para os cursos acadêmicos). Anísio não só preconizava a importância de maior versatilidade para o ensino médio, bem como a organização e ampliação da oferta do ensino primário (NUNES, 2000).

Instalada em 1935 pelo Decreto Municipal nº 5.513, a UDF incorpora uma proposta moderna de universidade, em que novos cursos são criados, até aquela época, inexistentes no Brasil, pondo em prática uma proposta de estrutura organizativa mais autônoma, dinâmica e participativa. Isto significava o rompimento com antigo modelo de agregação de escolas profissionalizantes, visível na própria denominação das escolas⁸⁹, conforme analisa Mendonça (op.cit.). Outro diferencial, descrito pela mesma autora, diz respeito à proposta e integração entre as escolas com a finalidade de “desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão (entendida, prioritariamente, na perspectiva da divulgação científica) nas suas respectivas áreas de conhecimento” (p. 139).

Na perspectiva de Fávero (2006a) a dimensão científica da UDF poderia ser observada na sua organização acadêmica que apresentaria “algumas exigências que favoreciam a formação de pesquisadores, em comparação ao que existia em termos de ensino superior nos anos de 1930” (p. 62). Num cenário político conflitado, que vertia para uma ditadura, a posição dessa instituição criada para desenvolver o saber científico com liberdade e a produção cultural “desinteressada” representaria um incômodo, conforme se constata em trecho do discurso de Anísio Teixeira, proferido durante a inauguração da UDF:

[...] Muitos julgaram que a universidade poderia existir, no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida. Conhecemos, todos, a linguagem desse reacionarismo. Ela é matusalêmica. “A profunda crise moderna é, sobretudo, uma crise moral”. “Ausência de disciplina”. “De estabilidade”. “Marchamos para o caos”. “Para a revolução”. “É o comunismo que vem aí!” Falam assim, hoje. Falavam assim há quinhentos anos [...] Dedicada à cultura e à liberdade a Universidade do Distrito Federal nasce sob um signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um Brasil de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 211).

⁸⁹ O Instituto de Educação, as Escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras, e o Instituto de Artes, compunham essa universidade (cf. Decreto 5.513 de 4 de abril de 1935, in FAVERO, Maria de Lourdes. **Universidade e Poder**. 2. ed.rev. Brasília: ed. Plano, 2000)

Ou seja, as tendências laicas e democratizantes da educação defendidas por Anísio Teixeira foram rechaçadas pela força estigmatizadora da reação à proposta⁹⁰, que teve o comando de seguidores da Igreja Católica (de viés integralista), contrária ao que classificavam como “comunistas” e prejudiciais “aos ideais de uma sociedade sadia”, e de modo mais veemente com o expurgo que ocorreu após o fracasso da Aliança Nacional Libertadora de 1935, o que levaria Teixeira a pedir demissão do cargo que ocupava. Seguido da destituição do prefeito do Distrito Federal e do afastamento de diversos professores da nova universidade. Apesar dos expurgos a UDF continuou existindo até 1939, quando foi extinta e absorvida pelo grande projeto universitária de Capanema.

Sobre a UDF, Schwartzman (1984) lembra que “até a extinção os seus professores são um verdadeiro ‘quem é quem’ da ciência e da cultura brasileira fora de São Paulo” (p. 212). Entre os professores citados pelo autor destacamos alguns da área de humanas:

[...] Jorge de Lima, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto, Álvaro Vieira Pinto, Luis Camilo de Oliveira Neto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Mello Franco, em filosofia, letras e ciências sociais; Lourenço Filho, Mário Cassanta, em pedagogia; Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Arnaldo Estrela, Cândido Portinari, em pintura, escultura e música; e muitos outros (SCHWARTSMAN, 1984, p. 212).

A UDF também recebera a colaboração de professores estrangeiros, no meio dos quais figura o francês Jacques Lambert, da Universidade de Lion, que escreveu o livro “Os dois Brasis”. Anísio e seus colaboradores previram uma universidade dinâmica preocupada com a promoção e estímulo à cultura, em que as suas principais escolas e institutos estavam “voltados principalmente para as ciências humanas, tendo uma linha de pesquisa e de confronto com a realidade e não com o objetivo de ser mera agência de ensino”, enfatiza Fávero (2000, p. 77). Segundo esta, a criação da UDF baseava-se nos princípios de “**autonomia e liberdade**, e os de **integração e cooperação** entre os diferentes órgãos da universidade” (grifos da autora, idem, p. 76). Entre as finalidades dessa instituição, sintetizadas pela referida autora, estariam:

- Encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
- Propagar a aquisição da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;
- Formar profissionais e técnicos nos vários ramos da atividade que as suas escolas e institutos comportarem;

⁹⁰ Fávero (op. cit.) concorda que a proposta da UDF procurou dar vida às ideias e proposições da intelectualidade que atuava na ABE e na ABC, na década anterior (p.56).

- Promover a formação do magistério em todos os seus graus (Fávero, 2000, p.72).

O alcance dessa proposta pode ser medido através da influência que as ideias plantadas na organização dessa instituição teriam posteriormente, tanto abraçadas pelo movimento estudantil, (que irá aprofundar a discussão sobre a inserção da universidade no meio social), quanto seriam retomadas e atualizadas no projeto de implantação da Universidade de Brasília, em 1961 – da qual Anísio Teixeira, ao lado de Darcy Ribeiro, foi um dos principais idealizadores.

A vocação liberal inscrita nos princípios propostos para a Universidade do Distrito Federal, na opinião de Schwartzman (1984), “se por um lado entusiasmava os intelectuais e atraía para a instituição os melhores talentos, era por outro um desafio direto ao projeto universitário acalentado pelo Ministro da Educação, e provocava arrepios nos setores militantes da Igreja” (p. 211). O ministro em questão era Gustavo Capanema, que nesse período arquitetava um “grande projeto universitário”, confirmado em 1937 com a criação da Universidade do Brasil, na plena vigência do Estado Novo.

A essa altura a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, não havia assimilado completamente as mudanças para ela preconizadas na reforma Francisco Campos, através do Estatuto das Universidades, embora tenha ampliado bastante a sua estrutura (em 1937 já reunia 15 escolas e 14 institutos) nela se daria a materialização do projeto universitário do novo ministro. Anterior à implantação desse projeto o ministro tentou viabilizar um Plano Nacional de Educação (cuja elaboração foi precedida de um “inquérito” para colher contribuições de pessoas e instituições⁹¹ da sociedade civil) que formularia num nível mais elevado a definição prévia da estrutura e funcionamento da universidade, mas não chegou a ser viabilizado. Sobre as intenções traçadas para essa universidade, assim esclarece Schwartzman (op.cit.):

[...] para Capanema, em suas escolas e faculdades “devem ser ministradas todas as modalidades de ensino superior previstas pela lei, de tal sorte que nenhum estabelecimento, isolado ou congregado em universidade deixe de ter nela o seu correspondente.” **Ficava, desta forma, estabelecida a premissa básica para o controle total do sistema educativo superior a partir da Universidade do Brasil, que deveria exercê-la com o máximo de eficiência e qualidade.** Para isto, estava previsto o aprimoramento progressivo do corpo docente [...]; a exigência para os alunos, “de vocação,

⁹¹ Entre as instituições que responderam a esse inquérito estão: a Associação Brasileira e Educação, a Associação Brasileira de Imprensa, a Casa do Estudante do Brasil, o Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Instrução do Distrito Federal (CUNHA, op. cit, p.306).

consagração e disciplina”; e a montagem de todo o aparelhamento necessário (clínicas, laboratórios, gabinetes, bibliotecas), para que o ensino deixasse de ser a estéril decoração de compêndios, e fosse um permanente trabalho de inquérito, pesquisa, de cooperação e descobrimento (p.208).

A essa finalidade de referência nacional para o ensino superior, agrega-se um segundo princípio de recrutar estudantes de todo o Brasil através de “critérios rigorosos de seleção⁹²”, que se juntariam numa cidade universitária. Para os demais postulantes ao ensino superior residentes no Rio de Janeiro, o projeto recomendava que buscassem outras instituições: “[...] que existem e devem cada vez mais existir, estabelecimentos locais diversos. Tais estabelecimentos de caráter local, são, por outro lado, necessários em todo o território do país”. Assim se delineia um plano minucioso de definição de toda estrutura e programas da nova universidade, cuja concepção se ancora em dois componentes centrais: a faculdade de filosofia, ciências e letras e na faculdade de ciências políticas e econômicas (novidade onde se tentaria imprimir objetivos políticos de formação de quadros)⁹³. O ambiente do Estado Novo permitiu à Capanema as condições políticas para implantar o seu ambicioso projeto universitário, em 5 de julho de 1937, através da Lei n-452, sancionada por Getúlio Vargas.

Perante uma conjuntura de resistências ao que se insinuava como novidade e alento para os “liberais”, numa arena em que se consolidava um projeto cultural com pretensões hegemônicas, o diferencial que justificou a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) passaria a ser um incômodo, que teve fôlego para manter-se por alguns anos, cuja justificativa para sua extinção será conferida na letra da “legalidade”⁹⁴. O ministro Capanema argumentava que a referida universidade não era compatível com a lei federal (que instituiu uma universidade padrão), o que configurava uma situação de “indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país”. Então sugere a sua “incorporação” à universidade nacional,

⁹² Capanema, como outros intelectuais da época, achava mais importante formar elites do que alfabetizar as massas. Estas elites, na sua visão, exerceriam o papel de intelectuais orgânicos do sistema social, cf. salienta em seu discurso: “A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira [...] será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade de assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil: [...] Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação”. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 206).

⁹³ Os enfoques e os processos de criação dessas faculdades nucleares da Universidade do Brasil são descritos por Schwartzman (op.cit. p. 214-225).

⁹⁴ O autor consultado comenta que a dissolução da UDF não ocorreu sem resistências (movidas através da imprensa e iniciativa do reitor), Schwartzman (1984). Já Luis Antonio Cunha (1986) considera que a referida instituição talvez fosse mais condizente com a realidade brasileira, e vê na criação da Universidade de Brasília em 1961 a inspiração para retomada dos princípios daquela instituição (assunto mais adiante tratado neste capítulo).

efetivada através do decreto-lei nº 1.063 de 20 de janeiro de 1939. Em seguida é criada a Faculdade Nacional de Filosofia, com a pretensão de torná-la modelo para o país, pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril do mesmo ano. O ritmo autoritário imprimido à criação da UB, com a ambição de tê-la como universidade de referência para todo o Brasil, não esconde as pretensões reguladoras sobre o ensino universitário, que havia ganhado, até aquela época, novos espaços em São Paulo, com a USP, e no antigo Distrito Federal, pela UDF, na cidade do Rio de Janeiro. Os projetos destas duas últimas instituições decorrem da matriz conceitual desenvolvida pelos principais renovadores da educação, em seus respectivos espaços de atuação, consubstanciado no Manifesto dos Pioneiros de 1932 – que até certo ponto incomodavam os católicos que estão na origem do projeto autoritário da UB.

O que aparece como inovador no projeto da Universidade do Brasil em relação à legislação de 1931, de acordo com Schwartzman (op.cit.), é que ele transforma em realidade a faculdade de filosofia, ciências e letras – que na lei Francisco Campos deveria ser de educação, ciências e letras – e o seu planejamento físico, materializado na construção de um campus universitário. Na avaliação do autor acima citado, o projeto de Capanema redundou em fracasso nos seus aspectos conceituais e de dominação política (a exemplo, o crivo ideológico na contratação de professores para as áreas de humanas, o que parecia solução para efetivar a primazia dos “católicos” acabou sendo problema para estes). Enfim, a ineficiência do projeto foi atestada em função da “rebeldia” própria da realidade educacional e cultural do país, bem como dos antagonismos presentes no conjunto de forças sociais em cena nesses campos. A desativação da UDF e sua incorporação à Universidade do Brasil, não eliminou a aura mística que envolveu a concepção da primeira. Bem como a faculdade de filosofia implantada não conseguiu se equiparar ao nível de qualidade da sua congênere paulista.

Entretanto, o autor avalia que a universidade implantada obteve êxito, nos seguintes aspectos:

[...] na **consolidação de uma série de concepções, formas administrativas e procedimentos implantados naqueles anos**, e que continuariam a funcionar de maneira quase que automática nos anos subseqüentes: a **idéia de que o sistema universitário necessitava de uma sistematização legal** que definisse os currículos dos diversos cursos; a **noção de que deveria haver modelos e padrões válidos para todo o país**; o princípio de que ao título proporcionado pelas universidades deveria corresponder uma profissão regulamentada por lei; o papel do Ministério da Educação como órgão fiscalizador do sistema educacional, apoiado por um grande Conselho Nacional; a **idéia de que o ponto de partida para a**

estruturação das universidades deveria ser a construção física do seu campus; e muitos outros projetos que tinham como implicação geral o tolhimento da iniciativa no nível das instituições de ensino e do seu professorado, e a **concentração do poder nas autoridades ministeriais, administrativas e financeiras** (p. 227).

Este posicionamento, em tese, tem sido dominante entre os estudiosos do tema, bem como a concordância de que as principais diretrizes no sentido da centralização foram sinalizadas ao longo da primeira República, atingindo o ponto mais alto na política autoritária consubstanciada na fundação da UB e do documento legal o antecedeu, o Estatuto das Universidades Brasileiras. A perspectiva de controle social vão desde a questão da autonomia relativa posta neste último documento como um tema em aberto, todavia o assunto é esquecido no Decreto que instituiu a Universidade do Brasil, até as medidas que tentam o controle do movimento estudantil e o tolhimento de suas atividades políticas no interior dessa universidade, estendidas também aos professores.

No pós-1945, do ponto de vista da reação ao conjunto das propostas consagradas no Estado Novo, fica evidente que não houve uma “superação” de todos os componentes reativos e conservadores vigentes naquele período, tendentes ao uso político da educação como instrumento de dominação política e ideológica. Sobre este assunto, Luis Antonio Cunha analisa as legislações estabelecidas para o ensino primário e secundário no ano de 1946 como sendo o coroamento do projeto autoritário para a educação brasileira (Cunha, 1986, pp.310-311). No que diz respeito ao ensino superior, Fávero (2006b) conclui em sua análise que a autonomia outorgada à UB em 1954, através do Decreto nº 8.393, (que concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à UB, e dá outras providências) não chegou a ser implementada. A o que a autora acrescenta o seguinte comentário: “Tal inferência leva a reconhecer que, ontem como hoje, a autonomia outorgada às universidades não passa muitas vezes de uma ilusão, embora se apresente, por vezes, como um avanço” (p. 28).

Novos e diferentes sujeitos sociais apareceram durante o Estado Novo, alguns se projetaram no momento seguinte como foi o caso da União Nacional dos Estudantes, criada em 1938, e outros foram moldados e atualizados (sob a forma de partidos políticos ou outras organizações agregando intelectuais orgânicos) ou novos foram criados nos cenários posteriores.

Segundo Daniel Pécaut (1990) durante o regime autoritário, que vigorou até 1945, houve a afirmação do reconhecimento da função política dos intelectuais pela direção do Estado. Esse autor considera o entendimento sobre a posição política desses intelectuais como um aspecto importante para compreender as organizações da sociedade civil no período seguinte. Ou seja, faz-se necessário:

[...] examinar o engajamento dos mesmos no integralismo, na ANL e na oposição “liberal”, não apenas em razão do impacto dessas correntes durante esse período, mas também porque elas delinearão formas de politização e produziram cisões cujos efeitos se prolongariam bem além do Estado Novo. As simpatias populistas dos anos 60, como também os debates da década de 70, só são inteligíveis à luz dessa mobilização anterior (PÉCAUT, 1990, p. 77).

Engajamentos que constituem aspectos que, em certa medida, podem auxiliar na compreensão sobre o projeto de universidade que vingou na Bahia em 1946, a configuração que assumiu e as repercussões na expansão do ensino superior para o interior baiano (assunto que será abordado no próximo capítulo).

Em síntese, ao fim do período Vargas eram registradas no país apenas cinco universidades⁹⁵, incluindo-se as três do período anterior (a Universidade do Rio de Janeiro, que em 1937 passou a chamar-se Universidade do Brasil; a Escola de Engenharia Rio Grande do Sul, de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, criada em 1932, passa a se chamar Universidade de Porto Alegre, em 1934, e a Universidade de Minas Gerais, de 1927). Registrando-se a fundação de duas novas: em 1934, a Universidade de São Paulo, a USP, e a Universidade Rural do Brasil, em 1943. A Universidade do Distrito Federal, criada em 1935, como vimos, foi extinta em 1939.

Data-se da mesma época a implantação, no Rio de Janeiro, das Faculdades Católicas (em 1940), embrião da futura Universidade Católica. O diferencial das duas universidades implantadas nos anos de 1930 reside na afirmação de um modelo institucional voltado para a pesquisa, concebido em torno de uma unidade aglutinadora e, no caso da UDF, assinalava um rompimento com a ideia de organização de universidade por agregação de unidades profissionalizantes.

⁹⁵ No período houve um acréscimo razoável no número de escolas de ensino superior no País. Entre 1930 e 1945 foram criadas 95 escolas de nível superior, aumentando para 181 o número total de escolas. Vejamos: de 1808 a 1890 havia 14 escolas; de 1890 a 1930, registradas 86 unidades e de 1930 a 1945 totalizava 181 unidades escolares (Teixeira, Anísio. Uma perspectiva de educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.50, nº 11, p.21-82, jul/set, 1968. apud Fávero, 2000, p. 105).

No tópico seguinte é feito um apanhado das discussões sobre a universidade, que brotaram a partir de organizações da sociedade civil depois de 1945 e as propostas desses atores sobre reforma universitária, que culminaram com a implantação da Reforma de 1968.

3.3 Os (Des)Caminhos da Reforma Universitária

Os elementos de continuidade, que definiam uma proposta majoritária de universidade que tinha como objetivo a formação das elites culturais com vistas à formatação da “alma nacional”, confrontam-se com uma realidade mais complexa nos anos posteriores à queda da ditadura Vargas. O período que assinala o pós Segunda Guerra Mundial no País foi “atravessado” pelo movimento social em curso desde as mobilizações a favor da participação do Brasil na guerra. No plano político, registra-se o surgimento de novos partidos ainda ao longo do ano de 1945. Dentre os quais: a União Democrática Nacional, UDN, aparece como o partido “liberal”, que agregaria o principal antagonismo à ditadura; em torno do carisma de Getúlio foram organizados o Partido Social Democrático, o PSD, este organizado por agentes da burocracia do Estado Novo, e o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, que veio agrupar integrantes do sindicalismo atrelado à máquina governamental; o Partido Comunista do Brasil, PCB também obtém registro nesse período, mas será posto na ilegalidade em 1947; outros partido menores serão também criados, ligados a lideranças regionais ou outras organizações como a Integralista; os socialistas criarão o PSB em 1947.

As eleições que sucederam a queda do Estado Novo e a instalação da Assembleia Constituinte, em 1946, inauguraram um período de restauração de uma ordem institucional e democrática da vida política brasileira que se estenderá até o golpe militar de 1964. O político Getúlio Vargas e alguns dos principais atores sociais a ele ligados mudam de lugar, mas não saem da cena política, continuam no aparelho de estado ou muito próximos a ele: serão eleitos senadores, deputados, etc., e seus representantes partidários comporiam o bloco parlamentar majoritário que aprovou a Constituinte. Essa mesma atuação partidária, originária do regime proscrito, também garantiria o retorno pela via eleitoral do próprio Getúlio em 1950-54, exercendo forte influência até o final do período (SAVIANI, 1987).

A análise de Saviani sobre a tramitação no Congresso Nacional do projeto de Lei que resultou na Lei 4.024/61, bem demonstra a luta travada durante quase

quatorze anos no âmbito da política partidária, tendo como termômetro o antagonismo entre UDN (este se colocava como “liberal” e renovador), e o PSD, vinculado ao regime anterior, constituía, naquele momento, a maioria parlamentar. O autor sustenta que nesse período, em que se configurou a República populista, a atuação do legislativo no que respeita à questão educacional, embora oscilando entre o conflito e a conciliação, esta última prevalecerá ao longo do período como resultado de um “pacto de dominação”, mantendo-se assim o conservadorismo, nos limites de uma “democracia restrita”. A desativação do PCB foi um sinal claro da impossibilidade de incluí-lo naquele pacto. Enquanto o PTB, formado com a intenção de manipular os trabalhadores e afasta-los dos comunistas, assumirá outra postura no decorrer do processo, quando, então, os trabalhadores passam a utilizá-lo como “instrumento de pressão por reformas estruturais no sistema”. O crescimento numérico do PTB na Câmara de Deputados em 1963, superando o número de cadeiras ocupadas pelos principais partidos, PSD e UDN, traduzia a participação crescente das massas populares no jogo político. Assim: “As pressões cada vez mais insistentes por reformas de base oriundas da área trabalhista colocaram em evidência os limites ‘do pacto de dominação’”, que obteve do legislativo um empenho máximo para sustentá-lo. Contudo, desarticulado em sua última crise, que resultou no golpe militar de 1964 (SAVIANI, 1978, p. 37).

O momento iniciado em 1945 vai se constituir como um dos mais promissores no que diz respeito ao aprofundamento da discussão sobre a universidade no país e concomitante expansão da rede universitária e de matrículas, sendo a maioria pública. A atuação do governo federal se faz presente com os processos de “federalizações” de escolas isoladas, verificando-se o maior surto em 1950, bem como através da organização de universidades federais (o maior montante criado nos anos 1960-61), ao tempo em que ocorrem “federalizações” de universidades estaduais e particulares. Assim, no período que vai de 1954 até 1964 o setor público representaria 81% da oferta universitária no País, quase toda organizada por processo de aglutinação e com predomínio da formação profissional (CUNHA, 1983, p. 97).

O início do processo de expansão foi marcado pelo Decreto-Lei do governo provisório nº 8.457 de 26 de dezembro de 1945, que viria facilitar a organização de novas universidades, permitindo a flexibilidade de algumas das prescrições do Estatuto das Universidades. Se antes havia a exigência para iniciar a criação de uma universidade com pelo menos três institutos de ensino obrigatórios, doravante a

exigência passa a ser apenas de dois, que deveriam estar entre os cursos de filosofia (não mais educação, ciências e letras), direito, medicina e engenharia – podendo o terceiro instituto fazer parte de qualquer outra área. O que possibilitava a organização inicial de uma universidade sem os cursos mais onerosos, como os de medicina e engenharia. Ao lado dessas primeiras alterações legais, note-se que o ambiente de democratização que se instalou após a queda do Estado Novo, consubstanciado na Constituição de 1946, imporia a elaboração de Lei específica que determinasse as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. A elaboração de tais Diretrizes consumiu mais de uma década dos trabalhos parlamentares, período em que a sociedade civil mobilizou-se, principalmente a partir de 1955, na defesa de princípios doutrinários em torno da questão escola pública *versus* escola particular. No bojo desse processo ganharam corpo as discussões sobre o problema universitário, que nessa ocasião assume foros de movimento e adquire expressão nacional, conforme analisa Fávero (2006b).

De fato, na ausência de uma legislação específica que delineasse um novo formato de universidade na sua concepção e objetivos sintonizados com as mudanças e pressões sociais, posto que ainda vigorasse o Estatuto das Universidades, crescia na sociedade civil o movimento por reforma universitária. O crescimento da oferta no ensino superior, verificado no período, e a ampliação do número de universidades decerto suscitariam um redimensionamento do debate. Do ponto de vista da oferta universitária constatava-se que, até o final de 1954, passávamos de cinco para dezesseis universidades no Brasil, entre elas cinco são confessionais (quatro católicas e uma protestante). Número ainda maior será implantado entre os anos de 1955 e 1964, num total de mais vinte e uma (21) novas instituições, perfazendo um conjunto de trinta e nove universidades localizadas em praticamente todos os estados da federação (onde apenas dez eram particulares). Naquela última década 65% das instituições estavam organizadas sob a forma universitária e no final do período o ensino público responderia por 61,3% das matrículas. O crescimento da oferta visualiza-se melhor quando se confere a ampliação do número das matrículas: estas registraram 27.253 estudantes em 1945 e no final do período, em 1964, atinge 142.386 matrículas (Dados do MEC, apud CUNHA, 1983).

A ampliação da oferta educacional superior no Brasil a partir de meados dos anos de 1940, assim como a efetivação posterior de reforma universitária, no final dos anos de 1960, acompanhada de mudanças nos outros níveis de ensino no início da

década seguinte, consistiu na tentativa, de atender às necessidades propostas de expansão do capitalismo, naquela conjuntura da história. Nesta perspectiva, de acordo com Coggiola (2001), desde o final da segunda guerra verificou-se uma tendência mundial de massificação do ensino universitário, a partir de quando se registrou um aumento considerável do efetivo universitário em diversos países:

Os Estados Unidos anteciparam o processo já na “década dourada” de 1920, passando de 250 mil estudantes universitários em 1900 para 1,5 milhões em 1940 [...] No mesmo país havia três milhões de estudantes universitários em 1958 e dez milhões em 1974: crescimento muito superior ao crescimento demográfico (COGGIOLA, 2001, p. 54).

Movimento expansionista semelhante foi verificado na Europa e antiga União Soviética, esta última “com cifras muito mais impressionantes” do que as de suas rivais americanas e europeias. Em escala mais reduzida, esse processo de expansão também se estendeu para a América Latina com a crescente ampliação dos contingentes universitários, verificada ao longo da segunda metade do século passado.

No Brasil, a mudança para outro patamar de desenvolvimento capitalista, alavancada com o fim da última grande guerra, teve que superar no campo educacional as limitações de uma concepção restrita de educação superior, voltada para a formação das elites e arquitetada no plano legal como instrumento de controle social. O que restringia em muito a oferta de cursos nos diversos níveis básicos e, como consequência, o acesso ao ensino superior. A procura e luta por educação, proveniente das demandas populares e dos setores sociais médios, se fazia sentir na perspectiva de o Estado se ver obrigado a constituir, no processo em curso, nova configuração de toda oferta educacional. Assim, pressões sociais contribuíram com o aumento da oferta do nível ginasial de ensino e assinalavam a importância do diploma aí obtido como o caminho que dava acesso irrestrito ao colégio, que, por sua vez, abria passagem para o ensino superior.

A criação de ginásios públicos em alguns estados seria moeda de troca política, como ocorreu no Estado da Bahia, e fazia parte, também, da agenda das lutas estudantis por ampliação da oferta de matrículas no ramo secundário do ensino público e gratuito (até aquele período predominantemente privado). Portanto, já em 1950, bem antes da promulgação da LDB de 1961, ocorreu a primeira mudança na legislação naquele ramo de ensino, através da Lei nº1076, de março desse ano, que irá eliminar grande parte das restrições impostas ao acesso dos egressos de diversos cursos secundários, de cunho profissionalizante, à universidade ou ao ensino superior

em geral. A segunda mudança no mesmo sentido se daria em março de 1953, com a Lei nº1821, que, além dos egressos de cursos profissionalizantes de primeiro e segundo ciclos do ensino médio, abre passagem para o ensino superior a outros. Essa lei permitiu aos concluintes do primeiro ciclo do curso normal migrar para o segundo ciclo do curso secundário (científico ou clássico), estendido também aos concluintes dos cursos de oficiais da polícia militar. Contudo, as reivindicações dos diversos setores sociais pertinentes à unificação do ensino médio seriam contempladas de modo mais abrangente na Lei 40024/61, a LDB, garantindo a plena equivalência dos cursos médios para o acesso ao ensino superior, mas interpostos pelos exames vestibulares, aí definidos como “unificados”.

Comportas abertas no ensino médio e precariedade de oferta no ensino superior possibilitaram o surgimento dos “excedentes”, isto é, estudantes aprovados nos exames vestibulares e não matriculados por falta de vagas. Ainda em 1951, no ano seguinte à promulgação da primeira “lei de equivalência”, já constituindo objeto de preocupações, lançou-se, então, medida legal de caráter preventivo para beneficiá-los. Trata-se da Lei nº 1.392, de 11 de julho de 1951 que permitiria às instituições particulares de ensino superior efetivar naquele ano matriculas de aprovados, mas não-classificados, nos vestibulares das escolas oficiais. No entanto essa medida não será suficiente para sanar um problema que parecia passageiro, pois, o fenômeno dos “excedentes” se perpetuaria ao longo do período e atingiu o ponto máximo na crise que marcou a universidade no Brasil, depois de 1964.

Conquanto a questão que envolve o “excedente universitário” se constituísse em um dos principais focos das lutas do movimento estudantil pela democratização do ensino, seriam as **questões referentes a necessidade de reforma universitária** que norteariam as principais ações desse movimento. O mesmo comandará uma das entidades nucleares na elaboração da crítica à universidade brasileira, a União Nacional dos Estudantes, a UNE, criada durante o Estado Novo. A entidade em questão nasceu a partir de iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, CEB (criada em 1929 e sediada no Rio de Janeiro), que em virtude de seus interesses para filiar-se a Confederação Internacional dos Estudantes, precisava de reconhecimento dos estudantes de todo país para representá-los. Instalou-se, então, em agosto de 1937 o “Conselho Nacional de Estudantes”, agregando líderes estudantis de diversas cidades do país e ficou estabelecido nos estatutos aí aprovados que o objetivo desse Conselho seria o de ser o representante oficial dos estudantes brasileiros. O que

despertou o interesse do próprio Vargas, apoiando-os. Todavia o referido Conselho foi organizado com um perfil representativo das organizações estudantis existentes no País, pois incorporava representantes de todos os centros acadêmicos e associações estudantis. A estrutura criada compunha-se de uma comissão executiva, sediada no Rio de Janeiro, e por secretarias estaduais. A segunda reunião do conselho estudantil ocorreu em dezembro de 1939, agora denominado “2º Congresso Nacional de Estudantes”. Este também, como era de esperar, teve a participação de representante do Ministério da Educação, e contou com a presença de representantes de oitenta centros acadêmicos e associações estudantis. Nesse congresso foram aprovados temas do agrado do poder autoritário, tais como o luta pela siderúrgica nacional, o combate ao analfabetismo, assistência estudantil, e outros que continham críticas veladas ao regime. Contudo, a tese mais significativa aí apresentada foi a de criação da “União Nacional dos Estudantes”, que transformava o Conselho Nacional de Estudantes em seu conselho consultivo e assembleia geral, com a prerrogativa de eleger o presidente da UNE (CUNHA, 1986).

Já no congresso de instalação da UNE foram lançadas críticas a universidade existente, que implicavam num projeto de política educacional contrário às políticas autoritárias. Na opinião de Cunha (1986), embora não aprovado a parte relativa a esse projeto, mas apenas os estatutos, a expressão “reforma universitária” surgiu nesse momento e se ampliaria nas três décadas subsequentes. Essa entidade ganhou corpo ao longo do período, pelo alcance nacional, e o seu nome vai estar ligado ao movimento de massas e engajado na luta política geral, em que a reforma universitária figurava como uma das *reformas de base*, como parte de um movimento que será desencadeado com mais intensidade no governo Goulart.

Desde o início dos anos 1960, o percurso da UNE seria marcado pela promoção de eventos significativos no delineamento de propostas: a) Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em Salvador em maio de 1961, do qual resultou a *Declaração da Bahia*; b) 1º Encontro da Região Sul, realizado imediatamente após seminário de Salvador, em Porto Alegre, no mês de junho de 1961, do qual se produziu o documento *Diretrizes para a Universidade Sulina*; c) 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, realizado em março de 1962, cujo documento final é a *Carta do Paraná*; e, d) 3º Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado pela UNE, em Belo Horizonte, em 1963. (FÁVERO, 1998, p. 151). Nesses seminários foram discutidas questões essenciais implicadas na

reformulação da universidade brasileira, que vão desde a criação de vagas, até questões de dinamização na administração e das políticas acadêmicas, como a extinção da cátedra vitalícia. O Seminário ocorrido na Bahia, em 1961, daria fôlego ao movimento estudantil baiano, que emergiu como um dos mais atuantes no País, durante as mobilizações nacionais que antecederam o AI-5.

Diversas entidades populares, de “massa”, organizações de trabalhadores afloraram no período anterior ao golpe militar, assim como outras compostas de políticos e intelectuais, muitas com raízes nas décadas anteriores. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, constituiu-se numa delas. Criada em 1955, como um organismo vinculado ao Ministério de Educação, foi implantado como "um centro permanente de altos estudos políticos e sociais pós-universitários" e compunha-se de intelectuais reconhecidos como de notório saber, nomeados pelo ministro da educação (CUNHA 1983, p. 53). O ISEB ocuparia um papel singular na divulgação da ideologia nacionalista que vinculava uma dada perspectiva de desenvolvimento na relação estado e sociedade (concepção nacional-desenvolvimentista). Essa entidade teve uma evolução bastante movimentada tanto em razão das controvérsias que suscitou interna e externamente, como também pelas posições políticas que seus agentes assumiram ao longo dos processos políticos do período. Para os objetivos deste trabalho aqui destacamos apenas um aspecto característico da última fase dessa entidade. Na análise de Pécaut (1990, p. 103) os intelectuais que assumem a perspectiva nacionalista, sobretudo a partir de 1955,

Da mesma forma que seus predecessores de direita da década de 1930, [...] estavam seguros de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas. Porém, muito mais do que seus predecessores, reivindicavam o título de *intelligentsia*, pois, a partir de então, inclinavam-se decididamente para o “povo” e não duvidavam dos poderes da “ideologia”.

Essa postura orientaria a pauta de discussão de possível projeto de reforma universitária, elaborada por um dos mais eminentes colaboradores do ISEB, também um dos seus dirigentes, Álvaro Vieira Pinto, que escreve, em 1961, o livro “A Questão da Universidade”. Nesse momento vigoraria a ideia de ampliação do papel da universidade, que no período anterior tinha como perspectiva produzir a elite dirigente, para esta reproduzir-se enquanto tal. A perspectiva política voltava-se para a ideia de preparação das “massas”, enquanto tarefa política dos estudantes (tomados como elementos transformadores em oposição aos elementos conservadores da universidade), num contexto mais amplo “da reforma geral da sociedade brasileira”

(Vieira Pinto, 1986, p.11). Ou seja, mantém-se ainda a ideia do intelectual como artífice das funções dirigentes⁹⁶, e nesse momento rumo a outra forma de organização da sociedade voltada para a legitimidade popular, em que a universidade aparecia como um instrumento na efetivação de tarefas momentâneas. Neste sentido, era intensa e estreita a relação ISEB e estudantes no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, quando jovens intelectuais e líderes estudantis, já faziam parte das fileiras da entidade (TOLEDO, 1982).

Diante da legislação para o ensino superior no Brasil em vigência até 1961, o Estatuto das Universidades, e mais algumas mudanças normativas para facilitar a implantação de instituições novas, e do que fora aprovado na LDB de 1961, onde os interesses privatistas seriam largamente contemplados, não era de estranhar, a rebeldia de Vieira Pinto (op.cit.) ao afirmar que a reforma da universitária não seria uma “tarefa de natureza jurídica, institucional, e muito menos pedagógica”. Mais que isto, o então isebiano supunha que estava em curso outra pedagogia, que não a exercida nos padrões “tradicionais” da instituição universitária, onde se desenvolvia uma pedagogia “alienante”. É a esta última que ele se refere. O exemplo da virada de perspectiva pedagógica seria constatado nas práticas dos Centros Populares de Cultura, órgão cultural da UNE, através do Movimento de Cultura Popular, o MCP, inspirado por Paulo Freire, e no Movimento de Educação de Base, o MEB.

No âmbito do “pacto do conservadorismo”, conforme análise de Saviani (1987), os “avanços” da Lei 4024/61 sobre a questão do ensino superior não se farão sentir na intensidade desejada, perante as expectativas que o movimento dos estudantes (incluindo-se nesse movimento o papel também protagonista do ISEB) e outros segmentos sociais construiriam em torno de uma “reforma universitária”. A própria postura conservadora do poder legislativo já sinalizava a ampliação futura dos focos de tensão, porque foi aí contida grande parte das reivindicações sociais por educação pública em geral, numa conjuntura em que volume significativo do ensino médio era controlado por particulares, que por sua vez almejavam manter e ampliar essa participação em todos os níveis.

Dentre as mudanças verificadas para o ensino superior na Lei 4024/61 está a que altera o número de escolas para a criação de universidades, dos três institutos que figuravam no regulamento anterior, doravante passaria a integrar cinco ou mais escolas, mantendo-se a oferta também em escolas isoladas. Aos estudantes a lei

⁹⁶ Mais à frente, em meados dos anos de 1980, essa discussão seria retomada em outro patamar, a partir das funções postas por Gramsci para a universidade, conforme estudo de Vieira (1989).

aprovada concedia o direito de participarem da gestão das universidades e escolas isoladas, porém de acordo com o estipulado nos estatutos de cada uma delas. Todavia, a questão mais marcante dessa legislação provém da retirada da faculdade de filosofia, ciências e letras como curso obrigatório na criação de universidades, posta na lei anterior para desempenhar um papel central e integrador, que norteou a concepção da USP e da Universidade do Brasil. Essa medida resultou de veto presidencial (vigorava o parlamentarismo), pois constava no projeto aprovado no Congresso, mas, segundo Cunha (1983), tratou-se, possivelmente, de uma postura em defesa da estrutura da recém-criada Universidade de Brasília, naquele mesmo ano de 1961.

Sem dúvida, as exigências sociais eram outras e já sinalizavam mudanças na estrutura e concepção das universidades. Dentre as iniciativas no período esteve a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA em 1947, que implementou uma estrutura do tipo universitária para formar pessoal de alta qualificação e manter um aparato de pesquisa destinado a apoiar a aviação comercial e a indústria. Organizada de acordo com modelo americano, a estrutura dinâmica do ITA integraria a pesquisa, o ensino e o estudo organizado, divergindo em muito da existente no ensino superior no Brasil, em particular no que diz respeito à estrutura de cátedras. Além disso, para atender aos imperativos de desenvolvimento e modernização são montadas também outras estruturas extra-universitárias nesse período, com vistas à expansão da pesquisa científica e tecnológica. Dois anos depois de o ITA ser implantado foi encaminhado um anteprojeto de criação do Conselho Nacional de Pesquisas, que resultou na Lei 1310 de janeiro de 1951, a partir de quando outros institutos de pesquisa entram em funcionamento. Significativos, nesse processo, foi a organização da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, já em 1948, e, no ano posterior, a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). O passo seguinte e mais significativo, no sentido de modernizar a instância universitária foi a criação da Universidade de Brasília, UnB, em 1961. Instituição que em certa medida viria desbancar a aura que ainda envolvia a Universidade do Brasil, como instituição modelo segundo os padrões de um "tradicionalismo" ainda em posição hegemônica.

No bojo das inovações pontuais, ressalte-se que outras experiências pelo Brasil, nos anos de 1950 e começo dos de 1960, já ensaiavam algumas mudanças na estrutura e funcionamento das universidades, como exemplos as propostas da

Universidade do Ceará, criada em 1955, e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, criada em 1948, como expansão da USP (Cf. Cunha, 1983, p. 167; Mendonça, 2006, p. 144). Nesses contextos incluem-se os aspectos considerados “inovadores” implantados na Universidade da Bahia relacionados às Artes. Na mesma perspectiva, logo após a promulgação da LDB de 1961 as instituições universitárias públicas iniciaram estudos visando a “reestruturação”. A comissão de estudo da reestruturação da Universidade da Bahia, por exemplo, teria buscado inspiração na proposta da recém criada Universidade de Brasília, conforme Jorge Calmon um dos membros dessa comissão⁹⁷. Por outro lado, de acordo Fávero (op. cit), diversas recomendações contidas na proposta de reformulação da UB (discutidas e elaboradas em 1962, mas não implementadas na instituição), com pequenas alterações, foram corporificadas no Decreto-Lei 53/66. Neste documento, voltado para a reestruturação das federais, fica determinado no seu Art. 1º que “cada unidade universitária – Faculdade, Escola, Instituto – será definida como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos” (Apud BOAVENTURA, 1971).

Em verdade a UnB passaria a ser uma vitrine não só em virtude de sua localização na nova capital federal, mas, principalmente, por propor uma finalidade inédita para a universidade no País, diante dos padrões conservadores de então: “Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social” (Art. 2º do Decreto 1.872 de 12/12/1962, de aprovação dos Estatutos). No referido Artigo outras finalidades são descritas indicando outra concepção de universidade brasileira, como: “preparar profissionais de nível superior e especialistas altamente qualificados em todos os campos do conhecimento capazes de promover o progresso social”. Após descrever que seriam assegurados os meios e a independência necessária para que os cientistas, intelectuais, artistas, congregados à instituição, se devotassem “à ampliação do conhecimento, ao enriquecimento da cultura ao cultivo da arte e sua aplicação ao serviço do homem”, competia também à UnB: “Colaborar com estudos sistemáticos e pesquisas originais para o melhor e mais completo conhecimento da realidade brasileira em todos os seus aspectos”. Ou seja, previa-se uma universidade de alto nível de formação de cientistas e pesquisadores nos diversos campos do saber, preocupada em investigar os problemas da realidade

⁹⁷ Informação contida no roteiro de proposta preliminar de implantação de uma possível Universidade Rural na Bahia, elaborado por Jorge Calmon, em 1962, em nome da Fundação Ministro Simões Filho. (Documento encontrado no acervo particular de Fernando Pinto, em Feira de Santana-Ba)

brasileira e contribuir na busca de soluções adequadas e originais. Além do que a sua concepção parecia guardar afinidades com a extinta UDF, assim como incorporava a estrutura didático-científica do ITA, inspirada no modelo americano. A integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão implantava o modelo tripartido que seria consagrado, posteriormente, na universidade brasileira.

Por outro lado, a UnB incorporava também algumas mudanças essenciais que atendiam ao movimento liderado pelos estudantes por reforma universitária: relativizava a questão da cátedra, que passaria a ser um degrau na carreira docente; verificava-se a ampliação da participação estudantil (embora com representatividade ainda restrita); adoção de tempo integral para os professores; a organização por departamentos, como já o fizera o ITA; entre outras medidas didático-pedagógicas e administrativas. Do ponto de vista político a elaboração do modelo da Universidade de Brasília resultou dos debates da comunidade científica em diversas áreas do saber, em particular da SBPC, e da UNE (MENEGHEL, 2006).

Além do contexto brasileiro de mobilização e efervescência política e cultural, que bem refletem na definição das finalidades da UnB, havia um contexto de reformas nas universidades latino-americanas entre as décadas de 1950 e 1970, com o qual estaria a mesma sintonizada. Como exemplo a reforma da Universidade de Concepción no Chile, em 1957, que reestruturou sua organização acadêmica tomando os institutos como eixos em substituição às faculdades e, ao mesmo tempo institucionalizando a investigação científica e desenvolvimento da extensão cultural, com a qual a UnB guardaria afinidades ao criar os Institutos Centrais voltados para pesquisa. As reformas efetuadas traduziam uma concepção tecnicista de educação que pensava as mudanças na universidade no âmbito da modernização da economia e articulado ao planejamento estatal. Diante disso, o foco voltava-se para a eficiência dos sistemas educativos precisavam tornar-se eficientes, na formação de recursos humanos exigidos pelo processo de industrialização, de integração nacional e de modernização em geral (OLIVEIRA, et.al., 2006).

Vimos assim que premissas significativas no sentido de uma reforma universitária foram plantadas e outras ensaiadas, contudo a conjuntura política do governo Goulart não reuniria condições para que iniciativas mais abrangentes fossem efetivadas, em relação à questão. Todavia, não devemos esquecer que, na efetivação de diversas mudanças esteve à frente o empenho de professores e pesquisadores, inclusive daqueles que participavam da SBPC - entidade que no momento seguinte ao

golpe militar teria um papel fundamental na defesa da universidade e dos princípios democráticos internos e externos à mesma.

3.4 O Golpe de Estado e o Campo Educacional

O período imediatamente anterior a 1964 era considerado pelas forças de esquerda como sendo um momento pré-revolucionário. De fato havia um caudal político e social muito intenso. Além dos movimentos e grupos organizados acima citados ampliava-se de modo significativo a organização sindical dos trabalhadores ao lado da multiplicação de movimentos e tendências políticas no espectro da esquerda. Grosso modo, é possível dizer que esse conjunto defendia uma posição nacionalista em torno de um projeto desenvolvimento de feição socialista, em contraposição a uma postura desnacionalista⁹⁸, ou "entreguista", como se dizia na época, defendida por também significativos setores sociais. Estes últimos alinhados a uma perspectiva de desenvolvimento nacional articulado ao projeto capitalista mais amplo, que tinha como pano de fundo, naquela época, a luta dos EUA por afirmação de sua hegemonia no âmbito da "guerra fria".

Desde os episódios que aceleraram o ingresso do Brasil na segunda guerra, seriam firmados acordos militares com o governo americano. Relações que foram intensificadas nos diversos campos cultural, econômico e político. Nestes dois últimos campos podemos mencionar como exemplos: primeiro, no processo de expansão industrial durante o governo Juscelino Kubitschek; segundo exemplo, nos investimentos ou "contribuições" financeiras dos americanos para organizações políticas e culturais defensoras do desnacionalismo e, no limite; terceiro exemplo, "contribuições" diretas (estratégica e econômica) ao golpe militar. O empenho no campo cultural se fará sentir com intensidade, logo após a segunda guerra, nele os acordos militares incluíam incentivos para o desenvolvimento científico e tecnológico. A modernização inicial do ensino superior com a criação do ITA e de institutos de pesquisa voltados para questões estratégicas resultaria dessas articulações, contexto no qual se incluía a concepção da UnB e estavam vinculadas às criações do CNPq e CAPES. O primeiro, originalmente, como órgão de fomento voltado para implantação

⁹⁸ Nas primeiras composições do ISEB havia representantes dessa postura, entre os quais figuravam Helio Jaguaribe e Roberto Campos. Na linha de oposição ao ISEB foi criado em 1962, o Instituto e Pesquisas e Estudos Sociais – IPÊS – organizado por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esse Instituto contribuiu na organização de diretrizes do governo militar, entre as quais a reforma da educação (TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. Campinas: UNICAMP, 2006)

de institutos e pesquisa estratégica, incluindo a formação de pessoal de alto nível, e o segundo dedicado à formação de professores universitários - nos primeiros tempos fomentando essa preparação de modo intensivo nos Estados Unidos. Ou seja, os passos iniciais no sentido de mudança ou modernização no ensino superior brasileiro, estavam atrelados às questões estratégicas e do desenvolvimento econômico (Cunha, 1983).

Novo conjunto de incursões do governo norte-americano sobre o campo educacional no Brasil ocorreu sob a forma de “acordos técnicos” e de “cooperação financeira”, o primeiro assinado em 1950, e “acordos sobre serviços técnicos especiais” de 1953. Esses últimos acordos alcançaram apenas o ensino agrícola e industrial. Em 1958 novos convênios são assinados e desta feita estenderam-se ao ensino superior, efetivando incursões em várias áreas do conhecimento de diversas universidades e centros de pesquisa do país e ainda no ensino agrícola. Tais acordos inserem-se na estratégia traçada no período crítico da guerra fria, que visava prevenir os países subdesenvolvidos contra a influência “comunista”. Estratégia formalizada em discurso do presidente americano, cujo Ponto IV tratava da assistência técnica aos países em desenvolvimento, ocorrido em 1949.

Para a consecução deste objetivo no país foi criado, na primeira metade da década de 1950, órgão específico diretamente ligado à presidência da república, o *Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica* (Ponto IV) (Cf. Cunha, 1983, p.189). Em 1964, a AID, Agency for International Development, avaliava como escassos e dispersos o volume de recursos investidos no país, não se verificando efeito sobre a totalidade do ensino superior e como sugestão propõe a união da assistência técnica da AID à administração do MEC e às fundações particulares norte-americanas, no sentido de efetivação de um planejamento global da educação⁹⁹. Ideia de pronto acolhida pelos militares recém instalados no governo e de igual modo iniciava-se a reação estudantil aos “acordos MEC-USAID”. Além dessa bandeira de contestação, entre 1964 e 1967, a UNE traria outros pontos à discussão: a revogação da Lei nº4.464/65 que regulamentava a gestão dos órgãos de representação estudantil e substituía a UNE por um Diretório Nacional de Estudantes; a gratuidade total do ensino superior público, contra a taxa de anuidade estabelecida, em 1966, para escolas públicas federais (a gratuidade total

⁹⁹ A ideia de planejamento doravante norteará as ações dos governos militares nas diversas áreas. Sobre o assunto: IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

havia sido estabelecida entre 1950-53); e aumento de vagas para atender os excedentes (FÁVERO, 1998).

Os acordos MEC/USAID, portanto, são frutos de uma ação que vinha sendo aperfeiçoada ao longo de décadas, enquanto estratégia de hegemonia traçada para atuar em diversas áreas no conjunto da América Latina. Mediante a análise de Fávero (op.cit.), além das linhas de atuação técnica e de financiamento, acima enunciadas, incluiu-se nesses acordos uma terceira linha de “assistência militar, concretizada através da vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares” (p. 152). As atitudes que se seguiram ao golpe, no sentido de repressão e desmantelamento de movimentos populares e de entidades da sociedade civil articulados com aqueles movimentos, encurralaram o forte movimento estudantil, que ergueu trincheiras contra os militares no poder. Nesse sentido, “A universidade transformou-se no único foco de resistência manifesta ao regime, desembocando na crise de 1968”, quando os estudantes resolveram “fazer a reforma pelas próprias mãos” (SAVIANI, op.cit. p. 84). A preocupação em resolver a crise estudantil e ao mesmo tempo desarticular esse movimento impele o governo militar a acelerar esse desfecho. Sobre o problema, assim esclarece o autor citado:

No mês de junho de 1968 eles (os estudantes) ocuparam as universidades e instalaram cursos-piloto, ficando algumas escolas sob controle dos alunos durante o mês de julho e praticamente todo o segundo semestre. É nesse quadro que o governo como que raciocinando “ façamos a reforma antes que outros a façam”, apressou-se a desencadear o processo baixando, em 2 de julho, o Decreto nº62.937, que instituiu o *Grupo de Trabalho da Reforma Universitária*. Estava assim declarado o confronto entre o movimento estudantil e o governo militar (SANFELICE,1986. Idem, ibidem)

Já munidos de boa parte dos instrumentos que lhes conferiam poder sobre os negócios do Estado, os militares estabelecem um prazo de trinta dias para a finalização dos trabalhos do referido grupo. Na situação de confronto estabelecido com estudantes, estes se recusaram a participação de seu representante no referido GT, para o qual havia sido destacado. O desenrolar dos fatos, com destaque os já mencionados acordos com a USAID, provavam que os militares cogitavam uma ação direta no sentido de reforma do ensino superior desde 1964.

De fato desencadeou-se uma ação articulada envolvendo diversas frentes, com destaque, primeiro, para o trabalho elaborado pelo consultor americano Rudolph Atcon, entre 1965 e 1966, cujos resultados encontram-se no documento “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, ficando conhecido como “Plano

Atcon”. E, segundo, o relatório elaborado por comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos, no final de 1967, por meio do Decreto n° 62.024, com propósitos voltados para a “subversão estudantil”. O primeiro documento apresentando um perfil de mudanças com características mais técnicas, “preconizava a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência” (Fávero, 2006, p.27). Dentre os aspectos de cunho político, Atcon sugere a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras, algo diferente do Fórum de Reitores, que já existia legalmente. Sugestão posta em prática no início de 1966 com a fundação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB, cujo reconhecimento oficial enquanto organismo de utilidade pública aconteceria no ano seguinte, por meio do Decreto n° 70.904. Já o segundo documento, articulado pelo General Mattos, além de sugerir o aumento de vagas, implantação do vestibular unificado e focalizar aspectos técnicos e administrativos, traz em seu bojo proposições políticas de fortalecimento do princípio de autoridade dentro das instituições de ensino. Fávero (op.cit.) assevera que os membros da referida comissão “instauram o recurso da intimidação e da repressão”, e completa:

Tal recurso é implementado plenamente com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e com o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definem infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e as respectivas medidas punitivas a serem adotadas nos diversos casos. (p. 28)¹⁰⁰

Nessa situação histórica a reforma universitária construiu-se e efetivou-se a partir desses principais elementos. Bem diferente da elaboração da Lei 40024/61, embora não conseguisse reunir forças para responder/atender as aspirações sociais, promulgada sob a vigência de um regime representativo, que permitia algum debate entre as forças políticas em cena e da sociedade civil, a Lei de 1968, por seu turno, vinha sendo tecida nos “bastidores” do regime militar. A palavra aqui entre aspas para situar que as ideias que a mesma continha não eram recentes, como também não se configuraram de modo exclusivo naqueles ambientes. Sobre isso, interessante atentarmos para o seguinte depoimento de Valnir Chagas, que participou da elaboração da referida Lei, sobre o assunto:

¹⁰⁰ Essas questões estão aprofundadas no trabalho de Fávero, M. de Lourdes. **Da Universidade “modernizada” à Universidade disciplinada:** Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

[...] Os anos 1967-68, Paris, o tempo dos *hippies*, você se lembra? Eu me lembro de ter passado pela Califórnia, ter entrado na sala de aula com lenço no nariz, de tão mal cheirosa que era. Lá em Berkeley, a turma com 24 horas de passeata. Paris daquele jeito, etc. **Aqui, a motivação inicial talvez tenha vindo de fora, mas realmente o movimento estudantil era um tanto autônomo, pois já vinha também da UNE.** Foi assim que a gente teve que trabalhar no decreto-lei. Na abertura do governo Costa e Silva, nós nos reunimos, durante um mês, para rever toda aquela legislação. Trabalhei na Lei 5.540, perdi oito quilos, dormindo duas horas por noite, porque o prazo era fatal. A lei não saiu tão ruim assim. Uma vez o repórter disse: “O senhor acha que dá para fazer isso em um mês?” Eu disse: “Tenho trinta anos de experiência, a gente já sabe o que tem para fazer”. **Desde os anos 50 a gente já vem tomando nota sobre o perfil de uma Universidade do Brasil.** Foi um trabalho de sistematização de sonhos. Uma lei boa, uma lei avançada [...]. (In Buffa, E. e Nosella, P., 1997, p. 163-164)¹⁰¹.

Ou seja, desde os anos cinquenta no bojo das discussões sobre a educação no Brasil suscitada no longo processo de discussão e aprovação da Lei 40024/61 a “crise da universidade” se avolumava e clamava por soluções. Visível na movimentação e mobilização dos estudantes em torno da questão. A condução e organização do movimento estudantil no País, portanto, ultrapassavam os limites dos protestos promovidos pela juventude que explodiam por todo mundo. No Brasil, o movimento estudantil, que “já vinha também da UNE”, desde o início da década de sessenta atuou intensamente tanto através da organização de seminários e diversos encontros nos quais se buscava construir proposta de reforma universitária que incluísse “as massas trabalhadoras”. Daí a premência do governo militar para dar uma resposta imediata na elaboração de “uma lei avançada”. Igual premência, regeu o andamento da aprovação do projeto da Lei de Reforma Universitária no Congresso Nacional, este já devidamente amputado por cassações, que o aprovou em regime de urgência, dentro do prazo legalmente previsto, em 28 de novembro de 1968, por um poder institucional que fora “fechado” com a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968 (o congresso foi reaberto posteriormente, após efetivarem-se novas cassações).

Além das esperadas alterações estruturais, como a extinção da cátedra consagram-se na lei aprovada a organização departamental e a pesquisa como primeiro objetivo da universidade, mas atrelada à formação profissional. Define a universidade como sendo a forma prioritária para oferta da educação superior e de modo excepcional em escolas isoladas. Como corolário implanta-se a institucionalização da pós-graduação e a dedicação exclusiva “prioritariamente

¹⁰¹ BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **A educação Negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

estendida às áreas de maior importância para a formação básica e profissional” (Art.34 e 35). No âmbito da graduação cria-se o curso básico que reunia disciplinas afins em um mesmo departamento, a unificação do vestibular por região, opera-se a fragmentação e dispersão da graduação com a realização de matrícula por disciplina. A fim de assegurar os vínculos da reforma com a proposta mais ampla de desenvolvimento econômico para o Brasil, a edição do **Decreto-Lei 464 de 11.02.1969** anuncia que a autorização para funcionamento de novas instituições de ensino superior estará condicionada ao atendimento da “exigência do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional” (Art.2º). A Lei 5540/68 sintetiza, portanto, o projeto de modernização explicitado nos processos da reforma universitária anteriores a 1968, entre outras mudanças introduz a relação custo benefício e a noção de capital humano na educação, direcionando o foco da universidade, portanto, para os objetivos do desenvolvimento econômico.

Há consenso entre os estudiosos de que o diagnóstico preliminar elaborado pela comissão que integrava o GT da Reforma Universitária, não apresentava nenhuma imprecisão do ponto de vista formal, em razão mesmo do objetivo que o grupo coloca: “[...] estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento” (Relatório do Grupo de Trabalho, 1968, p.17, In Fávero, op. cit.). Ao contrário, visto mesmo como “o melhor diagnóstico que o governo já tentou, tanto dos problemas estruturais com que se defronta o ensino superior, quanto das soluções que ele exige”, conforme admitiu Florestan Fernandes (1975, p.205), todavia, enfatizando previamente que por motivos óbvios faltava legitimidade política àquele GT, e a lei daí resultante consistiu numa “reforma consentida” e, nesse sentido: “Não podemos aceita-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos” (idem, p. 203). Florestan Fernandes falava do lugar de professor “aposentado” compulsoriamente da USP e após exílio forçado voltou a lecionar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a PUC. Instituição esta que sofrera uma das mais violentas invasões policiais do regime militar, comandados por Erasmo Dias, no início dos anos de 1970, perante tentativa estudantil de realizar em suas instalações um dos congressos da UNE, então proscria. Abaixo transcrevemos fragmento de depoimento de Joel Martins (BUFFA;

NOSELLA, op.cit, p. 150), professor da referida instituição no período, sobre o ambiente de repressão em que se vivia:

[...] paravam um camburão aí na porta e levavam o primeiro que saísse. De repente vinha a polícia do exército, invadia sua sala, levava os seus livros. Tivemos um período de invasões sucessivas. Não essa última, a do Erasmo Dias. Foi um drama! Isso aconteceu de 1964, depois do golpe, até 1968. Não se podia falar de política. Eu dizia aos alunos: “Vocês estão criando uma situação de terrorismo universitário em que a gente tem que dar aula com polícia na porta ou com agentes do DOPS fantasiados de gente aqui dentro”. De repente levantava um rapaz e dizia: “Professor o senhor está infringindo a lei, o senhor não pode estar dizendo isso”.

O clima de intimidação nos ambientes universitários, que circunscreveu a elaboração da reforma e o terror subsequente à sua implantação, com o AI-5 e o Decreto-lei 477/69¹⁰², reforçavam as objeções e questões postas pelos críticos, tanto explicitando o seu cunho autoritário, quanto a alteração de rota no que se refere aos objetivos da instituição universitária. Conforme salienta Chauí (2001), a reforma foi realizada para resolver a “crise estudantil” no momento em que a universidade converteu-se em “problema político e social prioritário” e, nesse sentido, ela foi implantada: “para erradicar a possibilidade de contestação interna e externa e para atender as demandas de ascensão e prestígio sociais de uma classe média que apoiara o golpe de 64 e reclamava sua recompensa” (p. 47).

Doravante, de fato, operar-se-ia uma abertura dos canais de acesso à educação, mas no âmbito de uma ideologia que previa o desenvolvimento com segurança nacional, implicando no fechamento dos canais democráticos, notadamente sentido no campo educacional. A comprovada redução de verbas para o ensino público universitário, dizem os estudos, permitiria a ampliação do ensino superior oferecido em unidades isoladas, notadamente particulares, tornando a exceção legal em regra, mediante determinação contida no Art. 2º da lei 5540/68.

Por outro lado, em razão da não obrigatoriedade de as instituições de ensino superior se constituir como universidades, estas enquanto o modelo privilegiado, preconizado na Reforma de 1968, que associava o ensino à pesquisa, “apenas as universidades com sistema de pós-graduação consolidado, adotariam, e

¹⁰² Anterior a esses dispositivos, registrou-se a Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464/64), que abolia a UNE e no lugar criava um Diretório Nacional de Estudantes, impondo nova estrutura ao movimento estudantil, cujos órgãos deveriam estar atrelados à fiscalização oficial. Essa Lei foi substituída pelo Decreto-Lei 228/67, que confirma as posições anteriores e acrescenta maior rigor nos mecanismos de eleição e funcionamento das entidades estudantis.

praticamente no nível da pós-graduação o modelo proposto” nessa reforma (Sguissardi, 2006).

Trinta anos após a promulgação da lei acima referida, identificava-se como sendo não-universitárias 89,6% das instituições de ensino superior do Brasil, das quais 80% eram privadas, de acordo com dados do MEC de meados dos anos de 1990, assinala Morosini (1998). A autora argumenta em sua análise, que, de um modo geral:

[...] nestas instituições [não-universitárias] atende-se prioritariamente aos anseios de democratização do ensino em áreas básicas tradicionais, restritas à transmissão do saber e, nas universidades públicas, procura-se desenvolver o saber produzido na pesquisa a fim de subsidiar os setores mais dinâmicos da economia (MOROSINI, 1998, p. 30).

Os estudos também apontam que a partir da implantação da reforma do regime autoritário, verificou-se um processo de consolidação da universidade no Brasil. Entre os trabalhos destacamos o de Ana Waleska P. C. Mendonça (2000), que em seu balanço, mesmo reconhecendo que essa consolidação foi “irregular em seu conjunto”, opina que aquele processo: “foi ajudado pela institucionalização da carreira docente e, especialmente, pela definitiva implantação dos cursos de pós-graduação”. Atribuindo a esta última os ganhos mais efetivos: “garantindo, por um lado, o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da universidade e, por outro, a melhoria da qualidade dos docentes”. Tudo isso, apenas no que tange às universidades públicas, “na sua quase totalidade, mantidas pelo governo federal” (P.148). Outro aspecto destacado pela autora, diz respeito à “diferenciação interna do sistema”, que passou a se constituir de forma “dual”, colocando de um lado as universidades acima citadas e de outro, o considerável número de faculdades e cursos isolados, onde estas últimas: “não se diferenciam das primeiras por um critério de especialização, mas, na prática pela qualidade do ensino oferecido”. As origens desse dualismo do ensino superior são descritas da seguinte forma pela autora citada:

Um efeito, a meu ver, mais profundo e duradouro sobre o ensino superior no Brasil teve, entretanto, a contraditória política desenvolvida pelo governo para resolver o **problema da demanda**. [...] **Com o aval do CFE, o ensino superior no país sofreu ao longo dos anos 70, um incrível processo de massificação**, através da multiplicação de instituições isoladas, criadas pela iniciativa privada.

Essa diferenciação interna do sistema, nos últimos anos, **acentuou-se, tanto do lado das instituições públicas com o crescimento das faculdades e universidades estaduais e mesmo municipais, quanto do lado das instituições privadas** [...] (Idem, ibidem, p. 148).

Que o sistema de ensino superior resultante das mudanças introduzidas com a partir da Reforma de 1968 passaria a ser diferenciado e heterogêneo, não há dúvidas. Muito menos se duvida que o lado frágil desse sistema, que ao longo do período vem dando conta do “problema da demanda”, resulta, também contraditoriamente, de conquistas populares por educação e, que isto, de fato, tem provocado “incrível processo de massificação”. Esta, por seu turno, tem sido uma exigência mesma do capitalismo em sua atual fase e, neste sentido, a qualidade de ensino passaria a fazer parte das lutas populares por educação, porque elas não estavam incluídas no pacote expansionista, que, com certeza, a autora citada não tem dúvidas. No entanto esse tipo de análise corre o risco de reforçar uma perspectiva elitista e discricionária acerca do acesso à educação, que prevaleceu por longo tempo na educação brasileira: primeiro porque classifica o sistema como possuindo apenas dois lados, um lado “bom” e outro “de baixa qualidade”. Em nossa opinião, simplifica e exclui universidades emergentes criadas durante a ditadura. Em segundo lugar, assim posto, a baixa qualidade aparece como se fosse consequência direta do acesso das camadas populares ao ensino superior, resultando na “massificação”, e isso faz com que a face “sombria” do lado “bom” do sistema permaneça oculta. Pois, se mantém uma pergunta, ainda por ser respondida: em nome de quais expectativas e projetos sócio-políticos o lado “bom” se consolidou ainda mais durante a ditadura como “verdadeira universidade”? Para usarmos uma expressão cara a Fernando de Azevedo. Ou melhor, de que forma cada um dos muitos lados do sistema escolar superior desempenhou e tem desempenhado os seus papéis de reprodutor dos sistemas econômicos e políticos? O modo de inserção da universidade nos problemas sociais tornou-se foco das preocupações e de debates desde a primeira metade nos anos de 1980, mas sem uma reflexão mais profunda da aludida “verdadeira universidade” sobre si mesma (CHAUÍ, 2001; COGGIOLLA, 2001).

Retomando nossa linha de exposição, o certo é que se ingressa nos anos 80 com uma espécie de fissura politicamente deliberada na cobertura da oferta educacional superior no país, para atender os meios e fins do desenvolvimento capitalista. Os anos de 1970, amordaçados no seu início com as consequências do AI-5, chegam ao final com uma proposta de “distensão” e de “abertura política”, resultado da reorganização dos movimentos sociais, articulada à crise do milagre econômico. Ao longo da década, a universidade existente “tradicionalmente” se fortalece com investimentos na pós-graduação e nas pesquisas de ponta (voltadas em grande

medida para as necessidades do desenvolvimento capitalista). Investimentos que aos poucos se estenderam às demais áreas. Conforme sabemos maior proporção de recursos financeiros destinou-se a instituições situadas no centro-sul do País. Por outro lado, os investimentos voltados para a pesquisa ajudaram a fortalecer a autoridade científica da instituição universitária como um todo e dela emergiram novos focos de resistência ao regime militar, agora sob a liderança dos professores. As concorridas reuniões nacionais da SBPC na década de 1970 simbolizam bem esse período. Na sequência surgem outras entidades científicas de professores, bem como são criadas associações de feições sindicais em diversas instituições de ensino, que ingressam nos anos oitenta bem fortalecidas enquanto sindicatos. Como prova da força dessas organizações será criada uma entidade nacional representativa do movimento de professores, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, ANDES. Os ventos da “abertura democrática” no início da década de 1980 reacendem os debates e a produção sobre a universidade, onde emerge entre outras questões as discussões sobre a importância de sua autonomia, em novo cenário onde a liderança seria assumida por entidades e movimento dos professores.

Por outro lado, nos rincões dos governos estaduais, nos anos de 1970, os prepostos do regime militar no cargo de governadores nomeados, haviam se fortalecido em razão do controle político exercido sobre as eleições municipais, processadas através de eleições diretas, embora não tão livres. Pois, afóra a repressão política reinante no território nacional, ao longo do período, punha-se sempre em prática a máxima consagrada pela política clientelista: “é dando que se recebe”, ofuscando qualquer possibilidade de oposição fora do partido da ordem. Esse modelo de gestão estadual rendeu maiores frutos principalmente em Estados do Nordeste, onde as relações tradicionais de subordinação seriam reatualizadas, permitindo aos herdeiros do regime militar uma sobrevida política que ultrapassaria em muito as suas fronteiras temporais. Como foi o caso da Bahia. No âmbito do ensino superior procurar-se-á fazer valer o uso político da educação (com todas as implicações aí contidas). Articulado com o espírito empreendedor do novo projeto educacional da Lei 5692/71, e do suporte legal contido na Lei 5.540/68, a Bahia programou um dos maiores projetos de interiorização do ensino superior do nordeste, procurando atender *demandas* sociais reprimidas, mas articulada à ideologia de “desenvolvimento com segurança”.

Ao longo deste capítulo vimos como as ideias sobre universidade no Brasil brotaram a partir da república e assumiu seu primeiro formato com a implantação em

1920 da Universidade do Rio de Janeiro, na então capital federal, por agregação de unidades pré-existentes. Essa instituição serviu como objeto de experiência resultante das mudanças sociais expressas na legislação com as políticas impulsionadas após 1930, bem como se constituiria em parâmetro para os questionamentos e proposições de universidade para o país. Embora na primeira república tenham sido criadas apenas duas universidades no País, as alterações na legislação a partir de então propiciariam a ampliação da oferta de cursos superiores isolados tanto de cunho oficial quanto particular.

As universidades criadas na década de 1930, a USP, em São Paulo, a UDF e a Universidade do Brasil (UB), ambas no Distrito Federal, cujos projetos seriam tecidos na dinâmica das transformações econômicas e políticas ao longo do período, articularam propostas de desenvolvimento cultural e científico para o País. Ao lado da criação de institutos de pesquisas científicas e tecnológicas, a exemplo do ITA, as universidades citadas reuniram elementos que propiciaram as discussões em torno do movimento por “reforma universitária”, abraçado pelo movimento estudantil, sobretudo nos anos de 1960, bem como influenciariam a concepção da UnB. Esta daria as coordenadas para a organização de uma universidade para o Brasil no âmbito das exigências sociais e econômicas.

A UnB, que teve sua implantação efetivada em 1962, havia atraído diversos cientistas, intelectuais e artistas brasileiros, mas logo em seguida, com o golpe militar, sofreu invasões, intervenções e ingerências políticas que contribuiriam na alteração do projeto original. Contudo essa universidade foi um marco importante para a formação de um modelo de *universidade brasileira*, segundo Oliveira, et. al.(2006), que teria influenciado a estruturação (e “reestruturação”) de universidades federais e passaria a ser referência para a criação de novas, sobretudo da UNICAMP, em São Paulo, conduzida por Seferino Vaz (primeiro reitor da UnB nomeado pelo governo militar). Influências que de modo direto ou indireto teriam alcançado a Reforma Universitária de 1968.

Em suma, no âmbito da proposta de universidade que reforçava o fundamento da pesquisa, constituída na década de 1930, e o apelo por mudanças e reformas apresentaria como proposta mais acabada a concepção da UnB. A organização desta instituição já apontaria um modelo de eficiência e de melhor articulação entre os ramos de conhecimento e consagrava a relação ensino e pesquisa. Elementos que foram contemplados na legislação elaborada no período militar, consubstanciada na Lei

5.540/68, que instituiu a estrutura departamental e a pós-graduação que formaria os pesquisadores. Dado que essa legislação tenha consagrado a universidade como a forma prioritária para o ensino superior, apenas as instituições (poucas, considerando o conjunto da oferta) que se devotaram à pós-graduação cumpriram o proposto da Lei de 1968. Na prática o grosso da oferta se efetivou em instituições não universitárias, sinalizando a constituição de um sistema “dual” ou bipolar, que será a tônica das discussões até a Constituição de 1988. Nesse interregno viriam à tona os debates sobre a normatização do sistema dual, “defendida e posta em prática oficial e extra-oficialmente” (SGUISSARDI, 2006), que consistiria na afirmação da existência de alguns centros de excelência, ao lado de algumas universidades de pesquisa e uma maioria de universidades de ensino (compreendendo também todas as faculdades isoladas e faculdades integradas ou federações de faculdades). Estas últimas seriam uma espécie de limbo para o qual seriam empurradas as universidades estaduais baianas, concebidas no contexto de tensões que envolveram a implantação da Lei 5.540/68.

No próximo capítulo analisaremos a história da oferta educacional superior no Estado baiano, buscando articular como os liames do contexto nacional relativos às concepções e reformas operadas e sugeridas para esse nível de ensino, nos diversos momentos, entrelaçam-se com realidade da educação na capital e no interior.

4 CENÁRIOS DA OFERTA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO NA BAHIA

Como vimos no capítulo anterior a Universidade no Brasil somente aparece na década de vinte do século passado, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, e se sedimenta enquanto tal na década de 1930, cujos marcos são a USP e a UDF e Universidade do Brasil.

Iniciamos este capítulo com um olhar retrospectivo sobre como o campo educacional superior foi se constituindo na história da educação na Bahia, enfatizando sobre quais “tradições” veio se firmando, procurando entender o que se objetivava nas práticas que fizeram a trajetória desse campo. Estas que aparecem em seus projetos de reformas, e a dimensão incorporada daquelas práticas que aparece na proposta de interiorização do governo estadual elaborada na segunda metade da década de 1960, a partir de quando foi iniciada sua implantação.

Num segundo momento procuremos abordar sobre a **concepção** de ensino superior e de universidade que os agentes da administração estadual baiana preconizavam naqueles tensos momentos em que se gestava a reforma universitária, tendo em vista as tarefas assumidas pelos mesmos, de inserir a Bahia no eixo proposto de desenvolvimento econômico, para o que não se poderia prescindir da educação. Ampliar a oferta da educação pública nos níveis iniciais (primário e secundário de primeiro ciclo, conforme terminologia da época) seria o objetivo norteador para a referida gestão implementar a interiorização da educação superior. A compreensão do cenário da oferta estadual de ensino superior na Bahia até o começo dos anos de 1960 e a perspectiva posta no PIEC, nos fornece a dimensão e o alcance da ideia de universidade que os intelectuais, ligados à administração dos negócios da educação no referido Estado, intencionavam implantar no interior, cujas premissas básicas foram levantadas nos dois tópicos finais do segundo capítulo deste trabalho.

4.1 Antecedentes à Implantação da Universidade da Bahia

Observemos alguns aspectos do discurso abaixo, proferido pelo professor Edivaldo Boaventura, por ocasião das comemorações do cinquentenário da turma de 1959 da Faculdade de Direito da Bahia:

[...] O conagraçamento tomou conta dos colegas reunidos para festejar e recordar colegas e professores. Dos mestres permanecem conosco Luis de Pinho Pedreira da Silva, Luis Viana Neto e Pedro Manso Cabral. Com eles **evoquemos a Faculdade que nos educou como a fundição central da elite política, jurídica e educacional da Bahia**. Educacional, sim, pela lembrança de Eduardo Pires Ramos, seu primeiro diretor, de Isaías Alves, Álvaro Augusto da Silva, Clemente Mariani, Luiz Navarro de Brito, Rômulo Galvão, todos por ela formados.

[...] Mestres, alunos e servidores constituíam a Faculdade sempre livre, liberal e **contando ainda com acentuada influência positivista**, com sede na Piedade, construção de Bernardino José de Souza e dirigida pela figura imperial de Orlando Gomes. [...]. (EDIVALDO M. BOAVENTURA, Discurso¹⁰³)

O trecho acima citado pontua alguns elementos essenciais na constituição do *ethos* universitário baiano. Como basilar o princípio de que as instituições de ensino superior precedentes à universidade local seriam a “fundição central da elite política, jurídica e educacional [acrescente-se: médica, científica e tecnológica] da Bahia”. Ou seja, a constante reafirmação da existência de instituições formativas de peso e nomes representativos que solidificaram e asseguravam a soberania, a grandeza, da cultura educacional local. Nada melhor do que lembrar em 2009 a contribuição de Rui Barbosa (“ruiana”) à implantação da república no Brasil, sinal de modernidade – louvado na Bahia, nos idos da década de 1950, como o nosso brilhante “Águia de Haia”. Conforme salienta mais adiante o discurso do professor Edivaldo Boaventura (na condição de ex-aluno) sobre a Faculdade que formou parte significativa da elite baiana, vejamos:

A escola primava pelo liberalismo, **como querendo apagar pela palavra dos seus professores os derradeiros vestígios da ditadura Vargas**. Nascera como Faculdade Livre de Direito da Bahia, livre por exigência dos positivistas. **Surgiu com a República, no mesmo ano da constituição, ruiana e federalista, de 1891**. A propósito, Alberto Venâncio Filho em *Das arcadas do bacharelismo*, aponta as circunstâncias do nascimento das primeiras faculdades jurídicas republicanas (BOAVENTURA, idem).

A instituição em apreço, Faculdade de Direito da Bahia, fora uma das primeiras criadas no bojo da legislação de 1891 (Reforma Benjamim Constant), que permitia aos governos estaduais e a particulares a criação de faculdades de direito (anteriormente restrita a duas instituições oficiais, a de Recife e São Paulo), cujos diplomas teriam o mesmo valor dos expedidos pelas escolas federais. A “influência positivista”, presente na nomeação “livre”, permeou a elaboração dos regulamentos que instituíram a república no Brasil (para a educação, em linhas gerais defendiam a desoficialização do ensino, que garantia a atuação do setor privado, e o exercício

¹⁰³ “A Turma Clovis Bevilacqua 1959 - 2009”, pronunciamento assinado por Edivaldo M. Boaventura, OAB/BA nº 1.691, Professor emérito da Ufba e diretor-geral de A TARDE. In <http://www.pedreirafranco.com.br/uploads/8254.pdf> (visita em 20 de junho de 2010).

profissional livre). Depois de 1930, a instituição baiana chamava-se Faculdade de Direito da Bahia, que formaria uma tradição de ilustres juristas e seria agregada à composição inicial da Universidade da Bahia. Sobre a “agregação” da instituição à Universidade, assim descreve o seu ex-aluno:

Pois bem, estávamos no segundo ano, em 1956, quando a Faculdade foi definitivamente federalizada. Antes, em 1946, foi incorporada à Universidade Federal da Bahia na condição de **agregada**. **Por que não foi integrada à Ufba quando da sua criação?** Explicou-me Marcelo Duarte anos depois: **a ditadura Vargas tinha sido recente, a congregação achou melhor apenas agregar-se à universidade** que então nascia. A federalização obrigou alguns professores a se desincompatibilizarem de outros cargos, permanecendo, contudo professores (Idem, ibidem).

Mediante o exposto o processo de constituição da Universidade da Bahia implantada em 1946, após a queda da ditadura Vargas, foi complexo. As instituições outras que a compuseram, além da emérita Faculdade de Medicina, instituição federal desde a origem, o fizeram por “agregação”, em que esta última, cujo diretor centralizou e dirigiu o processo de implantação da universidade, figurava como unidade central – a princípio a sede da Universidade da Bahia localizou-se no prédio da Faculdade de Medicina, onde funcionava a reitoria (Boaventura, 1999). Assim como a Faculdade de Medicina as outras instituições tinham suas próprias congregações, que representavam estruturas complexas de poder e diferentes liames políticos. A direção da Faculdade de Direito, que “primava pelo liberalismo, como querendo apagar pelas palavras de seus professores os derradeiros vestígios da ditadura Vargas”, provavelmente, tinha lá suas dúvidas quanto ao rumo da empreitada de “subordinação” à nova congregação multi institucional, junto às demais agregadas, que logo depois foram federalizadas¹⁰⁴.

Ainda sobre a Faculdade de Direito da Bahia, vejamos a forma como um dos seus formados em 1943, Fernando Pinto de Queiroz, no período da ditadura Vargas descreve o processo que resultou no seu ingresso na referida instituição baiana:

Dezembro de 1938 eu estava terminando o curso anexo, era um curso complementar, eram dois anos que corresponde hoje ao ensino do segundo grau. Então, depois de cinco anos de ginásio nós tínhamos mais dois anos, [...], fazer vestibular para entrar na faculdade. Então eu fiz esses dois anos anexo, era o chamado anexo pré-jurídico, para poder fazer vestibular de direito no Colégio da Bahia. Foi a segunda turma de curso anexo da Bahia, a primeira foi em 1936 e a segunda foi a nossa em 1937, então eu fiz em

¹⁰⁴ A Lei Federal nº 1.254 de 04/12/1950, que dispõe sobre o sistema federal de ensino, relativo à Universidade da Bahia federalizou (a união passava a manter) as Faculdades de Filosofia, de Ciências Econômicas e de Belas Artes com curso de Arquitetura distinto; e no seu Art. 16 mantém a Faculdade de Direito da Universidade da Bahia na categoria de “subvencionada”, ocorrendo a federalização em 1956.

1937 e 1938 no colégio da Bahia, o pré-jurídico. Em Fevereiro de 1939 eu prestei exame de vestibular na Faculdade de Direito da Bahia, onde fiz o curso superior, me formei em Bacharel em Direito, não havia mais Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, já na minha turma foi Bacharel em Direito, na minha já havia a reforma, me formei no dia 11 de Dezembro de 1943. Aí termina a minha parte de formação escolar, está aí um pouquinho da história (Entrevista concedida à autora em 29/01/2009).

Nesta mesma entrevista Pinto de Queiroz nos relatou sobre sua participação, desde 1942, como funcionário da recém criada Faculdade de Filosofia da Bahia, primeiro como bibliotecário e depois seria secretário dessa Faculdade. A ênfase de nosso entrevistado era de que naquele ambiente se tratava de “cursos universitários”, a própria organização estudantil existente na Bahia em 1940 reconhecia-se “universitária”, chamava-se Associação dos Universitários da Bahia (AUB), entidade que pouco depois passaria a chamar-se UEB (União dos Estudantes da Bahia), criada com o objetivo de congregar também os estudantes secundaristas. Nesse período faziam parte da direção dessas entidades os feirenses João Falcão, “comunista fichado”, segundo nosso entrevistado, seu irmão Wilson Falcão, estudante de medicina, Delorme Martins, “também comunista¹⁰⁵”, irmão de Colbert Martins, que foi prefeito por mais de um mandato em Feira de Santana.

A ideia ou “espírito” universitário na Bahia era forte no final dos anos de 1930 e a historiografia assinala que já no início desse século no Estado havia um importante defensor pela implantação de universidade oriundo da antiga Faculdade Livre de Direito: Isaias Alves. Ainda estudante de direito, em 1909, em uma série de artigos publicados no jornal Diário de Notícias de Salvador, Alves expôs suas ideias sobre a necessidade de criação de universidade e no decorrer dos anos vinte e nos anos trinta do século passado acompanhou, bem como participaria das discussões sobre ensino superior e universidade no País (DIAS, 2008). Isaias Alves faz parte de um grupo de intelectuais brasileiros que tiveram atuação política e intelectual naquele período, identificados como pensadores católicos (a exemplo de Alceu do Amoroso Lima), que se opuseram à corrente liberal, e no seu caso filiado à corrente do integralismo – defensores de um nacionalismo mais conservador – tais intelectuais ocupariam espaço significativo durante a ditadura Vargas. Contemporâneo de Anísio Teixeira, Isaias Alves teve uma trajetória mais ou menos

¹⁰⁵ Segundo o nosso entrevistado, Delorme Martins era presidente da entidade estudantil. E acrescenta em seu depoimento: “a diretoria [da UEB] era toda comunista, nessa época só tinha não-comunista eu, que era uma espécie de testa de ferro, porque era época da ditadura, Landulfo [Alves], interventor, Isaias, secretário [da Educação], então me parece que eles me elegeram [segundo secretário] para eu poder ser o avalista do grupo” (Idem).

paralela ao mesmo: ambos sofreram as mesmas influências do pragmatismo americano de John Dewey, mas essa teoria teria sido acolhida pelos mesmos de modos diversos; em momentos diferentes envolveram-se com a questão educacional na Bahia e juntos atuaram na capital federal. Quando Anísio ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1931, tinha convidado Isaías para ser o Diretor Técnico, após o que, no cenário de radicalizações e intrigas que precederam a criação do Estado Novo, as divergências políticas e de concepção entre os dois educadores também se acentuaram. Com mais espaço no governo Vargas, Isaías Alves ocupou cargos federais, com destaque sua longa atuação no Conselho Federal de Educação (de 1931 a 1958) e o cargo de Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado da Bahia, a partir de 1938, quando seu irmão foi nomeado interventor na administração estadual baiana. Portanto, Isaías Alves retornava à Bahia com uma visão sobre o ensino superior que o aproximava do Ministro Gustavo Capanema, o instituidor da emblemática Universidade do Brasil (sobre os escombros da antiga Universidade do Rio de Janeiro e da UDF de Anísio Teixeira – cf. tratado no capítulo anterior).

A rigor não se pode falar numa unidade de pensamento ou de concepção sobre o ensino superior entre os contemporâneos Capanema e Isaías, nos seus respectivos postos, mas ambos desenvolveram projetos com suas marcas. No caso baiano, parece que havia intenções de compatibilização com o “grande projeto universitário” de Capanema e criar as condições para implantar uma universidade na Bahia¹⁰⁶. Senão vejamos: primeiro, a gestão de Isaías Alves tratou da construção do Instituto de Educação da Bahia, com sede própria para formar professores (urgência perante o índice alto de analfabetismo), o projeto de criação da Faculdade de Filosofia, que seria importante polo de formação de professores na Bahia, constituía-se núcleo norteador de uma futura universidade, como sinalizavam a UB e a USP recém criadas (constava da legislação em vigor, a Faculdade de Filosofia como obrigatória para se implantar universidade).

Relevante também na gestão de Isaías Alves foi a construção da Escola de Agronomia no município de Cruz das Almas, inaugurada em 1943. Feitos não tão

¹⁰⁶ Seria provável que Capanema contasse com o conhecido educador baiano, Isaías Alves, como um dos arautos das políticas do Estado Novo. Nunes (2000) observa que, em 1936, num clima de perseguições políticas e intrigas pessoais, Isaías divulga comentários em jornais cariocas, que insinuam sobre a conduta política “extremista” de colaborador de Anísio Teixeira na Diretoria de Educação do Distrito Federal, o educador Lourenço Filho. As decisões democrático-liberais para a escola elementar pública, comandadas por Anísio, provocaram “frisson” nos conservadores de plantão, que viam aí grande ameaça à ordem pública (p. 311).

pequenos se considerarmos os recursos estaduais e as resistências dos resquícios do coronelismo baiano que acabaram por afastar Landulpho Alves da interventoria e, por consequência, do seu irmão, Isaías, da Secretaria de Estado. Mas este último permaneceria à frente da direção da Faculdade de Filosofia da Bahia, ultrapassando o período em que a mesma passou a integrar a Universidade da Bahia. A Faculdade de Filosofia foi instalada no prédio da antiga Escola Normal da Bahia, na Rua Joana Angélica, no Bairro de Nazaré, onde permaneceu até o início da década de 1970, e, originariamente, constava de quatro seções: Filosofia; Ciências; Letras e Pedagogia, e oferecia 12 cursos (SENA, 1999).

No ano de 1953, o então reitor da Universidade da Bahia, Edgard Santos, em discurso em homenagem a Ernesto de Souza Campos¹⁰⁷ no Estado de São Paulo, definiu a Bahia como sendo a **“mais antiga tradição universitária do País, portanto, a mais representativa do espírito universitário nacional”** (Apud BOAVENTURA, 1999, p. 391). Outra afirmação feita por Edgard Santos no mesmo discurso, de que a Bahia **“principalmente por contingências de sua configuração geopolítica, ainda se conserva, em grande parte, embora inconformada, como repositório da tradição nacional [...]”** (p. 389), parece confirmar a **“primazia”** universitária supostamente inscrita na história da educação baiana. Santos falava de um lugar e de um tempo em que a maioria dos baianos precisavam ter a consciência de **“saber com quem estavam falando”**. Motivo de gracejo nos dias atuais, mas nem sempre foi assim, **“saber com quem se estava falando”** delimitava os espaços sociais privilegiados e de poder, que o reitor baiano bem conhecia. Por outro lado a personalização da entidade federativa **“Bahia”**, que se mostrava **“inconformada”**, ela mesma, pela natureza geopolítica, a **“mais representativa tradição do espírito universitário nacional”**, projetava-se nos discursos oficiais e Edgard Santos fez escola. Em diversos momentos o político Antonio Carlos Magalhães, estudante que foi da Faculdade de Medicina, filho de Magalhães Neto, professor da mesma Faculdade, amigo e contemporâneo de Edgard Santos, afirmava-o como o seu principal modelo de homem público¹⁰⁸. A Bahia como entidade com personalidade

¹⁰⁷ Tratava-se de homenagem conjunta da USP, que concedia ao referido professor o título de Professor Emérito, e da UFBA, que o agraciava com o título de Professor *Honoris Causa*. Souza Campos fora o primeiro Ministro da Educação e Saúde (1945-1946) na gestão de Eurico Gaspar Dutra, quando a Universidade da Bahia foi criada. Esse Ministro foi sucedido pelo baiano Clemente Mariani, que deu prosseguimento à implantação da mesma.

¹⁰⁸ Detalhes desse discipulado ACM os descreve no artigo **“Edgard Santos que conheci”**, entre os quais o de que Edgard descobriu e lapidou a sua vocação para a política, e não para medicina,

representativa do espírito do poder será muito bem encarnado por ACM na versão da sua política, o carlismo.

A insistência em reafirmar, em diferentes períodos e por diferentes segmentos, o caráter “universitário” do ensino superior baiano, pode ser justificada também pela peculiar história desse nível de ensino nesse estado da federação.

Desde quando a Bahia era capital colonial registraram-se pretensões de se implantar universidade, de acordo com a historiografia:

Entre os anos de 1654 e 1681, houve várias tentativas por parte dos religiosos e das autoridades locais de transformar o Colégio da Bahia em universidade. Embora este propósito tenha sido negado pela Coroa portuguesa, os jesuítas acabaram por fazer do Colégio dos Jesuítas da Bahia uma casa de estudos gerais comparável à Universidade de Évora, em Portugal (LOBO, 1964; TORRES, 1946)¹⁰⁹.

Sabe-se que os primeiros cursos superiores implantados no Brasil somente ocorreram com a transferência da sede do reino português para o País, por força da invasão de Portugal por Napoleão. Nesse contexto, em 1808, foram criadas inicialmente duas escolas de cirurgia, uma na Bahia (antiga capital do Reino) e outra na capital, no Rio de Janeiro. A fonte acima indicada menciona que:

Mesmo depois de criada a Escola de Cirurgia, a idéia de se criar uma universidade na Bahia foi novamente ventilada a partir da petição de 29 de setembro de 1809 encaminhada ao Príncipe-Regente D. João, por membros representativos da capitania baiana. Através desta, eram oferecidas as rendas do subsídio literário da capitania e a contribuição pessoal de moradores incluindo entre eles comerciantes, membros do Exército, cônegos, brigadeiros e bacharéis, para a instalação da universidade (TORRES, 1946, Apud op.cit.).

Pelo “Plano de Organização das Escolas Médicas do Império”, elaborado pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a partir de 1832 as duas Faculdades de Medicina existentes, a da Bahia e a do Rio de Janeiro, passaram a ser regidas pelas mesmas normas, pelas quais deveriam oferecer os cursos médico e cirúrgico, mais os de farmácia e obstetrícia; os formados seriam titulados doutor em medicina, farmacêutico e parteira. As normas estabelecidas concediam autonomia às respectivas congregações para elaborarem seus regulamentos e eleger seu diretor mediante lista tríplice (FIOCRUZ, op.cit.). Os cirurgiões já diplomados pelas duas Academias Médico-Cirúrgicas teriam o direito de realizar exames complementares a fim de receberem o grau de doutor (Decreto nº 71 de 30/09/1837).

colocando-se como alguém que seguiu os passos de seu “Mestre” e não o decepcionou, pois galgou os mais altos postos da governança do Estado. In Boaventura. 199, p. 38-42.

¹⁰⁹ Cf. Dicionário Histórico e Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa Oswaldo Cruz, FIOCRUZ. Disponível na Internet (visita em 22 de dezembro de 2009), no site <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escagba.htm#historico>

Observe-se que a primeira reforma do ensino médico no Brasil concedia para os “lentes catedráticos” os mesmos vencimentos e honras destinados aos desembargadores. Ainda no Império outras duas reformas atingiriam as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A primeira foi a Reforma Couto Ferraz, instituída pelo decreto nº 1.387 de 28/04/1854, que introduzia o modelo francês da época de Napoleão (de orientação mais conservadora em relação à lei anterior) e, por outro lado, devido à ausência de hospitais vinculados a essas instituições de ensino:

[...] a lei mandava que as diretorias das faculdades entrassem em entendimento com as Santas Casas da Misericórdia para a utilização de suas enfermarias e outras dependências nos trabalhos de dissecação e autópsias. O número de cadeiras foi aumentado [de 14] para 18 [...]. Os cursos de farmácia e obstetrícia continuaram funcionando anexos aos de medicina, sofrendo algumas modificações (FIOCRUZ, op.cit.).

A última Reforma do Império, ocorrida em 1879, conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho, no tocante ao ensino superior foi elaborada com base nos pareceres das duas faculdades de medicina e relatórios de professores comissionados que teceram considerações a partir de avaliações sobre o ensino médico nos países considerados mais adiantados. A reforma resultante inspirava-se no modelo das universidades alemãs, que quebrava a rigidez do modelo anterior, instituindo: a liberdade de frequência nas faculdades; permitia aos estudantes repetir os exames que não conseguiram habilitação; e medidas que quebravam o monopólio das duas faculdades, permitindo a oferta de cursos livres.

A reforma [Leôncio de Carvalho] previa também que a cada uma das faculdades de medicina ficariam anexos uma escola de farmácia, um curso de obstetrícia e ginecologia e outro de cirurgia dentária; o aumento dos preparatórios exigidos para a matrícula nesses cursos; o direito das mulheres de se inscreverem nos cursos, para as quais eram reservados lugares separados nas aulas (art. 24).

Quanto ao curso médico, previa o acréscimo de mais duas cadeiras de clínica geral e quatro de clínicas especiais [...], além da criação de três institutos para o ensino prático - Instituto de ciências físico-químicas, formado pelos laboratórios de física, de química mineral, de química orgânica e biológica e de farmácia; Instituto biológico, formado pelos laboratórios de anatomia, fisiologia, botânica e zoologia, medicina legal e toxicologia; e o Instituto patológico, formado pelos laboratórios de histologia normal e patológica, de operações e prótese dentária (Idem, ibidem).

Por essa Reforma os títulos concedidos seriam os de bacharel em medicina, bacharel em farmácia e em ciências físicas e naturais, o de cirurgião dentista e o de parteiro ou mestre em obstetrícia (Art. 24, cf. Idem, ibidem). O decreto nº 9.311 de 12/10/1884, como parte das regulamentações da Reforma Leôncio de Carvalho, estabelecia mudanças que ficaram conhecidas como Reforma Sabóia (devido a

atuação do diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Vicente Cândido Figueira de Sabóia, no processo de sua elaboração). Por esse regulamento de 1884, as duas faculdades de medicina ofereciam os cursos de ciências médicas e cirúrgicas, em oito anos, de farmácia em três anos, de obstetrícia e ginecologia em dois anos, e de odontologia em três anos (CUNHA, 1986).

No início do período republicano as referidas faculdades de medicina seriam consideradas os modelos oficiais para a criação de outras no território nacional. As modificações legais mais significativas ocorreram logo na primeira reforma desse período, a Reforma Benjamin Constant, quando as referidas instituições assumiriam o nome de Faculdade de Medicina e Farmácia e os cursos anexos às mesmas seriam os de parteira e de odontologia. Ao tempo em que se restabelecia a obrigatoriedade da frequência. Decreto complementar a essa reforma nº 1.159 de 03/12/1892, estabelecia as "comissões de investigações em benefício da ciência e do ensino". Oficializava as viagens de professores indicados pelas Congregações das duas faculdades para "estudar nos países estrangeiros os melhores métodos do ensino e as matérias das respectivas cadeiras, e examinar os estabelecimentos e instituições das nações mais adiantadas da Europa e da América" (art. 243).

O decreto nº 3.902 de 12/01/1901, ainda na república velha, estabeleceu novo regulamento para essas faculdades que voltaram a ser denominadas Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre outras medidas, restringia a liberdade de frequência e atualizações na distribuição e organização das cadeiras. Das reformas do curso de medicina ocorridas na primeira república destaca-se a Reforma Rocha Vaz, de 1925, que estabelece o prazo de em seis anos para o curso de medicina e transformam os cursos anexos de farmácia e odontologia em Faculdades anexas às faculdades de medicina oficiais (da Bahia e do Rio de Janeiro).

A passagem sobre algumas dinâmicas e alterações na legislação referente aos cursos oficiais de medicina tem o intuito de situar que, desde as reformas do período imperial, a Faculdade de Medicina da Bahia esteve sempre sintonizada com sua congênere da Capital da República e envolvida nas iniciativas da união em promover o aperfeiçoamento científico, conjunto dessas entidades, com destaque a valorização de seus mestres como desembargadores e viagens sistemáticas ao exterior que promovia o contato dos mesmos com os avanços da ciência médica. Como implicação a faculdade baiana passaria por mudanças físicas e ampliações

tanto na estrutura do antigo prédio do Colégio Jesuíta, do Largo do Terreiro, quanto no entorno do Hospital Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia, instalado desde 1893 no Largo de Nazaré. Após sofrer incêndio de grandes proporções, a sede da faculdade no Largo do Terreiro passou a ser reconstruída no ano de 1905, durante a gestão do baiano José Joaquim Seabra à frente do Ministério da Justiça e Negócios do Interior.

O projeto do novo edifício coube ao engenheiro civil Teodoro Sampaio, que conferiu ao prédio uma aparência grandiosa para os padrões da época (uma espécie de palácio da medicina), que muito orgulhava a sociedade local. Em particular as suas elites – a cada ampliação, mudança, na referida casa da mais alta educação baiana, provavelmente, ampliava-se a “consciência” (representação social) de que a Bahia afirmava-se como “repositório de grande parte da tradição nacional”. Junto com a conclusão da reforma da catedral da medicina da Bahia, emblema atualizado das tradições, a faculdade baiana abria-se e incorporava a modernidade, os avanços alcançados pela medicina naquele contexto da história. No ano seguinte, 1906, era concluída a construção de um moderno prédio de dois andares, o Instituto Clínico (que ganhou o nome de Alfredo Britto, diretor da faculdade na época) ao lado do Hospital Santa Isabel da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, que abrigaria os laboratórios das diferentes clínicas da faculdade baiana. Organizados com equipamentos importados, os laboratórios do referido Instituto pautavam-se nos modernos padrões de exigências da ciência da época. O próprio Hospital Santa Isabel nesse mesmo período passaria por ampliações e recebeu equipamentos sofisticados para atender as necessidades da referida Faculdade. Em 1908, por ocasião do primeiro centenário da escola, foi inaugurada oficialmente a nova sede da faculdade e dois anos depois foi inaugurada a Maternidade Climério de Oliveira, que viria compor o conjunto hospitalar e laboratorial do Largo de Nazaré.

Outra obra de fundamental importância à instituição em foco foi inaugurada em 1911: o Instituto de Medicina Legal. Como parte do legado construído por Raimundo Nina Rodrigues lente catedrático no antigo laboratório de medicina legal e toxicologia da Faculdade, tendo falecido em 1906, antes da conclusão da obra, em sua homenagem o Instituto passou a se chamar Instituto Nina Rodrigues. As atividades desse Instituto ganharam projeção nesse período quando a Faculdade de Medicina estabeleceu convênio com o Governo do Estado da Bahia. Neste o serviço médico-legal do Estado passaria a ser feito no referido Instituto “sob a direção

técnica e científica do catedrático de medicina legal, em troca da cobertura, pelo Governo, dos custos para realização dos exames e remuneração dos professores”. Na origem esse Instituto foi referência da medicina legal no Brasil, assumido por Oscar de Carvalho Freire que deu prosseguimento aos trabalhos de Nina Rodrigues. Posteriormente, em 1918, Freire transferiu-se para a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo para lá implantar a cadeira de medicina legal.

A exportação de talentos para reforçar outras instituições, a exemplo da Faculdade de Medicina de São Paulo, que recebeu o legista Oscar Freire, o cirurgião Antonio Luiz do Rêgo (que era tio de Edgard Santos, mencionado no discurso do mesmo acima citado, como seu mestre lá na terra paulista), conferia à instituição baiana fôruns universitários. Ao lado das obras vultosas realizadas no primeiro decênio do século passado, que asseguravam à Faculdade de Medicina da Bahia o lugar de destaque no cenário educacional e cultural no Estado baiano, bem como seria para os cientistas locais os elementos garantidores do status da instituição no cenário nacional. Ainda nesse período, a ampliação da Faculdade de Medicina da Bahia continuaria como objetivo de seus dirigentes, que visavam a criação de hospital universitário próprio, desvinculado da Santa Casa de Misericórdia. A aquisição de terreno em 1918, no bairro Canela, resultou no início da construção do hospital universitário. Na primeira metade da década de 1920 fora iniciada a construção do primeiro pavilhão do que viria a ser o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia. Obra concluída na década de 1940 durante a gestão de Edgard Santos à frente da direção da referida Faculdade.

Por ordem cronológica, a segunda unidade escolar de formação superior e profissionalizante na Bahia foi implantada ainda no Império, em 1877, a Imperial Escola Agrícola da Bahia (associada ao Imperial Instituto Baiano de Agricultura, o IIBA, criado dois anos antes), localizada em São Bento das Lages, no Município de São Francisco do Conde¹¹⁰. Essa escola foi a primeira no Brasil dessa modalidade de ensino (a segunda foi criada no Rio Grande do Sul em 1883), criada no âmbito de uma proposta do governo imperial de implantar institutos de agricultura no país, iniciando pelo Nordeste, com “o intuito de solucionar problemas de mão-de-obra, capital e atraso tecnológico” em razão da crise por que passava a produção agrícola

¹¹⁰ Informações obtidas no Dicionário Histórico e Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa Osvaldo Cruz, FIOCRUZ, op.cit.. Sobre esta escola também consultar ARAUJO, N. A. Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911), Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

brasileira, ocasionada pela retração do mercado internacional e da consequente diminuição do preço pago pelo açúcar nacional (FIOCRUZ, op.cit). Assim criou-se o Imperial Instituto Baiano de Agricultura (Decreto nº 2.500-A, de 01/11/1859), ao lado de outros Institutos de Agricultura: o “Pernambucano”, pelo decreto nº 2.516 de 22/12/1859; o “Sergipano”, datado 20/01/1860 (Decreto 2.521); o “Fluminense” de 30/06/1860 (Decreto nº 2607) e posteriormente o Instituto Riograndense de Agricultura (Decreto nº 2816 de 14/08/1861). Os institutos de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, deram origem a escolas agrícolas que evoluíram para universidades rurais (Idem, ibidem).

O percurso da oficial Escola Agrícola da Bahia foi bem mais tortuoso do que o da pioneira Faculdade de Medicina. Enquanto esta última no começo do século vinte reunia importante acervo físico e tradição de ensino superior na capital baiana, a escola de São Bento das Lages tinha quase que fechado as portas. Da oferta inicial de ensino superior em agronomia e zootecnia (que formou uma geração de engenheiros agrônomos no Estado), em 1911 estava reduzida à formação profissional em nível médio, quando passou a chamar-se Escola Média Teórico-Prática de Agricultura da Bahia, após o Estado tê-la devolvido ao governo federal. Mesmo retornando a administração federal, a referida Escola teve suas atividades suspensas em 1916, ocasião em que foi incorporada à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, localizada no Rio de Janeiro (situação que não se confirmou em razão de resistências dos coronéis baianos, que reagiram á transferência dos equipamentos mais sofisticados adquiridos pela união para essa instituição).

Reaberta com subsídios federais em 1919, a Escola Agrícola funcionou precariamente durante a década de vinte, época em seus professores passariam à condição de funcionários estaduais. Em 1930 a Escola seria transferida para Salvador, a capital do Estado, com o nome de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Por iniciativa encaminhada durante o governo Landulpho Alves, esta Escola Superior de Agricultura foi reinaugurada na cidade de Cruz das Almas, em 1943, com o nome de Escola de Agronomia da Bahia. De acordo com depoimento de Wilson Falcão esta instituição havia sido reivindicada para Feira de Santana pelo prefeito Heráclito Dias de Carvalho, conforme assinalou:

Lutou-se para que a Faculdade de Agronomia fosse instalada em Feira. Landulpho, governador, amicíssimo do Sr. Arnold [Silva] e do Sr. Heráclito, e ela só não veio para Feira porque os Passos é que forneciam os charutos a Getúlio, e ganhou o charuto e não o prestígio de Feira (maio de 1996).

A produção fumageira da região deve ter pesado na decisão estadual, porque naquela época a região de Cruz das Almas consistia em pólo produtor e exportador de fumo, situação que se estendeu até meados dos anos de 1970. Mas é significativo que as autoridades de Feira de Santana tenham se mobilizado a favor de escola superior já na década de 1940.

A Escola de Agronomia era vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, que assumiria posteriormente mais duas escolas da área agrícola (a Escola de Veterinária da Bahia, criada em 1950 e a Escola de Agronomia de Juazeiro, em 1961)¹¹¹. Deduzimos que parte do espólio da antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária que permaneceu na capital deva ter dado origem à criação pelo governo estadual da aludida Escola de Veterinária da Bahia, localizada no Bairro de Ondina, em Salvador. No bojo das discussões no interior do Estado baiano para criação de uma universidade rural a referida Escola de Agronomia foi anexada à Universidade da Bahia em 1962 (Jornal da Bahia 08/05/1962, p.3).

Já no período republicano, portanto, a Faculdade Livre de Direito da Bahia, por ordem temporal, foi a terceira instituição de cunho universitário do Estado, de 1891, conforme explicitamos acima. No bojo da mesma reforma que facilitou a criação da Faculdade de Direito em terras baianas, abriria espaço para a criação da Escola Politécnica da Bahia, a quarta unidade por ordem cronológica. Tratava-se de instituições “livres”, independentes do governo federal, organizadas com o apoio de entidades locais criadas com o fim específico de mantê-las, que as representavam e, em certa medida, fortaleceriam o orgulho baiano de construir instituições de ensino superior vigorosas. Do ponto de vista da manutenção essas eram instituições híbridas, além das “fundações” mantenedoras, bem como recebiam subsídios governamentais, particularmente do governo do estadual e os alunos pagavam mensalidades. Também particular foi implantada a Escola Comercial da Bahia, a quinta instituição do Estado, criada em 1905, com apoio da Associação Comercial da Bahia, que daria forma em 1934 à Fundação Faculdade de Ciências Econômicas.

¹¹¹ Notícia veiculada no Jornal da Bahia de 15 de março de 1962, informando sobre exoneração do reitor da Universidade Rural de Pernambuco pelo Ministro da Agricultura, nos chamou atenção para existência de uma política, que não seria original da Bahia, de o órgão máximo da Agricultura do Estado ou da União serem naquele período os responsáveis pela orientação do ensino agrícola (ou agropecuário) em todos os níveis.

Outra unidade preexistente à universidade na Bahia foi a Academia de Belas Artes da Bahia, datada também do período imperial, implantada em 1877 e, posteriormente, em 1895, essa Academia transforma-se em Escola de Belas Artes. Também no campo das artes, há registro de um Conservatório de Música da Bahia, desde 1897.

4. 2 A Universidade da Bahia e a Ampliação do Ensino Superior

A Universidade da Bahia instituiu-se no âmbito desse campo de sete instituições de educação superior preexistentes no Estado, das quais seis viriam a constituir a composição inicial da mesma: primeiro, a Faculdade de Medicina da Bahia e suas duas Faculdades anexas, de Farmácia e Odontologia, que passaram a compor duas unidades independentes; a Faculdade de Direito da Bahia; a Escola Politécnica da Bahia; a Faculdade de Filosofia da Bahia; a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Belas Artes. Nessa fase inicial permaneceria fora da esfera da universidade a Escola de Agronomia de Cruz das Almas.

A versão de Pedro Calmon sobre sua participação na criação da Universidade da Bahia, escrita no seu livro intitulado Memórias, elucida alguns aspectos sobre a implantação dessa instituição. Vejamos:

O Ministro da Educação e Saúde, Souza Campos [...] Anunciou, no discurso de posse, a intenção do governo de mudar a política de 1938 (Universidade Federal única – a do Brasil), patrocinando a fundação de mais duas, no Recife e na Bahia. [...] Em seu nome, fui à Bahia e ao Recife dar as providências finais, de carta branca quanto à parte mais difícil da missão, a reunião da assembléia em que se indicaria o futuro reitor. Tomei como condição (fora e acima dos interesses eventuais) que fosse o diretor da Faculdade Federal, unida naquele ato às escolas estaduais e particulares; vale dizer, na Bahia, Edgard Santos (diretor da Faculdade de Medicina), em Pernambuco, Joaquim Amazonas (diretor da Faculdade de Direito). Com isso firmava a disciplina [...]; a substituição da índole solitária das faculdades brasileiras pelo generoso espírito universitário. (Cf. CALMON, Jorge. “Pedro Calmon e a criação da Universidade da Bahia”. Apud BOAVENTURA (org.), 1999, p.132).

Evidente que a situação hegemônica da Faculdade de Medicina da Bahia no campo de ensino superior baiano e a privilegiada posição do seu diretor, Edgard Santos, no campo político estadual concorreram para afirmar a escolha, supostamente, “fora e acima dos interesses eventuais”. E mais nos diz Pedro Calmon:

A sessão que se efetuou no salão nobre da Faculdade de Medicina da Bahia, prolongou-se de três da tarde às oito da noite. Um feliz sucesso!

Roguei que o clima da unanimidade prevalecesse sobre o da competição. **Para atender os nossos amigos pintores inclui na Universidade a Escola de Belas Artes; de improviso**, pagando o tributo da nação à obra discreta que desde 1877 aquela escola empreendia corajosamente. E contribuí para que o reitor fosse Edgard Santos.

A disposição do campo de ensino superior na Bahia à época da implantação da universidade, sem dúvida, não concedia à Escola de Belas Artes da Bahia um espaço genuinamente universitário¹¹², como ocorria com a Faculdade de Medicina (conhecida depois pela sigla FAMED). Esta era a unidade central no processo de criação da universidade, ao lado da qual também se impunham a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica, cujas poderosas congregações mantiveram suas independências na fase inicial de implantação da universidade. Num cenário de disputas, visualizado da Faculdade de Direito, deduzimos, com base no discurso de Edivaldo Boaventura, anteriormente referido, que, por suposto, o espírito positivista reinante ainda na década de cinquenta acolheu com ressalvas a “união” dessas diferentes instituições e o fez por agregação, diferente de incorporação, prevalecendo o espírito de cavalheiresca “competição” entre as instituições que se aglutinaram. A data da federalização das referidas instituições indicam que o mesmo procedimento foi adotado por todas, daí ter sido fundamental o papel do reitor para apaziguar as diferentes facções e imbuí-las do “generoso espírito universitário”, contudo a Faculdade de Direito manteria independência administrativa da união até 1956 (cf. nota nº102 deste capítulo). Sobre o funcionamento dessas faculdades cujas organizações internas assemelhavam-se ao modelo político oligárquico, que ainda prevalecia na sociedade baiana no período de implantação da UBa, assim nos esclarece Dias (2005):

[...] Um modelo análogo [que consistia na ocupação dos espaços públicos que eram divididos por territórios e zonas de influência] dominava também o ambiente acadêmico da Famed, da Faculdade Livre de Direito da Bahia (FLDB), da Escola Politécnica (EP), onde os catedráticos exerciam o poder nas suas áreas de conhecimento tal como os chefes oligárquicos faziam nos seus territórios políticos, nas disputas pelas posições e pelos cargos, organizavam-se para defender os seus aliados e amigos, seus discípulos, filhos, parentes ou afilhados (p. 127-128).

Afora a dificuldade em alterar substancialmente essa trama complexa de relações, as diversas acomodações e divisões de poder nas instituições citadas e, por certo, situação prevalecente também nas outras duas Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas, muitos catedráticos exerciam suas profissões liberais ou

¹¹² Aproximava-se mais das escolas de formação técnico-profissional de nível médio.

ocupavam cargos públicos ou mandatos eletivos¹¹³. Elementos que cresciam na inviabilização da anexação imediata das mesmas à universidade. Como lembra Boaventura (op.cit.), a federalização obrigaria alguns professores a se desincompatibilizarem de outros cargos. As tarefas de coordenar e “pacificar” essas oligarquias intelectuais couberam a um antigo conhecedor e exímio jogador desse jogo de poder, conforme assinala Dias (2005). O Reitor, Edgard Rego Santos, por origem familiar conviveu com políticos e com a política oligárquica baiana, e o seu acesso como professor da Faculdade de Medicina, como assinala o referido autor, teve todos os lances dignos das melhores jogadas desse jogo de poder:

Em agosto de 1925, foi dispensado 12 dias depois de sua nomeação interina como professor catedrático da Famed, devido a manobras de seus adversários. Nova nomeação interina ocorreu em março de 1926, em processo que envolveu o Ministro da Justiça. Finalmente, o concurso que o efetivou na cátedra de cirurgia ocorreu em 1927, em uma disputa em que aliados e adversários defenderam e atacaram a sua candidatura (Dias, 2005, p. 127).

Galgar a direção da Faculdade de Medicina em 1936 seria o passo essencial para o controle e estabelecimento de sua soberania nesse jogo, cujo coroamento foi a condução do processo de implantação da universidade em 1946, no cargo de Reitor, onde permaneceu por quinze anos, até 1961 (ao todo vinte e cinco anos no comando das principais unidades de ensino superior baiano).

A leitura de diversos depoimentos de professores e políticos que com ele conviveram no período de criação da Universidade, referem-se ao mesmo como uma liderança exercida com soberania: “tinha as qualidades de um grande empreendedor: a ambição, o senso de oportunidade e a coragem de um jogador”¹¹⁴; “tinha uma vontade de ferro e flexível paciência para atrair e convencer adversários obstinados”¹¹⁵; “Pela classe do dirigente e pelas suas realizações, o reitor fazia as vezes de representante oficial da Bahia, em pé de igualdade com governadores”¹¹⁶. Esta opinião é corroborada pelo testemunho de seu filho, Roberto Santos, que esclarece que o prestígio de Edgard Santos transbordava o âmbito estadual. Afinal, ele “se relacionava muito bem, era próximo a presidentes, Ministros da Educação, de modo que conseguia trazer muitos recursos [para a instituição]” e, por outro lado,

¹¹³ Como era o caso, por exemplo, de Luiz Viana Filho que era deputado e pertencia à congregação da Faculdade de Filosofia, “território” dirigido por muitos anos por Isaías Alves.

¹¹⁴ Cf. Paulo Ormino de Azevedo, “A universidade vista do tijolo”. In Boaventura, Eivaldo (org.). **UFBA: trajetória de uma universidade** (1946-1999), Salvador, 1999, p.245.

¹¹⁵ Cf. Antonio Carlos Magalhães, “Edgard Santos que conheci”. In Boaventura, Eivaldo (org.), 1999, p.38.

¹¹⁶ Cf Eivaldo Boaventura, “O exemplo magnífico de Edgard Santos”. In Boaventura (org.), op. cit., p.44.

essa facilidade de comunicação também o fez estreitar laços com “embaixadores e representações estrangeiras no Brasil” (cf. entrevista concedida a Simone Ribeiro. In Boaventura, E. (org.), 1999, p. 34-35), e ocupar, mesmo por pouco tempo, menos de três meses, o Ministério da Educação no final do último governo Vargas, em 1954, retornando logo em seguida à Reitoria.

Conforme vimos, de acordo com as “Memórias” de Pedro Calmon, após a redemocratização iniciada em 1945, na gestão de Ernesto Souza Campos, Ministro da Educação e Saúde, inicia-se a implantação da Universidade da Bahia. Ideia que uma década antes havia sido apresentada pelo mesmo deputado Calmon, sob a forma de projeto de lei à Câmara Federal (publicado no Diário do Poder Legislativo de 3 de setembro de 1935)¹¹⁷, parece que inspirado em Anísio Teixeira e na UDF que se implantava, pois sugeria criação de “Universidade Federal da Bahia”, e nele incluía a “ampliação do regime universitário” aos, entre outros, “Instituto de Música e Escola de Belas Artes”, áreas que projetariam a figura Edgard Santos como o grande arquiteto da universidade baiana. Ainda sobre a proposta de Calmon, em seu discurso de justificção do referido projeto, no espírito da época, saliente que “A questão principal [da universidade] é a formação das elites deliberantes”, e mais, como conclusão argumenta:

Poucas cidades brasileiras reunirão as condições favoráveis que a Bahia apresenta para ser um daqueles centros de irradiação cultural que acabam resumindo os destinos da inteligência e o espírito do país. É a tranquila capital onde as tradições da pátria vestem de arquitetura nobre as colinas sagradas. **Aí tem a casa paterna, a nacionalidade, e o seu berço o Brasil.** Primitiva capital da colônia, ajuntou todos os testemunhos monumentais da civilização portuguesa, que lhe decoram de austera arte o perfil histórico. Sobretudo aí flamejou primeiro a cultura nacional. É justo que lhe restituamos a situação de Coimbra do Brasil. (In. CALMON, Jorge “Pedro Calmon e a criação da Universidade da Bahia”. In. BOAVENTURA (org.), 1999, p.146).

O projeto de implantação da Universidade da Bahia não poderia abandonar esse “espírito” de que na Bahia “flamejou primeiro a cultura nacional”, e menos ainda de que ela simbolizava a tradição de primeira capital da colônia, visível nos “testemunhos monumentais da civilização portuguesa [...] que lhe decoram o perfil histórico”. A singularidade do projeto baiano que emerge em 1946, além das “elites deliberantes”, e suas oligarquias intelectuais, inserem-se, “de improviso”, os “amigos pintores” da Escola de Belas Artes, “pagando o tributo da nação à obra discreta que desde 1877 aquela escola empreendia corajosamente”. Ou seja, incorporava no

¹¹⁷ Cf. Jorge Calmon, op. cit.

nascedouro outro sujeito histórico representativo das tradições baianas, entendidas no sentido mais amplo, as suas Artes¹¹⁸.

Vale a leitura do trecho transcrito abaixo, que traduz o olhar de Geraldo Leite sobre a implantação dessa universidade, na ocasião estudante:

[...] entrei na Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus em março de 1945. Naquela época, na antiga capital federal, andavam bem adiantados os preparativos para a criação da Universidade da Bahia. O professor Azevedo Amaral, reitor da Universidade do Brasil, presidia a Comissão Organizadora, da qual faziam parte homens da mais alta projeção, tais como Pedro Calmon, Cesário de Andrade e Edgard Rego Santos.

Finalmente naquela tarde de 8 de abril de 1946, às 3 horas da tarde, a Bahia estava feliz. A luta chegara ao fim. A mais fina flor da sociedade, a mais culta gente da nossa terra estava reunida no salão nobre da Faculdade. Imprensa, alunos e professores, todos enfim aguardavam a instalação da Universidade. Eu e meus colegas do 2º ano de medicina estávamos sentados nos bancos da galeria. O salão estava engalanado, repleto de flores, ostentando uma pompa digna daquela tarde que passaria à história como uma data inesquecível. [...] Aberta a sessão, foi lido o Decreto Lei nº 9.155 [...] criando a Universidade da Bahia.

Lida foi, de igual modo, a Exposição de Motivos de número 25, do Ministro de Educação e Saúde, na qual Sua Excelência, O professor de Ernesto Souza Campos preconizava a fundação, *“desde já, de universidades que, situadas na Bahia e no Recife, e tendo por núcleo as faculdades federais ali existentes, projetassem no seu círculo de influência os benefícios dessa instituição, a exemplo das que já funcionavam, sob regime de autonomia didática, administrativa e financeira, em outros Estados da União”* (LEITE, Geraldo. **Reminiscências**, Feira de Santana: UEFS, 2007, cf. original)¹¹⁹.

O formato do tipo oligárquico das principais instituições que compuseram a Universidade da Bahia na origem, e as mantiveram “agregadas”, parece explicar a federalização consumada oficialmente em 1950, quando foram também federalizadas outras universidades: Pernambuco, Rio Grande do Sul e Paraná. De acordo com os testemunhos, portanto, a UBA foi implantada sob a chancela do governo federal, enquanto a segunda instituição do país (ao lado da Universidade de Pernambuco) concebida nesse âmbito¹²⁰. Os indícios são de que o governo da Bahia investiu na nova universidade, como já vinha investindo nas unidades pré-existentes, sendo mais comentados os investimentos na construção do Hospital Universitário, obra concluída em 1949 (processo impulsionado por Edgard Santos junto aos governantes baianos ainda sua na gestão à frente da Faculdade de Medicina).

¹¹⁸ Sobre este assunto consultar LEITE, R. C. N. A Rainha Destronada. Discursos das Elites Sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2005.

¹¹⁹ Este mesmo trecho encontra-se publicado pelo autor no Livro organizado por Boaventura (1999), op.cit., p. 190.

¹²⁰ SAMPAIO et. al., (1998) ao contrário, situam a Universidade da Bahia como sendo de origem estadual.

As Universidades precedentes, às implantadas a partir de 1946, a USP, Ufpa, sinalizavam um modelo de instituição que não se resumia apenas na agregação de unidades isoladas, mas tinham propósitos mais amplos, caracterizados não só por serem regidas por estatuto comum, mas a aglutinação das unidades levava em conta os objetivos da investigação científica e da extensão. Para o que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tiveram um papel importante. No caso da Bahia, a implantação do Hospital Universitário e outros convênios com o governo estadual, no Instituto Nina Rodrigues e na implementação do Hospital de Pronto Socorro da Bahia, essas ações, particularmente de extensão, eram desenvolvidas no campo da medicina – que foi uma das primeiras áreas expandidas na universidade que se criava, além da conclusão do Hospital Universitário, a Escola de Enfermagem foi um dos primeiros a ser implantados. A partir da década de 1950, com o surgimento das atividades da Petrobras na Bahia, laboratórios são implantados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do bairro de Nazaré¹²¹, onde estariam alocados, no início da universidade, os cursos de matemática, física, química. Assim, em 1958, foi criado o Instituto de Química da Universidade da Bahia para onde devem ter sido deslocados os referidos laboratórios.

A implantação, na década de 1950, dos serviços de extração e refino de petróleo na Bahia imprime a esse estado outra dinâmica na sua economia, que, até aquela época, era reconhecida como sendo estagnada em relação ao incremento industrial verificado em outros estados. Situação que teria motivado ainda na gestão de Otávio Mangabeira a elaboração de estudos sobre o que ficaria conhecido na literatura econômica como o “enigma baiano”, com o objetivo de desenvolver estratégias e iniciativas que visassem resolvê-lo. Disso decorre a implantação da Comissão de Planejamento Econômico, a CPE, enquanto órgão estratégico de planejamento e estudos para elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e industrial no Estado (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

A Universidade da Bahia recém instalada não ficaria imune a essas demandas. Além da medicina outros setores exigiriam dinamismo, ou seriam dinamizados: para a Faculdade de Ciências Econômicas foi construído um moderno prédio, no final da década de 1950 e alguns dos seus professores estariam diretamente ligados à CPE; a Escola de Geologia foi criada em 1957; implanta-se o

¹²¹ Quando estudante, frequentei a referida Faculdade de Filosofia e lá existia uma ala distinta em relação ao conjunto do antigo prédio, com arquitetura mais moderna, que era conhecida como tendo pertencido aos “laboratórios da Petrobrás”. Quando ingressei a Reforma Universitária estava em curso e os novos Institutos estavam sendo implantados.

Instituto de Química, em 1958; a Faculdade de Administração, em 1959, englobava-se no mesmo esforço, para a qual se arregimentou recursos externos (no âmbito dos acordos bilaterais do País). Os investimentos no campo das Artes e da Cultura conferiram a essa instituição uma peculiar identidade que a destacaria no cenário nacional (Risério, 1995). Professores europeus foram contratados na montagem das Escolas de Música, de Dança e de Teatro, em 1956. De acordo Paulo Ormino Azevedo:

Edgard Santos foi um precursor genial do “marketing cultural”. Certa vez afirmou que a inauguração do Hospital das Clínicas, que lhe consumira rios de dinheiro e anos de trabalho, renderia-lhe umas minguadas linhas nos jornais do Sul, enquanto uma excursão da Orquestra Sinfônica, do Madrigal ou do Grupo Teatral Santo Antônio enchia suplementos inteiros do Jornal do Brasil, do Estadão e de O Cruzeiro (BOAVENTURA (org.), 1999, Op.cit. p. 245).

De fato foi um período de intensa agitação cultural na Bahia, que contou também com o apoio de expressivos agentes na área das artes no Brasil, entre os quais Martim Gonçalves, no teatro, e Lina Bo Bardi, na área de artes plásticas. Depois da Universidade do Brasil, a da Bahia ocuparia o “segundo lugar no ‘ranking’ dos orçamentos universitários federais” (Paulo Ormino Azevedo, op. cit., p.246), o que certamente propiciou a “alavancagem” de todas as áreas da instituição. No BLANDERB, escrito em 1959 está assinalado que a Bahia dispunha de “uma das mais prestigiosas universidades do país, dela seria lícito esperar um rigoroso apoio ao plano de educação para o desenvolvimento”. A disposição e familiaridade de Edgard Santos no jogo das lutas presentes no campo universitário que se organizava, o fazia “imperador” de uma “corte” (lembrando Nobert Elias) onde o mesmo já reinava há muitos anos e via seus territórios sendo alargados de forma atualizada, modernizados. A ideia de “corte” pode ser extraída da própria escrita de Paulo Azevedo, acima citado. Vejamos:

Seu vanguardismo [de Edgard Santos] não excluía o barroquismo baiano das solenidades pomposas com oradores prolixos, distribuição de títulos e regalos e encerramentos com laudos banquetes. Para que tais solenidades tivessem mais brilho, mandou construir uma reitoria colonial, revestida de mármore, azulejos e reposteiros portugueses (p. 245-246).

O capital político acumulado fez de Edgard Santos uma liderança tão contundente que parte da historiografia local o coloca como responsável exclusivo pelo “inovador projeto” de universidade que vingou na Bahia e por sua implantação, num cenário em que também se destacavam outros nomes da política e da cultura, entre os quais, Anísio Teixeira. Rubin (1999), em artigo publicado no mesmo livro

comemorativo do cinquentenário da UFBA, reafirma a “reificação” (no duplo sentido) de Edgard Santos, que, em sua opinião, com “delicada sensibilidade” e, concordando com Risério (op.cit.): “superando limites pessoais e sociais, de modo peculiar abriu e buscou integrar seu projeto de universidade ao processo de modernidade em curso na Bahia, no país, e mesmo no exterior” (p.202). Todavia o referido autor reconhece e sustenta que: “A virada modernista na Bahia, sem dúvida, deve sua inauguração mais à gestão de Anísio Teixeira à frente da cultura e da educação, infelizmente tão pouco estudado em seu componente especificamente cultural” (idem, *ibidem*). Na época, 1946, Teixeira assumiu a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, unindo-se ao esforço, esboçado em várias frentes, de resolver o “enigma baiano”, criou nesse tempo a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia – a inserção na modernidade, do final dos “anos gloriosos” do pós guerra, estaria também fincada no desenvolvimento científico, experiência que o mesmo trazia do seu sufocado projeto de universidade. Ação crucial, coordenada que foi pelo próprio Anísio, visava promover, como dizia o nome, o desenvolvimento da ciência e atrair cientistas para atuar no Estado – a referida fundação chegou a estabelecer convênios com a UNESCO e Columbia University. Nessa mesma gestão foi implantado o importante projeto de ensino público vislumbrado por Anísio, configurado na Escola Parque, localizada na Caixa D’Água, bairro da periferia de Salvador.

No nascedouro dos anos sessenta as práticas políticas e, provavelmente, as concepções e os “projetos” de Edgard Santos já não combinavam com os novos tempos que se anunciavam. Como seu contemporâneo Pedro Calmon expressou em alguns dos seus discursos uma concepção elitista de universidade¹²². Por outro lado, o prolongado “reinado” de Edgard Santos deveria incomodar alguns dos seus pares catedráticos não muito satisfeitos com a situação, ou com o fausto da “corte”, e/ou achavam saudável o revezamento no poder da instituição. O certo é que o controverso Janio Quadros não o reconduziu ao reitorado da UBA, em 1961 – decisão atribuída às pressões e exigências estudantis e dos catedráticos inimigos. O nomeado, que constava da lista tríplice encaminhada pelo Conselho Universitário da instituição, Albérico Fraga, da Faculdade de Direito, surpreendido fora da decisão presidencial, pois se aguardava a continuidade da gestão de Santos. Numa

¹²² Deduzimos do texto elaborado por Pedro Moacir Maia, “Edgard Santos: reflexões sobre a educação”, In Boaventura, 1999, pp. 64-68. A ideia de que a universidade deveria “formar elites” era comum aos intelectuais da estirpe do primeiro reitor da instituição Federal da Bahia.

conjuntura em que um novo agente social assumiria papel político de relevo no cenário nacional: o estudante universitário.

[...] o estudante [...] não aceita mais o papel de massa passiva, forçado a assistir os insípidos recitais que os abalizados mestres consideram ser a sublime expressão da cultura. Agora o estudante compreendeu que a universidade é dele, ou melhor, numa expressão mais enérgica, “que a universidade é ele” e, por conseguinte, quando exige penetrar nos arcanos da administração, para devassar os misteriosos desígnios e manobras que lá emanam, não está violando uma lei divina, mas tomando em suas mãos aquilo que de direito lhe pertence (transcrito de O Metropolitano) [Publicado no Jornal Unidade, órgão da União dos Estudantes da Bahia, encarte no Jornal da Bahia, 6 de julho de 1962].

O movimento estudantil desse período, comandado pela União Nacional dos Estudantes, lutava pela participação de um terço dos estudantes nos fóruns administrativos das universidades, cujo observatório privilegiado desse movimento na Bahia foi o jornal Unidade, publicado como encarte do Jornal da Bahia desde a passagem da UNE-Volante pelo Estado baiano (ocorrida entre os dias 3 e 5 de abril de 1962). A cobertura do Jornal da Bahia expôs as andanças dessa passagem que envolveu, além de assembleias estudantis, audiências com o governador, o cardeal, autoridades universitárias, passagens pelos sindicatos, com esticada até Mataripe onde encontrariam os trabalhadores petroleiros, cuja culminância foi a implantação do Centro Popular de Cultura, o CPC – na ocasião exibidas foram as produções: o filme ‘Cinco vezes favela’ e as peças ‘A miséria ao alcance de todos’, ‘Baladas do subdesenvolvimento’, ‘Reforma universitária’ e ‘Não há imperialismo no Brasil’ (edições do Jornal da Bahia dos dias 31 de março, 3, 4 e 5 de abril, de 1962).

Desde os anos de 1950 frutificavam-se as ideias e políticas identificadas com a ideologia do Nacional-Desenvolvimentismo e com o modelo econômico de substituição de importações. O momento vivido era o das “Reformas de Base”, entre elas, a luta pela Reforma Universitária, sob o comando da UNE e apoiada por diversos intelectuais de esquerda, vinculados às universidades ou instituições científicas, como o ISEB, por exemplo. Nesse contexto, desde o ano anterior a Bahia fora palco de intensa movimentação estudantil. Aí ocorreu o Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE, realizado em Salvador, no mês de maio de 1961, quando foi elaborado o documento “Carta da Bahia”. Nele os estudantes assumem o tom “revolucionário” e propõem a “inserção da universidade no seu contexto”¹²³.

¹²³ Detalhes desse documento encontra-se em Sanfelice (2008).

Outra liderança estudantil foi também atraída para Salvador quando da visita da UNE volante à capital baiana, conforme noticiou o Jornal da Bahia:

[...] Antecipando-se à chegada hoje da UNE-Volante, encontra-se na capital desde ontem o estudante **Jarbas Miranda de Santana, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários**. Integrandos também a caravana dos universitários [...], ressaltou o presidente da UBES a importância do trabalho de esclarecimento popular que vem sendo empreendido pela atual diretoria da UNE.

No âmbito do movimento estudantil baiano além do forte movimento universitário projetavam-se também os secundaristas, dentre os quais havia saído a liderança de Jarbas Santana (ex-presidente da ABES), que nesse momento transferiu-se para o Rio de Janeiro, para comandar a entidade nacional. Das movimentações estudantis desse período, vejamos o testemunho de Yara Cunha Pires:

Eu fui morar em Salvador, mais ou menos por volta do mês de maio, para começar a estudar, fazer cursinho, porque quem tinha feito curso pedagógico tinha que estudar mais para fazer vestibular [...]. Aí eu levei esse ano de 1961 em Salvador me preparando para o vestibular.

Morando na casa de Elísio Santana. E aí você pode imaginar a abertura política que isso me proporcionou: Fernando [Santana], Deputado Federal da mais alta relevância, de importância nacional, com uma projeção incrível, uma importância muito grande. Jarbas, nessa época presidente da UBES, morando no Rio, mas vindo freqüentemente à Salvador, e convivendo com essas pessoas todas, não é. [...] Então eu convivi muito nesse meio. E aí eu participei, durante esse ano, de um evento que me deu uma dimensão muito grande da vida política nacional, das implicações, que foi a campanha da legalidade. Então eu estava em Salvador, estudando para o vestibular, quando aconteceu, 1961, não é. Então o afastamento de Jânio e aquelas medidas todas tomadas para impedir a posse de Jango, e a 'cadeia da legalidade', aquela movimentação estudantil para garantir a posse de Jango. Então eu me lembro, foram mais de quinze dias entre a saída dele da China até chegar ao Brasil, e aqui a resistência que se fez para impedir a posse dele. A trincheira era na Faculdade de Medicina ali no Largo do Terreiro, a Faculdade se situava ali, ainda funcionava ali, e toda a resistência universitária e secundarista foi montada ali, então toda a movimentação, a gente se movimentando da Faculdade de Medicina, lá do auditório, até a prefeitura, onde é hoje a Câmara de Vereadores [...]. Então eu participei muito, eu vivi, naqueles dias não teve estudo, não tinha estudo, muito mal ia correndo para a aula que tinha e corria para a Faculdade para ver o que é que estava acontecendo e tentar acompanhar aquela cadeia de rádio que Brizola começou lá no Rio Grande do Sul, e a gente ficava o tempo todo antenado com aquilo ali para saber o que é que estava acontecendo, se ia haver a posse ou não; então esses movimentos políticos da época eu participei de todos, os movimentos culturais também porque a Bahia nos anos 60 era uma cidade culturalmente muito ativa, então muita coisa acontecia na Universidade Federal da Bahia em termos de teatro, música, então era um movimento cultural muito rico, muito rico. Então eu já começo a participar em 1961 e aí veio o vestibular, que se fazia naquela época em fevereiro, e eu fui muito bem sucedida, passei em segundo lugar com uma média altíssima e aí me dei bem, já entrei na faculdade assim 'de grande' e, ao ingressar na faculdade, eu já tinha muitos vínculos, muitos vínculos porque eu já conhecia todo mundo no movimento universitário, todo mundo do movimento universitário já estava ali, já fazia parte, eu já fazia parte daquele mundinho, e aí foi um passo para entrar também no diretório, ainda no primeiro ano, no

final do meu primeiro ano na faculdade eu já estava no diretório, só que eu não permaneci muito tempo. Na Faculdade de Filosofia, fui para o diretório acadêmico, participei e aí nunca mais me desvinculei do movimento estudantil nem da luta política (entrevista concedida à autora, Feira de Santana, fevereiro de 2009).

O ano em que se desenrolou o “I Seminário da Reforma Universidade”, foi de muita agitação para os estudantes baianos que teriam se envolvido, conforme o testemunho acima, na “campanha da legalidade” pela posse do vice-presidente após a renúncia de Janio Quadros, no mês de agosto daquele ano. Os acontecimentos estudantis do ano seguinte, 1962, seriam apenas uma continuidade do movimento e de seu fortalecimento.

A perspectiva de inserção na realidade situava a “Reforma Universitária” como “um imperativo na erradicação do analfabetismo” (cf. Unidade, in Jornal da Bahia, 06/07/1962), no bojo das discussões das “Reformas de Base” para o País. Já no ano de 1961, a Universidade da Bahia havia constituído comissão de professores¹²⁴ para elaborar a proposta de reforma na instituição, tanto nos termos da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, aprovada no mesmo ano, mas, sobretudo, diante das pressões do movimento estudantil interno ao Estado. Participou dessa Comissão o professor Jorge Calmon, na época redator chefe do Jornal A Tarde, que em abril de 1962 seria um dos articulistas da interiorização do ensino superior na Bahia.

A discussão por reforma universitária no Estado encaminhada pelos estudantes baianos formalizou-se através do 1º Seminário Estadual de Reforma Universitária, instalado em 15 de junho de 1962 (Cf. Unidade, in Jornal da Bahia de 15/06/1962). No Jornal da Bahia de 16/06/1962 anunciou-se que o “objetivo principal” desse 1º Seminário seria “debater, inclusive com a participação de professores, os problemas ligados à reformulação estrutural da universidade” e as conclusões dos debates seriam entregues aos reitores das universidades da Bahia e à Católica.

Por outro lado, esses acontecimentos políticos ocorriam em cenário do ensino superior baiano também modificado. Além da expansão da universidade federal, destacavam-se a Escola Baiana de Medicina, criada em 1950, no antigo espólio da Santa Casa de Misericórdia e agregada para a formação da Universidade Católica do Salvador, reconhecida em 1961, ambas particulares. A organização inicial dessa

¹²⁴ Cf. Marques, Maria Inês UFBA Na Memória: 1946-2006. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. p.120.

Universidade Católica, afora o curso de medicina, agregava os seguintes cursos: Faculdade de Filosofia, Faculdade Direito, Escola de Serviço Social e Faculdade de Ciências Econômicas.

Datam do começo dos anos de 1960 a ampliação das discussões e as lutas por interiorização da universidade na Bahia, no âmbito das quais, na gestão de Albérico Fraga, foram implantados Seminários Livres de Música em Itabuna e em Feira de Santana, como parte da programação de extensão cultural da Escola de Música da Universidade da Bahia. No Sul do Estado, onde se localizava o pólo agroexportador da economia baiana, ocorreram as primeiras iniciativas de implantação de ensino superior no interior baiano. Primeiro, uma Faculdade de Direito na cidade de Ilhéus deu início às suas atividades em 1961. Neste mesmo ano passaria a funcionar a Faculdade de Filosofia de Itabuna, onde também foi implantada, em 1967, uma Faculdade de Ciências Econômicas.

Por outro lado, ainda no início dos anos 1960, o governo estadual instituiu no Norte da Bahia, na cidade de Juazeiro, a Escola de Agronomia de Juazeiro, através da Lei 1.537 de 26 de outubro de 1961, como um órgão da Secretaria de Agricultura. Um ano depois essa Escola passaria a chamar-se Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, após incorporação de faculdade particular com este nome (a Lei 1.800 de 03 de setembro de 1962 consumou a referida incorporação e alteração do nome).

Assim, até a primeira metade da década de 1960, o imenso interior da Bahia contava apenas com duas instituições de ensino superior voltadas para a área agrícola, de caráter público estadual (uma delas federalizada em 1962), e mais três faculdades particulares situadas na Região Sul. Todavia, eventos como a criação e implantação da UnB, reforçados pela ação estudantil no estado baiano, deixariam rastros, e sugestões de interiorização da universidade brotaram, sendo a principal delas a proposta de implantação de Universidade Rural. De resultado concreto neste sentido, ainda no final do governo de Juracy Magalhães foi instituída Lei Estadual nº 1.802 de 25 de outubro de 1962, deliberando a criação de seis faculdades de filosofia no Estado: em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro. Ainda no início da administração de Lomanto Junior, no bojo das demandas dos movimentos por educação superior, foi criada uma comissão visando a implantação de uma “universidade do interior” (Diário de Notícias, 23 de

agosto de 1963, p. 5), a crise política com o golpe militar inviabilizou o prosseguimento dessa iniciativa.

O golpe de 1964 redesenharia a oferta de ensino superior na Bahia; a Universidade Federal local será uma das primeiras a instituir a reforma universitária assumida pelo regime militar. Novos institutos foram criados, ainda em 1968, nessa instituição: Instituto de Geociências, Instituto de Física, separando-se da Matemática; Instituto de Biologia; Instituto de Letras; a Faculdade de Educação.

A gestão do governo estadual iniciada em 1967, a rigor a primeira administração montada com perfil genuinamente “revolucionário”, imprime mudanças significativas no campo do ensino superior que modificara o perfil da oferta estadual nas décadas subsequentes. O ponto de partida foi desativar as ações desse nível de ensino no âmbito da Secretaria de Agricultura, que deveria ocorrer com a transferência para a Ufba das duas unidades de ensino “agropecuário”: Escola de Veterinária e a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco. Consumando-se apenas a incorporação da Escola de Veterinária da Bahia, já em 1967, cujo imenso patrimônio favoreceu a significativa ampliação da Universidade Federal, que incorporou a área que hoje corresponde ao campus de Ondina. A faculdade situada em Juazeiro, contudo foi transferida para a esfera da Secretaria Estadual de Educação. Embora o governo, através do Diretor do DESC, tentasse associá-la à Faculdade de Agronomia de Cruz das Almas, a incorporação não se efetivou em razão da precariedade observada.

No tópico seguinte é apresentado o cenário em que se configurou o processo de interiorização do ensino superior na Bahia sob a égide do regime militar.

4. 3 O Governo Baiano no Campo da Educação e da Cultura

Antes do Ato Institucional nº5 continuaria intensa a movimentação artística e cultural no País, o que gerou uma também intensa produção na área. Muito embora a concentração maior dessa produção se verificasse no Sudeste do País, na Bahia eram registradas diversas manifestações no teatro, cinema, artes plásticas. Nesse ambiente de efervescência, aconteceria em Salvador a I Bienal Nacional de Artes Plásticas, em 1966, com a colaboração da então Secretaria de Educação e Saúde, pasta ocupada por Alaor Coutinho.

No ano seguinte, início da gestão de Luis Viana Filho como governador “eleito” pela Assembleia Legislativa, uma reforma administrativa se efetuou e, por

consequência, a referida Secretaria, desvinculada da Saúde, passou a assumir as questões da cultura – doravante se chamaria Secretaria de Educação e Cultura - SEC. Acompanhando as políticas federais, criou-se o Conselho Estadual de Cultura, ao lado de um Conselho Estadual de Educação. No âmbito dessa política mais ampla criou-se um órgão específico no interior da referida Secretaria, que trataria ao mesmo tempo das questões da cultura e do ensino superior no Estado, o DESC, Departamento de Ensino Superior e Cultura, cuja coordenação coubera a Luiz Henrique Dias Tavares – historiador conhecido no ambiente acadêmico, como Luiz Viana, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, dirigia o Arquivo Público da Bahia. Outra novidade capital nas mudanças da estrutura da SEC foi a definição de políticas de modo planejado, que foi consubstanciado em um projeto específico, que requereu a criação de um centro de planejamento da própria Secretaria. Elaborou-se o Plano Integral de Educação e Cultura, o PIEC, visando contemplar os assuntos pertinentes às áreas tão sensíveis à ditadura (no caso da cultura) e no ambiente local das políticas sociais clientelistas até então vigentes (pensando-se na questão educacional).

A preocupação do governo Viana Filho com o ensino superior nasce, portanto, articulada a um projeto mais abrangente. Além de respeitado intelectual no campo universitário baiano e nacional, o governador da Bahia procedia de uma carreira política conhecida no Estado, tanto por herança familiar quanto por sua atuação na Câmara federal, desde os anos de 1930¹²⁵. Na condição de um dos mais ativos membros da UDN, braço partidário do golpe militar, atuou na linha de frente do processo de assunção pelos militares da gestão dos negócios do Estado brasileiro. Da condição de Chefe da Casa Civil do governo Castelo Branco, em 1964, dois anos depois, seria o “candidato natural” ao governo da Bahia, da gestão iniciada em 1967 (finda em 1971). O Secretário de Educação e Cultura escolhido seria, nada menos, do que o sucessor de Viana na Casa Civil no período em que este se afastou para “concorrer” à eleição indireta de governador (1966-67): Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito. Amigo de Viana desde essa época, Navarro de Brito era conhecido nos meios intelectuais baianos como jurista e professor da Universidade da Bahia. De acordo com a memória de Luiz Henrique Dias Tavares:

¹²⁵ Luis Viana Filho era membro da Academia Brasileira de Letras, exerceu mandato de deputado por seis legislaturas, seu pai era o Conselheiro Luiz Viana, que governou a Bahia entre 1896 e 1900.

[...] Luiz Viana não conhecia Navarro, porque Navarro era muito ligado a Aliomar Baleeiro e foi Aliomar Baleeiro¹²⁶ quem o levou para ser o Secretário do General Humberto Castelo Branco, aí é que as amizades com Luiz Viana se criaram, cresceram com respeito e admiração. A constituição de 1968 tem uma participação enorme de Luiz Navarro, enorme mesmo, porque ele era um estudioso do Direito, o que ele opinava ele opinava sabendo, porque ele tinha estudado.

Sobre essa proximidade o próprio Luis Viana Filho confirma e esclarece, no “Prefácio” de livro póstumo de Navarro de Brito (1991): “Conheci-o desde a época em que, muito jovem, trabalhara com Aliomar Baleeiro, na Secretaria da Fazenda [do Estado da Bahia, de 1959 a 1960], e pudera aquilatar-lhe as virtudes de inteligência e de cultura”. Como se sabe Baleeiro foi um dos mais próximos colaboradores de Castelo Branco e na época ocupou o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na Bahia, equipe mais coesa e articulada, conhecedora da “missão” que deveria desempenhar, provavelmente, não existiria similar no País. Detentores de inigualável capital simbólico¹²⁷, no plano político, os principais agentes da gestão do campo educacional e cultural baiano reuniram, naquele ambiente histórico, condições de implantar as mudanças que lhes pareciam necessárias e convenientes com quase nenhuma ressalva.

Nos idos de 1967, a ditadura militar esforçava-se ainda para manter uma aparência de legalidade (cf. define Gaspari (2002) tratava-se ainda de uma “ditadura envergonhada”) a própria eleição/nomeação de Viana poderia parecer para muitos um alento por renovação perante uma política local tradicionalmente clientelista, de herança oligárquica, e de processos eleitorais muitas vezes viciosos. Outra justificativa que pairava e, quem sabe, para dirimir reações que por ventura viessem contestar a referida “eleição”, residia na questão da falta de “solução de continuidade” das administrações, que “traziam muitos prejuízos, pois tinham sempre que começar do zero, a cada início de mandato”, argumentava-se. Por outro lado, a própria posição de Viana no cenário político e intelectual da Bahia o creditava para as funções de governador escolhido pela via indireta. Assim, desde as primeiras medidas essa gestão procuraria não decepcionar, na demonstração de agilidade administrativa no sentido da eficiência do planejamento, pois se visava

¹²⁶ O jurista baiano Aliomar Baleeiro foi um dos conselheiros próximos à Castelo Branco, e assumiu uma das cinco cadeiras do STF criadas nessa primeira gestão militar. Baleeiro figura como um dos ministros do Supremo que respaldou o AI-5, de dezembro de 1968, embora tenha assumido posteriormente posição a favor do estado de direito (o AI-5 foi revogado em 1978).

¹²⁷ Cf. Bourdieu (2005), op.cit.

construir um “Brasil grande” e modernizado. A criação do Centro Industrial de Aratu; medidas para implantação do pólo petroquímico na região de Salvador, reivindicado por Viana quando deputado, antes mesmo do golpe militar¹²⁸; a expansão industrial para o interior, com a criação do CEDIN em Feira de Santana; a criação de faculdades de formação de professores e da Universidade de Feira de Santana, foram marcas dessa administração.

O convívio e a proximidade dos principais agentes baianos da administração estadual com as movimentações palacianas do governo da união no sentido de incrementar a cultura nacional e as tessituras, rumo a mudanças significativas na educação nacional, reivindicadas desde antes do golpe militar, por certo alimentaram e serviriam de fundamento para implementação das ações desenvolvidas na Bahia. Luiz Henrique Dias Tavares, em memória atualizada afirma que o PIEC “é da criação e da responsabilidade” de Navarro de Brito, ou conforme argumenta:

No Plano Integral de Educação e Cultura eu não participei [da elaboração]; este plano é, todo ele, da responsabilidade, da criação do professor Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito, grande Secretário de Educação do Estado da Bahia [...]este plano ele o trouxe, apresentou ao Governador Luiz Viana Filho que discutiu alguns pontos com ele e aprovou. Deste Plano eu não participei; eu fui convidado pelo professor Navarro para ocupar o Departamento de Educação Superior e Cultura, eu era, na ocasião, já o diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia, e a minha atividade no Arquivo estava aprovada também pelo Governador Luiz Viana, pelo Secretário, que era o Secretário de Educação – ele tinha completa autonomia para escolher os seus auxiliares e ele também me manteve no Arquivo, mas fez absoluta questão que eu ocupasse a diretoria do Departamento de Educação Superior e Cultura [DESC], e assim foi. **Este plano é da criação e da responsabilidade de Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito** (Luiz Henrique Dias Tavares, entrevista concedida à autora, Salvador, em 2009).

A concepção do projeto, sem dúvidas coube ao próprio Secretário de Educação e Cultura que, logo “nos meses iniciais da administração” apresentou o “Plano de Emergência”, de acordo com Luis Viana Filho (Prefácio, in Navarro de Brito, 1991): “todo ele elaborado por Navarro de Britto e preâmbulo do Plano Integral de Educação e Cultura”. Para desenvolvê-lo, de fato o Secretário montou uma equipe de trabalho, pois, de acordo com suas credenciais, “tinha completa

¹²⁸ Na entrevista ao jornal A Tarde de 10/04/1962, o deputado Luiz Viana Filho defendia a implantação do pólo petroquímico em Salvador como forma de reduzir o desemprego na capital, perante a proposta da Petrobrás de instalá-lo na Ilha de Madre de Deus, “sede do terminal marítimo e onde existem inegáveis facilidades de transporte, além da proximidade da Refinaria de Mataripe”. Argumentava que: “[...] o assunto não pode e não deve ser resolvido levando em conta apenas fatores de ordem técnica, que, embora importantes, não são únicos [...], tratando-se da Petrobrás, que é uma empresa do governo, tem, indiscutivelmente, uma função social a atender”.

autonomia para escolher seus auxiliares”, tanto no sentido de empreender reforma no âmbito da referida Secretaria, quanto empreender mudança significativa nas propostas e práticas de gestão dos negócios da educação baiana. Além de Dias Tavares, dirigindo o DESC, entre os auxiliares escolhidos encontrava-se o Prof. Joaquim Vieira de Azevedo Coutinho Neto, no cargo de diretor do “Centro de Estudos e Planejamento”, o CEP, setor essencial para a nova área de planejamento, que doravante se desejava implantar na SEC. Acerca da experiência adquirida na área de planejamento, Prof. Joaquim Coutinho assim explica:

[...] aqui uma observação que eu havia me esquecido, a da Sudene. Eu vim da Sudene. Ainda profissional do Estado [da Bahia], eu fui convidado para atuar na área de planejamento educacional da Sudene com o professor Celso Furtado, Nailton Santos, em Recife, e aí nós moramos algum tempo até quando o golpe nos tirou de lá. Fazia parte da equipe da Sudene, que foi considerada subversiva, comunista etc. e aí nós fomos aliados e fomos buscar outros caminhos e andamos por aqui, por ali, acolá... Mas o fato é que ali foi uma grande escola porque eu fiquei com Antonio Cabral de Andrade, também baiano, e outros colegas, Nailton Santos, irmão de Milton Santos, nós ficamos responsáveis pelo planejamento da educação do Nordeste; a Sudene com a proposta de renovação, de criação, idéia de Celso Furtado, então nós ficamos um pouco voltados para ver o que fazer com o planejamento da educação no Nordeste brasileiro. [...] (Joaquim Coutinho. Entrevista concedida à autora, Salvador, 16 de março de 2009)

Quando perguntado sobre sua participação na Secretaria de Educação, com o PIEC, falou de sua experiência na Unesco, enquanto a lembrança traumática do golpe militar contra os integrantes da Sudene foi uma “observação” esquecida, pois outro evento do mesmo quilate ocorreria muito próximo, algum tempo depois seria, na prática, deportado do País junto com o Secretário. Coutinho Neto, além de, na época, professor recém concursado da Universidade da Bahia, na nova Faculdade de Educação que estava sendo organizada, trazia a vivência na entidade comandada por Celso Furtado. Com o golpe militar foram afastados dessa instituição tanto o Celso Furtado como assessores próximos e técnicos. Portanto, o ex-técnico da Sudene assume a direção do CEP na condição de especialista em planejamento, considerando que era muito clara a proposta do governo, conforme salienta Luis Viana Filho em sua versão, escrita em 1991:

Ao assumir o governo da Bahia, em 1967, trazia eu a convicção de que **somente através da educação lograríamos decifrar o famoso enigma baiano, cuja solução, no fundo, consistia em substituir a velha estrutura agropastoril por uma civilização industrial** que devia, necessariamente, se apoiar na educação. Com esse objetivo convidei Navarro de Britto para ser o Secretário da Educação (Luiz Viana, in Prefácio, 1991).

Além de uma grande equipe de especialistas (nomeados ao final do II Volume do PIEC) e técnicos, o então Secretário Navarro de Brito contaria com a consultoria de organismos internacionais na elaboração desse projeto educacional para a Bahia, através do “perito da UNESCO” Jacques Torfs, do representante da USAID, Albert Hamel; e do próprio MEC, por Teodolindo Cerdeira. A dinâmica empreendida à nova Secretaria de Educação e Cultura da Bahia por seu titular mostraria a firmeza de propósitos na perspectiva da mudança na área de educação, esta concebida como “fator de desenvolvimento” essencial aos avanços da economia baiana, dando por decifrado o seu “famoso enigma” ao abrir caminhos para uma “civilização industrial”, mediante a escrita do governador.

Os caminhos do planejamento elaborado e a perspectiva do ensino superior para Feira de Santana são descritos por Joaquim Coutinho, de modo mais atualizado, da seguinte forma:

No ensino superior a educação estava muito limitada à Universidade Católica, à Universidade Federal e a Faculdade de Educação [Olga Metting]. Então **a idéia era um tanto ambiciosa porque havia um desafio muito grande do ensino elementar, que viria a ser dominado pelo ensino fundamental e o ensino médio, 2º Grau**, que hoje também voltou a se chamar ensino médio, **havia uma pressão muito grande para a criação desses estabelecimentos e numa época em que se discutia que tipo de estabelecimento deveria ser para ensino médio**, se era um ensino puramente, digamos, um ensino intelectualizado, ou um ensino voltado para o trabalho. **E aí pensando em Anísio e na experiência dele no Rio, em Brasília e também no caso, pensamos nos Centros Integrados de Educação**¹²⁹. Que você conhece muito bem, não é? Foi essa uma experiência de alto custo etc. **Mas a pressão pelo ensino superior era muito forte**, não só por questão de status, mas porque também a população crescia e se imaginava que o ensino superior poderia ser a resposta para emprego, para melhoria das condições de vida e essa ilusão que ainda existe por aí do ensino superior. **Aí começamos a pensar nas Faculdades de Formação de Professores** porque achamos que seria o primeiro passo e aí foram identificados alguns pólos, alguns municípios que poderiam ser. Mas Feira de Santana... O Sul despontava com a UESC antecipando até mesmo aquela instituição... [tentando lembrar], ou era federação ou fundação, que existia no Sul. Como é o nome daquela instituição...? Antes da UESC existia uma instituição no Sul [refere-se à Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI] (Joaquim Coutinho. Entrevista concedida à autora, Salvador, 16 de março de 2009)

Postas as considerações acima sobre os elementos principais que permeavam a ação da Secretaria de Educação, o entrevistado completa:

E Feira de Santana, eu me lembro, que foi inclusive um dos pólos educacionais onde se mostrava com uma possibilidade de início de um

¹²⁹ Ainda na gestão de Luiz Viana Filho foi criado em Feira de Santana um desses Centros Integrados, localizado no bairro do Sobradinho: o “Centro Integrado Assis Chateaubriand”.

ensino superior, aí me lembro muito bem do esforço daquele médico Geraldo Leite. Geraldo Leite foi um grande batalhador. **Eu era diretor do Centro de Estudos e Planejamento, e o professor Geraldo estava constantemente aqui em contato, e ao lado dele tinha outras pessoas;** das pessoas que eu me lembro tinha a professora Yara, que também foi uma pessoa que esteve sempre ao nosso lado, Yara, e outros que se juntaram em momentos diferentes no sentido de se buscar a criação de uma escola de ensino superior em Feira de Santana. **Parece que naquela época, por conta da formação de Geraldo, se pensou numa Faculdade de Medicina, uma escola de medicina, mas o fato é que daí começou toda uma movimentação, um apoio que foi dado, alguns não acreditavam;** tem também aí Edivaldo Boaventura que também deu uma contribuição muito grande nestes momentos, não só de lá da Faculdade, mas como foi uma pessoa que teve muita disposição, coragem e iniciativa para abrir o ensino superior criando diversas escolas no interior, onde não se acreditava que podia ser possível, que era inviável e hoje nós temos a UNEB, uma grande Universidade como também em Feira de Santana a UEFS que é uma grande Universidade. Não é verdade? (Joaquim Coutinho, idem, 2009)

Neste depoimento de Joaquim Coutinho já percebemos elementos de contradição que emergiram no processo de elaboração daquele planejamento educacional que vingava na Bahia: de um lado as intenções e reivindicações partidas de Feira de Santana e, de outro lado, os critérios e encaminhamentos que a Secretaria de Educação procurava articular. A proposta governamental de Universidade para o Sul do Estado e as propostas nascidas em Feira de Santana, em que “alguns não acreditavam”, são questões que se antagonizavam naquela época.

O Plano de Emergência e o PIEC foram elaborados num momento de transições em que foram instituídas a “Reforma Administrativa” da União e no próprio Ministério da Educação e Cultura onde o planejamento era posto como o elemento crucial para elaboração das políticas de educação e cultura. A Leitura dos Anais da “III Conferência Nacional de Educação¹³⁰” realizado em Salvador, em abril de 1967, possibilita melhor entendimento das articulações da proposta educacional baiana com os trâmites federais nas áreas referidas e as propostas dos Planos elaborados. A ocorrência daquela “Conferência” em solo baiano logo no primeiro mês da gestão de Viana Filho também daria aos novos agentes da SEC o aval necessário para desenvolver as iniciativas que levariam à tessitura do Plano local, o PIEC. Por outro lado, durante o ano de 1967 foram produzidos pela gestão de

¹³⁰ Essas conferências nacionais de educação foram instituídas pelos militares em novembro de 1964 (Decreto nº 54.999), já encaminhando diversas questões que estariam inscritas nas reformas educacionais posteriores, pois nelas estaria reunido, além do *staff* do MEC, o CFE, os secretários de educação de todos os Estados, representantes dos conselhos estaduais de educação e do Fórum de Reitores, etc., também contavam com a participação de representantes de organismos internacionais que exerciam atividades de assistência técnica ou financeira à educação no País, na condição de “observadores” (Cf. Decreto citado).

Navarro de Brito, além do “Plano de Emergência”, a “Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia”, que trata da “gratuidade do ensino e outros direitos à educação” (Lei nº 2463 de 13/09/1967), efetivou-se a “Reforma Administrativa da SEC”, que, entre outras medidas, estabelecia a criação de novos setores de planejamento e de ensino superior e cultura, e instituiu a descentralização administrativa dos serviços de educação e cultura, com a criação das “Regiões Educacionais”¹³¹ (Lei nº 2464 de 13/09/1967), o “Estatuto do Magistério Público da Bahia” foi elaborado, com o intuito de arquitetar uma política voltada para o magistério (aprovado em fevereiro de 1968). A culminância foi o “Seminário de Diretrizes”, convocado para novembro de 1967:

Como providência preliminar foi preparado um documento básico ‘Diretrizes do Plano Integral de Educação e Cultura da Bahia’, oferecido ao exame crítico de especialistas de todo o país e do exterior no Seminário de Diretrizes [...].

Reunindo representantes do Conselho Federal de Educação, SUDENE, UNESCO, Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica, USAID, além de outras entidades e instituições educacionais e culturais, apreciou o conclave as premissas para elaboração do programa de ação do setor educacional.

Sendo pacificamente aceito o postulado do planejamento como atividade contínua e sistemática, integrado com os demais integrantes do governo do Estado e com os programas educacionais da região e do país [...] As conclusões do certame informam o Plano Integral de Educação e Cultura, em termos de diretrizes gerais e setoriais (PIEC, 1968, Volume I, p. 20).

Afora esses elementos, o PIEC também foi precedido de estudo sobre “polos de desenvolvimento”, com o fim de orientar “cientificamente” a aplicação dos recursos, procurou-se identificar as “regiões com real vocação desenvolvimentista no Estado” (p.21). Outra ação precedente foi a realização de um “planejamento para o ensino médio”¹³², resultado de “convênio entre o Ministério de Educação e Cultura, CONTAP e o governo do Estado da Bahia”, que visava aumentar a “taxa de expansão do ensino médio estadual” e, ao mesmo tempo, “conseguir uma expressiva melhoria da qualidade do ensino” (p.20). Esse Plano para o ensino médio além dos recursos estaduais (mais ou menos 60% do valor total) entrariam os recursos do “MEC/CONTAP, P.N.E. e organismos internacionais”. Sobre o orçamento lê-se no texto do PIEC o seguinte:

Toda a programação [para o ensino médio] está vinculada ao incremento dos **recursos para a educação, estimado em 2% a/a até atingir o teto de 30% do orçamento global – compromisso governamental básico à efetivação do convênio** (PIEC, Volume I, p.21).

¹³¹ Foram criadas dezenove regiões educacionais distribuídas em todo o Estado (PIEC, Volume I, 1968, p.42)

¹³² Compreendido na época como sendo o “1º ciclo”, as quatro séries do curso ginásial, e o “2º Ciclo”, três séries do que corresponde hoje ao atual ensino médio.

Esta passagem acrescenta elementos à reflexão sobre a proposta de oferta de ensino superior contida no PIEC, que, conforme se pode observar, encontrava-se articulada à ampliação do ensino médio de então, pois era esperado o incremento nos investimentos educacionais ao “teto de 30% do orçamento global [do PIEC]”. Algo que não ocorreu como se previa, mas nos fornece a dimensão do que vislumbrava os planejadores e os gestores da/na época.

A expectativa dos planejadores era de que o PIEC fosse por excelência um “agente de mudanças”, que deveria contribuir “para uma grande transformação na estrutura sócio-econômica da Bahia” (conforme consta na “Apresentação”, vol. I). Neste sentido, as atividades planejadoras da SEC mobilizariam também o preexistente aparato governamental de planejamento: a Fundação Comissão de Planejamento Econômico da Bahia¹³³ e o Departamento Estadual de Estatística, mais o IBGE e o Laboratório de Geomorfologia da Universidade Federal da Bahia (p.14). Ou seja, o referido PIEC foi um arrojado projeto educacional para o Estado baiano, que antecipou mudanças que só apareceriam na Lei educacional nº 5692, instituída em 1971. Tal aspecto, demonstra o vínculo orgânico da administração e de seu principal legislador no âmbito educacional, o Secretário Navarro de Brito, com a elaboração das políticas e leis que estavam sendo tecidas no contexto do regime militar (que tinha em Aliomar Baleeiro um dos principais nomes).

A construção do PIEC não foi uma empreitada isolada, requereu envolvimento diversos, inclusive de organismos internacionais, e implicou no desenvolvimento de vários passos, conforme confirmação de Joaquim Coutinho Azevedo, que vivenciou o processo:

Com todo aquele trabalho, primeiro a busca de informações, uma base estatística razoável dentro do que era possível, o estabelecimento de prioridades, tentando estabelecer, orientar, a educação para um plano de desenvolvimento [econômico] que se estava prevendo, pelo menos percebendo que poderia acontecer na Bahia (Joaquim Coutinho. Entrevista concedida à autora, Salvador, 16 de março de 2009)

De fato, foram consumidos quase dois anos de trabalho (iniciado em 1967 teve a aprovação final do Conselho Estadual de Educação no final de setembro de 1968), no PIEC foram traçadas diretrizes que visavam a articulação com plano de desenvolvimento econômico no qual a educação seria a chave mestra. Ou seja,

¹³³ Trata-se da antiga CPE e atual SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, autarquia ligada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia.

previa-se a “reorientação do ensino”, visando formar “recursos humanos requeridos pelas atividades produtivas, em função dos imperativos sócio-econômicos do desenvolvimento”. Entre os pressupostos que informavam as diretrizes traçadas destacam-se: a ampliação da oferta que seria determinada de acordo com as “áreas prioritárias¹³⁴” definidas pela administração estadual, “em sua ação desenvolvimentista, visando maior urbanização”, e a atuação do governo estadual na **área do ensino superior** “seja por si ou através de convênios com outras instituições” (p. 22-24), objetivando:

- a) Colaborar para **a ampliação e melhoria das unidades e ensino superior, que visem a preparação de profissionais requeridos aos setores econômicos**, vinculados ao desenvolvimento do Estado;
- b) **Criação em áreas estratégicas do Interior do Estado, de unidades de ensino superior destinadas à licenciatura de professores de 1º ciclo, através de um sistema flexível de organização que permita, inclusive, a graduação mediante créditos** [preconizado no modelo da UnB]. (PIEC, p. 24);

Como corolário dessas diretrizes previa-se, além da implantação no Interior de quatro unidades de cursos de licenciatura para formação de professores de 1º ciclo do ensino médio, a estruturação da Universidade do Sul da Bahia; bem como se pretendia o estabelecimento de condições para a ampliação e o perfeito funcionamento da Escola de Agronomia do Médio São Francisco e a criação da Escola Superior de Educação Física do Estado da Bahia. Questionados foram no Conselho Estadual de Educação tanto as possibilidades limitadas de execução dessas metas físicas quanto os objetivos imediatos de vínculo com a economia. Isto é, não passou despercebido pelo referido Conselho as contradições e ambiguidades do PIEC, quando da apreciação da sua “Versão Preliminar”, cuja versão final cumpriria ao mesmo aprovar (os Pareceres encontram-se anexos ao vol.II, do PIEC, 1969, p. 97-153).

O Parecer específico sobre o ensino superior parte do reconhecimento da justeza da priorização dos níveis iniciais da educação no Plano, mas observa que a Bahia apresentava na ocasião uma baixa escolaridade em todos eles e “negar ao ensino superior o devido tratamento seria agravar ainda mais o quadro atual” (vol. II, p.127). Para justificar tal afirmativa os pareceristas (Conselheiros Mons. Eugênio

¹³⁴ As áreas prioritárias foram definidas a partir da determinação dos “pólos de desenvolvimento” estabelecida por critérios diversos (p.33), que classificou os municípios em cinco “estágios de desenvolvimento”. Ou seja, o maior ou menor investimento nos municípios dependeria dessa classificação, aferindo, desse modo, o “potencial de desenvolvimento” dos mesmos (p. 32-40). De acordo com esse critério Feira de Santana, Alagoinhas, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista e mais trinta e oito municípios estariam no “segundo estágio de desenvolvimento”.

Veiga, “relator”, e Antonio Pithon Pinto) apresentam dados estatísticos que demonstram a “real situação da Bahia no setor educacional”, que, do ponto de vista dos mesmos, para compreendê-la “**bastaria uma simples comparação com dois Estados vizinhos, Pernambuco e Minas Gerais, e dois de maior escolaridade, durante o período de 1953 e 1966**” (idem). Para melhor elucidação, atentemos, então, para os dados informados no referido Parecer:

| | [M A T R I C U L A S] | | | | | |
|---------------------|-------------------------|--------|-----------------|---------------|------------|-----------------|
| | 1 9 5 3 | | | 1 9 6 6 | | |
| | Primário * | Médio* | Superior (%) | Primário * | Médio * | Superior (%) |
| <i>Pernambuco</i> | 571 | 111 | 11, 1 | 1.191 | 223 | 21 |
| <i>M. Gerais</i> | 880 | 145 | 6,6 | 1.623 | 290 | 18,6 |
| <i>São Paulo</i> | 935 | 391 | 12,9 | 1.313 | 454 | 31 |
| <i>R. G. do Sul</i> | 962 | 232 | 9,7 | 1.586 | 363 | 36,4 |
| <i>Bahia</i> | 470 | 74 | 4,1 | 912 | 166 | 11,3 |

* 1 (um) aluno para 10.000 habitantes (IBGE)¹³⁵

Fonte: PIEC, Anexos.

Tais dados expressavam a “deplorável situação”, numa demonstração de que “se seguia a lentidão dos grupos menos desenvolvidos”, afirmando, que: “na Bahia, a baixa escolaridade do nível superior faz que, aos poucos e sempre nos distanciemos, cada vez mais, dos outros Estados, na razão direta do vagaroso crescimento da matrícula”. No conjunto dos Estados brasileiros, na relação entre universitários e número de habitantes, a Bahia figurava no “14º lugar, de tal modo que se pretendesse elevar-se á média geral, *deveria duplicar a matrícula*” (idem). Ainda de acordo com a argumentação dos Conselheiros do CEE, que compreendiam a urgente necessidade de “líderes competentes que não podiam ser improvisados ou fabricados em série”, vale observar que:

Somando-se, pois, os contingentes oriundos, em escala sempre crescente, dos níveis primário e médio ao atual surto de progresso da Bahia, **o reduzido atendimento ao nível superior certamente irá contribuir para maior “estrangulamento do processo de desenvolvimento” em prejuízo do próprio Estado.**

Acerca das dotações orçamentárias para a implantação das metas assinaladas, no tocante ao ensino superior o governo estadual previa uma preocupante escassez de recursos, conforme constatavam: ao mesmo seriam destinados apenas 2,3% do orçamento total estipulado para o PIEC, enquanto para

¹³⁵ Para melhor visualização e entendimento alteramos a disposição da apresentação desta “tabela”, deslocando para baixo o tópico informativo, que figurava no alto como cabeçalho.

os níveis primário e secundário previam-se, respectivamente, 43,1% e 30,6% (percentuais também eram destinados à cultura e esportes e assistência estudantil). À página 128 do volume II, os Conselheiros citados elaboram um quadro comparativo entre algumas rubricas contidas no Plano e o ensino superior, na tentativa de corroborar o quanto as propostas para esse último careciam de recursos condizentes. Onde, por exemplo, investimentos maiores foram consignados para a área da cultura e da educação física e desportos, tais como: “conclusão do estádio de futebol”; “construção de estádio secundarista”, dentre outras rubricas. Atentemos para a questão seguinte:

Quando só a Escola Superior de Educação Física necessita de NCr\$ 1.000.000, contentar-se-á uma universidade¹³⁶ com NCr\$ 500.000, quando a verba anual, no Orçamento Federal, para as menores Universidades Federais supera toda a verba global do presente Plano para o Ensino Superior? (p. 129, v. II).

Claro está que além da procedência desse e de outros questionamentos, o Mons. Veiga era o reitor da Universidade Católica, e suas críticas insinuavam, por outro lado, que seria mais conveniente o governo investir nessa instituição, “com 1983 alunos”, portanto, grande e, por suposto, reconhecida, do que agregar obscuras instituições isoladas do Sul da Bahia em universidade, vez que as mesmas seriam também particulares. Conforme consenso dos estudos posteriores, a partir desse período da ditadura militar vigorou a prática de se investir o mínimo de recursos na educação pública e ao mesmo tempo alcançar metas quantitativas grandiosas (em detrimento da qualidade), no caso da proposta do governo da Bahia, diferente da maioria dos outros Estados, essa prática começaria pelo ensino superior. De acordo com o texto do Parecer citado:

Apreciadas as dotações previstas, de um modo geral, assim como tantas atividades merecem especial atenção, concretizada em verbas substanciais, *o Ensino Superior poderia ter sido contemplado com igual tratamento unicamente por causa da conexão com o desenvolvimento* (p. 129).

Semelhante teor argumenta o voto em separado de Luiz Rogério, presidente do Conselho:

[...] concordo com o parecer quando sublinha a minimês dos recursos atribuídos ao Ensino Superior, sobretudo quando estes são postos em paralelo com outras iniciativas não prioritárias, ou quando se analisa a disparidade entre as diversas metas, o que implica, a meu ver, no reexame e reformulação do Plano (Idem, p. 131).

¹³⁶ Referência à única Universidade prevista no Plano, para a região cacaueteira, no sul da Bahia, agregando unidades de ensino superior preexistentes na região, Cf. p. 92, volume II, PIEC.

Sobre recurso financeiro, nessa mesma publicação anexa há uma cópia de carta do governador Luis Viana Filho endereçada ao Ministro da Educação, datada de 26 de julho de 1968, onde revela sua preocupação com a redução de verbas federais para os níveis iniciais da educação no estado da Bahia. Vejamos: em relação ao ano de 1967, o governador constatava a redução de 33% para o ensino primário; e mais, “contenções de 20 e 12,55%, nos recursos já previstos para expansão e manutenção da rede do ensino médio”. Essa correspondência faz parte dos “esclarecimentos”, encaminhados ao Conselho, pelo Secretário Navarro de Brito, em respostas às questões e/ou sugestões descritas nos Pareceres das respectivas “Câmaras” sobre o PIEC, cujo parecer final fora exarado por uma “Comissão Especial”, criada em meados de agosto de 1968, composta pelos relatores nas Câmaras: Alexandre Leal Costa, Carmen Spínola Teixeira, Edivaldo Boaventura e Mons. Eugênio Veiga, sob a presidência do primeiro. No aspecto pertinente ao ensino superior do referido Plano, os “esclarecimentos” elencados pelo Secretário melhor elucidam as premissas e prioridades para esse nível de ensino. O primeiro aspecto esclarece que eram “dois grandes setores [prioritários] de inversão do governo em ensino superior – Faculdade de Educação¹³⁷ e Escola Superior de Educação Física – [pois] respondem a inadiável providência como é possível comprovar pela explicitação que aqui submeto a VV. Exas”, conforme escreveu o Secretário Navarro de Brito. As quatro faculdades de formação de professores no interior teriam justificadas suas implantações em razão da

“ampliação da rede de ensino médio – 1º e 2º ciclos, requer de modo urgente e inadiável o recrutamento de professores para o seu provimento e efetivo funcionamento. Significativas inversões estaduais somadas a outros recursos possibilitaram ao governo programar um incremento da matrícula até 1972 [...] implicando [...] na construção de 51 novos ginásios e 20 colégios, além da ampliação e adaptação da rede escolar existente (Idem, p. 141).

Por outro lado, “os apelos às Universidades para que fossem criadas maiores oportunidades para a formação de professores” tiveram boa receptividade, mas “sua elasticidade limitada pela capacidade de recursos humanos a que estão subordinados por imperativos financeiros e viabilidade de recrutamento” (idem, *ibidem*). Em miúdos: “a” Universidade Federal tinha outras prioridades e a Universidade Católica apenas engatinhava e já espezinhava por recursos públicos.

¹³⁷ Essa denominação “Faculdade de Educação” seria assumida nesse momento como estratégia adotada pelo Secretário para facilitar a aceitação do referido projeto em Feira de Santana, nessa época em adiantadas gestões para lá implantá-lo, pois as demais se chamariam Faculdade de Formação de Professores.

Visto acima, no Parecer assinado por Mons. Veiga insinuava-se abocanhar para a mesma os possíveis recursos da Universidade do Sul – para acalmá-lo diz o Secretário no seu esclarecimento: “o estímulo [previsto] deverá sofrer inevitável reajuste ante a necessidade de pessoal docente e de profissionais na área da medicina e saúde pública – a depender dos estudos específicos já em andamento”. O argumento utilizado no próximo “esclarecimento”, abaixo transcrito, possibilita um ângulo possível para dimensionar a amplitude da proposta de ensino superior estadual que se pretendia.

[A solicitação pelo Conselho sobre] Os dados comparativos de recursos financeiros destinados às escolas mantidas pelo Governo Federal com investimentos em ensino superior à cargo do Estado tem pouco ou nenhuma razão de ser, uma vez que, **enquanto cabe ao Governo Federal manter o ensino superior essa é uma obrigação supletiva do Estado.**

Não revelar esses valores, pela solicitude emprestada ao conjunto do documento, ou a Secretaria de Educação não dispunha dessas informações (tais ações restringiam-se ao âmbito da área agrícola, deslocadas para a esfera da Ufba) ou seria uma espécie de “carta na manga” que se pretendia acionar na implementação das pretendidas faculdades, sob pena de colocar à pique os planos de desenvolvimento econômico, que na ocasião se sobrepujam aos interesses, genuinamente, estaduais. Uma vez que os gestores baianos comungavam com a premissa de que o ensino superior seria apenas “uma obrigação supletiva do Estado”, por certo, esperava-se a união arcaria “naturalmente” com boa parte da empreitada “estadual”, que, por sua vez, assumiria o encargo ou “cargo” de formar professores. Tratava-se, pois, de **“obrigações novas inevitavelmente criadas pela ampliação da clientela do ensino médio [prevista no PIEC] criarão uma demanda por professores somente possível de ser respondida através de iniciativa do porte da que se propõe o Governo”**. Ao chamar para si essas responsabilidades o governo baiano incluía, sobretudo, as demandas sociais das camadas médias emergentes, mediante o descrito no documento em foco:

De outra parte, o rápido desenvolvimento e acelerada integração da população interiorana facilitado pelos modernos meios de integração e transporte determinaram uma evolução dos valores culturais, até então tidos como satisfatórios, em favor de aspirações maiores, dentre as quais ganha crescente destaque a melhoria de nível educacional (p. 142).

Outra “providência prioritária” para aquela administração chama atenção na continuidade do citado documento, o “esclarecimento” para a “Escola Superior de Educação Física do Estado da Bahia”, cujo projeto já estaria pronto e teria sido “classificado por especialista internacional, dentre os melhores aparelhados da

América Latina, pelo conjunto de vantagens oferecidas”. Contrasta com o da “Universidade do Estado”, onde apenas argumenta laconicamente que esta “receberá provavelmente dotação bem mais expressiva tão logo seja concluído projeto específico a ser submetido ao Egrégio Conselho de Educação” e tomadas as providencias “referentes aos cursos de pós-graduação exigidos na lei 2521-A para provimento dos cargos de magistério”. Do que é possível depreender naquele momento, agosto de 1968, a criação de universidade não constava das prioridades dos gestores ou planejadores da educação baiana, pelo menos da forma como se articulava a distribuição “racional” da oferta de educação, “esclarecida” no documento. Ou seja, o desenho das prioridades, Faculdade de Educação Física e as Faculdades de Formação de Professores, apontavam direções distintas: a primeira agradaria (provavelmente) as hostes militares e a segunda fazia parte de desenho extraído do “Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária”, segundo o qual seria necessário

[...] **concentrar o aumento de vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social**, notadamente em quatro áreas: **professores de nível médio, a área de maior déficit atualmente;** medicina e outras profissões da saúde; engenharia e outras profissões da área de tecnologia; técnicos intermediários¹³⁸.

Mediante o exposto, no primeiro capítulo a movimentação governamental para implantar universidade no Sul do Estado veio a ocorrer somente após as pressões que redundaram na criação da Universidade de Feira de Santana, ocasião em que a Secretaria de Educação e Cultura passaria a ser assumida por Edivaldo Machado Boaventura, citado integrante do Conselho Estadual de Educação, em substituição a Navarro de Brito.

Portanto, os anos de 1967 e 68 seriam de intensa movimentação nas hostes governamentais da Bahia, em especial a iniciativa de elaboração de uma política setorial para a educação e a cultura, vista, por muitos, como oportunidade rara de o Estado alavancar a oferta educacional perante o tradicional atraso verificado e romper com a estrutura política clientelista que presidia o funcionamento do setor. A respeito do assunto, assim manifestou o principal auxiliar de Navarro de Brito, do setor de planejamento:

Luís Navarro de Brito, Secretário de Educação no governo Luís Viana Filho, quando houve uma abertura e, por intermédio de Antônio Carlos de Andrade, que era amigo íntimo de Luís Navarro de Brito, que vinha do Governo Federal como subchefe da Casa Civil, aí me convidou para fazer parte da equipe dele. **Esse período não foi muito longo porque logo a**

¹³⁸ Apud Boaventura, Edivaldo (1971, p. 103)

perseguição política retornou e, tanto ele como eu, **tivemos novamente que sair do país**. Mas **nesse período Luís Viana, o governador Luís Viana Filho deu uma importância muito grande à educação e convidou o intelectual como Navarro de Brito, cientista político, professor, para ajudar a fazer um trabalho que ele gostaria que fosse feito aqui na Bahia**. E dando, eu diria também, quase que carta branca e nós que entendíamos, então, a educação através de um desligamento, entre aspas, da política, porque isso seria quase que impossível. **Mas para retirar a politicagem da educação, achamos que a única maneira de fazer isso seria “blindar” a interferência política partidária mesquinha e sem propósitos**, que pudessem beneficiar a educação através de um plano, um plano participativo onde envolvemos diversos segmentos, professores, autoridades educacionais, técnicos e também até alguns consultores que apareceram pra conversar com essa equipe, como foi o caso de Anísio Teixeira.

O professor Anísio Teixeira veio e com ele nós tivemos várias reuniões dizendo o que é que nós pensávamos, era um grupo de educadores jovens, e o que é que ele, com experiência de vida, nos aconselhava fazer. Anísio era um grande amigo de Luís Viana, o governador Luís Viana Filho, e por isso deixou os seus afazeres algumas vezes para vir se reunir aqui conosco para discutir os rumos da educação na Bahia (Joaquim Coutinho. Entrevista concedida à autora, Salvador, 16 de março de 2009).

Por certo a inspiração de Anísio Teixeira deveria estar na concepção das Escolas Polivalentes e dos GOT (Ginásios Orientados para o Trabalho), assim como estiveram os “Centros Integrados”, de acordo do informante acima. O mesmo, em sua recente memória, situa Navarro de Brito como uma vítima da “perseguição” política, do mesmo modo que ele, quando afirma: “tivemos novamente que sair do país”. O Diretor do Centro de Estudos e Planejamento da SEC sofreu o trauma da perseguição política por duas ocasiões, conforme assinalamos: primeiro quando saiu da Sudene, em Recife, no momento em que houve uma “limpeza” desse órgão em 1964, e a outra ocasião foi quando teve que afastar-se do País, no final de 1969, antes do término do governo de Luis Viana Filho. Já o caso de Navarro de Brito, afastado do País nessa mesma época, faz parte de uma conjuntura ambígua em que ele mesmo seria um dos fieis colaboradores e emprestava com afinco os seus serviços, mas o seu afastamento deveu-se, sobretudo, a razões que somente o arbítrio excessivo e a intolerância explicam. Sobre o assunto, o governador Viana Filho, no Prefácio supracitado, expõe o seguinte:

[...] Alguns fatos dão a medida do que [Navarro de Brito] teve de enfrentar, talvez menos pelo arbítrio e violência muito em voga em círculos que se acreditavam revolucionários.

Inicialmente, falemos da revista *Porto de Todos os Santos*, publicação da Secretaria de Educação dirigida por Luiz Henrique Dias Tavares. Era modesta publicação [...], despida de qualquer pretensão que não fosse a divulgação cultural. No segundo número da revista, em setembro de 1968, publicou o jornalista Ariovaldo Matos uma entrevista de D. Helder Câmara relativa ao filme *Nordeste, D. Helder acusa*. Foi um deus-nos-acuda, pois o Comandante da Região Militar, um homem bom, simples, o General Abdon considerou a

entrevista altamente subversiva. Creio que o fez com inteira boa fé. [...] A consequência foi fechar-se a revista, que não podia sobreviver sob a pecha de subversiva. [...] Um dos objetivos da Secretaria de Educação era a publicação de obras importantes da cultura nacional. Por essa época o escritor James Amado havia concluído uma antologia das obras de Gregório de Matos. Navarro de Brito, com meu conhecimento e aprovação, resolveu publicar as poesias [...] Não demorou para o ilustre comandante militar comunicar-me que pretendia abrir um inquérito para apurar responsabilidades da publicação que considerava uma ameaça à ordem pública (LUIZ VIANA FILHO).

Palavras que corroboram a indisposição do então comandante militar, na ocasião assumindo e tomando posições no campo político, com relação a um dos principais colaboradores de Viana. Vimos anteriormente, na fala do diretor do CEP, que Navarro de Brito procurou escudar-se da interferência política e partidária “mesquinha e sem propósitos” reinantes no âmbito das ações dos tradicionais gestores da educação baiana. Mas não haveria como “blindar” o fogo amigo, dos “círculos que se acreditavam revolucionários”. E sobre a atitude do referido General, recorda-se Luiz Henrique Dias Tavares, em memória atualizada:

[...] Nesses quadros e nessa altura sucedeu o AI-5, sucedeu a tragédia do treze de dezembro e instalou-se no país uma situação de terror, de perseguição; essas perseguições aqui na Bahia elas tiveram o comando, o capricho do General Abdon Sena, que trazia uma quase que visível prevenção de Luiz Fraga Navarro de Brito. Por que motivo? Porque Luiz tinha sido o Ministro Civil do Presidente Castelo Branco e, certa ocasião, o General Abdon Sena quis uma audiência, que não lhe foi negada, apenas o doutor Navarro foi ao Presidente, disse: “Aí está o General Abdon”. E o presidente disse a ele: “Transmita ao General que eu vou recebê-lo, mas que ele, por favor, espere um pouco”. Esse “espere um pouco” o General Abdon colocou como tendo sido da responsabilidade pessoal de Navarro, e manteve esse capricho, fez dele a razão para ele perseguir Navarro como ele perseguiu. Porquanto eu fui realmente preso na véspera do Natal de 1968. [...]. (entrevista, 2009)

As investidas na área da cultura renderam a Navarro de Brito o débito cobrado pelo general Abdon em razão de contrariedade do mesmo frente ao Chefe da Casa Civil. Bem provável, que a simples existência de um “chefe civil” mediando ou “interceptando” a relação do General Abdon com outro também General, investido do cargo máximo de chefe da República, já seria motivo suficiente para desagradar a hierarquia militar, ou o aparelho militar, independente da pessoa investida nesse cargo – embora não admitisse publicamente, encontrava-se o governador Viana também implicado na referida “perseguição”. O desfecho mais grave, dentre os episódios baianos que protagonizaram os choques entre o campo político e o aparelho militar, ocorreu com a prisão do Diretor do DESC, em dezembro de 1969, em decorrência da censura militar a diversas obras da II Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia (mantendo-a fechada por alguns dias logo após a abertura). Fato que renderia prisão também para o curador dessa Bienal, o artista plástico e

professor da Escola de Belas Artes da UFBA, Juarez Paraíso. E por fim, o afastamento do próprio Navarro de Brito e de seu auxiliar oriundo da Sudene.

Para fazer frente à ingerência do referido militar no campo político baiano, Luis Viana demonstraria habilidade própria dos integrantes desse campo e buscou uma saída honrosa para si mesmo, que foi a designação de seu Secretário para desempenhar “missão” no exterior junto à Unesco, destino também de Joaquim Coutinho, outro membro importante na hierarquia governamental na SEC. Nas lembranças atualizadas de Coutinho, que passou por novo trauma de readaptação após sua volta ao Brasil (a difícil reintegração na Ufba, onde não conseguiu se adaptar à situação encontrada e a necessidade de atualização e a também difícil construção de nova vida profissional), reconhece que sua experiência de exílio ocorreu numa situação um pouco mais privilegiada em relação às levas de brasileiros exilados, com poucas ou quase nenhuma perspectiva, que teve contatos no exterior, mas não menos sofrida que a difícil experiência da aculturação por todos vivida. Situação padecida em parte pelo ex-Secretário Navarro de Brito, afastado do País pouco antes do último ano da sua gestão na SEC, mas reintegrado à Universidade Federal em 1972, ao retornar do exílio forçado, e sofreria as restrições dos últimos atos do regime autoritário, fora preterido, após eleição pelos segmentos internos, em 1984, para o cargo de Reitor da Ufba (Cf. Celma Borges, “Apresentação da Coletânea” de Navarro de Brito, op.cit, 1991).

Equilibrando-se como bom político no cargo de governador da Bahia, Luis Viana, portanto, tomaria as medidas cabíveis na demonstração de seu alinhamento político ao regime, mas assegurando sua hegemonia na direção política da Bahia, que também colocava o general Abdon como um dos dirigentes de proa das decisões de Estado, e; além de “deportar” os incômodos de seu governo, aboliu o aparente pomo da discórdia, através de Lei específica, a Fundação Bienal da Bahia e com ela o fim das exposições provocativas (duro golpe nas artes plásticas locais).

Afora a necessidade de ajustamento com o comando militar, o gestor estadual precisava manter a interlocução com o agrupamento semi-oligárquica de aliados políticos (questão não modificada com a situação de ditadura), que muitas vezes cooperava na aplicação inadequada dos recursos públicos destinados à educação, utilizados como moeda política. Praticava-se ainda o “esbanjamento da escassez”, conforme constatava o próprio Navarro de Brito, posteriormente, em sua reflexão escrita do exílio:

Dezenas e dezenas de escolas construídas na Bahia jamais foram utilizadas. Algumas envelhecem e morrem virgens. Com efeito, tais estabelecimentos foram construídos não em função de uma população escolar existente, mas para abrigar os caprichos dos “coronéis” ou de seus interesses eleitorais. Além disso, enquanto centenas de milhares de crianças esperavam em vão a assistência de um professor em quase todo o estado, encontravam-se em Salvador, sua capital, várias escolas onde o número de docentes deixava supor matrículas superiores de 800 a 1000 vezes as registradas. Ainda aí se tratava de uma exigência de “grandes eleitores” (Navarro de Brito, em artigo original escrito em revista francesa, em 1972, tradução publicado na Coletânea do mesmo autor em 1991, p.10).

Diferente da redação repleta de subterfúgios dos “esclarecimentos” ao Conselho Estadual de Educação, aqui expõe com mais clareza a visão crítica, somente possível pelo distanciamento espacial, onde o articulista classifica essas ações como fruto do “patrimonialismo” inerente ao “subdesenvolvimento” do País. Assim, o clientelismo que medrava no ambiente político baiano, teria sido um tormento para Navarro de Brito, no mesmo texto queixa-se de que “A reforma administrativa que teria podido assegurar à Secretaria [da Educação] um mínimo de resistência a tais abusos foi simplesmente vetada em 1966” (idem)¹³⁹. Em sua opinião as “elites dominantes” opuseram-se à sua gestão, fundada em coerentes estratégias de planificação, por se sentirem “contrariadas em seus hábitos e alguns dos seus privilégios” (p. 12), pois “tudo emanava na Bahia do prestígio e das prerrogativas dos donos dos currais eleitorais” (p. 20). Reafirma que: “a execução do PIEC contradisse sobretudo a legitimidade das forças políticas tradicionais bem como seu monopólio pernicioso na gestão dos serviços públicos”. Portanto teria sofrido uma reação ou “resistência” à mudança perpetrada por essas “forças tradicionais”, que moveram “campanha de intoxicação da opinião pública visando a equipe dirigente da Secretaria: foi tachada de “comunista”, o que teria sensibilizado “considerável parte da opinião pública, mormente as autoridades militares” (p.20).

Sobre a saída de Navarro de Brito da Secretaria, abaixo transcrevemos o que disse Joaquim Coutinho em sua entrevista:

[Saiu por questões] Políticas. Por recomendações dos militares de que não era conveniente que ele permanecesse [...] porque achavam que nós estávamos fazendo, com esse trabalho aí [apontando exemplar do PIEC], sem dar muita importância aos políticos, aos deputados etc., que nós estávamos fazendo uma autêntica revolução e que não interessava a eles esse tipo de coisa. Agindo com independência, quer dizer, o professor Luís

¹³⁹ Esta escrita sugere que a reforma administrativa ocorrida na gestão anterior, do governador Lomanto Junior, não atingiu a Secretaria de Educação do modo como seria necessário aos olhos de Navarro de Brito. Todavia a referida reforma foi essencial ao governo de Luis Viana Filho, pois propiciou a criação de órgãos específicos de “planejamento, de acompanhamento e de treinamento de pessoal”. Essa reforma administrativa foi comandada pelo ISP – órgão vinculado à Faculdade de Administração da UFBA. Cf. **Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor público (ISP)**, ISP: retrospectiva e análise institucional. Salvador, 1983.

Viana apoiava o grupo, Navarro com toda a habilidade, era um “gentleman”, tentava organizar a coisa; tinham coisas assim pitorescas que chegava um deputado dizendo: “Senhor, eu sou de Alagoinhas, etc.”. O prefeito: “Quando é que vai ter um centro integrado lá em Alagoinhas? Ou vai ter uma Faculdade de Formação de Professores?” Etc.. Então achavam que o trabalho de Navarro com o planejamento estava boicotando ou dificultando o uso da educação para a política, porque para ele seria muito mais fácil que não tivesse uma equipe que tivesse estudado, tivesse divulgado a prioridade em educação para chegar e dizer: “Olha, eu consegui uma faculdade para vocês, eu consegui um centro integrado” ou coisa desse tipo. Então nós tivemos assim alguns desses prefeitos que se manifestaram dizendo: “Quando nós chegamos na Secretaria, quando eu cheguei lá já estava tudo estudado e nós não precisamos de político nenhum para isso”. Coisas assim desse estilo que, dentro dessa cultura nossa, tenham algum resultado. Então, outra coisa, ele era uma pessoa muito organizada, o que desgostou muito aos políticos, que os deputados tinham um dia para serem recebidos, em determinado horário e isso aí foi um movimento terrível porque ele dizia: “Eu recebo, os senhores me trazem todas as suas propostas, nós sentamos...” Mas era aquela pessoa que quando marcava, sentava e conversava o tempo que o deputado quisesse, agora não fosse para lá toda hora não, mandando recadinho, porque ele precisava de tempo para estudar; era da personalidade dele, eu convivi muito durante esse tempo com ele, era uma pessoa extremamente organizada e isso desgostou também os deputados e aí quando mandavam falar comigo, com Edivaldo Brito que era o chefe de gabinete... Eu me lembro que tinha um político lá de Itabuna que dizia: “Mas isso é uma cápsula diminuta, não falar com o Secretário e falar com o assistente dele” (Joaquim Coutinho, entrevista concedida em 2009).

Os indícios sugerem que Navarro de Brito padecia da síndrome política de inadequação ao ambiente reinante na esfera do poder na Bahia, parece que imaginou a possibilidade de superá-lo com a eficiência do planejamento fundado em bases científicas (portanto, pragmáticas) na definição de prioridades das ações de governo – enquanto “blindagem” de racionalidade num ambiente em que se entrecruzavam não somente as “politicagens rasteiras”, mas todo um complexo de reivindicações estudantis explosivas e pressões sociais diversas por educação. Como escreveu Luis Viana Filho: “Em boa hora, Navarro de Brito compreendeu que, apesar dos dissabores, e até das ameaças, não era possível interromper-se um programa educacional fundamental” (Prefácio, op.cit.). De qualquer sorte couberam à sua gestão as bases do incremento educacional na Bahia no sentido da ampliação e diversificação da oferta pública estadual.

Das prioridades arroladas no PIEC, Navarro de Brito acompanhou as resistências veladas à emergencial faculdade de formação de professores em Feira de Santana, e os percalços da implantação da mesma com o nome de “Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana”, em setembro de 1968 (implantada antes mesmo da “aprovação” do PIEC no CEE); Implantadas seriam no ano seguinte as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas e Vitória da Conquista. E

já no ocaso de sua passagem como Secretário de Estado, final de 1969, assistiria o governador, cedendo às pressões oriundas da sociedade feirense, criar uma universidade em Feira de Santana, contrariando ainda mais as prioridades do PIEC e aumentando o peso da “ação supletiva do Estado”. Unidade outra das faculdades previstas implantara-se no ano de 1970, em Jequié, sob a administração de Edivaldo Boaventura. O modelo de ensino superior que emanava de Brasília, da UnB, orientou o formato das organizações implantadas na Bahia: todas as primeiras faculdades e universidade foram organizadas sob a forma de “fundações” – cuja maior influência da UnB não estaria somente na forma, mas, sobretudo, no conteúdo enxuto e orgânico do modelo organizacional por “departamentos”.

Navarro de Brito, no artigo acima citado, ainda nos fornece outros elementos pertinentes às “bases das resistências” ao PIEC, situados no “contexto infra-estrutural”, referentes às limitações de cunho econômico. Primeiro, a programação das políticas de governo na Bahia estava naquela ocasião “em parte ainda subordinada às incertezas orçamentárias pela exportação do cacau”, pois afora o mercado internacional o governo federal manobrava as decisões políticas nessa área, razão pela qual “os recursos disponíveis de receitas fiscais postas à disposição do PIEC foram sempre inferiores às previsões, a partir de 1969” (p.21). Por outro lado, a reduzida capacidade operacional das “malhas econômicas da região”, que com frequência se mostravam “incapazes de responder aos objetivos previstos e às vezes até mesmo de absorver as disponibilidades financeiras, ainda que reduzidas” (idem). Somado, às “variáveis nacionais”, que completavam o “jogo das resistências subjacentes”, pois no âmbito das diretrizes legais **“não havia um ‘plano’ nacional [de educação] de 1967 a 1970”** (p. 21-22).

Entretanto, “24% do financiamento do PIEC dependiam da união”, que na época dispunha de ampla competência legislativa. “De tal modo que a inércia ou a prodigalidade normativa do MEC opunham frequentemente obstáculos consideráveis a sobrepujar” (pp.22). Limitações de toda ordem não teriam impedido que o PIEC lograsse resultados “satisfatórios”, concorda. De fato, no campo do ensino superior, mesmo diante de obstáculos econômicos, o governo de Luis Viana Filho logrou resultados mais do que satisfatórios, a administração dispunha das condições políticas para impor um projeto próprio como o fez. Por outro lado, a permanência abreviada do Secretário de Educação da Bahia, Navarro de Brito, demonstraria o quanto uma gestão tributária exclusiva do poder central, autoritário, não somente

poderia oferecer vantagens adicionais, mas, sobretudo, sofreria diversas e imponderáveis limitações.

Após um curto período de interinidade, à frente da Secretaria de Educação, do Chefe da Casa Civil do governo Estadual, Hilton José Marques Rodrigues, foi nomeado como titular, em fevereiro de 1970, o Prof. Edivaldo Machado Boaventura. O escolhido para sucessor do Secretário afastado, ao contrário dele, estava bem integrado com seus afazeres, participava, naquela época, de modo intenso da experiência de “reestruturação” da Universidade Federal da Bahia – prova disso encontra-se na abertura da introdução do seu livro escrito no período, “Universidade em Mudança” (1971, p. 9):

A Universidade brasileira está em plena mudança. Alteram-se as relações, diminuindo o que duplica. Modificam-se as proporções, por meio de deslocamentos de docentes de uma para outra unidade universitária. A Faculdade, elemento típico da antiga organização, é descompartmentada. O Departamento, núcleo da Universidade moderna, medra por entre as fendas da desestruturação da federação de escolas. E a nova estrutura se expressa! (grifos do autor)

Essa visão orgânica das suas experiências sobre o esforço de mudança de uma tradicional para uma nova cultura universitária, que buscava trazer para o seu âmago a prática da pesquisa associado ao ensino, perpassa a leitura do livro. Se Navarro de Brito era uma pessoa muito bem preparada para o cargo que ocupava, conforme dizem os que o conheceram nessa experiência, Edivaldo Boaventura, por seu turno, é também profissional da área da educação muito bem preparado, provinha da labuta universitária, semelhante a Navarro, e já galgava as experiências promissoras da instituição naquele cenário de mudanças¹⁴⁰. Na ocasião implantou e assumiu a direção da Assessoria de Planejamento do reitorado de Roberto Santos, no processo de implantação da reforma universitária na UFBA, de 1968 a 1970, conforme suas palavras atualizadas em 1996:

Ele [o reitor Roberto Santos] me chamou para instalar a assessoria de planejamento da Universidade. [...] Então nós montamos a assessoria de planejamento em condições de lançar projetos, sobretudo ligados à reforma e à redistribuição de pessoal docente, de alocação das disciplinas e junto com elas os professores. Trabalhos com Zahidée Machado Neto, Maria José Gonçalves, Ana Maria Messeder, na implantação da reforma. Conversávamos com diretores, fazíamos levantamentos de professores e disciplinas. Posso dizer a você que **a departamentalização da Universidade saiu das minhas mãos** (Edivaldo Boaventura, Cf. entrevista

¹⁴⁰ Edivaldo Boaventura ingressou na Universidade da Bahia em 1962, como docente na Escola de Administração, tornou-se, em 1966, Catedrático da Faculdade de Direito; no cenário de transição na legislação do ensino superior chegou a Professor Titular em 1970, lotado na Escola de Administração (dados obtidos em Boaventura, Edivaldo. **O Cordel da Vida**: Bibliografia, curriculum vitae, memorial, site e home Page. Salvador: Faculdade Apoio, 2007, p. 390).

concedida a Maria Palácios, **Revista da FAEEDBA**, Salvador, n. 5, Pp.203-221, jan./jun. 1996).

No desenrolar dessa entrevista Edivaldo Boaventura confirma que foi convidado para Secretário Estadual de Educação no final de 1969, ocasião em que tomaria a decisão de trocar “o cargo de juiz do Trabalho, cargo federal com concurso, para ser professor na Universidade”. E completa: “Fui para a Secretaria de Educação. Ao mesmo tempo solicitei remoção da Escola de Administração para a Faculdade de Educação” da UFBA, onde seria um dos fundadores (idem). Nessa mesma entrevista informa que no ano anterior, 1968, havia sido convidado pelo secretário Navarro de Brito para integrar o Conselho Estadual de Educação e, ao final de 1969, a partir da experiência de trabalho na assessoria de planejamento elaborou sua tese para professor titular, que versava sobre: “O Departamento na Universidade”. Outra experiência significativa nesse período foi sua passagem pelo “Departamento da Vida Universitária” da UFBA, conforme escreve na referida entrevista à Palácios (1996):

Repare bem, eu era assessor-chefe da Universidade Federal da Bahia e ao mesmo tempo conselheiro da Educação. O segundo semestre de 1968 foi um ano trabalhoso para nós. Na Assessoria de Planejamento passei a responder pelo Departamento Social da Vida Universitária (DSVU). **O segundo semestre daquele ano foi todo voltado para passeatas, protestos de estudantes contra a situação política e também o reflexo da revolução dos estudantes, na Europa e Estados Unidos.** Assistíamos nas ruas aquelas passeatas que terminavam em tiro. Eu não sei como não morreu estudante na Bahia! Quando terminava tudo isso, como diretor respondendo pelo DSVU, ia ver quem estava no Pronto Socorro para levar para o Hospital das Clínicas, que como sabemos pertence à UFBA, ou para casa. Dr. Roberto deu toda atenção aos estudantes. A Universidade tomava conta dos feridos, com gente de perna lascada, pessoal espancado nas lutas com a polícia. **Essa situação durou por todo o segundo semestre de 1968** (BOAVENTURA, 2007, p. 308).

Afora essa diversidade de experiências, a intensa atividade acadêmica, a militância no processo de reforma da Ufba, e as ações desenvolvidas ou por desenvolver do governo baiano na área da educação e do ensino superior, permitiram ao Professor Edivaldo Boaventura o acúmulo de elementos empíricos e teóricos para escritura do livro *Universidade em Mudança*, acima citado. Observador privilegiado de transformações radicais na instituição universitária brasileira, a visualizava de dentro do olho do furacão, mediante a descrição acima.

Como vimos no primeiro capítulo desta tese, na condição de sucessor do Secretário da Educação e Cultura, com a missão de concluir o último ano da gestão de Luis Viana Filho tratou de expor na imprensa aspectos cruciais da discussão sobre as duas universidades que esse governo, por força de pressões diversas,

tencionava implantar. Numa situação em que a gestão estadual se veria obrigado não só a cumprir as metas prioritárias do PIEC relativas à interiorização, implantando as Faculdades de Formação de Professores, como as teriam ampliado com a inserção/emergência de projeto de universidade em Feira de Santana. Na implantação das primeiras unidades de ensino superior estadual sob a égide da Secretaria de Educação, a atuação e o perfil do novo Secretário jogou um papel decisivo na afirmação das mudanças e implantação do ensino superior estadual na Bahia. O acúmulo dessas experiências, tanto no campo de sua formação acadêmica¹⁴¹ quanto no Conselho Estadual de Educação, o qualificaria para desenhar uma proposta de modelo universitário para a Bahia com pretensões totalizantes que deveria estar consubstanciada no projeto de criação da “Universidade do Estado da Bahia” – que a princípio imaginava deveria englobar as unidades de ensino superior dispersas no Estado e as duas universidades já existentes (uma de fato e a outra em processo) – quando assumiu como titular da Secretaria de Educação durante a gestão do governador João Durval, de acordo com o exposto no primeiro capítulo¹⁴².

O governo Viana Filho encerra-se com as quatro unidades de formação de professores em funcionamento: em Feira de Santana, implantada em 1968, nas cidades de Vitória da Conquista e Alagoinhas, em 1969, a última foi criada em 1970, na cidade de Jequié. A medida mais arrojada dessa administração, em resposta à reivindicação feirense por Universidade, veio em novembro de 1969 através do Decreto Estadual nº 21.583. Este disponha sobre a instalação e funcionamento da Fundação Universidade de Feira de Santana e definindo comissão para elaborar anteprojeto de implantação, e dois meses após a edição desse Decreto foi estabelecida pela Lei Estadual nº 2.784 de 24 de janeiro de 1970, após aprovação de projeto na Assembleia Legislativa (assuntos retomados no próximo capítulo).

¹⁴¹ “Durante a década de 70 fui várias vezes aos EUA. Particpei da Conferência Internacional de Educação Não-Formal. Tinha ido aos EUA, em 1967, para um programa da Universidade de Havard e em 1969 voltei para o mesmo programa. Em 1970 visitei secretarias de educação e universidades. [...] doutorado na The Pennsylvania State University [...] Trabalhei com a Administração Educacional saí de lá com o meu Ph.D. sobre o Conselho de Educação [...]. Quando regresssei fui convidado para voltar à Secretaria de Educação onde fiquei de 1983 a 1987, com outra experiência, internacional e bem mais elevada. Mas a Secretaria também era outra.[...]” (Edivaldo Boaventura, In **Cordel da Vida**, op. cit. p.311-312.; publicado originalmente em PALÁCIOS, Maria. Entrevista.: professor Edivaldo Boaventura. **Revista da FAEEDBA**, Salvador, n.5, pp.203-221, jan./jun. 1996.).

¹⁴² É importante ressaltar que para efeito desta tese levantamos apenas alguns tópicos, necessários ao nosso objeto de pesquisa da vasta produção de Prof. Edivaldo Boaventura, que pela amplitude e profundidade merece tratamento específico, que neste momento foge aos nossos objetivos.

A proposta para o ensino superior já assinalado nos pareceres do Conselho Estadual de Educação, na época de aprovação do PIEC, como de baixos investimentos, vai inserir a iniciativa do governo baiano no lado oposto da dinâmica universitária hegemônica que prevalecia na Bahia, de expansão qualitativa da UFBA, pois obedecia a mesma lógica que acompanharia a crescente expansão do ensino superior privado no país, naquele momento da história. De um lado, investimentos na pós-graduação para ampliar a pesquisa nas universidades existentes (perseguindo os objetivos de associar ensino, pesquisa e extensão), a maioria pública, não coadunava com a adaptação das mesmas à oferta de expressivo número de vagas na escala desejada diante da procura crescente por ensino superior. O que facilitou as instituições particulares desempenharem, por outro lado, o papel de complementares ao setor público, sinalizando concepções díspares sobre esse nível de ensino, consoante a perspectiva de Sampaio (2000).

Esta autora assinala que:

A opção do setor [público] pela criação de universidades que aliassem ensino e pesquisa – uma das bandeiras de segmentos dos movimentos docente e estudantil dos anos 50 e 60 e que foi, em parte, incorporada na Reforma de 1968 –, implicou um aumento progressivo do custo absoluto e relativo do ensino público, **limitando sua expansão** e abrindo ao setor privado a oportunidade de atender à demanda massiva que o Estado não conseguia absorver. O ensino superior privado por sua vez, assumiu o espaço **complementar no sistema**, atendendo à demanda crescente por formação superior, a qual era impossível de ser plenamente satisfeita em um modelo de universidade pública, gratuita e seletiva, em termos sociais e acadêmicos. Ocorreu assim uma espécie de divisão de funções entre os setores público e privado (p.5).

A maior ênfase para o movimento de expansão do setor privado teria ocorrido após a reforma universitária de 1968, cujo perfil da maioria das entidades privadas dissociava a relação ensino e pesquisa. Na Bahia esse papel complementar foi assumido pela iniciativa estadual, momento inaugurado na gestão de Luiz Viana Filho, no chamado processo de “interiorização” do ensino superior. Naquele contexto de fechamento político e de impulsão de medidas voltadas para o “milagre econômico”, a ação do governo estadual efetivava-se tanto no sentido de investir o mínimo de recursos na expectativa de obtenção máxima de abrangência, quanto no aspecto de exercer um controle mais eficaz sobre a administração e, por consequência sobre o funcionamento da instituição. Melhor dizendo, num sinal de fidelidade e alinhamento político procurava-se fazer a expansão da oferta de ensino

superior na Bahia “com as próprias mãos”, já sob os cuidados do exercício do poder ditatorial mais ostensivo que buscava legitimidade.

Por outro lado, esta política do governo baiano supre a oferta de ensino superior em regiões geográficas, do Estado, que não apresentavam atrativos para o setor privado, algo que será observado posteriormente no estudo de dados da distribuição da oferta pública e privada de ensino superior no Brasil – notadamente nas regiões Norte e Nordeste do País (SAMPAIO, et al., 2000). A não instalação da unidade universitária prevista para o Sul do estado da Bahia ajuda a corroborar o papel complementar exercido pela iniciativa do governo baiano, no cenário polarizado do ensino superior brasileiro a partir da reforma de 1968. Naquela região foi implantada instituição particular, a FESPI, prevalecendo os aportes da entidade mantenedora local, inclusive com aval da Diocese da região, e a garantia de recursos da CEPLAC, justificando o afastamento da gestão pública, e somente quando a política daquele órgão restringia a aplicação de recursos na instituição, nos anos de 1980, deflagrou-se processo de estadualização, oficializado em 1991 com a criação da UESC.

* * *

Na gestão seguinte do também escolhido pela via “indireta”, governador Antonio Carlos Magalhães (1971-1975), a Secretaria de Educação e Cultura passaria por nova reestruturação, dando origem a outro órgão dedicado ao ensino superior, em substituição ao DESC surgiu o Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal, DESAP, criado pela Lei 3.095 de 26 de dezembro de 1972. Estabelece-se nesta lei como finalidades do DESAP: “promover, coordenar, organizar e supervisionar o ensino superior e efetuar a seleção e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico administrativo da Secretaria”. Cujas estruturas articulava-se em torno de duas “divisões”: uma “Divisão de Ensino Superior” e outra de “Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal”. Ou seja, o governo seguinte deu prosseguimento ao modelo instituído fundado no planejamento centralizado, e nessa lei sugere criar condições estruturais para sustentação e ampliação dessa nova rede estadual de ensino. Ao tempo em que se instaurava uma concepção restrita de ensino superior formulada com o objetivo de atender e/ou de “adequação ao desenvolvimento econômico do Estado”.

Dando prosseguimento, no próximo capítulo são abordados os projetos e as concepções de ensino que germinaram em Feira de Santana ainda no calor dos

últimos respiros democráticos que antecederam ao golpe militar e como os sujeitos envolvidos adaptaram-se ou foram adaptados ao modelo institucional tecido em ambiente sócio-político ditatorial. Portanto, construímos o quarto capítulo com base no seguinte:

Considerando que o governo baiano por força da conjuntura específica que configurava demandas por ensino superior em todo o País e, em Feira de Santana essas reivindicações se expressaram de modo mais contundente, viu-se obrigado a criar uma unidade mais complexa e o instituiria sob o formato de “universidade” nesse município. **Diante disso, quais expectativas de ensino superior, universitário, haviam sido esboçadas desde o alvorecer dos anos de 1960, quando essas reivindicações tomaram corpo no próprio Município, encabeçadas, sobretudo, por intelectuais locais?**

5 MOVIMENTOS DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Das muitas imagens que me ficaram dessas semanas inesquecíveis que passei na Bahia [...]. Uma foi a viagem a Feira Santana [...]. Ou simplesmente Feira, como por lá dizem, tal a sua singularidade. [...]. Enquanto a **estrada perfeita e moderna**, quase que linha reta, em pouco mais de uma hora nos leva à **pérola do sertão baiano** – ali nos defrontamos com a imagem viva do mais perfeito sertão. (“Feira”, Crônica de Tristão de Athayde, Jornal da Bahia, 30/03/1962).

O que singularizava a “pérola do sertão baiano”, que tanto fascinou o olhar do cronista em suas andanças pela Bahia, ao ponto merecer o referido registro? O trecho acima pinçado esclarece: “ali nos defrontamos com a imagem viva do mais perfeito sertão”. O novo, “**a estrada perfeita e moderna**”, que nesse início dos anos sessenta tanto orgulhava os habitantes da cidade e suas elites, pois ela representava o progresso, a modernização da cidade, “confrontava” com a “**imagem viva do mais perfeito sertão**”. Singularizava na feira que nela habitava, onde o mercado seria “apenas o centro da grande feira” que se estendia “pela Cidade inteira, enchendo ruas e praças a perder de vista” (idem). Esta impressionante imagem era comum a todos que a visitava em seu dia maior de feira, como ocorreu com o cronista citado.

Conforme vimos no capítulo segundo, a cidade passava nesse período por intenso processo de urbanização, superado apenas pela capital do Estado, mas conviviam com a inusitada ampliação da sua grande feira, exibindo largamente a face sertaneja dos elementos humanos que a compunha, expondo uma dinâmica peculiar que estreitava os laços do campo com a cidade. Neste cenário onde o novo e o tradicional conflitavam, as demandas sociais provocadas pela crescente urbanização não poderiam deixar de ganhar espaço, dentre as quais as exigências por educação.

PIEC elaborado quase no final da década referida bem traduzia o espírito e a extensão dessas demandas que vinham se acumulando desde a década anterior. Os níveis mais elevados de oferta educacional no Município de Feira de Santana agregavam os cursos secundários de primeiro e segundo ciclos. Estes últimos, ofertando cursos profissionalizantes com destaque para o curso de magistério, de maior prestígio (nessa época havia dois cursos na cidade, um público e um particular), e os cursos comerciais, de oferta privada – afora o curso científico, propedêutico à universidade, dois existiam na cidade, um particular e outro público. Isto é, no controle da oferta dos níveis mais avançados do campo escolar feirense

estava o predomínio da iniciativa privada, malgrado os investimentos do setor público, essa situação se perpetuaria ao longo da década.

O movimento estudantil do período, sensível às demandas sociais por educação, como sinalizamos no capítulo anterior, abrigava em Feira de Santana setor forte nos estudantes secundaristas, que participaram intensamente das lutas pele implantação de um ginásio municipal na cidade, em 1963. De acordo com liderança estudantil da época, a Associação Feirense dos Estudantes Secundaristas, a AFES, era superada em amplitude apenas pela organização similar existente na capital¹⁴³. Como uma das importantes expressões desses movimentos sociais, o movimento secundarista feirense recebia as influências mais diretamente dos acontecimentos que fervilhavam na capital do Estado, tudo facilitado pelo contato que a “estrada perfeita e moderna” propiciava – a pavimentação e modificação do traçado da rodovia Feira-Salvador contribuíram para ampliação em escala bastante elevada dos contatos sociais entre as duas cidades. Para se ter uma ideia, enquanto a quase totalidade dos municípios baianos liam os jornais produzidos na capital com dias de atraso, em Feira de Santana, esse influente meio de comunicação na época, depois do rádio, era lido poucas horas depois de publicado. Entre as condições que propiciavam ao município um dinamismo cultural e de atualização que não se observava em nenhum outro, afora as publicações jornalísticas próprias (Folha do Norte, Gazeta do Povo, onde veiculavam as posições políticas divergentes, bem como circulavam outras pequenas publicações jornalísticas dos sindicatos e grêmios estudantis).

Sobre a emergência do movimento por ensino superior em Feira de Santana, na opinião de Fernando Pinto Queiroz, consoante farta documentação por ele arquivada, entre os principais envolvidos com a questão não haveria um corpus formalizado de ideias sobre a implantação de uma universidade. Ainda do mesmo ponto de vista, esclarece que a princípio cada um dos protagonistas, militava “a seu modo” em prol da movimentação do campo cultural, destacando-se a ênfase na intenção de realizar na cidade “eventos culturais universitários”. Assim esclarece:

Inicialmente, foram ações restritas a atividades de cunho universitário, voltadas para determinados aspectos: de atualização médica realizadas por Geraldo Leite; de apresentações culturais, de orquestras sinfônicas, exposições de artes, promovidas por Dival Pitombo; e das propostas educacionais do Lions (Relato fornecido à aurora, Feira de Santana, em 12/11/07).

¹⁴³ Cf. Santos (2000)

No processo de levantamento e organização das fontes percebe-se a existência de um amplo movimento cultural por parte desses agentes, inclusive do próprio informante, na condição de dirigente do Lions, promovendo ações educativas. Enquanto agente articulador e observador participante privilegiado desses movimentos, Fernando Pinto, como era conhecido, teorizou nessa ocasião que na gênese das lutas pelo ensino superior em Feira de Santana houve em jogo quatro diferentes “tendências”. A “primeira”, por ele defendida, protagonizou o movimento em prol de uma Faculdade de Filosofia; a “segunda tendência” atribuída à apregoada por Geraldo Leite, com foco na interiorização da medicina; a “terceira tendência” era representada por Wilson da Costa Falcão, que no exercício de deputado federal desenvolvia gestões políticas na tentativa de englobar as duas anteriores; por fim a “quarta tendência” foi a que “vingou”, planejada pelo governo: Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana, implantada em 1968¹⁴⁴. A ideia de universidade, portanto, “não nasceu do nada”, salienta nosso interlocutor, e para isto foi decisiva a mobilização desse núcleo de intelectuais, lançando propostas, acrescida de iniciativas junto aos segmentos decisórios do poder público.

Na opinião do mesmo entrevistado acima citado, “a criação” da universidade, embora “muito prematura”, se deve à Luis Viana Filho, que pelas prerrogativas do cargo que ocupava, “foi o executor, o construtor!” da Universidade de Feira de Santana, cuja notícia em primeira mão fora recebida por Geraldo Leite e Wilson Falcão, por ocasião de audiência onde se apresentava ao governador memorial de intenções com vistas a implantação de uma Faculdade de Medicina em Feira de Santana, em novembro de 1969. A confirmação dessa versão foi produzida em momentos diferentes pelos principais agentes que assumiram a dianteira da reivindicação por ensino superior em Feira de Santana. Por que razão o governador Luiz Viana Filho teria primeiro informado para aqueles agentes sobre a criação de uma universidade em Feira de Santana, e não o fez perante um público mais amplo de aliados como o prefeito municipal e deputados estaduais?

O contexto de ditadura em que projetaria Luis Viana Filho como o “construtor”, ou “mentor” do ensino superior na cidade apagaria as trajetórias das lutas que os precursores se envolveram – momento significativo de mudanças em que eles próprios viram-se envolvidos nas contradições suscitadas – as

¹⁴⁴ A entrevista com Fernando Pinto não foi gravada, mas foram feitas anotações e submetidas de imediato à aprovação do entrevistado. Essas informações foram divulgadas em artigo publicado nos Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação, em Aracajú - SE, 2008.

organizações/entidades civis em que se articularam ou tentaram articular projetariam demandas que, possivelmente, não estavam nos horizontes pessoais dos mesmos. Pois, no tocante às aspirações e acesso ao ensino superior até o final dos anos cinquenta restringiam-se às elites dominantes, ou seja, visavam a formação das camadas médias e das classes dirigentes e os cursos em voga privilegiavam as profissões liberais. Situação que pode ser observada na história da criação de cursos superiores no Brasil que até essa época resultaram de iniciativas de grupos políticos, intelectuais e educadores e “não nascem das demandas de amplos setores da sociedade” (CUNHA, 2002, p.70).

Os tópicos desenvolvidos na sequência em certa medida contemplam as “tendências” apontadas por Fernando Pinto, que estariam singularizadas nas duas entidades que foram criadas em 1962, a primeira, com o objetivo de “interiorização” do ensino superior e, a segunda, com a finalidade de dar suporte a implantação de uma possível Faculdade de Filosofia de Feira de Santana – foram elas: a **Fundação Ministro Ernesto Simões Filho** e a **Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos**, respectivamente. E concluímos o capítulo com as primeiras iniciativas na cidade para implantação do projeto de ensino superior que ganhou hegemonia no cenário do projeto econômico da ditadura militar, que resultou na criação da Faculdade Estadual de Educação.

5.1 Propostas Iniciais: Interiorizar a UBA

A preocupação em elevar o “nível cultural” reinante na cidade na qual havia se estabelecido esteve desde o início no cerne dos interesses que moviam os intelectuais feirenses. Estes tinham sustentavam-se como significado mais amplo e representava a inserção deles próprios no circuito cultural que dinamizava a capital baiana, sobretudo na área médica – situação em que, com a expansão da Universidade da Bahia, o Hospital Universitário, o “Hospital das Clínicas”, emergia como um importante espaço de formação continuada nessa área.

Ou seja, a ideia de estreitamento de laços com horizontes culturais mais amplos e ao mesmo tempo romper com o isolamento da convivência interiorana aparecem nas memórias de Geraldo Leite. Quando indagado sobre o que mais o havia impressionado na sua chegada à Feira de Santana, em 1951, disse o seguinte:

Eu fiquei realmente muito preocupado, porque eu durante três anos, embora recém formado, desde a época de estudante, eu realizei uma série de cursos de pós-graduação. Naquela época não havia mestrado nem doutorado. A pós-graduação consistia em estágios, cursos, vivência e aprendizagem com grandes nomes da medicina, como era o meu caso. E durante três anos, a partir de 1947, quando eu estava no 4º ano de medicina, eu iniciei uma série de cursos extracurriculares e depois de formado continuei com esses cursos, esses estágios, essas vivências com os professores mais distinguidos da época, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e Belo Horizonte. Como eu cito no livro¹⁴⁵. Então, chegando com esse preparo todo que eu pacientemente acumulei, eu fui para Feira de Santana. Alguns colegas, já estavam inclusive com umas instalações aqui em Salvador praticamente apalavradas, e salas, laboratórios. Mas, por influência de Valdir Pitombo e Joselito Amorim, antigos companheiros do pensionato do tempo de estudante e que já estavam e moravam em Feira de Santana, eram filhos de Feira de Santana. Indo ao interior do Estado visitar a família de minha esposa com Renato Tourinho, almocei em Feira de Santana e encontrei ambos, coincidentemente, Joselito [Falcão] e Valdir Pitombo, e eles insistiram para que eu ficasse em Feira de Santana. **Fiquei bem impressionado com certos aspectos de Feira de Santana, o dinamismo da cidade comercial de Feira de Santana. Então decidi e acabei me fixando em Feira de Santana**, casei em seguida. Mas eu fiquei nos primeiros meses, eu **fiquei muito impressionado. Porque Feira de Santana na época era uma cidade realmente comercial. Havia ali uma elite autóctone, mas uma elite muito limitada para o tamanho da cidade, para o porte da cidade. A maior parte da população era adventícia, eram pessoas forasteiras que iam ganhar a vida no sentido material, iam enriquecer em Feira de Santana**, por um gado, com aquela feira enorme que só podia ser comparada com a de Campina Grande, Caruaru. Mas **o progresso cultural era muito, muito restrito**. Algumas figuras importantes que eu relato no livro. Alguns que tenho me referido, como Dival Pitombo, Áureo Filho e Gastão Guimarães, e outros, naturalmente que mantinham um certo porte intelectual, uma certa importância nas letras, nas artes. **Mas, a grande massa era inculta e não dava à cultura o valor e a prioridade necessária**. E então eu dizia sempre a minha esposa e aos meus filhos: “Olha, eu tenho receio de me fossilizar, tanto esforço que eu fiz e eu estou numa situação difícil, se eu permanecer assim, aqui vivendo dessa maneira, vai ser o fim da minha carreira” (Entrevista concedida à autora. Salvador, dez/2008).

Na cidade de Feira de Santana, apesar de seu tamanho e da intensa atividade comercial registrada, não existiria “progresso cultural” na mesma proporção, de acordo a observação do médico recém saído capital, pois a elite intelectual seria **“uma elite muito limitada para o tamanho da cidade, para o porte da cidade”**. O contraste que o visitante da década de sessenta observava entre a face urbana e os elementos humanos evocados pela face sertaneja da feira livre, era acentuado nos idos dos anos cinquenta pelo certo isolamento que mantinha a cidade de Salvador, a capital, em relação ao restante do Estado. Sobre isto continua Leite:

¹⁴⁵ Refere-se ao seu livro de memórias intitulado **Reminiscências**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2007.

Havia uma dificuldade muito grande na comunicação entre Feira de Santana e Salvador, não é como hoje, Feira de Santana e Salvador é praticamente a extensão de uma cidade da outra. Nós fazíamos uma viagem muito longa, numa estrada carroçável, com 5 horas de duração, era muita poeira, minha esposa era alérgica a poeira. Era um sacrifício. E eu tinha que estar em Salvador constantemente, eu estava sempre participando de cursos, fazendo palestras, ouvindo palestras, porque eu tinha receio realmente de me fossilizar. Primeiro porque não tinha como adquirir cultura naquele ambiente. Que desde o primeiro momento, posso dizer que foi um amor á primeira vista, eu gostei muito, imensamente do povo de Feira de Santana, da cidade, mas naquele dilema: “meu Deus se eu continuar aqui eu vou me fossilizar”. E comecei então a me preocupar com isso e conversar com vários amigos, colegas, inclusive com os homens públicos de Feira de Santana, sobretudo Gastão Guimarães, Dival Pitombo e Áureo Filho.

A organização de seção interiorana da entidade médica, a Associação Baiana de Medicina, sob a liderança de Geraldo Leite foi o passo mais promissor que resultaria nas primeiras tentativas de aproximação com a Universidade da Bahia. Como presidente da ABM, Regional de Feira de Santana, em 1957, Leite buscou promover acordos com a Universidade da Bahia, conforme veremos adiante, para atualização de médicos da cidade, numa tentativa de interlocução com o ambiente de formação médica que se expandia na capital. Assim, este relatou sobre a sua primeira indicação para presidente da seção regional da associação médica e o início de um movimento a favor da interiorização da universidade:

Certa feita, eu estava em Aracajú [...]. Quando para surpresa minha **recebo um telegrama de Gastão Guimarães me comunicando que eu havia sido eleito presidente da Sociedade de Medicina Local, a minha revelia.** Eu voltando à cidade, um mês depois do parto da minha esposa, **comecei a assumir a presidência da Sociedade de Medicina de Feira de Santana e com os colegas iniciei uma serie de atividades científicas: mesas redondas, simpósios, mini congressos, reuniões periódicas da Sociedade. Daí se partiu para um movimento de interiorização da medicina.** Pouco a pouco Feira de Santana foi se tornando um centro médico de importancia, porque começou a aglutinar colegas de outros municípios próximos e distritos de Feira de Santana, que tinham poucos médicos – eram vinte e oito médicos na ocasião - e **começamos a nos reunir periodicamente, com essa preocupação de educação continuada, de atualização freqüente. Feira de Santana se tornou um movimento, um pólo realmente de avaliação científica de caráter médico.** E eu passei a escrever artigos, a dar entrevistas na rádio local, participar de palestras no Rotary e no Lions – **naquele tempo era muito ativo o Lions. E Fernando Pinto, que era um dos lideres, a figura mais importante do Lions na ocasião.** Fernando Pinto me perguntou: por que interiorização da medicina, porque nós não partimos para uma universidade? E isso realmente, no meu íntimo, era a intenção, mas eu tinha receio de cair no ridículo, porque naquela altura falar de Universidade em Feira de Santana não fazia sentido. **E então nós partimos para uma interiorização do conhecimento universitário.** A partir daí, já aliado a Fernando Pinto, nós começamos rumo a um novo movimento da interiorização universitária, desse conhecimento universitário. E essas reuniões passaram a ter participação de advogados, dentistas, e outros profissionais universitários que viviam em Feira de Santana e municípios vizinhos. E aí então nós começamos a amadurecer a idéia de se criar uma

Universidade em Feira de Santana, porque quando eu falava isso em Salvador era absurdo.

A organização dos médicos de Feira de Santana se fez, a princípio, através da “Sociedade de Medicina de Feira de Santana”, e uma das lideranças dessa entidade era Gastão Guimarães, que veio a falecer repentinamente, na segunda metade da década de 1950. Geraldo Leite relata em seu livro de memórias que na condição de membro dessa Sociedade de Medicina teria dado início ao “movimento de educação continuada, convidando professores da Faculdade de Medicina da UFBA para palestras e mesas redondas com a participação de médicos da cidade”, juntamente com os colegas “Gastão Guimarães, Augusto Freitas, Herval de Oliveira, Pirajá da Silva, Wilson Falcão, Augusto Mathias e outros” (Cf. Leite, Geraldo. *Reminiscências*, 2007, p. 322).

Para confrontarmos os elementos das memórias atuais e atualizadas, com o passado flagrado no Jornal Folha do Norte, de Feira de Santana, onde constatamos o envolvimento de Geraldo Leite com as questões sócio-educacionais do município entre 1955 e 1956 ao assumir a presidência da Associação de Proteção à Infância de Feira de Santana, entidade criada no âmbito do Lions, por Fernando Pinto Queiroz, conforme esclarece em seu discurso atual: “naquele tempo era muito ativo o Lions. E Fernando Pinto, que era um dos líderes, a figura mais importante do Lions na ocasião”.

O mesmo Jornal testemunha que o nosso entrevistado, depois que assumiu a representação local da entidade médica baiana, em 1957, passou a nele publicar alguns artigos de cunho médico. Todavia o marco entre esses artigos é o divulgado em 06 de agosto de 1960 (edição nº 2665), sob o sugestivo título “Interiorização da Universidade”, onde assume uma abordagem problematizadora da questão da educação superior motivado pela criação de “associação de âmbito panamericano”, que previa a “união dos profissionais de nível universitário”. Para Geraldo Leite concretizava-se, “assim, em escala continental e sob o impulso de novos líderes uma aspiração que não é nova”. Em seguida a esse preâmbulo passa a relatar os feitos à frente da ABM em Feira de Santana, que consistiria na primeira incursão dos profissionais baianos de nível superior no sentido de provocar a então radiante Universidade da Bahia a voltar os olhos para o interior:

Em 1957, quando dirigíamos pela primeira vez a Associação Bahiana de Medicina (Regional de Feira De Santana) tentamos dinamizar a Medicina interiorana. Levando a Universidade ao recôncavo e do recôncavo ao âmago dos sertões. Sairia do asfalto e viria até nós, num movimento harmônico mais ou menos planejado (Folha do Norte, ed. 2665, op. cit.).

Na sequência deste escrito relata que o reitor da Universidade da Bahia tomando conhecimento desses interesses o teria convidado para “discutir os pormenores” a fim de viabilizá-los. Do encontro com Edgard Santos, o então reitor, receberia a promessa de criação de “dez bolsas anuais de atualização clínica, cirurgia e laboratório”, bem como a Universidade prontificava-se a promover a “imediata organização dos ex-alunos das várias faculdades”, que seriam reunidos em uma “associação geral” e detalha: “Todos os anos seria realizada uma Jornada, sob o patrocínio da Reitoria, em Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, [Vitória da] Conquista e Santo Amaro, com o fim de congregar os ex alunos da região”. Prossegue o articulista:

O próprio Reitor prestigiou a primeira delas, vindo pessoalmente a “Princesa do Sertão” onde recebeu dos médicos, dentistas, farmacêuticos diplomados, enfermeiras de alto padrão, advogados, engenheiros civis e agrônomos, inolvidável recepção. “Está iniciada a marcha para o interior”, dissemos todos nós!

O Plano, como se vê, não era modesto e servia admiravelmente para um começo de história. Não sei por que ficou só no papel...”¹⁴⁶ (G. Leite, Folha do Norte, em 6 de agosto de 1960)

Das promessas anunciadas o presidente da entidade médica aguardaria soluções, mas animava-se com a ida para Feira de Santana de “duas residências do Hospital das Clínicas” no Hospital Dom Pedro de Alcântara, que classificou como “**um estágio rural** para jovens cultores da medicina”, teria sido encaminhada pelo Prof. Roberto Santos (filho do reitor), através de gestões do médico Silvio Luiz Marques¹⁴⁷. Medida que representava um “aspecto novo de um mesmo problema”, pois haveria “outro” projeto “por sinal da mesma importância”, que seria o por ele apresentado “já aprovado pela alta direção da Universidade”. Argumenta que se tratavam de “medidas tão prementes quanto o próprio plano de pós-Graduação [da Faculdade de Medicina]”. No parágrafo seguinte exorta:

Apelamos, pois, para o bom senso a fim de realizarmos, em nível mais amplo, harmônico e satisfatório aquele velho e programado sonho. De um lado iríamos nós para o Hospital Escola, em busca da atualização. De outro lado viriam eles até nós beber na sua fonte verdadeira **a medicina interiorana**. O plano do dr. Silvio Marques completa o nosso, ambos abrangem em conjunto o mesmo campo, são inseparáveis e mutuamente se completam.

¹⁴⁶ Todas as transcrições foram feitas cf original.

¹⁴⁷ Procuramos Silvio Marques, que nos informou de sua amizade estreita com Roberto Santos, desde o período de sua formação na Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, de onde saiu em 1958. Na ocasião nos relatou que quando chegou a Feira de Santana, no ano seguinte, tomou conhecimento de que já havia um movimento encabeçado por Geraldo Leite, no qual estava envolvido Milton Marinho e outros médicos.

O artigo em foco representa uma espécie de primeiro manifesto público que encampava as intenções dos intelectuais de Feira de Santana sobre suas expectativas em relação à Universidade baiana, que teria na associação médica o núcleo articulador de ações universitárias que pretendiam abarcar todo o interior baiano. Como resultado das discrepâncias econômicas e sócio-culturais, que dispunham em pólos antagônicos a capital e o interior, passavam a reivindicar status para uma “medicina interiorana” e a formação de “núcleos” de ex-alunos, buscando aproximação com a matriz formadora. Na conclusão do citado artigo/manifesto, Leite escreve: “Se a união dos universitários é uma necessidade para o mundo, para o país e para a América, por que não será também para a interlândia? Já pensou o leitor quanto influem, isoladamente, o médico, o engenheiro, o advogado, o agrônomo e outros ex-alunos?”. Para isso reforça a necessidade de que a Universidade da Bahia assumisse a organização de “clubes universitários” ou “associação de antigos alunos”, cujos resultados da concretização de tais medidas operariam mudanças no âmbito cultural, conforme escreveu:

Juntos, o que não fariam? Em cidades como Feira, Ilhéus, [Vitória da] Conquista, Jequié, Juazeiro e Santo Amaro, o que não significaria (para o povo e para a própria universidade) tal iniciativa? [...] **Quanto de progresso, quanto de desenvolvimento científico, artístico e cultural traria esta elogiável novidade? Unidos muito faríamos em prol da renovação dos nossos costumes e da universalização da cultura tão necessário ao Brasil e a outras pátrias.** É uma obra patriótica, é uma necessidade premente, é um fato inadiável, o da ‘interiorização’ da Universidade!

Os resultados da “Primeira Conferência de Médicos do Interior”, congregou médicos que atuavam em diversos municípios, são descritos em outro artigo do mesmo jornal Folha do Norte, na edição nº 2667, do dia 27 de agosto de 1960: “Mais importância à Medicina do Interior”. Como medida para viabilizar a atualização médica decidiu-se nesse evento que “a Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social¹⁴⁸ se entrosaria com a Associação Bahiana de Medicina no sentido de propiciar aos profissionais da interlândia, melhor assistência científica e social”. A referida “Primeira Conferência” havia sido organizado pelo professor da Faculdade de Medicina, Pires da Veiga e seus auxiliares. Nesse artigo relembra alguns detalhes dos acordos de 1957 com o Reitor, onde constavam as citadas “dez bolsas de atualização” para médicos do interior, ainda aguardadas. Mas, numa demonstração de que o artigo anterior surtiu algum efeito junto à Universidade,

¹⁴⁸ Na época não existia uma Secretaria de Estado na Bahia com esta nomenclatura, mas sim “Secretaria de Educação e Saúde”, que englobava as duas pastas.

informa que obtivera comunicado recente de Edgard Santos de que levaria avante os compromissos assumidos: a implantação “imediate das associações de ex-alunos” e “nas cidades com mais de uma centena deles” seria “fundado um núcleo de profissionais de nível universitário, sob o patrocínio da Reitoria”. Medida, do seu ponto de vista, “justa e necessária”. Detalhes são descritos sobre a proposição mediada pelo médico Sílvio Luiz Marques, através do qual se efetivou um “intercâmbio reverso” perante a dificuldade de concretização das dez residências médicas para “esculápios” do interior no Hospital das Clínicas. Reafirma que “Doutorandos, estudantes outros e até recém-formados irão para Feira de Santana, num estágio de **Medicina Rural**,” visando formar o médico com as rotinas e práticas médicas do interior. A ação consistiria: “De quinze em quinze dias envia a Faculdade de Medicina dois estagiários, um de Clínica Médica e outro de Cirurgia. Trabalham no Hospital dom Pedro de Alcântara desenvolvendo uma **medicina compatível com a região**”.

A expectativa de “interiorização” da Universidade começaria assim pela via de uma reivindicada “medicina rural” ou “compatível com a região”. Ou seja, pretendia-se atribuir e reivindicar outro campo científico no âmbito da “tradicionalíssima” medicina baiana. Observe-se que, naquela data o nosso articulista completava quase dez anos de exercício médico e de residência na cidade, onde se encontrava integrado plenamente como uma de suas lideranças e no espaço do seu campo profissional. Nos processos de inclusão e adaptação à cidade, Leite, seus companheiros médicos e outros profissionais de nível superior, através dos movimentos e ações desenvolvidas ajudariam a construir um sentimento de pertencimento desses grupos intelectuais dominantes da cidade, possibilitando-lhes reivindicar outra cultura, que não deveria ser, necessariamente, subalterna, mas a genuína cultura do interior, no seio da qual se reconhecia a “**verdadeira medicina interiorana**”.

Na efetivação da tarefa de dar visibilidade e assegurar o status da referida “Medicina Rural” procurava-se envolver os professores do curso de medicina, mediante a escrita de Geraldo Leite, no artigo acima citado. A expectativa era de reforçar a iniciativa confirmando e comprometendo o apoio de professores, tarefa já iniciado com o Reitor Edgard Santos, incluindo Roberto Santos, mas extensiva a outros, conforme o descrito:

O Professor **Aloísio Prata** é outro catedrático que está na mira das nossas cogitações, a cadeira que ele tão eficientemente dirige, bases tem e bem sólidas, na caatinga e no sertão. Lembra-se todos, perfeitamente, de Jacobina e Santo Amaro: quanto de importante não viram, em cada uma destas cidades, Figueiredo, Pessoa, Serravalle? Equistossomose, Helminthísses outras, Calazar, Doenças de Chagas serão melhor estudadas na capital ou no interior? [...] Bem cedo, **estamos certos, montará o Prof. Prata em nosso Hospital um trampolim para o sertão**. Quanto mais se demora mais oportunidades são perdidas. Nossas portas estão abertas a espera da sua iniciativa (In Folha do Norte, nº 2667, 27 de agosto de 1960).

Além disso, informa que “com o Prof. **Manoel Ferreira** tivemos também uma troca de ideias sugestiva e agradável”, o mesmo se prontificou a implantar na cidade “**um centro de estudos e pesquisas filiado ao Instituto de Saúde Pública**”, que também seria implantado em duas outras cidades, na região cacauqueira e na região do São Francisco. Por fim assinala a destacada iniciativa de **Pires da Veiga**, promovendo a realização da referida “Primeira Conferência Médica do Interior”, que possibilitou a apresentação de sugestões e propostas. Entre estas, Geraldo Leite destacou a sua própria sugestão “de convênio entre a Secretaria de Saúde e a Escola Bahiana de Saúde Pública [...] nos moldes previstos para a Universidade [da Bahia]”, facilitaria a ida de médicos para estágios naquela Escola e, de outro lado, os estudantes iriam para o interior. No seu discurso atual, Leite capta as intensas mudanças que se operavam naquele momento, vejamos:

Professor Edgar Santos foi, realizou a primeira Jornada Universitária em Feira de Santana, e foi um sucesso. A Sociedade Feirense o recebeu bem. **A mentalidade já se modificando, o povo já estava ansiando**. O povo já entendia o que era universidade, a necessidade da cultura e **aos poucos iam começando a mudar a mentalidade. Acho que o povo começava a mudar a mentalidade**. Tanto que foi um sucesso a ida dele á Feira de Santana, teve esse aspecto positivo. Porque já se observou que era a Universidade, **o ensino universitário - vamos chamar assim - o ensino universitário era uma aspiração**. A partir daí eu percebi que não estava só, digo eu, mas não fui eu sozinho, eu, Fernando Pinto, um grupozinho (entrevista, 2008).

Se essa aspiração começava a ser construída no seio das classes médias urbanas ascendentes, entre os intelectuais feirenses ela se intensificaria ao longo da década. O artigo que reivindicava “mais importância à medicina do interior”, acima citado, evidencia e reforça dois componentes do artigo/manifesto: um relacionado à necessidade do que poderíamos chamar hoje de formação contínua dos profissionais universitários, em particular dos médicos, pois, além das carências formativas, que exigiam atualizações, a lentidão das comunicações e dos transportes isolava ainda mais os profissionais das pequenas e distantes cidades do interior do estado – objeto de reivindicações dos atuantes médicos “feirenses”. Outro aspecto, relacionado ao anterior, encontrava-se na tentativa de fortalecer os

laços da Universidade com os profissionais do interior de modo articulado; ou seja, levando para o interior os seus laboratórios de estudos, buscando comprometer diretamente a instituição em relação à prática desenvolvida pelos mesmos.

A insistência dos médicos sediados em Feira de Santana parecia exasperar o Reitor da Universidade baiana, que lhes pedia calma e “prudência”. A ideia de comprometer a Universidade da Bahia é reforçada durante a citada “Primeira Conferência Médica do Interior”, quando exigiram medidas para amparar os médicos que atuavam nos “longínquos sertões”, numa ação que envolveria o órgão de classe a “gloriosa Associação Bahiana de Medicina” a quem caberia “estudar com urgência, a possibilidade de criação de um Departamento do Interior” que serviria de ponte na “conexão com a Universidade da Bahia e o Serviço de Saúde do Interior, para o equacionamento de um plano assistencial mais ou menos amplo e satisfatório”. Diante dessas insistentes propostas e pressões os médicos da seção feirense da ABM seriam um incômodo para a Universidade, pois intencionavam construir fora da capital uma cultura universitária. A melhoria da comunicação com a cidade de Salvador, no final da década de 1950, face ao avanço do asfaltamento da rodovia, facilitaria ainda mais as incursões desses profissionais e crescimento do intercâmbio com membros da referida associação.

No começo do ano de 1960 a ideia de criação de Universidade Rural na Bahia estava sendo debatida na Assembleia Legislativa da Bahia. Na época esse tipo de instituição de ensino vinculava-se aos órgãos da Agricultura no Estado e/ou União, e desenhava como perfil a oferta de cursos agrícolas. Talvez seja essa a razão porque num primeiro momento os atuantes profissionais “feirenses” da ABM não tenham se manifestado abertamente sobre a mesma. Mas concorreu para que os mobilizados médicos em foco reclamassem com mais veemência através da voz autorizada de Geraldo Leite, conforme vimos acima, a “interiorização” da Universidade da Bahia. Mas, um ano e meio depois, a ideia de Universidade Rural viria a ser abraçada pelo grupo, incluindo a liderança do Lions, cuja proposta foi desenhada com o auxílio e iniciativa fundamental de professores da UBA, através da criação da Fundação Ministro Simões Filho, conforme veremos mais adiante. A notícia sobre a iniciativa de Universidade Rural nas hostes do governo estadual foi informada na cidade com a manchete “Feira de Santana, sede da Universidade Rural”, no jornal Folha do Norte, de 12 de março de 1960 (edição nº2646), acompanhada de uma nota telegráfica anunciando que a ideia fora defendido na Assembleia do Estado pelo

deputado Clodoaldo Campos¹⁴⁹, “divergindo de parecer do Sr. Secretário [de Agricultura], que pretende fique a citada Universidade em Salvador”, e conclui informando que o deputado Wilson Falcão prometia “defendê-la no plenário”. Nota um pouco mais longa foi publicada no número seguinte do referido jornal (edição nº 2647, de 02 de abril de 1960) com o título “Luta, o Prefeito Arnold Silva, pela Universidade Rural”, onde consta que o mesmo “estaria envidando todos os esforços para que a Universidade rural, que será criada dentro de breves dias pelo governo do Estado, seja estabelecida nesta cidade”. E acrescenta a nota:

Diante das incontáveis vantagens que um estabelecimento de ensino de tal porte trará para a nossa cidade, o Sr. Arnold Silva telegrafou ao Gal. Juracy Magalhães, governador do Estado, e ao Secretário da Agricultura reivindicando para Feira de Santana a Universidade Rural. [...] telegrafou também ao infatigável representante do povo feirense na Câmara Estadual, o deputado Wilson Falcão, elogiando sua luta pela vinda da universidade para nossa terra e credenciando-o a defender essa importante reivindicação feirense junto aos poderes públicos do Estado (Folha do Norte, ed. 2647).

Esta segunda notícia já teria mobilizado a sociedade local e outros políticos, segundo notícia publicada no Jornal da Bahia, na edição do dia 06 de abril de 1960, no caderno dos municípios, ocupando um quarto da página. Esta matéria expõe no bloco de chamada, que houve na cidade uma boa repercussão do discurso do deputado Clodoaldo Campos, na Assembleia Legislativa, favorável à implantação da sede da Universidade Rural no Município e passa a enumerar as vantagens da cidade, com certo estardalhaço, para acolher o citado empreendimento, vejamos:

Sendo esta o maior centro educacional secundarista interiorano, com mais de 2.500 alunos matriculados no ano passado. Com invejável posição topográfica, centro agropecuário de destaque, centro de mercado situado na zona de forte concentração demográfica, possuindo centros experimentais e de fomento do Estado, em grande número, logo essa idéia ganhou corpo, porque era uma das mais sentidas reivindicações dos feirenses. Por outro lado possui o Estado no Campo do Papagaio, áreas desocupadas, boas instalações onde sobressai uma espécie de Palácio Rural, a sede do ex-Núcleo Colonial do Papagaio.

Elementos que procurariam sensibilizar as autoridades estaduais e a opinião pública – na época o Jornal da Bahia estava se modernizando e procurava destacar-se perante os rivais de maior tradição. Na composição da citada matéria procurou-se arrolar depoimentos de algumas autoridades locais: do prefeito Arnold Silva (da UDN); do presidente da Sociedade Rural de Feira de Santana, Vicente Leite; do

¹⁴⁹ O deputado Clodoaldo Campos era oriundo da Região de Feira de Santana, do vizinho Município de Irará, cidade natal também do deputado federal Fernando Santana, ambos tinham muitas ligações com a cidade de Feira de Santana, centro regional.

presidente do Diretório Municipal do PSD, “Dr.” Eduardo Mota e do vereador Antonio Araújo, líder da Câmara Municipal, subscreveram a mesma declaração. Extensas declarações estão atribuídas ao “Dr.” Fernando Pinto Queiroz “presidente de divisão do Lions”, e ao “Dr.” Durval Carneiro. O primeiro destaca as condições propícias que a cidade oferecia, entre os argumentos: “Feira de Santana assegura meios de manutenção a alunos e professores num ambiente tipicamente rural sem perda de contato da chamada civilização urbana”. Pinto Queiroz considerava um “contrasenso” Universidade Rural na capital e completa: **“No interior, lugar adequado, é aquele que sendo rural, oferece as condições de progresso urbano. Esse lugar é Feira de Santana”**. O segundo, João Durval Carneiro, destaca as facilidades de comunicação da cidade exortando os deputados da Assembleia a apoiarem a proposta e Clodoaldo Campos, e finaliza: **“Olhem: estamos no período das interiorizações”**.

De fato a referida Universidade Rural está mencionada na proposta de desenvolvimento econômico para a Bahia (1959-1962), elaborado nas hostes da CPE em consonância com a SUDENE, durante a gestão de Juracy Magalhães, projeto conhecido como PLANDERB¹⁵⁰. Neste é rechaçado “o falso prestígio do ensino tradicionalmente acadêmico” e propõe como objetivo para o ensino superior **“reorientar a vida universitária no sentido de prepará-la para as tarefas do desenvolvimento [econômico]”** (p. 46). Além dos investimentos prioritários na Universidade da Bahia, da qual se esperava contribuição no âmbito da formação de profissionais técnicos e investimentos em pesquisas para incrementar o desenvolvimento econômico no Estado, o referido plano visava prioritariamente, depois da UBA, **“investir nas unidades técnico-profissionais mantidas [na época] pelo governo para alcançar o objetivo de uma Universidade Rural”**. Tais unidades eram: a “Escola Agrônômica da Bahia” e a “Escola de Medicina Veterinária” (p. 47). Por outro lado, a perspectiva de envolvimento da Universidade da Bahia no esforço desenvolvimentista contava com a continuidade e ampliação de investimentos na “Escola de Geologia, no Curso de Geologia do Petróleo (convênio com a Petrobrás), Faculdade de Administração e os cursos especializados mantidos pela Faculdade de Ciências Econômicas” (p.48). Referentes às “novas atividades”, que seriam desenvolvidas em “futuro imediato” são destacados **“como de maior urgência a preparação de engenheiros industriais, químicos e eletrotécnicos,**

¹⁵⁰ BAHIA. Governo. Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia - PLANDERB: 1960-1963. Salvador: CPE, 1960.

assim como a formação de mão de obra especializada para atender a procura imediata, através de cursos *ad hoc*” (idem).

5.2 Projeto da Fundação Ministro Simões Filho

Afora a conjuntura política de 1961 no Brasil, em razão da renúncia de Janio Quadros e a crise gerada que dificultou a posse de João Goulart, na Bahia o movimento estudantil, que participara dessa movimentação política, acolheu o primeiro seminário de reforma universitária da UNE. Ano em que no campo educacional obteve-se a aprovação da LDB, no âmbito do movimento encabeçado por intelectuais brasileiros a favor da escola pública, e criada foi a Universidade de Brasília, cuja implantação ocorreu no ano seguinte. Enquanto isso na Universidade da Bahia chegava ao fim a administração, da espécie de “oligarquia” modernizada, protagonizada por Edgard Santos, com a nomeação inesperada de Albérico Fraga. Este procurou adaptar-se aos novos tempos, conforme observamos através dos jornais da época, e promoveu a “interiorização” da Universidade com a implantação dos Seminários Livres de Música, em Feira de Santana e Itabuna, em 1962. Ainda no início da gestão, Fraga criaria comissão interna para estudar a “reestruturação” da Universidade da Bahia, em 1961 (MARQUES, 2005). O conteúdo desses estudos iniciara o professor catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da referida universidade, Jorge Calmon¹⁵¹, a abraçar e a articular-se ao movimento de interiorização, naquela conjuntura tensa em que os estudantes pressionavam por reformas e ampliação da oferta educacional. Coube, assim, a Jorge Calmon coordenar a iniciativa de elaboração da proposta inovadora de Universidade Rural para o interior do Estado da Bahia no âmbito da Fundação Ministro Simões Filho, entidade que aproximava os médicos Urcício Santiago, da Escola Baiana de Medicina, e a liderança “feirense” da ABM, Geraldo Leite – ideia de universidade já anunciada em 1960 pelo governo estadual de acordo com o horizonte do ensino superior rural existente naquela época.

Se o jornal de Feira de Santana, não nos permitiu acompanhar a movimentação dos intelectuais “feirenses” no ano de 1961, a memória de Fernando Pinto Queiroz (em concordância do próprio Geraldo Leite), consagrara uma versão

¹⁵¹ Este intelectual foi chefe do departamento de História, entre 1959 e 1962, e posteriormente chefiou o departamento de Jornalismo da mesma Faculdade. Nesta, em 1961, também ocupava o cargo de vice-diretor. Além disso, Calmon exerceu cargos na administração pública estadual e na época era editor do jornal A Tarde. (Cf. *curriculum vitae*, in Arquivo do Jornal A Tarde – arq. n.01.1-0121).

de que esse ano teria sido fundamental para o avanço das reivindicações locais por ensino superior, quando se discutiu a ideia de universidade. “O marco”, de acordo com as referidas memórias, foi a participação de Leite como entrevistado de programa radiofônico comandado por Pinto de Queiroz. De acordo com este último, a entrevista a ele concedida, no dia 20 de junho de 1961, consistiu “na primeira provocação sobre a implantação de uma universidade em Feira de Santana” e completa, “posso não ter razão...”¹⁵². Embora a ideia já tivesse sido lançada no ano anterior é provável que as repercussões desse evento tenham reverberado mais intensamente em razão da força de propagação do meio radiofônico daquela época. Tratava-se do programa semanal “Interesses da Comunidade” do Lions Clube, divulgado na Rádio Sociedade de Feira de Santana.

A participação de Geraldo Leite nesse programa ocorreu a propósito da divulgação do VII Congresso Médico Nacional de Hematologia, que previa a realização em Feira de Santana de algumas atividades, atendendo a gestões de Leite junto aos organizadores do evento, programado para acontecer em Salvador, com o fito de divulgar sua proposta de interiorização da medicina. Dos diversos contatos que mantivemos com Fernando Pinto ao longo desta pesquisa, o mesmo sempre anunciava que a universidade não teria nascido “do nada”, mas, sobretudo, fruto de um movimento interno ao município.

Da Fundação Ministro Simões Filho, perguntamos a Geraldo Leite sobre como essa instituição foi criada, que respondeu o seguinte:

Bom, vamos ver as raízes dessa Fundação. Eu era assistente de Urcício Santiago, na Escola Baiana de Medicina. O Urcício Santiago foi um dos fundadores da Escola Baiana de Medicina, um grande idealista, um grande entusiasta da educação, que fez um doutorado e PHD em Saúde Pública na Harvard, nos Estados Unidos. Ele era muito inteligente, muito inteligente. E ele era muito amigo de Cruz Rios e de Jorge Calmon e me levou ao A Tarde. E através de Urcício, eu fiz amizade tanto com Cruz Rios quanto com Jorge Calmon. A minha conversa era a mesma em todo parte que eu chegava: era sobre a universidade, sobre esse negócio de interiorização do ensino universitário, a universidade. Então Jorge Calmon disse: “É. É interessante...” [meditativo]. Ele viu algum interesse, mas interesse no bom sentido, ele via uma importância, um sentido nessa idéia. Então ele disse: “vamos criar uma Universidade Rural, mas antes vamos criar uma Fundação destinada á...”. Porque naquele tempo para se criar uma universidade era preciso a existência de pelo menos três escolas superiores, sendo uma delas de Filosofia. “Então vamos criar escolas de filosofia nas principais cidades do interior e isso atende a aspiração de Dona Regina [Simões] [...] Ela ficou tão entusiasmada que antes de existir a Universidade ela doou o gabinete de Ernesto Simões Filho, o pai dela, para reitoria da Universidade de Feira de Santana, antes de ela existir (Geraldo Leite, entrevista concedida à autora, dezembro de 2008, op. cit.).

¹⁵² Palestra proferida em maio de 1996, como parte das comemorações dos vinte anos da UEFS. Departamento de Educação, transcrição feita pela Profa. Leda Maria Barros.

O nosso entrevistado sempre buscou aproximação com os professores da Faculdade de Medicina, onde estudou, e da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, em decorrência mesmo de suas atividades na Associação médica e, de acordo com seu relato atualizado, fazia questão de manter o contato com a universidade: “eu vinha [a Salvador] sim, com frequência, com medo de me fossilizar, realmente”. Confirmou que em decorrência desses contactos diversos, então, acabou sendo “convidado para assistente do professor Urcício Santiago e do professor Alexandre Leal Costa”, na Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública. Esses laços devem ter sido estreitados ainda mais com a criação da Fundação Simões Filho, em 1962, pois a sua ida para a aludida Escola de Medicina ocorreu em 1963 (a partir deste ano Leite havia mudado de domicílio para Salvador, mas continuava desenvolvendo suas atividades profissionais em Feira de Santana).

Agora voltemos nossa atenção para a edição 2747, da Folha do Norte, de 03 de março de 1962, onde figura a manchete: “Feira será a sede da Universidade Rural”, e completa na sub manchete: “Prefeito Arnold Silva, presidente de honra da Fundação Simões Filho”. Desta forma chegou a notícia de criação da citada Fundação nos meios leitores de Feira de Santana, dois anos após a notícia, cuja manchete mais ou menos semelhante informava sobre a defesa da aludida universidade para a cidade, mas neste momento acrescida de um fato novo, uma entidade, que teria como “presidente de honra” o prefeito¹⁵³. Todavia, a matéria que acompanha a referida manchete, diferente da publicação anterior, fora elaborada com mais substrato e ocupa um terço da página, onde começa expondo que se tratava de reivindicação abraçada pela elite de Feira de Santana, mediante o descrito:

Estão particularmente empenhados na instalação da ‘Universidade Rural’ nesta cidade os Srs João Marinho Falcão, João Durval Carneiro, João de Almeida Bulhões, Dibon White, Áureo Filho, Joselito Amorim, Carlos Trindade, Vicente Quezado Leite, Waldemar da Purificação, Fernando Pinto de Queiroz e os Revs. Cônego Aderbal Saback de Miranda e Monsenhor Mário Pessoa da Silva.

O Sr. Osvaldo Torres, demonstrando possuir alto espírito público, resolveu doar à ‘Universidade Rural’ uma vasta área de terra nesta cidade. E o deputado Wilson Falcão já está lutando na Assembléia Legislativa para conseguir auxílios do Estado para a nossa “Universidade”, num esforço digno de elogios (Folha do Norte, de 03 de março de 1962).

¹⁵³ Aliás, não faltaram “presidentes de honra” para a Fundação Simões Filho, no Jornal da Bahia, também figuram os nomes de João Marinho Falcão e de Eduardo Fróes da Mota, “entre outros” políticos feirenses, diz esse jornal (edição de 14/03/1962).

A maioria dos nomes aí citados estava ligada ao partido da UDN, o mesmo vínculo que uniria o prefeito da cidade naquela época, o Sr. Arnold Silva, um dos proprietários do Jornal Folha do Norte. As possíveis omissões de desafetos políticos ou pessoais dos donos do jornal¹⁵⁴, não ocultavam que o grupo acima destacado seria representativo na cidade dos campos: político, econômico, religioso e intelectual. Posto que o referido partido também fosse hegemônico no município e no governo estadual baiano de Juracy Magalhães.

A criação de uma Fundação para fazer funcionar a “Universidade” sonhada, desde 1960, parece que reuniria a força necessária para formar um expressivo “grupo de pressão” a partir de Feira de Santana em defesa da instalação da sede da pleiteada instituição na cidade, que deveria ter um alcance estadual. Prevendo-se a criação nas cidades de Jequié e Vitória da Conquista, respectivamente, de uma Faculdade de Odontologia e de um Instituto de Medicina Rural, “ainda em 1963”, salienta o jornal, e anuncia como certa a concretização da universidade que teria sua sede localizada em Feira de Santana. Agradecimentos “da cidade” são destacados na citada edição da Folha do Norte, “a todos aqueles que lutaram com esforço e dedicação para que a ‘Universidade Rural’ tivesse nesta cidade a sua sede, **destacando-se o Dr. Cícero [entenda-se **Urcício**] Santiago, o Dr. Geraldo Leite**, extraordinário batalhador, e o Prefeito Arnold Silva - que deu todo apoio, desde o início, a ideia de criação da ‘Universidade’”. A novidade foi descrita da seguinte forma pela Folha do Norte:

O povo feirense assiste comovido e esperançoso à concretização de um dos seus maiores sonhos, que é a criação, nesta cidade, de escolas de nível superior, quando surge, do trabalho patriótico de cidadãos verdadeiramente devotados ao progresso da Bahia, a **Fundação “Simões Filho” que dá, ao nosso Estado, a “Universidade Rural”, destinada a pontilhar todo o *interland* baiano de faculdades e institutos**, que virão oferecer maiores oportunidades à mocidade estudiosa de nosso estado (10 de março de 1962).

De fato, a matéria em análise não deixa dúvidas sobre a concretização do anúncio e a movimentação do campo cultural no sentido de fazê-la funcionar. Buscava-se não somente disponibilizar espaço físico, com a oferta de terreno por empresário local, mas se pensava em utilizar o “majestoso prédio da Biblioteca

¹⁵⁴ É possível observar na mesma edição acima mencionada, em outra matéria da capa, manifestação replicando matéria de outro jornal dos concorrentes políticos, que tecera “críticas” supostamente maledicentes contra a gestão municipal, designado como “órgão oficial do PSD, ou ‘Gazeta’ do PSD”. Antecipando as disputas eleitorais entre os principais partidos, que se acentuariam a partir daí até as eleições municipais de novembro do mesmo ano. Tratava-se do Jornal Gazeta do Povo, que voltou a ser editado nesse período até a queda do prefeito Francisco Pinto, em 1964.

Municipal Arnold Silva”, que estaria para ser inaugurado, para abrigar uma das duas Faculdades previstas para Feira de Santana, “de Ciências Econômicas e Filosofia”. Implantação anunciada para o ano seguinte, 1963. Por outro lado, cogitava-se a criação de um “Instituto de Cultura Hispânica”, que estaria ligada à universidade pretendida, anunciada pelo Jornal como resultado de “um forte e vitorioso movimento da colônia espanhola de Salvador e desta cidade, chefiado pelo **Dr. Jose Carrera Oubina**”. Organização de palestras a serem proferidas pelo Prof Orlando Parahin (de Pernambuco), para discutir sobre a “necessidade de interiorização da Universidade”, consistiria outra frente prevista de movimentação do referido campo, nesse momento instituído sob forma da Fundação Simões Filho, que agregaria, sobretudo, conhecidos intelectuais da capital baiana.

A “**Diretoria**” da Fundação Simões Filho, eleita em 21 de março, divulgada na edição (nº 2749) de 24 de março de 1962 da Folha do Norte, era composta dos participantes seguintes: Prof. **Jorge Calmon**, o **Presidente**; Prof. **Urcício Santiago**, como **Vice-Presidente**; Dr. **Geraldo Leite**, o **Secretário Geral**. Para a “**Diretoria Executiva**” estariam definidos: Prof. **Urcício Santiago**, como “**Coordenador**”; Dr. **Geraldo Leite**, como “Diretor de Administração e Finanças”; Dr. **Itazil Benício dos Santos**, como “**Diretor de Obras e Planejamento**”; Dr. **Josiceli Freitas**, como “**Diretor de Educação e Cultura**”; Dr. **José Carneiro Albinha [entenda-se Oubiña]**, como “**Diretor de Intercâmbio Cultural**”; Dr. **Volney Machado**, “**Diretor de Relações Humanas**”.

Geraldo Leite tinha esclarecido, dias antes, sobre a “criação” da Universidade Rural enquanto uma perspectiva de futuro imediato da “Fundação Ministro Simões Filho”, título de seu elucidativo artigo publicado a 10 de março de 1962 (edição nº2747), também no Folha do Norte. As ideias expostas, escritas no calor dos acontecimentos traduzem uma perspectiva de ensino superior e de universidade até então inéditas na Bahia, logo no primeiro parágrafo anuncia categórico:

Criada está a Fundação Ministro Simões Filho. Ganha com isto a Interiorização Universitária novo e substancial alento [...] Concretiza-se de modo admirável o ardente sonho das populações interioranas: **o ensino superior em bases amplas, num modo condizente com as condições em que vivem, lutam e proliferam.**

Mais adiante elucida que a Universidade Rural projetada seria “**uma Universidade Livre, dinâmica e moderna, feita para mestres, alunos e ex-alunos, para a elite e para o povo, de modo a transformar o panorama cultural não só da Bahia, mas do Nordeste**”, imprimindo ao discurso escrito as novíssimas

discussões sobre a função social dessa instituição, postas pelas últimas novidades que começavam se experimentar na UnB, recém implantada, bem como pelo movimento estudantil, para o qual a instituição universitária no Brasil deveria voltar-se para “o povo”. O texto citado antecipa que a pretensão com a universidade rural seria **“acima de tudo melhorar o ensino médio, preparar professores para os Ginásios e Institutos do interior”** e para isso **seriam criadas “Escolas de Filosofia** nos centros mais desenvolvidos, além de outras de nível superior, de acordo com as condições e possibilidades de cada comuna”. O perfil que se esperava construir era o de Escolas **“de alto padrão, afastadas do cosmopolitismo das grandes cidades do litoral**, com professores qualificados, de boa remuneração e **com dedicação integral”**. Por outro lado, Leite articula os interesses reivindicados pelos médicos “feirenses” de busca por atualização aos objetivos da pretendida Universidade Rural, quando afirma que a mesma também ofereceria **“Cursos de extensão para médicos rurais e de saúde pública, para engenheiros, dentista, médicos que desejem trabalhar no campo estão, de igual modo, nas nossas cogitações”**. Ou seja, desenhava-se uma proposta de Universidade Rural completamente diferente das existentes, então vinculadas exclusivamente aos interesses da agricultura em si, conforme já o dissemos, de acordo com as necessidades sociais postas naquele momento histórico:

Será a Universidade do Interior, do Desenvolvimento, do Progresso e da Integração. Com sede em Feira de Santana e Escolas ou Institutos localizados não somente na ‘Princesa do Sertão’ mas também em Ilhéus, Itabuna, [Vitória da] Conquista, Jequié, Juazeiro e outras cidades, **escreverá páginas gloriosas capazes de engrandecer não os seus fundadores, mas a nossa terra e a nossa gente!** (Geraldo Leite, Folha do Norte, nº 2747, 10 de março de 1962, transcrito cf. original).

Traduzia-se, assim, o espírito do tempo como antídoto ao “golpe” sofrido por Edgard Santos (pela não recondução ao cargo de reitor), o grupo diretor esperava que a nova universidade escrevesse “páginas gloriosas”, como a sua precedente UBA, “capazes de engrandecer nossa terra e nossa gente” e “**não**”, exatamente, “**os seus fundadores**”, pois seria a “**Universidade do Interior, do Desenvolvimento, do Progresso e da Integração**” – consignas muito distintas em face da concepção elitista de universidade, que se desmontava com muita rapidez diante das novas propostas advindas, sobretudo, da UnB, da Universidade do Ceará, que implementavam mudanças que repercutiriam na universidade no Brasil. Isto é, pela novidade que representava para a Bahia era vista como “uma empresa revolucionária cujos frutos não somos capazes de prever”, escreveu Leite (op.cit.),

pois se previa partir da formação básica de professores para atingir os níveis mais elevados do ensino.

O tripé que formava a “Diretoria” da Fundação Simões Filho, reunia uma representação da intelectualidade baiana bastante original, principalmente por contar com a participação de um representante “interiorano” e “feirense” que provocava a UBa a favor da interiorização da universidade e da medicina, Geraldo Leite. A presença da figura do Prof. Jorge Calmon, o Presidente, enquanto agente ligado ao jornal A Tarde, de propriedade de Dona Regina Simões, assemelha-se à postura conhecida do Jornal Estado de São Paulo, um ou dois anos antes, em defesa da “escola pública” no âmbito das discussões sobre a LDB/61. No caso baiano o jornal abraçava a causa da “interiorização” da universidade, cujo editor chefe, Jorge Calmon, era um ativo professor universitário, que na ocasião tinha sido um dos componentes da “comissão de planejamento da Universidade da Bahia” (cf. *curriculum vitae*, op. cit), de onde obteve parte substancial do credenciamento para discutir a oferta de ensino superior para além dos limites da capital baiano.

A concepção de universidade desenhada para o interior, pré-anunciada por Leite, adveio da participação de Calmon na comissão referida, pois no documento prévio elaborado expõe parte do conhecimento adquirido para o desenvolvimento das atividades da comissão de “reestruturação” da UBA. Sob a forma de discurso apresentado á comunidade feirense, Jorge Calmon desenhou uma espécie de anteprojeto de universidade para o interior da Bahia, no documento intitulado “Interiorização do ensino superior na Bahia” (Texto original encontra-se no arquivo particular de Fernando Pinto Queiroz, resumo publicado no jornal A Tarde, de 17 de abril de 1962). Nele expressa claramente: “tivemos a primazia de participar da comissão [...], o estudo da [...] Universidade da Bahia acompanha o planejamento de Brasília, como ali institutos básicos e faculdades voltadas exclusivamente para a formação profissional”. Outro destaque é o Prof. Urcício Santiago, como Vice-Presidente. Este foi uma espécie de inovador no ensino médico da Bahia, após doutoramento em Havard, Urcício Santiago “regressou a Salvador imbuído da ideia de fundar uma Escola Saúde Pública nos moldes das existentes, naquela época, em São Paulo e Minas Gerais”, contudo a aproximação com Jorge Valente, que participou do plano e incluiu a formação médica (Cf. Simões, Antonio, Relatório da Fundação Bahiana para o Desenvolvimento da Medicina, 1952-1958¹⁵⁵). Em 1950,

¹⁵⁵ Apud Leite, Geraldo. *Reminiscências*, op. cit. p.357.

associado a outros professores o citado médico implantou a Escola de Medicina e Saúde Pública¹⁵⁶.

Enquanto o jornal Folha do Norte, de Feira de Santana, dava conta do envolvimento dos diversos setores da elite local com a proposta de ensino superior para a cidade, encontramos nas páginas do jornal A Tarde a força da mobilização que envolvia outras camadas e setores sociais – conforme vimos, a própria linguagem utilizada na escrita de Geraldo Leite não ocultava o caráter popular de que se revestiu a reivindicação na cidade. No dia 10 de março de 1962, A Tarde publica matéria na página 4, cujo título informava: **“Criam-se em Feira de Santana Comitês de Estudantes e Operários pela Universidade Rural”**. Foto abaixo que ilustra a matéria não deixa dúvidas, lá estavam Geraldo Leite (esquerda da foto), Urcício Santiago (no centro), com o apoio de Fernando Pinto (à direita), na linha de frente das mobilizações, ou seja, o grupo exclusivo de intelectuais, e na mesma foto aparece ao fundo a bandeira do Lions, do qual Fernando Pinto era um dos principais dirigentes.



A referida notícia do jornal A Tarde¹⁵⁷ apresenta detalhes acerca de **“duas importantes reuniões”** promovidas pelos referidos agentes (nominados como “Grupo Central Coordenador” ou “Comissão Coordenadora”): **“a primeira com líderes sindicais e representantes de associações profissionais e a segunda**

¹⁵⁶ O Jornal da Bahia, de 14 de março de 1962, em matéria com título semelhante ao da Folha do Norte (“Feira será sede de Universidade Rural”), procura citar o envolvimento de Wilson Falcão, omitido pelo concorrente, A Tarde, falando da defesa do mesmo na Assembleia Legislativa a favor da “URB” e do “Instituto Brasileiro de Medicina Preventiva”. Provavelmente na linha de interesses que envolvia Urcício Santiago.

¹⁵⁷ Não há registro de créditos para o fotógrafo.

com os dirigentes dos grêmios estudantis e do órgão de classe [a AFES], quando foram organizados os respectivos comitês pró-Universidade Rural” (A Tarde, 10/03/1962). Lá estavam presentes:

Do encontro com os trabalhadores participaram o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes Verdes e Derivados, Associação Profissional na Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico, Associação Profissional na Indústria de Panificação e Confeitaria, Associação Comercial dos Feirantes no Comércio Varejista, Associação Profissional dos Empregados do Comércio, Associação Profissional do Comércio de Frutas dos Vendedores Ambulantes e a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Calçados (A Tarde, 10/03/1962).

Da segunda reunião presentes estavam “todos” os dirigentes estudantis, que se manifestaram sobre o assunto e na ocasião apresentaram sugestões “das mais interessantes”, afirma o jornal, após o que “resolveram organizar um Comitê Central”, com a finalidade de coordenar “os trabalhos em todos os estabelecimentos de ensino”. Os estudantes presentes à reunião estão nominados:

Dentre eles o jovem Teonilo Falcão da Silva presidente da Associação Feirense dos Estudantes Secundários [AFES], Milton Melo, presidente do Grêmio Estudantil Honorato Bonfim, Celso Ribeiro Daltro, presidente do Grêmio Estudantil Arlindo Barbosa, Elder Guimarães Alencar, Dega Vieira, Celso Vieira, Dasio Brasileiro Filho, Raimundo Moraes, Raimundo Pinto e outros (idem, ibidem).

Na mesma ocasião, completa a referida matéria: “Por proposta do dr. Fernando Pinto ficaram os dirigentes da Fundação Ministro Simões Filho incumbidos de examinar a possibilidade de, ainda este ano, proporcionar cursos pré-vestibulares à estudantes do interior do Estado”, com previsão de serem iniciados de imediato na cidade de Feira de Santana, “a partir do próximo mês de julho”. Como conclusão há referências a visitas realizadas a políticos locais pela referida “Comissão Coordenadora”, visando manter “entendimentos a respeito da Universidade Rural”, cujos resultados puderam “deduzir do entusiasmo e boa vontade de todos em colaborar com essa iniciativa” (idem).

Em edição da semana seguinte, o jornal A Tarde (17/03/1962) contemporiza a matéria que enfatizara a participação dos setores estudantis e operários iniciando o movimento de luta por universidade em Feira de Santana, destacado na publicação acima citada – numa linha de redação que mais se assemelhava ao concorrente Jornal da Bahia. Em outra matéria, “**Idéia de Universidade Rural gera opinião entre todas as classes [sociais] de Feira**”, A Tarde informa já haver o jornal publicado anteriormente “numerosos telegramas chegados do interior do Estado,

notadamente de Feira de Santana, com aplausos à ideia de Universidade Rural surgida entre profissionais liberais e professores baianos”. E completa o argumento: **“A iniciativa parece ter impressionado de modo particular a população de Feira, em cujo seio se formou um movimento de opinião de apoio ao projeto** como testemunham as novas demonstrações que nos chegam através de muitas outras mensagens”.

Nesta matéria são transcritos telegramas de apoio e solidariedade recebidos pela Fundação Ministro Simões Filho, enviados por pessoas representativas da elite do município. Entre estas o assinado por Osvaldo Pirajá, presidente da ABM local, em nome dos “médicos de Feira, reunidos em assembleia geral, por seu órgão de classe deliberaram hipotecar inteira solidariedade a essa fundação tão patriótica para a interiorização universitária”. As demais manifestações telegráficas transcritas foram assinadas por: Prof. José Jorge Assad; Fernando Falcão, pela Comissão das Obras da Rio-Bahia; Adalgisa Andrade, pelo grêmio Estudantil Dival Pitombo¹⁵⁸. O corpo docente da Escola Normal, Colégio e Ginásio estaduais de Feira, Dival Pitombo assina pela comissão; José Magalhães representando o Clube dos Comerciários; Antonio Coelho, gerente do Banco Mineiro da Produção, em nome dos funcionários; Renato Santos Silva, “provedor” da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana. O conteúdo mais expressivo da contrariedade que parece ter provocado a matéria anterior, de 10 de março, parece ser o seguinte, enviado por Silvio Marques, Diretor da Emergência Médico-Cirúrgica do Serviço de Pronto Socorro Particular de Feira [EMEC], vejamos: “[o EMEC] por seu corpo administrativo, médico e auxiliares, hipoteca total apoio a essa Fundação, cujo **sadio objetivo** é a interiorização da Universidade”.

E continuam os telegramas: Augusto Freitas assina pela Liga Feirense contra a Tuberculose; Aníbal Vasconcelos, gerente da Caixa Econômica Federal de Feira de Santana, em nome dos funcionários; Vicente Quezado, gerente do Banco Econômico da Bahia agência de Feira, em nome dos funcionários; pelos funcionários do Banco do Brasil de Feira, assina Mário Nou, gerente; e José Jandiroba do Jornal Gazeta do Povo.

Por outro lado, correspondências telegráficas de mais trinta e três signatários também são transcritas na edição de 07 de abril de 1962 do jornal A Tarde (a

¹⁵⁸ A ausência da representação estudantil do grêmio da Escola Normal na reunião anteriormente citada com estudantes, onde estariam “todos” os representantes de entidades estudantis feirenses, pode ser explicado pelo forte preconceito que existia na época contra a participação feminina.

matéria inicia-se na p. 2 e continua à p. 12), de cidadãos e cidadãs conhecidos na cidade, de profissionais liberais, religiosos, loja maçônica, etc., demonstrando entusiasmo dos agentes locais pela possibilidade de ensino superior na cidade. Dentre os últimos telegramas constava o enviado por Francisco José Pinto dos Santos (o Chico Pinto, que venceria a disputa eleitoral para prefeito, pelo PSD, nesse mesmo ano), que subscreve com Demóstenes Álvaro de Brito, colega de escritório de advocacia, o seguinte texto: “Hipotecamos irrestrito apoio à sua Universidade que, estamos certos, libertará a indigência interiorana, granjeando para a Bahia o mais destacado relevo no cenário nacional”.

O título da citada matéria “**Povo Americano oferecerá os primeiros livros da Faculdade de Feira de Santana**”, já anunciava outro alinhamento, cuja abertura é ilustrada com carta do “Adido Cultural do Consulado Americano” na Bahia, oferecendo os tais livros “para a Faculdade de Filosofia em Feira de Santana” e menciona que “A Fundação Ministro Simões Filho teve a feliz iniciativa ao convocar recursos para a educação do povo”. Na mesma publicação são transcritas cartas dos profs. Nelson de Souza Oliveira e Germano Machado à Fundação Simões Filho. Da carta de Machado extraímos o seguinte trecho:

Justo que seja Feira de Santana pelas suas possibilidades culturais e econômicas, pelo empenho e pelo devotamento de seus filhos, com a íntima colaboração com a por todos os títulos louvável e imprescindível Fundação Ministro Simões Filho, o município iniciador de um movimento que visa “**a interiorização do ensino neste Estado**” (A Tarde, 07 de abril de 1962, p. 12).

O missivista já tinha tomado conhecimento pelo próprio jornal e esclarecido através de “editorial” de 23 de março de 1962, sobre as intenções no encaminhar das propostas da referida “Fundação”, pois se tratava mesmo de uma “interiorização do ensino” na Bahia¹⁵⁹. A absoluta carência de oferta educacional no interior obrigava os idealizadores a estabelecer “um plano prudente e honesto, pois em lugar da criação imediata de faculdades, o que seria inexecutável”, cuidava-se “de formar condições para a futura implantação daqueles estabelecimentos”. Condições que seriam dadas com “a organização de escolas [entenda-se Faculdades de Filosofia] preparatórias de professores para ginásios e colégios, de onde, por sua vez, sairão os candidatos ao ensino superior nos municípios”. O reconhecimento dos

¹⁵⁹ Artigo assinado por Mário Piva, no Jornal A Tarde, edição de 17/03/1962 (p.5) intitulado “**Sugestão oportuna**” comprova a veracidade dessa afirmação: “O governador, em exposição feita no vídeo, mostrou-se preocupado com o um milhão de crianças baianas sem possibilidade de receber instrução”. Ou seja, registrava-se carência em todos os níveis.

principais dirigentes da Fundação sobre os escassos recursos destinados à educação e as possibilidades ínfimas da administração estadual, levou-os a despertar “uma nova consciência dos interesses locais, com a convocação que pretende fazer, dos recursos do próprio meio, para criação e manutenção das faculdades básicas”. Por meio disso procurou evitar “as escolas supérfluas ou menos necessárias, para **concentrar seus esforços em centros de educação cujo funcionamento consulte às necessidades da economia do interior**”. Como a descrição do “plano”, o editorial é excessivamente prudente e não assume abertamente a entidade em causa como uma bandeira do jornal, mas Germano Machado insinua em sua carta:

Parabéns aos que lembraram o nome de Ernesto Simões Filho, jornalista, professor sério na formação da consciência cultural nesta gloriosa Província, Ministro da Educação e da Cultura, fomentador do ensino adequado às realidades nacionais. Patrono dessa campanha, o nome, a figura, a flâmula de lutas, a bandeira da bahianidade de Simões Filho e a materialização do lutador que é “A Tarde”, levarão à vitória à universidade, estendida de Feira de Santana a outros municípios do Estado (transcrito cf. original).

Naquele momento parece que o jornal A Tarde, a “grande voz pública da Bahia”, conforme denomina esse último missivista, não esperasse apoios tão contundentes, alguns inusitados, à ideia de Universidade no interior. As andanças de Urcício Santiago e os “Comitês” populares não foram mais mencionados pelo jornal, exceto nota publicada na sessão dos Municípios, na edição de 13 de abril de 1962, sob o título “Comitê de Rádio e Imprensa pro Universidade do interior”, com seguinte teor:

Acaba de ser instalado nesta cidade um Comitê de Rádio Imprensa pro Universidade do Interior. O ato teve lugar no auditório da Rádio Sociedade de Feira de Santana e foi irradiado pela referida emissora, em cadeia com a emissora co-irmã, A Rádio Cultura de Feira.

Tomaram parte na solenidade representante de todos os órgãos de publicidade locais, inclusive dos nossos serviços de alto-falantes. Foi eleito para presidente do Comitê o Sr. José Manoel Araujo Freitas.

Embora em Feira de Santana a temperatura a favor da Universidade continuasse alta o jornal A Tarde parecia recuar. Por outro lado, os indícios sugerem que o mesmo enfrentaria outras questões, pois se esse movimento que pretendia “revolucionar” a oferta de ensino superior na Bahia repercutia calorosamente em Feira de Santana, a ideia de estender a universidade para “todos” ou para o interior, não era exatamente o que defendia os agentes de setores intelectuais do governo baiano, representados na CPE, conforme expresso no PLANDEB – em certo sentido, também, autorizados pela instituição universitária hegemônica no Estado,

muitos dos quais eram professores da Faculdade de Ciências Econômicas. À página 47 do documento citado, critica-se com veemência o “pulular de movimentos reivindicatórios da fundação de novas faculdades particulares de Direito e de Filosofia”, na opinião dos mesmos seriam “aparentemente mais fáceis de improvisar”. Perante tais impertinências reclamavam os técnicos do PLANDEB:

Uma rigorosa política universitária está a se impor, que ponha côbro a semelhantes despropósitos de criação descontrolada e injustificada de tais faculdades. O desserviço social que tais criações determinam é dificilmente avaliável, pois além de desviarem de carreiras técnicas e de funções úteis – universitárias ou não, pouco importa no caso – a determinado número de jovens, tem ainda o inconveniente maior de promoverem uma pressão clientelista artificial, determinada pelos novos excedentes portadores de diploma [...] (p. 47).

Como vimos anteriormente, a preocupação dos técnicos era “adaptar” a educação ao projeto de desenvolvimento, que já se vislumbrava excludente, conforme esclarecimento à p. 51: não se tratava de “um mero plano educacional limitado à finalidade exclusiva de educar”, porque para obtenção de “maior rentabilidade” o mesmo foi, assim, “adaptado” no “propósito desenvolvimentista que o anima”, voltando-se o “esforço planejador da educação baiana a uma decisiva engrenagem com o propósito deliberado de transformação estrutural da economia” (pp.51-52). Portanto, não parece fora de propósito que no editorial do jornal A Tarde, escrito provavelmente por seu, a essa altura pressionado, redator chefe, Jorge Calmon, seja explicado que a Fundação iria “concentrar seus esforços em centros de educação **cujo funcionamento consulte às necessidades da economia do interior**”. Contudo advertia: “e **nenhuma conveniência mais elementar existe do que a educação do povo, base de qualquer espécie de progresso**”.

Os indícios de que na esfera governamental os objetivos eram outros podem ser encontrados na “coluna social”, do na época conhecido cronista feirense, Eme Portugal informou na sua publicação de 17 de março de 1962 (Jornal da Bahia), que no âmbito da Universidade Rural seriam implantados em Feira de Santana: “Faculdade de Filosofia, base para uma Universidade, e a Faculdade de Eletro-Mecânica”¹⁶⁰. Com relação a esta última o referido colunista havia de fato acertado em parte, sinal de que o mesmo dispunha de “fontes seguras” nas instâncias de poder municipal e estadual, pois a mesma seria cogitada na gestão municipal de

¹⁶⁰ Na abertura da coluna social citada, Eme Portugal escreveu: “Feira de Santana progride, cresce, evolui, desenvolve-se em todos os setores. No campo cultural andávamos parados, agora entretanto lembraram da cultura e da inteligência do nosso povo”, e encerra com agradecimentos à Fundação Simões Filho “pela lembrança”, demonstrando que se tratava de projeto em maior proporção com envolvimento externos.

João Durval Carneiro, em fevereiro de 1968 (Cf. jornal Situação, 17 de fevereiro de 1968, em matéria da capa: “Escola de Engenharia Eletromecânica”). Ou seja, os objetivos “instrumentais” para a educação na Bahia já estariam postos bem antes do golpe militar.

A resposta às demandas da sociedade civil incorporada pela Fundação Simões Filho, que pensavam uma Universidade Rural fora dos padrões imaginados pelos planejadores baianos, apenas preocupados em incrementar a formação exclusiva de técnicos, não tardou a chegar: a incorporação à UBA da unidade interiorana “de formação técnica” administrada pelo governo, a Escola de Agronomia, ainda em 1962 (Anunciada no Jornal da Bahia em 24 de maio de 1962, p. 3, com o título: “Bastante proveitosa a incorporação da Escola de Agronomia à Universidade”). Pondo “cobro”, com o aval das mãos “sensíveis” e “zelosas” do Estado baiano, aos “despropósitos” de criação “injustificada” de faculdades no interior. Desfazendo assim as intenções, abraçadas pelo movimento popular, de criação de Universidade Rural, pondo-se em curso a “decisiva engrenagem”, pois a proposta da gestão estadual de universidade técnica havia saído do controle.

Leitura atenta do PLADEB, na área da educação, permite entender que o este sugere a concentração de esforços e investimentos em todos os níveis de ensino deveriam incidir sobre a capital. Isso com, vista às necessidades de crescimento econômico, a favor da industrialização – cujo projeto excluía explicitamente parcelas consideráveis da população e propunha o “uso instrumental da educação”, a fim de que se evitassem “novos excedentes portadores de diploma” (p. 49-52).

Todavia a evolução dos envolvimento de setores diversos da população de Feira de Santana em prol da Universidade Rural parecia incontido. Em discurso proferido no ato de implantação dos “Seminários de Música” em Feira de Santana, no dia 06 de abril de 1962¹⁶¹, o Reitor da UBA, Albérico Mota, não teve como fugir do tema, vendo-se obrigado a proferir “palavras de carinhoso apoio e estímulo à Fundação Ministro Simões Filho, dizendo que a Universidade da Bahia fará o que possível for em prol da futura Universidade” (A Tarde, 07/04/1962).

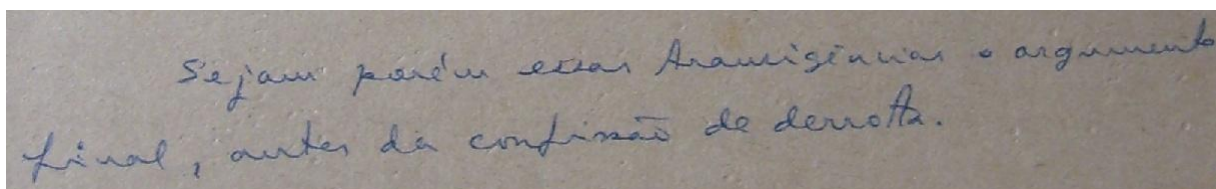
No entanto, como se pode deduzir, essa Universidade nada fez nesse sentido, melhor dizendo, seus dirigentes, parece que atuava no movimento contrário, que tinha nos planejadores estaduais os grandes mentores. Um dos importantes agentes públicos desse período nos confidenciou que era de conhecimento geral,

¹⁶¹ O primeiro desses Seminários foi implantado em Itabuna em 26 de março de 1962 (Cf. anunciado previamente na edição de 21 de março desse ano, na seção dos municípios do Jornal da Bahia).

entre os que militavam na área, a oposição da direção da UBA à interiorização do ensino superior, desde Edgard Santos até Roberto Santos, contudo não permitiu que lhe creditasse a informação. Mas o estudo de outras fontes aponta alguma evidência nessa direção, por exemplo, José Maria Nunes Marques, referindo-se ao período posterior, escreveu em 1989:

“Os obstáculos [...] foram consideráveis, tanto em 1968 quanto em 1976, ou mesmo em 1970, quando da criação da Fundação Universidade de Feira de Santana, **tendo de enfrentar o ceticismo e a má vontade de uma parte, felizmente minoritária, mas atuante, da assim chamada *intelligentzia*, plantada na capital da Província, e freqüentemente convicta de viver ainda no tempo da monarquia.** Esse tipo de resistência só desaparece quando o projeto da Universidade começa a materializar-se e se torna irreversível” (In, NUNES, 2007, p. 227).

5.3 Festivo ocaso da Universidade do Interior (“Rural”)



“Sejam, porém, essas transigências o argumento final, antes da confissão de derrota” (Nota de Jorge Calmon à p. 25 do doc. ‘Interiorização da Universidade’)

Diante da mobilização feirense a continuidade dos trabalhos da Fundação Simões Filho em Feira de Santana, Vitória da Conquista (local onde parece houve a segunda maior repercussão), continuou até onde essa força os impulsionaram. Por outro lado havia a evidência de que o “progresso” não poderia prescindir da educação, a consciência da necessidade de implantação de universidade no interior baiano sensibilizou outros intelectuais ligados à UBA, a maioria da Faculdade de Filosofia. Na elaboração de proposta inicial, Jorge Calmon, agradece a seus colegas professores da Faculdade de Filosofia, “preciosos colaboradores, cujo interesse é um elemento promissor para a Faculdade de Feira de Santana” (Cf. “Interiorização da Universidade”, p. 18-19).

Aristides da Silva Gomes [diretor da Faculdade de Filosofia da UBA], José Moreira Pinto [Chefe Departamento de História Natural], Luiz Moura Bastos [Chefe Departamento de Matemática], Lauro Sampaio [Chefe Departamento de Química], José Tobias Neto, Antonio Pinthon Pinto [Catedrático de Administração Escolar e Educação Comparada], Aurélio Laborda [Chefe Departamento de Letras Neo-Latinas], Penildon Silva, mons. Manuel Aquino Barbosa e Ângelo Almeida¹⁶².

¹⁶² Não conseguimos identificar apenas a filiação acadêmica de Ângelo Almeida.

Estas referências a professores foram publicadas na última e maior reportagem que A Tarde dedicou ao assunto¹⁶³, cujo título foi: **“Feira de Santana quer ter em 1963 Faculdade de Filosofia”** (Edição n.17312 de 18/04/1962, p.2.). Ocupando um terço da página, a matéria traz informações substanciais sobre o desenho do projeto de Universidade Rural apresentado e “discutido” com a comunidade de Feira de Santana, que num festivo domingo, dia 15 de abril de 1962, reunira-se no “salão nobre da Câmara Municipal” (situada no andar superior do prédio da Prefeitura Municipal). Pela Fundação Simões Filho, anuncia a matéria, compareceram “Jorge Calmon, Urcício Santiago, Josiceli Freitas, Itazil Benício dos Santos, Volney Machado, Sr. José Valentim Carreira Oubiña, representando dr. José Oubiña”¹⁶⁴. Do público presente o jornal registrou “o prefeito Arnold Silva, o Sr. João Marinho Falcão, os presidentes da Associação Comercial, do Rotary Club, do Lions Club, representante da guarnição da Polícia Militar, vereadores, professores, jornalistas, estudantes, operários e muitas outras pessoas”. O evento, de acordo com a mesma fonte, foi precedido da instalação do Comitê Estudantil, momento em que Urcício Santiago, pela Fundação, e o estudante Teomilo Falcão fizeram pronunciamentos.

Da exposição do conteúdo da proposta realizada por Jorge Calmon destacamos o seguinte (de acordo com o documento original “Interiorização da Universidade”, lido na ocasião):

- Diagnóstico prévio, no âmbito do ensino superior constatava “o monopólio pelas capitais” como sendo uma “entre as renitentes anomalias do desenvolvimento brasileiro”. Situação extensiva aos demais níveis de ensino “que tem sido privilégio daqueles centros”. A exceção vinha do governo paulista que “interiorizava” esse nível de ensino, criando escolas superiores de “alto padrão, como a Escola de Medicina de Ribeirão Preto, as de Campinas, São Carlos, Assis, Presidente Prudente, excelentes Faculdades de Engenharia, de Odontologia, de Filosofia,

¹⁶³ No documento “Interiorização da Universidade”, não constam entre os nomes indicados acima os de mons. Manuel Aquino Barbosa e Ângelo Almeida. Mas acrescenta que Aristides Gomes, Moreira Pinto e Penildon Silva ajudaram na indicação dos equipamentos necessários aos laboratórios de Química, Física e História Natural (p.19).

¹⁶⁴ O nome de Geraldo Leite não aparece nessa matéria, mas é provável que lá estivesse, pois o seu nome consta no documento referido. Como vimos acima, pelos jornais foram registrados dois encontros em Feira de Santana (esse seria o segundo) no primeiro há registro fotográfico de Leite. Provavelmente, para efeito de divulgação pública Jorge Calmon tenha preferido, nessa última matéria, assegurar apenas a “autoria” dos professores da Faculdade de Filosofia da UFBA.

Ciências e Letras” (p. 3). Portanto, São Paulo inspirava o plano apresentado de “Universidade do Interior”¹⁶⁵.

- No caso da Bahia era grande o contraste entre o ensino público atendido pela esfera estadual na capital e no interior. A concentração de recursos educacionais na capital (“em cujo perímetro se exercitam e praticamente se esgotam as atenções do poder público”) provocava “desníveis de oferta de ensino entre parcelas de uma mesma população”. Apresentando-se a necessidade de expansão educacional como **“um direito social à educação nos seus vários graus”** e, neste sentido, caberia **“a toda população e não somente a uma fração dela, beneficiada pelas circunstâncias de viver dentro dos limites das capitais”** (p.3). Pois o governo oferecia às comunidades do interior **apenas o ensino primário**, “com a colaboração das prefeituras e, às vezes, do governo federal. [...] Fora da esfera do ensino primário a ação do poder estadual” era, **“meramente, ocasional e supletiva”**. Portanto, eram ínfimas as responsabilidades da gestão pública com a educação das populações interioranas na Bahia também no que dizia respeito à criação e manutenção dos ginásios e colégios do interior e dos “institutos pedagógicos ou escolas normais”.

- Ao lado dessa ação restrita e “deformada” do poder estadual encontrava-se o poder federal na oferta de ensino superior, argumenta a escrita do documento, o que “concorre para que não tenha fim a desigualdade de oferta de ensino entre parcelas de uma mesma população” (p. 2).

Este diagnóstico no bojo do qual se concebia a educação em todos os níveis como um direito social, sustenta a redação do plano, seria a base ou “convicção” que mobilizou “um grupo de professores e profissionais liberais, médicos especialmente, [...] para trabalhar pelo presente movimento”. Declinados os nomes dos agentes seguintes, além, claro, do próprio expositor, Jorge Calmon:

Geraldo Leite, Urcício Santiago, Fernando Pinto [de Queiroz], Josicelli Freitas, Áureo de Oliveira Filho, Adelmário Pinheiro, André Negreiros, Itazil Benício dos Santos, Wilson Falcão, Walney Machado [assistente de Urcício], Luis Carreiro Oubiña e [espaço em branco] Guimarães, **são arquitetos da idéia que, a essa altura, já se pode considerar realidade.**

Observe-se que nesta lista foram acrescentados, aos sete da diretoria inicial, os nomes de Fernando Pinto e de agentes do campo político: André Negreiros, deputado estadual do PSD; Áureo de Oliveira Filho, na época exercia o cargo de

¹⁶⁵ Nesse documento “Interiorização da Universidade”, os autores não usam o nome “Universidade Rural”, provavelmente já dispunham da informação de que o mesmo dizia respeito a “outro” projeto de âmbito “desenvolvimentista” do governo estadual.

vereador, em outubro de 1962 elege-se deputado estadual pela UDN, era também importante agente do campo educacional na cidade, como proprietário do tradicional Colégio Santanópolis; o também feirense Wilson Falcão possuía a mandato de deputado estadual e nesse ano foi eleito deputado federal pela UDN, filho do mais próspero empresário da cidade de Feira de Santana e principal dirigente político; e Adelmário Pinheiro, deputado estadual pelo PR, militava na região de Vitória da Conquista (segundo Geraldo Leite)¹⁶⁶. O último nome “Guimarães” referido, de acordo com Geraldo Leite, trata-se de Ari Guimarães, também professor da Faculdade de Filosofia. Na memória do mesmo, os desdobramentos dos passos desenvolvidos pela Fundação Simões Filho foi elaborado na época da entrevista da seguinte forma:

É. Então fomos á Feira de Santana, o Urcício Santiago, o José Santiago...
[meditativo]
[Ihe foi apresentado a relação da diretoria, publicada na Folha do Norte 21/03/1962] Isso mesmo. Volnei Machado, que era assistente também de Urcício. Então nós realizamos uma reunião no salão nobre quem era o prefeito?... Era Arnold...? [meditativo] Era Arnold! E aí fizemos a reunião lá na Prefeitura e daí partimos para fazer reuniões na casa de Jorge Calmon, na Vitória (em Salvador). Naquele casarão da Vitória. Até que a idéia morreu, morreu no nascedouro. Eu me recordo bem que na última reunião da Fundação Simões Filho realizada na casa de Jorge Calmon, até dona Leonor serviu um sorvete – me recordo bem disso –, Ari Guimarães ficou encarregado de elaborar o Estatuto da Fundação Simões Filho, que seria uma fundação multi campi, entendeu? Depois o próprio Edivaldo [Boaventura] aproveitou a idéia para a UNEB. Então seria uma Universidade Rural Multi Campi. A sede seria em Feira de Santana. Essa foi a nossa idéia. Nós fizemos juntos. [...] Aí morreu a idéia. Morreu a idéia. Fernando Pinto sempre me perguntava: “que Fundação é essa? Qual é o patrimônio que tem?!” [risos]. Ele sempre perguntava isso, que toda fundação tem um patrimônio, “qual é o patrimônio da fundação?!” Eu respondia “Olha Fernando, o patrimônio é intelectual”. [risos]. É. Não houve sustentação nenhuma (Geraldo Leite, entrevista concedida à autora, dezembro de 2008).

As “transigências” que compuseram “o argumento final” a favor de uma universidade para o interior baiano partiu da exposição sobre a necessidade **de criação de “uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como ponto inicial de um esquema”** que previa, “dentro de algum tempo, a fundação da **Universidade do Interior**, órgão cuja sede, por direito de primogenitura caberá ainda a Feira de Santana” (p. 4). A perspectiva seria investir no âmbito do ensino médio (de primeiro e segundo ciclos) visando a expansão do ensino em geral e da oferta de ensino superior. O crescimento da oferta e a existência de demanda por ginásios, colégios e escolas normais no interior, em 1961, contabilizados na Bahia cerca de cento e

¹⁶⁶ Filiações partidárias identificadas de acordo com consulta realizada no site da Assembleia Legislativa da Bahia (www.al.ba.gov.br).

quatorze ginásios, também fazia crescer a demanda por professores com a devida habilitação. Recrutavam-se na época para esse ofício de modo improvisado, “os médicos, sacerdotes, juízes, os promotores, os advogados, os cirurgiões-dentistas, os engenheiros, os farmacêuticos”, que passaram a recuar da docência com a obrigação imposta pela lei dos “exames de suficiência”. Na época para fazer frente às dificuldades o governo federal passou a oferecer cursos intensivos através da CADES¹⁶⁷ (para candidatos a professores com ensino secundário e se aceitava também os que não o possuíam) e por esse sistema a Bahia possuía mil e duzentos professores. Tais profissionais supriam a falta de docentes habilitados por Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras,

que serão no futuro os regentes dos cursos em todos os ginásios. É, aliás, o que a lei prevê. Do mesmo modo que a magistratura e a advocacia são privilégios do bacharel em Direito, que a clínica é atividade primitiva do médico, que a construção é direito de um engenheiro, **do mesmo modo o ensino secundário é área reservada ao licenciado das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras** (“Interiorização da Universidade”, p. 7)

Parece que pela primeira vez, os próprios professores da Faculdade de Filosofia na Bahia reivindicavam o status e o espaço profissional do “professor licenciado” nesse momento em que exigiam a ampliação da oferta dos cursos nela oferecidos ao interior¹⁶⁸. De posse dessas e de outras argumentações favoráveis ao direito à educação e da necessidade do profissional com qualificação específica para atuarem também nos colégios¹⁶⁹ do interior, o documento apresentado por Calmon afirma de modo enfático:

O trabalho de interiorização do ensino universitário tem de conhecer como sua primeira fase a criação de escolas de professores secundários, vale dizer de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, onde produzam docentes em condições de preparar devidamente os pretendentes às futuras escolas superiores de caráter profissionalizantes (Idem, p. 8).

Conforme já apreciado neste trabalho, esse raciocínio referente à necessidade de formar professores antes de qualquer projeto para formação de

¹⁶⁷ Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, CADES, instituído pelo Decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1953, visava “difundir e elevar do ensino secundário”, entre as ações: “promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário”. In <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116558/decreto-34638-53> Visita em 22 de julho de 2010.

¹⁶⁸ Já existia nessa época uma “secção” baiana da Associação dos Professores Licenciados do Brasil, a APLB-BA. Sobre essa entidade e as lutas dos licenciados baianos, consultar SANTOS, Nilda Moreira. **Movimento dos professores da Rede Pública da Bahia (1952-1989)**, Salvador: RDA-Bahia, 1993 (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA).

¹⁶⁹ Segundo o documento em foco existiriam apenas nove (9) colégios em todo o interior em Feira de Santana, Cruz das Almas, Jequié, Conquista, Caetité, Ilhéus e Itabuna, este último com três colégios.

técnicos, somente será contemplado em etapa posterior, no PIEC, já sob a ditadura militar. Mas naquele período, reafirmamos, tratava-se de um posicionamento público inédito daqueles professores contrários às intenções para a educação superior baiana, planejadas nas hostes da administração estadual.

Nas páginas seguintes a redação do documento em foco passa a fazer uma apreciação geral dos projetos de universidade que estavam sendo implantados no Brasil, no aspecto referente à formação de professores. Dentre os modelos apreciados, os propostos para a Universidade de Brasília, para a Universidade do Ceará, o da própria Universidade da Bahia, cuja Faculdade de Filosofia adotava o mesmo regime da Faculdade Nacional de Filosofia, que o da USP e o da Faculdade de Filosofia Católica da Bahia. Todos esses modelos foram “abandonados” pelos mentores como sendo inviáveis para viabilização imediata da instituição interiorana, como pretendiam. A opção seria um modelo que seria adotado “pelas demais faculdades, de três anos de bacharelado mais um ano para a licenciatura” e “atende a recente letra da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (p.12). Em verdade o autor do texto declina mais adiante ser esta a proposta de mudança da organização curricular da Faculdade da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, que estava em tramitação no Conselho Universitário (que veio a ser adotada já no ano seguinte¹⁷⁰).

Assim, a projeção dos cursos a implantar na Faculdade de Filosofia de Feira de Santana obedeceu às “orientações” do Conselho Federal de Educação que previa quatro tipos de currículos para o ensino secundário. Para atendê-los plenamente seria necessária a oferta de doze cursos, todavia, considerando que a instituição em causa iria dispor apenas dos recursos locais, projetou-se então a implantação de sete cursos com a intenção de organizá-la “com o mínimo de cursos, mas com maior número de oportunidades de ensino para os licenciados”, de acordo com o permitido na Portaria 478 de 1954 (esta portaria permitia ao licenciado lecionar as disciplinas consideradas afins, descritas na mesma).

De acordo com a abrangência possível de cobertura da oferta permitida pela Lei, descrito no documento, foram definidos os cursos de: Química; História Natural; Matemática; Pedagogia; Letras Neo-Latinas; Letras Anglo-Germânicas; e Geografia (pp.13-14). (Encontram-se no Anexo I fotos de detalhes da organização curricular).

¹⁷⁰ Cf. Yara Cunha Pires, que ingressou na referida Faculdade em 1962, o curso de Pedagogia por ela realizado foi de três anos de bacharelado e mais um ano de disciplinas pedagógicas comuns a todos os cursos, ocasião em que todos os estudantes das licenciaturas encontravam-se lado a lado (entrevista concedida à autora em 2009).

As mudanças curriculares que mobilizavam professores da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, por coincidência também contribuíram nas articulações a favor da construção de propostas para a Faculdade de Filosofia de Feira de Santana, conforme assinala Calmon:

Somos devedores de especial reconhecimento aos professores [...] que aquiesceram em examinar conosco alterações aconselháveis aos currículos dos diversos cursos, bem como opinaram sobre a distribuição futura dos encargos de ensino, de modo a economizar no máximo os recursos de pessoal e material (Interiorização da Universidade, p. 19).

De fato, os professores da referida Faculdade ao colaborarem com esse projeto que previa expansão do ensino superior para fazer valer o direito social à educação, mostravam-se sensíveis e engajados nas discussões da problemática educacional do período, em que fervilhavam propostas de mudança da estrutura universitária em várias partes do País e se implantava um modelo inovador inscrito na UnB.

No entanto, como diz Geraldo Leite acima, a Fundação Simões Filho não tinha sustentação enquanto tal, sobretudo oficial, procurou não sucumbir à “confissão da derrota”, pelo menos naquela oportunidade em que a comunidade de Feira de Santana discutiu ao lado de representantes de outros municípios, um projeto que parecia possível. De resultado concreto, no apagar das luzes da gestão estadual de Juracy Magalhães (após a publicação dos resultados das eleições), foi sancionada a Lei Estadual nº 1.802 de 25 de outubro de 1962, deliberando a criação de Faculdades de Filosofia para Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro. O objetivo de tais instituições descrito nessa Lei era o de “preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa autêntica e difundir a cultura universitária no interior do Estado”. Esta lei sinalizava que, pelo menos, reconhecido foi pelo poder instituído a necessidade de implantação no interior do Estado de Faculdades voltadas para formação de professores, conforme demonstrou o estudo da Fundação Simões Filho. Ao lado disso, os rastros dessa entidade não foram apagados, seja pela manutenção da chama do movimento na cidade de Feira de Santana seja como parte das reverberações resultantes das mobilizações estudantis, e do conjunto dos movimentos sociais da época.

5. 4 Reconfiguração da Luta: Associação Educacional Filinto Bastos

O ânimo levado a Feira de Santana pelos agentes intelectuais da Faculdade de Filosofia da UBA não arrefeceu na cidade, sobretudo, porque os agentes do campo político envolvidos continuariam alimentando o projeto de implantação de Faculdade de Filosofia em Feira de Santana. Assim, após o longo “recesso” parlamentar que se seguiram às eleições de outubro, o novo deputado estadual Áureo de Oliveira Filho, apresenta à Assembleia Legislativa, 08 em junho de 1963, Projeto de Lei de autoria dos deputados Hamilton Cohin e Wilson Falcão¹⁷¹, que autorizava “o governo do Estado a instalar, dentro de curto prazo a Faculdade de Filosofia desta cidade” (conforme publicado na Folha do Norte de 15 de junho de 1963, que trazia na manchete: “Faculdade de Filosofia para Feira”).

A partir desse momento emergia outro agente intelectual, Fernando Pinto Queiroz, como principal liderança a abraçar mais diretamente a causa da interiorização do ensino superior, ao lado de Geraldo Leite (este já defendendo a ideia de universidade nascida com a Universidade Rural, enquanto elemento agregador dos interesses dos médicos da ABM - Feira de Santana). Naquela época, Leite mudava-se para Salvador e passaria a ser uma espécie de apoio externo ao movimento que continuava. De acordo com sua entrevista:

Então eu concluí que seria mais útil [mudar para Salvador], depois de tantas frustrações. Porque houve vários, uma série de movimentos com Fernando Pinto, todos com a participação de Fernando Pinto e de Wilson Falcão. Várias associações foram criadas, Fundação Simões Filho, Associação Filinto Bastos. Uma série de tentativas e frustradas para se levar á cabo esta interiorização do ensino universitário e ou esta universidade. Depois dessas inúmeras tentativas eu fiquei de certo modo frustrado, meus filhos já estavam atingindo a adolescência eu disse a minha esposa na década de 60 [...]. Disse à minha esposa: “[...] vamos nos mudar para Salvador, as crianças vão precisar continuar sua educação num meio maior, e lá é mais fácil para continuar a minha luta”. A nossa luta! Minha, de Fernando Pinto e outros em prol da Universidade. Tinha o apoio de João Durval Carneiro, naquela ocasião era o prefeito, um apoio dele. Apoio oficial local e o apoio da comunidade intelectual liderada por Fernando Pinto - nessa época Gastão [Guimarães] já tinha falecido. Fernando Pinto e Wilson Falcão participaram (entrevista de Geraldo Leite concedida á autora, Salvador, 2008).

Observe-se que Leite enfatiza as participações de Fernando Pinto e Wilson Falcão. Em continuidade, o entrevistado passa então a explicar a estratégia que adotou com vistas a aprofundar a ideia de interiorização da Universidade, quando

¹⁷¹ Ambos, deputados estaduais na legislatura anterior, Cohin, pelo PTB, reelegeram-se em 1962 e Falcão também eleito para a Câmara Federal.

desenvolveu o projeto de uma Faculdade de Medicina para Feira de Santana. Vejamos:

Aqui em Salvador, eu concluí que era preciso primeiro me introduzir no meio universitário de Salvador. Por enquanto já estava de certo modo introduzido. Coincidiu que eu fui convidado a ensinar na Federal e também na Baiana, eu dava aula nas duas escolas, nas duas faculdades de medicina. E então eu procurei dois professores que pudessem me ajudar. Encontrei na Escola da Federal o professor Rui Machado de Souza e na Baiana na época, que também ensinava na Federal, mas meu convívio maior foi na Baiana com Plínio Garcez de Sena, e nós três... Plínio Garcez foi muito próximo, “olha, diga o que eu devo fazer que eu topo”, ele é da área, não é? Tinha fazenda ali na área em São Gonçalo. Então nós três pensamos numa Faculdade de Medicina. Faculdade de Medicina! (risos) A mesma incredulidade de outrora. A mesma incredulidade. Mas, Wilson Falcão, um entusiasta, nos animava dizendo: - “Não! Não! Vamos continuar!”. João Durval também dizia “vamos continuar, estamos aqui prontos”. Daí, partimos para uma Faculdade de Medicina, que a senhora já sabe o resultado qual foi (entrevista de Geraldo Leite concedida à autora, Salvador, 2008).

Os dois trechos acima da fala de Leite reúnem elementos diversos referentes a dois períodos distintos. Um primeiro momento em que, até certo ponto, ainda “nadavam” no farfalhar das ondas dos movimentos sociais, antes do período militar, em cujo contexto emergiu a criação da Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos, incorporando e aglutinando as lutas locais pela criação da Faculdade de Filosofia. E um segundo momento, encerrado em 1968, mas já sob o regime militar, quando no seio da referida Associação, ao lado, nesse momento, de novos agentes (os médicos Plínio Garcez de Sena e Rui Machado de Souza), Leite elaborou proposta de Faculdade de Medicina para a cidade, também na contramão do projeto governamental em vigor.

A conjuntura política que antecedeu ao golpe militar assumia contornos nos campos político e cultural, bem distintos. Os resultados das eleições municipais e estaduais alteram aspectos do mapa político baiano, no caso particular de Feira de Santana, com a eleição de Francisco Pinto para a Prefeitura apoiado por setores de esquerda dos movimentos sociais (operários e, sobretudo, com envolvimento dos estudantes)¹⁷². Por seu turno, os estudantes baianos tendo à frente a UEB aprofundavam a discussão da reforma universitária na Bahia e participavam da luta nacional pela representação estudantil nos órgãos universitários (conhecido pela luta por 1/3 dessa representação, que durou praticamente o ano de 1962). Atuavam no campo cultural com o CPC – organismo que após a eleição de Francisco Pinto foi

¹⁷² Embora o oponente João Durval Carneiro integrasse a “Frente Democrática Trabalhista”, formada pelo PTB e UDN, o carisma do candidato do tradicional PSD, que venceu as eleições por estreita margem de votos, acabou granjeando as simpatias da esquerda (PCB) e do movimento estudantil.

implantado em Feira de Santana. No contexto local, a nova gestão do município havia incorporado à sua plataforma de governo a defesa da implantação da Faculdade de Filosofia anunciada pela Fundação Simões Filho, e, de modo mais urgente, procurou viabilizar nos primeiros dias de governo a implantação de um ginásio municipal. Reivindicação reclamada mais de perto pelas necessidades de demanda da comunidade local e de seus estudantes. Medida que confrontava os interesses privatistas predominantes na oferta de ensino secundário na cidade e consistiu num ponto intenso de tensão que essa administração teria enfrentado com a oposição da UDN. Sobretudo em razão da suspensão das bolsas de estudos municipais, cujos recursos seriam redirecionados para o ginásio público que se implantava – questão que teria envolvido os grêmios estudantis, representados na AFES.

Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos, como sua precedente nasce no mesmo contexto de acirramento das lutas dos movimentos sociais por educação e no âmbito local operava-se a ampliação da oferta pública (municipal) do ensino médio de primeiro ciclo, num contexto em que também se desenhava a ampliação da demanda por formação de professores licenciados. Nesse ambiente tenso, em junho de 1963, formalizou-se a criação da entidade, cuja iniciativa coube a **Wilson Falcão**, deputado federal, mas delegou a Fernando Pinto a missão de fazê-la funcionar: “Bote gente importante da comunidade, e você tem que ser o presidente, convoque quem você quiser, mas gente importante, sem compromissos partidários, porque eu já consignei no orçamento verbas para várias entidades” - como assinalou Fernando Pinto Queiroz em depoimento, por ocasião de sua ida ao Departamento de Educação da UEFS, em 27 de maio de 1996, para proferir palestra intitulada: Aspectos Históricos da Educação Superior em Feira de Santana (op. cit.). Nesse dia Fernando Pinto estava em companhia de Wilson Falcão, na condição de seu convidado, que testemunhou com o mesmo sobre as informações prestadas. A importância desse evento reside na situação criada naquela oportunidade, possibilitando a reunião de dois importantes mentores do ensino superior para a cidade feirense. Depois de haver relutado bastante para ir à UEFS “conversar” com os professores e estudantes do Departamento de Educação sobre a “história” dessa instituição, Fernando Pinto resolveu fazê-lo na companhia de Wilson. O convite havia partido da professora Leda Barros, na época diretora do Departamento de Educação, junto com a professora Yara Cunha, que era a coordenadora do

Colegiado de Pedagogia. Para essa palestra havia elaborado apenas um roteiro, a fala, portanto, brotou de forma espontânea, sem a âncora de um texto escrito. As lembranças aí evocadas traziam a marca da tensão, da ambiguidade, dos constrangimentos vividos em situações, que, por muitas vezes, viram-se obrigados os agentes do campo educacional feirense a violentar princípios e a assumirem atitudes nas condições do poder arbitrário da força emanada do campo político, perante a situação do regime militar, de “ditadura escancarada”, naqueles idos do começo dos anos de 1970.

A instituição do campo universitário em Feira de Santana fazia-se a partir do golpe militar sob o signo da violência, no sentido compreendido por Bourdieu, na sua forma simbólica, subliminar, imbricadas na dialética da história herdada, incorporada nas práticas sociais inerentes a esse campo, que tinha na UFBA o modelo mais próximo, e na história que se objetivava nas lutas inerentes ao campo universitário específico que se tencionava construir. A fala inicial de Fernando Pinto traz a marca dessas tensões: “Eu quero lhes dizer que **este, para mim, é um momento, como tudo na vida, de muita alegria, muita satisfação por estar retornando a esta casa, mas também de certa tristeza e de algum constrangimento**”. Não fosse essa ocasião por certo Fernando Pinto e seu amigo Wilson permanecessem por mais tempo debaixo do tapete das ilusões amargas que permearam as lutas pela instituição desse campo em Feira de Santana e jamais teríamos ouvido o som da voz de Wilson Falcão mencionando qualquer coisa sobre sua participação nas lutas constitutivas do campo – que perderam todo o sentido simbólico que as trajetórias dessas instituições no Brasil costumam guardar, diante do poder autoritário que os desenraizou, pois eles próprios passaram a se identificar ou a serem identificados com esse poder. Em continuidade à frase acima mencionada Fernando Pinto esclarece o sentido dos termos utilizados **tristeza e constrangimento**. Vejamos:

Tristeza: são vinte anos de início dos trabalhos desta universidade – **e eu estava procurando me conter nas emoções** – mas também são vinte anos em que **eu lamento a perda de um dedicado amigo, companheiro de todo tempo da luta que aqui em Feira se travou em prol do desenvolvimento educacional e cultural dessa comunidade, Geraldo Leite**. Divergimos e, infelizmente, por meu temperamento, eu não tive a grandeza de voltar a procurá-lo no momento em que provavelmente ele mais necessitava da presença, junto a ele, daqueles diletos amigos e irmãos, como ele e eu éramos. **Aqui ele deveria estar ao meu lado, daqui ele nunca deveria ter saído** enquanto pudesse prestar os relevantes serviços que antes da universidade e depois dela, a ela ele prestou. O **constrangimento** está precisamente no fato de que há também cerca de vinte anos, que **eu tendo me afastado do Conselho Diretor da Universidade de Feira de Santana**, no qual estive desde o primeiro momento, **eu sempre evitei fazer qualquer comentário ou**

pronunciamento, sobretudo quanto testemunhei naquela luta desde os tempos primeiros, chamaria de embrionários da Universidade, **porque esta Universidade não nasceu e não deveria nascer, assim de uma hora para a outra, como obra do acaso.** [...] eu não fui o personagem central de nenhum momento da luta pela criação desta Universidade. Eu apenas colaborei, na medida do possível, e fui testemunha dos fatos que se desenrolaram durante cerca de... 1960-1976 [fazendo a conta mentalmente], 16 anos. (pronunciamento de Fernando Pinto em 27 de maio de 1996, na UEFS, op. cit.).

Os sofrimentos e emoções ocasionados estavam muito presentes e ainda se faziam perturbadores para Fernando Pinto, mesmo depois de vinte e cinco anos, a considerar que as lutas na instituição do campo tenham sido intensas, sobretudo, em razão dos conflitos de interesses nas zonas de fronteira com o campo político hegemônico, cujos representantes ainda administravam o Estado da Bahia naquele contexto histórico. A passagem para ditadura, que a princípio parecia uma fase temporária, pesou muito e foi um ponto vigoroso de inflexão no processo de memória ou de rememorar desses sujeitos na atualização do vivido. Perante o posicionamento acima, observamos que no desenrolar do discurso a versão mais acalentada da história da UEFS por estes agentes precursores situa-se antes do AI-5, nas lutas primeiras de instituição, quando ainda podiam agir com mais independência na articulação do campo. O conceito de “memória dividida” elaborado por Portelli (1996)¹⁷³ nos auxiliam a perceber como esses agentes travam suas lutas subjetivas e que ultrapassam a questão do esquecimento, em muitas ocasiões humilhados e subordinados a outros objetivos que não as intenções específicas do campo universitário (face as fortes injunções partidárias e de vigilância policial-militar). No caso de Fernando Pinto, esclarece de modo “consciente” que procurou destacar apenas o que lhe era possível lembrar, ou seja, passa a lidar com “fatos construídos” compartilhados pelo grupo¹⁷⁴.

No discurso acima Fernando Pinto coloca-se como testemunha de 16 anos de lutas por ensino superior e mais que isso articulou e assumiu no primeiro momento o funcionamento da Associação Filinto Bastos. Esta teve um papel dinâmico na comunidade feirense, ao centralizar a luta por uma Faculdade de Filosofia para Feira de Santana, momento em que o campo intelectual local passaria a ganhar maior organicidade. Mas, enquanto agente comprometido com a implantação do campo do

¹⁷³ Abordado no segundo capítulo desta tese: A História da UEFS no Campo.

¹⁷⁴ A palestra, assinalada como documento definitivo, por Fernando Pinto da sua versão sobre a Universidade coincide com as “Reminiscências” de Leite, e os escritos esparsos de José Maria. Este último prometeu aos mais próximos escrever suas memórias e “contar tudo” sobre a Universidade, já que estaria livre das amarras do poder, em seu exílio voluntário na cidade de Lençóis, onde entrou no estado físico do mais profundo esquecimento.

ensino, de modo mais direto com a luta pela implantação da Faculdade de Filosofia, foi sendo envolvido intensamente na dinâmica do campo, nas lutas a ele inerentes, perdeu batalhas importantes, que resultou na criação da Faculdade de Educação e para permanecer no jogo, com a criação da universidade novas lutas e acomodações até onde não sobra nenhum tipo de capital para se manterem.

De acordo com Bourdieu no jogo as vontades vão sendo subordinadas às regras subjacentes e/ou impostas pelo mesmo, as “consciências” agem muitas vezes de forma inconsciente determinados também pela dinâmica das jogadas (nem tudo é premeditado e intencionado previamente), cuja dialética também interpõe as respectivas histórias de cada um dos jogadores (auxiliar na definição do capital simbólico e material dos mesmos). No desenrolar dos lances de constituição da universidade em causa, os principais mentores foram praticamente, aos poucos, expurgados do campo e do jogo a ele inerente, ainda nas fases iniciais de instituição. Geraldo Leite fora “abandonado” pelos companheiros pouco antes de completar o mandato de reitor, quando “mais necessitava da presença, junto a ele, daqueles diletos amigos”, irmanados na luta – que naquela altura já não era a mesma, mas capitalizada pelos agentes do poder ditatorial de plantão. O mesmo se pode dizer do próprio o Fernando Pinto, que abandonou o Conselho Diretor – nos momentos informais em que lhe perguntava as razões desse afastamento, depois de longo silêncio falava (em tom grave): “eram muito submissos, muito submissos”, o que o deixaria incomodado, pois isto significava a perda do foco específico da universidade. Conforme disse:

[...] eu fugi muito desse depoimento e não pude dele escapar. **O que eu pude, por uma questão..., por uma questão de escrúpulo, não por falta de coragem, coragem nunca me faltou para dizer a verdade, mas o que eu pude omitir, eu omiti mesmo.** Não fiz feito Ricúpero¹⁷⁵, né, **mas alguma coisa, evidentemente, me constrangeria demais pra revelar, não só por se tratar de mim mesmo como por se tratar de outras pessoas** que não convém aqui estar a recordar certos fatos (pronunciamento de Fernando Pinto em 27 de maio de 1996, na UEFS, op. cit.).

Pinto Queiroz deve ter presenciado “seus diletos amigos” sucumbirem às armadilhas do poder, de que estariam sendo investidos (que não emanava de gestões democráticas, mas da “sociedade política”¹⁷⁶), bem como aquiescerem

¹⁷⁵ Refere-se ao evento em que Ricúpero, como Ministro de Estado (do governo de Fernando Henrique) durante intervalo de uma entrevista que concedia à TV resolveu conversar com o repórter sobre as maneiras sórdidas como os agentes do governo tratavam os adversários, para seu azar o canal do satélite estava aberto e na mesma hora outros canais de TV captaram a conversa e fizeram o “furo de reportagem”, sendo logo depois exonerado.

¹⁷⁶ Refere-se ao aparelho governamental propriamente dito, que detem o monopólio aceito como legítimo da força (o Estado compreendido no sentido restrito), em oposição ao conceito de “sociedade

perante o arbítrio ou por medo das ameaças reais e imaginárias emanadas do aparelho ditatorial – vivenciavam o paradoxo de usufruir do poder e ao mesmo tempo serem coagidos pelo mesmo. Embora em melhor posição no campo que se organizava, a dinâmica do campo político, contudo, sob a ditadura também deve ter colocado Wilson Falcão em situações nem sempre favoráveis, como exemplo a querela de ACM com o Jornal da Bahia, de propriedade de seu irmão João Falcão. O espírito persecutório próprio da ditadura levou o palestrante a expressar o seguinte, sobre telefonema de Wilson Falcão para comunicar-lhe a necessidade de criação da entidade:

[...] em 1963 [...] recebi um telefonema de Brasília – **telefonema de Brasília naquela época era pra gente pensar que era ordem de prisão**, era o tempo da manivela, que a telefonista dizia “tá na linha, não tá na linha...” era uma confusão desgraçada – e no outro lado da linha estava Wilson Falcão [e olhando para Wilson ao seu lado na mesa]. Esse Wilson me causava coisas terríveis! Porque nós fomos velhos companheiros de lutas estudantis desde os antigos tempos da UEB, da AUB, essas coisas todas, **ele pertencente lá ao seu grupo ideológico, e nessa altura eu posso dizer que não faz mal nenhum, comunista, quadro do PC**. Mas sempre aberto a qualquer tipo em matéria de ideologia, eu nunca procurei ver o que estava escrito na testa (pronunciamento de Fernando Pinto em 27 de maio de 1996, na UEFS, op. cit.)

Apesar da posição que ocupavam, supostamente acima de qualquer suspeita, não estavam isentos, paradoxalmente do medo e apreensões que tomavam conta de toda sociedade, pois, como os demais cidadãos estariam também expostos à possibilidade de sofrer os constrangimentos provocados pelo regime discricionário – no caso de Wilson Falcão, para as autoridades militares não houve necessidade de cassar-lhe o mandato em razão do seu passado “comunista”, como vitimou outros sem explicação alguma, alguns dos quais até colaboradores competentes e simpáticos ao golpe, como foi o caso da “deportação branca” de Navarro de Brito.

O fato é que a criação da Associação Filinto Bastos implantava no âmago da cidade a instituição mobilizadora¹⁷⁷ do campo intelectual, bem como empurraria o campo político de Feira de Santana a favor da dinamização das questões

civil” (esta, ao lado da “sociedade política” forma o Estado, entendido no sentido amplo), cf. Gramsci, apud. COUTINHO, Carlos Nelson, **Marxismo e Política**: dualidade de poderes e outros ensaios; São Paulo: Cortez, 1996.

¹⁷⁷ No sentido gramsciano seria um dos “partidos ideológicos”, órgãos da sociedade civil que com os “partidos políticos” também a constituiria (esta entendida também no sentido ampliado), enquanto “partes” da sociedade. Nesta tese adotamos a concepção de Bourdieu que trata dessas “partes” da sociedade como “campos”, que encerra as divisões internas, sociais, que expressam os vários grupamentos que a compõem e permite uma abordagem dos antagonismos e diferenças inerentes a essas menores partes do todo social, conforme tratamos no capítulo segundo.

educacionais, notadamente o ensino superior. Em 23 de agosto de 1963, o jornal Diário de Notícias, de Salvador, publicou (p.5) entrevista do deputado Áureo de Oliveira Filho, líder da UDN na Assembleia Legislativa, prestando contas sobre pedido do novo governador Lomanto Júnior para que indicasse nome “que integraria o Grupo de Trabalho criado para organizar a Universidade do Estado”. Sinal de que as pressões sobre a gestão estadual ultrapassaram no tempo e se manteriam com a mudança de governador. A indicação de Áureo Filho recaiu sobre o nome de Fernando Pinto de Queiroz, a essa altura entusiasmado com a ideia de Faculdade de Filosofia. “Sobre isso” informa Fernando Pinto,

[...] ele me passou um telegrama comunicando e depois o jornal deu que, de fato, foi cobrado e o governador Lomanto Junior assumiu o compromisso de constituir e teria constituído o grupo de trabalho, por Soane Nazaré de Andrade, Fábio Dantas, Luis Rocha Sales, Milton Santos e Fernando Pinto. Esse grupo de trabalho – eu pelo menos nunca fui convocado para reunir – foi outra coisa que ficou no papel (Pronunciamento de Fernando Pinto, idem).

Na mesma matéria, cujo título consta: “Deputado espera que universidade não seja um sonho”, Áureo Filho adianta que estaria em tramitação o projeto-lei (acima citado) para instalação da faculdade, que faria parte da universidade a ser implantada, “havendo ainda”, continua a notícia, “um estudo para verificar-se a possibilidade de um prédio para sua localização ou a construção de um novo edifício” no município. Sobre a iniciativa de abraçar a causa da Faculdade de Filosofia assim argumentou no referido depoimento:

Em 1963, veja que nós continuamos, apesar de todas essas coisas, nós continuamos pensando numa Faculdade de Filosofia como início de qualquer trabalho. [olhando para profa. Leda Barros] Por que, profa. Leda? – **Eu tinha vindo da Faculdade de Filosofia da Bahia, depois se incorporou à UFBA, fundada por Isaías Alves – eu tinha feito parte do grupo convocado por Isaías para estudo da implantação desta Faculdade.** Fui o primeiro bibliotecário, fui o segundo Secretário porque José Valadares foi para os Estados Unidos, quando voltou não assumiu mais e, então, **eu vinha com cabeça cheia de Faculdade de Filosofia. Convencido estava por Isaías de que se criava um grande estabelecimento, não só para a formação de professores de que necessita o ensino em geral** (professores especializados de primeiro e segundo graus), **mas também como movimento de pesquisa, movimento científico nas regiões** e, porque, a legislação da época exigia que para a existência de uma universidade houvesse uma Faculdade de Filosofia – era um núcleo da universidade sem a qual não se criaria uma universidade. E o pensamento era de criação de faculdades em Feira de Santana. Mas sem a Faculdade de Filosofia não se lograria a Universidade. Ora, mas aí, em 1962, volta uma tentativa oficial de criação de Faculdade de Filosofia já agora, no interior, pelo governo do Estado [Lei 1.802 delibera a criação de Faculdades de Filosofia] (Pronunciamento de Fernando Pinto, idem.).

Conheci Fernando Pinto na condição de sua aluna no curso Colegial Normal do Colégio Padre Ovídio, de Feira de Santana, em 1966, nessa época emanava uma simpatia e vitalidade impressionantes (que ainda preservou no tempo atual)¹⁷⁸, por certo estaria imbuído de fundamentos muito fortes para consecução de seus objetivos, e este enraizamento permitia uma certa autonomia do seu projeto de Faculdade de Filosofia em relação à proposta da Fundação Simões Filho. Antes de avançarmos sobre a questão da faculdade vejamos como Fernando Pinto relatou os procedimentos para implantação da Associação Filinto Bastos:

Imediatamente, eu precisava fazer isso com urgência, procurei um amigo que tivesse um padrão de estatutos, embora eu fosse viciado em fazer estatutos desde o meu tempo de menino, e encontrei Orlando Afonso de Carvalho que tinha fundado uma associação em Ubaíra, me cedeu a minuta, aí eu telefonei para Geraldo Leite. E [disse]: “Geraldo compre um livro de Ata, venha aqui em casa amanhã com urgência, porque nós vamos fundar uma Associação para a continuação da nossa luta (que era de Wilson, dele e minha), pela instalação da Faculdade de Filosofia (já agora ampliada para uma Universidade)”. E Geraldo comprou o livro, e aí, mais tarde, eu adaptei ditando o estatuto de Ubaíra, criando a Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos, de que eu tenho aqui alguns exemplares, mas de que se verá que o artigo segundo é o que Wilson queria: **“a Associação tem por fim colaborar para a melhoria educacional do Município, promovendo movimentos de caráter educacional, especialmente a criação e ampliação de estabelecimentos de ensino médio, técnico e superior, inclusive a fundação de uma universidade”**. Na verdade é aí pela primeira vez que em Feira propriamente se escreve a intenção de criação de uma universidade, graças a Wilson Falcão e tudo pelo telefonema de Brasília. Esta entidade nos serviu agora de apoio para prosseguimento de toda campanha pela Faculdade de Filosofia e **outras instituições consideradas** (Pronunciamento de Fernando Pinto, idem, ibidem).

Embora a legislação em vigor (LDB 4024/61) houvesse retirado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como curso obrigatório na criação de universidades, conforme vimos no capítulo três, a ideia sobre a sua importância enquanto unidade que agregaria formação profissional e pesquisa persistia, sobretudo, na Bahia, primeiro nas ações da Fundação Simões Filho, fazendo valer esta opinião quando o governo estadual através da Lei 1802/62, criou seis delas no interior do Estado. A

¹⁷⁸ Apresentado por Irmã Maria São Paulo (nosso exemplo de modernidade, freira que tinha amigos homens e nos falava de assuntos proibidos na época), com muita reverência e elogios, em linhas gerais nos disse que se tratava de educador com diversas qualidades, que teria sido convencido por ela a abrir espaço na sua lotada agenda de compromissos, em razão da proposta formativa de professoras “de alto nível”, por ela coordenada. Algo que nos deixou lisonjeadas e preocupadas ao mesmo tempo, com as exigências que viriam por aí. Naquele contexto, a minha cabeça de adolescente estava mais envolvida com “iê, iê, iê, Beatles etc.”, mas nos chamou atenção a forma como Fernando Pinto foi apresentado, no entanto, se falou de Faculdade Filosofia, é possível que sim (consta no arquivo do mesmo sobre freiras do Colégio que foram convidadas para ensinar nessa Faculdade), devo, porém, ter apagado rápido da memória, pois meu desejo era ir para Salvador antes mesmo de concluir o ensino médio, aquela notícia não seria boa para os meus planos e de nenhuma das minhas colegas.

entidade que Fernando Pinto passou a coordenar tinha dentre os seus objetivos a consecução do preconizado na referida lei, e através do projeto de lei acima citado, elaborado e encampado por deputados estaduais feirenses, visava-se implantar em Feira de Santana a primeira das Faculdades de Filosofia.

Neste ano de 1963, quando a Associação foi criada, a cidade de Feira de Santana ganhava cada vez mais fisionomia de cidade próspera e cosmopolita, as suas largas ruas tinham sido asfaltadas e outras pavimentadas, o comércio se expandia, bem como o setor bancário com novas agências, outro abatedouro mais moderno havia sido inaugurado mais distante do centro comercial. Por outro lado, o campo educacional e o campo cultural da cidade se ampliavam. Além do marco da moderna Biblioteca Municipal, inaugurada em 1962, novos ginásios tinham sido criados, como o Ginásio Municipal, que já nascia com uma grande população escolar, e os ginásios e colégios particulares que passavam a acolher as demandas das camadas sociais médias e altas, que antes, obrigatoriamente, rumavam para a capital, a exemplo dos colégios Padre Ovídio (dirigido pela ordem Sacramentinas, atendia inicialmente apenas o sexo feminino) e Colégio Santo Antonio (pelos padres Capuchinhos, para ambos os sexos), ampliando o campo das particulares, antes quase monopólio do Colégio Santanópolis (criado na década de 1930 e ainda referência na região nesse período). A Associação Feirense de Artes, seria outra entidade de cunho cultural que foi implantada no final da década anterior, por Dival Pitombo com apoio de Geraldo Leite, a AFA trazia para a cidade eventos da música clássica, promovia exposições artísticas, dentre outras.

Importante também no campo, datado também de 1962, foi a implantação do Seminário de Música da UFBA em Feira de Santana, como parte “das novas diretrizes da Universidade da Bahia, a de estender suas atividades ao interior do Estado”, conforme declaração atribuída ao Reitor Albérico Fraga, na edição de 14 de março de 1962, no jornal A Tarde.

Com relação à implantação dos Seminários de Música em Feira de Santana e Itabuna, à primeira vista, pareceu uma medida paliativa que a gestão do inesperado Albérico Fraga encontrou para responder ao mesmo tempo a dois problemas. O primeiro consistia em “deselitizar” algumas práticas da “corte” da Universidade, sobretudo visibilizadas da Escola de Música, muito criticadas pelos estudantes – tais como os “Seminários Internacionais de Música” da gestão Edgard Santos –, provendo, assim, o contato da universidade com “o povo”. O segundo problema que

a instituição resolveria (entenda-se, na pessoa do reitor), em curto prazo, era o de “interiorizar” a universidade, tão reclamada pela sociedade civil e por agentes pertencentes aos seus próprios quadros. Enfoques que granjeariam simpatias para a administração que, “sem o querer”¹⁷⁹, tinha desmantelado a “ordem natural das coisas” da “corte” universitária baiana. Entretanto, a forma como foram conduzidos a criação e o funcionamento dos Seminários de Música, desarticulados de qualquer projeto de política universitária para o interior só reforçava o pressuposto de que os dirigentes da respeitada instituição universitária baiana não tinha nenhum interesse em estender sua ação para além dos limites da capital. Desarticulados foram esses Seminários logo depois da gestão de Albérico Fraga, a permanência dos mesmos, no caso de Feira de Santana, deveu-se ao empenho exclusivo de seus professores, sob a liderança do coordenador desses Seminários, Koellreuter¹⁸⁰, e, com apoio da comunidade local através da Associação Filinto Bastos. Apelos partiram da Câmara Municipal junto ao novo reitor Miguel Calmon para manutenção na cidade do “Departamento do Seminário Livre de Música da Universidade da Bahia” (Cf. Atas da Câmara de Feira de Santana, livro dez, p.41, em 17 de novembro de 1964), mantido de forma precária, pois a universidade retirou o apoio financeiro, teria recebido guarida na Associação em pauta, de acordo com Fernando Pinto:

A Associação Desembargador Filinto Bastos teve a virtude de amparar o Seminário de Música, que estava para fechar, sem local para funcionar, e a Associação com os recursos, já aí com os cuidados do orçamento do Dr. Wilson alugou um prédio na Avenida Senhor dos Passos,[...], para que ali abrigasse o Seminário de Música e também, se pudesse, começar o trabalho da Faculdade de Filosofia, caso se conseguisse a aprovação. É ainda por intermédio de Wilson Falcão – e está aqui um telegrama dele [mostrando pasta de documentos que havia levado] e está aqui o ofício do Diretor dos Seminários, que se consegue do Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, que de fato continue aqui, sob os auspícios da Universidade¹⁸¹, o Seminário de Música. (Depoimento de Fernando Pinto na referida palestra de 1996).

¹⁷⁹ Entre aspas, porque na verdade, em razão dos antagonismos inerentes ao campo, diversos agentes, professores, que divergiam de Edgard Santos, e/ou disputavam com ele o poder, pertencentes aos quadros da instituição, regozijaram-se com a mudança (cf. Mattedi, Andre, 2005) e, quem sabe, provavelmente, o próprio Fraga.

¹⁸⁰ A liderança de Koellreuter à frente do projeto dos Seminários de Música do interior recebia o apoio dos estudantes em luta organizados na UEB. Em entrevista que o mesmo concedeu ao jornal estudantil Unidade (encarte do Jornal da Bahia de 27 de julho de 1962), sob o título “Koellreuter indica uma ‘nova sinfonia’” é exposto o engajamento desse professor, na defesa de uma reforma universitária “mais radical que a maioria daqueles imaginam que terão de executá-la” e enfoca a necessidade de “popularização do ensino universitário, principalmente através da interiorização da Universidade”.

¹⁸¹ Notícia divulgada no Jornal da Bahia (“Seminários de Música de Feira podem continuar, diz o Diretor”), de 10/03/1965, informa que de acordo com o novo Diretor dos Seminários de Música da UFBA, Fernando Lopes, o então, Reitor Miguel Calmon, “dava a entender” que pretendia a continuidade dos Seminários de Feira de Santana e Itabuna em “novas bases”: a UFBA pagaria

A Tarde de 24 de março de 1965, na página dos municípios, confirma esta informação, de que a Associação Filinto Bastos, enfatizando o objetivo da entidade de “criar e manter escolas de nível superior”, teria acabado de assinar contrato de aluguel do prédio onde até então funcionava o departamento local do Seminário de Música da Universidade. E para a continuidade deste propôs “convênio” à Universidade em que a Associação além de ceder parte das dependências, iria também pagar transporte e hospedagens dos professores, enquanto a Universidade arcaria com os vencimentos dos mesmos. Verba especial destinada pela prefeitura cobriria despesas com reformas no prédio e aluguel, diz a reportagem.

5.5 Semeando a Instituição de Universidade em Solo Feirense

Embora já inscrita na cidade a ideia de universidade (quer Universidade Rural quer Universidade do Interior) coube à Associação Filinto Bastos “escrever” pela primeira vez em solo feirense a intenção de implantá-la, conforme salientou Fernando Pinto. E na gênese desses primeiros atos de instituição do ensino superior em Feira de Santana a entidade local acolhe o filho enjeitado da UFBA, num contexto em que não havia mais porque mascarar os reais objetivos postos para aquela instituição com relação ao delicado tema cogitado na gestão de Fraga, de “interiorização da universidade”. A conjuntura era outra, acabava-se o jogo de cena: a “Revolução” de 31 de março de 1964 já estava implantada e logo se passou a tecer com mais pressa os rumos da desejada “reforma universitária”.

Mas antes do rompimento da ordem democrática os responsáveis pela Associação Filinto Bastos teriam tido tempo de costurar algumas articulações com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, a CNEG, para viabilizar o funcionamento da Faculdade de Filosofia. Estas articulações ocorreram em Brasília com as intermediações de Wilson Falcão e de seu cunhado, o deputado por Sergipe, Lourival Batista. Momento em que Fernando Pinto entrou em contato pessoalmente com o presidente da Campanha, mediante seu próprio relato, aproveitando sua

apenas os honorários dos professores, e as demais despesas de transportes, hospedagens, aluguéis, etc., ficariam por conta das administrações locais. Mas, segundo a maestrina Lícia Santos (filha do maestro e compositor prof. Santos, da Filarmônica Vitória), que cursou os seminários e acompanhou esse período de transição, manteve-se apenas o nome da UFBA, pois foram retirados até os subsídios dos professores da instituição, desestimulando-os (entrevista concedida à autora em 20/12/2008).

estadia em Brasília para participar de uma Convenção Nacional do Lions Club ao lado de outros companheiros de Feira de Santana, como Geraldo Leite, conforme descreveu:

Então, apresentado por eles a Paulo Sarazate, eu fiz gestões, com o apoio deles, para que a campanha assumisse o compromisso de instalar em Feira de Santana uma Faculdade de Filosofia. Apesar de sua objeção inicial que a Campanha só patrocinava estabelecimentos de ensino médio, secundário, mas que havia uma exceção no Rio Grande do Sul, se não me engano, em Santa Maria, ele iria propor ao Conselho Nacional da Campanha o patrocínio desta Faculdade de Feira de Santana, e o Conselho aprovou, e disso nós tivemos notícia. E aí já vamos entrar em 1964, com um **ofício de 23 de março de 1964 firmado, notem bem, porque a coisa vai se expandindo e nós vamos fazendo com que a comunidade participe do movimento, ofício firmado por Marcondes [entenda-se Normando] Leão, presidente da AFES [...]**. Neste ofício, nós estávamos pretendendo que Dr. Luiz Rogério, que era o presidente da Campanha em Salvador, apressasse a vinda a Feira de Santana do grupo da CNEG para que nós cuidássemos da implantação da nossa Faculdade (Pronunciamento de Fernando Pinto, 1996, op. cit).

Essa conjuntura de 1963 até os momentos anteriores ao golpe havia sido de muita agitação nos meios educacionais de Feira de Santana em razão das lutas pela implantação do Ginásio Municipal, cujo ponto de maior efervescência tinha sido em novembro de 1963, quando houve o episódio do quebra-quebra da Câmara Municipal liderado pelo movimento estudantil, motivado pela questão do orçamento para o referido Ginásio, conforme já o dissemos. Nessa ocasião os mentores da Associação Filinto Bastos procurariam nadar de acordo com a maré desses movimentos estudantis, embora não tenha buscado as associações e sindicatos de trabalhadores como fez sua precedente Fundação Simões Filho nas primeiras incursões em Feira de Santana. Mas considerando o alinhamento político de Fernando Pinto Queiroz com a UDN, a carta escrita em conjunto com liderança estudantil foi uma postura ousada de agregar o movimento mais representativo. Maior significado assume a assinatura do presidente da AFES, vez que os estudantes secundários estavam em pé de guerra com os vereadores da UDN¹⁸², maioria da Câmara Municipal, que havia ingressado com processo contra os estudantes em razão da depredação da Câmara. Dias depois do envio desta carta para a CNEG adveio o golpe militar. Contudo o teor da carta publicado pelos jornais motivou o deputado Wilson Falcão a fazer pronunciamento na Câmara dos Deputados no final de abril, já sob a intervenção militar, publicado na Folha do Norte no dia 16 de maio de 1964. De acordo com Fernando Pinto o jornal demorou a

¹⁸² Extensivo também ao deputado estadual Áureo Filho, que tinha interesses diretos na questão do orçamento municipal, enquanto dirigente da principal escola particular da cidade, pois o executivo havia proposto o corte das bolsas de estudos destinadas a essas escolas (SANTOS, 2000).

efetivar esta publicação, que o fez após insistentes solicitações suas (“Eu consegui [...] muito tempo depois, e a muito custo, que se publicasse o discurso”, cf. Palestra, 1996), começando aí as dificuldades que a situação de ditadura impunha: o editor do jornal, por certo, necessitava da confiança de que não se tratava de material “subversivo”, que pudesse comprometê-lo. Pois nessa ocasião a cidade de Feira de Santana vivia momentos inusitados de tensão, nela tinha sido implantado um aparato de guerra para o “combate” ao “comunismo” e a “subversão”, que motivou o golpe militar – um batalhão do Exército proveniente de outro Estado foi instalado para ajudar os comandos militares locais. Afora as diversas prisões efetuadas, a ação mais emblemática na cidade nesse período, decorrente dos atos da ditadura, foi a deposição do prefeito municipal, que após sucessivas disputas na Câmara Municipal, em 08 de maio de 1964, os vereadores da então UDN, que compunha a maioria, resolveram empossar o seu presidente, Joselito Falcão de Amorim, no referido cargo.

Assim, considerando a ocasião, transcrevemos abaixo dois parágrafos, do (“temeroso”) discurso de Falcão. Vejamos o primeiro, de abertura:

Acabo de tomar conhecimento através do noticiário do jornal A Tarde da imprensa da capital do Estado, **a comunicação oficial de um movimento da mais alta expressão, encetado pela Associação dos Estudantes Secundários de Feira de Santana**, pela Associação Felinto Bastos e pelo Lions Club de Feira de Santana, que traduzindo a justa e urgente reivindicação da juventude estudantil da zona geoeconômica de Feira de Santana, solicitaram da meritória e patriótica [... CNEG], a criação, instalação e funcionamento de uma Faculdade de Filosofia naquela importante cidade do Estado da Bahia (in Folha do Norte, 16 de maio de 1964, capa).

Neste parágrafo expõe a ordem dos interessados, primeiro os estudantes, ainda reconhecidos como representados por sua entidade municipal máxima (naquela altura já desfigurada por prisões de lideranças e sumiço de outras) e as outras duas entidades da sociedade civil, solicitavam à CNEG “criação, instalação e funcionamento” de curso superior na cidade. Este discurso foi construído com uma fundamentação baseada em dados sócio-educacionais da cidade e da deficiente oferta de ensino superior no Brasil. Continua Wilson Falcão, no discurso:

[...] Pelos dados expostos, pelas condições culturais que Feira de Santana apresenta, pela sua posição geo-econômica e rodoviária, pelas condições materiais e humanas existentes no município, pelo seu clima agradável e dinamismo do seu povo, **Feira de Santana merece por todos os títulos, tem todo o direito de possuir unidades de ensino superior e em futuro bem próximo a sua universidade** (Depoimento de Wilson Falcão, 1996).

Neste último parágrafo estão descritas as intenções de se criar “**unidades de ensino superior**” com vistas à universidade, esta como o objetivo último. Este discurso na Câmara Federal seria mais uma pregação no deserto, contudo sua publicação na Folha do Norte deve ter repercutido na cidade de Feira de Santana e criado expectativas favoráveis à Associação, que se impunha com mais respeitabilidade, e, sobretudo, aumentavam as esperanças da comunidade local em relação a uma universidade.

Essas escaramuças foram importantes, pois serviram para sensibilizar a CNEG, que enviou os representantes no Estado à cidade, por duas vezes. A fim de participar do primeiro desses encontros, ocorrido em 06 de junho de 1964, pela CNEG vieram os conselheiros: “professores Fernando Alves, Nogueira Passos, Fernando Azevedo, Moura Bastos, Julival Rebouças e o desembargador Claudionor Ramos” (Cf. “Reunião vai iniciar campanha para Faculdade de Filosofia”, *Jornal da Bahia*, 7 de junho de 1964). De acordo este jornal, a reunião foi “presidida pelo prefeito Joselito Amorim”, que fez a abertura e “em seguida passou a presidência para o deputado Áureo Filho, que levantou o problema da aquisição de prédio para a Faculdade”, cabendo a Fernando Pinto “Presidente do Lions Club” a exposição do plano da Faculdade, que atribuiu os créditos a Jorge Calmon. Observando-se já aí a viragem na direção da proposta para o campo político, bem diferente da direção que fez a apresentação desse projeto via Fundação Simões Filho. Talvez Pinto Queiroz pudesse recorrer aos seus conhecidos da Faculdade de Filosofia da UBA ou da Católica, mas preferiu escudar-se nos amigos do campo político local, onde apenas um deles detinha legitimidade do voto popular. Interessante a constatação de que o *Diário de Notícias*, da capital, também frisou sobre essa dupla “presidência” da “mesa diretora” dos trabalhos, em matéria publicada no mesmo dia (“Feira terá Faculdade de Filosofia”, *DN*, 07/06/1964). E ambos os jornais não mencionariam a presença de estudantes, ou da sua entidade, que ajudaram a detonar o processo através da carta ao CNEG escrita dias antes do golpe. Assim foi iniciado processo de criação de setor local desta entidade e, de acordo com o proposto por seus representantes, formaram-se comissões com representantes da comunidade local a fim implantar a entidade e viabilizar os trabalhos de criação da Faculdade de Filosofia de Feira de Santana. Segundo o *Diário de Notícias* (op. cit.):

[...] a Comissão composta dos srs. Cícero Carvalho, Áureo Filho e Joselito Amorim encarregada de escolher o prédio; a Comissão constituída dos srs. Osvaldo Sales, do Presidente da Associação dos Ministros Evangélicos, dos srs. Elvio Coelho Lindoso, Divaldo Piton [entenda-se Dival Pitombo] e

Oswaldo Requião se incumbira de escolher o corpo docente da Faculdade e organizar os cursos; Comissão de Patrimônio integrada dos srs. Jonatas Carvalho, do Rotary Club, Lício Silva, do Lions, Vicente Leite, gerente do Banco Econômico, Mário Nou, gerente do Banco do Brasil, Waldemar Pereira, Presidente da Associação Comercial de Feira de Santana, José da Costa Falcão, Presidente do Clube dos Lojistas, Cícero Carvalho, gerente do Banco Correia Ribeiro; Comissão organizadora do setor local da CNEG: Fernando Pinto, José Maria Anchieta, Presidente do Rotary, Oswaldo Torres, Presidente do Lions, Adérito Tavares, radialista José Leão, jornalista Antonio Cerqueira, Valéria Cordeiro, Maria Hilda Carvalho Santos, Antonio José Laranjeira, Padre Aderbal Saback; Comissão organizadora da Faculdade de Filosofia: Geraldo Leite, Milton Marinho, Roberto Elton Jonson, Alberto Oliveira e Ricardo Wandell (Diário de Notícias, 07/06/1964, transcrito cf. original).

Esta relação com componentes das comissões formadas apresenta poucas discrepâncias da fornecida pelo Jornal da Bahia, com menor número de informações (mais restrita), contudo a acima transcrita exhibe os “papéis” sociais de muitos dos nomes assinalados, a maioria composta por representantes das camadas médias locais, gerentes bancários, jornalistas, religiosos, ao lado de representantes de clubes de serviço, médicos, e os políticos. Confirma Pinto de Queiroz: “Até que houve uma segunda reunião para tomada de posição”, com a presença de Luiz Rogério, Diretor da CNEG na Bahia, em 20 de julho do mesmo ano, (cf. depoimento de 1996, op. cit., p. 11) e acrescenta:

Ele, Paulo Sarazate respondeu. E o que é mais importante, na verdade é o seguinte: é que as comissões constituídas, mesmo que elas foram várias, não responderam como nós esperávamos. Como sempre a comunidade é muito apática, muito difícil de ser trabalhada e de cooperar, não sei por que, com empreendimentos educacionais.

A própria composição econômica dos associados era débil, faltava à Feira de Santana uma entidade com suporte financeiro forte, como ocorreu no Sul, anos antes, através da CEPLAC. Um ano depois, em entrevista ao Jornal da Bahia, Fernando Pinto de Queiroz faz uma avaliação detalhada sobre o andamento dos trabalhos, segundo jornal, revelando “tudo a respeito da luta” que vinha travando “juntamente com outras **figuras de projeção da cidade** para a instalação de Faculdade de Filosofia” (Jornal da Bahia, 20 e 21 de junho de 1965, “Feira Vai Ter Mesmo Faculdade de Filosofia”). Por outro lado, naquele contexto em que o jornal Folha do Norte teria “demorada” para publicar o discurso de Wilson Falcão, certamente a confiança em Faculdade de Filosofia começava também a esmorecer por parte das “figuras de projeção da cidade”, cujo crédito maior desse projeto seria a expectativa de universidade, pois se acreditava que para esta entrar em funcionamento seria necessário de “Faculdade de Filosofia e outras unidades” (conforme vimos a legislação em vigor já dispensava essa exigência). Crença que

deve ter sido alimentada por Hélio Simões e outros professores da Faculdade de Filosofia da UBA, que mantinha relações estreitas com Fernando Pinto, nessa época, conforme informações prestadas pelo próprio¹⁸³. Na entrevista ao Jornal da Bahia, Pinto de Queiroz lamentava que as comissões criadas pela CNEG não tenham funcionado:

As de Patrimônio, Prédio e Equipamentos, Cursos e Corpo Docente, Organizadora do Conselho Municipal da CNEG e Organizadora da Faculdade. [...] mesmo assim houve adesão de bom número de candidatos a sócio, os quais, entretanto, não compareciam às reuniões. Não obstante o interesse de poucos elementos locais e o grande empenho e vontade do Conselho Estadual [da CNEG], teve-se de chegar á inevitável conclusão de que a idéia não estava suficientemente amadurecida, não chegara a despertar a indispensável atenção da comunidade e assim ganhar a sua adesão decidida e decisiva. Adiou-se a execução dos planos. (Jornal da Bahia, 20 e 21 de junho de 1965, “Feira Vai Ter Mesmo Faculdade de Filosofia”)

A observação do conteúdo de diversas notas publicadas nos jornais de Salvador e de Feira de Santana demonstra que Fernando Pinto, assim como Isaías Alves (ou como herança deste), tomou para si a “missão” de implantar a Faculdade de Filosofia de Feira de Santana, com a mesma denominação da congênere da UBA acrescida dos substantivos “Ciências e Letras”. Os contatos com a CNEG foram largamente noticiados na imprensa, embora adiados, conforme esclarecimento acima, mas os jornais sempre destacavam que no ano seguinte, 1966, em Feira de Santana implantariam a Faculdade. Para efetivar o intento naquele ano, Fernando Pinto escreve¹⁸⁴ para a reportagem acima que se resolveu buscar outras soluções:

Desde que não se obteve êxito com aquela tentativa **a Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos procurou outra fórmula para encaminhamento da solução do problema**, mais à “moda da casa”, **sem comissões, além de sua própria diretoria e, a ela ligados, os elementos mais interessados, que vão sendo convocados à medida das necessidades dos seus preciosos serviços**. Simplificou-se o trabalho, conquanto se jogasse maior carga sobre menor número (Jornal da Bahia, 20 e 21 de junho de 1965, “Feira Vai Ter Mesmo Faculdade de Filosofia”).

Assim, “a moda da casa” algumas iniciativas foram sendo tomadas no âmbito da cidade e fora dela. Da aproximação com a “prata da casa” resultou a publicação da revista “Sertão”, explicitada no box introdutório da matéria do Jornal da Bahia, “especialmente de assuntos culturais”. Sob os auspícios da Associação Filinto

¹⁸³ Fernando Pinto guardava em seu arquivo, correspondências, bilhetes, trocados com esses professores.

¹⁸⁴ Para esta entrevista lhe foram enviadas as perguntas por escrito, com antecedência, e ele as respondeu também por escrito. Em seu arquivo pessoal encontram-se as cópias em carbono (até o advento do computador usava-se no passado recente o papel carbono para efetuar cópias no ato da redação em máquinas datilográficas)

Bastos, um grupo liderado por Volney São Paulo, José Navarro, Humberto Mascarenhas e Helder Alencar criou a referida revista, que segundo este último teve dois números publicados, cujas capas são do artista plástico Juraci Dória¹⁸⁵. Como vimos acima a facilidade de comunicação com a capital inseria Feira de Santana no circuito cultural que agitava os principais centros urbanos do país, além dessa experiência na área de publicações, de literatura e cinema com Volney São Paulo, jornais foram criados na cidade com formato mais moderno, pelo menos dois se destacavam nesse meado de 1960 (“Tribuna Popular”, “Jornal da Feira” e o jornal “Situação”, porém o mais duradouro no tempo surgiu no início de 1970 o jornal “Feira Hoje”). Por outro lado, grupos experimentais de teatro pipocaram pela cidade, com a ativação da Sociedade Cultural e Artística de Feira de Santana, SCAFS¹⁸⁶, o mais conhecido, logo depois viria o Movimento Experimental de Teatro Amador, o grupo META. Os dois grupos reuniram-se posteriormente em apenas um, o META-SCAFS, promovendo o movimento artístico e teatral na cidade; bem como surgiria o grupo Teatro Experimental de Feira, o TEF (no livro 11 de Atas da Câmara Municipal pp.51v e 52 consta: O “T.E.F.” solicitava colaboração da Câmara “para seu plano de difusão cultural”, 4 de maio de 1967). Outra ação que fortaleceu o campo cultural partiu da feirense, profa. Ana Maria de Oliveira, diretora da Associação Cultural Ítalo-Brasileira Dante Aligieri, que cria uma seção na cidade dessa entidade ao lado do bacharel e prof. de italiano Antonio Cunha Santana, oferecendo curso de italiano (estudei nesta entidade), cujas aulas funcionavam no prédio da Associação Filinto Bastos, o mesmo espaço que também acolheu os ensaios dos grupos teatrais e já abrigava o Seminário de Música.

Esse clima de agitação cultural da cidade também daria suporte à liderança de Fernando Pinto na busca da concretização de curso superior para Feira de Santana. Ainda em 1965 realiza viagem ao Rio de Janeiro (na época, Guanabara), aproveitando a participação em congresso do Lions Club, onde estabeleceu contatos com membros do Conselho Federal de Educação, na busca de orientações para o projeto, ocasião em que colheu informações de que poderia angariar verbas para “edificação” de um possível “Museu do Vaqueiro” (Anexo II foto de esboço de

¹⁸⁵ Informações prestadas, gentilmente, pelo Assessor Jurídico da UEFS, Dr. Helder Alencar, em julho de 2009.

¹⁸⁶ Referência à SCAFS encontra-se na Ata de Fundação do Departamento dos Seminários Livres de Música da UBA, em Feira de Santana, que esteve representada nessa seção de inauguração pelo presidente Francisco Barreto (Apud Moraes, I. e Lopes, R.L. “Seminário de Música de Feira de Santana- 40 anos de história (1962-2002): Idealismo e Realidade”, in Menezes, Gil Mário O. **Cultura e Artes Plásticas em Feira de Santana**. UEFS: 2003.

intenções para este Museu, conforme sugestão de Eurico Alves Boaventura). Como fruto desta mesma viagem “conseguiu livros para a biblioteca infantil [atual Biblioteca Monteiro Lobato]” (Diário de Notícias, 23 de maio de 1965, na coluna “Sociedade Feirense”, de Antonio José). Logo depois, os “Prof. Vitorino Nemésio, da Universidade de Lisboa e de Coimbra, o presidente dos festejos do centenário de Gil Vicente, Dr. Hélio Simões, Prof. de Literatura Portuguesa da UBA e do Prof. Oldegar Vieira da Universidade Católica”, seriam recebidos em Feira de Santana, em 17 de julho, atendendo convite da Associação Filinto Bastos, na pessoa de Fernando Pinto, “para discussão do organograma de funcionamento da Faculdade de Filosofia local e **possibilidades de orientação e ajuda das instituições a que pertencem os ilustres visitantes**”, mas apenas o professor português ventilou a possibilidade de conseguir doação de livros para a biblioteca (A Tarde, seção “Notícias de F. de Santana”, 24 de julho de 1965 e notas em colunas sociais de Feira de Santana no Jornal da Bahia, na mesma data e Diário de Notícias, dia 27 do mesmo mês).

Após o malogro da organização da CNEG no município, a Associação Filinto Bastos assumiria a execução do projeto da Faculdade de Filosofia então como entidade mantenedora, contando com recursos municipais, subvenções federais, mediadas por Wilson Falcão. De outro lado, o deputado estadual Áureo Filho desenvolve ações na Assembleia Legislativa cobrando da gestão de Lomanto Junior que executasse a lei 1802/62. Os detalhes revelados por Fernando Pinto na entrevista para o Jornal da Bahia traduzem um balanço positivo a caminho da instalação da faculdade no ano seguinte. Em “sua opinião, o primeiro problema estava resolvido, pois dispunha de prédio para funcionamento, “já locado” e “bem situado”, na “Avenida Senhor dos Passos, nºs. 197 e 225”, onde começavam a aplicar os recursos concedidos pela Prefeitura Municipal, “consignado no orçamento vigente por iniciativa do Prof. Joselito Amorim”. Donde acrescenta:

É um detalhe da maior importância esse prédio. Já agora estamos cuidando de duas outras etapas também essenciais à solução do problema, biblioteca e corpo docente. Resolvido temos, pelo menos, para o início da Faculdade o problema do Ginásio de Aplicação, que, por convênio a ser firmado deverá ser o Ginásio Municipal. O patrimônio deverá ser obtido ainda em tempo de ser alcançada a autorização para o funcionamento da Faculdade, se não falhar o plano que está traçado. [...] O problema, pois, da instalação da nossa Faculdade de Filosofia, está, para a sua solução, a depender de organização da Biblioteca e de formação de um bom corpo docente. **Vencidas essas duas etapas, cremos que nada mais nos deterá na caminhada para a inauguração de nossos cursos em fevereiro do próximo ano**, depois de um curso pré-vestibular a ser ministrado, se Deus quiser, a partir de 1º de agosto deste ano (Fernando Pinto, entrevista ao Jornal da Bahia, 20 e 21 de junho de 1965).

Assim parecia simples, pois os candidatos a estudantes desta faculdade não se constituíam em preocupação, “salvo quanto ao número cada vez mais avultado de candidatos às vagas do primeiro ano”, posto que já contasse com “cerca de trezentas pessoas inscritas, por imposição delas, ao curso pré-vestibular que pretendemos iniciar em breve”. Relativo ao corpo docente esperava-se “competência e idealismo”, vez que a Faculdade idealizada haveria de ser, “logo de saída, **o núcleo legítimo da futura Universidade de Feira de Santana. Na organização e no espírito**”.

Fernando Pinto esperava contar para a composição do quadro de professores com as amigadas das Faculdades de Filosofia da Universidade da Bahia e da Católica. Nota intitulada “Grande conquista de Faculdade” informa que “o padre Francisco Pinheiro, Catedrático da faculdade de Filosofia da UBA será titular da cadeira de Fundamentos de Filosofia” da futura Faculdade de Filosofia de Feira de Santana, acompanhado da declaração de que o mesmo faria “questão de servir desinteressadamente ao progresso cultural e homenagear a Feira onde viveu os dias felizes da sua infância” (A Tarde, seção dos municípios, 7 de agosto de 1965). Dias antes nesta mesma seção da A Tarde lia-se:

[...] Sobre a formação do corpo docente empresta-se significação ao trabalho do Dr. Fernando Pinto junto ao Prof. Jairo Simões¹⁸⁷ em Brasília para que venha ensinar em todas as cadeiras de economia política, matéria básica de Ciências Sociais, Pedagogia e História. [...] O Prof. Luiz Henrique Dias Tavares aceitou convite para ensinar História [...] (A Tarde, em 04/08/65).

Dessa forma Fernando Pinto ia tentando assegurar a formação do corpo docente com quadros qualificados e quase todo ele procedente da UBA. Cujo plano inicial de funcionamento da faculdade feirense incluía a oferta dos cursos: “Pedagogia, História, Ciências Sociais, Letras Vernáculas e Letras Modernas¹⁸⁸”; prevendo “para 1967 em diante, com maiores recursos”, implantar os de: “Matemática, Física, Química, Geografia, História Natural, isto é aqueles que exigem laboratórios para seu funcionamento” – para o que, esperava-se contar com verbas da SUDENE. Acerca da convocação de professores, assim se pronunciou, em 1996:

¹⁸⁷ Jairo Simões era um dos professores baianos, entre outros, recrutados Brasil afora, que tinham ido para a UnB em 1961, que em bloco pediram demissão após o golpe militar, situação pertinente também a Navarro de Brito, que na época passou a ocupar a subchefia da Casa Civil da Presidência da República, na gestão de Castelo Branco.

¹⁸⁸ “Letras com uma língua viva: inglês, francês, italiano, espanhol etc.”.

[...] nós chegamos a recrutar gente como Jairo Simões, Fundamentos de Economia, Iracy Castro, gente da esquerda, tranqüila e serena, que me deu uma ajuda fabulosa; Perseu Abramo, quem conhece a história antiga sabe de que lado esse pessoal está; Alice Costa, professora de Psicologia, Valdir Oliveira, Geografia Humana e Econômica; Ieda Ferreira, História Antiga; Luiz Henrique Dias Tavares, também não ficava atrás dos quatro, História do Brasil; Hélio Simões, grande idealizador e colaborador da nossa Faculdade de Filosofia; Hélio Simões, Francisco Pinheiro, Fundamentos de Filosofia, Clarice [Joselice Macedo¹⁸⁹], de Lingüística; Suzana Nascimento, de Língua Portuguesa; Língua Latina, Maria José Rocha, e lá vai por aí, e vários outros professores que nós estamos recrutando. Graças a quê? Graças também ao trabalho de Yara [Cunha], como aluna da Faculdade de Filosofia, curso de Pedagogia daquela época, passou a ser nossa porta-voz, para fazer contato com professores que nós falávamos e que também ia contactando por lá. E como Geraldo [Leite] já havia se mudado para Salvador em 1965, ele também era um elemento de contato por lá; nós chegamos a publicar notícia que quem tivesse interesse de ensinar na nossa Faculdade de Filosofia, que entrasse também em contato com Geraldo Leite em Salvador. Há uma entrevista minha contando toda essa história (Pronunciamento de Fernando Pinto, 1996).

Desta maneira, o nosso agente em pauta procurava manter ou construir uma semântica específica para a história que ele se via fazendo, ou que já teria feito, à qual se junta a aludida entrevista ao Jornal da Bahia, de 1965, que citamos acima, escrita para a posteridade e publicada quase na íntegra (com pequenas acomodações necessárias à publicação jornalística). Lembrando Jorge Calmon, trazia à tona as suas transigências, “antes de qualquer declaração de derrota” e para isso não hesitava em inserir pequenas notas nos principais jornais da capital baiana, nas “colunas sociais” e nos “cadernos” ou “páginas” dos municípios. Para isso, nos declarou de modo informal, contou com o apoio decisivo do colunista Antonio José Laranjeira na cruzada para dar visibilidade ao projeto de ensino superior feirense, que publicava semanalmente suas notas, bem como procurava inserí-las nas seções dedicadas aos municípios dos outros jornais. Não fossem essas escaramuças jornalísticas ficaria muito difícil entender os processos de instituição do campo universitário de Feira de Santana e situá-lo como precursor do ensino superior na cidade, que defendia uma visão específica de ensino superior – aqui lembramos, com pouca possibilidade de incorrerem em erro, que se tratava de uma visão mais próxima “dos tempos de Capanema”, posto que inspirada em Isaías Alves, mas atualizada ao contexto populista¹⁹⁰ dos anos de 1960.

¹⁸⁹ Cf. relação publicada no Jornal da Bahia, na seção jornal dos municípios, s/d, in Acervo Particular de Fernando Pinto.

¹⁹⁰ O entendimento aqui sobre o populismo no Brasil encontra-se em Ianni, Octávio, **O colapso do populismo no Brasil**, 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

Na referida entrevista ao Jornal da Bahia, inscrita na memória de Fernando Pinto, naquela ocasião, como parte essencial na trajetória da instituição que intencionava implantar, expõe sua visão, sua expectativa para a faculdade feirense:

Precisamos de mestres capazes, de espírito arejado e realmente interessados na formação das elites culturais interioranas. Têm de ser idealistas. Pois vão ser pioneiros, missionários. Deverão estar mais voltados para a eficiência do ensino, êxito das pesquisas, a criação de verdadeiras escolas, do que nos subsídios que lhes possamos atribuir, minguados ou mais vantajosos. **A grande vantagem será, para eles, a de realizadores de uma obra perene, construtores do futuro, criadores.** Muita gente nos tem dito que não mais existe, em nossos tempos, este tipo de homem. Nós nos recusamos a aceitar a afirmação. Ao contrário, iremos recrutar muitos idealistas e competentes, como já começamos a fazê-lo, com a composição do que esperamos venha a ser o mais jovem e o mais dedicado corpo docente superior do país (Fernando Pinto, entrevista ao Jornal da Bahia, 20 e 21 de junho de 1965).

Vale lembrar que contando com o apoio longínquo vindo de Brasília, com pequenos aportes de verbas através de Wilson Falcão – que tentava contatos com ordens religiosas para assumir a instalação e manutenção da Faculdade¹⁹¹. No plano local o apoio quase exclusivo da prefeitura municipal¹⁹², na figura do prefeito que precisava daquela “vitrine” para legitimar-se junto à camada estudantil e a oposição política do município. Nesse grupo incluía-se também Geraldo Leite, o “vice-presidente” da Associação, que auxiliava no recrutamento de professores em Salvador, onde já residia.

Perguntado sobre as disponibilidades das verbas estaduais, a resposta de Fernando Pinto, na entrevista mencionada, foi: “nenhuma”. Aspectos das declarações acima foram publicados na A Tarde, na página dos municípios, de 10 de julho de 1965, acrescentado que se pleiteariam verbas junto à SUDENE para a criação do **“Museu do Vaqueiro**, para ajudar na formação cultural dos estudantes e proporcionar também a mestres e historiadores subsídios na programação pedagógica”. Bem como chamava atenção de que se tratava de uma Faculdade para “todos”, na afirmativa: **“A cúpula organizadora da faculdade de filosofia esta preocupada em que o estabelecimento não venha ser privilégio de ricos.** Os preços das anuidades resultarão apenas no aluno pagar o déficit do estabelecimento” – explicava-se que os gastos não cobertos pelas subvenções

¹⁹¹ No mesmo dia do relato Fernando Pinto em 1996, na UEFS, Wilson Falcão declarou que buscou os padres Jesuítas, em Goiás, e também entrou em contato com os Salesianos e Maristas, em Brasília, visando apoio para implantar o projeto de Faculdade de Filosofia.

¹⁹² Em A Tarde, na seção dos municípios, foi informado que a situação financeira da Prefeitura de Feira de Santana em julho de 1965 era “auspiciosa”, registrava recorde de arrecadação. Recorte deste jornal do acervo de Fernando Pinto está assinalado o “box” que fala da elaboração do projeto de lei orçamentária para 1966 – objeto de suas intenções para implantar Faculdade naquele ano.

recebidas seriam divididos entre todos os estudantes, por tratar de entidade sem fins lucrativos.

No final de novembro de 1965, o colunista Antonio José escreveu: “Quando perguntei ao bel. Fernando Pinto pela Faculdade de Filosofia ele me respondeu: ‘não sei, estou esperando notícias’” (Diário de Notícias, 28 e 29 de novembro de 1965); nesta coluna aparece uma foto do mesmo, com o seguinte crédito, após seu nome: “um dos grandes baluartes pela FFF”. A notícia esperada por Pinto de Queiroz veio em abril de 1966, fornecida por ele mesmo: a faculdade não seria inaugurada naquele ano em razão do “atraso na apresentação dos documentos pelos professores” e prometia a instalação dos cursos pré-vestibulares. Aguardava-se a sua “implantação definitiva” para o ano seguinte – frisando sobre a “necessidade urgente de se trazer uma escola superior para Feira visto a cidade precisar de professores para os seus oito ginásios e outras tantas escolas de nível secundário” (Jornal da Bahia, 2 de abril de 1966). No calor das movimentações eleitorais que ocorreriam no final deste ano, a municipalidade resolveu assumir atitude mais ofensiva, conforme assinalou Fernando Pinto:

[...] Mas acontece que, em 1966, [...] para nos ajudar, o Professor **Joselito Falcão de Amorim, que era prefeito naquela época**, para ajudar, e não para atrapalhar, **criou por Lei Municipal a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana**. Então, nós teríamos já aqui uma Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras. Claro que tudo isso girava em torno daquele trabalho da Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos, que achou afinal quem se dispusesse, não sei se conseguiria, a nos ajudar na manutenção da Faculdade, mas que nós, já de certo modo, contávamos, em parte pelo menos, com o esquema, que havíamos traçado para o funcionamento da Faculdade, que havia uma contribuição, uma espécie de cooperativa entre os alunos [...] até chegar-se a um curso gratuito em 1968 (Pronunciamento de Fernando Pinto, 1996, op.cit.).

As eleições de 1966 trouxeram à cena novos agentes políticos nas governanças do município e do Estado, o primeiro sob a forma de eleição direta e o segundo pela via indireta. Durante a campanha, após vitória “arrasadora” sobre obscuro oponente, João Durval abraçou a ideia de universidade embutida na proposta de Faculdade de Filosofia encampada por Fernando Pinto, que diante da iminente vitória e da garantia legal de faculdade municipal colocou em funcionamento os prometidos cursos pré-vestibulares. Assim, após as eleições, ainda em dezembro de 1966, A Tarde, seção dos municípios publica a nota seguinte:

Observador Universitário – o Dr. Fernando Pinto Queiroz está de viagem marcada em janeiro vindouro como observador da organização e funcionamento das universidades integradas, principalmente a de Brasília. Esta atividade consta relacionar-se com os planos de governo do futuro prefeito João Durval (A Tarde, 19 de dezembro de 1966).

Pela redação os indícios são de que esta nota foi “plantada” pelo próprio Fernando Pinto, já com boa experiência nesse setor, todavia, não o teria feito sem a autorização do “futuro prefeito João Durval” e se esta medida não constasse de fato dos planos deste. O que constatamos de modo mais explícito em edição anterior, de 3 de dezembro de 1966 do Jornal da Bahia (JB nos Municípios, p. 9), na manchete dessa seção consta: “Feira de Santana: **Prefeito promete dar Universidade Integrada até março de 68**” e começa a notícia:

É grande a satisfação dos comerciantes e bancários desta cidade em virtude da promessa feita pelo prefeito eleito, [...], dizendo que instalará a **Universidade Integrada de Feira de Santana (UIFS), esperando contar para isso com o apoio do governador Luiz Viana Filho** (Jornal da Bahia, 3 de dezembro de 1966).

E a parte mais significativa do texto publicado prossegue: “Contudo, informou recentemente o Sr. João Durval Carneiro, **mesmo que este apoio não seja, ou mesmo não for suficiente, não medirá esforços a fim de instalar e colocar em funcionamento a Universidade Integrada em março de 1968**”. Acrescentando mais adiante:

A **possibilidade da Universidade Integrada de Feira de Santana vir a ser uma Fundação Estadual depende do governador eleito Sr. Luiz Viana Filho**, que já foi Conselheiro da Universidade Integrada de Brasília [a UnB], **criar e fazer funcionar a Universidade do Interior do Estado, com todos os seus cursos e instalações em Feira de Santana** e recebendo alunos bolsistas selecionados em cada cidade do Interior [...]. Esta medida tornaria a Universidade do Interior de manutenção muito mais econômica (idem).

A “Universidade do Interior” já se encontrava na ordem do dia do governo estadual bem antes dessa gestão que se avizinhava e estes assuntos não viriam à tona por acaso. Certamente o prefeito de Feira de Santana, aliado estratégico do governador, perante a grande vitória conquistada pelo partido da ordem no município¹⁹³, já seria conhecedor das linhas gerais do projeto de governo, que, como vimos, colocava a educação como carro chefe auxiliar no processo de desenvolvimento econômico do Estado, no âmbito do qual se pensava uma universidade para o Sul do Estado – nenhuma mudança, pois, em relação ao antigo

¹⁹³ O prefeito João Durval Carneiro fora eleito com grande margem de votos perante uma tímida oposição, afora a reeleição dos deputados Aureo Filho e Hamilton Cohin, como estaduais, e Wilson Falcão, federal, todos pela ARENA, também se elegeu mais um deputado estadual vinculado ao MDB da cidade, o Sr. Oscar Marques, conhecido como Oscar Tabaréu.

Planderb, ao contrário buscou-se aprofundá-lo. Contudo, a gestão, que ainda seria implantada, de João Durval, já mandava um recado ao futuro administrador estadual: “sem recurso” ou “com pouco recurso” proveniente do Estado (traduzindo a linguagem cifrada do texto jornalístico acima), a municipalidade tudo faria para que a “Universidade do Interior do Estado **com todos os seus cursos e instalações**” viesse a ser implantada em Feira de Santana – a ideia de que seriam instaladas unidades em vários municípios parece que já era do conhecimento da próxima autoridade feirense, que retrucava do alto de sua legitimidade popular e reivindicava “todos os seus cursos e instalações” para a cidade, vista como uma medida que iria gerar economia de custos.

Além da indicação de espaço para a construção da sede da UIFS, que seria em “uma grande área nas imediações da Av. Presidente Dutra (asfalto)¹⁹⁴”, a gestão municipal eleita já anunciava a reivindicação de cursos de Ciências Econômicas por bancários e comerciários, como cursos a serem oferecidos à noite, “**caso a UIFS seja criada como Fundação Municipal ou Estadual**” o regime de trabalho, argumenta, será de oito horas, distribuídos em um dos períodos diurnos e o outro noturno, bem como se falava que a mesma teria “maior autonomia e possibilidade de ir reformando sua estrutura universitária, de acordo com a experiência vivida e evolução da sociedade [!]”. O texto em foco vai mais longe: “Vale ressaltar que a Universidade Integrada, conforme já ficou estabelecido, não adotará o sistema de cátedra por julgá-lo ultrapassado e ineficiente, devendo por outro lado os seus cursos terem um currículo de seis meses”. Fernando Pinto foi o principal assessor de João Durval nessa área e deveria estar por trás desta notícia, que não chegou a ser um bem escrito *release*, mas endereçou o recado que seria compreendido por qualquer bom entendedor.

Mais munição foi despejada um mês depois, no mesmo jornal citado e na mesma página, em matéria um pouco menor, mas não menos provocativa. Abria o título, cujo conteúdo era atribuído a uma “correspondência especial”, Feira de Santana: “Satisfação pela Promessa de uma Universidade Integrada na Cidade”. Logo no primeiro parágrafo dispara:

Vem despertando **grande entusiasmo nesta cidade, principalmente entre a classe estudantil** a notícia da instalação da **Universidade Integrada de Feira de Santana (UIFS), que deverá ocorrer, conforme já anunciou o prefeito eleito, João Durval Carneiro, no próximo ano**, sendo

¹⁹⁴ Tratava-se de grande área localizada nos espaços ocupados hoje pela Estação Rodoviária e um Supermercado.

esta **uma das principais metas da sua administração** (Jornal da Bahia, 7 de janeiro de 1967).

No parágrafo seguinte informa que a ideia de Faculdade de Filosofia, que havia anteriormente, “foi suplantada pela da criação da UIFS graças ao desejo e disposição dos estudantes e do novo prefeito municipal”. Decisão tomada, UIFS já no próximo ano, passava-se a anunciar os cursos que a comporiam, “Inicialmente cinco que é o número mínimo exigido para a instalação de uma Universidade [...], Ciências Sociais, Letras Vernáculas, Línguas Estrangeiras, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis”. Observa-se aí que o eixo das orientações ou inspiração, não partia mais dos professores da Faculdade de Filosofia da UBA (UFBA, no ano seguinte), mas de um setor mais atualizado, que procurava demonstrar as últimas novidades pertinentes ao campo universitário no Brasil, conforme descrito na matéria:

A Universidade integrada torna-se muito mais econômica e de ensino muito mais moderno do que aqueles em que os cursos e faculdades funcionam separados e sem integração, inclusive porque o corpo de funcionários e de professores, bem como salas de aula e laboratórios são os mesmos para todos os cursos de uma Universidade Integrada (Jornal da Bahia, idem).

A referida matéria contesta a opinião daqueles que são contrários a ideia de Universidade para Feira de Santana: **“Apesar dos benefícios que uma Universidade trará à cidade ainda existem muitas pessoas que afirmam não poder Feira de Santana ter ainda uma Universidade”**. Mas, para demonstrar que esta opinião estaria equivocada, como exemplo, são citadas a criação naquele ano de Universidades Integradas em cidades do interior mineiro, “menores do que Feira de Santana em renda e em população”, como de Itaúna e Divinópolis. Ou seja, dessas matérias do Jornal da Bahia, é possível deduzir que antes mesmo das poses em seus respectivos cargos, de prefeito e de governador, os campos intelectual e político feirenses já teriam sido informados de que Feira de Santana receberia a unidade de formação de professores, acompanhada da explicação abalizada do futuro governador e/ou secretário de educação (ou de ambos), de que a cidade não reuniria condições para implantar Universidade. As escaramuças no jornal não seria uma provocação à toa, mas tratava-se de “uma reivindicação da classe estudantil e de seu prefeito” (este último repita-se, indicado pelo voto popular).

A indisposição do governo Luiz Viana Filho em relação às reivindicações por Faculdade de Filosofia em Feira de Santana, como passo para a universidade pode

ser auscultada nos arquivos da Câmara Municipal de Feira de Santana, na escrita do redator de debates Nilton Oliveira Caribé, nove meses depois, quando registrou comentários dos vereadores acerca de pronunciamento recente do governador proferido durante “banquete” oferecido ao mesmo no Clube de Campo Cajueiro. Assim, na sessão ordinária de 17 de outubro de 1967, registra o redator:

Luciano Ribeiro dizendo que o discurso do governador com referencia à faculdade não convenceu, mesmo porque a alegação da falta de mestres para lecionar na mesma, também não convence, pois com boa vontade consegue-se os mesmos na capital do Estado (Atas da Câmara Municipal de Feira de Santana, 17 de outubro de 1967).

A falta de professores seria um bom motivo, por ser uma realidade, mas o governo estadual tinha objetivos já bem definidos e, perante o ambiente autoritário, excluía a participação da sociedade civil ou de projetos aí desenhados, por tratarem de “veleidades municipais” (conforme salientou Navarro de Brito, 1991, p. 4).

5.6 Lado Fosco do Espelho: A “Faculdade de Educação”

Observe-se a notícia abaixo, publicada no jornal Situação, da cidade de Feira de Santana:

Antes da formação da Comissão, de estudantes, professores, o deputado Oscar Marques e outras pessoas, **foi feita uma proposta por iniciativa do Dr. Fernando Pinto de Queiroz**, Presidente da Associação Educacional Filinto Bastos e da própria Secretaria de Educação [do Município], **para que se firmasse um convênio entre o Estado, a Prefeitura e a Associação Educacional Filinto Bastos**, o que **não foi aceito pelo Secretário Navarro de Brito, alegando que o Estado tomaria para si a responsabilidade da criação da Faculdade** (jornal Situação, 17 de fevereiro de 1968, nº 90, p. 3).

Com esta informação, atribuída ao Secretário de Educação do Município, Raimundo Pinto, foi aberta matéria do jornal Situação, onde prometia “esclarecer a opinião pública” sobre “como nasceu a ideia de se criar uma Faculdade para Feira de Santana”, perante a manchete da capa: “Feira já tem Faculdade: Vestibular em Maio”. A ideia da “Comissão” citada no texto foi levantada no início do ano anterior (1967), segundo o Secretário do novo governo (empossado em janeiro de 1967), “reunindo professores e estudantes para irem à presença do governador pedir faculdade para Feira de Santana”. Segundo o jornal, a respeito desse encontro o referido Secretário de Educação feirense, que compareceu representando o prefeito, teria descrito:

Houve pessoas que chamaram atenção do governador para essa reivindicação, inclusive o Presidente da Associação Educacional Filinto

Bastos, Dr. Fernando Pinto de Queiroz, que chegou a organizar a Associação para tal fim, só não concretizado devido a obstáculos de ordem financeira e de ordem burocrática. **Formada a Comissão, estiveram no Palácio, vários estudantes, professores, os vereadores Luciano Ribeiro e Itaracy Pedra Branca.** Embora fossem convidados os deputados Áureo Filho, Hamilton Cohin e Oscar Marques, apenas este último compareceu (Cf. Jornal Situação, op.cit.).

A ausência dos dois deputados situacionistas era um indício de que os mesmos não mais estavam comprometidos com a ideia de Faculdade de Filosofia, defendida por Fernando Pinto – extensivo também ao prefeito que enviou “representante”. Por outro lado, a presença de vereadores e deputado da oposição sugere que o nosso “Dom Quixote do sertão” tenha tentado reunir os vários políticos locais de modo suprapartidário, conveniente à participação democrática, rarefeita naqueles tempos, (conseguiu apoio apenas na oposição) para lançar a última cartada junto ao governador em prol de seu projeto. Luciano Ribeiro, em relato atual, assim falou sobre os movimentos que envolveram sua participação na referida audiência:

Feira precisava ter uma Faculdade, Fernando Pinto foi o grande puxador disso. Ai incorporou Monsenhor Galvão e algumas pessoas da sociedade de Feira. Esse foi um movimento suprapartidário. E como eu tinha esse trabalho de liderança estudantil, fui procurado por Raimundo Gama para também me incorporar a esse movimento, porque teríamos uma visita ao governador Luis Viana; vários ônibus iam daqui, e ele queria que eu providenciasse também um ônibus de estudantes para fazer pressão lá junto ao governador. Nós fomos participar dessa reivindicação que ai realmente gerou um compromisso do governador em criar a Faculdade de Educação (Luciano Ribeiro. Entrevista concedida à autora, 21 de maio de 2009).

Contudo, esta não seria a única investida da sociedade organizada de Feira de Santana junto às autoridades constituídas, Josué da Silva Melo, que ocupou o cargo de reitor entre 1991 e 1994, afirmou em entrevista concedida à equipe do GTAI (Grupo de Trabalho de Avaliação Institucional) da UEFS, em 1994, o seguinte:

Nos anos 60, as mesmas lideranças, agora com maior apoio de toda sociedade organizada, se mobiliza para exigir do Governo do Estado uma Universidade para Feira de Santana. A Igreja Católica, as Igrejas Evangélicas, a Maçonaria, o Rotary, o Lions, o Comércio, a Indústria, representação da Câmara de Vereadores e a participação de alguns políticos da região vão ao governador, por várias vezes, **não para sugerir, mas para reivindicar uma Universidade** como condição para solidificação do desenvolvimento de Feira de Santana. Eu mesmo participei, como representante da comunidade evangélica, de alguns desses movimentos e dessas mobilizações, indo ao governador com um grande grupo de líderes comunitários para expressar esses anseios, essas reivindicações e essas exigências. **E tanto eram fortes, que o Governo do Estado resolveu criar a Faculdade de Educação [...]; mas não era isso que Feira de Santana queria. Ela se sentiu até meio frustrada com a criação dessa Faculdade de Educação,** porque ela não respondia às expectativas da sociedade

(Josué Melo, in I Primeiro Relatório Síntese da Avaliação Institucional da UEFS, 1997, p.491-492).

Este comentário de Melo demonstra o quanto a sociedade feirense encontrava-se mobilizada no envolvimento dos diferentes segmentos sociais, inclusive trabalhadores e estudantes, principais interessados, já anunciado acima.

O depoimento de Fernando Pinto, atualizado em 1996, sobre o transcorrer dos fatos com a ascensão de Luiz Viana Filho, diz o seguinte:

[...] Mas aí é que Wilson Falcão leva a idéia da Faculdade de Filosofia ao governador Luiz Viana Filho, de quem era relacionado, e **o governador discute o problema com seu Secretário de Educação, o professor Navarro de Brito, e, nessa altura já não seria aconselhável, segundo ele, uma Faculdade de Filosofia e sim uma Faculdade de Educação.** Tinha mudado o sistema educacional, **mas, mesmo assim, Navarro resistiu à idéia dessa Faculdade de Educação em Feira de Santana,** e devia ter suas razões – foi preciso, não sei se Wilson Falcão se lembra, mas o contato foi com ele – **foi preciso que Luiz Viana cobrasse e determinasse que ele lavrasse o Decreto para a criação da Faculdade de Educação de Feira de Santana** que, afinal saiu o Decreto nº 20.647 de 10 de abril de 1968, que colocava dentro do plano do Governo do Estado, da Secretaria de Educação do Estado, a criação da Faculdade de Educação de Feira de Santana para o preparo de professores de 1º ciclo em Ciências, Estudos Sociais, Letras, etc. [...] Essa Faculdade se instalou em 19 de setembro de 68, numa quinta-feira, tendo sido Diretor o Professor José Maria Nunes Marques. **Mas essa Faculdade de Educação já não nos satisfazia, e agora já se estava conversando em termos grossos de uma Universidade mesmo.** E o que é que aconteceu? **Geraldo [Leite], em Salvador foi incumbido, e esse era o grande sonho dele também, de entrar em contato para uma Faculdade de Medicina em Feira de Santana.** Não era do meu gosto, que eu achava que Feira não podia ter uma Faculdade de Medicina, mas nós precisávamos de ter várias faculdades para marchar para uma Universidade (Fernando Pinto, 1996, op. cit., p. 15).

A divergência com Navarro de Brito não teria sido simples. Conhecedor das mudanças em curso na agora UFBA, que reduzia o alcance da Faculdade de Filosofia, de onde seria retirado o curso de Pedagogia e, por consequência, a questão da formação de professores, para se organizar Faculdade de Educação, deve ter informado aos representantes dos feirenses o papel atualizado que a mesma desempenharia no contexto da reforma universitária em curso. É claro, não se poderia pensar esse avançado modelo **para e da** “Universidade” (tomada como única e indevassável), aplicado ao “interior”, no caso, a cidade de Feira de Santana, na opinião do Secretário. Tanto que, obrigado pelas pressões que partiam da cidade, a implantou apenas como rótulo, cujo conteúdo seria o mesmo do que foi projetado para as quatro escolas de formação docente em cursos “pós médio” (numa linguagem mais atual) para atender, emergencialmente, a demanda de “primeiro ciclo”. Aliás, esta restrição, que imporá apenas o primeiro ciclo, foi um

aborrecimento que Fernando Pinto não conseguia ocultar até antes da sua morte, mesmo esforçando-se muito – considerando a luta que empreendeu por uma faculdade de filosofia, que, em sua opinião, formaria “professores especializados em primeiro e segundo graus”.

O sinal de que a reivindicação partida da municipalidade incomodava o Secretário Navarro de Brito aparece em artigo de sua autoria publicado na Revista “Porto de Todos os Santos”, publicada no início de 1968, onde se lê: “Não creio, hoje, nas veleidades municipais de repetidos modelos clássicos de faculdades e, em muitos casos, até mesmo ginásios e colégios” – exemplo de uma frase representativa do contexto social vivenciado, as pressões e lutas do campo em que atuava, embora o contexto do texto elaborado a dispensasse¹⁹⁵. Outra pressão que o Secretário enfrentava partindo de Feira de Santana residia no fato de que **“já se estava conversando em termos grossos de uma Universidade mesmo”**, o que requereu mudanças significativas nos planos do governo, do qual o Secretário seria signatário. Contudo, Navarro de Brito, mesmo em contexto autoritário, ganhou apenas a metade da primeira peleja, impôs a implantação da escola de formação de professores na cidade, mas “aceitando” outra roupagem, a de “Faculdade de Educação”. Essa mudança de forma pode ser observada no próprio texto do PIEC, que se refere ora a “faculdade de formação de professores” ora a “faculdade de educação”, visto que na consciência dos conscientes que elaboraram o plano tratavam de diferentes concepções. Mas diante do fato consumado em Feira de Santana em setembro de 1968, passou-se a chamá-las no texto referido de “faculdades de educação”, no entanto as similares implantadas, posteriormente, em Vitória da Conquista, Alagoinhas e Ilhéus, tiveram dispensado o nome de fantasia adotado naquela cidade – foram instituídas como “Faculdades de Formação de Professores”.

Nessa ocasião, em Feira de Santana, para implantar e dirigir o projeto do governo, de escola emergencial de formação de professores, Navarro de Brito convocou alguém da sua confiança, o seu colega da Faculdade de Direito, José Maria Nunes Marques. Sobre a trajetória deste, Fernando Pinto informou que o mesmo veio para a cidade por seu intermédio, por sua “indicação”, para administrar a Escola de Menores, criada pela Associação de Proteção à Infância de Feira de

¹⁹⁵ Neste artigo Navarro assume posições arrojadas defendidas na época, além da democratização do ensino defende a municipalização progressiva do ensino elementar. O artigo referido intitula-se “Uma Estratégia para a Educação”, e é parte da Coletânea de Navarro de Brito, organizada por Celma Borges, op. cit., p.4.

Santana, da qual era presidente, vinculada ao Lions Club, e implantada sob os auspícios da Secretaria de Estado do Interior, em 1960. José Maria, conforme já anunciado em outra seção deste trabalho, além de Diretor da Escola de Menores acumulava, desde maio de 1964, a função de Diretor do Ginásio Municipal de Feira de Santana. A este caberia não apenas dirigir mais uma instituição, no caso, a Faculdade de Educação, mas lhe coube também o papel de defendê-la pelos jornais. Enquanto no início de novembro de 1967 escrevia “A Universidade do Silêncio” solidarizando-se perante o malogro anunciado da Faculdade de Filosofia, e com isso parte do sonho de universidade para Feira de Santana, no jornal Tribuna Popular (9 de novembro de 1967), nos primeiros dias do ano seguinte em outro meio defendia o projeto de seu amigo Navarro de Brito. Sob o título “Quem educa quem?” (publicado em 5 de janeiro de 1968, no jornal Feira Hoje), José Maria sugere que se devia enfrentar “o crucial problema da formação de professores”, para em seguida formular o problema e a solução possível:

Onde encontrar, a cada ano que passa professores habilitados em número suficiente para atender o assustador acréscimo anual da população adolescente que se dirige aos ginásios?

É urgente a criação de escolas de nível superior capazes de preparar, em curto prazo, de modo intensivo e eficiente, professores para os estabelecimentos de ensino médio (José Maria Nunes Marques, apud Marques (org.) 2007, p. 129).

Mas omitia neste artigo que se tratava de formação para o primeiro ciclo. Como vimos, se o Secretário concordava que Faculdade de Educação emergia como a proposta mais atual que substituiria a de Filosofia, e para o interior a previsão governamental era de uma proposta mais simples, em Feira de Santana os principais agentes do campo do ensino superior não esperavam que nela fosse implantada nada que não fosse, portanto, a referida novidade, Faculdade de Educação – visto que a intenção era organizar os passos para universidade. A escrita de José Maria procurava de modo subjacente resolver esse impasse, mostrando que, ou se aceitava a proposta governamental ou “a cidade estava condenada a manter-se ao nível do ginásio”. A argumentação era de que os egressos das “escolas superiores para formação de professores – **sem importância o nome que tenham** – existentes na capital” seriam absorvidos lá mesmo. E pergunta: “E nós, e Feira de Santana? [...]. Como construir a grande Feira [de Santana], como levantar a grande Bahia, sem que o povo seja educado e levado até o nível necessário da cultura?!” Na proposta estadual esse “nível necessário” de

conhecimento não deveria ultrapassar as necessidades imediatas do projeto de desenvolvimento econômico em curso.

Retrucando: “os que mourejam no campo da educação sabem que o problema do professorado é dos mais inquietantes [...]. Cumpre, pois, que adotem medidas práticas, imediatas no sentido de formar, **em curto prazo**, professores”, Jose Maria inicia artigo onde informa: “Sim, a Feira terá ainda este ano, sua primeira Faculdade. Não que ela venha resolver todos os problemas, como uma panaceia, mas será um passo à frente” (Tribuna Popular 28 de março de 1968, in Marques, 2007, p.140-1). Desta feita todos os detalhes acerca da Faculdade são esclarecidos. Sobre o PIEC: criar unidades no interior “destinadas à licenciatura de professores de 1º ciclo do ensino médio”, acrescido do comentário:

Tais escolas, dentro da idéia de reformulação do ensino universitário, pretendem formar em três anos, com currículos mínimos flexíveis, a ênfase decisiva nas disciplinas pedagógicas, com sentido prático objetivo, professores de português e línguas estrangeiras (curso de letras), professores de história, geografia, organização social e política (estudos sociais) e professores de ciências naturais e matemática [curso de ciências] (Tribuna Popular 28 de março de 1968, apud Marques, 2007).

Neste artigo as disciplinas do “currículo mínimo¹⁹⁶” do curso de Letras são nominadas e do mesmo modo o elenco de disciplinas de “formação pedagógicas”¹⁹⁷ e prometia para a “próxima semana” detalhes acerca do vestibular. Estas informações são prestadas através do mesmo jornal em artigo do dia 25 de maio de 1968: “Feira terá o privilégio de realizar, salvo engano, pela primeira vez na Bahia, um exame vestibular desvinculado das formas tradicionais”, que incluíam “testes de inteligência” e “entrevistas individuais” – a prova escrita seria de “Português”, englobando conhecimentos específicos, conhecimentos gerais e redação (Marques, 2007, p. 142).

A professora Yara Cunha Pires, sobre a Faculdade de Educação e o seu primeiro vestibular, de acordo com sua memória, assim relata:

Então a Faculdade foi pensada assim e foi instalada assim, como uma coisa muito inovadora. O primeiro vestibular foi algo totalmente diferente, porque elas partiram do seguinte pressuposto: “nós não vamos avaliar conteúdo como se faz nos vestibulares tradicionais, nós vamos avaliar algumas competências que nós queremos ter, e a fundamental é a compreensão”. Então a prova foi centrada toda nessa “compreensão”. Além de outra coisa, que foi naquela época pensada por Joselice e Zaidée: era uma avaliação psicológica desses candidatos a professores, que foi feita por mim e dona Alice Costa [da UFBA]. Isso não era eliminatório, obvio, não é. Claro. Mas

¹⁹⁶ Seis disciplinas: Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Latina, e duas selecionadas entre: Cultura Brasileira, Teoria Literária, Língua Estrangeira Moderna, Linguística e Literatura Latina.

¹⁹⁷ Psicologia da Educação, Didática, Elementos de Administração Escolar e Prática de Ensino.

terminada a... Escolhidos os resultados todos passaram por um processo de avaliação: entrevista e provas. Para se conhecer um pouco mais das pessoas que se ia trabalhar. Aliás, já não eram mais candidatos, já eram aprovados. [...] Nós fazíamos um perfil. Eu fiz com dona Alice, não é. Nós fizemos provas. Naquela época estavam muito em voga os testes. Eu me lembro que nós fizemos uma prova de inteligência não verbal - não media conhecimento, media realmente competências cognitivas – fizemos uma prova de atenção concentrada... Não lembro mais. [...]. Os chamados testes psicológicos, pra conhecer o candidato. E uma entrevista longa que ela fez. [...] Fazíamos um relato, mas acredito que não tenha mais isso. Mas nós tínhamos um relato de todos os aprovados. Tanto que, quando nós começamos a trabalhar só com o curso de Letras, nós sabíamos todas as pessoas: quem eram as pessoas que estavam ali. Então as avaliações que nós fazíamos, mensais, dos alunos, os professores se reuniam, era um grupo muito pequeno – Joselice dava duas disciplinas, para duas era só um professor – nós sentávamos, levávamos os nossos resultados, líamos as provas que nos chamavam atenção, e nós discutíamos o que é que precisava. Até, por exemplo, “fulano ainda tem dificuldade de expressão escrita, então temos que trabalhar com esse aluno”. Então era isso. [...]. A oferta inicial foi de quarenta vagas (Yara Cunha Pires, entrevista concedida à autora em 2009).

As informações desta professora assinalam aspectos do envolvimento e compromisso dos agentes responsáveis pelo processo pedagógico, aqueles que de fato dariam sustentação e legitimidade ao projeto, muito embora a mesma avaliação não possa ser depositada nos agentes políticos que deveriam garantir-lhe a manutenção e sustentação econômica e material. Dos escritos de Navarro de Brito, elaborados na época, deduz-se que seria impossível ensino superior sem sustentação da instância federal, ao acentuar o caráter “supletivo” da ação estadual¹⁹⁸, exemplo que lhe vinha da própria Universidade na Bahia, que na ocasião recebia grandes investimentos e nenhum dos seus professores era convocado para o exercício “missionário” de suas atividades. Se ele, Navarro, assim como o governador, haviam saído do “coração” do novo regime já instalado, por que não evocaram em nenhum dos seus escritos e pronunciamentos (aqui pesquisados) tais investimentos para o ensino superior no interior da Bahia? Embora para o funcionamento do PIEC estivesse previsto que 30% do total dos recursos seriam oriundos do “governo federal e organismos internacionais”, do quais Navarro de Brito reclama no texto citado¹⁹⁹ da inoperância e dificuldades no âmbito federal, no entanto este foi acionado apenas para equacionar a abordagem do ensino médio, mediante o analisado no capítulo anterior, no qual estava embutida a “formação de

¹⁹⁸ Cf. Navarro de Brito, 1991, p. 16. No livro **Educação em Mudança** (1971), Prof. Edivaldo Boaventura também sustenta esse pensamento; logo no primeiro capítulo, p.18, lê-se, sobre “As influências na formação do sistema universitário brasileiro” [...]: **“E, por acaso alguma instituição pode viver, no Brasil, sem estar vinculada ao centralismo federal?”** Somos Estado, antes de Nação. E, historicamente, centro, antes de periferia, provinciana ou estatal”.

¹⁹⁹ O texto referido é “Planejamento e Educação na Bahia”, de Navarro de Brito, 1991, op. cit. p. 9-23.

professores para o primeiro ciclo secundário”. Ou seja, a ideia de “universidade” ou “curso universitário”, enquanto valores e aspirações a uma específica cultura “universitária”, superior, encontravam-se restritas ao espaço da capital. Sem duvidar da capacidade e das intenções louváveis dos gestores baianos, na nossa perspectiva, aí emergem aspectos do que Bourdieu chama de história incorporada, ou seja, fazia-se presente o estigma da incapacidade cognitiva do “povo” (entendido como “massa” que poderia ser manipulada a favor dos interesses “maiores” do desenvolvimento estadual²⁰⁰) cuja “evolução” mental, intelectual, seria muito lenta e/ou praticamente impossível – raciocínio que não era explícito ou exteriorizado (ao contrário, pregava-se a democratização da educação), mas enquanto parte do arcabouço histórico herdado, impregnado em algum espaço recôndito dos sentimentos e das emoções daqueles agentes, o mesmo que mantinha no âmago, sem identificar como, quando ou onde aparece ou apareceu, a ojeriza e/ou repugnância pelos descendentes de escravizados. Algo que o próprio Navarro de Brito já identificava em seus escritos como “dificuldades psicológicas”, que o mesmo enxergava como um dos aspectos das resistências ao PIEC e ao planejamento em si por parte da opinião pública. Aqui assinalamos que tais obstáculos “psicológicos” também poderiam ser observados no sentido inverso, no que diz respeito às reivindicações interioranas por ensino universitário, rechaçadas pelo governo estadual. Ou seja, as aludidas “resistências psicológicas” foram protagonizadas pelos diferentes lados das disputas pela ampliação do campo educacional superior na Bahia.

As lutas dos agentes locais no sentido de quebrar impressões arraigadas e estigmatizadas se faziam no sentido da busca e garantia de melhor status cognitivo para a cidade, através da reivindicação por uma universidade, que teria suas próprias características – melhor dizendo, reivindicava-se para a cidade o que já estava sendo exercitado na capital para este nível de ensino. As críticas, em Feira de Santana, ao projeto de Faculdade de Educação, no sentido restrito aplicado à cidade, mais uma vez, parece, que tiveram ressonância, pois, de novo, José Maria voltava à carga para defender a sugestão governamental, na Tribuna Popular (de 18 de junho de 1968), sob o título: “A primeira escola superior”. Os argumentos:

²⁰⁰ Essa ideia do povo como “massa” que podia ser manipulada está explicitada no PLANDEB. Mas não se tratava de uma ideia exclusiva dos técnicos estaduais, mesmo no jornal Unidade, produzido pelos estudantes da UEB, não é difícil observar a veiculação dessa concepção (bem antes da ditadura militar).

A necessidade é velha e o assunto tem sido amplamente debatido; **vez por outra surgia uma esperança**, havia reuniões, isto e aquilo, **mas no fim era nada**. Agora, afinal, chegou, está por uns dias sua instalação. [...]. Houve uma festa para assinatura do Decreto de criação da escola. Houve conferências e “painéis de debate”, inclusive com a presença das professoras Zahidé Machado Neto, Diretora da [DESC] e Joselice Macedo, da Universidade Federal da Bahia, a quem coube estruturar, e caberá supervisionar o Curso de Letras; a imprensa deu toda cobertura ao longo processo, tivemos reuniões e entrevistas.

Depois de tudo ou de tanto, há pessoas que não sabem ainda se a FACULDADE de Educação de Feira é uma casa de ensino superior! Talvez porque ela seja planejada em moldes mais atualizados, não sendo igualzinha justamente aos velhos padrões, que em todo mundo se procura reformar [...] objetivando a necessária correspondência entre o ensino e a realidade dos nossos dias. [...] **Para as pessoas que não sabem e entre elas algumas tinham obrigação de entender e saber – é que repetimos: sim, a Faculdade é uma casa de ensino superior (pudera!), sim, os professores nela formados serão portadores de grau universitário e nível universitário** (José Maria Nunes Marques, 18/06/68, in MARQUES, 2007, p.136-137).

De modo quase explícito exasperava-se com o grupo liderado por Fernando Pinto, Geraldo Leite e Wilson Falcão, da Associação Educacional Filinto Bastos, que continuariam as gestões para criar faculdades que levassem a uma universidade, por imaginarem que a “faculdade de educação”, para a qual se organizava a implantação, talvez não apresentasse o requerido conteúdo propriamente universitário – pois, naquela altura, as intenções universitárias do governo estadual estavam deslocadas para Universidade no Sul do Estado. Assim, mesmo diante de toda a publicidade dada à Faculdade que estaria em vias de implantação, a mesma não os “satisfazia”. Assim, aquele grupo, pró-universidade, dando continuidade aos seus propósitos, através de Geraldo Leite, iniciaria procedimentos com vistas a criação de Faculdade de Medicina. Neste sentido, já no início do mês de julho de 1968, “grupo de trabalho” composto pelos médicos Rui Machado da Silva, Plínio Garcês de Sena e o próprio Geraldo Leite, estaria reunido em Salvador a fim de viabilizar estudos para criação de Faculdade de Medicina na cidade de Feira de Santana. Evento registrado sob a forma de Ata, na ocasião Leite falava em nome da Associação Educacional Filinto Bastos.

Contudo, no artigo acima citado José Maria procurava demonstrar entusiasmo perante o empreendimento que iria dirigir, cujo vestibular já deveria ocorrer “na segunda quinzena” do mês seguinte, em julho. Mais informava: **“A abertura das aulas do Curso de Letras – que formará professores de Português, de Francês e de Inglês – dar-se-á em agosto com solene inauguração da Faculdade. Tal é a determinação e o empenho da Secretaria de Educação do Estado”**.

Qual não foi a primeira frustração de Nunes Marques à frente da sua também primeira inserção no campo do ensino superior, na condição de dirigente – no passado recente o mesmo estivera apostado seu nome numa das Comissões exigidas pela CENEG, que não chegaram a se reunir, conforme já explicitado. Mesmo tendo prometido no referido artigo que o local de instalação da nova casa de ensino, que passaria por “serviços de reparo, limpeza e ampliação [...] já contratados” e estariam prontos no “prazo certo de 45 dias”, uma vez que, previa-se “multa diária por eventual descumprimento do mesmo” – como se costumava (ou costuma-se) dizer na linguagem bacharelesca, tudo se encontrava “líquido e certo”, nada poderia impedir o brilho da “solene inauguração”. Todavia, sem o prédio terminado e a urgência de fazer o curso funcionar já em 1968 – afinal precisava-se provar a grandiosidade da obra aos “replicantes” e intransigentes elementos da Associação Filinto Bastos – a alternativa foi buscar espaço improvisado, abrigando-a, assim, provisoriamente no já lotado Ginásio Municipal (do qual José Maria era o Diretor). Assim, a instalação de curso superior em Feira de Santana – “Faculdade de Educação ou Faculdade de formação de professores”, conforme anunciado pelo Diretor no artigo citado, pois “não importava o nome” –, subordinava-se aos ditames da realidade “concreta” na qual estava sendo inscrita: no lugar das autoridades, inaugurando-a, “solenemente”, os novos atores sociais, professores e estudantes, o faziam naquilo que se constituiria a dialética de suas práticas cotidianas: no complexo exercício da sala de aula. À frente daquele cenário inaugural estava a jovem profa. Yara Cunha Pires, tecendo os primeiros acordes da sinfonia multifacetada do chão de uma escola superior, no sertão baiano – todos “calouros”. Perguntada sobre essa primeira aula da Faculdade de Educação, assim rememorou a citada professora:

É interessante. Isso, eu fui chamada já na semana e o professor José Maria me disse que queria que eu desse a primeira aula, eu fiquei assim: “Mas porque eu dar a primeira aula?” Ele disse: “Não, porque como nós vamos começar de uma maneira muito simples, ainda estamos aqui no Ginásio Municipal...” Porque o prédio, onde hoje é o CUCA, não havia ficado pronto, e então não haveria aquela solenidade com autoridades e tudo mais, ele disse: “Não, vamos fazer uma solenidade, só com os professores da Faculdade, todos os professores e os alunos, e você vai dar uma aula, nós não podemos perder tempo...” 19 de setembro, 17 de setembro, a data acho que é 17, “E nós não podemos mais perder tempo. Então não tem aquela coisa da aula inaugural, chamar alguém, não. Você vai e vai dar uma aula normal, você vai começar o seu curso normal de Psicologia. Nós estaremos presentes, mas você não se preocupe, não é para falar de um tema geral, genérico, abrindo o semestre, não. É a aula para os alunos, nós vamos prestigiar a aula, vamos ficar lá”, mas não é. Então foi assim. Então eu fui para dar a minha primeira aula do meu curso, então até hoje em dia o pessoal: “Você deu a primeira aula, você deu a aula inaugural!” Aí pensam

naquela solenidade, foi solene e tudo mais a abertura, depois ele disse: “Não, ela vai dar uma aula de Psicologia, vai dar a sua primeira aula.” E aí me perguntam: “Qual foi o tema? Você tem ainda a palestra do primeiro dia?” Eu digo: “Não, não. Foi uma aula de Psicologia.” Ele quis começar assim. No ano seguinte, então quando inaugurou-se o prédio onde é hoje o CUCA, é que aí sim, veio Secretário de Educação, aí eu acho que foi o Secretário de Educação que fez a aula inaugural. Edivaldo... foi, exatamente, eu ainda me lembro; mas o primeiro dia não, foi uma solenidade muito simples no Ginásio, na sala onde nós estávamos dando aula mesmo, acomodou-se todas as pessoas ali, as que foram, dois ou três convidados, e todos os professores da casa (Yara Cunha Pires, entrevista concedida à autora, 2009, op. cit.).

Por que não se convocou para a missão primeira a experiente professora da UFBA, que “supervisionária” o Curso de Letras, Joselice Macedo? Os motivos, talvez, se possam deduzir das palavras de Luiz Henrique Dias Tavares:

[...] a Faculdade de Feira de Santana. Na ocasião em que essa missão nos chegou, chegou para nossa mesa, **tudo que nós fizemos foi compor um grupo de estudos comandado pela inesquecível professora Zahidé Machado Neto**, eu na ocasião estava bastante dedicado as atividades culturais que consistiram no festival de música, no festival de poesia, de poesia nova baiana no Teatro Castro Alves, nas próprias atividades do Teatro Castro Alves e tudo **o que eu fiz foi colocar uma sala numa condição razoável, com secretária, para Zahidé trabalhar**, e ela trabalhou com aquela sua inteligência, capacidade, cultura, dedicação e fez o plano para a Faculdade Estadual de Feira de Santana, como desejava o Governador Luiz Viana Filho e aprovava também o Secretário Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito.

[...] Somente isso, não tenho muitas coisas a dizer mais. **Só tenho a dizer que um outro plano que levou a fundação da Faculdade de Educação de Feira de Santana nada tem com o plano de Zahidé Machado Neto.** [...] **então a Faculdade não é a Faculdade que Zahidé imaginou e sugeriu e, que Navarro considerou adequada às circunstâncias e ao nível de educação da época, não é, é outro plano, outro projeto que foi discutido**, mas também a Faculdade deve a Luiz Viana Filho a sua existência, foi ele quem a apoiou, foi ele quem a criou; Navarro ainda continuou no governo durante algum tempo (Luiz Henrique D. Tavares, entrevista concedida à autora, 2009, op. cit.).

De fato em relação ao projeto da Faculdade de Feira de Santana, conforme as fontes orais pesquisadas, a celeuma girava em torno do nome implicada na defesa de diferentes propostas, e a existência de divergência aparece na memória do historiador Luiz Henrique Tavares. Embora não seja de todo impossível que com a nova nomenclatura Zahidé Machado Neto tenha tentado articular uma concepção adequada à mesma, diante do fato consumado. Os indícios, contudo, são de que a referida professora respeitava a liderança e as ideias do Secretário de Educação, devendo ter acatado a proposta do Secretário como “adequada às circunstâncias e ao nível de educação” que a cidade, imaginava-se, podia comportar. A professora Joselice Macedo, que atuou ao lado de Zahidé Machado Neto, perguntada se foi convidada por Navarro de Brito para elaborar o projeto da Faculdade de Educação

em Feira de Santana, em entrevista concedida em Salvador, no dia 4 de junho de 2009, respondeu.

Fui. Mas eram duas: Zaidé Machado Neto com a parte de Ciências Sociais, eu com a parte de Lingüística, Linguagem, e Yara Cunha, ela dava a parte de Metodologia. **A gente não fez um projeto formal e entregou:** “esse é o projeto”. **Naquela ocasião nós discutimos muito, nos reuníamos e fomos para Minas Gerais e fomos organizando o currículo. Mas dizer que fizemos um projeto, não.** Zé Maria Nunes Marques era o diretor da Faculdade de Educação e continuou depois quando foi Faculdade de Letras. Ele não era da área de Educação, mas ele tinha uma sensibilidade muito grande. E tudo que a gente precisava de material, fazer biblioteca, comprar livro ele fazia o possível. É uma figura importante. [...] Eu, na verdade, sempre tive uma paixão por Feira porque quando Navarro nos convidou, a mim e Zahidé, **ele partiu do princípio que há três pólos de desenvolvimento na Bahia**, um em Feira, outro Alagoinhas e outro em Conquista; pensando nesses pólos de desenvolvimento que ele propôs a criação das Faculdades. Ele sofreu muito com a revolução, teve que largar tudo e quem ficou a frente foi Edvaldo Boaventura, que é de Feira. [...] A Faculdade tinha muito entusiasmo, efervescência para fundar uma coisa nova e que ia beneficiar, sobretudo, os professores da escola pública porque eles não tinham nenhum preparo para assumir. Acho eu, foi fundamental para Feira. [...] E Navarro dizia, “nós vamos influenciar o Ensino Superior na Bahia; nós temos que tirar essa mania que as famílias têm de mandar os seus filhos para São Paulo, Rio de Janeiro; nós temos que criar bons cursos no interior para fixar o pessoal na terra e melhorar o ensino”, Navarro dizia isso. A idéia dele era melhorar o nível do ensino. [...] Navarro foi traído com aquela situação de regime militar, rolou umas coisas desagradáveis. Acho que era do grupo de Luis Henrique, que tinha macacos com trajes militares²⁰¹. Eu não sei até que ponto ele tinha responsabilidade porque quando a gente está por fora a gente não pode julgar (Joselice Macedo, entrevista concedida à autora em junho de 2009, Salvador).

A brusca saída de Navarro de Brito deve ter evidenciado aos intelectuais baianos que atuavam no serviço público ou junto ao mesmo (como era o caso de Zahidé Machado Neto e Joselice Macedo), que ninguém estava isento das idiosincrasias de poder militar arbitrário. Apresentando-se uma situação inusitada para as referidas professoras, caso se solidarizasse com o Secretário deposto, abandonando seus postos, poderiam parecer “subversivas” e ficando tudo deveriam fazer para não permitir sinais de identidade com nenhum tipo de “subversão”. Assumir o “projeto” de Navarro foi o que as professoras fizeram, e no caso de Joselice Macedo estaria na gestão seguinte no DESAP, o órgão que passou a centralizar a seleção e preparação dos professores do ensino superior estadual.

O ensino superior que se implantava em Feira de Santana naquele dia 19 de setembro de 1968, em que o governo estadual “havia chamado a responsabilidade para si”, exibiu as limitações dessa instância administrativa, pois o teria feito em convênio com a Prefeitura Municipal. Por outro lado, o governo estadual dispunha de

²⁰¹ Referência á II Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia, em 1969.

um importante preposto intelectual que o defendeu através da imprensa perante os opositores, o mesmo indicado por Navarro de Brito para o cargo de Diretor, José Maria Marques. No ato inaugural, no chão da aula, o então diretor proferiu as suas “Duas Palavras”, tentando ocultar ou transformar o seu desapontamento:

Neste momento, declarando – como declaro – instalados os trabalhos da Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana, e iniciado o primeiro semestre do seu curso de Letras, é com justo regozijo que o faço. **Não me abate o ânimo a circunstância nem as desnecessárias dificuldades que impediram que estivéssemos, já a tempo, em pleno exercício da função educativa, em nível superior**, e no edifício próprio, com todas as condições devidas e tão antecipadamente indicadas. O fato de começarmos hoje já é fruto da obstinação e da tenacidade. Uma só hesitação, e teríamos perdido ainda este semestre do ano. [...] **Encontro, porém, na simplicidade deste ato um augúrio favorável. [...] Mais simples e despojado não poderia ser este ato. Que ele prenuncie um trabalho perseverante – resistente a tudo o que se lhe oponha** – até a plena realização do excelente planejamento existente. Nosso funcionamento nesse prédio é por pouco tempo. [...] E já começamos. Não desistiremos. Da Faculdade deverá surgir o ambiente de cultura, de pesquisa e disciplina da inteligência, de que tanto carece Feira de Santana (Pronunciamento de José Maria Marques, em 19 de setembro de 1968. In MARQUES, Zélia Caribé, p. 139).

O “ato solene” anunciado, com a presença do governador foi protelado para um ano depois, agora sem a presença de Navarro de Brito, afastado pela prepotência (conforme depreendido do escrito de Luiz Viana Filho) e birra de preposto do aparelho militar de sustentação do regime ditatorial. E mediante o assinalado por Luiz Henrique Tavares: naqueles “quadros” e naquela altura já havia sucedido o AI-5, “a tragédia do treze de dezembro”, instalando-se no país “uma situação de terror, de perseguição”. No livro em homenagem a José Maria (MARQUES, 2007, op. cit.) o evento do ano seguinte, de 19 de setembro de 1969, é registrado apenas com fotos – sinal emblemático daqueles tempos em que muito pouco, ou quase nada, do que se falava registrava-se para a posteridade (os discursos que recebiam ampla publicidade eram os dos militares e seus porta-vozes qualificados).

Um ano antes da implantação da Universidade, em 19 de setembro de 1975, José Maria Marques publica artigo com o título “No sétimo aniversário da Faculdade”, também na Tribuna Popular, procuraria reivindicar como memória para a história da Universidade de Feira de Santana (naquele momento, FUFES, processando-se os trâmites para funcionamento), como se tivesse nascido ali, naquele evento de 1969, o seu ato instituidor.

Em 1969, 19 de setembro, ao completar a Faculdade um ano de efetivo funcionamento, **houve um ato solene, presidido pelo governador Luiz Viana Filho, de entrega ao povo, do prédio**, inteiramente recuperado e

ampliado, da antiga Escola Normal, **para sede da Faculdade. Naquela festa, numa conjunção favorável de circunstâncias sensibilizou-se vivamente o Poder Público com o anseio e a necessidade de ampliar, em nível e extensão de Universidade,** o ensino superior no interior do Estado. **É imperativo assinalar-se aquele momento como fundamental no processo de transformação da intenção de interiorização em ação de interiorizar. A partir dali surgiram os primeiros atos concretos no caminho da Universidade.** Como se, afinal, deixasse a idéia de ser um sonho ambicioso demais, para definir-se como necessidade do próprio crescimento do Estado (MARQUES, 2007, p.149-150).

Interessa observar que, neste artigo, José Maria Marques utiliza apenas a expressão “Faculdade”, sem o adjetivo substantivado “Educação”, para referir-se à instituição existente e em funcionamento há sete anos, conforme expressa:

Em 1970, ainda no âmbito da **Faculdade**, acrescidos ao Curso de Letras, os Cursos de Estudos Sociais e de Ciências, **alcançava-se a sua total abrangência como escola de formação de professores**, sendo também publicado o Parecer que permitiu a extensão do seu Curso de Letras, capacitando-a a ministrar a Licenciatura Plena. [...] A Faculdade cumprindo sua missão precursora prepara-se para ser Universidade [...] (MARQUES, 2007, p. 150).

Às vésperas da efetivação da Universidade, José Maria procurava garantir o status da Faculdade que dirigia e da qual recebeu o aval para fazer parte também do corpo dirigente e instituidor da Universidade Estadual de Feira de Santana, que passava por processo de implantação do ponto de vista legal e material, visando garantir o funcionamento e posterior reconhecimento desta.

6 UMA AVENTURA UNIVERSITÁRIA NO SERTÃO BAIANO

Neste capítulo são expostos os desfechos da aventura universitária empreendida no sertão baiano que resultou na criação da FUFES em 1969, contemplando os percursos para autorização de funcionamento, bem como a trama das relações e tensões que resultaram na saída do campo universitário feirense de cada um dos seus principais mentores. Aqui são trazidos à cena os trabalhos de memória de uma pequena amostra de professores também empenhados na constituição do campo universitário na cidade de Feira de Santana, de onde é possível extrair alguns significados que foram tecidos acerca do desenvolvimento do projeto de universidade na cidade até o final da gestão de Geraldo Leite. Este enquanto o último “sobrevivente” dos principais mentores da trama que teceu a Universidade em Feira de Santana e de Feira de Santana.

6.1 “Os Idealistas de 1963-68” e a FUFES em 1969

No emblemático ano de 1968, de crescimento das reivindicações e protestos estudantis, sobretudo em Salvador, os “idealistas” da Associação Filinto Bastos de Feira de Santana, mesmo diante do fato consumado da Faculdade Estadual para formação de professores de primeiro ciclo, movimentavam-se ou procuravam executar passos no sentido de uma universidade. O malogro da Faculdade de Filosofia os fez redirecionar as propostas na construção de novas estratégias²⁰²: manter o Seminário de Música, buscar a viabilização de Escola de Eletro-Mecânica e de Faculdade de Medicina – sobre esta última o deputado Wilson Falcão tentava encaixá-la ao lado de outras reivindicações que estariam sendo atendidas para diversas partes do Brasil pelo poder público federal, mediante o exposto pelo próprio Wilson Falcão:

Um ex-deputado estava no Conselho de Ensino Superior, muito meu amigo e **estava dando Faculdade de Medicina para todo o Brasil**. Ele disse: **“traga o memorial e está resolvido**, já tem em outros Estados e a Bahia tem apenas duas Faculdades de Medicina”, Foi o que mais me entusiasmou - Epílogo de Campos [chamava-se o ex-deputado] (Depoimento de Wilson Falcão, em 1996, op.cit.).

Importante salientar, que nesse período não havia uma sistemática para a “concessão” de cursos ou critérios claros para credenciá-los, por parte dos setores competentes. Embora o CNE (Conselho Nacional de Educação) já tivesse

²⁰² Cf. “Ata da Primeira Reunião Ordinária, do Grupo de Trabalho da Organização Docente de Faculdade de Medicina de Feira de Santana”, 6 de julho de 1968 (Acervo particular de Fernando Pinto).

atribuições definidas na legislação de 1961, naquele conturbado ano de 1968, além das pressões do clientelismo político a situação da ditadura permitia maior autonomia a determinados órgãos que tinham os seus dirigentes diretamente nomeados pela Presidência da República. Assim, durante a gestão de Epílogo de Campos²⁰³ à frente do DAU (Departamento de Assuntos Universitários), houve essa “distribuição”, mencionada por Falcão, de faculdades de medicina, que em face da ausência de critérios facilitavam-se os credenciamentos. Situação que muito beneficiou o setor privado, que passaria a incorporar um contingente expressivo de alunos e, em 1971, já ultrapassava a oferta de vagas das IES públicas, os dados estatísticos informam que entre 1960 e 1980 o total de matrículas do setor privado elevou-se de 44,3% para 63,3% (Klein, 1992, p.12).

Apesar disso, apenas fazer um rápido “memorial” para “ganhar” uma Faculdade não pareceu ser as intenções da Associação Filinto Bastos, nas pessoas dos seus representantes, mesmo antes na concepção da Faculdade de Filosofia, em que se buscou aproximação com a antiga FFCL da UFBA, arregimentando seus professores, sobretudo na proposta de Faculdade de Medicina, como se verá mais adiante.

Correspondência trocada entre Geraldo Leite, já residindo em Salvador, e Fernando Pinto em 5 de junho de 1968 fornece dados preciosos sobre as estratégias da Associação no tocante à costura de proposta de criação de Faculdade de Medicina, onde avisava “farei atas de todas as reuniões e enviarei cópias para você”. E mais adiante: “O que resolveu sobre o Seminário da Juventude, a Semana Feirense e o Interclubes? [...]”. Elementos demonstrativos da estratégia de realizar eventos culturais na cidade no sentido de manter acesa a chama da entidade, cuja agenda incluía a criação da Academia de Letras de Feira de Santana²⁰⁴. Abaixo destacamos alguns elementos da citada correspondência de Leite para Fernando Pinto:

Logo que cheguei tomei contato com dois Docentes Livres da Faculdade (Plínio Sena e Rui Machado) cuidando de nosso plano de criar uma Faculdade de Medicina aí em Feira. A recepção foi ótima. [...] O prof.

²⁰³ Entre 1967 e 1968, Epílogo de Campos dirigiu o DAU (Departamento de Assuntos Universitários, depois DESU, Diretoria de Ensino Superior), de onde foi afastado em decorrência de relatório de avaliação elaborado pelo Coronel Meira Matos, e em fevereiro de 1969 foi cassado pelo AI-5 (Cf. CURY, Amadeu, [et al]. Histórias de uma longa colaboração: A CAPES vista pela comunidade Acadêmica. In **CAPES 50 anos**: depoimento ao CPDOC/FGV/Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. RJ: Fund. Getúlio Vargas, CPDOC, Brasília, DF: CAPES, 2003, p.244-233).

²⁰⁴ Cf. correspondência de Helio Simões para Fernando Pinto, de 23 de maio de 1967 (Acervo particular de Fernando Pinto)

Alexandre Leal Costa com o qual trabalho na Federal e na Católica, ficou certo de me dar uma portaria do C. Fed. Educação sobre a fundação de novas escolas, dizendo-me, todavia, que você deveria ter cópia da mesma. Na próxima semana espero poder remeter os nomes que na opinião de Plínio, de Rui e minha poderão compor o grupo de professores. Wilson esteve comigo aqui em Salvador e pediu um orçamento aproximado do quanto seria necessário para o funcionamento dos laboratórios cuja necessidade é mais imediata [...] **Nosso plano é criar uma Faculdade moderna, realmente eficiente, dedicada aos problemas regionais e capaz de cumprir um duplo objetivo: formar médicos para o interior e atualizar os colegas que clinicam na interlândia.** Durante as férias realizaremos cursos de pós-graduação para médicos da região (In Acervo particular de Fernando Pinto).

Ainda recomendava a parte jurídica para a elaboração de Fernando Pinto e envia “croquis”, onde exemplifica a sugestão de criação de Departamentos, salientando que “os das cadeiras básicas serão núcleos de futuros Institutos” da Universidade. Ou seja, vê-se de saída que não comportava uma ação ligeira, que, muito provável, teria “dado”, ou permitido o “ganho” imediato de uma Faculdade de Medicina para Feira de Santana, pois a intenção do grupo era implantar uma faculdade de qualidade, que fosse “**à altura das melhores do País, inteiramente devotada aos problemas da Medicina do interior**” (Cf. Ata lavrada por Geraldo Leite, em 6 de julho de 1968). Naquela época Alexandre Leal Costa era membro do Conselho Estadual de Educação, oferecia apoio logístico ao grupo, que era acrescido do apoio recebido, desde 1963, de Urcício Santiago e Alberto Serravalle. Nessa ocasião, juntamente com Wilson Falcão, Geraldo Leite relata em suas memórias que: “**transmitimos ao Reitor Roberto Santos o nosso plano e dele ouvimos palavras de cautela e ponderação**”. E acrescenta:

De qualquer modo, a estratégia [para criação da Faculdade de Medicina] estava montada: se a Faculdade fosse estadual, contaríamos com o Prof. Alexandre Leal Costa. Caso fosse federal, nossa esperança era o Prof. Roberto Santos, que serviria de ligação com o Conselho Federal de Educação (Reminiscências, p. 404).

Na correspondência de Leite, em destaque, reaparecem, com vimos acima, os objetivos traçados desde as primeiras ideias da Universidade Rural, de formar médicos voltados para o contexto interiorano e de ser um centro de referência e de atualização para esses profissionais. Isto é, pensava-se ainda na perspectiva de desconcentrar os cursos médicos da capital e a procura pelo Reitor da UFBA parece evidenciar uma última esperança na tentativa de interiorização desta Universidade e da escola “mater” do ensino superior na Bahia e no Brasil.

Os registros da primeira reunião organizada por Geraldo Leite, a favor da referida Faculdade de Medicina, ocorrida em Salvador a seis de julho de 1968, com

os profs. Rui Machado da Silva e Plínio Garcez Sena, já como componentes do “grupo de trabalho” para fundação dessa Faculdade, anunciavam que:

[Geraldo Leite] disse naquele momento que representava não somente a sua pessoa e de seus companheiros de ideal (drs. Fernando Pinto e Wilson Falcão), mas sobretudo 100.000 feirenses os quais confiavam na compreensão e no idealismo daqueles docentes. [...] O Governo Estadual sensível às aspirações dos feirenses, instalou, há poucos meses uma Faculdade de Educação e **agora os idealistas de 1963-68 perseguem a criação de uma Faculdade de Medicina a ser mantida pela Associação Filinto Bastos.** [...] disse ainda que Feira está dirigida por um prefeito do mais alto gabarito político e intelectual, totalmente convencido de **que soou o momento da sua terra (por que não dizer “nossa terra”?) marchar para uma Universidade.** Por fim disse o anfitrião que **o objetivo final é de fato a criação de uma Universidade, pois Feira de Santana tem todas as condições de ser uma cidade universitária** (Ata da Primeira Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Encarregado da Organização Docente da Faculdade de Medicina de Feira de Santana, 6 de julho de 1968, Acervo particular de Fernando Pinto).

Nessa reunião o objetivo era articular o contato com professores para participar do empreendimento feirense, explicitado na Ata acima citada como: “organização das atividades docentes da novel Faculdade”, cuja definição fora antecedida pela apreciação e concordância dos presentes, anteriormente nomeados, às seguintes questões: “1) **Feira de Santana tem condições de criar uma BÔA Faculdade de Medicina?** 2) **Os presentes estão dispostos a colaborar ativamente nos trabalhos da sua fundação?**” (Cf. original, p. 1).

Definiu-se na ocasião que, além dos citados professores que atuavam nas duas Faculdades de Medicina, da Federal e da Católica, os mesmos iriam entrar em contato com outros colegas tendo em vista o planejamento dos laboratórios básicos do curso: “Ficou combinado que dr. Rui Machado convidaria o dr. Carlos Brenha Chaves, o dr. Plínio Garcez Sena convidaria dr. Wilson Jacks de Brito e o dr. Geraldo Leite convidaria o dr. Penildon Silva”. Por sugestão de Rui Machado o grupo resolveu “tomar conhecimento imediato da organização e do funcionamento de Faculdades semelhantes, tais como a de Brasília, Sorocaba, Ribeirão Preto, Campina Grande, etc., bem como da Fundação Gama Filho, na Guanabara”. Para isso solicitariam “ao dr. Fernando Pinto ofícios em nome da Associação Filinto Bastos, pedindo o Regimento Interno e a Organização daquelas instituições e os componentes do grupo visitariam, se possível, tais Faculdades”.

No seu livro de memórias Geraldo Leite afirma que o prefeito de Feira de Santana havia se prontificado a financiar as despesas do projeto em curso e em razão disto: “Rui Machado da Silva e Plínio Garcez Sena partiram, respectivamente para Campina Grande e Rio de Janeiro, com o objetivo de observarem o

funcionamento e a organização das faculdades de Medicina”, cabendo a Leite “a tarefa de observar a Faculdade de Medicina da Universidade Nacional de Brasília, contando para isso com a colaboração do deputado Wilson Falcão”. Sobre os resultados dessas visitas, assim escreveu: “Os encarregados das observações prepararam relatórios sobre as faculdades visitadas, e eu fui encarregado de elaborar o projeto da Faculdade de Medicina de Feira de Santana, tomando por base tais documentos” (LEITE, *Reminiscências*, 2007, p. 407). O passo seguinte seria um demonstrativo de que o grupo trabalhou rápido e com afinco, pois: “Concluído o projeto, Wilson expressou o desejo de ouvir o reitor da Universidade Nacional de Brasília” (Idem). Isto ocorreu no dia 29 de agosto de 1968, quando ambos foram surpreendidos, já nas ante-salas do gabinete do Reitor, com a invasão da UnB pelas forças militares de segurança.

Diferente da estratégia da Faculdade de Filosofia de ampla divulgação na imprensa a opção aqui foi não realizar nenhuma divulgação até que se tivesse o solicitado “memorial” em mãos e o grupo de Feira de Santana considerasse conveniente a divulgação. Em concordância, assim aparece descrito:

o grupo [de médicos reunidos em Salvador] manifestou, de modo unânime, sua preferência de **trabalhar em silêncio a fim de melhor selecionar os futuros colaboradores da Escola e desempenhar suas atividades fora da ingerência de pessoas estranhas**, tudo visando o maior levantamento do bom nome da Feira e das boas intenções de todos os presentes (Ata de 06 de julho de 1968, op. cit).

“Desempenhar suas atividades fora da ingerência de pessoas estranhas” ao campo que se pretendia organizar era algo quase impossível naquele contexto onde passaria a predominar um controle excessivo do regime militar sobre a sociedade civil, para o que contou com a participação decisiva dos agentes do partido político da ordem. Além disso, diante da iminente criação de Universidade para Feira de Santana, os intelectuais “autóctones” (emprestando termo utilizado por Leite nas suas “Reminiscências” para referir-se aos agentes locais), por certo não veriam com bons olhos que “forasteiros” assumissem a liderança de projeto de ensino superior da “sua terra”, mesmo que “intelectuais” por eles legitimados e respeitados. Observe-se que o Professor Edivaldo Boaventura, em entrevista concedida em 16 de junho de 2009, acentua o envolvimento de agentes da política partidária do município ao lado da direção da Associação Filinto Bastos, quando afirma:

O que houve em Feira, que isso eu acho que é muito importante, foi um grupo nos tempos de D. Yeda Barradas Carneiro, (Secretária Municipal de

Educação no período de 67 a 70²⁰⁵), esse grupo já discutia a Universidade de Feira, era composto por: Yeda, Wilson Falcão, o próprio João Durval, Fernando Queiroz, Áureo Oliveira Filho. Esse grupo que vai evoluir e levar, tempos depois, essa idéia da Universidade para o governador Luis Viana Filho. [...] a movimentação desse grupo de Geraldo, de Yeda, de Wilson, aquele rapaz alto que foi da Santa Casa [Augusto Mathias], de Áureo Filho; é esse grupo que vai impulsionar a criação da Universidade. Eles queriam uma Faculdade de Medicina, queriam nitidamente uma Faculdade de Medicina para Feira de Santana [...], em lugar de se criar Faculdade de Medicina criou-se a Universidade. Lembro-me bem de ouvir Zé Maria dizendo isso, José Maria Nunes Marques: “o que se queria era Faculdade de Medicina, mas terminou saindo a Universidade”. [...] **Isso que eu quero chamar atenção de que essa motivação para o Governador criar a Universidade, isso surge dessas lideranças locais que estão muito harmonizadas**, tanto as lideranças do Prefeito, a liderança do Deputado Estadual Áureo Filho, a liderança do Deputado Federal Wilson Falcão e Matias. Geraldo estava tomando as iniciativas (Edivaldo Boaventura, entrevista concedida à autora, em Salvador, 16 de junho de 2009).

A leitura da Ata da reunião do “Grupo de Trabalho” filiado à Associação Filinto Bastos, revela a preocupação de Fernando Pinto e Wilson Falcão para que se mantivesse o anonimato das atividades, pois competiria aos mesmos divulgá-las, oportunamente. Demonstrativo da existência de tensão entre aquelas lideranças que estariam “muito harmonizadas”, vez que apenas na aparência os interesses dos diferentes agentes se complementavam. A divergência básica consistia em manter, por parte dos “idealistas de 1963-1968” a soberania da Associação Filinto Bastos, como teria feito a sua congênere no Sul do Estado, que não entrou em acordo com a gestão estadual. Ou seja, subjacente estava a tensão entre entidade da sociedade civil, defendendo de modo não muito claro a oferta privada de ensino superior, com a predominância de “forasteiros”, e o controle estatal, que envolveria de modo significativo os agentes da principal organização partidária da cidade, feirenses de “estirpe”, ocupando os postos no comando da gestão municipal e cargos legislativos. Essa pequena fagulha “nativista” iria empurrar para o mesmo lado os intelectuais que efetivamente assumirão mais adiante a liderança para implantar a instituição, na sua fase inicial: Geraldo Leite, Fernando Pinto e José Maria Marques.

Entretanto, a assunção de agentes da política partidária à causa da Universidade, não consistia no único recurso de pressão junto ao governo de Luis Viana Filho. O movimento já vinha de longa data, conforme já demonstrado no capítulo precedente, e relembremos os mais próximos: encontrava-se na ordem do

²⁰⁵ Inicialmente, por quase dois anos do governo de João Durval, a Secretaria de Educação do Município foi ocupada por Raimundo A. Carneiro Pinto e, posteriormente, pela esposa do prefeito a Sra. Yeda Barradas Carneiro, que permaneceu até o final do mandato. Raimundo Pinto continuaria como assistente do Prefeito e depois Secretário de Administração (Cf. entrevista concedida à autora por Raimundo Pinto, Salvador, em 23 de novembro de 2008).

dia desde a eleição do prefeito João Durval, quando foi desferida provocação ao governo estadual, insinuando a criação “Universidade Integrada”; as iniciativas de criação de faculdades em nome da Fundação Filinto Bastos; e um forte movimento sincronizado existente na comunidade local, que envolvia além dos grupos políticos de oposição, cujos vereadores já faziam barulho na Câmara Municipal, sobretudo, agentes representativos de diversos setores da sociedade civil – estudantes; sindicatos que ainda sobreviviam, a exemplo dos bancários; representantes religiosos, a exemplo de Monsenhor Renato Galvão e do Pastor Josué Melo²⁰⁶; entidades patronais e clubes de serviço.

A “decisão” do governador, tomada no momento em que o projeto da Faculdade de Medicina de Feira de Santana, como base para criação de Universidade, lhe foi apresentado, talvez levasse em conta mais outro detalhe: o ensino superior em Feira de Santana, melhor dizendo, no interior, poderia fugir ao controle do planejamento estadual como parecia já estava ocorrendo no Sul do Estado, que passava a se desenvolver sob a influência da CEPLAC e apoio de particulares, com aval da Igreja Católica. O fechamento político indicava o aumento da centralização administrativa, além do que a lei da reforma universitária já entraria em vigor em toda sua plenitude e sinalizava a universidade como o formato principal de organização do ensino superior. Sem esquecer que a Bahia tinha uma reduzida oferta nesse nível de ensino comparativo a outros Estados, conforme alertou o CEE quando da análise do PIEC: situação que poderia contribuir para maior “estrangulamento do processo de desenvolvimento” (PIEC, II volume, p.127, já citado em outra parte desta tese). Conjunto amplo de elementos que devem ter pesado na decisão do executivo baiano – que também nos bastidores sofria a pressão militar para “punir” o seu Secretário de Educação, cujo afastamento já estava sendo politicamente negociado.

Assim, no dia 26 de novembro de 1969, dois meses após o ato inaugural da Faculdade Estadual de Educação em Feira de Santana, o governador Luis Viana Filho receberia em audiência os representantes dos “idealistas de 1963-1968”, Geraldo Leite e Wilson Falcão, para os quais anunciou a criação da Universidade. A escrita de Leite ressalta aspectos da audiência:

Ao chegarmos ao Palácio, dissemos ao governador que o projeto [da Faculdade de Medicina] não estava em nossas mãos, o que não importava muito porque, **na verdade, nosso desejo não era uma Faculdade de**

²⁰⁶ O primeiro teria acento já no primeiro Conselho Diretor, como suplente, e o segundo, posteriormente, no reitorado de José Maria, será pró-Reitor Acadêmico.

Medicina, mas uma universidade. O governador, aquele homem de visão ampla e objetiva, aquela inteligência viva que enxergava longe, interrompeu nossa exposição e indagou: “Por que não? Vamos pensar alto, Feira merece. Vamos criar uma universidade, uma Universidade Estadual”. [... surpresos] balbuciamos mais ou menos o seguinte: “É verdade governador, Este é o nosso objetivo, este é o sonho de todos os feirenses”. [...] Três dias depois, em 29 de novembro de 1969, o Diário Oficial publicou o Decreto nº 21.583, de 28 de novembro (Geraldo Leite, *Reminiscências*, 2007, p. 412).

Os indícios sugerem de fato uma “visão ampla e objetiva” do gestor baiano naquela ocasião. Propunha-se, assim, nesse primeiro Decreto autorizar a Secretaria de Educação a promover os meios necessários à instalação da Fundação Universidade de Feira de Santana, a principal resposta do governo baiano ao crucial problema da demanda por ensino superior no interior do Estado. Consagrava-se também o princípio norteador da política educacional baiana desde o PLANDERB: o Estado definir ou determinar o tipo de oferta educacional necessária e suficiente ao modelo de desenvolvimento econômico proposto. A concretização da ideia de Universidade em Feira de Santana demonstraria que Viana Filho estava realmente disposto a resolver o “enigma baiano”, e o fez numa jogada de mestre perante o xadrez político que se configurava na Bahia – no momento em que se apresentava iminente a saída do seu principal auxiliar, ocupante da Secretária da Educação, por pressões militares.

A criação da FUFIS pôs fim à Associação Educacional Filinto Bastos, cujos projetos em momentos posteriores foram sendo encampados gradativamente por diferentes agentes do contraditório e complexo campo universitário que se ampliava em Feira de Santana, ao ganhar foros legais a partir de 1970 com a criação do Conselho Diretor da Fundação, tendo, porém, feitas tentativas de silenciar no âmbito daqueles projetos as marcas das entidades precursoras²⁰⁷.

6.2 FUFIS: Atores do Primeiro Cenário

Por pouco mais de um ano a Faculdade de Educação reinou sozinha num campo que se apresentava dividido, de um lado José Maria procurava instituir a Faculdade de Educação com a sustentação das lideranças da SEC, tendo a frente a profa. Joselice Macedo, coordenando o Curso de Letras, os poucos professores, primeiros estudantes e de outro lado os “idealistas” da Fundação Filinto Bastos, que criticavam de modo velado a Faculdade em curso e teciam estratégias para criação

²⁰⁷ Referências gerais sobre as duas entidades precursoras constam no Processo encaminhado ao CFE na “Parte Quarta”, tópico 4.1 “Aspirações da Comunidade Feirense”.

de universidade. Pela lógica de funcionamento dessa trama do ensino superior em Feira de Santana, a notícia de criação da FUFES, obscurecia quase no nascedouro a “Faculdade de Educação” recém implantada, bem como sua direção (ligada ao Secretário, que estaria sendo deposto, mas não desprestigiado). Situação que permitiu aos agentes precursores do campo universitário uma primeira vitória, que os legitimavam enquanto intelectuais e articuladores, ao participarem de episódio que resultou na medida governamental “fundadora” da instituição na cidade. Neste sentido ocorreria o deslocamento da liderança de Fernando Pinto para Geraldo Leite, não apenas porque este último foi um dos porta-vozes da alvissareira notícia de criação da Universidade, mas, sobretudo, porque atuava, mesmo há pouco tempo, no tradicional campo “superior” da educação universitária na Bahia, nas Faculdades de Medicina existentes, tanto como professor quanto pelas ligações que mantinha com docentes representativos das duas instituições. Mediante o descrito em seu livro “Reminiscências” (2007) o situamos naquele ambiente:

Envolvido pelo quarteto amigo [Alberto Serravalle, Urcício Santiago, Alexandre Leal Costa e Aluizio Prata], dentro de pouco tempo me tornei Assistente de Higiene e de Parasitologia da Escola Bahiana de Medicina, Auxiliar de Ensino de Parasitologia na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e Coordenador Geral do Inquérito Sorológico Escolar para Diagnóstico da Doença de Chagas na Bahia e em Sergipe (p. 354).

Além do mais, Geraldo Leite aprofundava-se nas questões que envolviam o ensino superior e já tomava conhecimento de modelos de instituições, algo sobre o que, em certa medida, Fernando Pinto também possuía um domínio nada desprezível em face da proposta de Faculdade de Filosofia que encaminhou e as intenções da UIFS. A primeira notícia presente no Decreto de novembro de 1969, contudo, integrava novos elementos, até então alheios ao campo “feirense”, para a elaboração de “anteprojeto” de implantação da FUFES, pois a comissão constituída pelo governador seria composta de um preposto da SEC, Joaquim Vieira do Azevedo Coutinho Neto (ainda coordenador do Centro de Estudos e Planejamento, de uma Secretaria em crise), de representante da família do deputado Áureo Filho (também principal agente do campo educacional privado da cidade), a professora, licenciada em História Natural, Maria Cristina de Oliveira Menezes, e do próprio Geraldo Leite. Observe-se que o segundo nome “natural” que poderia compor essa comissão não aparece: outro golpe em Fernando Pinto de Queiroz. Desta feita partindo do deputado Áureo Filho, que o havia indicado no governo anterior na composição de uma comissão mais ou menos semelhante, resolveu confiar na

própria família – naqueles tempos obscuros as pequenas rebeldias de Pinto de Queiroz, à frente da Associação Filinto Bastos, saltares à precipitação da criação da Universidade, podem lhe ter custado esta constrição política. Outro nome “natural”, já inserido no campo, o de José Maria Nunes Marques, também não foi lembrado.

Embora Geraldo Leite apresentasse um perfil em condições de atender às imediatas necessidades daquela Comissão o mesmo não se podia dizer dos outros dois neófitos naqueles assuntos, pois respondiam a objetivos estritamente do campo da política, o primeiro deles como “técnico em planejamento”; a segunda, Professora Maria Cristina, fora retirada de seus afazeres em Salvador, onde residia com sua família nuclear e ocupava o cargo de direção geral do Colégio Manoel Devoto, conforme afirma: “Eu já estava aqui [em Salvador] esse tempo todo sem ir a Feira de Santana. As relações foram restabelecidas com Feira de Santana a partir da Universidade” (entrevista concedida à autora em Salvador, janeiro de 2009). De acordo com o relatado por Geraldo Leite em seu livro de memórias (op.cit.): nos primeiros dias de dezembro de 1969, a professora Maria Cristina lhe telefonou “surpresa com a notícia de que estava incluída na referida comissão”. E mais adiante: “Face à responsabilidade da missão e ao pouco tempo de que dispúnhamos, ficou acertado, ali mesmo, por telefone, que no dia imediato, às nove horas da manhã, nos encontraríamos na Secretaria de Educação”. Já a convocação de Coutinho Neto foi uma operação mais delicada, destacá-lo naquele momento parece que foi a última cartada do governador para manter em sua administração, até o limite do possível, um dos principais auxiliares de Navarro de Brito, quase demissionário (saiu em dezembro de 1969). Coutinho Neto seria afastado da Comissão, “deportado” logo depois de Navarro, em meados do mês de janeiro de 1970, substituído na Comissão pela professora Maria Isabel Simões das Virgens (Decreto 21.677 de 26/01/70, cf. Leite, 2007). Diante do trauma, que resultou no “convite” da UNESCO para ser Assessor para América Latina e Caribe, Joaquim Coutinho Neto não lembra a sua participação nessa comissão, conforme disse:

Conversas assim com Geraldo Leite, principalmente, eu me lembro de estar muito presente. Geraldo estava constantemente indo lá e começando a discutir essas coisas, mas a comissão reunida para preparar um documento, coisa assim, não.

Não me lembro, acho que 1968, eu já não estava aqui, estava no Peru [...]. Quando nós terminamos esse trabalho [o PIEC] não durou muito, o Navarro foi afastado e parte da equipe, eu tenho péssima memória para data... [...].

Foi exatamente nessa fase que nós, diante das dificuldades, tivemos que sair do país. Saiu primeiro Navarro que foi para Paris. (Joaquim Coutinho Neto, entrevista concedida à autora, 2009, op. cit.).

A participação de Joaquim Coutinho nessa Comissão pareceu apenas um jogo de cena, pois, conforme vimos acima, com maestria o governador conseguiu desviar o foco da crise de seu governo para a criação, em Feira de Santana, da primeira universidade no interior da Bahia, aprovada na Assembleia Legislativa em menos de dois meses, ao mesmo tempo em que afastava seus auxiliares principais, após costura negociada que os deslocaram para “missões” no exterior.

Notícia daquela peculiar Comissão de implantação aparece na coluna de Antonio José, no jornal A Tarde de 16 de janeiro de 1970, informando os nomes dos componentes, aos quais acrescia o do “sociólogo José Bonifácio Mascarenhas Leite”, que estiveram “reunidos com prefeito João Durval Carneiro e outras autoridades da Supercity quando foi apresentado o documento já elaborado para apreciação e busca de novos subsídios para o projeto final”. O esclarecimento de Geraldo Leite, no seu livro de memórias (Reminiscências, 2007, p. 422), situa o referido sociólogo como um dos “funcionários” da SEC, ao lado de Juvenal Santos e Valdo Mazza, que atuaram como “assessores” na elaboração do documento final da Comissão, que resultou nos Estatutos da Fundação – concluído no final de fevereiro daquele ano e apresentado ao governador no início de março, em solenidade realizada no Palácio de Ondina, já diante de novo Secretário de Educação, Edivaldo Machado Boaventura.

Outro aspecto relevante da notícia publicada na coluna do jornal A Tarde (acima citada), refere-se ao desenho inicial da Universidade, que, em certa medida, o grupo que articulava a Faculdade de Medicina já imaginava, **dividida em quatro grandes Institutos: de Saúde, Tecnologia, Ciências Humanas e de Letras e Artes**. Este último com enfoque nos cursos de “**Música, Teatro, Dança e Belas Artes**”, além do curso de Letras. Vejamos:

A estrutura da universidade, segundo o documento apresentado, estabelece uma integração das diversas unidades, divididos em quatro Institutos por setores específicos: um **Instituto de Saúde**, congregando os cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, um **Instituto de Tecnologia**, abrangendo os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Química, Elétrica. Um **Instituto de Ciências Humanas**, com os cursos de Ciências Sociais, Economia, Administração de Empresa, Psicologia e um **Instituto de Letras e Artes [...]**. Inicialmente os **Institutos de Tecnologia e Saúde estão em caráter prioritário**, levando em conta a carência de profissionais nestes setores, numa região como a nossa em franco desenvolvimento (A Tarde 16 de janeiro de 1970)

Exceto, talvez, o enfoque nas Artes, novidade baiana característica da UFBA, as linhas gerais dos institutos básicos e dos cursos a eles associados em nada diferiam do modelo brasileiro mais avançado daquela época, o da UnB, que estava sendo também adaptado em outras partes do Brasil, a exemplo da UNICAMP, em São Paulo. E neste sentido, nada menos do que professores da UnB vieram à Feira de Santana participar das discussões do desenho do projeto para a primeira Universidade do interior baiano, sendo já pensado naqueles primeiros meses de existência da Fundação, conforme veremos mais adiante. A movimentação do governo foi tão rápida que “em 16 de abril daquele ano foi aprovado o Estatuto da Fundação, sendo conservado, na íntegra, o Relatório da Comissão de Implantação” e dez dias depois o governador procedeu à nomeação do primeiro Conselho Diretor (Leite, 2007. P.426). No Decreto Estadual 21.812/71 que legalizou a FUFs está explicitado como justificativa **“a urgência da implantação da Universidade de Feira de Santana, a ser efetivada ainda no presente exercício”**.

Sobre as movimentações iniciais, assim relatou Wilson Falcão:

O interessante: “vamos fazer uma Fundação”. Aí veio o problema dos Estatutos – foram feitos aqui em Feira – recorremos a Fernando [Pinto] e a Jorge Leal²⁰⁸, faltava patrimônio; por sinal, a Faculdade de Educação e o prédio são doações para o patrimônio da Fundação, e me disse [o governador]: “Descubra um terreno do Estado que eu faço também a doação”. Eu, inicialmente procurei o Bispado, aquilo que foi um terreno do Estado [no Bairro do Papagaio], eu participei da escolha, de conseguir aquilo para o Bispado como patrimônio. O Sr. Bispo disse que tinha um plano também de um Seminário, não sei o quê, para fazer uma escola de Teologia, mas ele achava que não era certo, não era bom, era incompatível, jovens de fora com rapazes de preparação teológica. Eu trouxe de Brasília o arquiteto João Filgueiras, conhecido como Lelé, que foi o homem que idealizou o “Minhocão” em Brasília [...]. Cheguei aqui e mostrei, mesmo contra a má vontade do Sr. Bispo, eu participei levando ele. Ele achou o terreno bom, mas quando nós chegamos aqui no terreno do Instituto do Fumo²⁰⁹, ele achou uma beleza, até essa lagoa, que tem aí ao lado, ele me disse: ‘Esta lagoa é de possível manutenção?’ Eu disse: é, porque nesta zona é a zona que tem mais água em Feira de Santana, porque eu tinha estudos [...], feitos pela SUDENE; aqui é zona de porte de mais de 60 litros/hora. “Vamos fazer isso, vai ser uma lâmina para a alegria dos estudantes, e vamos locar a biblioteca voltada para este lago”. Essa foi a realidade. Depois deu uma sugestão: “Eu quero que vocês convoquem um ou dois arquitetos, porque uma Universidade é um órgão super dinâmico, o que hoje é muito grande, amanhã pode ficar pequeno e vice-versa. Eu quero que os arquitetos que vão projetar esta Universidade sejam de Feira e participem do progresso de Feira²¹⁰. Eu apenas transferirei minha

²⁰⁸ Segundo Leite (op.cit., p. 424) Prof. Edivaldo Brito, “chefe da Assessoria Jurídica” da SEC, também teria colaborado na elaboração desses Estatutos, “orientando os membros da Comissão de implantação”.

²⁰⁹ Trata-se do terreno onde foi construída a UEFS, que além desse terreno pertencente ao Instituto do Fumo a prefeitura desapropriou uma área contígua para atender as necessidades de elaboração do Plano Diretor da Universidade.

²¹⁰ O Plano Diretor da Universidade de Feira de Santana foi elaborado pelos arquitetos de Salvador: Jader Tavares, Otton Gomes e Fernando Franco.

experiência e conversarei com eles. Essa que é minha filosofia, de um homem que respeita o povo de Feira de Santana”. Veio, se entusiasmou, nos encheu a cabeça de mais sonhos, e assim foi continuando a Universidade. (Depoimento de Wilson Falcão, durante palestra proferida por Fernando Pinto, em maio de 1996, no Departamento de Educação da UEFS, transcrito pela Profa. Leda Barros, p. 18).

Os passos foram encaminhados com muita agilidade, resultando na elaboração dos Estatutos da FUFES, ao tempo em que iniciativas para constituir o patrimônio eram tomadas, e a busca por definição do local onde seria construída a Universidade. Na mesma dinâmica procedeu-se à constituição do primeiro Conselho Diretor da referida Fundação. Nomeado pelo governador em 27 de abril de 1970, apresentava a composição seguinte (membros titulares e os respectivos suplentes):

Áureo de Oliveira Filho (suplente, Maria Cristina de Oliveira Menezes)
 Edivaldo Machado Boaventura (suplente, Jorge Bastos Leal), Fernando Pinto Queiroz (suplente, Renato Andrade Galvão), Geraldo Leite (suplente, Joaquim Pondé Filho), José Maria Nunes Marques (suplente, Maria da Hora de Oliveira), Wilson da Costa Falcão (suplente, Augusto Mathias da Silva), Yeda Barradas Carneiro (suplente, Faustino Dias Lima).

Logo no início, o deputado Áureo Filho renunciou em virtude da lei da “inelegibilidade”, pois participaria das eleições daquele ano, e de pronto “se fez representar por sua ilustre filha” Maria Cristina Oliveira Menezes (conforme enfatizou Fernando Pinto para destacar a participação de Áureo Filho no referido Conselho, no texto “O feirense Áureo Filho”, escrito para compor o livro sobre o centenário do referido deputado²¹¹). Também renunciante nessa primeira reunião foi Augusto Mathias, invocando a mesma lei, seria também candidato à deputado estadual. A definição da presidência do Conselho Diretor decidiu-se ainda nessa reunião, recaindo no nome de Geraldo Leite, que obteve a indicação de todos os presentes.

Além dos nomes já identificados anteriormente neste trabalho, outros ingressavam no campo para proceder aos trâmites de organização da Universidade (para fins de autorização para funcionamento e posterior reconhecimento), e também passariam a figurar como agentes de proa ao longo dos processos posteriores, eles são: o Cônego Renato Andrade Galvão, autoridade da Igreja Católica e o médico Joaquim Pondé Filho, que até 1968 atuava em Jequié, onde participou com Geraldo Leite do Inquérito Sorológico²¹² (acima citado), sua vinda para Feira de Santana, e indicação para o Conselho da FUFES, deveu-se às ligações

²¹¹ Livro organizado por Joselito Falcão Amorim, intitulado: **Áureo de Oliveira Filho, Centenário: 1902-2002**. Feira de Santana: 2002, p. 33-37.

²¹² Conforme consta no livro de Leite, **Reminiscências**, op.cit, p.392.

com o mesmo²¹³. Os demais nomes desempenhariam papéis secundários, mas não irrelevantes, no referido Conselho, conforme pode ser observado na leitura das Atas da FUFES. Ressalte-se, no entanto, que a identidade principal que os congregava era o da afinidade política, independente de Geraldo Leite, Fernando Pinto, José Maria e, em certo sentido, também Wilson Falcão, já tivessem bagagem e militância no campo do ensino superior de Feira de Santana.

A identidade política naquele período não se restringia apenas ao aspecto partidário, fruto da formatação, ou herança, oligárquica ainda presente na política nordestina, que, conforme descrito em outra parte desta tese tratava-se de fundamento que ainda contaminava até o ambiente universitário da UFBA em seus movimentos internos de organização e expansão. A presença de parentes das lideranças políticas nomeadas oficialmente para o Conselho, como titular e suplente, é um indício forte daquela herança, contudo, o laço mais atual e de peso, naquele ambiente, era o da confiança militar, de cunho ideológico (vide o caso Navarro de Brito, que envolveu teia complexa de subjetividade). Mesclavam-se, porém, essas duas configurações que se complementavam.

Observe-se que aquele Conselho Diretor fora constituído um ano e quatro meses após a edição do AI-5 e a cidade de Feira de Santana encontrava-se articulada ao circuito de combate à “subversão”, enquanto um centro policial e militar – com destaque as modernas instalações, para a época, do 35º Batalhão de Infantaria do Exército, localizado estrategicamente na confluência da BR-324 com o anel rodoviário que contorna toda a cidade. A Faculdade de Educação, por outro lado, embora com pouco prestígio²¹⁴, já estava em funcionamento na cidade, em 1969 havia implantado outro curso, o de Estudos Sociais, e se preparava para inaugurar o curso de Ciências naquele ano de 1970. Contudo, os efeitos do AI-5 respingaram naquela instituição ainda tão imberbe e com poucos docentes e estudantes, pois uma professora e um estudante já estavam indiciados em inquérito militar por “subversão”. O relato da professora em causa, sobre como o AI-5 repercutiu na instituição e os fatos decorrentes, atualizado no início de 2009, foi elaborado com as seguintes palavras:

²¹³ Pondé Filho foi transferido para Feira de Santana também como professor do ensino médio, para o IEGG. Além disso, era ex-Oficial das Forças Armadas, o que contava muito naquela época.

²¹⁴ A Legislação da época não contemplava a “licenciatura curta” como requisito para promoção salarial do professor no Estado baiano, mas a “licenciatura plena”. Assim, desde o início, os professores da rede estadual, que representava a quase totalidade dos estudantes da Faculdade de Educação, já reivindicavam a “plenificação” dos cursos oferecidos.

Menina, nós tivemos aí um baque, para mim foi um baque, porque inicialmente eu vi que era uma coisa muito séria, mas eu não tive a dimensão exata dessa coisa, dessa coisa séria, e no final, logo uma semana depois, é que nós começamos a ver os efeitos, as cassações, as prisões, as listas etc., então foi que nós tivemos a dimensão. [...] Todos muito preocupados, e Luciano Ribeiro era o representante estudantil ainda, o DA não tinha sido criado, acho que foi criado no ano seguinte, mas era o representante estudantil, então já uma preocupação muito grande. Bom, nitidamente o receio: o que falar, o que dizer, como vamos nos manifestar. Aquela euforia inicial daquela integração, de dizer tudo que pensava, as críticas que se faziam, por exemplo, eles faziam críticas, assim, abertas: “Não, não estamos gostando do curso tal, está precisando melhorar isso, está precisando melhorar aquilo da disciplina, não está como nós esperamos, e tal”. Já ficou todo mundo muito preocupado, uma preocupação: “como é que vamos agora nos conduzir?” Então pesou mesmo, e aí no final de 1968, não, início de 1969, aí para mim a coisa já começou a complicar, porque eu estava no Gastão Guimarães, dando aula à noite. [...] quando fui parada por um rapaz com fardamento militar, que era estudante do Gastão e que me entregou uma correspondência, aí quando eu abri a correspondência meu primeiro choque, eu estava sendo convocada para prestar depoimento no 35º Batalhão de Infantaria. [...] E aí eu já saí sabendo do que se tratava. Então, aí, Estrela, Luciano Ribeiro e Juvenal²¹⁵ foram presos, eu não fui, eu fui só convocada, eles não, eles foram levados para o 35º Batalhão, ficaram logo presos nesse mesmo dia e eu tinha tido um filho há poucos dias, há pouco tempo, meu filho estava pequenininho, tinha quatro meses, e eu recebi só a convocação para comparecer com data e hora marcada, e eles não, eles foram levados, ficaram presos três dias para prestar depoimento (Yara Cunha Pires, entrevista concedida à autora, fevereiro de 2009).

O estudante Luciano Ribeiro era uma liderança conhecida na cidade antes mesmo da criação da Faculdade, um dos alunos remanescentes do movimento estudantil do Ginásio Municipal²¹⁶, eleito Vereador pela oposição, o MDB, nas eleições de 1966 que elegeram também o Prefeito Durval Carneiro. Além desse “débito” na política estudantil da cidade, Ribeiro liderava o bloco combativo de vereadores da oposição que fustigava a administração municipal – tratava-se, pois, de um incômodo tanto na instituição educacional quanto na vida do grupo político hegemônico, que encontrava uma ocasião propícia para ser removido. Naquela ocasião as prisões e a convocação efetuadas dos professores e estudantes de Feira de Santana aconteceram no ambiente de medo que acirrou as intrigas e perseguições, amplificadas, após o AI-5.

Com base no Decreto 477, de 26 fevereiro de 1969, não foi permitido a Luciano Ribeiro matricular-se no segundo semestre da Faculdade, neste mesmo

²¹⁵ Os Professores José Coutinho Estrela e Juvenal da Conceição Gonzaga pertenciam ao quadro docente do Colégio Estadual de Feira de Santana, o primeiro, na década de 1980, ingressou na UEFS como professor concursado.

²¹⁶ Logo no início do golpe militar havia sido convocado para depor junto ao órgão segurança por fazer parte da coordenação do núcleo instalado em Feira de Santana da Campanha oficial de alfabetização, com base na proposta de Paulo Freire, mas não seria, na época, envolvido em nenhum Processo.

ano, permanecendo com a matrícula suspensa por três anos e impedido de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino. Sobre a notícia dessa suspensão, assim, Ribeiro, nos relatou:

Quando eu era estudante, onde hoje é o CUCA, foi quando minha matrícula foi suspensa, foi aquele episódio, vou ver se acho essa carta para lhe mostrar, que a minha matrícula foi suspensa não pela minha prisão, vários estudantes foram suspensos no Brasil inteiro²¹⁷. Era o decreto 477 e como fui considerado subversivo e prejudicial ao ensino era para cancelar a matrícula. Não se referia à prisão, era subversivo na área estudantil. Recordo que Zé Maria era uma pessoa boníssima. Ele estava mais sentido do que eu, ele gostava muito de mim e disse que ia me dar uma notícia, que não sabia nem como fazer. Eu até pensei que fosse uma coisa séria, ele mostrou o documento e disse: “pior que eu tenho que cumprir, você sabe como são as leis, as normas”. E eu passei a confortá-lo e disse: “não se preocupe fique calmo”, o que deveria ser o contrário (Entrevista de Luciano Ribeiro, concedida à autora, 2009).

Segundo analistas (LEHER, 2009, entre outros), o Decreto 477 dimensionou a tônica dos processos diversos de intervenção nas instituições educacionais brasileiras, sobretudo na universitária, algo que não estava explicitado na Lei 5540/68, pois o aparente objetivo, constante no mesmo, de punir a “indisciplina”, de professores, estudantes e funcionários, abria brechas para tudo classificar como passível de infração disciplinar, para o que se estabelecia punições rigorosas como a que sofreu Ribeiro. Este afirmou na entrevista, que havia sido informado na época de que o seu afastamento devia-se ao fato de ele ser considerado “subversivo e prejudicial ao ensino”²¹⁸ (cf. Entrevista em 21 de maio de 2009). A professora, que seria incurso no mesmo Processo, não receberia as punições do Decreto 477 por ter sido intimida através de trâmites processuais regulares – isto é, os “critérios” usados refletiam a total ausência de critérios, ocasionando muita insegurança entre as pessoas.

O inquérito policial e militar (IPM) durou quase dois anos, durante os quais os acusados foram por diversas vezes inquiridos, sabatinados, já na Auditoria Militar em Salvador, onde foram julgados e condenados²¹⁹. Como todos estavam sujeitos às “denúncias”, os agentes, que estavam do lado da “lei” de exceção, tinham não só

²¹⁷ A carta a que o entrevistado se refere fora escrita pelo Diretor da FEEFS, José Maria, ao comando militar local numa tentativa de dissuadi-lo da medida, que na prática significava uma expulsão.

²¹⁸ Dentre os “delitos” que o Decreto 477 procurava enquadrar como “infração disciplinar” aos agentes da comunidade educativa, no inciso VI do Art. 1º, figura: “uso de dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou praticar ato contrário a moral ou a ordem pública” (LEHER, 2009). Texto que comporta diversas interpretações inclusive a de ser “prejudicial ao ensino”.

²¹⁹ O IPM envolvia um total de doze pessoas da cidade, entre professores, estudantes e operários. A condenação foi em 1971, após recorrerem ao STM, foram inocentados das acusações, quase oito meses depois da prisão (Cf. os entrevistados Yara Cunha Pires, fevereiro de 2009 e Luciano Ribeiro, maio de 2009).

de declarar fidelidade, mas demonstrá-la nos atos ou ações que lhes eram exigidos – segundo Saviani as lideranças militares no exercício pleno da ditadura de estado usavam a “sociedade política” para legitimá-los como “democracia” (Saviani, op. cit). Para ocupar todo e qualquer cargo ou função pública passou-se a exigir atestados de antecedentes morais e criminais.

No âmbito da Universidade brasileira a ação da ditadura não se manifestou apenas com esta face de repressão sobre o corpo discente, docente e de funcionários, numa ação de fora para dentro, mas também no sentido contrário, urdida de dentro das instituições, em quase todos os casos com a colaboração de professores, funcionários ou até mesmo de estudantes (nas salas de aula eram plantados agentes de segurança e informação com funções de espionagem). Consideradas focos de subversão, as universidades foram mantidas sob severa vigilância por mais de uma década. Na introdução desta tese levantamos os principais órgãos de segurança a partir dos quais se tentou transformar ou subordinar a instituição, enquanto tal, em “aparelho” para se atingir fins políticos e ideológicos.

Por certo a FEEFS não fugiu ao que passaria a ser regra na condução e na organização institucional do ensino superior, visível, de saída, na própria oferta curricular: licenciaturas curtas e a “novidade” do Curso de Estudos Sociais, que subsumia os conteúdos dos Cursos essenciais de formação nas Ciências Humanas e Sociais, a História, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia (estas duas últimas integrantes do Curso de Ciências Sociais). Observe-se que nas reivindicações estudantis pela “plenificação” desses cursos iniciais da Faculdade, a primeira a ser alcançada foi Letras e no curso de Estudos Sociais ofertou-se a licenciatura plena em nada menos do que em outro componente curricular ideologizado, o de Educação Moral e Cívica – “para o horror dos estudantes” (cf. Yara Cunha Pires, na entrevista citada), que se viram obrigados a fazê-la tendo em vista a questão salarial da grande maioria que exercia a profissão docente.

A reação às disciplinas ideológicas como “Problemas Brasileiros” e “Estudos de Problemas Brasileiros”, era muito forte por parte dos estudantes, na FEEFS o Curso de Ciências, por exemplo, oferecia as duas ao mesmo tempo nos três últimos semestres²²⁰. Nesta mesma época, no Curso que fazíamos na UFBA a disciplina

²²⁰ Cf. Tabela XXIV da “Primeira Parte” do documento “Institucionalização e Registro da Fundação”. Fundação Universidade de Feira de Santana. (cópia de acervo particular de Raimundo Gama – com ofício anexo encaminhando a cada um dos membros da FUFES).

constou apenas em um semestre, cujos conteúdos eram lidos pelo professor, perante uma plateia refém (não se podia ausentar-se), mas que protestava de diversas formas²²¹. No âmbito das universidades já organizadas e com mais tradição (maioria pública) se foi construindo uma reação a esse estado de coisas, a exemplo da UFBA, que mesmo com as perseguições verificadas em várias unidades²²², alguns professores reagem²²³ e essa reação foi também sendo ampliada na medida do acirramento da repressão, donde a universidade ao longo da década constituiu-se em foco importante de resistência ao regime militar – paralelo ao avanço científico e tecnológico das instituições com a expansão da pós-graduação.

Em Feira de Santana um grupo de intelectuais locais, com extensa militância no campo, onde somente um deles tinha na bagagem o exercício docente universitário, as coisas se processariam de modo complexo e diverso. Por exemplo, reunião informal do Conselho da FUFES, prevista para a residência de um dos seus membros, teria ocorrido no 35º BI, “em sala gentilmente cedida pelo seu comandante, Cel. Aldo Lins Marinho”, por ocasião das festividades do segundo ano do quartel do Exército em terras feirenses, da qual teria participado Fernando Pinto, José Maria, Wilson Falcão, o suplente Joaquim Pondé Filho, e o Capitão Córdova (Ata de 07 de julho de 1970). Afinal, estava-se nos anos de chumbo da ditadura. Resta saber, quem naquela conjuntura rejeitaria utilizar, para fins pacíficos, uma sala “gentilmente cedida” pelo comandante máximo do Exército em Feira de Santana, quando “reuniões” eram proibidas pelo AI-5?

²²¹ Geralmente manifestava-se indiferença, muitas pessoas que sabiam crochê, tricô, etc., aproveitavam a ocasião para ensinar aos demais; ou levávamos revistas de piadas que provoca risos na plateia. Fomentava-se aí a indisciplina escolar, que passaria a ser parte da educação brasileira. Mas, naquele momento era uma situação constrangedora para ambos os lados, pois, como estudantes, até então, não constava na nossa vida escolar qualquer tipo de desrespeito à autoridade do professor – e nessa ocasião perdia legitimidade.

²²² Entre outros, consultar Clemente, José Eduardo Ferraz. Perseguições, Espionagem e Resistência: O Instituto de Física da Universidade da Bahia durante a ditadura militar (1964-1979). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, Vol. 4, nº 2, jul./dez. 2006.

²²³ No começo dos anos de 1970, estudante de Ciências Sociais, na UFBA, lembro que alguns professores expressavam irritação com a suposta presença de espões do regime nas aulas e os desafiavam em suas competências como discentes. As aulas mais aguardadas eram as de Vivaldo Costa Lima, onde nos divertíamos com suas mordazes ironias desferidas contra aqueles agentes. Reações também no campo do conhecimento, em 1973, quando concluía o bacharelado já se começava a estudar a teoria de Marx enquanto um instrumental teórico como outro qualquer, que não poderia ficar de fora da instituição universitária – a jovem professora Anete Ivo nos apresentou a ‘novidade’ trazida de seu Mestrado na USP, onde, nos disse, “todo mundo” estudava esta teoria “com naturalidade”, por tratar-se de ciência. Outros professores sofisticavam ainda mais suas linguagens, cujo entendimento requeria esforço e muitos estudos. Entre as estratégias utilizadas. Mas o medo subordinava um grupo significativo de docentes, que só tomamos conhecimento de que eram contrários a ditadura já participando de movimentos na “abertura democrática”, anos depois.

6.3 Articulando a Concepção da UEFS

Assim, no início dos anos de 1970, último ano do governo de Viana Filho, também o auge da repressão militar sobre a universidade brasileira, as aspirações por universidade em terras feirenses concretizavam-se ao constituir a FUFES. A partir desta passou-se de imediato à elaboração do Regimento Geral da Universidade de Feira de Santana e desenvolver ao mesmo tempo todos os trâmites para encaminhamento posterior, esperava-se rápido, aos órgãos competentes para autorização legal para funcionamento – a Faculdade de Educação e o Centro Integrado Assis Chateaubriand já consistiam em materialidades para este fim, cujas instalações foram inicialmente previstas para implantar os primeiros cursos da Universidade (Livro 1-B de Atas da FUFES, p.09).

Gestões para a aquisição da área do Instituto do Fumo foram apressadas, ao tempo em que o Conselho Diretor da Fundação desenvolvia entendimentos para as propostas da Universidade, os cursos que seriam oferecidos. Na primeira Ata de instalação do Conselho Diretor está a comprovação de que estas questões já estavam sendo encaminhadas e discutidas, constando, naquela ocasião, como pontos de pauta, à qual o “conselheiro” Wilson Falcão acrescentou: a necessidade de “registro” da FUFES “com **a constituição efetiva do patrimônio**” e a **fixação em Lei da responsabilidade financeira, por parte do Estado ou do Município** (Atas da FUFES, 24 de maio de 1970). Aliás, os dois grandes problemas para viabilização da Universidade no interior baiano: patrimônio e recursos financeiros, como rubricas interdependentes²²⁴.

Os primeiros momentos foram os de maior entusiasmo: primeiro, o prefeito municipal através da Lei nº 669, Artigo terceiro, destinava, anualmente, 3% da receita orçamentária do Município para “auxiliar a manutenção da Universidade de Feira de Santana”; segundo, toda parte de legalização dos terrenos, doados pelas instâncias estadual e municipal, foi delineada e parcialmente concluída no final de 1970 e início de 1971; terceiro, o perfil e estatutos da Universidade sendo elaborados e discutidos. A participação de Geraldo Leite, naquele momento como liderança, foi essencial, de acordo com Fernando Pinto:

²²⁴ Na visão que imperava naquele período se constituiriam em um dos “pilares da universidade”, conforme salientava Zeferino Vaz na implantação da UNICAMP: “cérebros, cérebros, cérebros, prédios, bibliotecas” Cf. Meneghel, Stela M. UNICAMP: cérebros, cérebros, cérebros. In MOROSINI, M.(org.), 2006.

Quem fez Geraldo o entusiasta que ele era, pela interiorização da Universidade e pela criação da Faculdade de Filosofia, no grande conhecedor do problema das universidades e de sua estrutura foi Wilson, como patrocinador dessas viagens [...] de modo que quando acabou esse curso preparatório para ser, na verdade, o grande Presidente que ele foi do Conselho e depois o grande Reitor que ele foi, ele veio – aqui está um dos trabalhos apresentados por Geraldo – Geraldo sozinho, gente, elaborava os documentos daqui: estrutura da Universidade, um estudo apresentado por ele, um estudo sobre as estruturas das universidades, e afinal nos convenceu da estrutura departamental, aqui elaborada, e diversos outros trabalhos que aqui estão sobre ainda a estrutura da universidade, currículo e tudo mais que era necessário. O Estatuto, Geraldo se dava o trabalho de, apesar de haver grupos, Wilson estava falando de mim, Zé Maria, Jorge Leal, mas na verdade nós recebíamos todo o material pronto por Geraldo. Ele distribuía com todos os conselheiros, esta aqui, tá todo ele aqui, ele distribuía por partes, o que nós íamos discutir em cada reunião, eu fazia as anotações, as alterações e nós íamos para a sessão já com o material por ele elaborado, com as minhas alterações e de outros companheiros para discutir e começar a aprovar (Fernando Pinto, Relato de maio de 1996, op.cit.).

Esta exposição de Fernando Pinto foi ilustrada por farta documentação, conforme já assinalamos em outra parte, dentre os documentos mencionados foi apresentado o “Plano Diretor” elaborado por conhecidos arquitetos baianos em 1973, de acordo com Pinto Queiroz: “era o projeto do grande sonho” – sonho este que nenhuma instância pública estava interessada em assumir, por razões orçamentárias sofreu adaptações e não foi realizado na sua concepção original. Grande foi o esforço do grupo inicial, presente a praticamente todas as reuniões, até o final do governo Viana Filho, composto por Geraldo Leite, Fernando Pinto Queiroz e José Maria Nunes Marques, enquanto Wilson Falcão procurava auxiliar de Brasília, onde exercia mandato federal. Além do empenho desse grupo, recorreu-se aos préstimos de professores universitários, sobretudo da UFBA, na elaboração das propostas de currículos para os cursos. Wilson Falcão mais nos informa sobre isto:

[Primeiro] vieram dois professores de Brasília, o Professor Jair Gramacho e a Professora Maria Helena. Eles vieram como pilotos, para que a gente examinasse, e eles comessem a sentir a coisa; porque em Brasília, em 1964, oitenta e seis professores foram demitidos e cento e doze ficaram solidários, que acredito até hoje a anistia não resolveu o problema. Então, eu trouxe o Jair, que era baiano, nosso amigo, ele era meu assessor na Câmara e me apresentou todos os professores, e começamos a selecionar um grupo que viria pra Feira por um período, porque ele achava que numa Universidade o professorado tinha de ser da coletividade. Esses são os que vivem os problemas e que também ajudam nas soluções. O “professor-cometa” nem sempre ajuda muito nas soluções dos problemas da universidade – essa era a filosofia que nós tínhamos sobre a Universidade de Feira (Wilson Falcão, depoimento de 1996, op. cit.).

A evocação às questões do golpe militar e do AI-5 aparece em todas as falas, até desses agentes que representavam o espectro político-partidário da sociedade

sob o militarismo e, em certa medida, agiam em seu nome. Nessa fala de Wilson Falcão também podemos observar os caminhos de alguns dos professores autodemissionários da UnB, nos casos de “Jair Gramacho e Maria Helena” (na verdade o nome dessa professora era Maria Luiza Roque, cf. Ata do Conselho Diretor da FUFES) foram chamados para que ajudassem a iniciar “por um período” a Universidade em Feira de Santana. Estes professores estavam presentes já na primeira reunião ordinária do Conselho Diretor, onde apresentaram uma proposta de estrutura “tripartite” de universidade, com “Institutos e Departamentos como a mais conveniente” para a instituição que se pretendia em Feira de Santana (Livro I de Atas da FUFES, 31 de maio de 1970, p. 3b).

Acerca da concepção da estrutura para a Universidade, assim manifestou Geraldo Leite:

Eu mentalizei isso: somente uma Universidade brasileira que tomando essa atitude corajosa que foi a Universidade Federal Rural de Pernambuco, mas era uma Universidade diferente, rural, com cursos rurais, mais simples. Tendo conhecimento disso fui até lá, vi como a Universidade Rural funcionava e veio-me a idéia de sugerir essa estrutura departamental, que eu chamava de “departamental materiocêntrica”. Não sei se a senhora viu as Atas da Fundação. Você pode ver, essas Atas devem estar lá na Universidade. A senhora lê aquelas Atas, e vai ver desde o início a luta que foi para aceitarem essa idéia em termos de uma estrutura departamental materiocêntrica. Eu me lembro que Zé Maria pediu “vistas” e isso demorou; os assessores da Secretaria foram, fizeram depoimento á favor, todos eles se declararam a favor. Então se compreendeu de que se a Secretaria estava favorável àquela estrutura estava-se numa posição de que a universidade era estadual. Fernando Pinto apoiou e foi aprovada a estrutura e implantaram a universidade dentro dessa estrutura (Geraldo Leite, entrevista concedida à autora, Salvador, 12 de dezembro de 2008).

No desenrolar da discussão, conforme acompanhamos na Ata, prevaleceu a proposta defendida por Geraldo Leite e que tinha fundamentação nos estudos de Edivaldo Boaventura, aí presente como Secretário de Educação, de que **“o Departamento será a unidade básica da estrutura da Universidade de Feira”**. Interessa observar que, também nesse primeiro encontro registrado da FUFES, o citado Secretário expressou **“que entre ‘as prioridades primeiras’ da Universidade se encontra a de Formação de Professores de primeiro ciclo”**. Questão que, como abordamos em capítulo precedente, defendeu por intermédio da matéria jornalística no começo daquele ano no qual repunha com firmeza de argumentos a adaptação do “grande sonho” de universidade para Feira de Santana às inflexões do PIEC e do “enigma baiano” – naquela altura, harmonizadas com a proposta do “Grupo de Trabalho da Reforma Universitária”, que preceituava: “Concentrar o aumento de vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento

econômico e social notadamente em quatro áreas: **professores de nível médio, [...] engenharia e outras profissões da área tecnológica; técnicos intermediários**” (Apud. BOAVENTURA, 1971, p. 102).

O enfoque oficial na formação de professores situava José Maria e a sua Faculdade de Educação, como peças importantes na estrutura que se pretendia implantar. O afastamento entre a Universidade e a FEES que os mentores, originários da Associação Filinto Bastos, fazem em seus discursos é sintomático dessa tensão. Sobre isto, veja-se o que diz Geraldo Leite:

Eu peço licença para lhe interromper porque me ocorreu uma questão importante. De modo geral se liga a Universidade atual, a Universidade Estadual de Feira de Santana, quando se fala das origens da Universidade a maior parte das pessoas faz ligação com a Faculdade de Educação de Feira de Santana. Mas não há nenhuma ligação com isso, ela não nasceu da Faculdade de Educação. A Faculdade de Educação foi um movimento “a láteri”. Também com a participação de Wilson Falcão, percebeu? José Maria, Joselito Amorim, Joselice e outros professores, o professor Edivaldo Boaventura. Um movimento muito elogiado, um movimento “a láteri” da idéia inicial da Universidade. **Não há nenhuma origem, nenhuma ligação da Universidade Estadual de Feira de Santana com a Faculdade.** Com isso eu não quero diminuir de maneira nenhuma nem a Faculdade, nem o grupo que estava à frente. Não há nenhuma ligação. Tanto não há que eu coloco no livro. Eu digo que na segunda reunião da Comissão oficialmente designada por Decreto, do Governador Luis Viana Filho, publicado no Diário Oficial para implantar a Fundação Universidade de Feira. Certo? A segunda reunião realizada na Biblioteca Arnold Silva constituída por um representante da Secretaria de Educação do Estado e dois representantes de Feira: Maria Cristina Oliveira Menezes e eu. Estávamos em reunião nós três com os assessores da Secretaria e assessores locais. Quando surge professor José Maria com professor Raimundo Gama. Nesse momento que houve a ligação entre a Faculdade de Educação e o movimento pela Universidade. Eles foram ao nosso encontro e disseram o seguinte, que a Faculdade de Educação era de fato, concreto, a primeira Faculdade a ser instalada em Feira de Santana e que segundo ouviram falar, e era uma verdade, a Faculdade de Educação iria passar para o patrimônio da Fundação bem como o Centro Integrado Assis Chateaubriand. Então se a Faculdade ia ser incorporada ao patrimônio da Fundação Universidade de Feira da qual nós estávamos encarregados de criar, era lógico e natural que as reuniões fossem realizadas na Faculdade de Educação. E que eles haviam inclusive destinado uma sala e uma secretaria para as reuniões da Fundação. A partir deste momento é que a Faculdade de Educação, não é fisicamente, viu? Os recursos humanos da Faculdade de Educação passaram a integrar de fato o movimento em prol da Universidade. Mas não nasceu lá, foi um movimento “a láteri”.

Nós não tínhamos nenhuma ligação. Para mim foi até uma surpresa agradável. Entusiasticamente agradável. Foi uma surpresa que serviu de estímulo. Certo? Se bem que Wilson Falcão e Fernando Pinto estavam envolvidos em tudo quanto era movimento cultural e João Durval e tal. Mas foi uma coisa “a láteri”, um movimento “a lateri” (Geraldo Leite, entrevista concedida à autora, Salvador, 12 de dezembro de 2008).

Semelhante raciocínio também era desenvolvido por Fernando Pinto, pois a referida Faculdade de Educação, naquele contexto de busca de realizações de sonhos, era o contraponto negativo da dura realidade das políticas públicas para

educação na Bahia, bem como daquelas que se desenhava para o Brasil. Assim, menos de três meses após a primeira reunião, os cursos da futura Universidade estavam definidos, foram os seguintes:

I - Licenciatura em Letras, 1º e 2º ciclos; II - Licenciatura em Estudos Sociais, 1º ciclo; III - Licenciatura em Ciências Sociais, 2º ciclo; IV - Licenciatura em Ciências, 1º e 2º ciclos; V - Licenciatura em Matemática, 2º ciclo; VI - Licenciatura em Química, 2º ciclo; VII - Licenciatura em Física, 2º ciclo; VIII - Licenciatura em História Natural; IX - Licenciatura em Pedagogia; X - Enfermagem; XI - Odontologia; XII - Medicina; XIII - Agrimensura; XIV - Engenharia de Operações; XV - Economia; XVI - Administração. (Cf. 9ª Reunião Extraordinária do Conselho da FUFS, livro 1-A, p. 28, em 25 de agosto de 1970; redigida pela secretária Iraildes Lima Beirão).

As discussões travadas demonstram que se tentou estabelecer uma ponte entre a realidade e o sonho, buscando garantir pelo menos dois dos cursos que, tradicionalmente, mais caracterizavam e creditavam as universidades no Brasil: os cursos de Medicina e Engenharia. Na reunião citada o presidente apresenta “relatório” da sua participação no “Seminário do Sul do Estado”²²⁵, de onde voltaria entusiasmado, e chegou a solicitar aos pares que na indicação dos cursos “pensassem numa CEPLAC e que no elenco introduzissem cursos que tivessem ligação possível com a SUDENE, ARATU, CEDIN, PETROBRAS”, expressando a preocupação em “adquirir recursos para área de tecnologia” (p. 29). A inspiração da viagem ao Sul do Estado parece que também motivou o “Conselheiro Presidente” a invocar aos pares que **“estudassem uma forma da comunidade participar da implantação da Universidade”** – com resistências, concluiu-se que “o povo seria convocado” quando houvesse “informações concretas”, vez que “a comunidade” já estava acompanhando através da imprensa. Aspectos que diferenciavam na origem os caminhos das diferentes Fundações que estavam criadas para implantar as universidades no Sul e em Feira de Santana.

Para o início, contudo, previam-se para a Universidade de Feira de Santana os seguintes cursos: **“Economia, Administração, Enfermagem, Licenciaturas em Letras, 1º e 2º ciclos, Estudos Sociais, Ciências Sociais, 2º ciclo e Ciências, 2º ciclo”** (p. 29b)²²⁶, diante da iniquidade das verbas que o PIEC destinava ao ensino superior, conforme já assinalado, situação em que o grupo instituidor não tinha força

²²⁵ Visava-se a implantação da Universidade do Sul do Estado. Na Ata citada, Leite informa que nesse “seminário” discutiu-se e aprovou-se a “Estrutura Acadêmico-Administrativa”, bem como sobre “Cursos e Departamentos” para a referida Universidade (Sobre a proposta de implantação desta Universidade do Sul do Estado foi tratado no capítulo segundo desta tese).

²²⁶ Presentes nessa reunião: Geraldo Leite, Fernando Pinto, José Maria Marques, Maria Cristina Menezes e Jorge Leal Bastos. Este último participou em diversas reuniões, como suplente de Edivaldo Boaventura, por viagens deste e outros afastamentos. Maria Cristina, ao lado dos três primeiros, formava o grupo assíduo a todas as reuniões.

para questionar. Isso na prática significava os três cursos em funcionamento na Faculdade de Educação e mais quatro novos – sendo um deles para corrigir a distorção de “Estudos Sociais”, mas preservava-o. Na leitura das Atas do Conselho Diretor é visível o corre-corre para aproveitar a disposição do último ano das gestões que se encerravam, municipal e estadual, sobretudo esta última, e encaminhar o mais rápido o processo ao Conselho Federal de Educação – as reuniões foram semanais, quando havia impedimentos, reuniam-se aos sábados²²⁷.

A conjuntura política, de fechamento do regime militar, naquele início dos anos setenta em que se modernizava a universidade brasileira e ao mesmo tempo buscava-se controlá-la através do aparato paralelo dos órgãos de segurança, não havia eliminado, contudo, a concepção de universidade plantada em Brasília, em 1962, moderna, ágil e preocupada com a formação universitária para a cidadania, foi o grande modelo adotado por muitas instituições ao tempo em que instituíam mecanismos de adaptação à nova legislação.

Para a UEFS, a elaboração da oferta dos cursos, do formato da instituição e de seus estatutos, a questão da representação estudantil, tudo foi articulado com base na legislação que estava em vigor – analisada pelo Conselho da FUFES (Ata da reunião de 7 de julho de 1970). Na seção de 18 de agosto de 1970 fez-se a apresentação da “redação final” do Projeto de Estatuto da Universidade, transcritos integralmente por Iraíldes Lima Beirão (Secretária da reunião, cf. Livro I de Atas da FUFES). Lá encontramos os mesmos objetivos que os mentores da UnB delinearam como essenciais à universidade brasileira:

1. “formar cidadãos responsáveis, empenhados na solução democrática dos problemas nacionais”; 2. “Preparar profissionais altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência”; 3. “Congregar mestres, cientistas e artistas, e lhes assegurar os meios necessários para se devotarem à ampliação do conhecimento, ao cultivo das artes e sua aplicação à serviço do homem”; 4. “Servir de instrumento de promoção do desenvolvimento cultural, social e econômico da região de Feira de Santana”. (Livro I de Atas da FUFES, Iraíldes Lima Beirão, secretária)

O corolário inicial, como a UnB, previa-se: “autonomia administrativa”, “autonomia financeira”, “autonomia didático-científica”, conforme preceituado nos estatutos de diversas instituições universitárias brasileiras que estavam em e/ou

²²⁷ Voltamos a esclarecer, que os dirigentes da FUFES com presença constante às reuniões no ano de 1970, além do quarteto Geraldo Leite, Fernando Pinto, José Maria Marques e Maria Cristina Menezes, estiveram sempre presentes Jorge Leal Bastos (suplente de Edivaldo Boaventura) e, com menor frequência, Yeda Barradas Carneiro.

passaram por “reformulações” previstas desde a LDB de 1961, melhor definidas na Lei 5.540/68, e demais regulamentos pertinentes.

6.4 Impertinências Iniciais do Carlismo

A tradição administrativa no Brasil, de um modo geral, era a de considerar a gestão finda como “terra arrasada” a partir da qual eram postos novos projetos muitas vezes ignorando os trabalhos iniciados – algo muito observado, principalmente, nas gestões municipais, mas não exclusivo das mesmas. Naquele contexto de ditadura a mudança de governo deveria ter outra conotação, pelo menos seria isto o esperado. De qualquer sorte quase tudo fora providenciado para garantir a continuidade da implantação da Universidade de Feira de Santana. Mas novo governo, seria sempre governo “novo”, com suas próprias características. Assim, quando Antonio Carlos Magalhães assume a direção estadual pela primeira vez, desestabiliza o citado Conselho que ficou à deriva por mais de cinco meses, conforme se observa na leitura das Atas. Mesmo com Estatutos da FUFS já aprovados por regulamento estadual e tendo garantido mandato de quatro anos para os membros do Conselho Diretor, na prática havia ficado á mercê da gestão estadual, vez que o suporte financeiro básico iria depender da boa vontade da mesma.

O primeiro contato mantido com a nova gestão ocorreu em fevereiro de 1971, durante visita “informal” do Secretário de Educação, que ainda seria empossado, Rômulo Galvão, ao Conselho Diretor, na companhia de João Durval, ocasião em que o futuro Secretário solicitava ao grupo que enviasse à SEC “um estudo de viabilidade econômica da Universidade, fazendo registrar as previsões de receitas e despesas” (Atas da FUFS, livro 1-B, p.6, 10 de fevereiro 1971). Quem conheceu Rômulo Galvão nesse período, tece o seguinte comentário:

[...] ele estava no auge do prestígio e começou a trabalhar na Secretaria com muita ênfase na Lei 7692/71 [...]; ele era muito prestigiado por Antônio Carlos... Tinha chegado dos Estados Unidos, ele fez pós-graduação nos Estados Unidos e chegou para a Escola de Administração, e logo foi alçado à Secretaria, e aí fez outra reforma na Secretaria, inclusive criou as Coordenadorias Regionais do Ensino (Terezinha Coutinho²²⁸, entrevista concedida à autora em 16 de março de 2009).

²²⁸ Este depoimento da professora Terezinha Coutinho foi obtido durante a entrevista realizada com seu esposo, Joaquim Coutinho, para esta pesquisa.

Vivia-se o “milagre econômico”, no ensino público a ênfase era nos níveis de primeiro e segundo graus, conforme a Lei 5692 sancionada em agosto de 1971, e na Bahia inaugurava-se um estilo que faria história na administração e nos assuntos político-partidários que, posteriormente, configuraria o carlismo. A “cooptação” política em Feira de Santana começava com a indicação de João Durval Carneiro para o CEDIN, entidade que grande espaço havia conquistado na gestão anterior para expansão industrial na Bahia e de Feira de Santana, em particular. Carneiro passaria a ser a ponta de lança dos primórdios do carlismo no município, que agregava mais dois competentes deputados estaduais.

Parece que movido pelos ímpetos do novo chefe do executivo, o Secretário Galvão, de acordo com a leitura das atas do Conselho da FUFES em toda a sua gestão, nada ou pouco se envolveu com as questões que visavam a autorização de funcionamento da instituição. Muito proveitosos nesse momento os contatos de Geraldo Leite com o CEE, sobretudo com Alexandre Leal Costa, no sentido de manter acesas as intenções de conseguir-se autorização de funcionamento. Um segundo registro da presença do secretário na cidade pode ser observada na Ata do dia 30 de dezembro de 1971, referindo-se a uma reunião em que o mesmo teria realizado com prefeitos da região e os membros do Conselho, cuja pauta parecia indicar a convocação daqueles gestores para “dividirem a conta” da FUFES com a gestão estadual. Senão vejamos o que consta na Ata acima citada: “o Conselheiro Geraldo Leite comunicou que até o momento não recebeu nenhuma resposta dos prefeitos que participaram da reunião realizada nesta Faculdade com a presença do professor Rômulo Galvão e que até o próximo dia vinte encerrará o assunto, fazendo um relatório” (livro 1- B, p. 30). Demonstrativo da irritação dos membros do Conselho com o Secretário, que aos poucos tiveram que se adaptar ao ritmo imprimido. Como se costumava dizer, a nova administração vinha com “um pé atrás” em relação à Universidade de Feira de Santana. Tanto Geraldo Leite quanto Fernando Queiroz, falaram disso, cujos discursos em ocasiões e situações diferentes não deixam de pontuar a tensão instalada naquela ocasião. O primeiro destacou a questão da demora do Governador em recebê-lo em audiência, e na nomeação do novo Conselho Diretor da Fundação, que na prática se dissolvia com a existência de outra

administração, o que só ocorreu em meados de julho de 1971²²⁹. Fernando Pinto foi mais contundente:

Durante esse período, nós tivemos um problema, eu tive um problema, para o constrangimento dos demais até, de início vou mencionar só para chamar atenção de uma coisa: **a universidade, gente, nunca foi e nunca será autônoma, enquanto nós continuarmos sofrendo a interferência do poder estatal, das autoridades dirigentes, do Estado, que sempre quiseram, e sob certo ponto, mais ou menos conseguiram interferir no trabalho que se estava realizando.** Um dos secretários já escolhido de um governador eleito, participou de uma reunião nossa e levantou num grito: ‘Isso não é possível!’ – quando nós discutíamos uma parte do Estatuto – **“Isso o Governador não vai aceitar!”** e me obrigou, eu me dava com ele, a dizer: “Fulano, me desculpe, embora nomeados pelo governador, reconduzidos pelo Governador” – Geraldo e eu fomos reconduzidos ao Conselho todos até Roberto Santos, até que me afastei do Conselho – “eu, pelo menos, não estou aqui para trabalhar para o Governador, eu estou aqui para trabalhar pela Universidade de Feira de Santana, se o governador não quiser, não aprove, mas nós elaboraremos o documento que nos interessar, o que nós acharmos melhor; se ele na hora não apreciar, com seus órgãos competentes, desaprove e não o encaminhe”. Houve um certo constrangimento, mas o secretário entendeu e fomos por aí (Pronunciamento de Fernando Pinto, op.cit., 1996.).

Por outro lado, a prefeitura municipal fora assumida por Nilton da Costa Falcão, irmão do deputado Wilson Falcão, que no começo do governo procurou imprimir a mesma dinâmica que vinha sendo dada na gestão de João Durval em relação à Universidade. O próprio deputado passou a ir mais assiduamente às reuniões e tomou diversas medidas a fim de encaminhar a autorização pretendida: junto a Roberto Santos, na época Presidente do CFE; com o Secretário da Fazenda do Estado fazia gestões para convencê-lo das “razões para implantação da Universidade de Feira de Santana” (Livro 1-B de Atas da FUFSS, p. 22²³⁰). Embora a administração estadual demonstrasse cautela para assumir o controle da situação, de outro lado, intencionava-se, por parte dos agentes de Feira de Santana, apressar o envio do processo da Universidade ao Conselho Federal de Educação. Para ambos os lados havia uma equação de difícil solução: **quem arcaria com os custos da universidade?** Assunto que para os intelectuais locais tinha aparência de ficção. Por exemplo, em agosto de 1971, tiveram que elaborar relatório orçamental para o Tribunal de Contas contendo: “cópias dos orçamentos estadual e municipal, planos trimestrais de aplicação, documentos relativos ao patrimônio etc.”, tarefa assumida

²²⁹ Decreto publicado no D.O. de 15 de julho de 1971, reconduzia todos os membros designados anteriormente, com adaptações: Maria Cristina Menezes passava a ser titular e Dival da Silva Pitombo suplente da mesma.

²³⁰ Atas redigidas por Luis Carlos de Oliveira Almeida.

por Wilson Falcão e o funcionário que secretariava as reuniões, Luis Carlos de Oliveira Almeida.

Embora mantido como presidente do Conselho da FUFS, Geraldo Leite, a partir dessa gestão estadual vê crescer as áreas de influência do Diretor da Faculdade de Educação, José Maria Nunes Marques, pois, a rigor, comandava uma instituição que tinha existência concreta e estava nos planos da SEC. Nunes Marques, além desse papel efetivo de dirigente educacional, era membro do Conselho Estadual de Educação e assumiu, naquela época, a Secretaria Municipal de Educação (onde permaneceu por um ano). Situação bem elevada e confortável diante de um Conselho Diretor quase humilhado, que levaria um tempo considerável para resolver sozinho, questões que careciam de profissionais específicos (contador, secretário). Em suas memórias Geraldo Leite (2007, p. 467), afirma que durante o ano de 1972 a entidade que dirigia não dispunha de secretário, “as anotações ficaram a cargo de Conselheiros designados *ad doc* e as atas foram elaboradas por um funcionário²³¹ da Faculdade Estadual de Educação designado pelo seu diretor, [...]” – este último, de fato, tinha o melhor controle da situação.

Naquela ocasião em que a Wilson Falcão parecia possível avançar mais no sentido de obter autorização para a Universidade de Feira de Santana, pois também contava com apoio da municipalidade, a conhecida “briga” entre o governador e o Jornal da Bahia²³² repercutirá negativamente na evolução dos acontecimentos. A reação de Rômulo Galvão, traduzida na versão mais distanciada elaborada por Fernando Pinto, exibia a marca do “novo tempo” da política baiana que ultrapassaria o milênio²³³. Apenas com a leitura das Atas observamos as formas como o Conselho vai sendo subordinado “aos tempos” do carlismo, até mesmo a decisão de enviar o Processo da Universidade ao CEE. De acordo com Leite:

[...] havia dúvida sobre qual conselho competente. O primeiro processo da Universidade foi encaminhado para o Conselho Estadual. O Conselho Estadual designou o professor Jorge Novis como relator, depois surgiu a questão do Professor Alexandre Leal Costa, do qual eu era Assistente na Faculdade, era o presidente do Conselho Estadual e começamos a trocar idéias. Daí surgiu a questão de competências. “Será que nós somos competentes para autorizar essa Universidade?” A lei era clara: só teria competência depois que a primeira Universidade, oficial, reconhecida pelo Estado, fosse reconhecida pelo governo, cinco anos depois. Então teria que

²³¹ A partir de 12 de junho de 1973, Marilene de Almeida Carneiro passou a assiná-las como secretária da FUFS.

²³² Consultar: Falcão, João. **Não deixe esta chama se apagar**: História do Jornal da Bahia. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

²³³ Quando assumiu o governo do Estado, ACM inundou a capital baiana com *autdoors* contendo a inscrição “o melhor vem agora”, seguido de sua sigla. A partir daí passaria a desenvolver o “melhor” que o exercício autoritário da subordinação social poderia permitir-lhe.

a Universidade de Feira fosse reconhecida e depois de cinco anos que o Conselho Estadual teria competência para apreciar processos de autorização de cursos superiores. Antes disso devia ir para Brasília, então o Conselho fez uma consulta ao Conselho Federal – quem fez a consulta foi o próprio Conselho Estadual –, o Federal disse que não tinha competência, não. O Conselho local não teria competência. Então, foi reencaminhado: do Conselho Estadual para o Conselho Federal. Roberto Santos era o presidente do Conselho Federal (Geraldo Leite, entrevista à autora, em dezembro de 2008).

As Atas da FUFES não comprovam que havia esta dúvida. No entanto, após decisão coletiva afirmada em reunião anterior de que o processo da Universidade seria encaminhado ao CFE, considerando os contatos mantidos com Roberto Santos, que havia prometido a Wilson interceder junto ao Secretário de Educação, eis que no final da reunião do dia 5 de maio de 1972, o presidente “comunica” ao Conselho Diretor que o mesmo fora entregue ao Conselho Estadual de Educação – ficando claro que algo diferente estava acontecendo naquele ambiente. Desta forma, a decisão que contrariava os encaminhamentos de Wilson Falcão, sinalizava que o mesmo estaria sendo eliminado do campo, em reunião na qual estava presente e assistiu os seus companheiros “idealistas” capitulando: “quando e por que teriam tomado aquela decisão?”. Questão nada difícil de ser respondida: - a “Feira de Santana”, personificada nos Falcão, estaria a ponto de sair do mapa das benesses governamentais²³⁴. A crise instaurada no grupo dirigente em foco pode ser auscultada no silêncio que sucedeu aquele encontro, pois os mesmos foram suspensos por mais de três meses ao fim dos quais, Wilson Falcão apresentaria sua renúncia do Conselho, em 18 de agosto do referido ano, ao lado de sua suplente e sobrinha, Adnil Falcão Pitombo. Conformado ou adaptado às regras daquele jogo referiu-se ao assunto do seguinte modo:

Mas houve um episódio que eu como parente me solidarizei: foi aquela luta do Jornal da Bahia contra o governador do momento, Antonio Carlos Magalhães. Eu fiquei solidário com meu irmão. Então, meu primeiro ato foi meu pedido de demissão do Conselho da Universidade e eu achei uma coisa normal, tanto que ele me demitisse... Mas, felizmente, tudo foi superado e a Universidade de Feira é um orgulho para nossa cidade [...] (Depoimento de Wilson Falcão, 1996, op. cit.).

²³⁴ Nestes assuntos os indícios são de que João Durval jogou um papel importante na mediação da “crise” política pessoal do governador com uma pessoa da família do prefeito local. As reações de ACM em relação ao Conselho Diretor da FUFES demonstram que o mesmo esteve a princípio arredio com o gestor da cidade.

Situação que não deve ter sido fácil para quem procurou assumir de todas as formas o processo de implantação da Universidade de Feira de Santana²³⁵. Algum tipo de demonstração de independência que, a princípio, Fernando Pinto esboçaria não seria suficiente para impedir que os componentes do Conselho Diretor também fossem subordinados e se apresentassem dóceis às ingerências do poder estadual, mesmo por parte de quem sofreu retaliações, como foi o caso de Wilson Falcão – afinal todos eram da mesma ARENA, no duplo sentido. Mas a fidelidade demonstrada rendeu frutos, o governo estadual liberaria recursos para a construção da primeira unidade de ensino, pesquisa e extensão, ainda em 1972. Propiciando eventos de “lançamento de pedra fundamental” e inaugurações que aproximariam o governador da cidade e, lógico, do empreendimento universitário. Nesse mesmo idílio governamental nasceram iguais eventos para a construção da segunda unidade, em 1973 e inaugurada seis dias antes do término do mandato, no ano seguinte.

No período do governo ACM, observa-se que, em muitos aspectos, na maior parte do tempo o Conselho Diretor permaneceu abandonado à própria sorte, ao longo do período os contatos que antes eram realizados diretamente com o governador aconteciam com a mediação do Secretário. Por exemplo, na definição dos cursos ficava cada vez mais evidente que se a universidade desejasse nascer deveria assumir muito mais a aparência da Faculdade de Educação, que por diferentes motivos era objeto de horror da maioria dos estudantes e dos principais membros do Conselho (naquele momento, reduzidos a dois), do que o perfil de universidade oferecendo cursos de modo mais ou menos equilibrado nas diversas áreas do conhecimento, mediante o citado anteriormente. A discussão que antecedeu o envio do processo de autorização para o CEE, que implicava na decisão de definir os cursos que garantisse a efetivação da Universidade, mostra este impasse (Cf. Atas do Conselho Diretor). Conduto, a saída de Wilson Falcão eliminou parte da tensão vivida por aquele colegiado durante o primeiro ano da gestão estadual em foco.

A questão era buscar um ponto de equilíbrio mesmo atentando-se para o preceito legal que colocava como condição para autorizar universidades a correspondência com as exigências de atender ao “mercado de trabalho” (Decreto-

²³⁵ Em sinal de desprendimento, ao lado da carta de renúncia, o deputado Wilson Falcão enviava uma dotação em dinheiro à FUFS que os deputados dispunham para entidades, via MEC. (valor registrado na mesma Ata).

Lei 464/69, conforme mencionado em outra parte desta tese), mas, ao mesmo tempo implantar cursos que alterasse o perfil exclusivo da FEEFS – o que não parecia muito possível naquele contexto da história da educação na Bahia. A injunção político-partidária incrustava-se ainda mais nas ações do grupo que compunha o Conselho da FUFES: agindo por fora, João Durval, ao lado de José Maria, na direção da FEEFS e outros cargos, agindo por dentro, eram os grandes personagens²³⁶. Comunicado de que o CEE iria encaminhar diligências para adequação às resoluções legais, os agentes implicados passariam a discutir e elaborar o “Regimento Interno” da Universidade.

Registro significativo do viés de “aparelhamento” da futura Universidade aparece na reunião de vinte de dois de setembro de 1972, quando da exposição do tópico referente à “Diretoria Acadêmica” (Art. 17), que seria composta por três divisões: a primeira de “Pessoal Docente”, a segunda de “Pessoal Discente” e a terceira de “Moral e Civismo”. Esta última apresentava-se “constituída pela Coordenação Geral de Moral e Civismo e pelo **Centro Superior de Civismo**”, sendo o mesmo (Art. 28):

destinado a centralizar, no âmbito universitário, e irradiar – no seio da coletividade – atividade de Educação Moral e Cívica, devendo para isso: a) estimular o civismo, o amor à pátria, e às suas tradições; b) utilizar processos didáticos modernos de comunicação que explorem o desejo natural do estudante no sentido de realizar experiências novas e construtivas; c) difundir e estimular atividades extracurriculares que tenham objetivo de natureza cultural, disciplinar, comunitária e outros que visem de igual modo, o aprimoramento do caráter, do amor à pátria, e às suas instituições [...]; e) Elaborar o Código de Honra do Universitário (Atas da FUFES, Livro 1- B, p.51).

Estava-se no governo Médici, que através do Decreto 68.065 de 14 de janeiro de 1971 estabelecia a “disciplina” EMC como “obrigatória em todos os graus e modalidades de ensino”, no mesmo Decreto aparece descrito todo o ordenamento para execução da medida, contemplando alguns dos aspectos postos acima, no Regimento Interno da UEFS (elementos que não constavam no Estatuto já elaborado). Pela reforma administrativa, de julho de 1970, Decreto nº 66.967, o MEC passaria a ter o “Conselho Nacional de Civismo” com o mesmo status do CFE e do Conselho Federal de Cultura, e na mesma reforma criava-se a “Divisão de Segurança e Informação” (já mencionado nesta tese). Pelo “Regimento Geral” da

²³⁶ Isto sem considerar que João Durval tinha pelo menos duas correligionárias que agiam no referido grupo: sua própria esposa, Ieda Barradas, e a filha do deputado Áureo Filho, Maria Cristina Menezes, mesmo supondo-se que uma delas, ou ambas agissem com independência, os estigmas das relações políticas e familiares as subordinavam – evidenciando tramas específicas da esfera do campo de poder.

Universidade de Feira de Santana, no “Centro Superior de Civismo” se faria um trabalho preventivo, esperava-se a “participação espontânea de professores e alunos que a ele queiram se associar”²³⁷. Em 23 de março de 1973, o grupo da FUFs aprovaria “a inclusão do Curso de Estudos, Licenciatura plena, com habilitação em Educação Moral e Cívica no elenco de cursos, de acordo com Parecer 554/72 e resolução nº 8/72 do CFE” (Idem, p. 181). Se o campo universitário brasileiro encontrava-se naquele momento muito fragilizado com estas e outras medidas, mais prisões e jubilamentos de estudantes e professores, o que dizer de um novíssimo campo universitário no sertão baiano, mais fragilizado ainda perante as injunções locais e estaduais? O que poderia e o que não se podia fazer para implantar uma Universidade em Feira de Santana, tendo em vista que se imaginava (no sentido da representação social dominante que se fazia na época) que não era conveniente desagradar as forças militares locais e o governador no seu modo inaugural de fazer política²³⁸?

De outro lado, o Estatuto proposto incorporaria a novidade da participação estudantil nos “órgãos colegiados” da instituição escolhidos pelo voto direto, representando “um quinto do total dos membros colegiados e comissões”; previa-se a formação de “Entidade de Antigos Alunos”, que integrariam a “Assembléia Universitária e o Conselho Universitário”, coerente com o antigo ideário da Universidade Rural; a lista sêxtupla para escolha do reitor poderia ser composta de “professores ou pessoas outras com experiência do magistério e vinculadas à região” (abrindo, assim, espaço para os filhos da terra que brilhavam em outras instituições universitárias e outros agentes). Nada havia no Estatuto que o diferenciasse das demais em vigor, sobretudo a Rural de Pernambuco e a UnB.

A partir do encontro citado, além dos representantes titulares do Conselho da FUFs que estavam sempre presentes, participava como “convocado” o suplente Raimundo Gonçalves Gama, que seria coordenador do Departamento de Estudos

²³⁷ Embora fuja aos objetivos desta tese, se pode perguntar: funcionou? Como funcionou? Até quando funcionou esta “divisão” da Universidade? E na Faculdade? Há, portanto, vários elementos para futuras investigações.

²³⁸ Paradoxalmente, no primeiro governo de ACM corria-se a “notícia” de que o mesmo, em seus momentos de fúria perante alguma inabilidade técnica ou científica de seus colaboradores, exortava os “bons comunistas” para a “missão” de elevar a “Bahia”, em referência ao seu próprio projeto de construção de hegemonia política.

Por volta de 1971 tive muita vontade de abandonar o País em razão das fortes pressões que a ditadura militar passou a exercer sobre os jovens universitários, não o fiz por falta de recursos – conheci muita gente que saiu.

Sociais da FEES e da área em foco²³⁹. Aliás, aquela seria a primeira reunião dos substitutos de Wilson Falcão e de sua sobrinha, cujo titular Waldir Pitombo, apresentou-se oficialmente na reunião seguinte.

De acordo com a forma peculiar da gestão de ACM, este se entusiasmou com seus representantes na cidade, relativo à ideia da Universidade, e resolveu fazer um “concurso nacional com o objetivo de escolher o projeto arquitetônico do Campus da Universidade de Feira de Santana”, em convênio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Na época a sociedade civil acuada pela ditadura tinha forte suporte através dessas entidades, entre as quais a OAB, a ABI, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, IAB – a seção da Bahia era muito ativa, promovia eventos que acolhiam aqueles que ansiavam por democracia. Concurso aquele sobre o qual os agentes feirenses foram informados três dias antes da assinatura do “convênio” com o Instituto dos Arquitetos, que ocorreria no Palácio Rio Branco. A conta desse ato democrático deveria ser paga pela FUFS, dificultando depois o avanço das negociações com a entidade dos arquitetos, por falta de recursos. Isso levaria os agentes “conselheiros” a procurem o arquiteto de Brasília, João Filgueiras²⁴⁰, para assessorá-los na sistematização de informes gerais para um possível projeto, pois seria feita uma licitação. No entanto mais uma vez foram surpreendidos: ACM suspende a licitação e contrata o escritório de famosos arquitetos baianos – restou àqueles agentes “correr atrás” e apresentar ao Secretário de Educação minuta de contrato vez que a FUFS seria também a responsável, neste caso.

Diante desses dois emblemáticos episódios, pela primeira vez Geraldo Leite solicita esclarecimento ao Secretário de Educação sobre **autonomia universitária**, por ocasião da assinatura do contrato com os arquitetos indicados pelo governador, como uma forma de reclamação diante das constantes contrariedades que este último vinha impingindo ao Conselho de diretores da FUFS. Conforme o descrito, Geraldo Leite explicou aos pares que o Secretário havia deixado “claro [na

²³⁹ Além de participar das mobilizações no governo João Durval por Universidade, Raimundo Gonçalves Gama adentrou o campo universitário de Feira de Santana desde o início da FEES, quando era ainda estudante de Filosofia da UFBA. Preparado para ocupar o papel de secretário da Faculdade feirense, na última hora foi preterido e assumiu em seu lugar uma pessoa da família Falcão. Mas não ficou sem ocupação, naquele momento assumiria como “assessor” daquela Faculdade ou de seu Diretor (conforme informou em entrevista concedida à autora, em 2008), e depois de formado seria professor da FEEFS e da UEFS. Nessa trajetória o vemos membro do Conselho Diretor da FUFS.

²⁴⁰ Na atualidade, depois de Oscar Niemeyer, Filgueiras é o arquiteto mais respeitado dessa geração que se sobressaiu nos anos sessenta do século passado, esse último por suas propostas simples e funcionais.

oportunidade] que, de acordo com as Leis do País, ela goza de autonomia financeira, didática e disciplinar” (idem, p. 183).

Mas, de novo, ACM subordinaria os agentes da FUFES, depois de “programarem” a ida do governador para Feira de Santana, convidado em audiência na qual estavam presentes João Durval, Geraldo Leite e o Diretor do Observatório Antares, na expectativa de que o mesmo seria sensibilizado a assinar “solenemente” na cidade atos pertinentes à Universidade, o governador preferiu assiná-los em “solenidade” no palácio Rio Branco, em outra data, frustrando preparativos que estavam sendo programados pelos agentes locais²⁴¹. Alterava-se, assim, a perspectiva, no lugar dos agentes locais receberem aqueles “benefícios”, como teria feito Luiz Viana em janeiro de 1970, os locais os levaria para o mandatário em seu Palácio (verdadeiro cenário do Rei, grande “estrela” do evento), que lhes devolveria como ordens a serem executadas. Os registros das Atas entre os dias 22 de maio de 1973 e dia 22 do mês seguinte, demonstram mais esta contrariedade cujas atas não mencionam o ocorrido no Palácio.

Depois de idas e vindas das diligências solicitadas por Jorge Novis, do Conselho Estadual de Educação, reconhece-se que o CEE era incapaz do ponto de vista legal de conceder autorização para funcionamento da Universidade. Em uma das raras audiências de Geraldo Leite com o governador “do momento”, fora informado pelo mesmo que o “processo solicitando autorização para funcionamento da Universidade terá que ir ao Conselho Federal de Educação, de acordo com decisão emitida no parecer 1052 do CFE de julho passado” (Ata do dia 8 de agosto de 1973, p. 8). Contudo, o que mais animava o gestor baiano eram as obras que estavam sendo licitadas pela FUFES, entenda-se organizada pelos próprios membros do Conselho Diretor, para construir-se a primeira unidade de ensino pesquisa e extensão, prometendo na ocasião ir à Feira de Santana “inaugurar” em “ato solene” o início dos trabalhos de construção (ocorrido em 11 de setembro de 1973). Iniciadas as obras os agentes do Conselho da FUFES passavam a contratar e administrar os trabalhos de um arquiteto e um contador.

²⁴¹ Tratava-se da assinatura do Convênio com o Observatório Astronômico Antares, entrega do Plano Diretor do Campus e do projeto arquitetônico da primeira unidade universitária, assinatura de Decreto de desapropriação de área de trinta hectares para ampliação do campus, entre outras medidas. As desapropriações foram conduzidas em nome da FUFES e todo processo realizado pelos seus representantes.

Da parte do processo de autorização retomam-se os contatos com Roberto Santos em Brasília, enviando-lhe cópia contendo as reformulações sugeridas no CEE. Nesta ocasião a maioria dos componentes do Conselho Diretor resolve autorizar Geraldo Leite a levar “pessoalmente” o Processo à Brasília, o que foi feito no final de setembro. Depois disto, Geraldo Leite conseguiria um espaço “territorial” para instalar a entidade que dirigia: no final de outubro de 1973 foi licitada a compra de uma mesa com oito cadeiras no comércio local para as reuniões, e mais dois arquivos e máquina de escrever, passando a ter uma sala provisória nas instalações da FEEFS (Atas de 23 de outubro e 6 de novembro de 1973). Demonstrando-se que a concretização física do campus com a construção da primeira unidade daria melhor sustentação aos agentes precursores que passariam a ter um endereço (embora muito trabalho tenha sido consumido por parte daqueles agentes no sentido de diversas iniciativas para organizar do ponto de vista legal e providências referentes à organização urbana da área para o início das obras). A informação colhida por Geraldo Leite no Diário Oficial animou os agentes em Feira de Santana: **o governador do Estado durante a inauguração do “campus da futura Universidade de Vera Cruz [sic], no Sul do Estado anunciou que a próxima inauguração seria da Universidade de Feira de Santana”** (Ata da FUFES, de 23 de abril de 1974, p. 46).

Relativo ao processo de autorização, o momento, do ponto de vista do Conselho Federal, não era propício à sua aprovação imediata, como vinha ocorrendo até aquela data. Pouco depois a direção do DAU, órgão do MEC, “passou a pressionar por uma política de contenção” na criação de cursos ou instituições superiores, exigindo a criação de normas e critérios que promovessem a elevação dos padrões de ensino no País (KLEIN, 1992, p. 13). Assim, o projeto da UEFS ficaria alguns meses no aguardo das novas definições. Pois, naquela época o próprio Conselho Federal encontrava-se sob suspeita, em relação à avalanche de autorizações, e o Ministro da Educação, em 1974, chegou a solicitar ao Conselho que examinasse a possibilidade de suspensão, por algum tempo, das autorizações de novos cursos e instituições. E no final de março daquele ano, Newton Sucupira²⁴² informava ao Secretário de Educação da Bahia que apresentaria ao CFE “novas

²⁴² Talvez num jogo de “cartas marcadas”, este conselheiro do CFE seria indicado para relator do processo de Feira de Santana. Um dos principais nomes do CFE naquele momento, Sucupira vinha de uma participação no Grupo de Trabalho da reforma universitária, que elaborou a Lei 5540/68.

normas para autorização de universidades” (Atas FUFSS, 2 de abril de 1974, p.34v). Ou seja, em resposta às pressões ministeriais o CFE tinha decidido

realizar um estudo com o objetivo de dimensionar as necessidades do sistema de ensino superior e de reformular os critérios para sua expansão e aprimoramento. A expansão prosseguiu, embora com maior rigor seletivo, na medida em que as autorizações foram limitadas às **áreas prioritárias estabelecidas pelo MEC (formação de professores e especialistas e cursos na área de saúde –exceto Medicina – Tecnologia, Ciências Exatas e Naturais)**. (VAHL, 1980, pp. 278-9, apud KLEIN, 1992).

Em Feira de Santana recebe-se a notícia da indicação de Roberto Santos para o governo do Estado, bem cedo. No mês de maio daquele ano o grupo de Luiz Viana Filho conseguiu costurar a substituição do já alcunhado pelos adversários de “Tonhinho Malvadeza”, o ACM, à frente da gestão estadual. Para os “idealistas” remanescentes dirigentes da FUFSS, surge uma luz, há muito desejada, de apoio efetivo para a costura do projeto de autorização na seara do CFE. Investido da autoridade que a indicação do cargo já lhe conferia, Santos assumiu a partir daí, de fato, a luta para o andamento do processo da UEFS. A iniciativa primeira foi recomendar a ida de Geraldo Leite a Brasília, atribuindo a uma solicitação do relator Newton Sucupira, pois, de acordo as normas recentes, as mudanças e adaptações deveriam ser substanciais. No contato pessoal já na capital federal recomendou um “convênio” da Fundação com o “Centro de Administração Pública (ISP, atual FAPEX) a fim de efetuar a revisão do projeto [...] bem como acompanhar a tramitação do processo no Conselho Federal de Educação” (Atas da FUFSS, de 14 e 25 de junho, respectivamente, 1974). Recém chegadas de Brasília as ditas “normas” foram lidas naquela última reunião cujas providências imediatas foram: análise para o dia seguinte²⁴³ da minuta de convênio já proposta pelo ISP (trazida por Leite); e solicitar recursos ao governador, de montante estipulado, “para compra de livros e equipamentos indispensáveis à aprovação do processo e funcionamento da Universidade de Feira de Santana” (Ata de 25/06/1974, p.59 v). As preocupações com a qualidade do ensino superior adotadas pelo CFE envolviam exigências como uma maior qualificação do pessoal docente, laboratórios adequados, além de bibliotecas suficientes (KLEIN, 1992).

Depois do período determinado no acordo com o ISP realiza-se uma “sessão especial” para apresentação e discussão do trabalho realizado, comparecendo na

²⁴³ Constata-se à p. 60 do Livro de Atas, que no dia 26 de junho/1974 fez-se a análise da minuta, em reunião realizada à noite na residência de Maria Cristina Menezes.

ocasião o ex-Secretário de Educação Edivaldo Boaventura²⁴⁴ e o grupo da entidade contratada²⁴⁵. A partir daí percebe-se que a Universidade de Feira de Santana vai se corporificando do ponto de vista legal, e o aspecto fundamental e significativo vislumbrado foi a acolhida de Roberto Filgueiras Santos como autoridade do campo universitário baiano e do País, suavizando as injunções estritamente político-partidárias do então governador que seria futuramente substituído pelo mesmo. Corporeidade, que contou com a colaboração do próprio ACM, firmada com o início da construção física de dois módulos, sendo um deles concluído naquele ano. A acolhida de Santos também pode ser percebida através da sensibilização de autoridades do campo educacional baiano para doação de livros à biblioteca que deveria ser formada²⁴⁶ – exigência maior que o CFE passou a impor. Com o término das obras da primeira unidade os membros da FUFs passariam a reunir-se no campus e os mesmos readquirem o status e as prerrogativas de dirigentes da Universidade, restabelecendo-se, ao mesmo tempo, a liderança exercida de fato por Leite.

Contudo os aspectos mais vigorosos de sedimentação do campo universitário no sertão baiano consistiam no convênio com o Observatório Astronômico Antares, realizado no ano anterior²⁴⁷, e no funcionamento da Faculdade de Educação, onde, a duras penas, já se construía um legado inicial com os agentes fundamentais da instituição educativa: professores liderados por Joselice Macedo e José Maria Marques, e os estudantes. Ambos representavam a materialidade pré-existente que tanto se lutava para concretizar a Universidade. Naquele contexto da história, o Observatório²⁴⁸ foi um contraponto á perspectiva rasteira das injunções político-ideológicas preocupadas com o controle da instituição e o combate à subversão, que

²⁴⁴ Fazia parte do Conselho Diretor da FUFs, mas até então não era presença constante.

²⁴⁵ O grupo do ISP era composto por: Iracy Silva Picanço (coordenadora do ISP) Calmon de Passos (responsável pela reelaboração), Siomara Couto (assessora). Em outro momento também foi registrada a presença de Nádia Castro, também como assessora da instituição – os encontros ocorreram em 10 de setembro e 11 de outubro (livro de Atas da FUFs).

²⁴⁶ Além de Fernando São Paulo, que em vida fez doação de sua biblioteca, Luis Rogério, Alexandre Leal Costa, Jorge Calmon e outros intelectuais manifestaram interesse em fazer doações de livros. Campanha para a aquisição/doação de livros foi realizada em 1975, ocasião em que diversas outras pessoas da comunidade e de fora fizeram doações, bem como entidades.

²⁴⁷ Em de junho de 1973.

²⁴⁸ Relacionava-se com o Antares a correspondência procedente de outros Estados parabenizando a “inauguração da Universidade” – na verdade tratava da “inauguração” das edificações da primeira unidade do Campus, evidenciando a importância dos “prédios” como um dos “pilares” –, originária do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, do Instituto Astronômico e Geofísico de São Paulo, entre outros. Registradas, também, correspondências de autoridades, de pessoas diversas, de entidades ligadas á medicina, e das Faculdades de Educação e de Ciências Econômicas da UFBA (Atas da FUFs, 14 de novembro de 1974).

a FEEFS comportava e presente na concepção do “regimento interno” da nova universidade interiorana.

Depois da chegada do processo da UEFS no Conselho Federal, o relator Newton Sucupira põe em prática o que seria parte das “exigências” para autorizar novas universidades, emanadas do DAU e do próprio Ministro, e solicitava:

[...] um documento filosófico educacional, que retrate de modo claro o porquê e o para que da criação da Universidade de Feira de Santana. Ao ter conhecimento de tal exigência o Sr. Governador [naquela altura referia-se ao indicado, Roberto Santos] tomou a iniciativa pessoal, convidando o Prof. Romélio Aquino para elaborar o referido trabalho, já agora em fase final de redação (Cf. Atas da FUFSS, dia 21 de agosto de 1975).

No entanto, Roberto Santos faria mais, já ocupando o cargo de governador, destacou o próprio Aquino como portador do documento ao CFE, em Brasília, e o responsável por acompanhar o andamento do processo. O trabalho resultante denomina-se “Razões de uma Instituição”, de fato uma peça filosófica emblemática²⁴⁹ própria á reflexão dos tempos obscuros que a Bahia e o Brasil experimentavam – a gestão de Roberto Santos, supostamente, teria proporcionado algum alívio, principalmente para parte da intelectualidade baiana. Mas Aquino cumpriu sua “missão” recorrendo a diversas outras mãos, conforme argumentou no texto:

Sabem-se as ilusões da Autorialia, quando a natureza progressivamente interdisciplinar do saber obriga a co-participação nas tarefas: no caso presente, o diálogo e a crítica do texto, que conosco realizaram Geraldo Leite (Presidente da FUFSS), Emanuel Muniz (ISP), Osmar Sepúlveda (CONDER), Edmilson Carvalho (CPE), Rinaldo Rossi, Waldeck Ornelas (OCEPLAN), Dulce Aquino, Iracy Picanço, Jairo Simões, Nádia Castro, Silvestre Teixeira (UFBA). Muito particularmente, L. A. Navarro de Brito e Sylvio Mello (UFBA). [Universidade de Feira de Santana, Razões de uma Instituição s/d]

Aí estava a apresentação da “tropa de elite” ou se preferir, a “fina flor” do planejamento baiano, apresentação concluída com o recado: “Somos gratos a todos: em seu apoio reside nossa confiança maior de que o resultado não desmereça o empreendimento”. A notícia, trazida por Aquino para a Bahia, exibia o jogo de cena perpetrado pelo representante do CFE perante Roberto Santos, pois o relator faria outra exigência: de “uma projeção da Universidade para os próximos cinco anos” (Ata da FUFSS de 3 de outubro de 1975). Ao final de algumas idas e vindas à

²⁴⁹ O documento “Razões...” leva às últimas consequências a linguagem cifrada que passou a ser utilizada na época em documentos “filosóficos” oficiais como este e, sobretudo, no jornalismo para driblar a censura, num exercício lógico que dizia as coisas, desdizia e não dizia. E para a vaidade científica do relator, Sucupira, Aquino o toma como referencial norteador da ginástica reflexiva empreendida.

Brasília, e da visita a Feira de Santana da “Comissão Verificadora”, a autorização para funcionamento da UEFS foi anunciada em Feira de Santana em 30 de janeiro de 1976, conforme consta na Ata da Fundação. Tratava-se do Parecer 26/76 do CFE, sancionado mais tarde pela Presidência da República através do Decreto 77.496 de 27 de abril de 1976.

6. 5 “Aparelhamento” do Campo Universitário Feirense

O clima de pragmatismo “romântico” que tomou conta de parte da intelectualidade baiana com a ascensão do professor Roberto Filgueiras Santos ao governo estadual não alcançaria o Conselho Diretor da UEFS. Pois, quando já se tinha certeza de que este teria força política suficiente perante o CFE, para aprovar autorização da Universidade, eis que o Conselho Diretor da FUFES resolve instituir a AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação), em meados de janeiro de 1976. Antes mesmo da realização de concurso vestibular e antes da contratação de professores novos professores, numa ação que quebrava elementos constantes do Regimento Geral, que se aprovou. Tratou-se de decisão tomada em “seção especial” secretariada por Joaquim Pondé Filho – este teria recebido no espaço da UEFS o responsável pela “divisão de segurança e informação” do MEC, na companhia de Geraldo Leite e José Maria Marques. Na escritura daquela “especial” Ata é possível perceber que o estratagema utilizado pelo setor de segurança do MEC transferia para as autoridades locais a “iniciativa”, no caso Secretário de Educação, na época, Carlos Santana, e o presidente da FUFES, Geraldo Leite. Observe-se que na época o general Geisel prometia “abertura lenta e gradual”, mas os seus órgãos de segurança continuariam agindo de modo contrário.

Dias depois, ausente da reunião em que se criou o “órgão de segurança” da Universidade, Fernando Pinto Queiroz retirava-se daquele campo universitário, conforme Ata de 2 de fevereiro de 1976. A argumentação construída para justificar esse afastamento, em conversa informal mais recente (2008), era de que o “Conselho era muito submisso” e queixava-se que Dival Pitombo “foi muito submisso” – até aquela data, Dival participou excepcionalmente dessa reunião e de nenhuma outra, e foi logo depois indicado Diretor do setor de assuntos estudantis. O núcleo central da extinta Associação Filinto Bastos estava desse modo desfeito, sair do campo foi a opção de Queiroz num momento crucial em que a luta parecia

vencida²⁵⁰. A partir daquele momento Pondé Filho, embora suplente de Geraldo Leite, passava a ter o nome consignado em todas as reuniões da FUFES e o Mons. Renato Galvão assumiu no lugar de Fernando Pinto. Este, no depoimento sobre a Universidade, de 1996, já mencionado, fornece pistas de que a área de segurança e informação já atuava “informalmente” junto ao Conselho, quando argumenta sobre a seleção dos professores para a Universidade. Veja-se:

Na seleção de professores é um assunto interessante, porque publicamos um edital convocando professores e muita gente, eu aqui tenho a relação dos que se candidataram, muita gente se candidatou, nós aproveitamos o que era possível aproveitar, mas havia uma certa censura, não é, que vocês vão compreender de onde partia, que não vetava nomes, mas apenas dizia: “bom, nós não aconselhamos que este nome seja incluído, porque pode ter dificuldades, no futuro, lá no Conselho Federal de Educação, na hora de aprovação do projeto e tal e coisa...” – e isso não era dado por escrito e nós apenas tínhamos o conhecimento, Geraldo e eu, sendo que alguns ficavam em observação e outros foram realmente vetados. Quer dizer, aqueles que eles tinham um pouquinho de nada de confiança ficavam em observação, “mas aqui não aconselhamos tanto”. E assim foi a seleção de professores (Fernando Pinto, depoimento de 1996, op. cit.).

Naquele ambiente da história era possível que a FEEFS já tivesse também a sua AESI, pois lá já funcionava o chão do campo universitário da cidade e na cidade de Feira de Santana. Porém, vale observar que a seleção dos professores ocorreu em diferentes momentos, num primeiro momento, em 1970, através de dois editais (sinal da escassez de professores universitários na Bahia), a comissão fora coordenada por Fernando Pinto, que estabeleceu alguns critérios mínimos para seleção, do tipo: comprovação dos diplomas, entrega da documentação completa solicitada no edital²⁵¹; e mesmo assim faltaram completar o quadro de professores. Observa-se nas Atas, que no princípio chegou-se a traçar alguns requisitos para aproveitamento dos professores da FEES, mas na ausência de opções a passagem ou não para a Universidade acabou ficando a critério dos próprios professores. No segundo momento de recrutamento de professores lançaram mais três editais, quando os cursos já estariam mais definidos e havia já uma legislação sobre o ciclo básico, a partir de 1974. Diante das dificuldades para cobrir todas as necessidades de docentes parece que mesmo aqueles critérios iniciais já não seriam usados: passaram a procurar os professores escolhidos para solicitar documentos, etc., e a “seleção final” foi realizada no CFE.

²⁵⁰ Fernando Pinto nessa época era muito próximo do grupo de Roberto Santos e era chefe de gabinete do vice-governador Eivaldo Brandão Correia.

²⁵¹ No momento da escolha dos candidatos fizeram “reunião secreta”, mas nas Atas constam os nomes dos candidatos e as razões do indeferimento, entre os quais consta o de Waldo Mazza, na época, assessor da SEC no processo de implantação da FUFES, sinal de que se procurou aplicar “os critérios” com justeza.

6. 6 Os Professores ao Campo: alguns fragmentos

Embora tenha experimentado a maior parte do tempo a sombra da expectativa de uma universidade, a FEEFS significou uma experiência singular para os professores e estudantes que por lá passaram, a exemplo de Joselice Macedo que organizou a implantação do curso de Letras, conforme disse em entrevista:

Marcou muito minha carreira o fato de eu ter participado da Faculdade de Educação e sou muito afeiçoada a ela. [...] A Faculdade tinha muito entusiasmo, efervescência para fundar uma coisa nova e que ia beneficiar, sobretudo, os professores da escola pública porque eles não tinham nenhum preparo para assumir. Acho eu, foi fundamental para Feira de Santana. E depois quando eu estava no Ensino Superior a influencia da Faculdade se fez sentir na prática de ensino (Joselice Macedo. Entrevista à autora, Salvador, 14 de junho de 2009).

Enquanto resposta ao atendimento das necessidades imediatas de formação de professores a instituição estadual, pioneira da Bahia, atendeu um imenso grupo de professores que atuava nos cursos secundários de primeiro e segundo ciclos, com larga experiência, que precisavam complementar a formação, pois estariam em desvantagem financeira em relação aos licenciados. Joselice Macedo explicou em sua entrevista, que encontrou na Faculdade de Feira de Santana professores que tinham realizado cursos de aperfeiçoamento nos quais ela atuou e, que muito cresceram em termos profissionais. A própria luta que esses estudantes empreenderam pela oferta de licenciatura plena já no início do curso reflete o amadurecimento do exercício das funções docentes. Vejamos o argumento sobre o trabalho naquela Faculdade desenvolvido por Yara Cunha Pires:

[...]. Além do mais, Joselice já pensou o currículo do curso de Letras de uma forma interdisciplinar, havia uma preocupação muito grande de interação, de buscar as conexões, de se integrar o saber que estava sendo construído semestre a semestre, que teoria estava subjacente a tudo aquilo, então os professores de Lingüística, de Língua Estrangeira, de Literatura, Teoria da Literatura, eles tinham que estar “anteados”, eles tinham que estar integrados e isso era objeto de discussão nas reuniões pedagógicas que eram feitas por Joselice, que ela foi a primeira coordenadora do curso. Então nós começamos o curso com uma qualidade excepcional porque, primeiro, tínhamos uma coordenadora doutora, uma coisa muito rara naqueles tempos, Joselice com aquela formação universitária, pós-graduação nos Estados Unidos, além de ser uma cabeça acadêmica pesquisadora, trabalhos publicados, então era nossa coordenadora [...]. (Yara Cunha. Entrevista à autora, em 2009).

Não somente a dedicação, mas, sobretudo, a formação da professora Joselice Macedo foi fundamental na organização do primeiro curso superior em Feira de Santana, articulando o trabalho dos jovens professores. Quem mais

colaborou na composição do corpo docente dessa modalidade de instituição? Entre os mesmos lá estava José Jerônimo de Moraes, que disse:

No primeiro semestre da Faculdade, em setembro de 68, eu ainda estava terminando o ano letivo em Petrolina. [...] Comecei a ministrar aulas do curso de Letras. Eu era professor aprovado pelo Conselho Estadual de Educação²⁵² para a disciplina de Latim. Por necessidades eu também assumi algumas turmas de Língua Portuguesa e também de Filologia Românica. Filologia Românica já foi na Licenciatura Plena de Letras, mas ainda na Faculdade. Nós éramos professores, não com dedicação exclusiva, mas exclusivamente trabalhadores. Nesse sentido Zé Maria era um grande animador, os salários, como sempre foram, não eram muito convincentes, **mas havia um entusiasmo pelo trabalho**. A equipe dos três cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências **realmente aqueles professores eram dedicados**. Vestia-se a camisa da Faculdade (José Jerônimo de Moraes, entrevista à autora em 15 de abril de 2009).

A dedicação dos professores da FEEFS, a forma cooperativa e colegiada de trabalho, conduzida por Joselice Macedo foi destacada pelos professores entrevistados que passou pela Faculdade, com a mesma clareza descrita pelo Professor Jerônimo, quando se referiram a “vestir a camisa” da instituição, que disse o seguinte:

Esse foi o tempo de uma experiência que se perdeu dentro da universidade. A avaliação final, por exemplo, era feita pelos professores em conjunto. José Maria reunia os professores dos diversos cursos e aluno por aluno se avaliava o que seria feito com aquele aluno que com um professor não tinha se saído bem, mas com outro tinha brilhado. Tudo era discutido em um trabalho que eu não sei se era pioneiro, mas era marcante. Isso criou entre os professores um sentido assim de um trabalho coletivo, que infelizmente dentro da Universidade se perdeu pelo tamanho que a Universidade ganhou (José Jerônimo e Moraes, 2009, op. cit).

Conforme vimos acima, perante a direção organizadora do campo universitário na cidade, que se fechava cada vez mais em si mesma para a realização do fim proposto de implantar a Universidade, parecia impossível a discussão de qualquer proposta pedagógica que visasse a formação dos sujeitos que buscariam os cursos da instituição – as questões persecutórias, as intrigas do poder desviavam na origem os horizontes do fazer universitário.

Naquela época os professores licenciados tinham um documento de autorização designado por disciplinas fornecido pelo MEC, que atendiam às necessidades do ensino médio, válido no território nacional. A maioria dos docentes que as faculdades estaduais de formação de professores do interior baiano dispunham, eram esses licenciados. Quando aumentaram as exigências do MEC para reconhecimento de cursos superiores e já visando também a Universidade, a

²⁵² Nesta época os professores licenciados tinham um documento de autorização designado por disciplinas fornecido pelo MEC.

SEC estabelece convênio²⁵³ com a UFBA visando a especialização²⁵⁴. A lembrança da participação nesse curso foi relatada por Yara Cunha Pires da seguinte forma:

Oitenta e tantos professores nas mais diversas áreas, de tudo, todas as disciplinas, para todos aqueles que estavam aprovados, então, quando todos entraram, não tinha ninguém que não tivesse pelo menos especialização e essa especialização foi feita lá, foi, aliás, um curso muito bom, para mim foi de excelência, eu gostei muito do meu, eu fiz o de Psicologia Educacional e gostei muito, muito, muito. Fiz com... Naquela época a UFBA já estava organizada em departamentos, então eu fiz no Departamento de Psicologia, funcionava ainda no Terreiro de Jesus. Então, Psicologia Experimental muito bem dada, foi muito bom o curso. Nós ficamos aqui durante dois meses inicialmente, dois meses depois voltamos às atividades e retornamos em outra etapa. E aí como se tivéssemos nivelado os professores, com um mínimo de qualificação que era ter passado por um Curso de Especialização, o curso assim, com muitas horas, acho que o meu teve seiscentas e tantas horas; então era um curso denso, não foi aquela coisa de cumprir só as trezentos e oitenta, trezentos e sessenta horas não, o meu teve seiscentas e tantas horas (Yara Cunha, entrevista à autora, fevereiro de 2009).

Esta Especialização foi em “Conteúdos e Métodos de Ensino Superior”. No governo de Roberto Santos, o DESAP, criado na gestão anterior, era instrumento complexo que geria toda parte operacional das faculdades estaduais de formação de professor – desde a seleção dos professores, até a condução dos vestibulares de acesso – também articulava o curso de especialização para professores dessas Faculdades. O que permitiu o acesso de Erivaldo Fagundes das Neves, como Professor da Universidade, foi aquele curso de especialização, conforme relatou:

Eu tinha terminado a graduação e imediatamente entrei nesse curso. O curso foi oferecido pela Faculdade de Educação da UFBA e teve a seleção. Acontece que não preencheram todas as vagas e aí aconteceu um dado interessante: eu fui convidado, não fiz a seleção. Como fui convidado me senti no direito de convidar alguém. Convidei os professores Zalmira Cardoso da UNEB e o outro foi Raimundo Fontes, do Sudeste, que foi até prefeito de Vitória da Conquista. Entramos juntos, e a iniciativa foi da professora Albertina. Eu me inscrevi como candidato para Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, mas aí no final eu entrei em contradição com a filosofia do curso de Estudos Sociais. Eu teria que voltar e acompanhar um curso de Estudos Sociais, eu tinha que montar um projeto e fiz de História, eles não aceitaram, então rompi com o curso. Acontece que eu tinha tido notas boas em todas as disciplinas, inclusive na monografia eu tive MS, uma nota única. Aí, resolveram voltar atrás e me chamaram: “como eu ia perder o curso com um currículo daquele?” Apresentaram-me a opção de fazer Tirocínio Docente na Católica e eu continuava como *free lancer*, escrevendo trabalhos para SEPLANTEC – era o governo de Roberto Santos e produzia-se muito conhecimento sobre a Bahia. [...] Paulo Brandão, marido da Maria Brandão, substituiu Onofre que coordenava os cursos noturnos, não tinha Departamento ainda. Ele era a

²⁵³ Convênio que envolvia o financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento das Cidades, a FUNDEC.

²⁵⁴ Para muitos críticos da Reforma de 68 a supressão da antiga “cátedra” sem um instrumento que a substituísse prejudicava a formação de docentes para a universidade, alegando que a mesma era um mecanismo formativo válido, pois acolhia e formava “assistentes” para o ensino e depois para a pesquisa de modo articulado. Algo que a pós-graduação passaria a fazer de outra forma e com tempo determinado.

pessoa responsável pela contratação dos novos professores para os cursos noturnos: Administração, Economia e Contábeis. Fui indicado [para a UESF] por Maria Brandão, apresentei meu currículo, mas meu nome foi vetado por causa das injunções políticas da época. Tinha participado do comando de greve, era uma figura carimbada. Só que ele deu azar de não encontrar ninguém para me substituir então ele teve que me chamar. Quando cheguei, fui direto para a sala de aula, Paulo Brandão me apresentou a uma turma e eu comecei a dar o curso para a disciplina que havia sido contratado: História Econômica (Erivaldo Fagundes Neves, entrevista concedida à autora, Salvador, 13 de junho de 2009).

O relato em foco permite uma rápida visão dos percursos e parte das lutas que os licenciados baianos travavam naquele período na busca pela sobrevivência profissional e pessoal²⁵⁵. A narrativa deste professor expõe os procedimentos pelos quais os professores eram selecionados, via inscrição diretamente no DESAP, via recomendações, via convites. Nenhuma novidade, tanto pela carência de professores, quanto por se constituir em prática comum a todos as áreas do serviço público na Bahia, onde o concurso era raridade²⁵⁶. Neste sentido, a trajetória de professor de Naidson Quintela Batista na UEFS é exemplar: teria ingressado por indicação e ao assumir a luta pela democratização interna da instituição, impõe a si próprio a realização de concurso. Conforme relatou:

É nesse contexto que nós começamos, por exemplo, a fazer o debate para o concurso público, eu ensinava duas disciplinas, e o Reitor na época, não lembro se foi Zé Maria. Ele me disse: “Mas você também não é concursado”. [...] Não sei se foi ele ou foi o próprio Geraldo que disse assim: “Mas você também não é concursado”. Eu disse: “instaure o concurso que eu vou fazer das duas disciplinas e quero lhe dizer que vou passar”. E ele instaurou. Eu provavelmente sou o único duplamente concursado da UEFS. Porque não tinha Departamento para conferir que eu entrei para o Departamento. Os concursos eram feitos para as disciplinas. Então, como eu ensinava Metodologia [do Trabalho Científico], eu fiz concurso para Metodologia e como ensinava Psicologia também, eu fiz concurso para Psicologia. Passei nos dois e fui lá dizer a ele: “passei e agora eu me sinto ‘homologado’, autorizado, para brigar pelo Departamento e brigar pelo concurso”. Então, acho que essa foi uma das grandes conquistas que a gente botou a cara para fazer, não é. De um lado, que a entrada na Universidade fosse uma entrada por concurso público. Porque aí ninguém deve a ninguém, ninguém deve nada a ninguém, deve a sua própria competência de passar ou não passar; segundo, que se constituíssem os Departamentos como espaço da construção do gerenciamento, da administração da Universidade e da produção do conhecimento. Aí, eu mesmo, pessoalmente, tive muito envolvido com isso, não é, visitando Universidades, visitando outras experiências para construção do processo do Departamento (Naidson Quintela Batista, entrevista concedida à autora, Feira de Santana, 6 de abril 2009).

²⁵⁵ Como a nossa pesquisa envolveu apenas uma pequena amostra de professores da FEEFS, bem como do grupo que participou do início do movimento docente, multiplicam-se questões de pesquisa referentes ao perfil do professor da instituição, sobretudo o ingresso de docentes para as disciplinas não “ideologizadas” das áreas de saúde, ciências, matemática, etc..

²⁵⁶ No âmbito da educação, não se pode negar que antes disso existiam e mesmo na ditadura houve concursos para acesso de professores da rede pública de ensino básico na Bahia. Mas em grande parte dos casos funcionavam mesmo os critérios clientelistas na hora das nomeações.

Nos limites desta pesquisa, permitimo-nos a inferência de que esse foi o contraponto enfrentado pelos agentes do Conselho Diretor de uma Fundação criada para dar vida à Universidade, que passava a se confundir com a própria instituição²⁵⁷, aliado à extrema dependência financeira e administrativa em relação a gestão estadual e injunções locais, incapacitando-os para delegar e/ou conduzir a organização da Universidade conforme o preconizado nos Estatutos²⁵⁸. Lembremos que na gestão estadual de Roberto Santos não ocorreram ingerências nos assuntos da instituição. Todavia, os agentes político-partidários locais continuariam interferindo, tanto que, ao final desse governo, com o fortalecimento do carlismo, Geraldo Leite pagaria caro por essa “independência”, quando se viu obrigado a retirar-se do campo – autonomia administrativa, financeira, sobretudo, e por consequência “didática e disciplinar” iniciava-se na instituição muito fragilizados e sob ameaça²⁵⁹. O contexto da saída de Fernando Pinto pode explicar parte da questão.

De modo geral, com relação ao campo universitário brasileiro não se poderia dizer que este, na segunda metade da década de setenta, estivesse mergulhado nas trevas impostas pela ditadura. Ao contrário, com o declínio do “milagre econômico”, que muito o beneficiou, vinha à tona toda uma produção crítica ao modelo econômico e por extensão ao próprio regime, e a sociedade civil passava a manifestar-se mais abertamente. Por outro lado, a forma como a Universidade brasileira se organizava até então, com base na Lei 5.540/68 bem analisada, não

²⁵⁷ O Art. 35 do Decreto Estadual nº 25.103, de 20 de janeiro de 1976, permitia que o presidente da FUFS exercesse o cargo de Reitor “enquanto não estiverem instalados o Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão”.

²⁵⁸ Resta aprofundar mais detidamente o que teria inviabilizado a aplicação imediata dos instrumentos legais da instituição ainda na gestão de Geraldo Leite, o que foge aos objetivos desta tese, pois implica em discutir a dimensão “aparelho” e o aspecto incorporado do autoritarismo na sociedade baiana e nordestina, que não foram produzidos exatamente naquele período de ditadura, mas enquanto *habitus*, um adquirido histórico, ao qual estavam/estão implicados todos os agentes que passariam a fazer parte da instituição (a população mais ou menos estável de professores e funcionários, e na relação com a população flutuante de estudantes). Apenas levantamos alguns poucos elementos. Bourdieu nos convida a exercermos uma crítica radical da nossa produção teórica, obrigatória vigilância epistemológica, e penso que, considerando que na UEFS constou da pauta dos seus segmentos, lançar mão de estratégias de “sobrevivência” institucional, isso pode ser estendido às suas/nossas produções práticas e as múltiplas e contraditórias repercussões, que muitas vezes se pode considerar como acertadas em determinadas conjunturas e assim estariam isentas de críticas, melhor, de autocrítica. Algo necessário tendo em vista a especificidade da instituição universitária na sua dimensão científica – e, no caso, o que tem sido feito para a construção do “homo academicus” do sertão baiano, na perspectiva bourdesiana.

²⁵⁹ Autonomia é aqui compreendida no sentido da que prevaleceu nas Universidades públicas até antes da ditadura militar, que, por exemplo, permitiu a Edgard Santos ser um “soberano” no campo de poder baiano. Os agentes que instituíam a Universidade em Feira de Santana, ao contrário, eram sistematicamente subordinados, “proletarizados”, no sentido amplo do termo.

impedia o funcionamento dinâmico e participativo da instituição universitária. Embora, rompida em sua legitimidade pelos instrumentos de coerção oriundos da vigilância policial e militar que se abateu sobre a instituição – sujeitando-a a todas as formas de manipulação política, ingerências e controles. Contudo, havia uma consciência de que se o regime era **ilegítimo a reforma universitária implantada pelo mesmo também não teria legitimidade. Observe-se também que o AI-5 foi revogado em 1979, pouco tempo depois de implantada a UEFS.**

Na representação dos professores que nos concederam os seus relatos, o cerceamento as suas atividades foi uma constante nos primeiros momentos de implantação da instituição. A questão da “censura” aos textos trabalhados, as intrigas e presença de espiões nas salas lembram que os efeitos do AI-5 se faziam presentes naquele espaço, de acordo os relatos abaixo:

[...] E isso foi curioso porque até na UEFS, já agora em 1975, 1976, eu me recordo que a gente começava a usar os textos de Paulo Freire na sala de aula e o Reitor José Maria Marques, [...] ele me chamou, eu era o titular da cadeira, ele me chamou e perguntou se eu não tinha um outro autor para dar para os alunos, eu disse que se ele me achasse um melhor do que Paulo Freire eu colocaria. Eu sempre fui meio desaforado, você conhece bem. Ele disse: “Não, [...], então você escreve, você usa as mesmas idéias, mas não ponha o nome de Paulo Freire.” Eu digo: “E o conteúdo?” [...] Agora, vigiavam a gente por todos os lados, vigiavam a gente, se a gente chegava atrasado, vigiavam a gente. Os alunos eram freqüentemente indagados a respeito da gente, eu trabalhei durante uns bons três anos com um agente do 35º BI dentro da sala de aula (Eloi Barreto de Jesus, entrevista concedida à autora, 20 de abril de 2009).

Então era um ambiente de medo, um ambiente de não deixar proliferar a crítica, o debate, a reflexão, que são responsáveis pela produção do conhecimento, não é. Muitas pessoas – vamos dizer – tinham um comportamento na perspectiva da submissão, não é. Então isso era o ambiente inicial. (Naidison Quintela Batista, entrevista à autora, 6 de abril 2009).

A implantação da AESI não deixava dúvidas quanto à existência de clima persecutório e de vigilância, como acima relatam os professores contudo, vale perceber a UEFS daquela época de outro ângulo, segundo o mesmo relato de Quintela Batista, que diz:

[...] comandada por Geraldo Leite, com todo entusiasmo de Geraldo Leite para criar a Universidade, mas, **muito refém de um conjunto de questões típicas de uma cidade do tipo Feira de Santana: todo mundo conhecia todo mundo, todo mundo tinha medo de todo mundo, ainda mais porque se estava dentro da ditadura militar** (Naidison Quintela Batista, entrevista à autora, op. cit.).

É possível inferir destas emblemáticas palavras algo incompatível com a ideia de universidade já em vigência no país, que rejeitava toda espécie de provincianismo e manipulações excessivamente mesquinhas. Como se no âmbito da

instituição, que se implantava, toda dimensão urbana da cidade com a industrialização, a vinda de algumas filiais de empresas do Sul do País, as contradições que isto encerrava e se constituiria em objeto obrigatório de reflexão, fossem postas à margem. Ou seja, aliado à situação geral de ditadura (já prometendo “abertura lenta e gradual”), as politicagens rasteiras do ambiente local de poder traziam dificuldades para que os agentes responsáveis pela instituição trilhassem os objetivos genuinamente acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, “garantidos” nos Estatutos. Situação que permitiria que os seus diferentes agentes, também se apresentassem incapazes, em certos momentos, de envolver até mesmo o patrimônio cultural posto à disposição, via a extinta FEES, bem como o próprio contexto científico e artístico locais.

Aos poucos, perante as dificuldades, a instituição seria implantada, conforme o relato de Neves:

Naquela época ainda era tudo amador, principiante, a Universidade já nasceu pensando-se “uni-diversidade”, um universo mais amplo. Carloman foi o primeiro a sair para fazer pós-graduação e saiu sem bolsa e teve o salário congelado. Tinha uma punição por fazer pós-graduação. Às vezes faltava perspectiva acadêmica, mas logo se desenvolveu a partir dos próprios professores a tendência à pós-graduação e muito rapidamente se amadureceu. Quando eu entrei houve um recrutamento do pessoal da noite dentro de duas bases: o Colégio Militar da Pituba e o Colégio Militar de Dendezeiros. Complementava-se por fora, com outros professores, o que faltasse para esses cursos noturnos. Uma grande parte dos professores era desses dois colégios e complementos de outros, como eu fui, um dos complementos. No curso noturno, inicialmente, não havia muito interesse por pós-graduação porque todo mundo já era profissionalizado tinha outras atividades, alguns trabalhavam em empresas. As licenciaturas, que eram curtas, e nós desenvolvemos uma luta muito grande pela “plenificação” desses cursos. Então, é das licenciaturas que vai nascer essa força da pós-graduação em Feira de Santana. Os cursos noturnos vão entrando também nessa linha de pós-graduação e depois de implantados os concursos que vão entrando os professores novos. Com a perspectiva de profissionalização acadêmica (Erivaldo Fagundes Neves, entrevista à autora, op. cit).

Embora a questão do autoritarismo vigente no período apareça como muito significativo no relato dos professores consultados, há outro elemento que identificava maioria deles: nas suas “bagagens” traziam pouca ou nenhuma experiência nas lides e na docência universitárias. Como vimos na fala dos professores acima nomeados, como os seus pares do “gerenciamento” administrativo também aprendiam a fazer universidade. Retirando-se os poucos professores com experiência comprovada, aqueles com uma vivência mais abrangente saíam mesmo da FEEFS – já dispunham de sete anos de docência

vivididos de modo cooperado, interdisciplinar e, no entanto, foram pulverizados no interior. Conforme assinala Yara Cunha Pires:

[...] porque naquela época se fazia questão de demarcar que a Universidade era outra coisa, tem uma “lutinha” de poder aí, então era como se aquela experiência, que foi o embrião de tudo: “não, agora vai ser outra coisa”, uma coisa inteiramente nova. Então a Faculdade se dissolve, desaparece, tudo que se tinha implantado na Faculdade, as licenciaturas plenas, já eram plenas nessa época, 1976 já eram plenas, com aquele currículo muito bem estruturado, muito ajustado e comprovado, de eficiência comprovada, foi abandonado, veio um currículo mesquinho, medíocre, voltou a ser de curta duração, tudo voltou a ser de curta duração, **foi um retrocesso em termos pedagógicos**, os cursos não tinham mais a qualidade que tinham, o número de horas era muito menor do que o número de horas que a gente tinha nos cursos da Faculdade. E a Faculdade deixou de existir e aí começou-se tudo de novo, porque era uma coisa nova, era assim que se dizia: “era nova, vai começar tudo de novo” (Yara Cunha Pires, entrevista à autora, op. cit).

Perante as disputas internas do campo, aquele era o momento em que Geraldo Leite, contraditoriamente quase isolado, na execução das “aspirações universitárias” comungadas com Fernando Pinto e Wilson Falcão, assumiu como Reitor com o aval do “Professor” Roberto Santos, e não de “sua excelência, o governador”, as intenções recônditas desse grupo de ignorar a FEEFS acabaram prevalecendo – tecidas ao longo dos anos anteriores. Começou-se a Universidade do “ponto zero”, da mesma forma que o presidente da Fundação tentaria fazer, quando foi indicado para o cargo de Reitor da Universidade, como se fosse possível agregar ou “harmonizar” no seu entorno os interesses díspares dos diferentes agentes da FUFS²⁶⁰.

De acordo a dinâmica própria da sociedade, naquele momento ao lado dos agentes que já ocupavam espaço legítimo, conquistado no desenrolar das lutas inerentes àquele campo, Geraldo Leite, José Maria Marques e Maria Cristina Menezes (esta representando no momento a estirpe feirense), também passaria a atuar com mais desenvoltura naquele campo a face mais conservadora que a FUFS poderia alcançar: além da representante do principal chefe político, Yeda Barradas Carneiro, a Igreja se faria presente com Renato Andrade Galvão e a área de segurança e informação, com Pondé Filho.

²⁶⁰ Naquele momento ao lado dos agentes que já ocupavam espaço legítimo, conquistado no desenrolar das lutas inerentes àquele campo, Geraldo Leite, José Maria Marques e Maria Cristina Menezes (representando naquele momento a estirpe feirense), também passaria a atuar com mais desenvoltura a face mais conservadora que o campo poderia alcançar: além da representante do principal chefe político, Yeda Barradas Carneiro, a Igreja se faria presente, com Renato Andrade Galvão e a área de segurança e informação, com Pondé Filho.

Isto aliado á fratura que já havia entre o professorado, que atuava anteriormente no ensino superior em Feira de Santana, e os componentes do Conselho da Fundação. Pois, os indícios revelam que em nenhum momento os docentes da Faculdade seriam partícipes do projeto para a sertaneja universidade, cujas funções dos agentes da FUFs, muitas vezes hercúleas, eram desconhecidas – ao grupo do Conselho tinham acesso apenas os políticos, militares, afora o contato com outros atores do próprio campo universitário na Bahia e de outros Estados. Outra dinâmica ganharia o campo com ingresso de muitos outros professores portadores de experiências as mais diferenciadas perante a dinâmica dos movimentos sociais, singularizados nas questões inerentes à redemocratização do país²⁶¹.

Nos primórdios da UEFS, a primeira aproximação dos professores com o âmbito da administração foi anunciada dia 3 de setembro de 1976 quando se constituiu uma “**comissão especial de professores**” com vistas aos processos de transferência de alunos (Resolução 4/76). Já na sessão do dia 18 de outubro desse mesmo ano, nova redação é dada àquela Resolução, ampliando as funções da “Comissão Especial de Professores”, que incluía: “assessorar o Pró-Reitor Acadêmico na elaboração de Parecer do CETEBA e **proceder o levantamento das disciplinas que serão oferecidas em concurso público**” (Resolução 22/76). Da Comissão faziam parte: Regina Lúcia de Carvalho Pacheco; Juvenal Vieira Gomes Filho; Maria José Pacheco de Andrade Costa; Eloi Barreto de Jesus; Carloman Carlos Borges; Maria Cristina de Oliveira Menezes; Sílvio Guimarães e Raimundo Gonçalves Gama.

Perguntado sobre sua participação em comissões da Universidade antes da organização dos “Conselhos” ou órgão colegiados, assim pronunciou-se Eloi Barreto de Jesus:

Olha, eu sempre participei das comissões universitárias que houve [...] Antes dos “Conselhos”. Zé Maria era Pró-Reitor, sempre ele foi Pró-Reitor, o Reitor era Geraldo Leite, o vice era Monsenhor Galvão e ele era Pró-Reitor, era quem cuidava da parte acadêmica. Então, sempre o Presidente era ele e eu sempre participei, quase sempre eram os professores titulares que participavam, mas eu, sem dúvida nenhuma, do grupo era quem tinha mais experiência de universidade [...]. Então a geração dos Departamentos eu participei dessa geração todinha, e os processos acadêmicos todos que tinham de ajuste de curso e matrícula, aquelas coisas que hoje são feitas nos Departamentos e nos Colegiados; tinha uma “comissão especial de professores”, da qual faziam parte Carloman, Juvenal, o próprio Onofre, enfim, Gama (Eloi Barreto de Jesus, entrevista à autora, op. cit.).

²⁶¹ Elementos de aprofundamento que comportam uma agenda de pesquisa, mas fogem aos objetivos desta tese.

Por outro lado, o ingresso dos professores que formariam o grupo de Metodologia do Trabalho Científico levava também para aquele espaço de lutas agentes com uma trajetória formativa diferenciada em relação aos demais, que tinham estudado em Universidades da Igreja Católica no exterior, formação para o sacerdócio, e já com alguma experiência docente em curso universitário – aspectos que os credenciavam naquele ambiente escorregadio, preocupado em anular os oponentes políticos e possível “subversão”. De início, era três docentes, com diferentes trajetórias no campo religioso, o nome de um deles, que efetivamente teria buscado a instituição, Eloi Barreto de Jesus, já seria incluído como professor no processo ao CFE (cf. entrevista, 20 de abril de 2009). Os passos seguintes são relatados por Quintela Batista:

[Eloi Barreto], então, disse a Geraldo Leite na época, que sozinho não teria condição de assumir a disciplina e que ele gostaria de constituir uma equipe. E Geraldo, na época, bom, confiou a Eloi a constituição da equipe e disse que iria construir as condições para que a equipe pudesse trabalhar. Então inicialmente vimos eu e Cipriano Luckesi²⁶². Nós, inclusive, trabalhávamos na Católica também, mais ou menos no mesmo tempo. Então viemos nós dois e construímos a equipe de Metodologia do Trabalho Científico na UEFS desde o início (Naidison Quintela Batista, entrevista à autora, op. cit).

Além da experiência comum de formação inicial em Teologia, realizada fora do País, eram colegas, como professores, no curso de Teologia da Universidade Católica do Salvador. Passados os entendimentos iniciais, o grupo passaria a articular um trabalho coletivo assemelhado ao que foi desenvolvido na FEEFS, mas pioneiro na Universidade de Feira de Santana. A disciplina MTC era um dos componentes do “ciclo básico”, que correspondia ao primeiro semestre de todos os cursos oferecidos na instituição. Ainda o professor Naidison, relata sobre aspecto do trabalho realizado:

E a gente efetivamente se dedicou a criar uma perspectiva, uma proposta de metodologia que se adequasse à realidade daqui e que fosse de dimensão local. Aí tem a experiência de cada um de nós no ensino, no estudo, na muita experiência de Eloi, de Cipriano. Depois foi incorporado na equipe o professor José Cosma, mas isso já foi posteriormente, não é. Agora nós, Cipriano, Eloi, e eu, estamos desde 76, não é [...]. Então, eu me desliguei da prefeitura de Camaçari e vim para cá. E éramos os professores migrantes ali, que vinha de manhã cedo e voltava num Chevette ou num Opala que a Universidade alugava. Voltávamos. Chegávamos uma hora, duas horas da manhã em Salvador, não é. Não tínhamos aulas todos os dias, mas começamos um processo de trabalho, não é, do trabalho de Metodologia que foi um trabalho que, vamos dizer, se destacou na época ou durante bastante tempo. Ele se destacou pela concepção que nós imprimimos. Nós imprimimos a ele uma concepção

²⁶² Cipriano Luckesi afastou-se, posteriormente, para a UFBA.

crítica, de leitura crítica, uma concepção de produção de conhecimento, uma concepção de avaliação dos processos, uma concepção cidadã muito forte, que de certo modo contrastava com outros processos que a gente encontrava no ensino superior e encontrava na UEFS, não é (Naidson Quintela Batista, entrevista à autora, op. cit.).

Naquele contexto ainda muito repressivo, prolongado com a afirmação do carlismo no final da gestão de Roberto Santos, quando ACM rearticula seu retorno, em 1978, o papel de resistência imprimido ao trabalho docente no âmbito do grupo de Metodologia do Trabalho Científico seria marcante por um longo período no interior da instituição. O movimento de professores que resultou, em 1980, na criação da ADUFS (Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana) também teve raízes nesse grupo. Já na “abertura democrática”, em 1984, o resultado dessa experiência fora publicado no livro “Fazer Universidade”²⁶³, que por algum tempo seria uma das poucas publicações de professores dessa instituição, face à debilidade de sustentação econômica da Fundação criada para manter a instituição (entre outras questões), que permitiria ao longo dos primeiros anos após a implantação a evasão sucessiva de quadros em condições de promover o aprofundamento e ampliar a dimensão acadêmica da pesquisa.

Os professores, de modo geral, apontam a gestão estadual de João Durval Carneiro, eleito em 1982, como o momento em que foram registrados maiores investimentos na Instituição, mas não resultariam em suporte suficiente para fortalecê-la nos anos subsequentes, permanecendo a mercê das disponibilidades financeiras e dos projetos específico das gestões estaduais que o sucederam²⁶⁴.

6. 7 Razões e não Razões de uma Instituição

Nos momentos finais da “palestra depoimento” de Fernando Pinto, em 1996, o mesmo renderia homenagens a Geraldo Leite, salientando o seguinte:

[...] pelo seu trabalho insuperável, incomparável na luta e na efetivação, na concretização desta Universidade, injustiçado quando afastado da Reitoria da Universidade por razões políticas, político-partidárias; não vou dizer

²⁶³ LUCKESI, Cipriano, et. alli. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 10. ed São Paulo: Cortez, 1998. 232 p.

²⁶⁴ O aprofundamento destes aspectos foge aos objetivos desta tese, mas vale observar que na gestão João Durval Carneiro os investimentos consistiram mais em aumento salarial dos professores. Órgão estadual de fomento científico foi implantado duas décadas depois. Por outro lado, naquela altura era observado um inchamento do sistema estadual de ensino superior, aumentando-lhe a complexidade, que já contava com outras unidades isoladas de formação de professores, duas Universidades e a terceira, a UNEB, foi criada nessa gestão. Além desta questão estadual, a cisão do sistema de ensino superior no Brasil foi aprofundada ao longo da década dos oitenta, conforme ventilamos em outra parte desta tese.

política, porque política é coisa séria, político-partidárias. Geraldo, na verdade, foi compelido a renunciar à Reitoria e ao Conselho para não ser demitido por fofocas político-partidárias. Nem ele merecia isso, nem a Universidade de Feira merecia isso. Só lamento é não ter podido com ele me solidarizar na época, porque estávamos divergindo e o meu temperamento é terrível, é terrível. Geraldo nunca mais veio à Feira. Tem recebido convites da Universidade, sei eu, mas saiu daqui profundamente magoado pela falta de solidariedade de quantos deviam com ele estar solidários naquele momento crucial de sua vida. Ele sonhou com esta Universidade, ele realizou esta Universidade (Pronunciamento de Fernando Pinto, 1996, op. cit).

Interpelado por alguém da plateia, que provocou: “Mas a maioria de nós não sabia, nem sabemos objetivamente qual foi a profunda razão do afastamento de Geraldo; isso diga-se, a bem da verdade”. Questão que ajuda a corroborar que mesmo depois de muitos anos o fosso entre os diferentes agentes que faziam a Universidade, do lado administrativo e do lado acadêmico, era profundo e ainda parecia intransponível. Ao que respondeu:

Esta razão foi, foram as injunções político-partidárias. Pressões resultantes de fofocas, de intrigas junto ao governador Antonio Carlos Magalhães, cujo temperamento nós todos conhecemos, e que não perdoou aquilo que se atribuiu a Geraldo. Com o intuito, digo eu, que não estava mais aqui na época, nem a mim Geraldo me contou, porque já não tinha relações com ele, mas que se atribuiu a Geraldo por pessoas que tinham interesse em trocar o poder na Universidade (Pronunciamento de Fernando Pinto, op. cit.).

Evidente que as lutas neste campo, no âmbito do núcleo instituidor, eram intensas, à qual se agregavam os agentes político-partidários, que não satisfeitos com as indicações que faziam, ou fizeram, de membros daquele Conselho Diretor. Portanto, seus representantes, sempre que possível estavam presentes nas decisões cruciais que competiam apenas àquele órgão colegiado, cerceando-o em sua já restrita autonomia. Questão que já havia sido posta pelo, na época, presidente da FUFES, ao então Secretário de Educação, mas não teria força política, ou capital político suficiente – naquele campo de poder ou fora dele – para impor-se. Coisa que, do nosso ponto de vista, só seria possível se se conseguisse incorporar ou “ressuscitar” Edgard Santos com os recursos todos que autonomamente administrava. Observe-se que a mística de Edgard Santos, na pessoa de seu filho, Roberto Santos, foi crucial para aprovação do Processo de autorização da UEFS – fazendo valer no campo universitário baiano o que Bourdieu conceitua como história incorporada, enquanto emergência de elementos latentes na composição das determinantes sociais, que são também culturais. Mais que isto, a concretização dos ritos finais e decisórios dos processos de instituição da universidade no interior

baiano por Roberto Santos, concretizava a junção de duas importantes dimensões da história: a história incorporada e a história objetivada – conforme a análise de Bourdieu. Naquele momento somente o filho do consagrado Reitor baiano e ex-presidente do CFE reuniria as condições, o capital cultural²⁶⁵ suficiente para lograr êxito.

Após a saída de Fernando Pinto, no período imediato que antecedeu a autorização de funcionamento da UEFS, no final da gestão de Roberto Santos. Já sem sustentação política, o Reitor Geraldo Leite, na conjuntura prévia das lutas de poder no interior do carlismo “feirense”, retirava-se do campo – caindo o último agente do intrincado jogo que envolveu momentos diversos de lutas que traziam e trouxeram para o mundo social do interior baiano a Universidade em Feira de Santana. A partir de quando se dava início a outra etapa dos processos de instituição da Universidade de Feira de Santana.

Em 1979, o mesmo regulamento que havia conduzido Leite três anos antes prevaleceu para a nomeação do segundo Reitor, seu substituto. Com o legado daquele campo restavam José Maria Marques e Maria Cristina Menezes (ingressariam em 1968 e 1969, respectivamente), o primeiro por incorporar as características que o campo universitário requer fora o indicado para a presidência do Conselho da FUFs e nomeado por Antonio Carlos Magalhães para a reitoria, ainda sustentado pela legislação transitória da UEFS (citado na nota 257).

Sempre cabem outros contos...

“Porque esta Universidade nasceu também de muitos contos...”

Fernando Pinto de Queiroz (in memoriam)

²⁶⁵ Segundo Bourdieu o capital cultural pode existir sob três formas: no estado objetivado, no estado incorporado e no estado institucionalizado. Cf. Bourdieu, “Os três estados do capital cultural”, in Nogueira e Catani (orgs), **Pierre Bourdieu: Escritos de Educação**, 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da discussão e exposição dos fundamentos teóricos e metodológicos desta tese, em primeiro plano vimos como os intelectuais no governo baiano articularam as ideias/concepções de ensino superior e de universidade para o interior baiano. Enquanto o governador Luiz Viana Filho declarava em janeiro de 1970, no discurso pronunciado na cidade de Feira de Santana, que as intenções governamentais seriam as de implantar na cidade “não apenas uma Universidade, mas uma Universidade modelo”, os planejadores da SEC, sob o comando de intelectuais da UFBA, já teria articulado e intencionava outras propostas com base nos fundamentos “científicos” do planejamento, apoiados na teoria dos “polos de desenvolvimento”. Pois, com base nesta teoria não haveria como implantar instituição universitária “modelo” naquela cidade – tomando-se como representação, dominante na Bahia, de instituição “modelar” a Universidade Federal da Bahia.

Artigos publicados no Jornal A Tarde, de autoria do Secretário de Educação, dias após o pronunciamento do governador, esclareciam para a população leitora do jornal o que já estava escrito no PIEC. Cujo fundamento principal referente à expansão do nível superior de ensino, fora dos limites da capital, seria o de executar a oferta de “escolas de formação de professores” no interior do Estado para atender os desígnios da resolução do “enigma” da economia baiana. Naquela altura articulado ao projeto conservador de desenvolvimento econômico, sob o regime militar. A perspectiva era a de expandir o nível médio de ensino de primeiro ciclo, antigo curso ginásial. Minuciosa exposição no PIEC demonstra a meta inicial de formar professores de primeiro ciclo em regiões propícias ao “desenvolvimento econômico e social em curso no Estado”, prevendo-se a criação de faculdades em: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Alagoinhas e Jequié. A universidade, portanto, seria planejada para a Região Sul, onde se destacavam os municípios de Ilhéus e Itabuna.

A criação de Universidade em Feira de Santana enquanto resultado da dinâmica dos movimentos sociais por ensino superior no Município, significou um realinhamento das intenções plantadas no PIEC. Demonstramos no capítulo inicial como a administração da Secretaria da Educação tendo “concordado”, por força das demandas populares, com a ideia de “localizar em centros de expressão e de polarização núcleos universitários”, passava-se através da imprensa os

“esclarecimentos” sobre o reordenamento das concepções de universidade que seriam “possíveis” para tais “centros”. Primeiro afirmava a ideia já contemplada no PIEC de que “Universidade” com a dimensão de pesquisa que a caracterizava seria implantada no Sul do Estado, este tomado como “centro de expressão”, porque lá estava localizado o “pólo econômico mais dinâmico da Bahia depois da região do Recôncavo”. Agregado a este fator econômico já existiria naquela Região pesquisa de “alto nível” desenvolvida pela CEPLAC e também lá o estágio educacional da população era outro: “preexistiam faculdades” isoladas.

Ao contrário, Feira de Santana como “centro de polarização” regional, em razão da localização geográfica – diferente do “centro de expressão” econômica da região cacaueteira – destacava-se apenas pela sua “tradição pedagógica”. Ou seja, o nível educacional mais elevado que a população da cidade alcançou naquela época seria o nível de segundo ciclo, com destaque os “cursos pedagógicos”, que formavam professores primários. O coroamento da “tradição pedagógica”, segundo a explicação autorizada, ocorreu em 1968, quando os gestores baianos implantaram, em Feira de Santana, a primeira escola de formação de professores prevista no PIEC, denominada “Faculdade de Educação”. Por este raciocínio, a ideia de universidade para Feira de Santana não poderia ser a mesma sustentada para a Região Sul, posto que nesta última houvesse “campo de investigação para pesquisadores”. Ou seja, cada um dos “centros” enfocados propagaria a ideia de universidade a partir de suas diferentes tradições: uma “científica” e outra “pedagógica”. No caso de Feira de Santana, perante o estágio educacional de sua população a “nova universidade”, anunciada pelo governador, comportaria os créditos iniciais da formação superior, ou “as pré-graduações, isto é, os estudos básicos de primeiro ciclo” para formar professores “para o ginásio”, contemplando as “carreiras novas de curta duração”.

Sustentamos em nossa tese que as concepções de universidade projetadas para o interior da Bahia a partir da SEC, naquele momento, referendadas pela maioria dos intelectuais da única e conceituada instituição universitária pública baiana, a atual UFBA, tanto estava articulado intensamente ao contexto da reforma universitária, enfeixada na Lei 5540/68, quanto as referidas concepções materializavam representações sobre o ensino superior e universidade a partir de um modelo histórico hegemônico de instituição universitária “da Bahia”, a centenária

Faculdade de Medicina da Bahia, que centralizou a criação da Universidade da Bahia em 1946 – que, em última instância, visava a formação das elites dirigentes.

Outro foco de reflexão adveio das concepções de universidade para e do interior baiano que emergiram entre os intelectuais de Feira de Santana e em sintonia com as Faculdades de Medicina e de Filosofia da Universidade da Bahia. Nas argumentações sobre a necessidade de instituir no âmbito do campo científico hegemônico a “medicina interiorana”, pregava-se a “interiorização da universidade”, e sobre a “formação das elites interioranas”, que não excluía “o povo”, que deveria ser objetivada na Faculdade de Filosofia de Feira de Santana. Naquele contexto da história estava-se também confrontando as complexas desigualdades simbolizadas na gritante diferença sócio-econômica e cultural entre a capital e o interior do Estado baiano – vinham á tona questões de um passado histórico acumulado na relação com as exigências imediatas da “aceleração do desenvolvimento econômico” requerida pelo “milagre econômico”.

Na Bahia, os recursos que financiavam o “Brasil grande”, aplicados na UFBA, não foram mobilizados para implantação de cursos superiores no interior, ao contrário, a gestão estadual disponibilizaria a educação às exigências mínimas do projeto de desenvolvimento econômico, pois havia uma consciência clara do papel “supletivo” da ação estadual nos assuntos do ensino superior. A formação de professores de primeiro ciclo consistia na forma peculiar através da qual a instância estadual complementaria a ação da união. Vez que, as diacronias das reivindicações interioranas que forçaram a criação de “Universidade” para Feira de Santana levou o gestor da SEC, no início de 1970, a construir uma explicação pública de que em razão da herança histórica “pedagógica”, na/da cidade seria, “portanto”, implantada uma instituição apenas de ensino, que o crédito de “universidade” ajudaria a afirmá-la bem como às outras “profissões” nascentes.

Para articular a compreensão do campo universitário na Bahia, a herança histórica sobre a qual foi construída, e as propostas nascidas no município de Feira de Santana, foram apresentados os modelos e formas de universidade articuladas ao longo da história da educação no Brasil. As primeiras intenções de Universidade no País, criação da Universidade do Rio de Janeiro na década de vinte do século passado e montagem das legislações segundo a situação política de cada período da educação brasileira, assinalam também o envolvimento dos setores sociais relativo ao ensino superior. A ABE, fundada em 1924, espaço de atuação política de

intelectuais de diferentes áreas, autodenominados de a “elite” nacional, traduzia o debate sobre “a formação da nacionalidade” e a influencia do catolicismo na abordagem das questões educacionais. Concernente à universidade, os intelectuais da seção de ensino superior da referida entidade a concebiam como “usinas mentais”, cuja finalidade seria preparar as classes condutoras e orientadoras dos destinos da nacionalidade. As reformas educacionais empreendidas por educadores nos diferentes Estados brasileiros na década de vinte foram pontos relevantes que destacariam nomes aos quais estariam ligados ao ensino superior e projetos consolidados de universidade brasileira – Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, entre os principais. A ABE passa por diferentes fases, assim, com a hegemonia dos citados reformadores da educação no interior da entidade, que têm nos católicos os seus principais opositores, reforça-se a ideia de criação de universidade para viabilizar a “unidade nacional”, enquanto formadora das elites dirigentes, a quem caberia essa missão. No Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, elaborado pelos reformadores, aparece a proposta de formar na universidade os professores de todos os níveis, como parte da proposta mais ampla de formação das elites tidas como intelectuais e condutoras do processo de “organização” da “ordem” e do “progresso” sociais.

Invocar o papel do Estado como o condutor da tarefa de construir a “unidade nacional” será a tônica do período seguinte iniciado com a Revolução de 1930. Iniciativas como a criação do Ministério da Educação e Saúde, o Estatuto das Universidades Brasileiras, a implantação de importantes projetos de universidades – a Universidade de São Paulo, a Universidade do Distrito Federal e a Universidade do Brasil, esta última já no Estado Novo. São acontecimentos que forneceram as linhas mestras de modelos e padrões universitários que se estenderam pelas décadas seguintes, articulando propostas de desenvolvimento cultural e científico para o País. O diferencial das universidades implantadas nos anos de 1930, reside na afirmação de um modelo institucional voltado para a pesquisa, concebido em torno de uma unidade aglutinadora voltada para a pesquisa desinteressada e para os altos estudos, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, no caso da UDF, assinalava o rompimento com a ideia de organização de universidade por agregação de unidades profissionalizantes. Ao lado da criação de institutos de pesquisas científicas e tecnológicas, a exemplo do ITA, as universidades citadas reuniram elementos que propiciaram as discussões em torno do movimento por “reforma

universitária”, abraçado pelo movimento estudantil, sobretudo nos anos de 1960, bem como influenciariam a concepção da UnB. Esta daria as coordenadas para a organização de uma proposta de universidade para o Brasil no âmbito das exigências sociais e econômicas postas pelos movimentos sociais dos anos sessenta.

Na Bahia o ensino superior instituiu-se como campo universitário antes mesmo da criação da Universidade da Bahia, o paradigma de instituição universitária neste Estado da federação, construído por quase um século e meio, foi a Faculdade de Medicina da Bahia, criada em 1808. O vínculo federal, enquanto parte de uma política nacional mais ampla de formação médica, permitiu a ampliação espacial e implantação de laboratórios, a forma de organização da instituição, o prestígio de seu corpo de catedráticos que por longo tempo tiveram status de desembargadores, facilitando a autonomia da Faculdade de Medicina da Bahia como campo científico e universitário local. Ao mesmo tempo, quando da implantação da Universidade da Bahia a instituição médica ainda ocupava espaço privilegiado no campo de poder estadual baiano, representado na figura de seu último dirigente e primeiro Reitor da UBA, Edgard Santos.

A implantação de outras instituições “livres” (sem vínculo federal), criadas no final do período imperial e início da república, tais como a Faculdade Livre de Direito da Bahia e a Escola Politécnica, completaria a especificidade do campo intelectual baiano no tocante ao ensino superior, cuja diversidade contemplava Escola de Belas Artes, Escola de Agronomia de São Bento das Lages. Esta última, após diversos percalços e mudanças, ressurgiu durante o Estado Novo, na administração Landulpho Alves, como Escola de Agronomia de Cruz das Almas, no mesmo período em que foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia. Em 1946, estas instituições, exceto a Escola de Agronomia, foram “agregadas” na composição da Universidade da Bahia, da qual também fazia parte a Faculdade de Ciências Econômicas, criada em 1934 – na condição de agregadas, as instituições citadas mantinham os status organizacionais próprios no âmbito da UBA, até meados dos anos de 1950.

Quando surgiu a Universidade da Bahia cultivava-se no Estado baiano a representação social segundo a qual “a Bahia” traduzia a “mais antiga tradição universitária do País”, portanto, a “mais representativa do espírito universitário nacional”, conforme as palavras de Edgard Santos. Cultivava-se o princípio de que

as instituições de ensino superior precedentes à universidade local expressavam a “fundição central” da elite baiana com representatividade não apenas científica, mas, sobretudo, política e educacional. Ou seja, a UBA solidificou-se, com base na constante reafirmação da existência de instituições formativas de peso ao lado de nomes representativos – tais como Rui Barbosa, na área jurídica, Nina Rodrigues, Oscar de Carvalho Freire, Antonio Luiz do Rêgo, na área da medicina, Anísio Teixeira, na área educacional, entre outros – que ajudaram a solidificar e assegurar a soberania, a grandeza, da cultura universitária local, e, ao mesmo tempo, assinalava o caráter elitista do ambiente universitário baiano.

Perante as complexas desigualdades sociais simbolizadas na gritante diferença sócio-econômica e cultural entre a capital e o interior do Estado baiano, no início dos anos sessenta do século passado, os intelectuais de Feira de Santana preocupados com a questão da interiorização da Universidade da Bahia idealizaram e elaboram (e/ou ajudaram a elaborar) projetos de ensino superior. Estes tomavam como referência os modelos preexistentes, mas adaptando-os ao “interior”. As propostas de ensino superior para Feira de Santana brotaram na esteira dos movimentos sociais por expansão educacional cuja primeira iniciativa foi efetivada em 1962, pela Fundação Ministro Simões Filho. O projeto elaborado por esta Fundação partiu de intelectuais da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, sob a liderança de Jorge Calmon, bem como da Escola Bahiana de Medicina, que tinha como expressão Urcício Santiago e de Feira de Santana a liderança de Geraldo Leite.

No bojo das discussões sobre “reforma universitária”, enquanto parte das “reformas de base”, encampada pelo movimento estudantil sob a liderança da UNE, propunha-se a criação de “Universidade Rural”, incorporando o debate da “reestruturação” da Universidade da Bahia. A Fundação Simões Filho elaborou o primeiro projeto de universidade *multi campi* para o interior da Bahia, que deveria contemplar, inicialmente, unidades universitárias nos municípios baianos de: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Juazeiro.

A ideia de “universidade rural” já existia desde o final da década de 1950 no projeto de desenvolvimento econômico elaborado pelo governo baiano na gestão de Juracy Magalhães, o PLANDERB (1959-1962). Neste a perspectiva seria a de criar na Bahia uma nova mentalidade universitária voltada para as tarefas do desenvolvimento do Estado baiano, que se diagnosticava, na ocasião, como mais

atrasado em relação às economias mais dinâmicas de outras regiões do País. Com este pressuposto o referido plano visava prioritariamente, depois da UBA, investir nas unidades técnico-profissionais mantidas pelo governo – a Escola Agrônômica da Bahia e a Escola de Medicina Veterinária – para alcançar o objetivo de uma Universidade Rural. Contudo a ideia elaborada nas hostes da Fundação Simões Filho difere dessa proposta governamental estritamente voltada para a formação técnica, embora não a excluísse.

Enquanto entidade civil, a Fundação Simões Filho articulava-se às propostas de expansão do ensino superior a partir da matriz básica de formação de professores para o ensino médio, prevendo-se a criação inicial de Faculdade de Filosofia para alcançar as unidades outras necessárias a uma organização universitária – conforme o conhecido exemplo da UBA. Feira de Santana seria o espaço onde deveria ser implantada a primeira unidade da Universidade Rural, com Faculdade de Filosofia, cuja proposta mobilizou a sociedade local, incluindo os diversos segmentos e setores sociais organizados, tais como o movimento estudantil secundarista, coordenado pela AFES, o movimento sindical, a seção local da ABM, o Lions Club, entre outros.

A iniciativa da Fundação Ministro Simões Filho, sem muita sustentação na esfera política, sobretudo no âmbito dos setores intelectuais hegemônicos da Universidade da Bahia, sedimentou, no entanto, na sociedade feirense a ideia de que seria possível implantar “universidade” na cidade, que passou a experimentar naquele contexto da história um intenso processo de urbanização. Outro ganho resultante da mobilização promovida pela citada entidade foi a promulgação da Lei Estadual nº 1.802 de 25 de outubro de 1962 definindo a criação de Faculdades de Filosofia para Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro. O objetivo previsto para tais instituições, descrito nesta Lei, era o de “preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa autêntica e difundir a cultura universitária no interior do Estado”.

No rastro deste movimento, no ano de 1963, surge a Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos que se põe como tarefa criar a Faculdade de Filosofia de Feira de Santana, estipulada na Lei, com vistas a uma futura Universidade. A coordenação desse novo movimento coube aos intelectuais locais: Fernando Pinto Queiroz, Wilson Falcão e Geraldo Leite. A mobilização da sociedade local propiciou vida longa à referida Associação em relação a entidade anterior, que por mais de

quatro anos tentou implantar a Faculdade de Filosofia. A partir do final de 1966, com a eleição de João Durval Carneiro para a Prefeitura Municipal, a proposta da entidade ganhou força, já acoplada à reivindicação por universidade. Contudo, mais uma vez a proposta construída na sociedade civil esbarrava nos objetivos de resolução do “enigma” da economia baiana. A implantação de cursos de curta duração antes mesmo da promulgação da lei 5540, colocava a Bahia na dianteira na implantação das propostas educacionais associadas aos imperativos do desenvolvimento econômico conservador (que não vislumbrava mudanças nas relações sociais no campo da produção).

A contradição entre as reivindicações partidas da cidade de Feira de Santana pela criação de unidade “universitária” e as intenções da gestão estadual expressas no PIEC, teria obrigado a direção do governo a mudar de planos. No lugar de “Faculdade de Formação de Professoras” implanta-se “Faculdade de Educação”, que passou a funcionar em setembro de 1968, por força das críticas e pressões advindas do Município. Outro foco de pressão, oriundo de Feira de Santana, partia da Associação Filinto Bastos, sustentando a ideia de criação de Faculdade de Medicina, proposta discutida e elaborada, ainda em 1968, por Geraldo Leite, contando com a participação dos professores de Medicina: Alexandre Leal Costa (de quem Leite seria “Assistente” na FAMED e atuava também na Escola Baiana de Medicina), Plínio Garcez Sena e Rui Machado.

O coroamento das lutas pela interiorização do ensino superior protagonizadas pelas duas entidades, Fundação Simões Filho e Associação Filinto Bastos, resultou na criação da Fundação Universidade de Feira de Santana no final de 1969, Decreto 21.583 de 28 de novembro. Em seguida, num momento de crise da administração de Luis Viana Filho, o projeto da Lei que criava a Fundação Universidade em Feira de Santana. Esta deveria implantar a Universidade, foi aprovado pela Assembleia Legislativa e, em pouco menos de dois meses, seria sancionada pelo governador em ato festivo realizado na cidade de Feira de Santana, no dia 24 de janeiro de 1970 (Lei nº 2.784). E no último ano da gestão em foco seriam tomadas as principais iniciativas para viabilizar a implantação da Universidade, para o que foi essencial o apoio da gestão municipal de João Durval Carneiro e a decisiva liderança do grupo de intelectuais de sustentação da Associação Filinto Bastos: Geraldo Leite, Fernando Pinto Queiroz, Wilson Falcão, ao qual se juntou José Maria Nunes

Marques, diretor da FEEFS – que faziam parte da composição do Conselho Diretor da FUFES, presidida por Leite.

A intenção inicial para a Universidade de Feira de Santana, segundo as aspirações locais, seria a de inscrevê-la no âmbito dos modelos mais atuais constantes do cenário de instituições universitárias brasileiras, no qual figurava a UFBA, com Institutos básicos (“Saúde, Tecnologia, Ciências Humanas e de Letras e Artes”) aos quais seriam agregados os respectivos cursos a serem oferecidos. Todavia, o papel supletivo na oferta de ensino superior para o interior baiano assumido pela gestão estadual não comportaria tamanhas aspirações. Os projetos locais foram sendo subordinados às determinações do projeto econômico traçados para a Bahia (desde o PLANDERB) e para o País, sob a égide do regime militar. As urgências para o setor definidas pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, como áreas prioritárias, foram encampadas pelo primeiro projeto estadual baiano de universidade: formação de professores, área da saúde, exceto medicina, e cursos técnicos emergentes na área administrativa e de tecnologia. Embora, o projeto de Universidade Rural fizesse frente às intenções imediatas de formação técnica, com argumento a favor da formação de professores enquanto condição que serviria para mediatizar um projeto consistente de universidade a médio e longo prazos, com a FUFES a administração estadual aparou tais arestas logo de imediato: o horizonte previsto seria a oferta de “pré-graduações” em Feira de Santana.

A implantação da UEFS caminhou por um percurso de precisos seis anos, tanto em razão dos condicionantes inerentes à própria administração estadual, que sob a primeira fase do carlismo (1971-1975) permaneceu em “compasso de espera” e duplamente subordinada – ao gestor estadual e aos ditames políticos da facção local do partido da ordem, a ARENA –, quanto em virtude das mudanças e exigências nos âmbitos dos organismos federais para obtenção de autorização para funcionamento. Autorizada pela instância federal em 1976, conforme o Parecer do CFE 26/76, de 27 de janeiro, contabilizaria neste período lutas incessantes no âmbito do campo universitário local, cuja história do Conselho Diretor da FUFES já assinalava duas baixas dos três principais mentores: Wilson Falcão por divergências familiares com o governador ACM e Fernando Pinto, divergindo de posicionamento assumido pelo Conselho Diretor – questões políticas de fundo ligadas ao autoritarismo de Estado em vigência e à fisionomia que o mesmo assumiu na Bahia e em Feira de Santana.

Coube a Geraldo Leite a tarefa do exercício do primeiro Reitorado coordenando um campo “minado” pelas ingerências político-partidárias locais mesmo sob a administração Roberto Santos, que procurava imprimir uma dimensão “técnica” à sua gestão, e pela incorporação dos resquícios de cerceamento imposto pelo regime militar às universidades públicas. A mesma trama que articularia a expulsão do campo universitário feirense dos principais mentores da Associação Filinto Bastos, também atingiria o primeiro Reitor, Geraldo Leite – cujo afastamento do campo universitário ocorreria no âmbito das intrigas que fortaleceu a liderança local de João Durval Carneiro enquanto aliado político do carlismo, no início da segunda gestão de ACM, em 1969.

Com relação à criação e implantação da Universidade de Feira de Santana alguns aspectos foram evidenciados em nossa pesquisa. Em primeiro lugar, o fato de os governadores Luiz Viana Filho e Roberto Filgueiras Santos pertencerem ao campo universitário baiano contribuiu significativamente. No caso do primeiro para criar as condições iniciais de implantação e tornar a Universidade um fato consumado para a gestão que o sucedeu, e o segundo foi decisivo no encaminhamento do processo de autorização para funcionamento da instituição num período em que a maioria dos processos de novas instituições fora rejeitada pelo CFE. Malgrado todas as inconveniências e limitações da proposta estadual no contexto do AI-5, que muito dificultaram a implantação autônoma da instituição – elementos que acentuariam a fratura entre o corpo administrativo da Instituição, incrustado no Conselho Diretor da FUFES, e os professores, a partir do período em que a Fundação passou a ser Autarquia (final de 1980).

Segunda evidência: a Universidade do Sul, de igual modo, foi contemplada e perseguida como objetivo pela gestão de Luiz Viana Filho. A mesma foi instituída como “Fundação Santa Cruz”, bem como teve seu campus “inaugurado” por ACM em 1974, antes do campus da UEFS. No entanto, não vingou, permaneceria federação de Escolas até os anos oitenta do século passado. O diferencial de Feira de Santana foi a persistência dos “idealistas de 1962-1968”, egressos da Associação Filinto Bastos, que deram sustentação à execução das propostas e assumiram pessoalmente as tarefas mais mezinhas ao longo de todo o processo, sobretudo Geraldo Leite, como o último “sobrevivente” das lutas por ensino superior na cidade, num espaço institucional praticamente “aparelhado”. As lutas que dariam forma ao período seguinte da Universidade de Feira de Santana confrontaram a direção da

instituição e o movimento dos docentes, que se articulava ao dos estudantes e funcionários. E, ao modo de Bourdieu, cabe a indagação sobre qual o perfil de “homo academicus” no âmbito do projeto não elitista, desde as origens, para a Universidade de Feira de Santana foi articulado ao longo da sua história – como vimos está ultrapassando o limiar dos quarenta anos.

A título de palavras finais, cabe levantar que elaboração de uma tese sobre uma instituição universitária no seu aspecto vivencial, das relações de força que a constituíram enquanto campo numa região, até certo ponto, apartada da *urbis* soteropolitana e do seu principal campo de poder científico, não foi tarefa das mais fáceis. O contato com as fontes, mesmo superficial, já nos revelavam os “muitos contos” da e sobre a Instituição, emergindo de saída os conflitos e “as lutas de representação” que rondam a possibilidade de investigar algum aspecto que envolve as relações de força inerentes ao campo. Os agentes internos da instituição têm construídas suas próprias representações sobre a Instituição e sua história ou histórias. No interior da Universidade de Feira de Santana a representação principal que se construiu do grupo dirigente instituidor da Universidade, grosso modo, foi a de que eram meros agentes da ditadura militar, engolfados que foram pelo autoritarismo vigente, sobretudo perante a face que assumiu no Estado da Bahia – sem pretender isentar-lhes dos excessos de aquiescência e submissão, elementos que, aliás, os expulsariam um a um do campo universitário feirense onde tanto lutaram.

FONTES

ORAIS:

- **Edivaldo Boaventura.** Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, aposentado pela Instituição, Diretor Geral do Jornal A Tarde, atuou no Conselho Estadual de Educação da Bahia, foi Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia por duas gestões e membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Feira de Santana.
- **Eloi Barreto de Jesus.** Professor aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana, professor fundador da Instituição, foi Coordenador do Grupo de Trabalho de Avaliação Institucional da UEFS e um dos primeiros dirigentes fundadores da Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana.
- **Erivaldo Fagundes Neves.** Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana, foi Vice-Reitor desta Instituição e um dos primeiros dirigentes fundadores da Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana.
- **Fernando Pinto de Queiroz.** Advogado, Professor aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana, foi dirigente da Associação Cultural Des. Filinto Bastos, e participou do Conselho Diretor da FUFs até 1976.
- **Geraldo Leite.** Médico, foi o primeiro Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana; um dos dirigentes da Fundação Simões Filho, atuou como Professor Assistente na Faculdade de Medicina da UFBA e na Escola Baiana de Medicina.
- **João Durval Carneiro.** Senador da República; foi Deputado Federal, Governador do Estado da Bahia e Prefeito de Feira de Santana por duas gestões.
- **Joaquim Coutinho.** Juiz aposentado, foi Coordenador do Centro de Estudos e Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, durante a gestão do Secretário Luis Antonio Fraga Navarro de Brito (1967 a 1969), foi Assessor da UNESCO para a América Latina; e ex-professor da UFBA.
- **José Jerônimo Moraes.** Professor Emérito da Universidade Estadual de Feira de Santana, professor fundador e aposentado da Instituição, iniciou na FEEFS, participou do GTAI de Avaliação Institucional da UEFS e foi um dos idealizadores da Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana.
- **Joselice Macedo.** Professora aposentada da UFBA, foi Coordenadora do Curso de Letras e professora da Faculdade de Educação de Feira de Santana.
- **Luciano Ribeiro.** Professor, ex-aluno da Faculdade de Educação de Feira de Santana e ex-dirigente do Diretório Acadêmico dessa Faculdade.
- **Luis Henrique Dias Tavares.** Historiador, Professor aposentado da Universidade Federal da Bahia, exerceu a função de Diretor da Divisão de Ensino Superior da

Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, durante a gestão do Secretário Luis Antonio Fraga Navarro de Brito (1967 a 1969).

- **Maria Cristina Oliveira Menezes.** Professora aposentada da UEFS, fez parte da Comissão de implantação da Fundação Universidade de Feira de Santana e foi membro permanente de seu Conselho Diretor.

- **Mariinha Belo Pina.** Professora, Funcionária aposentada da Universidade Estadual de Feira de Santana, foi secretária do Reitor Geraldo Leite.

- **Naidison Quintela Batista.** Diretor do Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana; Professor aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana, professor fundador e um dos primeiros dirigentes fundadores da Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana.

- **Raimundo Gonçalves Gama.** Professor aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana, iniciou na FEEFS como assessor, depois professor dessa Instituição, professor fundador da UEFS e membro do Conselho Diretor da FUFS.

- **Raimundo Pinto.** Advogado, Juiz do Trabalho, foi Secretário de Educação de Feira de Santana durante o primeiro período da gestão de João Durval Carneiro.

- **Yara Cunha Pires.** Professora aposentada da Universidade Estadual de Feira de Santana, foi Reitora da Instituição (1984-1988), professora fundadora, participou dos primeiros momentos de implantação da Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana.

Zélia Caribé Marques, professora da área de Geografia e esposa de José Maria Nunes Marques, professora fundadora, iniciou na FEEFS.

ESCRITAS:

AMORIM, Joselito Falcão (org.). **Áureo de Oliveira Filho,** Centenário: 1902-2002. Feira de Santana, 2002.

BOAVENTURA, Edivaldo. **O Cordel da Vida.** Salvador, BA: Faculdade Apoio, 2007.

BOAVENTURA, Edvaldo. **Tempos Construtivos.** Salvador. Edições Arpoador, 1987.

BOAVENTURA, Edivaldo. A Turma Clovis Bevilaqua 1959 – 2009. Discurso comemorativo do cinquentenário da turma de 1959 da Faculdade de Direito da UFBA. In <http://www.pedreirafranco.com.br/uploads/8254.pdf> (visita em 20 de junho de 2010).

BRITO, Luiz Navarro de. **Educação na Bahia:** propostas, realizações e reflexões. São Paulo: T. A. Queiroz; Salvador, BA: Faculdade de Educação da Universidade

Federal da Bahia; Brasília, DF: INEP; [S.L.]: OEA (Coletânea Navarro de Brito, v.1, organizada por Celma Borges e Reginalda Paranhos).

CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Livros de Atas. Consultados os números: 9, 10 e 11. Feira de Santana, BA.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA. Cópia de Processo Apresentado ao Conselho Federal de Educação.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA. Livros de Atas (nº 1; nº 2; nº 3) das Reuniões do Conselho Diretor da FUFES, no período de 1970 a 1979.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA/Universidade Estadual de Feira de Santana. Relatório Anual do Reitor Geraldo Leite. 1976.

FALCÃO, João. **Não deixe esta chama apagar**: história do Jornal da Bahia. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Estudos e Planejamento. **Plano Integral de Educação e Cultura**. 1º e 2º Volumes. Salvador, 1968.

GOVERNO DO ESTADO BAHIA. Governo. **Plano de Desenvolvimento da Bahia - PLANDEB** : 1960-1963. Salvador: CPE, 1960.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

JESUS, Eloi Barreto. A experiência da Universidade Estadual de Feira de Santana. In VERHINE, Robert (org.), **Experiência de avaliação institucional em universidades brasileiras**. Salvador, UFBA/FACED/ Programa de Pós-Graduação em Educação, 2000. (Textos apresentados durante o XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste: Avaliação Institucional, realizado em Salvador, BA, 16, 17 e 18 de junho de 1999)

LEITE, Geraldo. **Reminiscências**. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

MARQUES, Zélia Caribé Nunes (org.). **José Maria Nunes Marques: Educar**: seu trabalho, sua vida. Salvador, BA: Vercia, 2007.

MORAES, Isis; LOPES Raimundo Luiz. Seminário de Música de Feira de Santana. In MENEZES, Gilmário de Oliveira. **Cultura e Artes Plásticas em Feira de Santana**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Ação do Governo do Estado no Processo de Interiorização do Ensino Superior. **Sitientibus**. Feira de Santana, nº 4(7): 103-112, 1987.

SANTANA, Pilar C. **Memórias e Curiosidades de Feira de Santana**. Feira de Santana. s/d.

SITIENTIBUS, Cronologia Memorial da Educação em Feira de Santana. Feira de Santana, nº 1 (1), p. 111-124, jul/dez, 1982.

SITIENTIBUS, Cronologia Memorial da Educação em Feira de Santana. Feira de Santana, nº 10, p.205-213, jul/dez 1992.

TAVARES, Luiz Henrique Dias (coord.). **Ementário da legislação Educacional do Estado da Bahia no período republicano**, 1989-1983. Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985.

UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA. **Estatuto**. Cópia da primeira versão aprovada pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Feira de Santana.

UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA. Razões de uma Instituição. Elaborado por Romélio Aquino, Professor da Universidade Federal da Bahia. 1975.

UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA. **Regimento Geral**. Cópia da versão aprovada pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Feira de Santana.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Relatório Anual do Reitor José Maria Nunes Marques. 1979.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Avaliação** institucional em processo: primeiro relatório síntese, o auto-retrato da UEFS. GTAI,. Coordenação Eloi Barreto de Jesus. Feira de Santana: 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **ISP: retrospectiva e análise institucional**. Salvador: Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), 1983.

PERIÓDICOS

- A TARDE
- JORNAL DA BAHIA
- FOLHA DO NORTE
- TRIBUNA POPULAR
- SITUAÇÃO
- JORNAL DA FEIRA
- FEIRA HOJE
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS
- UNIDADE (encarte no Jornal da Bahia, 1962)

ÁUDIO-VISUAIS

1. CD-R de Palestra proferida por Fernando Pinto Queiroz: “História do Ensino Superior em Feira de Santana”, e trecho de depoimento de Wilson Falcão. Departamento de Educação da UEFS, em 27 de maio de 1996.
2. CD-R: “Memórias Videográficas de Feira de Santana” (Documentário). Roteiro: Marcos Pérsico. Direção Geral: Reinaldo Bacelar. s/d.

ACERVOS

1. Biblioteca Central do Estado da Bahia
2. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia
3. Biblioteca Central Julieta Carteadó, UEFS
4. Biblioteca Setorial Renato Galvão, UEFS
5. Biblioteca da Câmara Municipal de Feira de Santana
6. Acervo particular de Fernando Pinto de Queiroz
7. Acervo particular do jornal A Tarde

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARAUJO, N. A. **Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)**, Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

BENJAMIM, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BOAVENTURA, Eivaldo (org). **UFBA: Trajetória de uma Universidade (1946-1996)**. Salvador, 1999.

BOAVENTURA, Edvaldo. **Universidade em Mudança** (problemas de estrutura e de funcionamento da educação superior). Salvador, Imprensa Oficial da Bahia: 1971.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A Economia das Trocas Linguísticas**. Tradução: Sergio Miceli et alli. 2. ed., 1ª reimp., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Coisas Ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da Ação**. Tradução: Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Lições de Aula**. Tradução: Egon O. Rangel. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Diela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **Homo Academicus**. Paris: Éd. de Minuit, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velho**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BRANDÃO, Zaia. A Teoria Como Hipótese. In **Pesquisa em Educação: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BRETAS, S. A. A política de federalização dos estabelecimentos de ensino superior e a criação da Universidade de Sergipe. Uma contribuição ao debate histórico. **V**

Congresso Brasileiro de História da Educação. São Cristóvão: UFS; Aracajú: UNIT, 2008 (Sociedade Brasileira de História da Educação).

BRITO, Gilmário Moreira. **Pau de Colher: na letra e na voz.** São Paulo: EDUC, 1999.

BUTELMAN, Ida (org.). **Pensando as Instituições:** teorias e práticas em educação. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **A Educação Negada:** introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Marta Chagas de. **Molde Nacional e Forma Cívica:** Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____ A operação histórica. In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História:** novos problemas, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CUNHA, Maria Couto. **A Dinâmica e os Fatores Condicionantes da Criação de Cursos da Educação Superior no Estado da Bahia.** Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã:** o ensino superior da Colônia à era de Vargas. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo Francisco Alves, 1986.

_____ **A Universidade Crítica.** São Paulo Francisco Alves, 1983.

_____ **A Universidade Reformada:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CURY, Carlos Jamil. A Educação na revisão constitucional de 1926. In FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituições brasileiras:** 1823-1988. São Paulo: Autores Associados, 1996.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia:** a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CHOAY, Françoise. A Natureza Urbanizada: a invenção dos “espaços verdes”. In **Projeto História: Espaço e Cultura**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: EDUC, nº 18, maio de 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e Ciência na Crise Global**. São Paulo: Xamã, 2001.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. “Surf” nas Ondas do Tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. **CADERNO CRH**, nº39, p213-255, jul./dez., 2003.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, Autocracia e Carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2006.

DIAS, André L. Mattedi. **Profissionalização dos professores de matemática na Bahia: as contribuições de Isaías Alves e de Martha Dantas**. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, **16** (2): 243-260. Dez. 2008. Disponível
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/641/623>
 (visita em 16 de agosto de 2009)

DIAS, André L. Mattedi. A Universidade e a Modernização Conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p125-145, Jul./Dez. 2005.

Dicionário Histórico e Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa Osvaldo Cruz, FIOCRUZ. Disponível na Internet (visita em 22 de dezembro de 2009), no site
<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escagba.htm#historico>

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Matos. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

_____. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba: Editora UFPR, nº28 (pp.17-37), 2006.

_____. UDF: construção criadora e extinção autoritária. In MOROSINI, M. (org.) **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: INEP, 2006a.

_____. **Universidade e Poder: análise crítica/ fundamentos históricos (1930-45)**. 2ª ed. Brasília: Plano, 2000.

_____. **Vinte e Cinco Anos de Reforma Universitária: um balanço**. In MOROSINI, Marília Costa (org.) **Universidade no Mercosul**. 2. ed. São Paulo: Cortez/CNPq/FAPERGS, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo. Alfa-Ômega, 1975.

FERREIRA, Edson Dias. **A emergência da Universidade Estadual de Feira de Santana e o seu estudante, no contexto da historicidade da região**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 1997.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização (1970-1996)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Salvador, 1998.

FIALHO, Nádía Hage. "Universidades Estaduais da Bahia". **Caderno de Pesquisa: Esse in curso**. Linha de Pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade. Salvador: UNEB. V.2, nº2, jun.2004.

GANDON, Tânia Risério d'Almeida. "Etnotexto e Identidade Cultural na Construção da Memória". **Educação e Contemporaneidade**, vol.14, p.227-233, nº 23, jan/jun, 2005.

GARCIA, Maria Manuela A. "O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu". **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 97, p.64-72, maio, 1976.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força: História, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989a.

_____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989b.

GONÇALVES, Nádía G. Para Além da Reprodução: possibilidades e contribuições de Pierre Bourdieu para a História da Educação. Anais do **V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracajú – SE, 09 a 12 de novembro de 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**, 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

KLEIN, Lúcia. Política e Políticas de Ensino Superior no Brasil: 1970-1990. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES), **Documento de trabalho 2/92**, 1992.

LARANJEIRA, Denise Helena Pereira. **Projetos Acadêmicos na Universidade do Estado da Bahia: percursos e entraves**. Dissertação (Mestrado em Educação) PUC – SP. (Supervisão e Currículo), 1997.

LEITE, R. C. N. A. **Rainha Destronada. Discursos das Elites Sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas**. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. (p. 535-53).

LEHER, Ricardo. Há quarenta anos, ditadura mostrava seus dentes para a universidade. Disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4187

Acesso em: 26 mar 2009.

LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientes da Universidade de São Paulo. In MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais e IDESP, 1989. Vol. I

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História: Trabalhos da Memória**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, nº 17, Novembro de 1998.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo**. Braga, Portugal, Universidade do Minho (mimeo), 1996.

MARQUES, Inês C.. UFBA na Memória: 1946-2005. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005.

MENDONÇA, Ana Waleska. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 (pp.131-150).

MENEGHEL, Stella M. UNICAMP: “Cérebros, cérebros, cérebros”. In MOROSINI, Marília Costa (org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MIDDLEJ, Moema M. Badaró Cartibani. **Universidade e Região: Territorialidade da Universidade Santa Cruz – UESC**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2004.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **O Fogo Febril que Prometeu Roubou das Chaminés Fabris: crônicas da morte anunciada, da morte decretada e das reencarnações diárias da feira livre de Feira de Santana – Bahia**. Universidade Estadual de Feira de Santana. Tese de progressão de Carreira. Feira de Santana, 2002.

MOROSINI, Marília Costa (org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Universidade e integração no Mercosul: condicionantes e desafios. In MOROSINI, Marília Costa (org.) **Universidade no Mercosul**. 2. ed. São Paulo: Cortez/CNPq/FAPERGS, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Os olhos do regime militar nos *campi*: as assessorias de informação e segurança das universidades”. **TOPOI**, v.9, nº 16, jan-jun, 2008. In http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf

NEVES, Erivaldo Fagundes. “A ação do governo da Bahia no processo de interiorização do ensino superior na Bahia”. **Sitientibus**, Feira de Santana, 4(7): 113-119, 1987.

NIETHAMMER, Lutz. “Conjunturas de identidade coletiva”. **Projeto História: Revista do programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC–SP**. São Paulo, nº 17, Novembro de 1998.

NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Maria A. e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NUNES, CLARICE. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 2000.

NUNES, Antonieta d’Aguiar. **Fundamentos e Políticas Educacionais: História, Memória e Trajetória da Educação na Bahia**. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, **16** (2): 209-224. Dez. 2008.

OLIVEIRA, João, F.; DOURADO, Luiz, F.; MENDONÇA, Erasto Fortes. UnB: da universidade idealizada à “universidade modernizada”. In MOROSINI, M. (org.) **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: INEP, 2006.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983 (Grandes Cientistas Sociais).

PACHECO, Larissa P. B. **Trabalho e costume de Feirantes de Alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: Programa de Pós-Graduação em História Social da UEFS, 2009.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PERROT, Michelle. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, nº 15, EDUC, Abril de 1997

PENTEADO, Sílvia T. **Identidade e Poder na Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Santos, SP; Unisanta Editora, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

PINSK, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**: Revista do programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC –SP. São Paulo, nº 17, Novembro de 1998.

_____ O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum . In AMADO, J. e FERREIRA, M.M. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PRANDI, Reginaldo. **Os Favoritos Degradados**: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo: Loyola, 1982.

RISÉRIO, Antonio. **Avand Garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.

RISTOFF, D. e SEVEGNANI, P. (orgs.) **Modelos Institucionais de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2006 (Educação Superior em Debate, v.7).

RUBIM, Antonio A. C.. Os primórdios da universidade e a cultura na Bahia. In BOAVENTURA, Edivaldo (org). **UFBA: Trajetória de uma Universidade (1946-1996)**. Salvador, 1999.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e modernidade na educação. In FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituições brasileiras: 1823-1988**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando; TORRES, Haroldo. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES), Documento de trabalho 1/00, 2000.

SAMPAIO, Helena, et. al. **Universidades Estaduais no Brasil – características institucionais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES), Documento de trabalho 4/98, 1998.

SAMPAIO, Helena. Trajetória e Tendências Recentes do Setor privado de Ensino Superior no Brasil. **CIPEDES – n.9 (3)**, 2000. In <http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/jun00/sampaio.html>

SANTOS, Igor G. **Na Contramão do Sentido: Origens e trajetórias do PT de Feira de Santana (1979-2000)**. Dissertação de Mestrado. UFF – Niterói, 2007.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Sitientibus**. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, n.24, jan/jun, 2001.

_____. **A Gênese do Ginásio Municipal de Feira de Santana: Memória e História.** Dissertação de Mestrado. PUC – SP, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil:** O papel do congresso nacional na legislação do ensino. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

_____. **Ensino Público e algumas falas sobre Universidade.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SENA, Consuelo Pondé. Minha querida Faculdade de Filosofia. In BOAVENTURA, Edivaldo (org). **UFBA: Trajetória de uma Universidade (1946-1996).** Salvador, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. In Ristoff, D. e Sevegnani, P. (orgs.) **Modelos Institucionais de Educação Superior.** Brasília: INEP, 2006 (Educação Superior em Debate, v.7).

SILVA, Elizete da. “Combates pela História nas terras de Lucas da Feira”. **Humanas: revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia.** Ano 1, nº1 (jan./jun. 2002). Feira de Santana, UEFS, 2002 (pp. 227-235).

TEIXEIRA, Francisco e GUERRA, Osvaldo. 50 Anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In **Bahia Análise e Dados.** Salvador: SEI, 2000.

THOMPSON, Alister. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História.** São Paulo: EDUC, nº 15, Abril de 1997.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria:** ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIEIRA, Sofia Lerche. A democratização da Universidade e a Socialização do Conhecimento. In FÁVERO, Maria de Lourdes (org.) **A Universidade em Questão.** São Paulo: Cortez, 1989.

WAQUANT, Loïc J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas discussões e uma nota pessoal. Tradução de CODATO, A. N. e LACERDA, G. B. de. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, nº19: 95-110. In http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/LEGADOSOCIOLOGICOPB.pdf

ZIZEK, SLAVOJ. (org.) **Um Mapa da Ideologia,** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

ANEXO I

Estes cursos terão os seguintes currículos:

Curso de Química

1a. série

- 1 - Complementos de Matemática
- 2 - Física Geral e Experimental
- 3 - Química Inorgânica
- 4 - Química Analítica Qualitativa
- ~~5 - Biologia Geral~~

2a. série

- 1 - Física Geral e Experimental
- 2 - Química Inorgânica Analítica Quantitativa
- 3 - Físico-Química
- 4 - Química Orgânica

3a. série

- 1 - Análise Orgânica
- 2 - Química Biológica
- 3 - Mineralogia
- 4 - Química Superior

Curso de História Natural

1a. série

- 1 - Biologia Geral
- 2 - Complementos de Química
- 3 - Física Geral e Experimental
- 4 - Botânica
- 5 - Zoologia

2a. série

- 1 - Mineralogia e Petrografia
- 2 - Geologia
- 3 - Biologia Geral
- 4 - Botânica
- 5 - Zoologia

3a. série

- 1 - Paleontologia
- 2 - Fisiologia Animal
- 3 - Botânica
- 4 - Zoologia

Curso de Matemática

1a. série

- 1 - Análise Matemática
- 2 - Introdução à Álgebra Moderna
- 3 - Geometria Analítica e Projetiva
- 4 - Física Geral e Experimental
- 5 - Complementos de Matemática

2a. série

- 1 - Análise Matemática
- 2 - Complementos de Geometria e Geometria Descritiva
- 3 - Mecânica Racional (1 período); Mecânica Celeste (1 período)
- 4 - Física Geral e Experimental
- 5 - Teoria das Funções

3a. série

- 1 - Teoria das Funções
- 2 - Crítica dos Princípios de Matemática
- 3 - Geometria Superior
- 4 - Análise Superior
- 5 - Física Matemática
- 6 - Topologia

Curso de Geografia

Curso de Geografia

1a. série

- 1 - Geografia Física
- 2 - Geografia Humana
- 3 - Fundamentos de Cartografia, Topografia e Cosmografia
- 4 - ~~Fundamentos de Petrografia~~ Fundamentos de Economia e Estatística
- 5 - ~~História das Explorações Geográficas~~ História Contemporânea (econômica e social)

2a. série

- 1 - Geografia Física
- 2 - Geografia Humana
- 3 - Fundamentos de Petrografia, ~~Topografia~~ Geologia Histórica e Pedologia
- 4 - Geografia do Brasil
- 5 - Fundamentos de Fotogrametria, Fotointerpretação e Representação por Blocos Diagramas (1 período) - História das Explorações Geográficas (1 período).

3a. série

- 1 - Geografia do Brasil
- 2 - Etnologia Geral
- 3 - Fundamentos de Botânica e Zoologia
- 4 - História do Brasil (econômica e social)
- 5 - Etnografia Brasileira
- 6 - Estudos de Geografia Regional (1 período) - Estudos de Geografia Regional das Américas (1 período).

Cursos e Letras Neo-Latinas

1a. série

- 1 - Linguística Geral
- 2 - Língua e Literatura Latina
- 3 - Filologia e Língua Portuguesa
- 4 - Língua e Literatura Francesa
- 5 - Língua e Literatura Espanhola
- 6 - Literatura Portuguesa

2a. série

- 1 - Língua e Literatura Latina
- 2 - Filologia e Língua Portuguesa
- 3 - Língua e Literatura Francesa
- 4 - Língua e Literatura Espanhola
- 5 - Literatura Portuguesa
- 6 - Literatura Brasileira

3a. série

- 1 - Filologia e Língua Portuguesa

- 2 - Língua e Literatura Francesa
- 3 - ~~Língua e~~ Literatura Brasileira
- 4 - Literaturas Hispano-Americanas
- 5 - Filologia Românica

Curso de Letras Anglo-Germânicas

1a. série

- 1 - Linguística Geral
- 2 - Língua e Literatura Latina
- 3 - Filologia e Língua Portuguesa
- 4 - Língua e Literatura Inglesa
- 5 - Língua e Literatura Alemã
- 6 - Literatura Portuguesa

2a. série

- 1 - Língua e Literatura Latina
- 2 - Filologia e Língua Portuguesa
- 3 - Língua e Literatura Inglesa
- 4 - Língua e Literatura Alemã
- 5 - Literatura Portuguesa
- 6 - Literatura Brasileira

3a. série

- 1 - Filologia e Língua Portuguesa
- 2 - Língua e Literatura Inglesa
- 3 - Língua e Literatura Alemã
- 4 - Literatura Brasileira
- 5 - Literatura Norte-Americana

Curso de Pedagogia

1a. série

- 1 - Complementos de Matemática
- 2 - Introdução a Filosofia (1 período) - Filosofia Geral (Teoria do Conhecimento) (1 período).
- 3 - Introdução Metodológica à História (1 período) - História Antiga (1 período).
- 4 - Sociologia Educacional
- 5 - Biologia Educacional
- 6 - Psicologia Educacional
- 7 - Estatística Geral (1 período) - Estatística Educacional (1 período).

2a. série

- 1 - Filosofia Geral (Metafísica), 1 período - Lógica, 1 período
- 2 - História Medieval, período - História Moderna, 1 período
- 3 - Administração Escolar
- 4 - Psicologia Educacional
- 5 - História da Educação
- 6 - História do Brasil

3a. série

- 1 - História da Filosofia, 1 período - Ética e Estética, 1 período
- 2 - História Contemporânea - 1 período - História da América, 1 período
- 3 - História do Brasil
- 4 - Educação Comparada
- 5 - Filosofia da Educação
- 6 - Didática Geral

Curso de Didática

Série única

- 1 - Psicologia Educacional
- 2 - Fundamentos Biológicos da Educação
- 3 - Fundamentos Sociológicos da Educação
- 4 - Fundamentos Filosóficos da Educação
- 5 - Didática Geral e Especial
- 6 - Administração Escolar

Fonte: Documento "Interiorização da Universidade", in Acervo particular de Fernando Pinto.

ANEXO II

MUSEU DO VAQUEIRO
aditamento
Terá o Museu por norma comemorar fatos sertanejos, datas que se pre-
dam à vida sertaneja, cuidar de seu felelere, estudá-lo e procurar
conservá-lo na sua pureza.

Mantará o museu cursos de etnografia e antropologia sertanejas, de
felelere, momento de sertanejo e de linguagem sertaneja. Preverá
cursos de sociologia.

Terá o Museu um diretor, de nível universitário.

Na organização ainda terá o museu um corpo técnico, composto de
um técnico de educação, com conhecimentos especializados em assuntos
referentes às intenções do museu; um conservador; um arquivista-bi-
bliotecário; um guarda.

Garantirá a existência, melhor a formação do museu um grupo de
adivinos do museu, para a aquisição e recolhimento de peças para as
coleções.

A Prefeitura fornecerá funcionários, de acordo com a escolha do
diretor, para suprir faltas ou deficiências de funcionários da casa

ORÇAMENTO

- Diretor
- Administração
- Material
- Renovação das coleções
- Imprensa (publicações ordinárias de serviço).
- Publicações especiais de cadernos, de trabalhos que dêem
das intenções do Museu

Dará a casa especial cuidado ao artesanato sertanejo

Terá a casa verba especial para aquisição de peças novas.

Mantará o Museu comunicação com as prefeituras sertanejas, para
enriquecimento das suas coleções.

*Colégio de Curitiba
maio 5/6/65*

Foto de esboço sobre Museu do Vaqueiro elaborado por Eurico A. Boaventura, acervo de Fernando Pinto. Manuscrito de Fernando Pinto, em 5/6/1965

